

ECC

Estudos de
Comunicação
e Cultura

Translating Europe across the Ages

História da separação dos Países Baixos unidos face ao governo espanhol

de Friedrich Schiller

Teresa Rodrigues Cadete [org.]



Universidade Católica Editora

**História da separação
dos Países Baixos unidos
face ao governo espanhol**

Catálogo recomendada

SCHILLER, Johann Christoph Friedrich von

História da separação dos Países Baixos unidos face ao governo espanhol / Friedrich Schiller ; trad. postfácio e notas de Teresa Rodrigues Cadete. – Lisboa : Universidade Católica Editora, 2011. – 360 p. ; 23 cm
(ECC – translating Europe across the ages)

ISBN 978-972-54-0331-0

I – CADETE, Teresa Rodrigues, trad. II - Tít. III – Col.

CDU 949.2”16/17”

Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projecto: PEst-OE/ELT/UI0126/2011

© Universidade Católica Editora | Lisboa 2011

Edição: Universidade Católica Editora, Unipessoal

Revisão Editorial: Helena Romão

Capa: OMLET design

Composição gráfica: Empresa do Diário do Minho, Lda.

Data: Dezembro 2011

Depósito Legal: 337412/11

ISBN: 978-972-54-0331-0

Universidade Católica Editora

Palma de Cima – 1649-023 Lisboa

tel. (351) 217 214 020 fax (351) 217 214 029

uce@uceditora.ucp.pt www.uceditora.ucp.pt

Imagem da capa

Imagem da Reforma neerlandesa e do movimento iconoclasta (*Beeldenstorm*), de:

· De eerste jaren der Nederlandsche Revolutie (1555-1568), Elsevier, Rotterdam 1882

Reproduzida em:

· Het beleg van Haarlem; Haarlem's heldenstrijd in beeld en woord 1572-1572, F. De Witt Huberts, Oceanus, 1944

História da separação dos Países Baixos unidos face ao governo espanhol

de Friedrich Schiller

Tradução, posfácio e notas de
Teresa Rodrigues Cadete



Universidade Católica Editora

Índice

Prefácio	7
Introdução	11
PRIMEIRO LIVRO História precedente dos Países-Baixos até ao século XVI	25
SEGUNDO LIVRO O Cardeal Granvella	83
TERCEIRO LIVRO Conspiração da aristocracia	145
QUARTO LIVRO O movimento iconoclasta	187
Anexo I Processo e execução dos Condes de Egmont e de Hoorne	271
Anexo II Cercos de Antuérpia pelo Príncipe de Parma nos anos de 1584 e 1585	289
Posfácio	331
Bibliografia	353

Prefácio

Quando, há alguns anos, li a História da revolução nos Países Baixos no reinado de Filipe II, na magnífica descrição de Watson¹, senti-me por ela levado a um entusiasmo só raramente inspirado por acções políticas. Após uma análise mais detalhada, creio que aquilo que me levou a tal entusiasmo resultou não só do que do livro passou para mim, mas sobretudo de um rápido efeito da minha própria faculdade de representação, que deu à matéria recebida precisamente a forma sob a qual ela tanto me encantou. Foi esse efeito que desejei tornar perene, multiplicar, reforçar; foram essas empolgantes sensações que desejei divulgar e deixar que outros tomassem também parte nelas. Isso forneceu a primeira motivação para esta História e a minha plena missão é também escrevê-la.

A execução deste projecto levou-me mais longe do que eu tinha pensado de início. Um conhecimento mais aproximado do meu tema permitiu-me pouco depois descobrir lacunas que eu não havia previsto, amplas passagens vazias que eu tinha de colmatar, aparentes contradições que eu tinha de suprimir, factos isolados que eu tinha de associar aos restantes. Não tanto para preencher a minha História com muitos novos acontecimentos, mas sobretudo para procurar uma chave para os que já tinha, pus-me a estudar as próprias fontes, e assim viu-se ampliado à dimensão de uma História detalhada o que de início apenas estava destinado a tornar-se num esboço geral.

A presente primeira parte, que termina com a retirada da duquesa de Parma dos Países Baixos, deve ser vista apenas como a *Introdução* à verdadeira revolução, que só eclodiu sob a regência do seu sucessor. Pensei que devia dedicar a essa época *preparatória* tanto mais cuidado e rigor, quanto mais notava a falta dessas qualidades na maioria dos escribas que trataram essa época antes de mim e quanto mais me certificava de que todas as épocas seguintes nela assentam. Se portanto se achar que essa primeira parte é demasiado parca em acontecimentos importantes, demasiado detalhada em acontecimentos de irrelevância real ou aparente, demasiado perdulária em repetições e em geral demasiado lenta no progresso da acção, recorde-se pois que foi precisamente a partir desses irrelevantes inícios que eclodiu a pouco e pouco toda a revolução, que todos os grandes resultados posteriores decorreram

da soma de numerosos resultados pequenos. Uma nação como a que temos aqui diante dos nossos olhos dá os primeiros passos, sempre de forma lenta, cautelosa e incerta, mas com tanto maior celeridade os passos seguintes; foi também do mesmo modo que tracei o curso que expus desta rebelião. Quanto mais tempo tiver passado o leitor com a introdução, quanto mais se tiver familiarizado com as pessoas em acção e se tiver habituado ao palco em que elas agem, tanto mais rápidos e seguros serão os passos com que poderei então conduzi-lo ao longo dos períodos seguintes, nos quais a acumulação de material me proibirá essa lenta marcha e essa exaustividade.

Não podemos queixar-nos de pobreza de fontes no que diz respeito a esta História, mas inversamente de um excesso – uma vez que deveria ser preciso ler *todas* para recuperar a clareza que sofre muitas vezes com a leitura de *muitas*. Face a exposições tão desiguais, relativas, frequentemente contraditórias do mesmo assunto é já difícil apoderarmo-nos da verdade que se oculta parcialmente em *todas*, mas que em nenhuma está inteiramente presente na sua forma pura. Neste primeiro tomo, os meus guias foram, para além de *de Thou*, *Strada*, *Reyd*, *Grotius*, *Meteren*, *Burgundius*, *Meursius*, *Bentivoglio* e de outros mais recentes, as *Memórias* do Conselheiro de Estado *Hopperus*, a vida e a correspondência do seu amigo *Viglius*, as *Actas do processo dos Condes de Hoorn* e *de Egmont*, a Apologia do Príncipe de Orange e poucos mais.² Uma compilação exaustiva, empreendida de forma laboriosa e crítica e elaborada com rara justeza e fidelidade, que merece realmente uma denominação melhor, prestou-me serviços muito importantes por conter, para além de muitas peças de arquivo que nunca puderam chegar às minhas mãos, as estimáveis obras de Bor, Hooft, Brandt, le Clerc e outros, que em parte não estavam à minha disposição, e que em parte eu não podia utilizar por não dominar a língua holandesa. Trata-se da História Geral dos Países Baixos Unidos, que foi publicada na Holanda neste século. Um escrevente aliás mediano, *Richard Dinot*, foi-me útil através de excertos de algumas brochuras desse tempo, que se perderam há muito. Em vão procurei a correspondência do cardeal Granvella, que teria sem dúvida lançado muita luz sobre esta época. Não pude tomar conhecimento da obra do meu exímio compatriota, Professor Spittler em Göttingen, sobre a *Inquisição espanhola*, recentemente publicada, a tempo de eu poder ainda tirar a tempo proveito do seu conteúdo, arguto e de extrema importância.³

O facto de não ter podido estudar inteiramente esta rica época histórica, como desejara fazê-lo, a partir de fontes *primárias* e documentos contemporâneos, de não ter podido recriá-la independentemente da forma sob a qual ela me foi transmitida pela parte pensante dos meus antecessores, libertando-me assim da violência que todo o escritor inteligente exerce mais ou menos sobre os seus leitores, tal facto é por mim tanto mais lamentado quanto mais me convenço da sua substância. Com isso, porém, uma obra de vários anos ter-se-ia tornado na obra de uma vida. A minha intenção com este ensaio terá sido mais do que alcançada se convencer *uma* parte do público leitor que se pode escrever uma História com fidelidade sem que ela se torne num desafio à paciência do leitor, e se ele conseguir que a outra parte admita que a História pode tomar algo de empréstimo a uma arte afim, sem com isso se tornar necessariamente num romance.

Weimar, por ocasião da Feira de S. Miguel de 1788.⁴

Notas:

¹ Referência a : Robert Watson, *Histoire du regne de Philippe II. Roi d'Espagne, Ouvrage traduit de l'anglois*, Vol. I-II, Amsterdão e Roterdão 1777 (N. T.).

² Referências (por ordem da indicação no texto) a:

Jac[obi] Aug[usti] Thuani historiarum superioris seculi pars prima, Francofurti (1614); pars secunda, Francofurti 1614 [*de Thou*]; Famiani Straedae Romani e societate Jesu de belle Belgico decades duae ab excessu Caroli V imp. usque ad initium praefecturae Alexandri Farnesii... Moguntiae [Francofurti ad Moenum] 1651 [*Strada*]; Belgarum aliarumque gentium annales auctore Everardo Reidano [*Reyd*], Dionysio Vossio interprete. Lugduni Batavorum 1633 [Leyden]; Hugonis Grotii annales et historiae de rebus Belgicis. Amstelaedami 1658 [1657] [*Grotius*]; Emanuel von Meteren, Eygentliche und vollkommene historische Beschreibung des Niederländischen Kriegs I. Amsterdam 1627 [*Meteren*]; Nicolai Burgundii J.C. et professoris ordinarii codicis in academia Ingolstadiensi. Historia Belgica ab anno M.D.LVIII. Ingolstadii 1629 [*Burgundius*]; Iohannis Meursi Gulielmus Auriacus, sive, De rebus toto Belgio tam ab eo, quam ejus tempore, gestis [...], Amstelodami 1638 [*Meursius*]; Della guerra di Fiandra descritta dal cardinal [Guido] Bentivoglio parte prima. In Venetia 1645 [*Bentivoglio*]; Recueil et Memorial des troubles des Pays bas du Roy, in: Vita Viglii ab Aytta Zuichemi Ab ipso Viglio scripta, Ejusque, nec non Joachimi Hopperi et Joannis Baptistae Tasii opera historica [...] Tomus Secundus. Pars Secunda. Hagae comitum 1743 [*Hopperus*]; Vita Viglii ab Aytta Zuichemi, Ab ibso Viglio scripta sive dictata juxta quod in Praefatione nostra explicuimus [...] Tomus Primus. Pars Secunda. Hagae Comitum 1743; Viglii ab Aytta Zuichemi epistolae

politicae et historiae ad Joachimum Hopperum Equitem [...] Tomus Primus. Pars Secunda. Hagae Comitum 1743. Procès criminels des comtes d'Egmont, du Prince de Horne, et autres Seigneurs flamands, Faits par le duc d'Albe, de l'ordre de Philippe II. Roi d'Espagne. III, Amsterdam 1753; Apologie ou défense de tres illustre de prince Guillaume d'Orange contre le ban et edict publié par le roi d'Espagne par lequel il proscrit le dit Sgr Prince présentée à messieurs les estats generaux des Païs bas, 1581, 8°; Jan Wagenaar, Allgemeine Geschichte der Vereinigten Niederlande, von den ältesten bis auf gegenwärtige Zeiten, aus den glaubwürdigsten Schriftstellern und bewährten Urkunden verfasst. Aus dem Holländischen übersetzt, I-III, Leipzig 1756-58; Richard Dinothi Normanni Constantinatis de bello civili Belgico libri VI, Basiliae 1586 [Richard Dinoth].

De entre os textos compilados por Jan Wagenaar, que Schiller admitiu não ter podido consultar nos originais, contavam-se: Pieter Bor, Oorspronk, begin ende aenvang der nederlantscher Oorlogten, Utreque 1595; Pieter Cornelius Zoon Hooft, Neederlansche Histoorien, Amsterdão 1642; Geraert Brabdt, Kort Verhael van de Reformatie en van den Oorlog tegen Spanie 1657; Jean le Clerc, Histoire des provinces unies des pays-bas depuis la naissance de la république jusqu'à la paix d'Utrecht, 3 vols, Amsterdão 1723, 1728; Pontus Heuterus, Rerum austriacarum libri XV, Antuérpia 1598; Florentius van der Haer, De initiis tumultum Belgicorum libri II, Douay 1587.

De entre os autores mais recentes consultados (mas não discriminados) por Schiller, contam-se: Adam Anderson, Historische und chronologische Geschichte des Handels von den ältesten bis auf jezige Zeiten. Aus dem Englischen übersetzt, Tl. 3, Riga 1775; Friedrich Christoph Jonathan Fischer, Geschichte des teutschen Handels. Der Schiffarth, Fischerei, Erfindungen, Künste, Gewerbe, Manufakturen, der Landwirtschaft, Polizey, Leibbeigenschaft, des Zoll- Münz- und Bergwesens, des Wechselrechts, der Stadtwirthschat, und des Luxus, 2 Tle., Hannover 1785; Voltaire, Essai sur l'histoire générale et sur les moeurs et l'esprit des nations, Paris 1756; Robert Watson, Histoire du regne de Philippe II, roi d'Espagne. Ouvrage traduit de l'anglois, 2 vols., Amsterdão e Roterdão 1777. Contam-se ainda os historiadores clássicos César, Tácito, Suetónio, as Mémoires de messire Philippe de Comines, ed. Lenglet du Fresnoy, 4 vols., Londres, Paris 1747 e L. Guicciardini, Omnium Belgii sive inferioris Germaniae regionum descriptio..., Arnheim 1616.

³ A obra de Ludwig Timoteus Spittler, que Schiller acabou por consultar para a edição de 1801, tem o seguinte título: Entwurf der Geschichte der Spanischen Inquisition, in: Sammlung der Instructionen des Spanischen Inquisitions-Gerichts; gesammelt auf Befehl des Kardinals Alonso Manrique; aus dem Spanischen übersetzt von J.D. Reuß. Nebst einem Entwurf der Geschichte der Spanischen Inquisition von Frhr. Ludwig Timotheus v. Spittler. Hannover 1788.

⁴ A Feira de S. Miguel realizava-se na última semana de Setembro e ainda hoje se realiza por essa altura em certas regiões do sudoeste da Alemanha (N.T.).

Introdução

Um dos acontecimentos políticos mais dignos de nota, e que tornaram o século XVI no mais fulgurante do mundo parece-me ter sido a fundação da liberdade dos Países Baixos. Se os brilhantes feitos, motivados pelo desejo de fama e por uma pernicioso ambição de poder exigem a nossa admiração, tanto mais isso acontece com um acontecimento no qual a humanidade acoitada luta pelos seus mais nobres direitos, no qual forças extraordinárias emparelham com a boa causa e no qual os instrumentos de um resolutos desespero vencem, em competição desigual, as artes terríveis da tirania. Grande e apaziguadora é a ideia de existir ainda finalmente, contra a resistência das atitudes arrogantes por parte do poder dos príncipes, uma forma de ajuda, de os planos mais calculistas destes se verem cobertos de vergonha face à liberdade humana, de uma corajosa resistência poder também vergar o braço estendido de um déspota, de uma heróica persistência poder por fim esgotar os seus terríveis recursos. Em parte alguma essa verdade me perpassou tão vivamente como no que diz respeito à História dessa memorável rebelião que separou para sempre os Países Baixos unidos da Coroa espanhola – e por isso considerarei que não deixaria de valer a pena uma tentativa de apresentar aos olhos do mundo esse belo monumento de vigor cívico, de despertar no peito do meu leitor um alegre sentimento de si e de dar um novo e irrefutável exemplo acerca do que as pessoas podem arriscar por uma boa causa e do que elas podem realizar pela união.

Não é o aspecto extraordinário ou heróico desse acontecimento que me incita a descrevê-lo. Os anuários do mundo conservaram para nós empreendimentos semelhantes, que aparentam ser ainda mais ousados na sua configuração, ainda mais brilhantes na sua execução. Alguns Estados desmoronaram-se com um abalo mais pomposo, outros ergueram-se com um impulso mais sublime. Não se espere tão-pouco encontrar aqui pessoas excepcionais e colossais, nem qualquer dos surpreendentes feitos que a História de épocas passadas nos oferece em tão rica profusão. Tais épocas passaram, tais pessoas já não existem. No seio amolecido do refinamento, deixámos amortecer as energias que aquelas épocas exercitavam e tornavam necessárias. Com uma admiração deitada por terra, espantamo-nos com essas gigantescas imagens,

tal ancião sem forças face aos jogos viris da juventude. Não é o caso da presente História. O povo que vemos entrar aqui em cena era o mais pacífico desta parte do globo e menos capaz do que os seus vizinhos de evidenciar aquele espírito heróico que dá um ímpeto superior mesmo à acção mais insignificante. A pressão das circunstâncias surpreendeu-o com a sua própria força e obrigou-o a evidenciar uma grandeza provisória que ele nunca era suposto ter e que talvez nunca volte a ter¹. Logo, é precisamente a falta de grandeza heróica que torna este acontecimento particular e didáctico e, se outros têm por objectivo mostrar a superioridade do génio sobre o acaso, eu apresento aqui um quadro no qual a necessidade criou o génio e os acasos produziram heróis.

Se de algum modo fosse permitido entrosar nos assuntos humanos uma providência superior, tal seria o caso desta História que surge de forma tão contraditória face à razão e a todas as experiências. Filipe II, o mais poderoso soberano do seu tempo, cuja temida superpotência ameaça engolir toda a Europa, cujos tesouros superam o conjunto das riquezas de todos os reis cristãos, cujas frotas dominam em todos os mares; um monarca, cujos perigosos objectivos são servidos por numerosos exércitos; exércitos que, enrijecidos por longas e sangrentas guerras e uma disciplina viril e romana, entusiasmados com um obstinado orgulho nacional e excitados com a memória de vitórias obtidas pela espada, anseiam por honrarias e saques e se movimentam como membros obedientes ao sabor do génio temerário dos seus dirigentes – esse homem por todos temido e entregue a um projecto obstinado; *uma só empresa*, o trabalho incansável da sua longa regência; todos esses temíveis mecanismos orientados para um só fim, a que ele tem de renunciar no ocaso dos seus dias sem o ter cumprido – Filipe II numa luta, que não pode terminar, com um número reduzido de nações fracas!

E contra que nações? Aqui, um pacífico povo de pescadores e pastores, num canto esquecido da Europa, que com esforço conquistou contra a maré; o mar como a sua actividade, a sua riqueza e a sua praga, uma pobreza livre como o seu bem supremo, a sua fama, a sua virtude. Acolá, um povo mercantil de bondosos costumes, saboreando os exuberantes frutos de uma abençoada diligência, vigilante em relação às leis, suas benfeitoras. No ócio feliz do bem-estar, ele abandona o círculo receoso das carências e aprende a ansiar por uma satisfação superior. A nova verdade, cuja feliz aurora desponta

agora pela Europa, lança um raio fecundo para essa favorável zona e é com alegria que o cidadão livre recebe a luz à qual se fecham os escravos tristes e oprimidos. Uma alegre ousadia, que gosta de acompanhar a abundância e a liberdade, tenta-o a verificar o prestígio de opiniões caducas e a quebrar uma censurável cadeia. O pesado bastão do despotismo paira sobre ele, uma violência arbitrária ameaça abrir uma brecha nos pilares da sua felicidade, o vigilante das suas leis torna-se no seu tirano. Simples na sua sageza política como nos seus costumes, ele atreve-se a denunciar um contrato antiquado e a lembrar ao senhor das duas Índias a existência do direito natural. Um nome define todo o desfecho das coisas. Designava-se em Madrid como rebelião aquilo que em Bruxelas se chamava apenas uma acção legal; as reclamações de Brabante exigiam um mediador politicamente inteligente, Filipe II enviou-lhe um carrasco e assim estava dada a palavra de ordem da guerra. Uma tirania sem exemplo atenta contra a vida e a propriedade. O cidadão em desespero, a que é deixada a opção de uma morte dupla, escolhe a mais nobre no campo de batalha. Um povo em prosperidade e abundância ama a paz, mas torna-se guerreiro quando empobrece. Nessa altura deixa de tremer por uma vida à qual é suposto faltar tudo o que a torna desejável. A fúria da rebelião apodera-se das províncias mais longínquas; o comércio e o desenvolvimento estão paralisados, os navios desaparecem dos portos, o artesão da sua oficina, o camponês dos campos devastados. Milhares de pessoas fogem para países longínquos, mil vítimas tombam na máquina sangrenta e novos milhares surgem pressurosos; porque divina tem de ser uma doutrina pela qual se pode morrer com tanta alegria. Falta ainda a última mão consumadora – o espírito iluminado e empreendedor que captasse esse grande momento político e formasse o produto do acaso, tornando-o num plano de sabedoria.

Guilherme o Taciturno dedica-se, como um segundo Brutus, à grande causa da liberdade. Superior a qualquer egoísmo receoso, ele revoga deveres condenáveis² face ao trono, despe-se magnanimamente da sua principesca existência, desce a uma pobreza voluntária e nada mais é do que um cidadão do mundo. A causa justa é jogada na roleta das batalhas; porém, mercenários arbitrariamente arrebanhados e uma pacífica população campesina não podem fazer face à tremenda pressão de uma potência bélica experimentada. Por duas vezes ele lidera os seus desencorajados exércitos contra o tirano, por duas vezes eles o abandonam, mas tal não acontece com a sua coragem.

Filipe II envia tantos reforços quantos eram os mendigos criados pela cruel ganância do seu mediador. Fugitivos expulsos pela pátria foram procurar uma nova no mar e nos navios do seu inimigo uma satisfação para a sua sede de vingança e a sua fome. É então que corsários se tornam em heróis do mar, que navios piratas se juntam numa armada e que uma república se ergue a partir de solos pantanosos. Sete províncias rompem os seus laços em simultâneo; um novo estado juvenil, poderoso na sua união, na sua maré e no seu desespero. Um juramento solene da nação substitui o tirano no trono e o nome espanhol desaparece de todas as leis.

Está cometido um acto que já não encontra remissão, a república torna-se terrível porque já não pode recuar. Facções rompem a sua união, e mesmo o seu pavoroso elemento, o mar, conspirando com o seu repressor, ameaça sepultar prematuramente o seu frágil início. Ela sente as suas forças soçobrem perante o poder superior do inimigo e atira-se suplicante aos pés do trono mais poderoso da Europa, pronta a renunciar a uma soberania que já não pode salvar. Finalmente e com esforço – tão desprezível foi o início desse Estado que mesmo a cobiça de reis estrangeiros desprezou a sua juventude em flor – ela tenta por fim impor a um estranho a sua perigosa coroa. Novas esperanças vêm refrescar a sua coragem que desfalece, mas o destino deu-lhe um traidor nesse novo patrono e, no momento premente em que o implacável inimigo já assalta as suas portas, Carlos de Anjou³ tange a liberdade que tinha sido convocado para proteger. A mão de um assassino traiçoeiro arranca ainda o timoneiro ao leme, o seu destino parece estar consumado, tendo-se posto em fuga com Guilherme de Orange todos os seus anjos salvadores – mas o navio voa na tempestade e as velas enfunadas já não necessitam da ajuda do timoneiro.

Filipe II vê perder-se o fruto de uma acção que lhe custa a sua principessa honra e, quem sabe? se não mesmo o secreto orgulho da sua taciturna consciência. Obstinação e incerteza é a contenda da liberdade com o despotismo; travam-se sangrentas batalhas, uma brilhante série de heróis reveza-se no campo da honra; Flandres e Brabante foi a escola que educou generais para o século vindouro. Uma guerra longa e devastadora desfaz a bênção da terra aberta, vencedores e vencidos esvaem-se em sangue, enquanto o Estado aquático nascente atraía a si a força de trabalho em fuga e erguia sobre as ruínas do seu vizinho o magnífico edifício da sua grandeza. Quarenta anos

durou uma guerra cujo final feliz não alegrou o olhar moribundo de Filipe, que aniquilou um paraíso na Europa e criou um novo a partir das suas ruínas – que devorou a flor da juventude guerreira, enriqueceu toda uma parte do mundo e tornou o proprietário de um Peru rico em ouro num homem pobre. Esse monarca, que sem reprimir o seu país podia desperdiçar novecentas toneladas de ouro, que obteve ainda muito mais por meio de artes tirânicas, acumulou uma dívida de cento e quarenta milhões de ducados para o seu despovoado país. Um ódio inconciliável à liberdade tragou todos esses tesouros e consumiu a sua vida real sem dar frutos; mas a Reforma medrou sob a devastação da sua espada e a nova república ergueu a sua vitoriosa bandeira a partir do sangue dos cidadãos.

Essa viragem pouco natural das coisas parece confinar com um milagre; mas muitas coisas se conjugaram para quebrar a violência desse rei e favorecer os progressos do jovem Estado. Se todo o peso do seu poder tivesse caído nas províncias unidas, não teria havido salvação para a sua religião, a sua liberdade. A sua própria ambição veio em ajuda da sua fraqueza ao obrigá-lo a dividir o seu poder. A dispendiosa política que consistia em pagar a traidores em cada governo da Europa, os apoios à Ligue na França, a revolta dos mouros em Granada, a conquista de Portugal e a pomposa construção do Escorial acabaram por esgotar os seus tesouros aparentemente tão desmesurados e proibiram-no de actuar no campo de batalha com energia e determinação. As tropas alemãs e italianas, atraídas para debaixo da sua bandeira pela mera esperança de capturar despojos, revoltaram-se então porque ele não lhes podia pagar, e abandonaram infielmente os seus chefes no momento decisivo da sua eficácia. Esses terríveis instrumentos de repressão viraram agora o seu perigoso poder contra ele próprio e agitaram-se com hostilidade nas províncias que lhe tinham permanecido fiéis. Esse infeliz armamento contra a Britânia, no qual ele ousou investir, como um jogador furioso, toda a energia do seu reino, acabou por consumir o seu desnervamento; com a Armada soçobrou o tributo das duas Índias e o cerne da heróica disciplina espanhola.

Mas precisamente à medida que o poder espanhol se esgotava, a república ganhava uma vida nova. As fracturas abertas nas províncias de Brabante, Flandres e Hennegau, que eram o arsenal e o reservatório de mantimentos dessa dispendiosa guerra, pela nova religião, pela tirania dos tribunais da fé,

pela furiosa pilhagem da soldadesca e pelas devastações de uma longa guerra sem interrupção, tornavam naturalmente de ano para ano mais difícil a manutenção e a renovação dos exércitos. Os Países Baixos católicos haviam já perdido um milhão de cidadãos e os campos calcados já não alimentavam os seus arados. A própria Espanha já só podia dispensar uma pequena parte da população. Estes países, surpreendidos por um rápido crescimento do bem-estar que havia trazido o ócio, tinham perdido muito da sua população e não podiam comportar esses envios de homens para o Novo Mundo e para os Países Baixos. Poucos entre eles voltavam a ver a sua pátria: esses poucos haviam-na deixado enquanto jovens e regressavam enquanto anciãos sem forças. O ouro, generalizado, tornava o soldado cada vez mais caro; a tentação avassaladora da languidez fazia subir o preço das virtudes opostas. Com os rebeldes tudo era inteiramente distinto. Todos os milhares expulsos pela crueldade dos regentes do sul dos Países Baixos, pela guerra dos huguenotes da França e pelas coacções à consciência de outras regiões da Europa, todos se lhes associaram. O seu posto de recrutamento era todo o mundo cristão. Em seu favor trabalhava o fanatismo dos perseguidores como dos perseguidos. O entusiasmo fresco de uma doutrina anunciada de novo, sede de vingança, fome e miséria desesperada atraíam aventureiros de todos os distritos da Europa para debaixo das suas bandeiras. Tudo o que era conquistado para a nova doutrina, tudo o que se tinha sofrido sob o despotismo ou ainda dele se tinha de recear futuramente tornava por assim dizer seu o destino dessa nova república. Cada humilhação infligida por um tirano criava um direito civil na Holanda. As pessoas apressavam-se a ir para um país onde a liberdade içava a sua deleitosa bandeira, onde a religião em fuga podia estar segura de encontrar respeito e segurança e vingança contra os seus opressores. Quando vemos a confluência de todos os povos na Holanda actual, recebendo de volta os seus direitos humanos ao entrarem no seu domínio, como teria de ter sido outrora, quando toda a restante Europa ainda suspirava sob uma triste opressão espiritual, quando Amsterdão era quase o único porto franco de todas as opiniões? Muitas centenas de famílias salvaram a sua riqueza num país protegido, de forma igualmente poderosa, pela união e pelo oceano. O exército republicano estava completo sem que tivesse sido necessário abandonar o arado. No meio do ruído das armas floresciam a indústria e o comércio e o pacato cidadão fruía antecipadamente todos os

frutos da liberdade, recém-conquistados com sangue alheio. Precisamente na altura em que ainda lutava pela sua existência, a república da Holanda deslocava as suas fronteiras para além do oceano universal e edificava tranquilamente os seus troncos na Índia oriental.

Mais ainda. A Espanha travava essa dispendiosa guerra com ouro inerte e infecundo, que nunca regressava à mão que o despendia mas que aumentava o preço de todas as carências. A tesouraria da república eram a capacidade de trabalho e o comércio. Aquela era reduzida, este multiplicado pelo tempo. Precisamente na medida em que os recursos do governo se iam esgotando com a longa duração da guerra, a república principiava de facto a fazer a sua colheita. Foi uma gratificante sementeira de aforro que se reproduziu tarde mas de forma centuplicada; a árvore, da qual Filipe arrancava os seus frutos, era um tronco derrubado e não reverdecia.

O destino adverso de Filipe quis que todos os tesouros, que ele esbanjava para arruinar as províncias, viessem ainda ajudar as mesmas a enriquecer. Esses fluxos ininterruptos do ouro espanhol tinham distribuído riqueza e luxo por toda a Europa; porém a Europa recebeu as suas carências ampliadas em grande parte das mãos dos habitantes dos Países-Baixos, que dominavam o comércio de todo o mundo de então e determinavam o preço de todas as mercadorias. Mesmo durante essa guerra, Filipe não podia recusar o comércio com os seus próprios súbditos e nem sequer poderia desejar tal coisa. Ele próprio pagava aos rebeldes as despesas da sua defesa: pois precisamente a guerra, que deveria desgastá-los, aumentava o saldo das suas mercadorias. O enorme dispêndio para as suas frotas e os seus exércitos fluía em grande parte para a tesouraria da república, que se mantinha em contacto com os mercados flamengos e brabantinos. O que Filipe movimentava contra os rebeldes actuava indirectamente em favor destes. Todas as somas desmesuradas que uma guerra de quarenta anos devorara haviam sido vertidas nos vasos das Danaides e desapareceram em fundo perdido.

O moroso decurso dessa guerra trouxe ao rei de Espanha tantos mais danos quantas mais vantagens aos rebeldes. O seu exército era composto pelos restos dessas tropas vitoriosas que já haviam acumulado os seus louros sob o comando de Carlos V. A idade e a antiguidade dos serviços davam-lhes direito ao descanso; muitos entre eles, enriquecidos pela guerra, desejavam impacientemente regressar à sua terra natal para terminarem tranquilamente uma vida

de esforços. O seu antigo zelo, o seu fogo heróico e a sua disciplina viril tinham decrescido precisamente no mesmo grau em que pensavam ter cumprido a sua honra e o seu dever e principiavam por fim a colher os frutos de tantas campanhas. A isso se acrescia o facto de tropas habituadas a vencerem qualquer resistência através da intempestividade do seu ataque se sentirem necessariamente fatigadas por uma guerra que exigia mais o exercício da paciência do que proporcionava prazer à sede de fama, sendo menores os perigos do que os incómodos e as carências. Nem a sua coragem pessoal nem a sua longa experiência bélica podiam ser-lhes úteis num país cuja particular configuração dava frequentemente vantagens mesmo ao mais cobarde dos seus habitantes. Num solo estrangeiro, por fim, *uma* derrota era-lhes mais prejudicial do que *muitas* vitórias face a um inimigo, que estava aqui em casa, lhes poderiam ser úteis. Com os rebeldes passava-se precisamente o contrário. Numa guerra tão morosa, na qual não ocorria nenhuma batalha decisiva, o inimigo mais fraco tinha de acabar por aprender com o mais forte, sendo que pequenas derrotas o habituavam ao perigo e pequenas vitórias alimentavam a sua confiança. No início da guerra civil, o exército republicano mal se podia exhibir diante do espanhol; a sua longa duração exercitou-o e enrijeceu-o. Assim como os exércitos espanhóis se fartaram de batalhar, do mesmo modo aumentou a autoconfiança dos rebeldes com a melhoria da sua disciplina bélica e experiência. Finalmente, meio século depois o mestre e o discípulo separaram-se, insuperados, como lutadores em plano de igualdade.

Além disso, em todo o decurso dessa guerra o campo rebelde actuou com maior coesão e unidade do que o campo do rei. Antes que aqueles perdessem o seu primeiro soberano, a administração dos Países Baixos passara por não menos do que cinco mãos distintas. A indecisão da duquesa de Parma transmitiu-se ao governo de Madrid e fez com que este percorresse em pouco tempo quase todas as máximas políticas. A dureza inflexível do duque de Alba, a brandura do seu sucessor Requesens, a astúcia e o ardid de D. João de Áustria e o espírito vivaz do príncipe de Parma, semelhante ao de César, deram a essa guerra tantas orientações opostas quanto o plano da rebelião sempre permaneceu o mesmo numa só cabeça, onde habitava com clareza e vivacidade. O mal maior consistia no facto de a máxima falhar por várias vezes o momento em que poderia ser aplicada. No início dos distúrbios, quando uma decisão rápida e uma constância viril podiam ainda esmagar a

rebelião no berço, as rédeas do governo foram entregues a uma mulher que as deixou oscilar com lassidão. Depois de a indignação se ter transformado numa verdadeira revolta, de as forças da facção e do rei já se encontrarem em maior equilíbrio e a guerra civil só poder ser impedida por uma diplomacia hábil e inteligente, a regência caiu nas mãos de um homem ao qual faltava precisamente essa virtude. A um observador tão atento como Guilherme o Taciturno não escapou nenhuma das vantagens dadas pela política errónea do seu adversário e, com uma perseverança tranquila, ele aproximou lentamente da meta o seu grande empreendimento.

Mas por que razão não surgiu o próprio Filipe II nos Países Baixos? Por que razão preferiu ele esgotar os meios menos naturais para não tentar aplicar o único que não podia falhar? Para quebrar o exuberante poder da nobreza, nenhuma saída era mais natural do que a presença pessoal do soberano. Ao lado da majestade, qualquer grandeza privada tinha de soçobrar, qualquer outro prestígio tinha de se apagar. Em lugar de deixar fluir a verdade em direcção ao trono distante de forma lenta e turva, em lugar de dar tempo à obra da imprecisão para atrasar a defesa e com isso impedir que amadurecesse até se tornar numa obra do entendimento, o seu próprio olhar penetrante teria separado a verdade do erro e não teria sido a sua humanidade mas apenas a fria arte política a poupar ao país um milhão de cidadãos. Quanto mais próxima estivesse a origem, tanto mais expressivos teriam sido os editais, quanto mais próximos estes estivessem da sua meta, tanto menos vigorosos e rápidos teriam resultado os golpes da revolta. Custa infinitamente mais fazer o mal na cara de um inimigo do que confiar na possibilidade de o praticar enquanto ele está ausente. A própria rebelião parecia de início estremecer diante do seu nome e adornou-se durante muito tempo com o pretexto artificial de vir em defesa da causa do soberano contra as usurpações arbitrarias por parte do seu regente. O surgimento de Filipe em Bruxelas teria posto fim de uma só vez a essa farsa. E que alívio teria sido para os Países Baixos se a sua presença lhes tivesse poupado apenas os males que se foram acumulando sem o seu conhecimento e contra a sua vontade! Quanto teria ele próprio ganho com isso, ainda que não tivesse servido para nada mais do que vigiar a utilização das incomensuráveis somas que, ilicitamente cobradas para fazer face às necessidades da guerra, desapareciam nas mãos rapaces dos seus administradores! O que os seus procuradores tiveram que

impor através do meio artificial do terror, teria Sua Majestade encontrado já no ânimo de todos. O que tornou aqueles em objectos de repulsa, ter-lhe-ia conquistado quando muito temor; pois o abuso de violência inata causa menor dor do que o abuso de violência recebida. A sua presença teria salvo milhares, ainda que ele nada mais fosse do que um déspota com sentido de economia; e ainda que ele nem sequer fosse *aquele*, o terror causado pela sua pessoa ter-lhe-ia preservado uma paisagem que se perdeu pelo ódio e o desprezo das suas maquinarias.

Assim como a opressão do povo neerlandês se tornou numa causa de todas as pessoas que sentiam os seus direitos, do mesmo modo poder-se-ia pensar que a desobediência e a independência desse povo deveriam ser um apelo a todos os príncipes para que defendessem a sua prerrogativa ao defenderem a do seu vizinho. Mas a inveja em relação a Espanha sobrepôs-se desta vez a essa simpatia política e os primeiros poderes da Europa colocaram-se, de forma ruidosa ou silenciosa, do lado da liberdade. O imperador Maximiliano II, embora tivesse obrigações face à Casa espanhola através de laços de parentesco, deu-lhe um motivo justo para que esta o acusasse de haver favorecido secretamente o partido dos rebeldes. Ao oferecer mediação, ele concedeu tacitamente às suas reclamações um grau de justiça que tinha de os encorajar a insistir nelas com maior perseverança. Sob a égide de um imperador que se tivesse mostrado sinceramente submisso à Corte espanhola, Guilherme de Orange dificilmente teria retirado tantas tropas e dinheiros da Alemanha. A França, sem quebrar a paz ostensiva e formalmente, colocou um príncipe de linhagem à cabeça dos rebeldes dos Países Baixos; as operações destes últimos foram executadas em grande parte com dinheiros e tropas franceses. Isabel de Inglaterra apenas exerceu uma justa vingança e reparação ao tomar a defesa dos rebeldes contra o seu legítimo comandante supremo e, embora o seu parco apoio bastasse quando muito para impedir a ruína total da república, porém isso já era infinitamente importante numa altura em que a sua coragem estava esgotada e só podia ser mantida pela esperança. Com essas duas potências, Filipe encontrava-se na altura ainda numa coligação de paz e ambas se tornaram para ele traidoras. Entre os fortes e os fracos, a honestidade deixa frequentemente de ser uma virtude; aquele que é temido raramente lucra com os laços mais sofisticados que fazem com que os iguais se mantenham juntos. O próprio Filipe havia banido a verdade da prática

política e ele próprio havia dissolvido a moral entre reis e transformado a astúcia na divindade do seu governo. Sem se satisfazer jamais com a sua superioridade, ele teve de lutar durante toda a sua vida com o ciúme que despertava nos outros. A Europa fê-lo expiar o abuso de um poder que ele na realidade nunca havia usado inteiramente.

Se se tiver em conta, face à desigualdade de ambos os opositores, que à primeira vista provoca tão grande espanto, todas as contingências que foram adversas àquele e favoreceram este, então desaparece o carácter sobrenatural dessa situação, permanecendo porém o que é extraordinário – e ter-se-á encontrado uma medida certa para avaliar o mérito próprio desses republicanos em prol da sua liberdade. Não se pense contudo que essa empresa tenha sido precedida de uma avaliação tão rigorosa das forças, ou que elas, ao fazerem-se a esse mar incerto, tenham sabido onde estava a margem à qual vieram posteriormente aportar. A maturidade com que a obra surgiu por fim na sua consumação não se encontrava na ideia dos seus autores, tão-pouco como a eterna separação das religiões terá surgido perante o espírito de Lutero quando este se ergueu contra as indulgências. Que diferença entre a humilde marcha daqueles mendigos em Bruxelas, que imploram por um tratamento mais humano como uma clemência, e a terrível majestade de um Estado livre negocea com reis como seus iguais e em menos de um século oferece o trono aos seus anteriores tiranos! A mão invisível do destino conduziu a seta disparada, num arco mais elevado, para uma direcção diferente daquela que lhe fora imprimida pela corda. No seio da feliz Brabante nasce a liberdade que, arrancada à mãe enquanto criança recém-nascida, irá trazer benesses à desprezada Holanda. Mas o próprio empreendimento não pode surgir-nos como sendo menor por ter tido um resultado distinto do que tinha sido pensado⁴. O ser humano trabalha, alisa e forma a pedra bruta trazida pelos tempos; pertencem-lhe o momento e o ponto, mas é o acaso que faz rolar a História universal. Se as paixões, que se mostraram diligentes nessa ocasião, não se mostraram indignas da obra a que serviram inconscientemente – se as forças que as ajudaram a executar, e as acções singulares, de cujo encadeamento ela resultou num maravilhoso crescimento, eram apenas forças em si nobres, belas e grandes acções, então a ocasião é para nós grande, interessante e frutuosa, e somos livres de nos surpreendermos com o intrépido nascimento do acaso ou dedicar a nossa admiração a um entendimento superior.

A História do mundo é igual a si própria como as leis da natureza e simples como a alma do ser humano. As mesmas condições trazem de volta os mesmos fenômenos. Precisamente nesse mesmo solo, onde agora os habitantes dos Países Baixos oferecem resistência ao seu tirano espanhol, os seus antepassados, os batavos e os belgas, lutaram com os seus tiranos romanos. Estando do mesmo modo submetidos contra a sua vontade a um soberano arrogante, do mesmo modo maltratados por sátrapas cobiçosos, é com semelhante rebeldia que deitam fora as suas cadeias e tentam a sua sorte numa luta igualmente desigual. O mesmo orgulho do conquistador, o mesmo ímpeto nacional no espanhol do século XVI e no romano do século I, a mesma bravura e virilidade em ambos os exércitos, o mesmo horror face ao seu comportamento na batalha. Tanto aqui como ali vemos a astúcia lutando contra um poder exagerado e a perseverança, secundada pela unidade, desgastar um enorme poder que perdeu a energia ao dividir-se. Tanto ali como aqui é o ódio privado que arma a nação; um único homem, nascido para o seu tempo, revela-lhe o perigoso segredo das suas forças e leva o seu mudo rancor a uma sangrenta declaração. “Confessai, Batavos!”, proclama Claudius Civilis aos seus concidadãos no Horto sagrado, “será que esses romanos nos tratam como aliados e amigos ou antes como lacaios servis? Estamos entregues aos seus funcionários e mandatários que, quando o roubo que nos fizeram e o nosso sangue os tiver saciado, serão substituídos por outros que renovarão a mesma violência sob outro nome apenas. Se alguma vez acontece que Roma nos mande um comandante supremo, então ele oprime-nos com um séquito ostensivo e caro e um orgulho ainda mais difícil de suportar. Aproximam-se de novo os recrutamentos que separam para sempre os filhos dos pais e os irmãos dos irmãos e entregam a vossa vigorosa juventude ao deboche romano. Agora, Batavos, o momento é nosso. Nunca Roma esteve tão em baixo como agora. Não vos deixeis apavorar por esses nomes das legiões; os seus acampamentos nada mais contêm do que velhos e presas. Nós temos o povo peão e camponês. A Germânia é nossa, a Gália desejosa de deitar fora o seu jugo. Mesmo que a Síria lhes seja submissa, e a Ásia e o Oriente que necessita de reis! Há ainda entre nós quem tenha nascido antes que se pagasse impostos aos romanos. Os deuses estão do lado dos bravos.” Sacramentos solenes consagram tanto esta conspiração como a Liga dos Gueux; como esta, envolve-se ardilosamente no manto da submissão, na majestade de um

grande nome. As cohortes de Civilis prestam juramento no Reno a Vespasiano, que se encontrava na Síria, de forma semelhante ao compromisso⁵ feito com Filipe II. O mesmo campo de batalha cria o mesmo plano de defesa, a mesma saída para o desespero. Ambos confiam a sua sorte oscilante a um elemento favorável; numa situação igualmente premente, Civilis salva a sua ilha – como quinze séculos depois dele Guilherme de Orange a cidade de Leiden – através de uma cheia artificial. A bravura batava põe a descoberto a impotência dos senhores do mundo, assim como a bela coragem dos seus netos exhibe aos olhos de toda a Europa a decadência do poder espanhol. A mesma fecundidade de espírito nos comandantes dos exércitos faz com que a guerra dure de forma igualmente obstinada e termine de forma quase tão duvidosa; mas notamos porém uma diferença: os romanos e os batavos guerreiam de forma humana, pois não guerreiam pela religião⁶.

Notas:

¹ Seguiu-se na edição de 1788: “A energia portanto, com a qual agiu, não desapareceu entre nós; o feliz sucesso que coroou a sua ousadia tão pouco nos é negado se as circunstâncias regressarem e motivos semelhantes nos exortarem a acções semelhantes.”

² “Deveres condenáveis” seriam aqueles cujo cumprimento seria punível (N. T.).

³ Carlos de Anjou foi Francisco de Anjou e Alençon (1555-1584), oitavo filho de Catarina de Medicis e irmão de Henrique III da França.

⁴ Seguiu-se na edição de 1788: “Dessa vaidade deveríamos estar curados por um conhecimento mais íntimo do mundo e actual e anterior.”

⁵ “Compromisso”: Liga neerlandesa de aristocratas que juraram fidelidade ao rei na condição de este se comprometer a respeitar a liberdade e os direitos da sua pátria.

⁶ Tácito, *Hist. Lib. IV.V*.

PRIMEIRO LIVRO¹

História precedente dos Países-Baixos até ao século XVI

Antes de entrarmos no âmago desta grande revolução, temos de recuar alguns passos em direcção à História antiga do país e ver como surgiu a constituição na qual o encontramos por altura dessa notável transformação.

A primeira entrada desse povo na História universal é o momento do seu declínio: foi dos seus vencedores que ele recebeu uma vida política. A ampla paisagem, que faz fronteira com a Alemanha a leste, com a França a sul, com o Mar do Norte a norte e a oeste e que entendemos como tendo a designação geral de Países Baixos, estava distribuída por três populações principais, todas elas de origem, costumes e espírito alemães, por altura da invasão romana na Gália². O Reno perfazia as suas fronteiras. À esquerda do rio habitavam os belgas³, à direita os frísios⁴ e os batavos⁵ na ilha formada pelos seus dois braços e o oceano. Cada uma destas nações singulares esteve sob o jugo dos romanos mais tarde ou mais cedo, mas os seus próprios conquistadores dão-nos os mais honrosos testemunhos da sua bravura. Os belgas, escreve César⁶, eram os únicos dos povos gauleses que detinham os invasores teutónicos e cimbrós longe das suas fronteiras. Todas as populações à volta do Reno, diz-nos Tácito⁷, eram superados em coragem heróica pelos batavos. Esse povo bravo prestava o seu tributo em soldados e era poupado pelos seus conquistadores, como o arco e a flecha, apenas para as batalhas. Os próprios romanos declaravam que a cavalaria batava era a melhor parte dos seus exércitos. Por muito tempo ela constituiu, como hoje o fazem os suíços, a guarda pessoal dos imperadores romanos; a sua coragem bravia assustou os dácios, uma vez que atravessou a nado o Danúbio com a armadura completa. Os mesmos batavos haviam acompanhado Agricola na sua expedição à Britânia, ajudando-o a conquistar esta ilha⁸. Entre todos eles, os frísios foram os últimos a serem vencidos e os primeiros a porem-se de novo em liberdade. Os pântanos entre os quais viviam levaram mais tempo a seduzir os conquistadores e saíram-lhes mais caros. O romano Drusus, que batalhava nessas paragens, construiu um canal do Reno ao Flevo, o actual Zuidersee, através do qual a frota romana penetrou no

Mar do Norte e, a partir deste, encontrou um caminho mais fácil para o interior da Alemanha pela foz do Ems e do Weser⁹.

Durante quatro séculos encontramos batavos nos exércitos romanos, mas depois dos tempos de Honorius o seu nome desaparece da História. Vemos a sua ilha inundada pelos francos, que voltam depois a perder-se na vizinha Bélgica. Os frísios quebraram o jugo dos seus dominadores distantes e impotentes e ressurgem como um povo livre e mesmo de conquistadores, regendo-se por costumes próprios e pelos resíduos das leis romanas e estendendo as suas fronteiras para além da margem esquerda do Reno. A Frísia foi de todas as províncias dos Países Baixos a que menos sofreu com a invasão de povos estrangeiros, com costumes e leis estranhos, conservando por uma longa série de séculos vestígios da sua constituição, do seu espírito nacional e dos seus costumes que mesmo nos dias de hoje não desapareceram inteiramente.

A época das migrações destrói a forma originária da maior parte destas nações; surgem outras combinações com outras constituições. As cidades e os acampamentos dos romanos desaparecem na devastação geral e com eles tantos outros monumentos da grande arte dos seus regentes, que tinham sido construídos com o trabalho de mãos estrangeiras. Os diques abandonados entregaram-se de novo à fúria das suas correntes e ao oceano invasor. As maravilhas da mão humana, os canais artificiais, secam, os rios alteram o seu curso, a terra firme e o mar confundem os seus limites e a natureza do solo transforma-se com os seus habitantes. A correlação das duas épocas parece suprimida e com uma nova stirpe principia uma nova História.

A monarquia dos francos, que surgira sobre as ruínas da Gália romana, tinha engolido todas as províncias neerlandesas e implantado a fé cristã nestes países nos séculos VI e VII. A Frísia, a última de entre elas, foi subjugada por Carlos Martel após uma renitente guerra da Coroa franca e abriu o caminho com as suas armas ao Evangelho. Carlos Magno uniu todos esses países, que então perfaziam uma parte da vasta monarquia edificada por este conquistador com a Alemanha, a França e a Lombardia. Quando esse grande império voltou a ser desmembrado pelos seus sucessores, também os Países Baixos se tornaram em províncias ora alemãs, ora francas, ora lotaríngias e acabamos por encontrá-las sob ambas as designações de Frísia e Baixa Lotaríngia¹⁰.

Com os francos chegou também o nascimento do Norte, o sistema feudal, a esses países e também aqui ele degenerou, como em todos os outros. Os vassallos mais poderosos foram-se separando gradualmente da Coroa e os funcionários reais apoderaram-se das terras que deviam superintender como sua propriedade hereditária. Mas esses vassallos renegados só podiam afirmar-se face à Coroa com a ajuda dos seus súbditos, e o apoio prestado por estes tinha de ser comprado através de novos feudos. Por meio de usurpações e doações religiosas, o clero tornou-se poderoso e depressa alcançou uma existência independente nas suas abadias e nos seus bispados. Assim, os Países Baixos estavam, nos séculos X, XI, XII e XIII fragmentados em pequenos domínios soberanos, cujos senhores prestavam homenagem ora ao império alemão, ora aos reis francos. Através de aquisição, de matrimónio, de heranças ou de conquistas, vários desses domínios foram frequentemente reunificados sob a égide de *uma* linhagem principal e no século XV vemos a Casa da Borgonha na posse da maior parte dos Países Baixos¹¹. Filipe o Bom, duque da Borgonha havia já, de forma mais ou menos legítima, juntado sob a sua égide onze províncias, a que Carlos o Temerário, seu filho, juntou mais duas pela força das armas. Deste modo surgiu sem se fazer notar um novo estado na Europa a que nada faltava senão o nome para ser o reino mais florescente desta parte do mundo. Esses amplos domínios tornaram os duques da Borgonha em temíveis vizinhos para a França e o espírito inquieto de Carlos o Temerário tentou esboçar o plano de uma conquista que deveria compreender todas as terras desde o Zuidersee e a foz do Reno até à Alsácia. Os inesgotáveis recursos deste príncipe justificavam de certo modo essa ousada quimera. Um exército terrivelmente poderoso ameaçava consumá-la. Já a Suíça tremia pela sua liberdade, mas a inconstante fortuna abandonou-o em três tremendas batalhas e o presunçoso conquistador perdeu-se entre os vivos e os mortos¹².

A única herdeira de Carlos o Temerário, Maria, a princesa herdeira mais rica desse tempo e a funesta Helena que trouxe a ruína a essas terras, preenchia agora as expectativas de todo o mundo de então. Dois grandes príncipes, o rei Luís XI da França em nome do Delfim, seu filho, e Maximiliano da Áustria, o terceiro filho do imperador Frederico, surgiram entre os seus pretendentes. Aquele a quem ela oferecesse a sua mão deveria tornar-se no príncipe mais poderoso na Europa e aqui esta região principiou a temer pelo

seu equilíbrio pela primeira vez. Luís, o mais poderoso entre ambos, podia secundar o seu pedido pela força das armas; mas o povo neerlandês, que concedia a mão da sua princesa, contornou esse temível vizinho e decidiu em favor de Maximiliano, cujos domínios longínquos e poder mais limitado não ameaçavam tanto a liberdade do território. Uma política infiel e infeliz, que através de uma particular conjuntura celeste apenas acelerou o triste destino que a sua concepção havia tentado evitar.

Filipe o Belo, filho de Maria e Maximiliano, foi presenteado pela sua noiva espanhola com aquela vasta monarquia que Fernando e Isabel haviam fundado pouco tempo antes; e Carlos da Áustria, o seu filho, era por nascimento senhor dos reinos de Espanha, das duas Sicílias, do Novo Mundo e dos Países Baixos.

O povo peão saiu aqui mais cedo do que nos outros domínios feudais de uma triste servidão da gleba e depressa adquiriu uma existência burguesa¹³ própria. A situação favorável do país junto ao mar do Norte e a grandes rios navegáveis cedo despertaram aqui o comércio, que reuniu as pessoas nas cidades, animando as artes e ofícios, atraindo estrangeiros e espalhando o bem-estar e a abundância entre eles. Por maior que fosse o desprezo com que a política belicista dessa época olhava para toda a actividade útil, os soberanos locais não podiam ignorar inteiramente as vantagens essenciais que dali decorriam. A crescente população das suas regiões, os variados tributos que eles extorquiam aos nativos e aos estrangeiros sob os diferentes títulos de alfândega, portagem, dinheiro de trânsito, companhia, dinheiro de ponte, derrama de mercado, direito de preferência, etc., eram tentações demasiado fortes para que ficassem indiferentes àqueles a quem deviam os mesmos. A sua própria ganância fez com que eles promovessem o comércio e mesmo a barbárie deu uma ajuda, como acontece com frequência, até finalmente uma saudável arte política vir ocupar o seu lugar. Na sequência de tal processo, eles próprios atraíram os comerciantes lombardos, concederam às cidades alguns privilégios relevantes e a capacidade de exercer justiça, com o que estas ganharam enormemente em prestígio e influência. As muitas guerras que os condes e duques travaram entre si e com os seus vizinhos tornaram-nos dependentes da boa vontade por parte das cidades, que haviam criado peso através da sua riqueza e sabido conquistar importantes prerrogativas através dos subsídios que concediam. Com o tempo, tais privilégios alargaram-se às populações comuns,

assim como as cruzadas haviam feito sentir à nobreza a necessidade de se armar, assim como uma nova via para a Europa havia sido aberta aos produtos do Oriente e o luxo emergente criou novas carências para os seus príncipes. É assim que encontramos, já nos séculos XI e XII, uma constituição mista nesses países, onde o poder do soberano é visivelmente limitado pela influência dos estados sociais, nomeadamente da nobreza, do clero e das cidades. Estas, que eram chamadas Estados, reuniam-se tantas vezes quantas eram necessárias à província. Sem o seu acordo nenhuma lei nova era válida, sendo tão-pouco possível travar guerras, cobrar impostos, alterar a moeda e admitir um estrangeiro em qualquer sector da administração pública. Tais privilégios eram comuns a todas as províncias; outros eram distintos de acordo com os diferentes territórios. O governo era hereditário, mas o filho não assumia os direitos do pai antes de haver jurado solenemente sobre a Constituição¹⁴.

O primeiro legislador é a necessidade; todas as carências encontradas nesta constituição são, na sua origem, as carências do comércio. Assim, a constituição da república fundamenta-se na classe comerciante e as suas leis são posteriores aos seus negócios. O último artigo desta constituição, que exclui estrangeiros de todo o serviço público, é uma consequência natural de todos os anteriores. Uma relação tão complexa e artificial entre o soberano e o povo, que se alterava especificamente em cada província e muitas vezes dentro de uma só cidade, exigia homens que associassem também o mais vivo brio na manutenção das liberdades territoriais ao mais profundo conhecimento das mesmas. Nenhuma dessas duas coisas podia ser pressuposta num estrangeiro. Essa lei era aliás válida para cada província em particular, de modo que no Brabante não podia ser contratado nenhum flamengo, nem um holandês na Zelândia; e a lei manteve-se também depois de todas essas províncias terem sido unificadas sob a égide de *um* soberano.

Por entre todas as outras, era o Brabante que gozava da mais exuberante liberdade. Os seus privilégios eram considerados tão importantes que muitas mães das províncias limítrofes se mudavam para lá por altura do parto para lá ter as crianças e fazer com que gozassem as prerrogativas desse bem-aventurado país, do mesmo modo, diz Strada, que plantas provenientes de um céu mais ruim se vêem enobrecidas numa região do globo mais amena¹⁵.

Depois de a casa de Borgonha ter unido várias províncias sob a sua égide, as assembleias provinciais, que até então haviam sido tribunais independentes,

foram subordinadas a um tribunal geral em Mechelen, que associou os diferentes membros num corpo único e passou a decidir, como última instância, acerca de todas as causas cíveis e penais. A soberania das províncias singulares foi abolida e o poder majestático residia agora no senado de Mechelen.

Após a morte de Carlos o Temerário, os estados sociais não deixaram de usar o embaraço da sua duquesa que estava ameaçada pelas armas da França e em seu poder¹⁶. Os estados da Holanda e da Zelândia obrigaram-na a assinar uma longa carta de liberdades, que lhes assegurava os mais importantes direitos de soberania¹⁷. A ousadia dos habitantes de Gent chegou ao ponto de arrebatá-la da cátedra por sua própria decisão os favoritos de Maria, que haviam tido a infelicidade de lhes desagradarem, decapitando-os aos olhos desta princesa. Durante a curta regência da duquesa Maria até ao seu casamento, arraiamiúda ganhou uma força que a aproximava muito de um Estado livre. Após a morte da sua esposa, Maximiliano assumiu o governo pelo seu próprio poder, enquanto tutor do seu filho. Os Estados, ofendidos nos seus direitos por esta intervenção, não reconheceram o seu poder e não puderam ser induzidos a tolerá-lo mais do que por um tempo limitado e em condições proclamadas sob juramento.

Maximiliano julgava poder sobrepor-se à constituição depois de se haver tornado rei por direito romano. Decretou impostos extraordinários para as províncias, concedeu serventias a borgonheses e alemães e trouxe tropas estrangeiras para as províncias. Mas com o poder do seu regente também havia crescido o ciúme desses republicanos. O povo pegou em armas quando ele entrou em Bruges com um grande séquito de estrangeiros, apoderando-se da sua pessoa e aprisionando-o no castelo. Independentemente do poderoso apoio da corte imperial e romana, ele não obteve a sua liberdade de volta até que tivesse sido dada uma garantia de segurança à nação acerca dos pontos em litígio.

A segurança da vida e da propriedade, que nascera de leis brandas e de uma prática semelhante da justiça, havia encorajado a capacidade de trabalho e a diligência nesses países. Em constante luta com o oceano e a foz de rios arrebatadores, que se agitavam contra a parte mais baixa do país e cuja violência tinha de ser quebrada por diques e canais, esse povo cedo havia aprendido a prestar atenção à natureza em seu redor, a contrariar um elemento mais poderoso por meio da diligência e constância e, do mesmo

modo que o egípcio ensinado pelo seu Nilo, a exercitar o seu espírito inventivo e a sua acuidade numa engenhosa defesa. A fecundidade natural do seu solo, que favorecia a agricultura e a criação de gado, fez em simultâneo aumentar a população. A sua feliz situação junto ao mar e dos grandes rios navegáveis da Alemanha e da França, que desaguam em parte aqui, tantos canais artificiais que cortam o país em todas as direcções, tudo isso revitalizava a navegação, e o tráfego interno das províncias, com isso tão facilitado, em breve despertou um espírito mercantil nesses povos.

As vizinhas costas britânicas e dinamarquesas foram as primeiras a serem visitadas pelas suas naus. A lã inglesa, por estas trazida, passou a ocupar mil mãos diligentes em Bruges, Gent e Antuérpia e já em meados do século XII se usavam tecidos da Flandres na França e na Alemanha. Já no século XI encontramos navios frísios no Belt e mesmo no mar levantino. Esse corajoso povo ousou mesmo rumar sem bússola ao extremo norte da Rússia passando a sul do Pólo Norte¹⁸. Através das cidades de Leste¹⁹, os Países Baixos recebiam uma parte do comércio levantino que vinha do Mar Negro e passava pelo império russo até ao Mar Báltico. Quando no século XIII esse comércio principiou a declinar, quando as cruzadas abriram um novo caminho às mercadorias indianas através do Mar Mediterrânico, quando as cidades italianas se apoderaram desse frutuoso ramo comercial e na Alemanha se constituiu a Grande Hansa, os Países Baixos tornaram-se no entreposto mais importante entre o norte e o sul. O uso da bússola ainda não se havia generalizado e velejava-se ainda com lentidão e dificuldade ao longo das costas. Os portos marítimos bálticos gelavam em grande parte nos meses de Inverno e tornavam-se inacessíveis a qualquer meio de transporte²⁰. Logo, as naus que não podiam concluir o longo caminho entre o Mar Mediterrânico até ao Belt numa estação, escolhiam juntar-se num lugar de acolhimento que se encontrava equidistante das duas partes. Tendo na retaguarda um território incomensurável, com o qual estavam em contacto através de correntes navegáveis, abertos ao oceano a ocidente e a norte através de portos acolhedores, os Países Baixos pareciam ter sido expressamente criados para serem um lugar de encontro dos povos e um ponto central para o comércio. Nas cidades neerlandesas mais distintas foram instalados armazéns. Portugueses, espanhóis, italianos, franceses, ingleses, alemães, dinamarqueses e suecos convergiam aqui com produtos de todas as regiões do mundo.

A concorrência dos vendedores fazia baixar o preço das mercadorias; a indústria viu-se revigorada porque o mercado se encontrava à porta. Com o necessário câmbio de dinheiro surgiu o comércio bancário, que criou uma nova fonte de riqueza. Os príncipes locais, finalmente familiarizados com as suas reais vantagens, estimulavam o comerciante por meio da concessão das mais importantes liberdades e sabiam como proteger o seu negócio através de vantajosos acordos com potências estrangeiras. Quando, no século XV, várias províncias isoladas se juntaram sob a égide de *um* soberano, também terminaram as suas prejudiciais guerras privadas e os seus privilégios, até então separados, associaram-se então com maior rigor através de um governo comum. O seu comércio e bem-estar florescia no seio de uma longa paz, que a supremacia dos seus príncipes impunha aos reis dos territórios vizinhos. A bandeira borgonhesa era temida em todos os mares²¹, o prestígio do seu soberano realçava os seus empreendimentos e tornava os empreendimentos privados em assuntos de um temível Estado. Uma protecção tão poderosa criou a possibilidade de renunciarem mesmo à Liga Hanseática e de perseguirem esse renitente inimigo por todos os mares. Os comerciantes hanseáticos, a quem a costa espanhola estava vedada, acabaram por ter de frequentar a contragosto as feiras flamengas e receber as mercadorias espanholas através de armazéns neerlandeses.

Bruges, na Flandres, era nos séculos XIV e XV o centro de todo o comércio europeu e a grande feira de todas as nações. No ano de 1468 foram contadas cento e cinquenta naus mercantes a entrarem ao mesmo tempo no porto de Sluys²². Para além da rica sucursal da Liga Hanseática, estavam ainda aqui quinze companhias comerciais com os seus escritórios, muitas feitorias e famílias comerciais de todos os países europeus. Aqui se encontrava o entreposto de todos os produtos nórdicos para o sul e de todos os do sul e do levante para o norte. Estes seguiam com os navios hanseáticos pelo estreito e pelo Reno até à Alta Alemanha²³ ou eram conduzidos pelo eixo lateral até Braunschweig ou Lüneburg.

No decurso inteiramente natural da humanidade, a esse bem-estar seguiu-se uma desemfreada abundância. O sedutor exemplo de Filipe o Bom só podia tornar essa época mais acelerada. A corte dos duques borgonheses era a mais luxuriante e pomposa na Europa, mesmo sem excluir a Itália. O dispendioso trajar dos grandes, que depois serviu de modelo aos espanhóis

e que acabou por passar para a corte austríaca, depressa desceu ao povo e o mais humilde cidadão cuidava do seu corpo em veludo e seda²⁴. “À abundância”, disse-nos Comines (um escritor que viajou pelos Países Baixos em meados do século XV), “havia-se seguido a soberba. A pompa e vaidade no vestir foi levada a um enorme aparato pelos dois sexos. Tal grau de esbanjamento, como aqui no que dizia respeito ao luxo dos banquetes, nunca havia sido atingido por nenhuma população. A promiscuidade imoral de ambos os sexos nos banhos públicos e outros lugares de reunião que agudizavam a sensualidade havia expulsado todo o pudor – e aqui não se fala da habitual exuberância dos grandes; a população feminina mais baixa entregava-se a esses desvarios sem limite nem medida.”²⁵

Mas quão mais satisfatório é, para o amigo da humanidade, mesmo tal excesso comparado com a triste sobriedade da carência e a virtude bárbara da estupidez, que então oprimiam quase toda a Europa! A época borgonhesa brilha como algo benfazejo nesses sinistros séculos, como um ameno dia de Primavera nos arrepios de Fevereiro.

Mas precisamente esse florescente bem-estar acabou por levar à ruína essas cidades flamengas. Gent e Bruges, inebriadas de liberdade e abundância, declararam guerra ao soberano de onze províncias, Filipe o Bom, guerra essa que termina para elas de forma tão infeliz quanto desmesurada fora a forma como havia sido empreendida. Gent perdeu, só no encontro de Gaure²⁶, muitos milhares de homens e teve de apaziguar a ira do vencedor com uma coima de quatrocentos mil florins em ouro. Todas as pessoas que representavam a autoridade e os cidadãos mais distintos da cidade, de seu número dois mil, tiveram de percorrer uma milha francesa ao encontro do duque e, em camisa, descalços e de cabeça descoberta, de pedir-lhe clemência de joelhos. Nessa ocasião, foram-lhes retirados alguns preciosos privilégios; uma perda irreparável para todo o seu futuro comércio. No ano de 1482, não foram muito mais felizes ao fazerem guerra a Maximiliano de Áustria, para lhe arrebatarem a tutela sobre o seu filho, que ele se havia ilegitimamente arrogado; a cidade de Bruges aprisionou em 1487 o próprio arquiduque e mandou executar alguns dos seus mais proeminentes ministros. O imperador Frederico III avançou com um exército bélico para o seu território a fim de vingar o seu filho e manteve bloqueado o porto de Sluys durante dez anos, o que inibiu todo o comércio. Aqui o apoio mais importante foi concedido

por Amsterdão e Antuérpia, cuja inveja já havia há muito sido incitada pelo florescimento das cidades flamengas. Os italianos principiaram a trazer as suas próprias mercadorias de seda para vender em Antuérpia e os tecelões flamengos, que se haviam radicado na Inglaterra, mandaram também para aí as suas mercadorias, com o que a cidade de Bruges se viu privada de dois importantes ramos de comércio. O seu altivo orgulho já havia ofendido há muito a Liga Hanseática, que também a abandonou então e transferiu o seu armazém para Antuérpia. No ano de 1516 foram-se embora todos os comerciantes estrangeiros, só ficando alguns espanhóis; mas o seu bem-estar murchou lentamente, como havia florescido²⁷.

Antuérpia recebeu no século XVI o comércio expulso pela exuberância das cidades flamengas, e no reinado de Carlos V Antuérpia era a cidade mais viva e magnífica do mundo cristão. Um rio como o Escalda, cujo amplo estuário tem as marés em comum com o Mar do Norte e consegue transportar as mais pesadas naus até às suas muralhas, tornou-se no natural ponto de encontro de todas as naus que visitavam essa costa. As suas feiras livres atraíram negociantes de todos os países²⁸. A indústria da nação havia atingido o seu máximo florescimento no início desse século. A agricultura e o cultivo do linho, a criação de gado, a caça e a pesca enriqueciam o camponês; artes, manufacturas e comércio o habitante das cidades. Não faltou muito tempo para que fossem vistos produtos da actividade laboriosa de Flandres e do Brabante na Arábia, Pérsia e Índia. Os seus navios cobriam o oceano e vemo-los no mar Negro disputar com os genoveses o protectorado²⁹. O navegador neerlandês distinguia-se pela particularidade de se fazer ao mar em todas as alturas do ano e de nunca parar no Inverno.

Depois de o novo caminho marítimo ter sido descoberto em torno do Cabo sul-africano e o comércio português com a Índia oriental ter feito declinar o comércio levantino, os neerlandeses não sentiram a ferida que havia sido aberta nas repúblicas italianas; os portugueses ergueram os seus entrepostos no Brabante e as especiarias de Calecute eram agora ostentadas no mercado de Antuérpia³⁰. Para aqui fluíam as mercadorias da Índia ocidental, com o que a arrogante indolência espanhola pagava a laboriosidade neerlandesa. O entreposto da Índia oriental atraiu as famosas casas comerciais de Florença, Lucca e Génova, trazendo de Augsburg os Fugger e os Welser. Para aqui trazia agora a Hansa as suas mercadorias nórdicas e a companhia

inglesa tinha aqui a sua sucursal. A arte e a natureza pareciam aqui exhibir toda a sua riqueza. Era uma portentosa exposição das obras do Criador e das pessoas³¹.

A sua fama espalhou-se em breve pelo mundo inteiro. No final desse século, uma sociedade de comerciantes turcos pediu licença para aí se estabelecer e fornecer os produtos do Oriente através da Grécia. Com o comércio de mercadorias aumentou também o comércio de dinheiro. Os seus cambiais eram válidos em todos os confins da terra. Antuérpia, afirma-se, fazia então num mês mais e maiores negócios do que em dois anos Veneza nos seus tempos mais esplendorosos³².

No ano de 1491, toda a Liga Hanseática realizou nesta cidade a sua assembleia solene, que até então havia tido lugar em Lübeck. No ano de 1531 foi erigida a Bolsa, a mais pomposa em toda a Europa de então, correspondendo ao orgulho da sua inscrição³³. A cidade contava agora com cem mil habitantes. A transbordante vida, o mundo que aqui acorria infinitamente, ultrapassa toda a crença. Duzentos, duzentos e cinquenta mastros surgiam frequentemente em simultâneo no seu porto; não passava nenhum dia sem que chegassem e partissem quinhentos ou mais navios; nos dias de mercado, esse número atingia os oitocentos ou novecentos. Diariamente atravessavam as suas portagens duzentos ou mais coches; mais de dois mil carros de mercadorias eram vistos chegar da Alemanha, da França e da Lorena, sem contar com os carros de camponeses e carregamentos de cereais, cujo número costumava ascender aos dez mil. Trinta mil mãos estavam só nessa cidade ao serviço da companhia inglesa de comércio e transportes. O governo ganhava milhões por ano em taxas de mercado, alfândega e sisa. Podemos fazer uma ideia dos recursos da nação se ouvirmos dizer que os impostos extraordinários, que ela tinha de pagar a Carlos V para as suas numerosas guerras, eram calculados em quarenta milhões em ouro³⁴.

Esse florescente bem-estar era devido pelos neerlandeses à sua liberdade, tanto quanto à situação natural do seu país. Leis titubeantes e o arbítrio despótico de um príncipe saqueador teriam destruído todas as vantagens que uma natureza favorável tinha derramado sobre eles em tão rica plenitude. Só a sacralidade inviolável das leis pode assegurar ao cidadão os frutos do seu trabalho e nele inculcar essa feliz confiança que é a alma de qualquer actividade.

O génio dessa nação, desenvolvido através do espírito do comércio e do intercâmbio com tantos povos, brilhava em invenções úteis; no seio da abundância e da liberdade amadureciam as artes mais nobres. Da iluminada Itália, à qual Cosmo de Medicis havia devolvido pouco tempo antes a sua idade de ouro, os neerlandeses importaram a pintura, a arquitectura, a arte de talhar e gravar para o seu país, tendo aqui num novo solo atingido um novo florescimento. A escola neerlandesa, uma filial da italiana, concorria pouco depois com a escola-mãe pelo prestígio e ditava as leis às belas-artistas em toda a Europa, juntamente com esta. As manufacturas e artes, nas quais os neerlandeses haviam principalmente baseado o seu bem-estar, o que em parte ainda acontece, não necessitam já de referência. A produção de tapeçarias, a pintura a óleo, a arte de pintar sobre o vidro, os próprios relógios de bolso e de sol, como afirma Guicciardini, são na sua origem invenções neerlandesas; a eles se deve o aperfeiçoamento da bússola, cujos pontos ainda hoje são conhecidos pelo nome neerlandês. No ano de 1482 foi inventada a arte de impressão de livros em Haarlem e quis o destino que essa útil arte viesse posteriormente a compensar a sua pátria com a liberdade. Ao mais frutuoso engenho para novas invenções juntava-se um feliz talento para aperfeiçoar invenções estrangeiras ou já existentes; poucas artes mecânicas haverá que não tenham sido produzidas nesse solo ou se tenham pelo menos desenvolvido com vista a uma maior perfeição.

Os Países Baixos sob a égide de Carlos V

Até então, as províncias eram o Estado mais invejado na Europa. Nenhum dos duques borgonheses havia consentido em derrubar a Constituição; mesmo para o espírito arrebatado de Carlos, o Temerário, que se preparara para lançar a servidão sobre um Estado livre e estrangeiro³⁵, ela havia permanecido sagrada. Todos esses príncipes haviam crescido numa expectativa que não era senão governar uma república e nenhum dos seus domínios podia dar-lhes outra experiência. Além disso, esses príncipes nada mais possuíam do que os Países Baixos lhes davam, nenhum exército para além do que a nação lhes fornecia, nenhuma riqueza senão a que as Cortes aprovavam. Agora tudo se alterava. Agora haviam caído sob a égide de um

senhor que tinha acesso a outros instrumentos e outros recursos, que podia armar contra eles uma potência estrangeira³⁶. Carlos V actuava arbitrariamente nos seus Estados espanhóis; nos países Baixos ele nada mais era do que o primeiro cidadão. A mais completa repressão a sul do seu império tinha de fazer com que ele desprezasse os direitos dos indivíduos; aqui era-lhe recordada a necessidade de os honrar. Quanto mais ele experimentava ali o prazer do poder ilimitado, e quanto maior era a opinião que lhe era inculcada de si próprio, tanto menor era a vontade de descer aqui ao nível da humilde humanidade, tanto mais era necessário aliciá-lo para que vencesse essa barreira. Exige-se já uma grande virtude para não combater o poder que se opõe aos nossos mais caros desejos³⁷.

A preponderância de Carlos despertou simultaneamente nos neerlandeses a desconfiança que acompanha sempre a impotência. Nunca haviam sido mais susceptíveis em favor da sua Constituição, nunca haviam tido mais dúvidas acerca dos direitos do soberano, nunca haviam sido tão cautelosos nas suas negociações. Encontramos no seu governo as mais violentas erupções do espírito republicano e as pretensões da nação levadas frequentemente a um abuso que adornava os progressos do poder real com uma aparência de legalidade. Um soberano irá sempre considerar a liberdade civil como um distrito alienado do seu domínio, que ele tem de recuperar. Para um cidadão, a soberania é uma torrente arrebatadora que inunda as suas prerrogativas. Os neerlandeses protegiam-se por meio de diques contra o seu oceano e contra os seus príncipes por meio de constituições. Toda a História universal é uma luta eternamente repetida do desejo de dominação e da liberdade em torno dessa disputada mancha de terra, assim como a História da natureza nada mais é do que uma luta dos elementos e corpos pelo seu espaço.

Os Países Baixos sentiram pouco depois que se haviam tornado na província de uma monarquia. Enquanto os anteriores soberanos não haviam tido uma ambição mais elevada do que gerir o seu bem-estar, a sua situação aproximava-se da felicidade tranquila de uma família coesa, cujo chefe era o regente. Carlos V conduziu-os para a arena do mundo político. Agora eles constituíam um membro do corpo gigante que era usado como instrumento da sede de honraria de um único indivíduo. Deixaram de ser o seu próprio objectivo, o centro da sua existência havia sido transferido para a alma do seu regente. Uma vez que todo o seu governo era apenas um movimento

para o exterior ou um acto político, logo ele tinha acima de tudo de dominar todos os seus membros para se servir deles com afincos e celeridade. Era impossível que pudesse envolver-se no mecanismo moroso da sua vida civil interna ou conceder aos seus privilégios particulares a meticulosa atenção exigida pela sua circunstancialidade republicana. Com um audaz passo de monarca, ele espezinhou a construção artificial de um mundo de vermes. Tinha de facilitar o uso das suas energias através da unidade. O tribunal de Mechelen havia sido até então uma instância independente; ele submeteu-o a um conselho real que sediou em Bruxelas e que era o órgão da sua vontade. Trouxe estrangeiros para o âmago da sua estrutura, aos quais confiou os cargos mais importantes. Homens que não tinham outro apoio para além da clemência real não podiam deixar de ser maus guardiões de prerrogativas que além do mais lhes era pouco familiar. A crescente despesa do seu belicoso governo obrigou-o a multiplicar as suas fontes de recurso. Deixando para trás os seus mais sagrados privilégios, ele impôs às províncias impostos inusitados; os Estados, a fim de salvar a sua reputação, tiveram de aprovar o que ele tinha tido a humildade de não impor; toda a história da governação deste monarca nos Países Baixos é quase exclusivamente um catálogo permanente de impostos exigidos, recusados e por fim aprovados. Contra a Constituição, conduziu tropas estrangeiras para dentro do seu território, mandou angariar soldados nas províncias para o seu exército e envolveu-as em guerras que eram alheias, quando não prejudiciais, ao seu interesse e que elas não haviam aprovado. Puniu os erros de um Estado livre como monarca, e o terrível castigo de Gent³⁸ anunciou-lhes a grande mudança que a sua Constituição havia já sofrido.

O bem-estar do país estava assegurado na medida em que era necessário aos projectos políticos do seu soberano, na medida em que a política racional de Carlos não iria certamente ferir as regras de saúde do corpo do qual ele se via obrigado a exigir esforço. Felizmente, os modelos opostos da vontade de dominar e do mais altruísta amor ao próximo convergem com frequência e o bem-estar civil, que um Marco Aurélio coloca na sua meta, é ocasionalmente promovido sob a égide de um Augusto ou de um Luís³⁹.

Carlos V reconheceu perfeitamente que o comércio era a força da nação e o fundamento do seu comércio a liberdade. Ele poupou a sua liberdade porque necessitava da sua força. Politicamente mais avisado, não mais justo

do que o seu filho, ele submeteu as suas máximas à necessidade do lugar e do presente e retirou em Antuérpia um decreto que teria imposto em Madrid com todos os horrores da violência.

O que torna especialmente digna de nota a governação de Carlos V para os Países Baixos é a grande revolução religiosa que ocorreu sob o seu domínio e que nos irá ocupar de forma mais circunstanciada como a mais importante origem da rebelião que se seguiu. Foi ela a primeira a levar a violência arbitrária à mais íntima sacralidade da sua Constituição, ensinando-a a prestar uma prova terrível da sua perícia e tornando-a por assim dizer conforme às leis ao colocar num perigoso cume o espírito republicano. Assim como o último resvalou para a anarquia e a revolta, o poder monárquico ascendeu ao nível máximo do despotismo.

Nada é mais natural do que a transição da liberdade civil para a liberdade de consciência. A pessoa ou o povo, que através de uma Constituição política feliz tenha tomado conhecimento dos valores humanos, que se tenha habituado a aceitar a lei vigente ou que a tenha mesmo criado, cujo espírito tenha sido iluminado por uma actividade, cujos sentimentos se tenham aberto aos prazeres da vida, cuja coragem natural tenha sido elevada pela segurança interna e pelo bem-estar, tal povo e tal pessoa submeter-se-ão mais dificilmente do que outros ao domínio cego de uma crença obtusa e despótica e voltarão a erguer-se de novo mais cedo do que outros contra tudo isso. Outra circunstância tinha ainda de favorecer a nova religião nesses países. A Itália, outrora a sede do maior requinte espiritual, um país onde as mais radicais facções políticas haviam demonstrado a sua fúria, onde um clima ardente aquece o sangue ao nível dos afectos mais selvagens, a Itália, poder-se-ia contrapor, foi de entre todos os países europeus aquele que mais livre permaneceu face a essa inovação. Mas para um povo romântico, mantido num eterno prazer sensorial por um céu tépido e ameno, por uma natureza exuberante, sempre jovem e risonha, e pelos mais variados feitiços da arte, era mais adequada uma religião cuja pomposa ostentação aprisiona os sentidos, cujos misteriosos enigmas abrem um espaço infinito à fantasia, cujas doutrinas mais distintas se insinuam na alma através de formas pitorescas. Um povo que, pelo contrário, as ocupações da vida civil e burguesa comum haviam feito descer a uma realidade pouco poética, que vive mais em conceitos claros do que em imagens e forma a sua racionalidade humana à custa da

sua imaginação – para tal povo será aconselhada uma crença que tema menos ser posta à prova, que tenda menos para a mística do que para a doutrina moral, que possa ser não tanto contemplada mas sim entendida. Em poucas palavras: a religião católica será no seu todo mais adequada para um povo de artistas, a religião protestante mais para um povo de comerciantes.

Neste pressuposto, a nova doutrina espalhada por Lutero na Alemanha e por Calvino na Suíça tinha de encontrar nos Países Baixos o mais favorável solo de acolhimento⁴⁰. As suas primeiras sementes foram lançadas nos Países Baixos pelos mercadores protestantes que se juntavam em Amsterdão e Antuérpia. As tropas alemãs e suíças, introduzidas por Carlos nestes países, e a grande quantidade de refugiados franceses, alemães e ingleses, que procuravam fugir à espada da perseguição que os esperava na pátria indo para as zonas livres da Flandres, promoveram a sua divulgação. Grande parte da aristocracia neerlandesa estudava então em Genebra, uma vez que a Academia de Lovaina, que estava ainda para ser fundada a partir de Douai, não admitia estudantes; as novas concepções religiosas, que ali se ensinavam publicamente, eram trazidas pela juventude estudantil no regresso à sua terra natal. Com um povo homogêneo e fechado para o exterior, essas sementes podiam ser reprimidas. A confluência de tantas nações tão desiguais nas cidades brabantinas, que eram também entrepostos, tinha necessariamente de subtrair o seu primeiro crescimento ao olhar do governo, acelerando-o sob uma capa de ocultação. Uma diferença de opinião podia facilmente ganhar um lugar onde não existisse um carácter popular comum, uma unidade de costumes e de leis. Finalmente, num país onde a capacidade de trabalho era a mais louvável das virtudes e a mendicidade o mais desprezível dos vícios, uma ordem de ociosidade, a monástica, tinha necessariamente há muito um efeito chocante. A nova religião, que contra ela se empenhava, ficava por isso a ganhar muito pelo facto de já ter nesse domínio a opinião do povo do seu lado. Panfletos cheios de amargura e sátira, aos quais a arte da imprensa, recentemente inventada, dava uma divulgação mais rápida, e vários bandos de oradores, chamados “rederyker”, que então circulavam pelas províncias e que zombavam dos abusos do seu tempo em representações teatrais ou canções, não contribuíram pouco para derrubar o prestígio da Igreja romana e para preparar nos ânimos do povo uma recepção favorável à nova doutrina⁴¹.

As suas primeiras conquistas foram surpreendentemente rápidas; o número daqueles que num curto espaço de tempo se converteram à nova seita, predominantemente nas províncias do Norte, é enorme; mas aqui ainda os estrangeiros superavam de longe os nativos neerlandeses. Carlos V, que nessa grande cisão religiosa havia tomado o partido que um déspota não pode deixar de tomar, opôs à corrente inovadora em crescimento os mais drásticos meios. Para infelicidade da religião reformada, a justiça política encontrava-se do lado do seu perseguidor. O dique que havia durante muito tempo impedido o acesso da razão humana à verdade tinha-se rompido demasiado depressa para evitar que a torrente à solta saísse do leito que lhe estava destinado. O espírito da liberdade e do exame de consciência, que deveria ter permanecido dentro dos meros limites das questões religiosas, inquiria agora também os direitos dos reis. – Quem de início rompera apenas amarras de ferro queria agora rasgar também os vínculos mais legítimos e necessários. Os livros da Sagrada Escritura, que se haviam então generalizado, tinham agora de albergar tanto veneno para o mais aventureiro fanatismo como luz e alimento para o mais sincero amor da verdade. A boa causa tinha tido de escolher a via ruim da rebelião e agora seguia-se o que sempre se seguirá enquanto os homens forem homens. Mesmo a causa ruim, que nada tinha em comum com aquela a não ser os meios ilegais, havia-se tornado mais afoita através dessa afinidade, surgindo na sua companhia e sendo confundida com ela. Lutero havia-se empenhado contra a adoração dos santos – cada fiel atrevido que irrompia para dentro das igrejas e dos mosteiros e pilhava os seus altares era agora apelidado de luterano. O sectarismo, a ganância, o espírito de embuste, a luxúria, tudo isso se vestia com as suas cores e os criminosos mais monstruosos confessavam perante os juizes pertencer à sua seita. A Reforma havia feito descer o bispo romano ao nível da humanidade pecadora – um bando de loucos furiosos, entusiasmado pela avidez, pretende ver destruídas todas as diferenças entre os estados sociais. Era natural que uma doutrina que se apresentava ao Estado apenas na sua faceta mais perniciosa não pudesse ser compatível com um monarca que já tinha tantas razões para a suprimir – e não era portanto de estranhar que este usasse contra ela as armas que ela própria lhe havia imposto!

Carlos tinha já de considerar-se nos Países Baixos como um soberano absoluto, uma vez que não alargou àqueles países a liberdade de crença que

havia deixado medrar na Alemanha. Enquanto aqui, obrigado pela resistência firme dos nossos príncipes, ele assegurou à nova religião a possibilidade de exercer uma prática tranquila, ali fez com que ela fosse perseguida pelos éditos mais cruéis. A leitura dos Evangelhos e Actos dos Apóstolos, todas as reuniões públicas ou secretas que de alguma maneira recebiam o nome da religião, todas as conversas com esse conteúdo em casa e à mesa estavam proibidas nesses éditos sob penas rigorosas. Em todas as províncias foram instalados tribunais especiais, para vigiarem a aplicação dos éditos. Quem cultivasse crenças falsas perdia os seus privilégios, independentemente do seu estatuto social. Quem fosse acusado de ter divulgado doutrinas infiéis ou apenas assistido às reuniões secretas dos reformadores, era condenado à morte, os homens executados com a espada, as mulheres porém enterradas vivas. Infiéis reincidentes eram entregues às chamas. Essas terríveis sentenças não podiam ser abolidas nem pela abjuração do criminoso. Quem abjurasse os seus erros nada teria ganho com isso a não ser, quando muito, uma morte mais suave⁴².

Os bens feudais de um condenado eram confiscados, à revelia de todos os privilégios do país segundo os quais era permitido ao herdeiro resgatá-los com pouco dinheiro. Contra uma expressa e valiosa prerrogativa do cidadão holandês, segundo a qual ele não podia ser julgado fora da sua província, os culpados eram conduzidos para fora das fronteiras do seu país e condenados por tribunais estranhos. Foi assim que a religião permitiu necessariamente ao despotismo afectar liberdades, que haviam permanecido intocáveis face ao braço secular, sem risco nem apelo através do braço religioso⁴³.

Carlos V, que a fortuna nos empreendimentos bélicos na Alemanha tornara audacioso, acreditava agora que poderia ousar tudo e pensava seriamente em implantar a Inquisição espanhola nos Países Baixos. Só o pavor causado por esse nome levou subitamente à paralisação do comércio na Antuérpia. Os mais proeminentes comerciantes estrangeiros estavam prestes a deixar a cidade. Já nada se comprava ou vendia. O valor dos edifícios caiu, os ofícios ficaram parados. O dinheiro fugia das mãos do cidadão. A ruína dessa florescente cidade mercantil seria inevitável se Carlos V, convencido pelos argumentos da regente, não tivesse deixado cair essa perigosa intenção. Ao tribunal foi assim aconselhado que poupasse os comerciantes estrangeiros e o nome da Inquisição foi trocado pela nomeação mais branda de juizes

clericais. Mas nas restantes províncias esse tribunal continuou a sua acção irada com o despotismo desumano que lhe é peculiar. Calcula-se que durante o governo de Carlos V cinquenta mil pessoas, só por causa da religião, terão sucumbido às mãos do carrasco⁴⁴.

Se se deitar um olhar para o modo de actuar deste monarca, tem-se dificuldade em entender o que é que manteve durante o seu governo dentro de certos limites a rebelião, que irrompeu com tanta raiva durante o governo seguinte. Se iluminarmos a questão mais de perto, tal circunstância ver-se-á esclarecida. O temido poderio de Carlos na Europa havia elevado o comércio neerlandês a uma grandeza que nunca ocorrera antes. A majestade do seu nome abria todos os portos às suas naus, desimpedia para elas todos os mares e proporcionava-lhes os mais vantajosos contratos com poderes estrangeiros. Foi sobretudo com ele que o predomínio da Hansa no Mar Báltico foi derrubado. O Novo Mundo, a Espanha, a Itália, a Alemanha, que partilhavam agora com elas *um* soberano, deviam de certo modo ser encarados como províncias da sua própria pátria e estavam abertos às suas empresas. Ele havia ainda unido as restantes seis províncias à herança borgonhesa e dado a esse Estado uma dimensão, uma importância política que o colocou ao lado das primeiras monarquias da Europa⁴⁵. Com isso, ele lisonjeava o orgulho nacional desse povo. Depois de Güeldres, Utrecht, a Frísia e Groningen terem sido incorporados no seu domínio, terminaram nessas províncias todas as guerras privadas que haviam perturbado o seu comércio durante tanto tempo; uma paz interna sem interrupção permitiu que fossem colhidos todos os frutos do seu trabalho. Carlos era assim um benfeitor desses povos. O fulgor das suas vitórias havia simultaneamente cegado os seus olhos, a fama do seu soberano, que também revertia a seu favor, havia subornado a sua vigilância republicana; o tremendo nimbo de insuperabilidade, que envolvia o senhor absoluto da Alemanha, França, Itália e África, fazia tremer as facções. E depois – quem não sabe o que o ser humano – seja pessoa privada ou soberano – pode permitir-se na medida em que tenha conseguido captar a admiração! A sua frequente presença pessoal nesses países que ele, de acordo com o seu próprio depoimento, visitou por dez vezes, manteve o descontentamento dentro de limites; as repetidas manifestações de uma justiça rigorosa e expedita alimentavam o terror do poder soberano. Carlos havia por fim nascido nos Países Baixos

e amava a nação em cujo seio havia crescido. Os seus costumes agradavam-lhe, a naturalidade do seu carácter e das suas maneiras proporcionavam-lhe um agradável repouso face à severa gravidade espanhola. Ele falava a sua língua e orientava-se pelos seus costumes na vida privada. O opressivo cerimonial, o muro artificial entre o rei e o povo, tudo isso havia sido afastado de Bruxelas. Nenhum estrangeiro zeloso barrava ao povo o acesso ao seu soberano – o caminho que conduzia até ele passava pelos próprios compatriotas aos quais ele confiava a sua pessoa. Gostava de falar com eles e fazia-o com frequência; tinha um porte agradável e cumpria o que dizia. Esses pequenos artificios fizeram-no ganhar o afecto do povo e, enquanto os exércitos calcavam os campos semeados deste, as mãos de rapina remexiam na sua propriedade, enquanto os regentes exerciam a repressão e os carrascos praticavam matanças, ele assegurava o seu coração através de uma expressão afável.

Carlos V teria gostado de ver transmitida ao seu filho Filipe essa simpatia por parte da nação. Outro não foi o motivo pelo qual ele o fez vir de Espanha ainda na juventude e o mostrou em Bruxelas ao seu futuro povo. No dia solene da sua renúncia ao trono, ele recomendou-lhe aqueles países como as jóias mais preciosas da sua coroa e admoestou-o seriamente para que tratasse com prudência a sua Constituição.

Filipe II era, em tudo o que é humano, a imagem oposta do seu pai. Sedento de honrarias como este mas menos familiarizado com os seres e valores humanos, ele havia desenhado para si um ideal de realeza que trata as pessoas apenas como órgãos do servo arbítrio e que se sente ofendido por cada expressão de liberdade. Nascido em Espanha e crescido sob a batuta férrea da vida monástica, ele exigia também que os outros adoptassem a triste uniformidade e a coacção que se haviam tornado no seu carácter. A alegre petulância dos neerlandeses indignava, e não pouco, o seu temperamento e a disposição do seu ânimo, do mesmo modo que os privilégios daqueles feriam a sua sede de dominar. Ele não falava outra língua para além da espanhola, só tolerava espanhóis à volta da sua pessoa e mantinha-se teimosamente fiel aos seus costumes. Foi em vão que o espírito inventivo de todas as cidades flamengas pelas quais ele passou competiam entre si organizando dispendiosas festas para glorificar a sua presença⁴⁶ – o olhar de Filipe permaneceu sombrio, todos os dispêndios pomposos, todas as manifestações

visíveis de exuberância e da mais expressiva satisfação não puderam arrancar ao seu rosto um sorriso de aprovação⁴⁷.

Carlos fracassou na sua intenção ao apresentar o seu filho aos flamengos. Estes teriam sentido o jugo de Filipe como sendo menos opressivo se ele nunca tivesse posto o pé no seu país. Mas a sua imagem anunciou-lhes esse jugo; a sua entrada em Bruxelas fizera-o perder todos os corações. A afável dedicação do imperador a esse povo só servia agora para realçar a arrogante sisudez do seu filho como sendo tanto mais repelente.⁴⁸ No rosto deste, eles haviam lido a perniciosa agressão à sua liberdade, que ele já outrora agitara no seu seio. Estavam preparados para encontrar nele um tirano e armados para lhe fazer face.

Os Países Baixos foram o primeiro trono do qual Carlos V se apeou. Diante de uma solene assembleia em Bruxelas, ele libertou os estados gerais do seu juramento e transferiu-o para o rei Filipe, seu filho. “Se a minha morte”, declarou-lhe por fim, “Vos colocasse na posse destes países, uma herança tão preciosa ter-me-ia já dado um grande direito de exigir a Vossa gratidão. Mas agora que Vo-la cedo de livre vontade, uma vez que tenho pressa em morrer, a fim de acelerar a Vossa fruição da mesma, exijo de Vós que pagueis a estes povos o que credes dever-me a mim. Outros soberanos ficam felizes por dar uma alegria aos seus filhos com a coroa que a morte lhes subtrai. Quero ser eu próprio a partilhar a fruição dessa alegria, quero ver-Vos viver e governar. Poucos seguirão o meu exemplo, poucos me precederam aí. Mas a minha acção será digna de louvor se a Vossa vida futura legitimar a minha confiança, se nunca Vos desviardes da sageza que tendes até agora reconhecido, se permanecerdes inabalável na pureza da fé, que é o mais firme pilar do Vosso trono. Acrescento ainda uma coisa. Que o Céu Vos faça a dádiva de um filho ao qual possais ceder o governo – mas não tenhais de fazê-lo.”

Depois de o imperador ter terminado, o rei ajoelhou diante dele, apoiou o rosto contra a sua mão e recebeu a bênção paterna. Os seus olhos estavam húmidos, pela última vez. Todos os que estavam à volta choraram. Foi uma hora inesquecível⁴⁹.

A essa comovente farsa seguiu-se outra em breve. Filipe recebeu a homenagem dos Estados reunidos; prestou o juramento que lhe foi apresentado nas seguintes palavras: “Eu, Filipe, por clemência divina Príncipe de Espanha, das Duas Sicílias, etc., afianço e juro ser um soberano bom e justo nos

países, condados, ducados, etc., manter e respeitar fielmente os privilégios e as liberdades de todos os nobres, cidades, comunidades e súbditos, que lhes foram concedidos pelos meus antepassados, e ainda os seus hábitos, a sua proveniência, os seus costumes e direitos, que presentemente e em geral têm e possuem, e mais ainda, quero exercer todas as funções que competem de direito a um Príncipe bom e justo. Assim Deus e todos os Santos me ajudem.”⁵⁰.

O receio que o reinado arbitrário do imperador havia inspirado e a desconfiança dos estados gerais estão já visíveis na fórmula deste juramento, que vinha redigida de modo muito mais reservado e firme do que o juramento do próprio Carlos V e de todos os soberanos borgonheses. Filipe tinha doravante de prometer solenemente manter os seus costumes e hábitos, o que nunca havia sido exigido antes dele. No juramento que os estados sociais lhe fizeram⁵¹, não se promete outra forma de obediência a não ser a que fosse compatível com os privilégios do país. Os seus funcionários só poderiam contar com submissão e apoio se pudessem administrar os cargos que lhes eram confiados de acordo com as suas incumbências. Filipe é por fim mencionado, nessa homenagem dos estados gerais, como sendo o príncipe natural e não o soberano ou senhor, como desejara o imperador. Provas suficientes de quão pequenas eram as expectativas que se haviam formado acerca da justiça e magnanimidade por parte do novo soberano do país!

Filipe II, Senhor dos Países Baixos⁵²

Filipe II recebeu os Países Baixos na maior pujança da sua riqueza. Foi o primeiro dos seus soberanos que tomou posse deles de forma completa. Eles consistiam então em dezassete territórios: os quatro ducados de Brabante, Limburgo, Luxemburgo, Güeldres, os sete condados de Artois, Hennegau, Flandres, Namur, Zutphen, Holanda e Zelândia, o margraviado de Antuérpia e as cinco regiões senhoriais da Frísia, Mechelen, Utrecht, Overijssel e Groningen, que perfaziam, unidos, um grande e poderoso Estado capaz de competir com outros reinos. O seu comércio não podia subir a um nível mais alto do que aquele em que outrora se encontrava. As suas minas de ouro estavam à superfície, mas eram mais inesgotáveis e ricas do que todas

as minas na América. Essas dezassete províncias, que tomadas no seu conjunto mal perfazem um quinto da Itália e nem se estendem sequer ao longo de trezentas milhas flamengas, proporcionavam ao seu senhor uma riqueza não muito inferior àquela que toda a Britânia fornecia aos seus reis, antes ainda que estes tivessem adicionado à sua Coroa os bens clericais. Trezentas e cinquenta cidades, cuja vivacidade advinha do prazer e do trabalho, muitas delas firmemente estruturadas sem fortificações e fechadas sem terem muralhas; seis mil e trezentas áreas de maior dimensão; aldeias mais pequenas, propriedades agrícolas e castelos sem número integravam este reino numa paisagem única e florescente⁵³. A nação encontrava-se nesse preciso momento no meridiano do seu esplendor; a capacidade de trabalho e a abundância haviam elevado o génio do cidadão, iluminado as suas ideias, enobrecido as suas inclinações; cada manifestação de florescimento do espírito surgia com o florescimento do país. Um sangue mais calmo, arrefecido por um céu mais severo, faz com que as paixões sejam aqui pouco tempestuosas; equanimidade, temperança e paciência pertinente, dádivas dessa zona mais a norte; honradez, justiça e fé, as necessárias virtudes do seu comércio; e os amenos frutos das suas liberdades, verdade, benevolência e orgulho patriótico, jogam aqui em misturas mais moderadas com vícios mais humanos. Nenhum povo na face da terra pode ser mais facilmente dominado por um soberano compreensivo, e nenhum mais dificilmente por um farsante ou um tirano. Em parte alguma a voz popular é uma juíza tão infalível do governo como aqui. A verdadeira arte política não pode submeter-se a uma prova mais honrosa e a política decadente e artificial não tem de temer uma prova mais grave.

Um Estado como este tinha uma gigantesca capacidade de agir e de suportar qualquer situação de necessidade urgente que desafiasse a sua força, se uma administração inteligente e moderada tornasse acessíveis os seus recursos. Carlos V deixou ao seu sucessor nesses países um poder que pouco se distinguia de uma monarquia moderada. O prestígio real havia-se elevado nitidamente acima do poder republicano e essa complexa máquina podia a partir daí ser posta em movimento de forma quase tão segura e rápida como um Estado inteiramente submisso. A aristocracia, de numerosos membros e tão poderosa em geral, seguia agora voluntariamente o soberano nas suas guerras ou rivalizava, em cargos inerentes aos tempos de paz, pelo sorriso de Sua Majestade. A política dissimulada da Coroa havia criado, no plano da

imaginação, novos bens de que ela era a única distribuidora. Novas paixões e novas opiniões acerca da felicidade acabaram por suplantar a rude simplicidade da virtude republicana. O orgulho deu lugar à vaidade, a liberdade à honra, a independência indigente a uma escravidão sensual e risonha. Oprimir ou saquear a pátria, como sátrapa ilimitado de um soberano sem limites, era uma tentação mais poderosa para a cobiça e a ambição dos grandes do que partilhar com ela na Dieta a centésima parte da sua soberania. Grande parte da aristocracia encontrava-se além disso afundada na pobreza ou em pesadas dívidas. Sob o pretexto aparente da concessão de honrarias, Carlos V havia já enfraquecido os mais perigosos vassalos da Coroa através de dispendiosas embaixadas em cortes estrangeiras. Deste modo, Guilherme de Orange foi enviado à Alemanha com a Coroa imperial e o conde de Egmont à Inglaterra para realizar o casamento entre Filipe e a rainha Maria. Ambos acompanharam também posteriormente o duque de Alba a França, a fim de estabelecer a paz entre ambas as Coroas e a nova união do seu rei com Madame Elisabeth⁵⁴. As despesas dessa viagem comportaram trezentos mil florins, dos quais o rei não repôs nem um vintém. Quando o príncipe de Orange se tornou general no lugar do duque de Sabóia, teve de ser só ele a suportar as despesas tornadas necessárias por tal distinção. Se vinham a Bruxelas embaixadores ou príncipes estrangeiros, eram os grandes dos Países Baixos que tinham de salvar a honra do seu rei, que tomava sozinho as refeições e nunca dava banquetes públicos. A política espanhola havia inventado meios ainda mais engenhosos para diminuir gradualmente as forças das famílias mais ricas do país. Todos os anos aparecia em Bruxelas um dos grandes de Castela, esbanjando com pompa e fazendo despesas muito para além das suas possibilidades. Ficar atrás dele teria sido considerado um insulto inextinguível em Bruxelas. Tudo competia para o superar e esgotava a sua fortuna nessas dispendiosas competições, enquanto o espanhol regressava atempadamente a casa e compensava o esbanjamento de apenas um ano através de uma contenção de quatro anos. Rivalizar em riqueza com cada recém-chegado era a fraqueza da aristocracia neerlandesa, que o governo bem sabia aproveitar. É certo que essas artimanhas não lhe trouxeram posteriormente tão bons resultados como ele havia calculado; porque foram precisamente essas dívidas que, ao pressionarem a nobreza, fizeram com que ela se mostrasse mais favorável a qualquer inovação, pois aquele que tudo perdeu só tem a ganhar no meio da devastação geral⁵⁵.

O clero foi desde sempre um pilar de apoio do poder real e tinha de o ser. Os seus tempos áureos sempre coincidiram com o aprisionamento do espírito humano e, à imagem daquele, vemo-lo colher os frutos da estultícia e da sensualidade. A pressão exercida pelos cidadãos torna a religião mais necessária e preciosa, enquanto a submissão cega ao poder tirano prepara os ânimos para uma fé cega e cómoda, e a hierarquia devolve com altos juro ao despotismo os seus serviços. Os bispos e prelados no Parlamento eram zelosos administradores de Sua Majestade, sempre prontos a sacrificar o interesse do cidadão às necessidades da igreja e às vantagens políticas do soberano. Numerosas e valentes tropas de ocupação mantinham num clima de temor as cidades, simultaneamente separadas através de escaramuças religiosas e facções e sem certezas acerca do seu mais poderoso apoio. Quão pouco era portanto o esforço necessário para conservar essa preponderância e quão monstruoso teve de ser o descuido que fez com que ele se desmoronasse.

Tão grande era a influência de Filipe nesses países como grande era outrora o prestígio da monarquia espanhola em toda a Europa. Nenhum Estado ousava medir-se com ela no campo de batalha. A França, o seu mais perigoso vizinho, enfraquecida por uma pesada guerra e mais ainda por facções internas, que haviam levantado a cabeça sob um governo infantil⁵⁶, avançava já com passos largos ao encontro da época infeliz que fez dela quase por meio século um palco de horror e miséria. Isabel de Inglaterra mal podia proteger o seu trono, ainda oscilante, contra os ataques dos partidos, bem como a sua nova Igreja, ainda pouco firme, contra as tentativas ocultas dos proscritos. Só ao seu apelo fecundo é que este Estado se ergueria de uma humilhante escuridão e receberia a força viva, com a qual acabaria por derrotar o seu rival, dos erros políticos cometidos por este. A Casa imperial alemã estava associada à espanhola através do duplo elo do sangue e da razão de Estado; e a crescente fortuna de Suleiman nas lides bélicas atraía mais a sua atenção para o leste do que para o oeste da Europa; gratidão e temor garantiam a Filipe o apoio dos príncipes italianos e o Conclave era dominado pelas suas criaturas. As monarquias do norte encontravam-se ainda numa noite bárbara ou apenas principiavam a tomar forma e o sistema político da Europa ainda não as conhecia. Os mais hábeis generais, numerosos exércitos acostumados à vitória, uma Marinha temida e o rico tributo em ouro que só agora principiava a dar entrada a partir das Índias ocidentais com regularidade e

segurança – que terríveis instrumentos na mão firme e constante de um príncipe inteligente! Sob esta feliz constelação, Filipe deu início a seu governo.

Antes de o vermos actuar temos de dar uma fugaz vista de olhos para dentro da sua alma e procurar aqui uma chave para a sua vida política. Faltam neste ânimo alegria e benevolência. Aquela foi-lhe recusada pelo seu sangue e pelos anos sombrios da sua tenra infância; esta não podia ser-lhe dada por pessoas que careciam da mais doce e poderosa ligação à sociedade. Duas concepções, o seu ego e o que estava acima dele, preenchiam o seu espírito carente. Egoísmo e religião são o conteúdo e a epígrafe de toda a sua vida. Foi rei e cristão e ambas as coisas mal, uma vez que quis associar ambos; nunca foi homem para os homens, uma vez que só se erguia e nunca descia a partir do seu ego. A sua fé era cruel e soturna, pois a sua divindade era um ser terrível. Nada mais tinha a receber dela, só a temer. Para o homem comum, ela surge como um elemento de consolo, de salvação, para ele era uma imagem estabelecida de medo, uma barreira dolorosa e humilhante para o seu poder absoluto no plano humano. A veneração que ele lhe prestava era tanto mais profunda e intrínseca quanto menos se distribuía por outros seres. Estremecia servilmente perante Deus porque Deus era a única instância diante da qual ele tinha de estremecer. Carlos V zelava pela religião porque a religião trabalhava em seu favor; Filipe fazia-o porque acreditava realmente nela. Aquele provocou uma acção furiosa de fogo e espada contra milhares em nome do dogma e ele próprio troçava na pessoa do Papa, seu prisioneiro⁵⁷, acerca da doutrina à qual sacrificava sangue humano; Filipe decide a contragosto e com temor na consciência travar a mais justa das guerras contra este e colhe os frutos da sua vitória assim como um pecador arrependido recebe o que roubou. O imperador era bárbaro por calculismo, o seu filho por sentimento. O primeiro era um espírito forte e esclarecido, mas quiçá uma pessoa tanto mais ruim; o segundo era uma cabeça limitada e débil, mas era mais justo.

Ambos porém, quer-me parecer, podiam ter sido melhores pessoas do que realmente foram e agiram na globalidade segundo as mesmas premissas. Aquilo com que oneramos o carácter de uma pessoa é muito frequentemente a debilidade, a necessária evasiva da natureza humana em geral. Uma monarquia desta dimensão era uma tentação demasiado forte para o orgulho humano e uma tarefa demasiado difícil para as forças humanas.

Emparelhar a felicidade geral com a liberdade superior do indivíduo é tarefa para o espírito infinito que se difunde, omnipresente, por todas as partes. Mas a que conhecimento tem acesso o ser humano no lugar do Criador? O ser humano vem em socorro da sua limitação por meio da classificação; assim como o investigador da natureza ele estabelece sinais e uma regra, que todos os indivíduos têm de reconhecer, a fim de facilitar uma visão geral ao seu olhar hesitante; a religião presta-lhe esse serviço. Ela encontra esperança e receio semeados em cada peito humano; ao apoderar-se dessas pulsões, ao subjugar essas pulsões a um objecto, ela terá transformado milhões de seres autónomos numa abstracção uniforme. A infinita diversidade do arbítrio humano já não confunde o seu senhor – existe agora um mal geral e um bem geral, que ele pode mostrar e retirar, que actua em conformidade com ele mesmo onde ele não esteja. Agora existe um limite perante o qual a liberdade se detém, uma linha venerável e sagrada de acordo com a qual todos os movimentos da vontade em litígio têm de acabar por ceder. O objectivo comum do despotismo e do clero é a uniformidade e uniformidade é um meio necessário para apoiar a indigência e limitação humanas. Filipe tinha de ser tanto mais déspota do que o seu pai quanto mais estreito era o seu espírito; ou por outras palavras, tinha de se ater a regras gerais de forma tanto mais receosa quanto mais incapaz era de descer ao plano das espécies e dos indivíduos. Que resulta de tudo isto? Filipe II não podia ter outra intenção para além da homogeneidade da fé e da Constituição, uma vez que *ele* não podia governar sem esta.

E contudo ele teria iniciado a sua governação com mais brandura e tolerância se a tivesse assumido mais cedo. No juízo que usualmente se faz acerca deste soberano parece não se considerar uma circunstância que deveria justamente ser tomada em conta na história do seu espírito e do seu coração. Filipe contava quase trinta anos ao subir ao trono espanhol e o seu intelecto precoce tinha acelerado a sua maioridade antes de tempo. Um espírito como o seu, que sentia a sua maturidade e que se havia familiarizado demasiado com esperanças maiores, não podia suportar o jugo da submissão infantil a não ser com repugnância; o génio superior do pai e o arbítrio do senhor absoluto tinha de fazer pressão sobre o orgulho auto-suficiente deste filho. A quota-parte que ele lhe concedeu na administração do império era suficientemente relevante para desviar o seu espírito de paixões menores

e entreter a rigorosa sisudez do seu carácter, mas também suficientemente parca para inflamar de forma tanto mais viva o seu desejo de poder absoluto. Quando tomou realmente posse do mesmo, esse poder havia perdido para ele a atracção da novidade. A doce embriaguez de um jovem monarca surpreendido pelo poder supremo, essa vertigem de alegria que abre a alma ao mais suave estremecer e que já conquistou para a humanidade algumas boas obras, tudo isso para ele já tinha há muito passado ou nunca havia ocorrido. O seu carácter estava já endurecido quando a fortuna o colocou perante essa importante prova e os seus firmes princípios resistiram a esse benéfico abalo. Quinze anos tinha tido ele para se preparar para essa transição e, em lugar de se deter com jovialidade nos sinais do seu novo estádio ou de perder a aurora da sua governação na embriaguez de uma ociosa vaidade, ele permaneceu suficientemente sereno e sério para tomar imediatamente a posse integral do seu poder e vingar a longa privação que havia tido do mesmo através do seu uso completo.

O Tribunal da Inquisição

Filipe II não se havia visto ainda na posse tranquila do seu império através da paz de Cateau-Cambrésis quando se entregou à grande obra da purga religiosa e tornou reais os receios dos seus súbditos neerlandeses. Os decretos que o seu pai havia imposto aos hereges foram renovados em todo o seu rigor e tribunais pavorosos, a que nada faltava senão o nome da Inquisição, vigiavam o seu cumprimento. Mas a sua obra parecia apenas concluída até metade enquanto não pudesse implantar a Inquisição espanhola na sua plena forma nesses países – um projecto face ao qual já o imperador havia fracassado.

Uma criação de nova forma e espécie própria é essa Inquisição espanhola, que não encontra exemplo em todo o curso dos tempos e não pode ser comparada a qualquer tribunal religioso ou laico. A Inquisição existiu desde que a razão ousou atacar a sacralidade, desde que houve cépticos e inovadores; mas só em meados do século XIII, depois de alguns exemplos de dissidência haverem assustado a hierarquia, é que Inocêncio III erigiu para ela um tribunal próprio e separou de forma artificial o controlo clerical e a instrução

do poder penal. Para ter tantas mais garantias de que nenhum sentimento humano e nenhum suborno por parte da natureza dissolvesse a rígida severidade dos seus estatutos, ele retirou-a aos bispos e ao clero secular, que ainda dependia demasiado da humanidade devido aos laços que mantinha com a vida civil, para a entregar a monges, uma espécie degenerada do nome humano, que haviam repudiado as sagradas pulsões da natureza, sendo criaturas servis da Cúria romana. A Alemanha, a Itália, a Espanha, Portugal e a França receberam-na; um monge franciscano presidiu ao tribunal que decretou a terrível sentença sobre os templários⁵⁸; alguns Estados, poucos, conseguiram excluí-la ou submetê-la à autoridade laica. Os Países Baixos haviam sido poupados a ela até ao governo de Carlos V; os seus bispos exerciam a censura religiosa e em casos extraordinários recorria-se a tribunais estrangeiros da Inquisição, as províncias francesas a Paris, as alemãs a Colónia⁵⁹.

Mas a Inquisição aqui referida provinha do ocidente da Europa, sendo distinta na sua origem e distinta de configuração. O último trono mourisco havia caído no século XV em Granada e o culto sarraceno havia finalmente cedido o lugar à fortuna superior dos cristãos. Mas o Evangelho era novo e encontrava-se ainda pouco implantado nesse mais recente reino cristão e, na turva mistura de leis e costumes desiguais, as religiões ainda não se haviam separado. É certo que a espada perseguidora havia expulsado muitos milhares de famílias para a África, mas uma parte muito maior, retida pelo amado céu da terra natal, resgatou com a farsa de uma conversão hipócrita a possibilidade de escapar a essa tremenda necessidade e continuou a servir em altares cristãos o seu Maomé e o seu Moisés. Enquanto orientasse as suas preces para Meca, Granada ainda não tinha sido submetida, enquanto o novo cristão se tornasse de novo em judeu ou muçulmano no interior da sua casa, nem o trono nem a Cúria romana podiam ter certezas em relação a ele. Não bastava agora impor a essa população renitente a forma exterior de uma nova fé ou confiá-la à Igreja vitoriosa através dos fracos elos do cerimonial; tratava-se de extirpar as raízes de uma religião antiga e de vencer uma obstinada inclinação que havia sido implantada nos seus costumes, na sua língua, nas suas leis por meio de uma força de acção lenta havia séculos e que permanecia em constante exercício sob a influência contínua do solo e do céu pátrio. Se a Igreja quisesse celebrar uma completa vitória sobre o culto inimigo e assegurar que a sua nova conquista não sofresse qualquer recaída,

então ela tinha de minar o próprio solo no qual estava edificada a antiga fé; tinha de destruir toda a forma do carácter ético à qual ela parecia estar mais intimamente presa. Nas mais recônditas profundezas da alma, ela tinha de substituir as suas secretas raízes, de apagar todos os seus vestígios no círculo da vida doméstica e no mundo civil, de deixar morrer toda a sua memória e mesmo, na medida do possível, de matar a receptividade às suas impressões. Pátria e família, consciência moral e honra, os sentimentos sagrados da sociedade e da natureza são sempre os primeiros e os mais próximos com os quais as religiões se misturam, dos quais recebem força e aos quais a dão. Essa ligação tinha agora de ser dissolvida, a antiga religião tinha de ser violentamente arrebatada aos sagrados sentimentos da natureza – ainda que ao preço da sacralidade desses sentimentos. Assim nasceu a Inquisição, a que chamamos espanhola para a distinguir dos tribunais mais humanos que têm o seu nome. Ela tem como fundador o cardeal Ximenes; um monge dominicano, Torquemada, foi o primeiro a subir ao seu sangrento trono, criando os seus estatutos e lançando para sempre com essa herança uma maldição sobre a sua ordem. Violação da razão e assassinio dos espíritos é o que significa o seu juramento, sendo os seus instrumentos o terror e a vergonha. Cada paixão está ao seu serviço, o seu laço reside em cada prazer da vida. Nem a solidão é para ela solitária; o receio da sua onnipresença mantém prisioneira a liberdade mesmo nas profundezas da alma. Todos os instintos humanos foram por ela degradados a um nível inferior à fé; perante esta recuam todos os elos que o ser humano considera habitualmente como sendo os mais sagrados. Todas as exigências feitas em nome da sua espécie estão perdidas para um herege; com a mais ligeira infidelidade à Igreja-mãe ele despojou-se do seu género humano. Uma modesta dúvida acerca da infalibilidade do Papa é punida como parricídio e é um estigma semelhante à sodomia; as suas sentenças são iguais aos terríveis fermentos da peste, que conduzem o corpo mais sadio a uma rápida decomposição. Mesmo o que já não tem vida e pertenceu a um herege é amaldiçoado; as suas vítimas não podem ser ocultadas aos seus olhos por qualquer destino; as suas sentenças são executadas em cadáveres e retratos pintados; e nem o túmulo é refúgio face ao seu pavoroso braço.⁶⁰

A desmesura das suas sentenças só pode ser superada pela desumanidade com a qual ela executa as mesmas. Ao acasalar o que é ridículo com o que

é pavoroso e ao entreter o olhar com o carácter estranho dos cortejos, ela enfraquece a compaixão através da volúpia de outro afecto; no escárnio e no desprezo, ela afoga a simpatia. Com pompa cerimoniosa, os criminosos são levados ao lugar de execução, uma sangrenta bandeira vermelha agita-se à frente, o repicar dos sinos acompanha a procissão; primeiro vêm frades em paramentos de missa cantando uma canção religiosa. Segue-se-lhes o peccador condenado, vestido com um traje amarelo no qual se vêem pintadas figuras negras do demónio. Na cabeça leva um boné de papel que acaba numa figura humana rodeada de chamas e de horríveis demónios esvoaçantes. De costas voltadas para o eterno condenado é transportada a imagem do Crucificado; a redenção já não lhe diz respeito. Ao fogo pertence o seu corpo mortal, assim como às chamas do inferno a sua alma imortal. Uma mordaca tapa a sua boca e impede-o de mitigar a sua dor com lamentações, de despertar a compaixão através da sua comovente história e de revelar os segredos do Sacro Tribunal. Seguem-se-lhe o clero com ornamentos festivos, a autoridade e a nobreza; os padres que o condenaram fecham o pavoroso cortejo. Pensa-se ver um cadáver a ser levado para o túmulo e é uma pessoa viva cujas penas são agora supostas proporcionarem um horroroso entretenimento ao povo. Tais execuções costumam ser planeadas para festas das classes superiores e para isso é mantido um certo número desses infelizes nos cárceres da Santa Casa, a fim de tornar a acção mais pomposa através da quantidade de vítimas; nessa altura até os próprios reis estão presentes. Estes estão sentados de cabeça descoberta numa cadeira mais baixa do que o Grande Inquisidor ao qual cedem nesse dia a prioridade - e quem não estremecerá diante de um tribunal junto do qual até a majestade se afunda?⁶¹

A grande revolução religiosa levada a cabo por Lutero e Calvino trouxe de volta a necessidade que tinha feito nascer esse tribunal; e o que de início fora apenas inventado para depurar o pequeno reino de Granada dos débeis resíduos dos sarracenos e judeus, tornou-se agora numa necessidade para toda a cristandade católica. Todas as Inquisições em Portugal, na Itália, Alemanha e França tomaram a forma da espanhola; ela seguiu os europeus até à Índia e erigiu em Goa um terrível tribunal, cujos modos de proceder desumanos ainda nos fazem estremecer com a sua descrição. Onde ela pusesse o pé, era seguida pela devastação; mas em nenhuma região do mundo se mostrou tão desenfreada como na Espanha. Os mortos que ela sacrificou são esquecidos;

os géneros humanos voltam a renovar-se e também os países por ela devastados e despovoados reflorescem, mas muitos séculos decorrerão antes que os vestígios desapareçam do carácter espanhol. Uma nação plena de espírito e excelência foi por ela detida no caminho da perfeição, sendo o génio expulso dos céus onde tinha a sua pátria e deixado um silêncio sepulcral no espírito de um povo que, antes de muitos outros que habitam essa parte do mundo, estava destinado a ser alegre.

O primeiro Inquisidor foi colocado por Carlos V no Brabante no ano de 1522. Alguns sacerdotes estavam ao seu lado como ajudantes; mas ele próprio era um laico. Depois da morte de Adriano VI, o seu sucessor, Clemente VII, enviou três Inquisidores para todas as províncias neerlandesas e Paulo III reduziu por sua vez esse número para dois, número que se conservou até ao início dos tumultos. No ano de 1530 foram publicados, com a colaboração e aprovação dos estados gerais, os editais contra os hereges, que servem de fundamento a todos os que se seguiram e nos quais é também expressamente anunciada a Inquisição. No ano de 1550, Carlos V viu-se obrigado, devido ao rápido crescimento das seitas, a renovar e a tornar mais rigorosos esses editais e foi por essa ocasião que a cidade de Antuérpia se opôs à Inquisição e teve a felicidade de lhe escapar. Mas o espírito dessa Inquisição neerlandesa era, de acordo com o génio do país, mais humano do que nos domínios imperiais espanhóis e ela não havia sido administrada por um estrangeiro e muito menos por um dominicano. Os editais, conhecidos por todos, serviam-lhe de fio condutor; e precisamente por isso ela causou menos repulsa uma vez que, por maior que fosse o rigor das suas sentenças, ela parecia estar menos submetida à arbitrariedade e não se envolvia em mistério como a Inquisição espanhola.

Mas era precisamente a esta última que Filipe queria abrir caminho nos Países Baixos uma vez que ela lhe parecia ser o instrumento mais hábil para corromper o espírito deste povo e prepará-lo para um governo despótico. Principiou por imprimir maior rigor aos decretos religiosos, por ampliar cada vez mais o poder dos Inquisidores, tornando o seu modo de agir mais arbitrário e mais independente face aos tribunais civis. Não durou muito tempo para que faltasse menos ao tribunal da Inquisição espanhola do que o nome e o dominicano. Uma mera suspeita era suficiente para subtrair um cidadão ao seio da ordem pública, ao círculo da sua família, e o mais fraco

testemunho legitimava a tortura. Quem caísse nesse abismo não regressava. Todos os benefícios das leis acabavam para ele. Já não era atingido pelo cuidado maternal da justiça. Para além do mundo, ele era julgado pela maldade e pela loucura de acordo com leis que não são válidas para seres humanos. Nunca ficava o delinquente a saber quem era o seu acusador e muito raramente qual era o seu crime; um artifício demoníaco e isento de escrúpulos que obrigava o infeliz a adivinhar qual era a sua culpa e, na loucura do sofrimento infligido pela tortura ou na saturação de um longo enterro em vida, a declarar delitos que talvez nunca tivessem sido cometidos ou nunca fossem do conhecimento do juiz. Os bens dos condenados eram confiscados e os denunciadores encorajados por meios de bulas e recompensas. Não havia privilégio ou justiça civil que tivesse validade face ao poder divino. Quem fosse por ele tocado estava perdido para o braço secular. A este não era concedido participar nas suas práticas judiciais para além da execução das suas sentenças com submissão deferente. As consequências dessa instituição tinham de ser artificiais e terríveis. Toda a felicidade temporal, mesmo a vida de um homem irrepreensível estava doravante entregue às mãos de qualquer ser insignificante. Qualquer inimigo oculto, qualquer invejoso tinha agora a perigosa tentação de uma vingança invisível e infalível. A segurança da propriedade, a verdade no trato, haviam desaparecido. Todos os laços do lucro estavam dissolvidos, todos os do sangue e do amor. Uma contagiosa desconfiança envenenava a vida social, a temida presença de um espião apavorava a imagem no olhar e o som na garganta. Ninguém acreditava já em homens honestos e ninguém era tão-pouco tido por um. O bom nome, a concidadania, as irmandades, o próprio juramento e tudo o que as pessoas consideram como sagrado tinha perdido o seu valor. – A tal destino foi submetida uma grande e florescente cidade mercantil, onde cem mil pessoas activas se mantêm coesas através do único laço da confiança. Cada um indispensável a cada um e cada um ambíguo, suspeito. Todos atraídos mutuamente pelo espírito do lucro e mutuamente dispersos pelo receio. Todos os pilares da sociabilidade derrubados, sendo a sociabilidade o fundamento de toda a vida e de toda a duração⁶².

Outras ingerências na Constituição dos Países Baixos

Não constitui surpresa o facto de um tribunal tão artificial, que havia sido insuportável mesmo para o espírito paciente dos espanhóis, ter indignado um Estado livre. Mas o terror que ele incutia fez aumentar o poder bélico espanhol, mantido mesmo depois do restabelecimento da paz e, contrariamente à Constituição do império, enchia as cidades fronteiriças. A Carlos V havia sido perdoada essa intromissão de exércitos estrangeiros, uma vez que a sua necessidade era entendida e se confiava na sua atitude benevolente. Agora essas tropas eram vistas como o terrível armamento da repressão e os instrumentos de uma hierarquia odiada. Uma cavalaria prestigiada, organizada com naturais da região, era suficiente para a protecção do país e tornava dispensável esses estrangeiros. O desregramento e a avidez desses espanhóis, que tinham pagamentos em atraso a exigir e os cobravam à custa do cidadão, completavam o azedume do povo e levavam o homem comum ao desespero. Quando mais tarde o mau humor generalizado levou o governo a juntá-los longe das fronteiras e transferi-los para as ilhas da Zelândia, onde as naus eram apetrechadas para partir, a sua desmesura chegou a tal ponto que os habitantes deixaram de trabalhar nos diques e preferiram entregar a sua pátria ao mar a sofrer por mais tempo a maldade animalasca desse bando desenfreado⁶³.

De muito bom grado teria Filipe deixado ficar esses espanhóis no país para através deles dar mais força aos seus editais e apoiar as inovações que estava disposto a fazer na Constituição neerlandesa. Eram para ele por assim dizer os garantes da paz geral e uma corrente com que mantinha presa a nação. Por isso ele fez todas as tentativas para se subtrair à pressão constante dos Estados Gerais do Império que pretendiam ver afastados esses espanhóis e esgotou nessa ocasião todos os meios da chicana e persuasão. Ora teme um ataque súbito da França que, dilacerada por inimigos ferozes, mal se pode defender contra um inimigo interno; ora eles deveriam receber na fronteira o seu filho Don Carlos, que ele nunca esteve disposto a deixar sair de Castela. A sua manutenção não deve ser um fardo para a nação, ele próprio pretende comportar todos os custos do seu próprio cofre. Para os manter com uma aparência tanto mais conseguida, ele empenhou-se em reter o seu soldo em atraso, uma vez que de outro modo ter-lhes-ia decerto dado preferência face

às tropas locais a que pagava inteiramente. A fim de hipnotizar o receio da nação e de reconciliar a má-vontade geral, ele ofereceu aos dois favoritos do povo, o Príncipe de Orange e o Conde de Egmont, o supremo comando dessas tropas; ambos porém recusaram o seu pedido, alegando com nobreza que nunca estariam dispostos a servir contra as leis do país. Quanto maior era a vontade que o rei deixava entrever em manter os seus espanhóis no país, tanto mais obstinadamente os Estados insistiam no seu afastamento. Na Dieta seguinte em Gent, ele teve de ouvir, no meio dos seus cortesãos, uma verdade republicana. “Para quê mãos estrangeiras para a nossa protecção?” disse o síndico de Gent. “Será para que o resto do mundo nos tome por demasiado levianos ou mesmo por demasiado insanos para nos defendermos a nós próprios? Por que razão fizemos a paz se os fardos da guerra nos oprimem também em tempo de paz? Em tempo de guerra a necessidade aguçava a nossa paciência, em tempo de paz sofremos as suas penas. Ou poderemos manter a ordem nesse bando desenfreado, uma vez que a tua própria presença não conseguiu fazer muita coisa? Aqui estão os teus súbditos de Cambray e Antuérpia e bradam contra a violência. Thionville e Marienburg estão devastados e não foi para isso que nos deste a paz, para que as nossas cidades se tornem em zonas desoladas, no que têm necessariamente de tornar-se se não as libertares desses elementos destruidores? Talvez queiras proteger-te contra uma invasão dos nossos vizinhos? Tal precaução é sábia, mas o rumor acerca do seu armamento antecipar-se-á em muito à sua acção armada. Porquê alugar, com pesados custos, estrangeiros que não pouparão um país que terão de abandonar de novo amanhã? Ainda tens ao teu serviço corajosos neerlandeses, aos quais o teu pai confiou a República em tempos de longe mais tempestuosos. Por que razão queres agora duvidar da sua fidelidade, que durante tantos séculos foi integralmente mantida face aos teus antepassados? Não terão eles capacidade para suportar a guerra até que os teus aliados acorram a colocar-se sob as suas bandeiras ou tu próprio envies reforços a partir da vizinhança?” Tal linguagem era demasiado nova para o rei e a sua verdade demasiado evidente para que este pudesse responder-lhe de imediato. “Também eu sou estrangeiro”, exclamou por fim, “será que não preferem expulsar-me do país também a mim?” Ao mesmo tempo desceu do trono e abandonou a assembleia, mas a ousadia do orador havia sido perdoada. Dois dias depois ele fez a seguinte declaração aos Estados Gerais: se tivesse sabido mais cedo que

essas tropas seriam para eles um encargo, já haveria feito diligências para as levar ele próprio de volta para Espanha. Agora seria demasiado tarde para tal, uma vez que não partiriam sem terem recebido a sua paga; mas prometia-lhes, pelo que havia de mais sagrado, que tal sobrecarga não os oneraria mais do que quatro meses. Apesar disso, essas tropas permaneceram no país em lugar desses quatro meses mais dezoito e tê-lo-iam deixado ainda mais tarde se as necessidades do Império não tivessem tornado mais urgente a sua presença noutra parte do mundo⁶⁴.

A violenta colocação de estranhos nos cargos mais importantes do país provocou novas queixas contra o governo. De todas as prerrogativas das províncias não havia nenhuma que parecesse mais digna de repúdio aos espanhóis do que aquela que excluía estrangeiros dos serviços; e nenhuma tinha sido objecto de mais tentativas por parte destes para a minarem⁶⁵. A Itália, ambas as Índias e todas as províncias dessa monstruosa monarquia estavam abertas à sua cobiça e à sua ambição; eram excluídos apenas das mais ricas entre elas por meio de uma implacável lei fundamental. Houve quem convencesse o monarca de que o poder real nunca poderia ser consolidado nesses territórios enquanto não pudesse servir-se para isso de instrumentos estrangeiros. Já o bispo de Arras, um borgonhês de nascimento, havia sido imposto aos flamengos ao arrepio da lei e agora era suposto que o conde de Feria, um castelhano, recebesse assento e direito de voto no Conselho de Estado. Mas tal tentativa encontrou uma resistência mais forte do que os aduladores do rei haviam feito supor e a sua onnipotência despótica fracassou dessa vez face às artes de Guilherme de Orange e à firmeza dos Estados⁶⁶.

Guilherme de Orange e o Conde de Egmont

Assim anunciou Filipe aos Países Baixos o seu governo e essas eram as suas reclamações quando ele se preparava para o abandonar. Havia já muito que ele ansiava por sair de um país onde era um estranho, onde tanta coisa ofendia as suas inclinações, onde o seu espírito despótico encontrava tão impetuosas chamadas de atenção para as leis da liberdade. A paz feita com a França permitiu-lhe por fim tal afastamento, as acções armadas de Suleiman atraíram-no para o sul e também a Espanha principiou a sentir a falta do

seu soberano. A escolha de um regente supremo para os Países Baixos era a principal questão que o tinha agora ocupado. O duque Manuel Felisberto de Sabóia havia preenchido, desde a abdicação da rainha Maria da Hungria, esse lugar que porém, enquanto o rei se encontrasse ele próprio presente nos Países Baixos, concedia mais honrarias do que influência. A sua ausência tornava tal lugar no cargo mais importante da monarquia e no mais fulgurante objectivo a que a ambição de um cidadão podia aspirar. Agora ele estava vago devido ao afastamento do duque, que havia regressado à posse das suas terras através da paz de Cateau-Cambresis. O poder quase ilimitado que tinha de ser concedido ao regente supremo, as capacidades e os conhecimentos exigidos por um posto tão amplo e delicado, mas sobretudo os ousados ataques por parte do governo à liberdade do país, dependendo daquele a execução dos mesmos, tinham necessariamente de dificultar tal escolha. A lei que afasta qualquer estrangeiro dos cargos prevê uma excepção para o caso do regente supremo. Uma vez que ele não pode ser proveniente das dezassete províncias em simultâneo, é-lhe permitido não pertencer a nenhuma delas, uma vez que o ciúme de um brabantino não concederia mais direitos a um flamengo, que reside a uma distância de meia milha da sua fronteira, do que ao siciliano que tem outra terra e outro céu. Mas aqui, a vantagem da própria Coroa parecia favorecer um cidadão neerlandês. Um brabantino de nascimento, por exemplo, cuja pátria se lhe entregasse com uma confiança ilimitada, podia, se fosse um traidor, ter já cometido metade de um golpe mortal antes que um estrangeiro superasse a desconfiança que vigiava os seus mais ínfimos actos. A partir do momento em que o governo tivesse imposto as suas intenções *numa* província, a resistência das outras seria uma ousadia que ele tinha o direito de punir com a maior severidade. Na totalidade comunitária, agora composta pelas províncias, as suas Constituições individuais haviam por assim dizer sido submersas; a obediência de uma única entre elas era lei para cada uma e o privilégio que *uma* não soubesse conservar estava perdido para todas as outras.

Por entre os grandes neerlandeses que podiam ter o direito de aceder à regência, as expectativas e os desejos da nação estavam divididos entre o Conde de Egmont e o Príncipe de Orange, que estavam para tal vocacionados através de uma proveniência igualmente nobre, para tal legitimados através de iguais méritos, sendo através de igual amor por parte do povo bem-vindos

àquele posto. Ambos haviam principiado por ser colocados na proximidade do trono por meio de uma brilhante posição e o olhar do monarca, ao procurar primeiro por entre os mais dignos, tinha necessariamente de recair sobre um de entre ambos. Uma vez que na sequência desta História teremos de mencionar frequentemente ambos os nomes, nunca será cedo de mais para atrair a atenção do leitor.

Guilherme I, Príncipe de Orange, era proveniente da casa dos Príncipes de Nassau, que já havia florescido durante oito séculos, tendo disputado a primazia com a Casa austríaca e dado um imperador ao Império alemão⁶⁷. Para além de diversos territórios ricos nos Países Baixos, que faziam dele um cidadão deste estado e um vassalo da Espanha por nascimento, ele possuía ainda em França o Principado independente de Orange. Guilherme nascera em 1533 em Dillenburg, no condado de Nassau, sendo filho da condessa de Stolberg. Seu pai, o conde de Nassau, de igual nome, havia adoptado a religião protestante na qual fizera educar o seu filho; Carlos V porém, que principiou a querer bem ao rapaz desde muito cedo, trouxe-o ainda muito jovem para a sua corte e fez com que ele crescesse na religião católica. Este monarca, que já na criança reconhecera o futuro grande homem, manteve-o durante nove anos junto da sua pessoa, dignando-se ensinar-lhe ele próprio as lides do governo e honrando-o com uma confiança que ia para além da sua idade: só a ele era permitido ficar junto do imperador quando ele concedia audiência a uma delegação estrangeira – prova de que já em mancebo devia ter principiado a merecer o famoso cognome de Taciturno. O imperador não se envergonhou mesmo de admitir uma vez em público que aquele jovem lhe dava frequentemente sugestões que teriam escapado à sua própria inteligência. Quantas expectativas não existiriam em relação ao espírito de um homem formado em tal escola!⁶⁸

Guilherme tinha vinte e três anos quando Carlos abdicou do governo e havia já recebido dele em público duas provas da maior consideração. Confiou-lhe, excluindo todos os grandes da sua corte, o honroso cargo de levar a coroa imperial ao seu irmão Fernando. Quando o duque de Sabóia, que comandava o exército imperial nos Países Baixos, foi chamado para a Itália a fim de atender às questões relacionadas com o seu próprio país, o imperador confiou-lhe o comando geral dessas tropas contra as ideias de todo o seu Conselho de Guerra, ao qual parecia uma ousadia demasiado grande opor

um jovem aos experientes senhores da guerra franceses. Ausente e sem recomendação de ninguém, ele foi preferido pelo monarca à multidão dos seus laureados heróis e o desfecho fez com que não lamentasse a sua escolha.

A preferência privilegiada que este Príncipe havia encontrado junto do pai teria sido por si só uma razão importante para o excluir da confiança do seu filho. Filipe havia, ao que parece, feito lei da intenção de vingar a nobreza espanhola face à neerlandesa, devido à preferência com que Carlos V sempre havia distinguido esta última. Mas muito mais importantes eram as motivações secretas que o separavam do Príncipe. Guilherme de Orange pertencia ao tipo de pessoas magras e pálidas, como César lhes chama, que não dormem de noite e pensam de mais, diante das quais o mais destemido dos ânimos terá vacilado. A calma placidez de um rosto sempre igual encobria uma alma enérgica e fogosa, cujo invólucro, por detrás do qual agia, não se movimentava e era igualmente inacessível ao ardil e ao amor; um espírito múltiplo, produtivo, infatigável, suave e passível de ser formado, se se verter momentaneamente em todas as formas; suficientemente experimentado para não se perder em nenhuma; suficientemente forte para suportar cada viragem da fortuna. Para perscrutar pessoas e ganhar corações não havia maior mestre do que Guilherme; não que ele, à maneira da Corte, fizesse com que os seus lábios reconhecessem uma servidão que desmentisse o orgulhoso coração, mas porque não era nem parco nem perdulário com as manifestações do seu favor e respeito e, por meio de uma gestão inteligente dos meios através dos quais se conquistam pessoas, aumentava a sua verdadeira reserva desses mesmos meios. Quanto mais lento se mostrasse o seu espírito a dar à luz, tanto mais perfeitos eram os seus frutos; quanto mais tardio fosse o modo como amadurecia a sua decisão, tanto mais constante e inabalável era a forma como era executada. O plano que ele reconhecesse uma vez por todas como o melhor não podia ser esgotado por qualquer resistência, destruído por qualquer acaso, pois todos haviam, antes de se haverem tornado realidade, passado pela sua alma. Por mais que o seu ânimo estivesse acima de horrores e alegrias, porém ele estava à mercê do receio; mas o seu receio surgia antes do perigo e ele, no meio do tumulto, estava tranquilo uma vez que havia estremecido no meio da tranquilidade. Guilherme espalhava o seu ouro de forma perdulária, mas era avarento nos segundos. A hora da refeição era a sua única hora festiva, mas também essa pertencia por inteiro ao seu

coração, à sua família e à amizade; uma modesta subtracção que ele fazia à pátria. Aqui a sua testa ficava transfigurada com o vinho, temperado pela ditosa coragem e pela abstinência, e não havia preocupação séria que pudesse nublar a jovialidade do seu espírito. A sua propriedade era magnífica, o brilho de uma numerosa criadagem, a quantidade e o prestígio daqueles que rodeavam a sua pessoa equiparavam a sua residência à corte principesca de um soberano. Uma brilhante liberdade no receber, esse grande e mágico meio usado pelos demagogos, era a deusa do seu palácio. Príncipes e embaixadores estrangeiros encontravam aqui um acolhimento e tratamento que ultrapassava tudo o que a exuberante Bélgica lhes podia oferecer. Uma humilde submissão ao governo resgatava de novo a censura e a suspeita que tal aparato podia lançar sobre as suas intenções. Mas esses gastos mantinham o brilho do seu nome junto do povo, que não pode encontrar maior lisonja do que ver os tesouros da pátria expostos diante de estrangeiros e o alto cume da felicidade em que ele era visto aumentava o valor da afabilidade à qual ele descia. Ninguém tinha nascido com maior vocação para liderar uma conspiração do que Guilherme o Taciturno. Um olhar penetrante e firme para o tempo passado, o presente e o futuro, rápida apreensão da ocasião, um domínio de todos os espíritos, projectos descomunais que só a um observador distante mostram forma e harmonia, cálculos ousados especulando a partir da longa cadeia do futuro, encontravam-se sob a vigilância de uma virtude iluminada e mais livre, que caminha a passo firme mesmo nos limites.

Um homem como este podia permanecer impenetrável a toda a sua época, mas não ao espírito mais desconfiado do seu século. Filipe II discerniu com rapidez e profundidade o interior de um carácter que, por entre os bons, era o mais parecido com o seu. Se ele não o tivesse entendido tão perfeitamente, teria sido inexplicável a razão pela qual ele não ofereceu a sua confiança a uma pessoa na qual se reuniam quase todas as qualidades que ele mais estimava e que melhor podia apreciar. Mas Guilherme tinha ainda outro ponto de contacto com Filipe II, que era mais importante. Havia aprendido a sua arte política junto do mesmo mestre e fora, como era de temer, um aluno mais capaz. Não por ter feito do Príncipe de Maquiavel um objecto de estudo, mas por haver desfrutado o ensino directo de um monarca que o pusera em prática, ele havia tomado conhecimento das perigosas artes pelas quais os tronos caem e se elevam. Filipe tinha aqui de

tratar com um adversário que estava bem equipado para a sua arte política e que numa boa causa tinha também ao seu alcance os meios de uma causa ruim. E é precisamente esta última circunstância que nos explica a razão pela qual era aquele, por entre todos os mortais seus contemporâneos, que Filipe odiava da forma mais irreconciliável e temia de modo tão pouco natural⁶⁹.

A desconfiança que já se havia formado face ao Príncipe viu-se aumentada pela opinião ambígua acerca da sua religião. Guilherme acreditava no Papa enquanto o Imperador, seu benfeitor, era vivo; mas temia-se com razão que a preferência pela doutrina reformadora, que havia sido dada ao seu jovem coração, nunca o houvesse abandonado. Independentemente da religião que ele possa ter preferido em certos períodos da sua vida, cada uma delas poder-se-ia ter tranquilizado com o facto de nenhuma o haver possuído inteiramente. Vemo-lo anos mais tarde converter-se ao calvinismo com a mesma hesitação com que na sua infância havia abandonado a religião luterana pela católica. Contra a tirania espanhola, ele defendia mais os direitos humanos dos protestantes do que as suas opiniões; não a sua fé, mas os seus sofrimentos tinham feito dele um irmão⁷⁰.

Essas razões gerais de desconfiança viram-se aparentemente legitimadas por uma descoberta, trazida pelo acaso, acerca do seu verdadeiro modo de pensar. Guilherme havia ficado em França, como refém da paz de Cateau-Cambrésis, em cuja elaboração ela trabalhara, e havia tido conhecimento, por meio de um descuido por parte de Henrique II que pensava estar a falar com um homem de confiança de Espanha, de um ataque secreto que a corte francesa, juntamente com a espanhola, planeava executar contra os protestantes de ambos os reinos. O Príncipe apressou-se a comunicar essa importante descoberta aos seus amigos em Bruxelas, que tinham tão de perto a ver com ela, e as cartas que trocou a esse respeito foram infortunadamente parar às mãos do rei de Espanha⁷¹. Filipe ficou menos surpreendido com essa descoberta decisiva sobre o modo de pensar de Guilherme do que indignado com o desmantelar do seu ataque; mas os Grandes espanhóis, que não haviam ainda esquecido o momento em que o maior dos imperadores havia colocado o poder sobre os ombros do Príncipe no último acto da sua vida, não perderam a favorável oportunidade para derrubar por fim inteiramente o traidor de um segredo de estado na boa opinião do seu rei.

De não menos nobre linhagem do que Guilherme era Lamoral, conde de Egmont e príncipe de Gaure, um descendente dos duques de Geldern, cuja coragem bélica havia fatigado as armas da Casa da Áustria. A sua estirpe brilhava nos anais do país, um dos seus antepassados havia já, no reinado de Maximiliano, detido a regência da Holanda. O casamento de Egmont com a duquesa Sabina da Baviera enalteceu ainda mais o brilho do seu nascimento e deu-lhe poder através de importantes ligações. Carlos V havia-o armado Cavaleiro da Tosão de Ouro em Utreque no ano de 1546, as guerras deste imperador foram a escola da sua fama futura e as batalhas de St. Quentin e Graveling fizeram dele o herói do seu século. Cada benefício da paz, sentido com a maior gratidão pelos povos comerciantes, trouxe de volta a memória das vitórias pelas quais ela havia sido acelerada e o orgulho flamengo sentira-se engrandecer, como uma mãe vaidosa, com a magnificência desse filho do país que enchia de admiração toda a Europa. Nove filhos⁷² que floresciam sob os olhos dos seus concidadãos multiplicavam e estreitavam os laços entre ele e a pátria e a inclinação geral que lhe era votada exercitava-se ao ver os que eram para ele a coisa mais preciosa. Cada aparição em público de Egmont era uma procissão triunfal; cada olhar nele fixado contava a sua vida; os seus feitos viviam na fama reportada pelos seus companheiros de guerra; aos filhos destes, as mães mostravam-no por ocasião de jogos de cavalaria. Cortesia, nobre decoro e afabilidade, as amoráveis virtudes dos cavaleiros, ornamentavam com elegância o seu mérito⁷³. Numa frente livre manifestava-se a sua alma livre; a sua sinceridade não geria melhor os seus segredos do que a sua magnanimidade os seus bens e um pensamento passava a pertencer a todos assim que fosse seu. A sua religião era branda e humana mas pouco pura, uma vez que recebia a luz do coração e não do entendimento⁷⁴. Egmont possuía mais consciência do que princípios; a sua cabeça não tinha concedido a si própria a sua legislação, mas apenas a havia aprendido, razão pela qual o mero nome de uma acção podia proibir-lhe essa mesma acção. Os seus homens eram maus ou bons e nada tinham de mau ou de bom; na sua doutrina moral não havia qualquer mediação entre o vício e a virtude, razão pela qual as decisões eram por ele tomadas porque um único lado bom era a favor de um homem. Egmont reunia todas as qualidades que perfazem o herói; era melhor soldado do que Orange, mas encontrava-se muito abaixo do nível deste como político: este via o mundo como realmente era, Egmont

no espelho mágico de uma fantasia embelezadora. Pessoas surpreendidas pela sorte com uma recompensa para a qual não encontram uma razão natural nos seus actos ver-se-ão muito facilmente tentadas a ignorar a necessária correlação entre causa e efeito e a associar à sequência natural das coisas essa força mágica superior em que acabam por confiar estouvadamente, como César na sua sorte. A esse tipo de pessoas pertencia Egmont. Embriagado com méritos que a gratidão havia exagerado, ele seguia cambaleando nessa doce consciência como num ameno mundo onírico. Nada temia porque confiava no incerto penhor que o destino lhe havia dado no amor universal e acreditava na justiça porque era feliz. Nem a mais terrível das experiências com o juramento espanhol foi capaz mais tarde de erradicar essa confiança da sua alma e, mesmo no sangrento cadafalso, a esperança foi o último dos seus sentimentos. A fragilidade do receio pela sua família mantinha a sua coragem patriótica aprisionada por deveres mais miúdos. Uma vez que tinha de estremecer pela propriedade e vida, não podia arriscar muito pela república. Guilherme de Orange rompeu com o trono porque a violência arbitrária causou indignação ao seu orgulho⁷⁵; Egmont era vaidoso, por isso valorizou a clemência do monarca. Aquele era um cidadão do mundo, este nunca foi mais do que um flamengo⁷⁶.

Filipe II estava ainda em dívida pela vitória em St. Quentin e a regência dos Países Baixos parecia ser a única recompensa digna de méritos tão brilhantes. Nascimento e prestígio, a voz da nação e capacidades pessoais, tudo falava tão alto em favor de Egmont como de Orange que, se este fosse derrotado, só aquele poderia ter causado tal derrota.

Dois concorrentes de mérito tão idêntico poderiam ter embaraçado Filipe na sua escolha, se ele tivesse tido a ideia de decidir em favor de um deles. Mas eram justamente as vantagens nas quais se apoiava o seu direito ao cargo aquilo que os excluía; e era precisamente por meio desses inflamados desejos da nação no que dizia respeito à sua nomeação que eles tinham feito fracassar irremediavelmente as suas exigências ao mesmo. Filipe não precisava nos Países Baixos de um regente que tivesse à sua disposição a boa vontade e a força do povo. O facto de Egmont descender dos duques de Geldern tornava-o num inimigo nato da Casa espanhola e o poder supremo parecia ser um perigo nas mãos de um homem que podia ter a ideia de vingar a opressão do seu antepassado no filho do opressor. Deixar para trás os seus favoritos

não podia ofender nem a nação nem os próprios, pois o rei, como constou, passou ao lado de ambos por não querer preferir nenhum⁷⁷.

A expectativa fracassada da regência não tirou ainda por completo ao príncipe de Orange a esperança de afirmar ainda mais a sua influência nos Países Baixos. Entre os restantes que foram propostos para esse cargo estava também Cristina, duquesa da Lorena e tia do rei, que havia adquirido um mérito brilhante nas pretensões à coroa como mediadora na paz de Chateau-Cambresis. Guilherme tinha intenções no que dizia respeito à sua filha, que ele pretendia promover utilizando-a activamente em favor da mãe; mas não pensou que deitava a causa a perder precisamente por isso. A duquesa Cristina foi rejeitada não apenas, como foi feito constar, pelo facto de a dependência das suas terras face à França a tornar suspeita junto da corte espanhola, mas sobretudo pelo facto de ela ser bem-vinda junto do povo neerlandês e do príncipe de Orange⁷⁸.

Margarida de Parma, regente dos Países Baixos

Enquanto a expectativa geral ainda se mostra ansiosa por saber quem iria de futuro reinar sobre o destino das províncias, surge na fronteira do país Margarida de Parma, chamada pelo rei da longínqua Itália para governar os Países Baixos.

Margarida era filha natural de Carlos V, nascida em 1522 de uma donzela neerlandesa de apelido Vangeest. A fim de salvaguardar a honra da sua Casa, foi ao princípio educada na obscuridade, mas a sua mãe, que tinha mais vaidade do que honra, não se preocupou muito em guardar segredo sobre o seu nascimento e uma educação real acabou por trair a filha do imperador. Ainda em criança, foi dada a educar em Bruxelas à regente Margarida, sua tia-avó, tendo-a perdido com oito anos e trocado pela sua sucessora, a rainha Maria da Hungria, uma irmã do imperador. Já no quarto ano da sua existência o seu pai tinha-a feito noiva de um príncipe de Ferrara; mas depois de essa ligação haver sido dissolvida de novo, ela foi destinada como esposa a Alexandre de Médicis, o novo duque de Florença, e o matrimónio ocorreu realmente em Nápoles após o regresso vitorioso do imperador de África. Ainda no primeiro ano de um casamento infeliz, uma morte violenta

arrebatou-lhe o esposo que ela não podia amar e pela terceira vez a sua mão tem de servir de instrumento à política especulativa do seu pai. Octavio Farnese, um príncipe de treze anos e neto de Paulo III, recebe com a sua pessoa os ducados de Parma e Piacenza em dote e Margarida vê-se, por meio de um raro destino, como maior de idade casada com um mancebo, assim como anteriormente havia sido negociada enquanto criança para casar com um homem maior de idade. O seu espírito pouco feminino tornou essa última união ainda menos natural, uma vez que as suas inclinações eram masculinas e todo o seu estilo de vida parecia trocar do seu sexo. Seguindo o exemplo da sua educadora, a rainha da Hungria, e da sua tia-bisavó, a duquesa Maria de Borgonha, que encontrou a morte nessa predilecção, ela era uma caçadora apaixonada e havia com isso enrijecido de tal modo o seu corpo que podia aguentar todas as fadigas desse estilo de vida, como um homem. O seu próprio porte evidenciava tão pouca graça que as pessoas estavam mais tentadas a tomá-la por um homem disfarçado do que por uma mulher masculina e a natureza, de que ela escarnecera com essa transgressão dos limites, acabou também por vingar-se dela através de uma doença masculina, a gota. Essas qualidades tão raras eram coroadas por uma rude fé monástica, que Inácio de Loyola, seu confessor e mestre, se havia vangloriado de implantar na sua alma. Entre as obras de caridade e penitências com que crucificava a sua vaidade, uma das mais dignas de nota era ela convidar todos os anos, na Semana Santa, um certo número de pobres a quem era estritamente proibido terem-se lavado antes, lavando-lhes os pés com as próprias mãos, servindo-os à mesa como uma criada e mandando-os embora com faustosas prendas.

Não é necessário muito mais do que este último traço de carácter para entender a prioridade que o rei lhe deu face a todos os outros concorrentes; mas a preferência por ela foi ao mesmo tempo justificada pelos melhores motivos da arte política. Margarida havia nascido nos Países Baixos e fora também ali educada. Havia vivido junto desse povo na sua primeira juventude e absorvido muitos dos seus costumes. Duas regentes, sob cujo olhar ela crescera, haviam-na iniciado aos poucos nas melhores máximas para governar esse povo particular, podendo nisso servir-lhe de modelo. Não lhe faltava espírito e um sentido especial para tarefas que havia aprendido com as suas educadoras e depois aperfeiçoado ainda mais na escola italiana. Os Países Baixos estavam habituados desde há anos a governos femininos e Filipe talvez esperasse que

o ferro aguçado da tirania, de que ele se queria agora servir contra eles, teria um modo mais brando de actuar se estivesse em femininas mãos. Uma certa consideração pelo pai, que então ainda era vivo e muito amava essa filha, deverá tê-lo igualmente, como se afirma, guiado nessa escolha, assim como é provável que ele quisesse fazer um favor ao duque de Parma, a quem havia tido de recusar um pedido, através dessa atenção dada à sua esposa. Uma vez que as terras da duquesa estavam rodeadas pelos seus Estados italianos e permanentemente expostos às suas armas, menor era o risco que ele corria ao depor nas mãos dela o poder supremo. Para sua inteira segurança ficou ainda Alexandre Farnese, filho da duquesa, na sua corte enquanto penhor da fidelidade daquela. Todas estas razões tinham, no seu conjunto, peso suficiente para que o rei determinasse em favor dela; mas elas tornaram-se decisivas uma vez que o bispo de Arras e o duque de Alba a apoiavam. O último, ao que parece, por odiar ou invejar todos os outros concorrentes; aquele pelo facto de a sua sede de poder quiza lhe permitir imaginar a grande satisfação que lhe estava preparada pela pusilanimidade dessa princesa⁷⁹.

Filipe recebeu a nova regente com um brilhante séquito na fronteira do país e conduziu-a com pompa até Gante, onde os Estados Gerais estavam reunidos. Uma vez que não estava disposto a regressar tão cedo aos Países Baixos, ele queria ainda, antes de os abandonar em definitivo, satisfazer a nação com uma Dieta solene e dar às disposições que havia tomado um maior carácter de sanção e de força legal. Pela última vez, mostrou-se ao seu povo neerlandês que depois disso só passaria a receber as determinações do seu destino a partir de uma misteriosa distância longínqua. A fim de enaltecer o brilho desse dia festivo, ele armou onze novos cavaleiros da Tosão de Ouro, fez sentar a sua irmã numa cadeira junto de si e mostrou-a à nação como sendo a sua futura soberana. Todas as reclamações do povo acerca dos delitos de fé, da Inquisição, da retenção das tropas espanholas, dos impostos aplicados e a colocação ilegal de estrangeiros nos cargos administrativos do país, manifestaram-se nessa Dieta e foram vivamente tratadas por ambos os lados, sendo algumas arditosamente desviadas ou aparentemente levantadas, outras rejeitadas por meio de fórmulas de poder. Uma vez que a língua do país lhe era estranha, o rei falou à nação pela boca do bispo de Arras, enumerou-lhe com pompa e presunção todos os actos beneméritos do seu governo, assegurou-lhe a sua clemência para o futuro e aconselhou seriamente uma

vez mais aos Estados Gerais que mantivessem a fé católica e extirpassem a heresia. As tropas espanholas, prometeu, deveriam abandonar os Países Baixos dentro de poucos meses se lhe quisessem conceder algum tempo para recuperar das muitas despesas da última guerra a fim de pagar a essas tropas os soldos atrasados. As suas leis nacionais deveriam permanecer incontestadas, os impostos não deveriam oprimi-los para além das suas capacidades e a Inquisição deveria gerir o seu cargo com justiça e moderação. Na escolha de uma regente, acrescentou, ele teria tomado em conta os desejos da nação e decidido a favor de uma pessoa nascida no país, que estaria ao corrente dos seus costumes e hábitos e lhe seria devotada pelo amor pátrio. Ele exortou-a portanto a que honrasse a sua escolha com gratidão e obedecesse à sua irmã, a duquesa, como a ele próprio. Se impedimentos inesperados se opusessem, concluiu, ao seu regresso, ele prometeu-lhes enviar no seu lugar o príncipe Carlos, seu filho, que deveria residir em Bruxelas⁸⁰.

Alguns membros mais corajosos dessa Dieta ainda ousaram fazer uma última tentativa em prol da liberdade de consciência. Cada povo, na sua opinião, deveria ser tratado de acordo com o seu carácter nacional, como cada pessoa singular de acordo com a sua constituição física. Por exemplo, ainda se poderia achar que o Sul seria feliz até certo ponto mesmo sob uma coacção que o Norte tomaria como insuportável. Nunca, acrescentaram, os flamengos aceitariam um jugo sob o qual os espanhóis talvez se curvassem pacientemente e, se lho quisessem impor, eles prefeririam tomar atitudes extremas. Tal posição teve também o apoio de alguns conselheiros do rei, que insistiram seriamente para que fossem atenuados aqueles terríveis editais religiosos. Mas Filipe permaneceu implacável. Preferia não governar, foi a sua resposta, do que governar hereges⁸¹.

De acordo com uma disposição já elaborada por Carlos V, a regente era assessorada por três assembleias ou câmaras que se distribuíam pela administração dos assuntos do império. Enquanto o próprio Filipe esteve presente nos Países Baixos, essas três instâncias haviam perdido muito do seu poder e a primeira, o Conselho de Estado, havia estado quase parada. Agora que ele tinha de novo aberto mão dos encargos do governo, elas recuperaram todo o seu brilho anterior. No Conselho de Estado, que exercia a vigilância sobre a guerra e a paz, tinham lugar o bispo de Arras, o Príncipe de Orange, o Conde de Egmont, o Presidente do Conselho de Estado Viglius von Zuichem

von Aytta e o Conde de Berlaymont, Presidente do Conselho Fiscal. Todos os cavaleiros da Tosão de Ouro, todos os conselheiros de Estado e conselheiros fiscais, assim como os membros do Grande senado de Mecheln, que já se encontrava, por intermédio de Carlos V, submetido ao Conselho de Estado em Bruxelas, todos eles tinham lugar e direito a voto no Conselho de Estado, se fossem para tal expressamente convocados pela regente. A administração dos rendimentos e bens camarários do rei pertencia ao Conselho Fiscal e o Conselho de Estado ocupava-se dos tribunais e da ordem civil do país e emitia bulas e salvo-condutos. As regências das províncias que estavam por ocupar foram preenchidos com novos detentores ou os antigos foram reconduzidos. O Conde de Egmont ficou com Flandres e Artois; com a Holanda, a Zelândia, Utreque e a Frísia Ocidental, bem como o condado de Borgonha, o Príncipe de Orange; o Conde de Aremberg com a Frísia Oriental, Oberysse e Grjõningen; o Conde de Mansfeld com Luxemburgo; Berlaymont com Namur; o Marquês de Bergen com Hennegau, Cateau-Cambrésis e Valenciennes; o Barão de Montigny, Tournay e o seu território. Outras províncias foram dadas a outros que são menos dignos da nossa atenção. Filipe de Montmorency, Conde de Hoorne, a quem o Conde de Meghem havia sucedido na regência de Geldern e Zütphen, foi confirmado no cargo de almirante da frota neerlandesa. Cada governador de província era em simultâneo Cavaleiro da Tosão de Ouro e membro do Conselho de Estado. Cada um deles tinha, na província de que estava à frente, o comando sobre as tropas que a protegiam e sobre o governo civil e os tribunais; a única excepção era Flandres, onde o regente não tinha qualquer palavra a dizer em questões jurídicas. Só o Brabante se encontrava directamente sob a égide da regente que, de acordo com a sua proveniência, escolheu Bruxelas para a sua residência permanente. A colocação do Príncipe de Orange à frente do seu governo local ocorreu em princípio contra a Constituição do país, uma vez que ele era um estrangeiro; mas alguns territórios que ele possuía dispersos pelas províncias ou geria como tutor do seu filho, uma longa estadia no país e, privilegiadamente, a confiança ilimitada da nação nas suas ideias substituíam, como pretensão real, o que lhe faltava como pretensão contingente⁸².

O poder nacional dos Países Baixos que, na sua totalidade, deveria perfazer três mil cavalos, se bem que agora não tivesse muito mais de dois mil, foi dividido em catorze esquadrões, sob o comando supremo, para além dos

regentes das províncias, ainda do Duque de Arschot, do Conde de Hoostraeten, Bossu, Roeux e Brederode. Essa cavalaria, dispersa por todas as dezassete províncias, deveria estar pronta para responder a necessidades rápidas; embora não fosse suficiente para empresas maiores, ela bastava contudo para manter a paz interna no país. A sua coragem havia sido posta à prova e as guerras precedentes haviam divulgado a fama da sua coragem por toda a Europa⁸³. Para além dela, era suposto admitir infantaria, assunto sobre o qual os Estados ainda não tinham decidido até à data. Por entre as tropas estrangeiras estavam ainda ao serviço alguns regimentos alemães, que esperavam pela sua paga. Os quatro mil espanhóis, sobre os quais haviam sido feitas tantas reclamações, constituíam parte das tropas de ocupação nas cidades fronteiriças, às ordens de dois comandantes espanhóis, Mendoza e Romero.

Por entre os grandes neerlandeses distinguidos preferencialmente pelo rei na ocupação dos cargos estão à cabeça os nomes do Conde de Egmont e de Guilherme de Orange. Por mais profundas que fossem já nessa altura as raízes do seu ódio contra ambos e sobretudo contra este último, contudo ele concedeu-lhes esses sinais públicos do seu favor porque a sua vingança não estava ainda madura e o povo venerava aqueles com exaltação. Os bens de ambos foram declarados isentos de impostos⁸⁴, foram-lhes dados os governos mais proveitosos, por meio da oferta do comando sobre os espanhóis retidos no país ele lisonjeou-os com uma confiança que estava muito longe de depor neles. Mas precisamente na altura em que comprometia o Príncipe por meio dessas provas públicas do seu respeito, ele soube feri-lo secretamente de forma tanto mais sensível. Receando que uma união com a poderosa casa da Lorena pudesse levar esse vassalo, do qual suspeitava, a golpes mais ousados, fez gorar o casamento que deveria realizar-se entre ele e uma princesa dessa Casa, destruindo assim a esperança deste tão perto da sua realização – uma ofensa que o Príncipe nunca lhe perdoou⁸⁵. O ódio contra este venceu mesmo uma vez a sua arte inata de dissimulação e levou-o a dar um passo no qual não reconhecemos de todo Filipe II. Quando subiu a bordo, em Vlissingen, com os grandes do país à sua volta junto à margem, ele esqueceu a sua posição a ponto de abordar rudemente o Príncipe e de o acusar de ser o autor dos conflitos flamengos. O Príncipe respondeu com moderação que nada tinha acontecido que os Estados não tivessem feito por iniciativa

própria e de acordo com as motivações mais conformes à lei. “Não”, disse Filipe pegando na sua mão e sacudindo-a energicamente, “não foram os Estados mas Vós! Vós! Vós!” O Príncipe ficou mudo e, sem esperar que o rei embarcasse, desejou-lhe uma boa viagem e regressou à cidade⁸⁶. Foi assim que o ódio pessoal acabou por tornar incurável a amargura que Guilherme já trazia há muito tempo no seu seio contra o opressor de um povo livre e esse duplo apelo fez por fim amadurecer a grande empresa que arrebatou à Coroa espanhola sete das suas mais preciosas jóias.

Filipe tinha abdicado, e não pouco, do seu verdadeiro carácter ao deixar de modo tão clemente os Países Baixos. A forma legal de uma Dieta, a condescendência em conduzir os seus espanhóis para fora das fronteiras, a deferência ao ocupar os mais importantes cargos do país com os favoritos do povo, e finalmente o sacrifício feito à Constituição do mesmo ao depor de novo o Conde de Fria do Conselho de Estado, tudo isso foram atenções que ele nunca mais voltou a dever à sua magnanimidade. Mas ele necessitava agora mais do que nunca da boa vontade dos Estados a fim de, com o seu apoio e na medida do possível, erradicar os pesados encargos da dívida que ainda pairava sobre os Países Baixos, provenientes das guerras anteriores. Ao fazer-lhes favores através de pequenos sacrifícios, ele esperava talvez obter licença para as suas importantes usurpações. Assinalou a sua despedida com clemência porque sabia em que mãos a deixava. As pavorosas aparições da morte que havia projectado para esse infeliz povo não deveriam conspurcar o sereno brilho da majestade que, de modo idêntico a uma divindade, assinala os seus trilhos apenas com boas obras; aquela terrível reputação era destinada aos seus representantes. Contudo, a instauração do Conselho de Estado serviu mais para lisonjear do que para dar uma real influência à aristocracia neerlandesa. O historiador Strada, que pôde obter informação, no que diz respeito à regente, a partir dos próprios documentos desta⁸⁷, conservou-nos alguns artigos da instrução confidencial que lhe fora dada pelo ministério espanhol. Se ela notasse, como podemos ler neles entre outras coisas, que os conselheiros estavam divididos por facções ou, o que seria ainda muito mais grave, tinham feito reuniões privadas antes da assembleia a fim de se armarem e conspirarem entre si, então ela deveria dissolver toda a assembleia dos conselheiros e usar poderes próprios, dados pelo contestado artigo, numa comissão mais restrita. Nessa comissão mais restrita, que foi chamada

a Consulta, tinham lugar o bispo de Arras, o Presidente Viglius e o Conde de Berlaymont. Deveria proceder do mesmo modo quando houvesse casos urgentes que exigissem uma decisão mais rápida. Se esta disposição não tivesse sido obra de um despotismo arbitrário, nesse caso talvez ela pudesse ser legitimada pela mais racional arte política e mesmo tolerada pela liberdade republicana. Em grandes assembleias, onde muitas relações privadas e paixões exercem influência, onde a quantidade de ouvintes oferece um espaço de manobra demasiado brilhante para a vaidade e a ambição do orador e os partidos se atacam frequentemente de forma confusa e com violência imoderada, é raro que uma decisão possa ser tomada com a lucidez e maturidade que ocorrem certamente num círculo mais restrito, quando os membros são bem escolhidos⁸⁸. Isto para além do facto de numa multidão mais numerosa se dever pressupor a existência de cabeças mais limitadas do que esclarecidas, que com o mesmo direito não é raro guiarem os votos da maioria para o lado da irracionalidade. Uma segunda máxima que deveria ser executada pela regente era a seguinte: insistir expressamente junto daqueles membros do Conselho que tivessem votado contra um decreto para que, se tivessem a maioria, estivessem dispostos a promovê-lo da mesma maneira que se tivessem sido os seus mais empenhados defensores. Com isto ela não só manteria o povo na incerteza acerca dos autores de tal lei mas também dirigiria as disputas privadas dos membros e introduziria maior liberdade na votação⁸⁹.

Independentemente de todas estas precauções, Filipe II nunca poderia ter abandonado os Países Baixos com tranquilidade enquanto soubesse que o poder supremo no Conselho de Estado se encontrava nas mãos da aristocracia de que suspeitava; logo, a fim de acalmar o seu receio também por esse lado e controlar em simultâneo a regente, submeteu-a, e com ela todos os assuntos do Império, à vigilância superior do bispo de Arras, depondo nesse homem singular um contrapeso para a mais terrível das cabalas. A este foi confiada a duquesa como sendo um oráculo infalível da majestade, e nele pontificava um rigoroso vigilante da administração daquela. Entre todos os mortais seus contemporâneos, Granvella era a única excepção que parece ter tolerado a desconfiança de Filipe II; sabendo-o em Bruxelas, podia dormir em Segóvia. Deixou os Países Baixos em Setembro do ano de 1559; uma tempestade afundou a sua frota depois de ele ter desembarcado em Laredo na Biscaia e a sua sinistra satisfação agradeceu ao Deus que o conservara por

meio de um voto abominável. Nas mãos de um padre e de uma mulher estava depositado o perigoso leme dos Países Baixos e o cobarde tirano escapou, no seu confessionário em Madrid, às súplicas e lamentos e reclamações do seu povo⁹⁰.

Notas:

¹ Na edição de 1788, este Primeiro Livro fazia ainda parte da Introdução. Daí que Schiller refira a grande dimensão desta.

² César, De Bello Gall, L. I. Tácito, de Morib. Germ. e Hist. L. IV.

³ Nas regiões que perfazem agora os Países Baixos católicos e os países da Generalidade (região da União Protestante que confina com a Zelândia, Holanda e Güeldres e conquistada aos espanhóis em 157, N. T.)

⁴ Nas regiões correspondentes à actual Groningen, à Frísia oriental e ocidental, a uma parte da Holanda, Güeldres, Utrecht e Overijssel.

⁵ Nas partes superiores da Holanda, Utrecht, Güeldres e Overijssel, no actual Cleve, etc. Entre os rios Leck e Waal. Povos menos numerosos, como os Kanninefater, Mattiakker, Maresater etc., que habitavam numa parte da Frísia Ocidental, Holanda e Zelândia, podem ser incluídos nesse grupo. Tact. Hist. L. IV. C. 15.56. de Morib. Germ. Cap. 29.

⁶ De Bello Gall.

⁷ Hist. L. IV c. 12.

⁸ Dio. Cass. L. LXIX. Tacit. Agricola c. 36. Tacit. Annal. L. II c. 15.

⁹ Tacit. Annal. II. Cap. 8. Sueton. in Claud. Cap. I. n. 3.

¹⁰ Allgemeine Geschichte der vereinigten Niederlande [História Geral dos Países Baixos Unidos], I Parte, 4.º e 5.º Livros.

¹¹ Grotius, Annal. Belg. 2fg.

¹² Um pajem que o viu tombar e que conduziu os vencedores ao lugar dias após a batalha ainda o salvou de um vergonhoso esquecimento. O seu cadáver nu e deformado por ferimentos foi tirado de um pântano em que havia ficado enregelado e reconhecido, com grande esforço, pela falta de dentes e pelas unhas que ele tinha mais compridas do que outra pessoa. Mas o facto de, mau grado esses sinais, haver ainda incrédulos que duvidavam da sua morte e ansiassem pela sua reparação, é comprovado na passagem de uma missiva em que Luís XI exortava as cidades da Borgonha a regressar à Coroa da França. Se o duque Carlos, dizia a passagem, se encontrasse com vida, ficareis libertos do vosso juramento. Comines, Preuves dès Mémoires T. III. 495. 497.

¹³ O termo alemão *bürgerlich* significa tanto “burguês” como “civil” ou “cívico”, juntando assim as significações socioeconómica e política. Optou-se pela primeira, por se entender ser a segunda de certo modo o corolário daquela (N. T.).

¹⁴ Grotius 3.

¹⁵ De Bello Belg. 34 (*apud* Lud.) Guicciardini, Descr. Belg.

¹⁶ Mémoires de Philippe de Comines 1, 314 s.

¹⁷ Allg. Gesch. d. v. Niederlande II (210).

¹⁸ Fischers Geschichte des t. Handels [História do comércio alemão por Fischer], I, 447.

¹⁹ Trata-se de cidades bálticas como Lübeck, Wismar, Rostock, Stralsund, Greifswald (N. T.).

²⁰ Anderson (Gesch. des Handels [História do comércio]), 3, 89.

²¹ Comines, Livre III 5 (I, 156).

²² Anderson 3, 237. 259s.

²³ No original, *Oberdeutschland*: trata-se das regiões montanhosas no sudeste alemão (N. T.)

²⁴ Filipe o Bom era demasiado perdulário para coleccionar tesouros; contudo, Carlos o Temerário encontrou acumulados no seu legado baixelas, jóias, livros, tapeçarias e telas, numa quantidade maior do que a que possuíam na altura três principados ricos no seu todo, e além disso um tesouro de três mil táleres em dinheiro. A riqueza deste príncipe e do povo borgonhês jazia nos campos de batalha de Granson, Murten e Nancy à vista de todos. Aqui, um soldado suíço tirou do dedo de Carlos o Temerário o famoso diamante que durante muito tempo teve a fama de ser o maior da Europa, que ainda é exibido na coroa francesa como sendo o segundo, vendido por um florim por quem o achou, ignorando o seu valor. Os suíços negociaram a prata encontrada em troca de estanho e o ouro em troca de cobre, rasgando em pedaços as preciosas tendas em tecido de ouro; o valor do saque em prata, ouro e pedras preciosas é avaliado em três milhões. Carlos e o seu exército não haviam comparecido ao encontro como inimigos que queriam desferir golpes mas como vencedores que se enfeitavam após a vitória. Comines I, 253. 258 s. 265.

²⁵ Comines, I, 13s 291. Fischer 2, 193 (?438).

²⁶ Na data de 14.7.1451 (N. T.).

²⁷ Anderson 3, 200. 314ss. 488.

²⁸ Duas dessas feiras duravam quarenta dias e cada mercadoria ali vendida era isenta de direitos alfandegários.

²⁹ Anderson 3, 155.

³⁰ O valor das especiarias e produtos boticários, transportado de Lisboa para lá, é suposto ter atingido o valor de um milhão de coroas, de acordo com a referência de Guicciardini.

³¹ Meteren (Niederl. Krieg), I, 12s.

³² Fischer 2, 593s. 599.

³³ Tal inscrição rezava: *S.P.Q.A. [Senatus Populus que Anversis] In usum negotiatorum cujuscunque nationis ac linguae, urbisque adeo suae ornamentum. Anno MDXXXI a solo exstrui curaverunt. [Senado e Povo de Antuérpia para o uso dos comerciantes de cada nação e língua bem como para ornamento da sua cidade no ano de 1531]* Depois desse período, seguia-se na edição de 1788: “Casas que eram alugadas um século antes por cem coroas, tinham subido de preço até oitocentos e mil coroas” (N. T.).

³⁴ Allg. Gesch. D.v. Niederlande 2, 561s. Fischer 2, 595s.

³⁵ Tratava-se da Suíça. V. acima, p. 19 (N. T.).

³⁶ A associação antinatural de duas nações tão contraditórias como neerlandeses e espanhóis nunca podia ter um resultado feliz. Não posso resistir a retomar o paralelismo que Grotius estabeleceu entre ambos numa linguagem vigorosa. “Com os países vizinhos”, diz ele, “os neerlandeses podiam facilmente manter um bom entendimento, pois aqueles haviam crescido com eles numa só estirpe e pelos mesmos caminhos. Espanhóis e neerlandeses afastam-se porém uns dos outros na maior parte das coisas e colidem, onde se encontram, com tanto maior violência. Ambos tinham desde há muitos séculos brilhado na guerra, sendo apenas que os últimos se haviam agora desabitado das armas na sua paz abundante, enquanto aqueles, porém, se haviam mantido em exercício através das campanhas italianas e africanas. A propensão para o lucro fazia com que o neerlandês se inclinasse mais para a paz, embora não fosse menos sensível a uma injúria. Nenhum povo é tão isento de sede de conquista, mas nenhum defende melhor a sua propriedade. Daí as numerosas cidades, concentradas numa estreita faixa de terra, sob a pressão de vindouros estranhos e da própria população, fixadas junto ao mar e junto aos maiores rios. Por isso é que, oito séculos depois das migrações do norte, as armas estrangeiras nada podiam fazer contra elas. A Espanha, inversamente, mudou de soberano com muito maior frequência; quando acabou por cair nas mãos dos Godos, o seu carácter e os seus costumes já haviam sofrido mais ou menos os efeitos infligidos por cada vencedor. No final de todas essas misturas esse povo é-nos descrito como sendo o mais paciente no trabalho, o mais desassombrado no perigo, com igual apetência para a riqueza e honra, orgulhoso até ao desprezo por outros, devoto e sem esquecer boas acções de outrem, porém tão desejoso de vingança e empolgado na vitória como se nem consciência nem honra tivessem validade face ao inimigo. Tudo isto é alheio ao neerlandês, que é ardiloso mas não traiçoeiro, que, plantado entre a França e a Alemanha, modera os defeitos e as vantagens de ambos os povos numa branda mistura. Não é fácil enganá-lo e não é sem consequências que se lhe inflige uma ofensa. Também na veneração a Deus ele não fica atrás do espanhol; nem as armas dos normandos puderam afastá-lo do cristianismo, a que se converteu; nenhuma opinião condenadora da Igreja havia até então envenenado a pureza da sua fé. Mesmo os seus piedosos gastos foram ao ponto de ter surgido a necessidade de criar leis para conter a ambição dos seus sacerdotes. A ambos os povos é inata uma submissão aos seus soberanos, apenas com a diferença segundo a qual o neerlandês coloca as leis *acima* dos reis. Entre os restantes espanhóis, os castelhanos devem ser governados com a maior prudência, mas não gostam de conceder a outros as liberdades que eles próprios reclamam. Daí a tarefa tão difícil para o seu soberano comum, a de repartir a sua atenção e o seu zelo entre ambas as nações, a fim de não ferir o neerlandês dando preferência ao castelhano, nem de ofender o orgulho castelhano colocando o último em plano de igualdade.” Grotius 4s.

³⁷ Seguiu-se na edição de 1788: “Antes de nos submettermos à cega necessidade, transformemo-la antes num ser dotado de vontade, a que podemos opor-nos; isso é tanto mais válido em relação a uma liberdade que limite a nossa liberdade.”

³⁸ Referência à intervenção militar contra uma recusa do pagamento de impostos no ano de 1540, que terminou com execuções, humilhações e repressões financeiras (N. T.).

³⁹ Referência a Augusto III, Príncipe Eleitor da Saxónia e rei da Polónia, e a Luís XIV da França. Seguiu-se na edição de 1788: “O território de um déspota pensante tem por isso frequentemente a risonha aparência exterior do abençoado país para o qual um sábio redigiu o código das leis, e essa ilusória aparência pode levar ao erro o juízo do historiador. Mas se ele suprimir a sedutora capa, um novo olhar ensinar-lhe-á em que escassa medida o *poder do Estado* terá pedido conselho ao *bem dos indivíduos* e quão longínqua é ainda a distância entre um reino florescente e um reino feliz.” (N. T.)

⁴⁰ Seguiu-se na edição de 1788: “A via pela qual lá chegou foi a mesma que a peste percorre ao vir do Oriente, pela qual a sabedoria e a estultícia chegam até nós – a via do comércio.” (N. T.)

⁴¹ Allg. Geschichte d.v. Niederlande 2, 399, nota.

⁴² Thuanus, Hist. Sup. Seculi I, 300. Grotius, Livro I [11].

⁴³ Allg. Gesch. d. v. Niederlande 2, 547.

⁴⁴ Meteren I, 56s. Grotius 12. O último fala em cem mil. Allg. Gesch. d. v. Niederlande 2, 519ss.

⁴⁵ Ele estava também disposto a elevá-lo à categoria de reino; mas as diferenças essenciais das províncias entre si, que se estendiam da Constituição e dos costumes aos pesos e às medidas, fizeram-no recuar nesse propósito. Mais essencial poderia ter sido o serviço que ele lhes prestou através do tratado borgonhês, no qual foi estabelecida a sua relação com o Império alemão. De acordo com este tratado, as dezassete províncias tinham de contribuir para suprir as necessidades comuns do Império alemão com uma frequência duas vezes superior à de um príncipe eleitor e para uma guerra contra os turcos com uma frequência três vezes superior, usufruindo com isso da poderosa protecção desse Império e não sofrendo as consequências de nenhum dos seus privilégios. A revolução que alterou, sob o reinado do seu filho, a Constituição política das províncias, aboliu de novo essa equiparação, que pela fraca utilidade que teve não merece mais nenhuma menção.

⁴⁶ Só a cidade de Antuérpia gastou nessa ocasião 260 000 florins em ouro. Meteren I, 21s.

⁴⁷ Allg. Gesch. d. v. Niederlande 2, 512 (?Watson I, 4).

⁴⁸ Seguiu-se na edição de 1788: “A partir de então haviam visto a criatura da qual adviriam posteriormente os seus sofrimentos. O sacro pavor que a ocultação e a distância lhe teriam concedido havia desaparecido com a sua presença. Ele encontrava-se diante da memória deles, um homem como eles e um pequeno homem.” (N. T.)

⁴⁹ Strada 4s. Meteren I, 28. Thuanus I, 768s.

⁵⁰ Allg. Gesch. d. v. Niederlande 2, 515 e (559).

⁵¹ *Ib.*, 516.

⁵² Na versão de 1788 o novo capítulo tinha a seguinte introdução, eliminada em 1801, provavelmente pelo facto de o arrependimento de Carlos e a ingratidão do seu filho, sustentados por Mercier, haverem sido comprovados como sendo uma invenção: “Após haver terminado essa última tarefa, Carlos V abandonou a sua residência real

em Bruxelas e alojou-se numa casa particular até que pudesse viajar para o seu lugar de refúgio. Ali colocou em segurança a sua ambição para a qual a nova luta contra a rebelião se havia tornado demasiado problemática. O Ser invisível que imprime o rumo à História universal gosta ocasionalmente de jogar com a leviandade humana e honrar, à sua maneira, aquilo a que nós chamamos perfeito e divino. A curiosa vida, que orientou a História por muitos séculos, terminou com uma farsa carnavalesca. Um arrependimento infantil foi o preço de tantos anos esforçados e a ingratidão da única pessoa para a qual eles haviam trabalhado.”

⁵³ Strada 17s. Thuanus 2, 482.

⁵⁴ Isabel de Valois, que Filipe II desposou na sequência da paz de Cateau-Cambresis (N. T.).

⁵⁵ Reidanus (Belgarum annales) 4.

⁵⁶ Carlos IX de França tornou-se rei aos 10 anos (N. T.).

⁵⁷ Referência ao sequestro do papa Clemente VII pelas tropas imperiais na sequência do “Sacco di Roma” em 1527 (N. T.).

⁵⁸ Referência ao processo que culminou em 1312 com a proibição da ordem, sob a égide do Papa Clemente V e de Filipe o Belo da França (N. T.).

⁵⁹ Hopperus. Mémoires des troubles des Pays-bas (*apud* Hoynck van Papendrecht. *Analecta Belgica*) II 2, 65ss.

⁶⁰ A edição de 1801 omitiu, provavelmente por lapso, a seguinte passagem baseada na obra de Spittler *Sammlung der Instructionen des Spanischen Inquisitions-Gerichts* [*Compilação das Instruções do Tribunal Espanhol da Inquisição*] (1788): “A sua entrada em funcionamento ocorre no ministério do cardeal Ximenes; um monge dominicano, Torquemada, foi o primeiro a abrir esse horrível tribunal, fundando os seus estatutos e legando com ele à sua ordem a eterna maldição da humanidade. Em breve a ferramenta de repressão despótica e hierárquica tornou-se num instrumento de cobiça. As somas monstruosas que a confiscação dos bens fez cair sob a alçada do fisco real eram para Fernando uma terrível tentação; a Inquisição dava-lhe para as mãos a chave para a fortuna de todos os seus súbditos, uma vez que era o órgão do seu poder e o forte vínculo ao qual ele mantinha ligados os poderosos. O tribunal era inabalavelmente firme porque era mantido pela força unida das duas mais poderosas paixões.”

Seguia-se então na edição de 1788: “Fazer baixar a razão a um nível inferior à fé cega e destruir a liberdade do espírito através de uma uniformidade morta era o objectivo seguido por esse Instituto; os seus instrumentos eram o *terror* e a *vergonha*. Estendia a sua jurisdição artificial até ao domínio dos mais secretos pensamentos. Cada paixão estava a seu soldo; sabia usar para os seus fins amizade, amor conjugal e todas as pulsões da natureza; os seus laços residiam em cada prazer da vida. Nos lugares para onde não pudesse levar os seus espíões, ele assegurava a posse das consciências pelo temor; uma crença obscura na sua omnipresença aprisionava a liberdade da vontade, mesmo nas profundezas da alma. Vergava todos os instintos humanos sob a fórmula de uma fé arbitrária; todas as exigências feitas em nome da sua espécie estavam perdidas para um herege; com a mais ligeira infidelidade à Igreja ele despojara-se do seu género humano. O saudável estremecer do instinto, com o qual o Criador do nosso ser nos armou contra

crimes antinaturais, foi por ele transferido para uma miserável instância clerical; uma modesta dúvida acerca da infalibilidade do Papa é punida como parricídio e envergonha como se fosse sodomia. As suas vítimas não podiam ser ocultadas a seus olhos por qualquer destino; as suas sentenças eram executadas em cadáveres e retratos pintados; e nem o túmulo era refúgio face ao seu pavoroso braço, e a culpa do pai perpetuava-se na miséria de gerações inteiras.” (N. T.)

⁶¹ Burgundius. *Histor. Belg.* 126s. Hopperus ib. Grotius 8ss. (Voltaire) *Essai sur les mœurs* III (1756 = T. 13 da ed. de Genebra das *Œuvres* p. 172-83 cap. 118 ; pres. 140), *Inquisition*.

⁶² Grotius 9s [?12].

⁶³ *Allg. Gesch. D.v. Niederlande* 3, 22ss.

⁶⁴ Burgundius 38-40. Reidanus 3. *Meteren* 1, 47.

⁶⁵ Reidanus 3.

⁶⁶ Grotius 13.

⁶⁷ Tratou-se de Adolfo de Nassau, eleito no século XIII Imperador contra um candidato Habsburgo (N. T.).

⁶⁸ Seguiu-se na edição de 1788: “e quantas em relação ao *coração* desse homem que – ainda crainça tão próximo de um monarca – não havia cessado de ser uma boa pessoa!”

⁶⁹ Seguiu-se na edição de 1788: “Infelizmente o imperador, ao plantar no seu filho a magnífica flor, havia também criado já o verme que roía a sua corola.”

⁷⁰ *Strada* 24.55s Grotius 7. Reidanus 59. Meursius, Guilelmus Auriacus 1ss. Burgundius 65s.

⁷¹ *Strada* 56. Thuanus 1, 1010. Reidanus 5.

⁷² Na realidade foram onze filhos (N. T.).

⁷³ Seguiu-se na edição de 1788: “numa saudação ou aperto de mão amigáveis, o seu esfusante coração entregava-se a qualquer cidadão.”

⁷⁴ Seguiu-se na edição de 1788: “sensual e cómoda, uma fé de soldado, fiel à Igreja, como o aço ao seu rei, uma vez que tinha de estar pronta para as necessidades da batalha e porque é mais rápido colher os frutos da memória do que do juízo.”

⁷⁵ Seguiu-se na edição de 1788: “não por ser livre de ambição mas porque a sua ambição superior desprezava o acto de *receber*, ele *concedia* liberdade.”

⁷⁶ Grotius 7. *Strada* 23s 84.

⁷⁷ *Strada* 24. Grotius 12.

⁷⁸ Burgundius 23. *Strada* 24s.

⁷⁹ Burgundius 23ss. *Strada* 24-31. *Meteren* 1, 61. Hopperus, *Mémorial* (Hoyneck v. Papendrecht) II2, 18s.

⁸⁰ Burgundius 34-37. *Allg. Gesch. D.v. Niederlande* 3, 25s. *Strada* 32.

⁸¹ Bentivoglio (*Della guerra di Fiandra*) 10s.

⁸² *Meteren* 1,46. Burgundius 7.25s.30.34 [?]. *Strada* 20s. *Allg. Gesch. D.v. Niederlande* 3, 21.

⁸³ Burgundius 26. *Strada* 21s. Hopperus 18ss [? *Acima ref. p. 85, 34?*]. Thuanus 2, 489 [*ref. 85,34*].

⁸⁴ Assim como os do Conde de Hoorne. Allg. Gesch. D.v. Niederlande, 3, 8.

⁸⁵ Watson [Hist. De Philippe II] I, 137.

⁸⁶ Neuville, Hist. De Guillaume I, prince d'Orange 9s. Amsterdão, 1689.

⁸⁷ Strada 49 e 31.

⁸⁸ Seguia-se na edição de 1788: “e numa só cabeça se encontram felizmente a universalidade e o equilíbrio, que deveriam ser preservados ali através da pluralidade dos votos.”

⁸⁹ Strada 31.

⁹⁰ Allg. Gesch. D.v. Niederlande 3, 27s.

SEGUNDO LIVRO

O Cardeal Granvella

Anton Perrenot, Bispo de Arras, posteriormente Arcebispo de Mecheln e Metropolitano de todos os Países Baixos, que eternizou o ódio dos seus contemporâneos sob o nome de Cardeal Granvella, nasceu no ano de 1516¹ em Besançon, no Condado de Borgonha. O seu pai, Nicolas Perrenot, filho de um ferreiro, havia ascendido por mérito próprio até se tornar escriturário privado da duquesa Margarida de Sabóia, posterior regente dos Países Baixos; aqui Carlos V conheceu-o como um homem activo e capaz, tomando-o ao seu serviço e usando-o em importantes negociações. Durante vinte anos, trabalhou no gabinete do imperador, revestindo-se da dignidade de conselheiro privado e protector da sua chancela, partilhando todos os segredos de Estado deste monarca e adquirindo uma grande fortuna². As suas insígnias, a sua influência e a sua arte política foram herdadas por Anton Perrenot, seu filho, que já em verdes anos dera provas da grande capacidade que posteriormente lhe abriu uma carreira tão gloriosa. Anton havia, em diversas escolas superiores, conferido uma formação superior aos talentos com que a natureza o dotara de forma tão perdulária, e ambas as coisas davam-lhe vantagem em relação ao seu pai. Pouco tempo depois ele demonstrou que podia, por capacidade própria, afirmar-se no lugar onde fora colocado por méritos alheios. Tinha vinte e quatro anos quando o imperador o enviou como seu representante plenipotenciário ao Concílio de Trento e foi aqui que ele fez ouvir as primeiras manifestações da sua eloquência, que lhe deu depois disso um tão grande ascendente sobre dois reis³. Carlos serviu-se ainda dele em várias delegações difíceis, que ele concluiu com a máxima aprovação do seu monarca, e quando finalmente este imperador cedeu o ceptro ao seu filho, ele completou essa preciosa dádiva com um ministro que o ajudou a levá-la a cabo.

Granvella abriu logo a sua nova carreira com a obra maior do seu génio político, ao transitar facilmente da clemência daquele pai para o favoritismo daquele filho. Em breve ele conseguiu realmente merecê-lo. Por ocasião da negociação secreta em que a duquesa de Lorena havia sido mediadora entre os ministros franceses e espanhóis em Peronne, ele planeou com o cardeal

da Lorena a conspiração contra os protestantes, que posteriormente foi amadurecida em Cateau-Cambrésis, onde também colaborou no tratado de paz, tendo contudo também sido ali traído.

Um profundo, amplo entendimento, uma rara facilidade no tratamento de grandes e complexos assuntos, a mais vasta erudição, tudo isto estava neste homem maravilhosamente associado a uma capacidade de trabalho duro e a uma incansável paciência, bem como o génio mais empreendedor ao ritmo mecânico mais reflectido. Ao longo dos dias e das noites, o Estado ia encontrá-lo sem dormir e sóbrio; tanto as coisas importantes como as insignificantes eram por ele ponderadas com igual cuidado. Não era raro que desse que fazer a cinco secretários ao mesmo tempo e em diferentes línguas, tendo constado que ele falava sete. O que uma razão fiscalizadora havia lentamente feito amadurecer ganhava energia e graciosidade na sua boca e a verdade, acompanhada de uma poderosa ladainha, arrebatava todos os ouvintes com violência. A sua fidelidade era incorruptível, uma vez que nenhuma das paixões que tornam pessoas dependentes de pessoas tentava o seu ânimo⁴. Com uma admirável acuidade de espírito, ele perscrutava o ânimo do seu senhor e reconhecia frequentemente já na expressão deste toda a cadeia de pensamentos, como se reconhece a figura que se aproxima na sombra que a precede. Com uma arte sofisticada, ele ia ao encontro desse espírito mais indolente, dando ao que ainda era um germe rudimentar nos seus lábios a forma de um pensamento acabado e concedendo-lhe com magnanimidade o triunfo da invenção. A difícil e útil arte de reduzir o seu próprio espírito, de colocar o seu génio ao serviço de outrem, era entendida por Granvella; ele dominava porque ocultava o seu domínio e só assim é que Filipe II podia ser dominado. Satisfeito com um poder silencioso mas profundo, ele não buscava insaciavelmente novos sinais do mesmo, que costumam ser sempre o objectivo mais desejável dos espíritos mesquinhos; mas cada nova insígnia servia-lhe como se nunca tivesse estado separada dele. Não era de admirar que qualidades tão extraordinárias lhe proporcionassem o favoritismo do seu senhor; mas um importante legado dos segredos e das experiências no plano político, que Carlos V havia reunido numa vida activa e depositado naquela cabeça, tornaram-no indispensável para o seu sucessor no trono. Por mais presunçoso fosse o modo como este último costumava confiar na sua racionalidade, era tanto mais necessário para a sua política

temerosa e sibilina aconchegar-se a um espírito superior e impulsionar a sua própria indecisão por meio de prestígio, exemplo alheio e acatamento. Nenhum acontecimento político se realizou a partir da Casa real, enquanto Filipe esteve nos Países Baixos, sem que Granvella fosse consultado e, ao partir em viagem para Espanha, ele fez à nova regente uma dádiva tão importante com este ministro como a que lhe tinha sido legada pelo imperador, seu pai, na mesma pessoa.

Por muito habitual que seja vermos príncipes despóticos oferecerem a sua confiança a criaturas que foram buscar ao pó e cujos criadores eles de certo modo são, eram igualmente necessários dotes de excelência para superar o egoísmo fechado de um carácter como o de Filipe, de modo a transformá-lo em confiança e mesmo em confidencialidade. A mais ligeira manifestação do mais legítimo sentimento de si, através da qual ele tivesse aparentado exigir de volta o seu direito de propriedade a um pensamento, a partir do ponto em que o rei o havia enobrecido a ponto de tornar seu, teria custado ao ministro toda a sua influência. Era-lhe concedido servir paixões inferiores como a luxúria, a cobiça, o desejo de vingança, mas a única que realmente o animava, a doce consciência da própria superioridade e força, tinha de ser por ele cuidadosamente encoberta face ao olhar desconfiado do déspota. Renunciava voluntariamente a todas as vantagens que possuía por natureza a fim de as receber pela segunda vez da magnanimidade do rei. A sua felicidade não podia decorrer de outra fonte a não ser essa e mais ninguém podia reclamar a sua gratidão. A púrpura que lhe havia sido enviada de Roma não foi por ele vestida antes que o consentimento real chegasse de Espanha; ao depô-la nos degraus do trono, ele parecia estar a recebê-la por assim dizer só das mãos do rei⁵. Menos homem de Estado do que ele, o duque de Alba ergueu um troféu em Antuérpia e escreveu entre as vitórias, que havia obtido enquanto instrumento da Coroa, o seu próprio nome – mas Alba levou a inclemência do seu Senhor para o túmulo. Ele havia introduzido uma mão profanadora no plano da Coroa ao recorrer directamente à fonte da imortalidade.

Por três vezes Granvella mudou de soberano e por três vezes ele conseguiu obter o mais alto favoritismo. Precisamente com a mesma facilidade com que havia guiado o profundo orgulho de um autocrata e o rude egoísmo de um déspota, ele soube lidar com a frágil vaidade de uma mulher.

Os assuntos que tinha para tratar com a regente eram muitas vezes, mesmo quando ambos estavam juntos *numa* casa, despachados por meio de bilhetes, um hábito que se supõe advir ainda dos tempos de Augusto e Tibério. Quando a regente era pressionada pela urgência, os mesmos bilhetes eram trocados com frequência entre o ministro e ela de hora a hora. Provavelmente ele escolheu tal via para enganar o zelo atento da aristocracia, que não deveria tomar conhecimento na íntegra da influência que ele exercia sobre a regente; talvez ele também pensasse em tornar os seus conselhos a esta última mais duradouros por esse meio e, em caso de necessidade, em resguardar-se contra acusações por meio desses testemunhos escritos. Mas a vigilância da aristocracia tornou vã tal precaução e em breve era sabido em todas as províncias que nada se passava sem o ministro.

Granvella possuía todas as qualidades de um perfeito homem de Estado para monarquias que se aproximem do despotismo, mas não para repúblicas que tenham reis. Educado entre o trono e o confessor, ele não conhecia outro tipo de relações entre pessoas para além da dominação e submissão e o sentimento inerente da sua própria superioridade fazia-o desprezar os seres humanos. Faltava flexibilidade à sua arte política, a única virtude que lhe era aqui indispensável. Ele era exaltado e atrevido e dotava com os plenos poderes do rei a impetuosidade natural do seu ânimo e as paixões do seu estatuto clerical. No interesse da Coroa, ocultou a sua própria ambição e tornou irreversível a separação entre a nação e o rei, uma vez que ficou sendo então indispensável para este. Vingou na aristocracia a sua própria origem modesta e honrou, à maneira daqueles que são obrigados a alcançar a sua felicidade por mérito, os privilégios do nascimento naqueles através dos quais *ele* havia ascendido socialmente. Os protestantes conheciam-no como sendo o seu mais irreconciliável inimigo; todos os fardos que oprimiam o país foram-lhe atribuídos e todos eram sentidos como sendo tanto mais insuportáveis por advirem dele. Acusam-no mesmo de ter reconduzido a um nível de severidade as atitudes mais condescendentes que haviam sido obtidas, finalmente e a custo, do monarca, devido às necessidades urgentes dos Estados. Os Países Baixos amaldiçoaram-no como sendo o mais terrível inimigo da sua liberdade e o primeiro causador de toda a desgraça que depois se abateu sobre eles⁶.

1559. Manifestamente, Filipe havia abandonado ainda demasiado cedo os Países Baixos. As novas medidas admoestadoras do governo eram ainda

demasiado estranhas a este povo e só podiam ser expressamente sancionadas por ele; os novos mecanismos que ele pôs em jogo tinham de ser movimentados por uma mão temida e forte, tendo os seus primeiros movimentos de ser aguardados e os mesmos de ser assegurados pela obediência. Agora ele punha esse ministro a nu face a todas as paixões no momento em que haviam deixado de sentir as amarras da presença real, deixando ao braço débil de um súbdito o que podia derrotar a própria majestade com os seus poderosos apoios.

É certo que o país estava florescente e um bem-estar geral parecia testemunhar a felicidade da paz que partilhava havia pouco tempo. A tranquilidade do momento exterior iludia o olhar, mas ela era apenas aparente e no seu seio silencioso chamejava a mais perigosa divisão. Quando a religião vacila num país, não é só ela a vacilar; a maldade principiara com o sagrado e terminou com o profano. O ataque bem sucedido à hierarquia havia despertado uma ousadia e um desejo de afectar qualquer autoridade e de examinar tanto leis como dogmas, tanto deveres como opiniões. Essa coragem fanática, que se havia aprendido a exercitar em questões relacionadas com a eternidade, podia mudar de objecto; esse desprezo pela vida e propriedade podia transformar temerosos cidadãos em temerários revoltosos. Um governo feminino de quase quarenta anos havia dado oportunidade à nação para fazer valer as suas liberdades; guerras permanentes, que haviam feito dos Países Baixos o seu palco, haviam deixado instalar-se uma certa devassidão apelando para o direito do mais forte em lugar da ordem civil. As províncias estavam cheias de aventureiros e refugiados estrangeiros, tudo pessoas que já não estavam ligadas a qualquer pátria, qualquer família ou qualquer propriedade e que ainda traziam a semente da rebelião do seu malogrado país de origem. Os repetidos cenários de martírio e morte haviam rompido os frágeis fios da moral e dado ao carácter da nação uma dureza pouco natural⁷.

Contudo, a indignação teria permanecido um rastejar tímido e silencioso ao nível do solo se não tivesse encontrado na aristocracia um apoio que a fez crescer tremendamente. Carlos V havia dado aos Grandes neerlandeses um tratamento privilegiado, deixando-os participar na sua fama, alimentando o seu orgulho nacional pela parcialidade com que os tratava face à nobreza castelhana e possibilitando a instalação de uma arena para a sua ambição em todas as partes do seu império. Na última guerra contra a França, eles

havia realmente merecido essa preferência em torno do seu filho; as vantagens que este obteve da paz de Cateau-Cambrésis eram em grande parte obra da sua coragem e agora eles sentiam notoriamente a falta da gratidão com que haviam contado com tanta certeza. A isso foi acrescentado o facto da separação do império alemão face à monarquia espanhola, de o menor espírito guerreiro do novo governo ter reduzido o seu raio de acção e de haver para eles pouco menos a ganhar do que a sua pátria. Filipe colocava agora os seus espanhóis onde Carlos V havia utilizado neerlandeses. Todas aquelas paixões, que o governo anterior havia neles despertado e mantido vivas, acompanhavam-nos agora em tempos de paz; e essas pulsões incontroláveis, às quais faltava o seu legítimo objecto, foram infelizmente encontrar outro nas reclamações da pátria. Agora eles recuperavam as exigências ao estado de esquecimento, depois de elas haverem sido durante algum tempo recalçadas por novas paixões. Por ocasião da última distribuição de cargos, o rei quase que havia espalhado um descontentamento geral; porque também aqueles que receberam cargos não tinham ficado mais satisfeitos do que aqueles que haviam sido ignorados, uma vez que haviam contado com outros melhores. Guilherme de Orange recebeu quatro províncias, sem contar com outras mais pequenas que juntas perfaziam o valor de uma quinta; mas Guilherme havia depositado as suas esperanças no Brabante e na Flandres. Ele e o conde de Egmont esqueceram o que realmente lhes havia sido concedido e só se lembraram que a regência estava perdida para eles. A maior parte dos nobres havia-se precipitado em dívidas ou deixado arrebatado para elas pelo governo. Agora que lhes era vedada a perspectiva de se recomporem em cargos lucrativos, eles viam-se de súbito expostos à carência que doía de forma tanto mais sensível quanto mais era exposta à luz pelo brilhante modo de vida do cidadão abastado. Na situação extrema a que haviam chegado, muitos deles ter-se-iam eles próprios oferecido para cometer um crime; como poderiam portanto ter oferecido resistência às sedutoras propostas dos calvinistas, que pagavam com pesadas somas a sua adesão e a sua protecção. Muitos, finalmente, que já não podiam ser ajudados, encontraram o seu último refúgio na devastação geral e estavam em qualquer momento prontos a atear o fogo sobre a república⁸.

Essa perigosa disposição dos ânimos foi agravada ainda mais pela malograda vizinhança da França. O que Filipe tinha a recear para as províncias

já havia ali passado à realidade. No destino deste reino, ele podia ver anunciado de forma exemplar o destino dos seus Países Baixos e o espírito da rebelião podia encontrar ali um modelo sedutor. Acasos semelhantes haviam difundido neste reino a semente da inovação nos reinados de Francisco I e Henrique II, tendo uma insânia semelhante de perseguição e um sectarismo semelhante favorecido o seu crescimento. Agora, huguenotes e católicos travavam a mesma luta dúbida, facções raivosas descontrolavam toda a monarquia e conduziam esse poderoso Estado até à beira da sua ruína. Tanto aqui como ali o egoísmo, a vontade de poder e o espírito sectário podiam encapotar-se na religião e na pátria, e as paixões de alguns cidadãos podiam armar a nação unida. A fronteira entre ambos os países é permeável na Flandres valónica, a rebelião pode, como um mar revoltoso, lançar as suas ondas até aqui - e ser-lhe-á negada a passagem por um país cuja língua, costumes e carácter oscilam entre a Gália e a Bélgica? O governo ainda não procedera à examinação dos seus súbditos protestantes nestes países - mas sabe que a nova seita é uma monstruosa república no seu conjunto, espalhando as suas raízes por todas as monarquias da cristandade e sentindo a presença do mais leve estremecimento em todas as partes. São vulcões ameaçadores que, ligados por corredores subterrâneos, se incendeiam ao mesmo tempo em tremenda simpatia. Os Países Baixos tinham de estar abertos a todos os povos porque viviam à custa de todos os povos. Poderia ele fechar um Estado mercantil com tanta facilidade como a sua Espanha? Se quisesse limpar essas províncias da heresia, ele teria de principiar por expurgá-la na França⁹.

Assim encontrou Granvella os Países Baixos ao iniciar a sua administração (1560).

Reintroduzir nesses países a uniformidade do Papado, quebrar o influente poder da aristocracia, bem como dos estados gerais, e elevar o poder real sobre os escombros da liberdade republicana, tal era a grande tarefa da política espanhola e a missão do novo ministro. Mas havia impedimentos a essa empresa, e para vencê-los era necessário pensar em novos recursos, pôr em movimento novos mecanismos. É certo que a Inquisição e os editais religiosos pareciam suficientes para impedir o contágio da heresia; mas estes careciam de vigilantes e aqueles de instrumentos adequados à sua ampla jurisdição. Essa constituição religiosa de origem era ainda proveniente de tempos anteriores em que as províncias eram menos povoadas, em que a Igreja

gozava ainda de uma paz generalizada e podia facilmente ser controlada. Os vários séculos que haviam transformado toda a estrutura interna das províncias tinham deixado inalterada essa forma da hierarquia, que além disso estava protegida da arbitrariedade dos seus soberanos devido aos especiais privilégios das províncias. Todas as dezassete províncias estavam divididas por quatro bispados que tinham a sua sede em Arras, Tournai, Cambrai e Utreque e se encontravam submetidos aos arcebispados de Reims e Colónia. Embora Filipe o Bom, duque da Borgonha, tivesse pensado em ampliar a hierarquia face ao aumento da população nesses países, ele havia perdido de novo essa intenção na vertigem de uma vida opulenta. Carlos o Temerário foi levado pela ambição e pelo desejo de conquista para longe dos assuntos internos dos seus territórios e Maximiliano já tinha demasiados conflitos com os estados gerais para ousar travar ainda este. Um governo tempestuoso vedou a Carlos V a execução desse vasto plano, que foi retomado então por Filipe II como herança de todos estes soberanos¹⁰. Havia agora surgido a ocasião em que a necessidade urgente da Igreja podia desculpar tal inovação, cuja realização podia também ser favorecida pela disponibilidade do tempo de paz. Com a enorme multidão que acorria às cidades neerlandesas, vinda de todas as regiões da Europa, tinha-se gerado uma confusão de religiões e opiniões, impossível já de iluminar por tão poucos olhos. Uma vez que o número de bispos era tão reduzido, logo os seus distritos tinham de estender-se necessariamente em demasiada amplitude e quatro pessoas não podiam estar à altura da purificação religiosa num território tão vasto.

A jurisdição exercida pelos arcebispos de Colónia e Reims nos Países Baixos era já há muito um factor incómodo para o governo, que não podia ainda ver esse reino como propriedade sua enquanto o ramo mais importante do poder estivesse em mãos alheias. Para arrebatar este da sua alçada, reanimar as investigações da fé através de novos e eficazes instrumentos e reforçar em simultâneo o número de adeptos na Dieta, não havia melhor meio do que multiplicar o número de bispos. Com este projecto, Filipe II subiu ao trono; mas uma inovação na hierarquia tinha de encontrar a mais violenta oposição nos Estados sem os quais ela não podia porém ser levada a cabo. Nunca, isso podia ele prever, iria a aristocracia aceitar uma instituição através da qual o partido do rei passaria a ter um crescimento tão forte, sendo a ela própria retirada a preponderância na Dieta. Os rendimentos dos

quais esses novos bispos deveriam viver tinham de ser retirados aos abades e monges e estes perfaziam uma parte relevante dos Estados Gerais do reino. Isso sem contar que ele tinha de recear todos os protestantes que não deixariam de actuar às ocultas contra ele na Dieta¹¹. Toda a questão foi tratada em Roma com a maior secretude. Franz Sonnoi, um padre da cidade de Lovaina, criatura instruída por Granvella, comparece perante Paulo IV e relata-lhe quão vasto é esse país, quão abençoado e populoso, quão exuberante na sua felicidade. Mas, continua, na fruição desmedida da liberdade, a verdadeira fé vê-se negligenciada e os hereges ganham terreno. Para gerir esse mal, a Cúria romana teria de fazer algo de extraordinário. Não é difícil convencer o Bispo de Roma a empreender uma inovação, que amplia o círculo da sua própria jurisdição. Paulo IV instala um tribunal de sete cardeais, que têm de decidir sobre essa importante questão; tal tarefa, de que se vê libertado pela morte, é concluída pelo seu sucessor Pio IV¹². A oportuna notícia ainda chega ao rei na Zelândia, antes de embarcar para Espanha, e o ministro é secretamente encarregado de proceder à arriscada execução. A nova hierarquia é dada a conhecer; (1560) aos *quatro* bispados até então existentes vêm juntar-se *treze*, instalados de novo, de acordo com as dezassete províncias do país, tendo sido quatro deles elevados à categoria de arcebispados. Seis dessas sedes episcopais, ou seja em Antuérpia, Hertogenbosch, Gent, Bruges, Ypern e Roermonde, ficam submetidas ao arcebispado de Mecheln; outras cinco, Haarlem, Middelburg, Leuwarden, Deventer e Gröningen, ao arcebispado de Utreque; e as quatro restantes, Arras, Tournai, St. Omer e Namur, mais próximas da França e tendo em comum com este país a língua, o carácter e os costumes, ao arcebispado de Cambrai. Mecheln, no centro do Brabante e a boa distância de todas as dezassete províncias, é o primeiro entre todos os outros e a recompensa de Granvella, para além de várias abadias ricas. Os rendimentos dos novos bispados são retirados dos tesouros dos conventos e abadias, aqui acumulados ao longo de séculos pela caridade devota. Alguns dos próprios abades atingiram a dignidade episcopal, conservando, com a posse dos seus conventos e das suas preladias, o direito de voto na Dieta, àquela associado. A cada bispado estão simultaneamente ligadas nove prebendas, atribuídas aos mais competentes juristas e teólogos, a fim de dar apoio à Inquisição e ao bispo no seu cargo sacerdotal. Dois destes, que mais tenham merecido tal privilégio pelos seus conhecimentos, experiência

e conduta irrepreensível, são os verdadeiros inquisidores e têm o primeiro voto nas assembleias. Ao arcebispo de Mecheln, como Metropolitano de todas as dezassete províncias, são dados plenos poderes para nomear ou destituir arcebispos e bispos de acordo com o seu arbítrio e a Cúria romana limita-se a dar o consentimento¹³.

Noutra altura, a nação teria acolhido essa reforma da Igreja com gratidão e aplauso, uma vez que ela era suficientemente desculpada pela necessidade, sendo favorável à religião e inteiramente indispensável para melhorar os costumes dos monges. Agora, as condições presentes davam-lhe a mais odiosa forma. É geral a má vontade com que ela é recebida. “A Constituição”, clama-se, “foi espezinhada, os direitos da nação estão feridos, a Inquisição está à porta e inaugurará o seu sangrento tribunal a partir de agora, aqui como em Espanha”; é com horror que o povo observa esses novos servos da arbitrariedade e da perseguição. A aristocracia vê reforçado o poder monárquico na assembleia dos Estados através de catorze poderosos votos e abolido o mais estável suporte da liberdade nacional, o equilíbrio dos poderes real e civil. Os bispos mais antigos queixam-se da redução dos seus bens e da limitação dos seus distritos; os abades e monges perderam em simultâneo poder e rendimentos, tendo recebido em troca rigorosos vigilantes dos seus costumes. Nobreza e povo, leigos e padres associam-se contra esses inimigos comuns e, enquanto tudo luta por um pequeno interesse próprio, parece ecoar o patriotismo com uma terrível voz¹⁴.

Por entre todas as províncias, é Brabante que se opõe com voz mais alta. A inviolabilidade da sua Constituição eclesiástica é um dos mais importantes privilégios assinalados nesse notável foral da liberdade da *jubilosa entrada*¹⁵; trata-se de estatutos que o soberano não pode violar sem libertar a nação da obediência que esta lhe deve. Foi em vão que a própria universidade de Lovaina afirmou que em alturas tempestuosas da Igreja perderia força um privilégio que lhe teria sido concedido em épocas de tranquilidade. A instalação dos novos bispados deixou abalado todo o edifício da sua liberdade. As preladias que agora se transformavam em bispados tinham doravante de servir outras regras para além da necessidade da província a cujos Estados Gerais pertenciam. Cidadãos livres e patrióticos tornavam-se agora em instrumentos da Cúria romana e em máquinas obedientes do arcebispo, que além disso exercia sobre eles um poder extraordinário enquanto primeiro

prelado do Brabante¹⁶. A liberdade de voto estava perdida uma vez que os bispos, enquanto espiões servis da Coroa, assumiam um papel terrível aos olhos de cada um. “Quem”, dizia-se, “ousará de futuro, face a tais vigilantes, levantar a voz no Parlamento ou tomar a defesa dos direitos da nação na sua presença contra os ataques e a rapina do governo? Eles irão detectar os recursos das províncias e revelar à Coroa os segredos da nossa liberdade e da nossa propriedade. Irão barrar o caminho para todos os cargos honorários; em breve veremos como se seguirão os seus cortesãos; os filhos dos estrangeiros ocuparão de futuro o Parlamento e o interesse particular dos seus protectores guiará o seu constrangido voto. Que violência”, continuaram os monges, “significa virar do avesso os fundamentos sagrados da devoção, escarnecer da vontade inviolável dos moribundos e pôr ao serviço da abundância dos bispos aquilo que a caridade devota deixou para os infelizes e magnificar a sua pompa arrogante com o roubo feito à pobreza?” Não só os abades e monges realmente atingidos pela desgraça de terem de sofrer com essa redução, mas todas as famílias, que até às mais remotas gerações podiam lisonjear-se com qualquer raio de esperança de vir a gozar dos mesmos benefícios, sentiram essa perda da sua esperança como se a tivessem realmente sofrido e a dor de alguns prelados tornou-se num assunto que dizia respeito a estirpes inteiras¹⁷.

Nesse tumulto generalizado, os historiadores deram-nos a conhecer o passo silencioso de Guilherme de Orange, que se esforça por guiar essas paixões convulsivas e tempestuosas em direcção a um objectivo. Foi devido à sua iniciativa que os brabantinos pediram à regente que lhes concedesse um porta-voz e protector, uma vez que só eles, entre todos os súbditos neerlandeses, tinham a infelicidade de juntar numa e na mesma pessoa o seu representante e o seu soberano. A sua escolha não podia recair em mais ninguém senão no Príncipe de Orange. Mas Granvella rasgou essa armadilha através da sua atitude ponderada. “Quem ficar com esse cargo”, fez ele constar no Conselho de Estado, “compreenderá, espera-se, que estará a partilhar Brabante com o rei de Espanha.”¹⁸. O longo atraso dos diplomas papais, retidos em Roma por um equívoco entre as Cortes romana e espanhola, deu tempo aos descontentes para se associarem em torno de um objectivo. Em total secretude, os estados do Brabante prepararam um embaixador extraordinário para defender os seus próprios interesses em

Roma junto de Pio IV. O embaixador foi instruído com importantes cartas de recomendação por parte do Príncipe de Orange e recebeu consideráveis somas para abrir caminho até ao Patriarca da Igreja. Em simultâneo partiu da cidade de Antuérpia uma carta aberta ao rei em direcção a Espanha, na qual se procedia às mais urgentes solicitações ao mesmo para poupar essa florescente cidade mercantil àquela inovação. Reconhece-se, dizia a carta, que a intenção do monarca era a melhor e a colocação dos novos bispos muito benéfica para a manutenção da verdadeira religião; mas não se podia convencer disso os estrangeiros dos quais dependia o florescimento da sua cidade. Aqui, os boatos mais infundados seriam tão perigosos como os mais fidedignos. A primeira embaixada foi ainda descoberta a tempo pela regente e gorada; a resposta que a cidade de Antuérpia recebeu à segunda foi que até à chegada do rei em pessoa ela devia ser poupada com o seu bispo¹⁹.

O exemplo e a fortuna de Antuérpia deu a todas as outras cidades, às quais estava atribuído um bispo, o mote para a resistência. É uma prova digna de nota do alcance do ódio contra a Inquisição e da unidade das cidades neerlandesas o facto de estas preferirem renunciar a todos os privilégios que a instauração de uma sede episcopal inevitavelmente traria para a sua actividade interna, a promover aquele odiado tribunal através da sua aprovação e actuar assim contra o interesse da totalidade. Deverter, Roermonde e Leuwarden resistiram com firmeza e acabaram por triunfar (1561); às outras cidades, os bispos foram, contra toda a resistência, impostos pela violência. Utreque, Haarlem, St. Omer e Middelburg estão entre as primeiras que lhes abriram as portas; o seu exemplo foi seguido pelas outras cidades, mas em Mecheln e Hertogenbosch os bispos são recebidos com muito pouca deferência. Quando Granvella fez a sua entrada cerimoniosa na primeira cidade, tão-pouco surgiu um único nobre e tudo faltou para o seu triunfo porque ficaram de fora aqueles que seriam os seus suportes²⁰.

Entretanto, havia expirado o prazo determinado para as tropas espanholas saírem do país e não havia sinais do seu afastamento. Foi com horror que se descobriu a verdadeira causa desse atraso e a animosidade criou uma associação infeliz entre ela e a Inquisição. O estacionamento prolongado dessas tropas punha entaves ao ministro no que dizia respeito a todas as outras inovações, uma vez que isso despertava a atenção e a desconfiança da nação; e contudo ele não queria privar-se desse poderoso apoio que, num

país onde todos o odiavam e numa missão onde todos se lhe opunham, lhe parecia indispensável. Por fim, a regente viu-se obrigada, face ao mal-estar geral, a insistir seriamente junto do rei para que retirasse essas tropas. As províncias, escreveu ela para Madrid, declararam por unanimidade que nunca seriam capazes de se deixar convencer a aprovar face ao governo os impostos extraordinários requeridos enquanto não se cumprisse nessa matéria a palavra dada. O perigo de uma rebelião seria de longe muito mais agudo do que o de uma invasão dos protestantes franceses e, se nos Países Baixos se originasse uma revolta, tais tropas seriam demasiado fracas para a conter e não haveria no Tesouro dinheiro suficiente para angariar tropas novas. O rei ainda procurava, ao atrasar a sua resposta, pelo menos ganhar tempo e os repetidos recursos da regente teriam permanecido infrutíferos se, felizmente para as províncias, uma perda sofrida pouco antes face aos turcos não o tivesse obrigado a usar essas tropas no Mar Mediterrânico. Ele consentiu assim finalmente na sua partida; elas embarcaram na Zelândia e os gritos de júbilo (1561) de todas as províncias acompanharam as suas caravelas²¹.

Entretanto, Granvella dominava de forma quase ilimitada no Conselho de Estado. Todos os cargos, seculares e religiosos, eram por ele concedidos, o seu parecer era válido contra a voz unida de toda a Assembleia. A própria regente estava sob a sua alçada. Ela havia sabido decretar que a nomeação dela só durasse dois anos, mantendo-a sempre sob o seu poder através dessa manobra²². Era raro que fosse apresentado aos restantes membros um assunto importante para deliberação, e se tal acontecia tratava-se de coisas já há muito decididas, para as quais era quando muito exigida a formalidade inútil da sua aprovação. Se fosse lida uma carta do rei, então Viglius tinha ordem para omitir as passagens que o ministro tivesse sublinhado. Acontecia nomeadamente com frequência que tais correspondências com Espanha punham a nu os pontos fracos do Estado ou as preocupações da regente, o que não se gostaria transmitir a membros de cuja fidelidade se deveria desconfiar. Se se desse o caso de os partidos se sobreporem ao ministro e insistirem expressamente num artigo que ele já não podia recusar, então ele enviava-o para o Ministério em Madrid para que este decidisse, método através do qual ele pelo menos ganhava tempo e estava seguro de encontrar apoio²³. Exceptuando o conde de Berlaymont, o presidente Viglius e poucos mais, todos os conselheiros de Estado eram figurantes dispensáveis

no Senado e o seu comportamento face a estes media-se pelo baixo valor que ele dava à sua amizade e fidelidade. Não era de admirar que pessoas cujo orgulho estava tão extremamente corrompido pelas mais lisonjeiras atenções de príncipes soberanos e a quem era tributada a mais respeitosa fidelidade por parte dos seus concidadãos, como se fossem deuses da pátria, sentissem com o mais profundo desagrado essa resistência por parte de um *plebeu*. Muitos entre eles haviam sido ofendidos pessoalmente por Granvella. O príncipe de Orange não desconhecia o facto de ele ter feito fracassar por intrigas o seu casamento com a princesa da Lorena e tentado anular outra união com a princesa da Saxónia. Ao conde de Hoorne, ele havia retirado a regência de Geldern e Zütphen e conservado para si uma abadia que o conde de Egmont pretendia obter para um familiar. Certo da sua superioridade, ele nem achou que valia a pena esforçar-se para esconder à nobreza o desprezo que era o fio condutor da sua administração; Guilherme de Orange era o único com quem ele se dignava dissimular. Embora pensasse estar para além de todas as leis do receio e do decoro, porém ele era aqui atraído pelo seu orgulho confiante e não cometia menos erros contra a arte política do que pecados contra a humildade. Era difícil ver uma medida mais grave por parte do governo, no estado em que as coisas então se encontravam, do que aquela que relegava a aristocracia para um lugar subalterno. Cabia àquele lisonjear as inclinações desta, conquistá-la ardilosa e inadvertidamente para o seu plano e deixar que fosse ela própria a oprimir a liberdade da nação. Agora ele recordava-lhe, muito pouco oportunamente, os seus deveres, a sua dignidade e a sua força, obrigando-a a ser patriota e a colocar uma ambição irreflectidamente rejeitada ao lado da verdadeira grandeza. Para impor os decretos religiosos, ele necessitava do mais activo apoio dos governadores; não é porém de admirar que estes tenham demonstrado pouco empenho em conceder-lhe esse apoio. Pelo contrário, é altamente provável que tenham trabalhado em silêncio para acumular obstáculos face ao ministro e inverter as suas medidas de coacção, a fim de contrariarem a confiança do rei por meio da sua sorte adversa, expondo a sua administração ao escárnio. Manifestamente, a tibieza dos esforços do governo terá contribuído para os rápidos progressos que a Reforma, apesar dos terríveis éditos, obteve nos Países Baixos durante a sua regência. Tendo assegurado o apoio da nobreza, ele teria desprezado a cólera da populaça,

que se despedaça sem força face às temidas barreiras do trono. A dor do *cidadão* permaneceu por muito tempo entre lágrimas e suspiros silenciosos, até que as artes e o exemplo dos *nobres* o aliciaram²⁴.

Entretanto, e perante a quantidade de novos trabalhadores (1561, 1562), prosseguiram as investigações acerca da fé com novas actividades e os éditos contra os hereges obrigavam a uma tremenda obediência. Mas esse repugnante remédio tinha ultrapassado o prazo da sua aplicação; para um tratamento tão rude, a nação já era demasiado nobre. A nova religião não podia ser erradicada de outro modo senão pela morte de todos os seus adeptos. Todas essas execuções eram agora demonstrações igualmente sedutoras da sua excelência, igualmente palcos do seu triunfo e da sua flamejante virtude. A grandeza heróica com a qual morriam jogava a favor da fé *pela* qual morriam. Um assassinado fazia ressuscitar dez novos adeptos. Não só em cidades e aldeias, também em estradas militares, em naus e em carros discutia-se sobre o prestígio do Papa, sobre os santos, sobre o Purgatório, sobre as indulgências, faziam-se sermões e convertiam-se pessoas. Do campo e das cidades, a população irrompia e juntava-se para arrebatam os prisioneiros do Santo Ofício das mãos dos esbirros e a autoridade que ousasse impor-se pela violência era recebida com pedras. Ela acompanhava aos magotes os pregadores protestantes perseguidos pela Inquisição, levava-os aos ombros para a igreja e escondia-os, sob risco de vida, dos seus perseguidores. A primeira província a ser arrebatada pela vertigem da revolta foi, como se havia receado, a Flandres valónica. Um calvinista francês chamado Launoi surgiu em Tournai como fazedor de milagres, pagando a algumas mulheres para fingirem ter doenças e deixarem-se curar por ele. Pregava nos bosques perto da cidade, levando a população consigo aos magotes para ali e lançando nos ânimos o rastilho da indignação. O mesmo aconteceu em Lille e Valenciennes, tendo-se nesta última cidade a autoridade apoderado dos apóstolos. Enquanto porém se hesitava com a sua execução, o partido destes cresceu até atingir um número tão tremendo que teve força suficiente para irromper pelas prisões dentro e arrebatam à justiça as suas vítimas pela violência. Por fim, o governo fez vir tropas para a cidade, que restabeleceram a calma. Mas esse insignificante incidente havia de súbito levantado o véu de mistério que até então envolvera os adeptos dos protestantes e dado a adivinhar ao ministro o seu enorme número. Só em Tournai tinham sido vistos surgir cinco mil por ocasião de

um desses sermões e em Valenciennes o número não era menor. Que não poderia esperar-se das províncias do Norte, onde a liberdade era maior e o governo estava mais afastado e onde a vizinhança da Alemanha e da Dinamarca multiplicavam as fontes de contágio? Uma multidão tão terrível tinha recebido um único sinal a partir de um lugar oculto – quão maior era quicá o número daqueles que tomavam partido no coração pela nova seita e só ansiavam por uma ocasião mais favorável para o fazerem em voz alta?²⁵

Tal descoberta inquietou extremamente a regente. A precária obediência aos éditos, a necessidade do Tesouro, que se encontrava esgotado e que a obrigava a decretar novos impostos, bem como os movimentos suspeitos dos huguenotes junto à fronteira francesa, aumentavam ainda mais as suas preocupações. Por essa mesma altura, ela recebe ordens de Madrid para aumentar com dois mil cavaleiros neerlandeses os exércitos da rainha-mãe²⁶ que, sob a pressão da guerra religiosa, havia buscado refúgio junto de Filipe II. Qualquer questão que dissesse respeito à fé, independentemente do país em causa, era tomada por Filipe como sendo *sua*. Sentia-a como próxima, como qualquer destino relacionado com a sua Casa, e estava nesse caso sempre pronto a sacrificar a sua propriedade a necessidades de estrangeiros. Mesmo que se tratasse de egoísmo o que o motivava, pelo menos ele era real e grande, e a postura ousada dessa máxima volta a ganhar aos nossos olhos uma admiração que o seu carácter nefasto nos fizera perder em termos de aprovação.

A regente faz saber ao Conselho de Estado a vontade real, encontrando a maior oposição por parte da nobreza. A altura, declararam o conde de Egmont e o príncipe de Orange, era agora muito mal escolhida para desfalar os Países Baixos de tropas quando tudo aconselhava a adquirir tropas novas. Segundo eles, os movimentos na vizinha França ameaçavam com uma invasão a cada momento e a fermentação interna das províncias exigia mais do que nunca uma vigilância por parte das províncias. Até agora, diziam, os protestantes alemães assistiram passivamente à luta dos seus irmãos de fé, mas fá-lo-ão ainda se reforçarmos o poder dos seus inimigos através do nosso apoio? Não iremos com isso despertar a sua vingança contra nós e atrair as suas armas para o norte dos Países Baixos? Quase todo o Conselho de Estado se associou a esta opinião; os argumentos eram insistentes e irrefutáveis. A própria regente e o ministro têm de sentir a sua verdade e o seu proveito

próprio parece proibir-lhes a consumação das ordens reais. Deveriam eles, ao afastar a maior parte do exército, tirar à Inquisição o seu único suporte e entregarem-se eles próprios, sem apoio num país em revolta, à mercê da arbitrariedade de uma aristocracia rebelde? Enquanto a regente, dividida entre a vontade real, o desejo premente dos seus conselheiros e o seu próprio receio, nada ousa decidir de definitivo, ergue-se Guilherme de Orange e propõe que os Estados Gerais se reúnam. O prestígio real não podia sofrer maior golpe do que esse recurso à nação, uma lembrança, tão sedutora naquela altura, do seu poder e dos seus direitos. Não escapou ao ministro o perigo que se adensava sobre a sua cabeça; um sinal da parte dele vem lembrar à duquesa que interrompa o aconselhamento e dê por terminada a sessão. “O governo”, escreve ele para Madrid, “não pode agir em maior desvantagem contra si mesmo se permitir a reunião dos Estados Gerais. Tal passo é sempre inoportuno porque induz a nação na tentação de examinar e delimitar os direitos da Coroa; mas agora ele é três vezes condenável, agora que o espírito da revolta já se espalhou amplamente, agora que os monges, indignados com a perda dos seus rendimentos, tudo farão para diminuir o prestígio dos bispos, agora que toda a nobreza e todos os poderosos nas cidades são guiados pelas artes do príncipe de Orange e os descontentes podem contar como certo o apoio da nação.” Tal argumentação, a que pelo menos não faltava pertinência, não podia falhar o esperado efeito no ânimo do rei. A assembleia dos Estados Gerais vê-se definitivamente rejeitada, as penas decretadas contra os hereges são renovadas com toda a severidade e a regente é incitada a enviar rapidamente as tropas auxiliares exigidas.

Mas para isso foi impossível obter o acordo do Conselho de Estado. Tudo o que a regente recebeu foi a proposta de enviar à rainha-mãe dinheiro em vez de tropas auxiliares, proposta essa que nessa altura foi ainda mais bem acolhida. Porém, e pelo menos para iludir a nação com um fantasma de liberdade republicana, ela convoca os governadores das províncias e os Cavaleiros do Tosão de Ouro para uma assembleia extraordinária em Bruxelas, a fim de aconselhar-se sobre os perigos do presente e as necessidades do Estado. Depois de o presidente Viglius lhes ter anunciado o assunto da reunião, são-lhes dados três dias para reflectir. Durante esse tempo, o príncipe de Orange reúne-se com eles no seu palácio e transmite-lhes a urgência de associar-se ainda *antes* da sessão e determinar em conjunto as medidas a tomar face

ao presente perigo em que se encontra o Estado. Muitos concordam com essa proposta; apenas Berlaymont, bem como alguns adeptos do Cardeal Granvella, teve coragem para falar nessa assembleia em proveito da Coroa e do ministro. Não lhes competiria, declarou, imiscuir-se nas preocupações do governo e essa associação prévia dos votos seria uma presunção ilegal e punível, da qual *ele* não queria tornar-se culpado; declaração que pôs fim a toda a reunião, tornando-a infrutífera²⁷. A regente, informada dessa ocorrência pelo Conde de Berlaymont, soube ocupar os Cavaleiros durante a sua estadia de forma tão hábil que não puderam arranjar tempo para acordarem mais qualquer coisa. Entretanto, decidiu-se porém ainda nessa reunião, com a sua conivência, que Florent de Montmorency, Barão de Montigny, fizesse uma viagem a Espanha a fim de informar o rei sobre o presente estado das coisas. Mas a regente enviou antes dele outro embaixador secreto a Madrid que deu conhecimento provisório ao rei do que havia sido acordado naquela reunião entre o Príncipe de Orange e os Cavaleiros. O embaixador flamengo foi adulado em Madrid com promessas vazias da mercê do rei e de intenções paternalistas face aos Países Baixos; a regente recebe a ordem de envidar todos os esforços para sabotar as ligações secretas da aristocracia e, onde fosse possível, fomentar a desunião entre os seus membros mais proeminentes²⁸.

Inveja, interesse privado e diferenças religiosas haviam separado muitos dos Grandes durante longo tempo; o destino comum da sua desconsideração e o ódio contra o ministro havia-os unido de novo. Enquanto o conde de Egmont e o príncipe de Orange se haviam candidatado à regência, não podiam faltar as ocasiões em que eles, nos caminhos distintos por cada um escolhidos, colidiam um *contra* o outro. Ambos se haviam encontrado no caminho da fama e junto ao *trono*, ambos voltaram a encontrar-se na *República* onde concorriam pelo mesmo prêmio, o favor dos seus concidadãos. Caracteres tão opostos tinham de alhear-se um do outro em pouco tempo, mas a poderosa simpatia da necessidade voltou a aproximá-los um do outro igualmente em pouco tempo. Cada um era agora indispensável ao outro e a carência urdiu entre esses dois homens uma aliança que o seu coração nunca conseguiria obter²⁹. Mas foi precisamente nessa desigualdade de caracteres que a regente assentou o seu plano; e se fosse bem sucedida em separá-los, então teria dividido simultaneamente toda a nobreza neerlandesa em dois partidos. Por meio de presentes e de pequenas atenções, com que honrava

ambos em exclusivo, ela procurava despertar inveja e desconfiança dos restantes contra eles; ao dar aparentemente vantagem ao conde de Egmont face ao príncipe de Orange, ela esperava fazer com que este último desconfiasse da sua fidelidade. Proporcionou-se precisamente nessa altura a necessidade de mandar um embaixador extraordinário a Frankfurt, a fim de participar na eleição do soberano do Império; ela escolheu para tal o duque de Arschot, o inimigo mais declarado do príncipe, para lhe dar de certo modo um exemplo das honrarias com que o ódio contra este último era recompensado.

A facção de Orange, em lugar de sofrer uma redução, havia encontrado um importante acréscimo no conde de Hoorne, que havia acompanhado o rei até à Biscaia, enquanto almirante da Coroa neerlandesa, e que agora havia reingressado no Conselho de Estado. O inquieto espírito republicano de Hoorne foi ao encontro dos ousados planos de Orange e de Egmont e pouco depois formou-se entre esses três amigos um perigoso triunvirato, que abalou nos Países Baixos o poder real, mas que não terminou da mesma forma para todos os três.

(1562) Entretanto, também Montigny havia regressado da sua embaixada e trazido ao Conselho de Estado as mais favoráveis intenções do monarca. Mas o príncipe de Orange tinha por meio de canais próprios e secretos notícias de Madrid, que contradiziam inteiramente esse relato e mereciam muito maior credibilidade. Por essa via, ele ficou a saber todos os maus serviços que Granvella lhe prestava, bem como aos seus amigos, e as odiosas designações atribuídas ali à conduta da nobreza neerlandesa. Não havia ajuda possível antes que o ministro fosse arredado do leme do governo e esse empreendimento, por mais ousado e aventureiro que parecesse, ocupava-o agora por completo. Ficou decidido entre ele e os condes de Hoorne e Egmont elaborarem uma carta comum ao rei em nome de toda a nobreza, nela acusando formalmente o ministro e exigindo expressamente o seu afastamento. O duque de Arschot, a quem o Conde de Egmont participa tal proposta, recusa-a com a altiva explicação de que não estava disposto a receber leis da parte de Egmont e Orange; que nada tinha a reclamar acerca de Granvella e que achava de resto um grande atrevimento prescrever ao rei como gerir os seus ministros. Uma resposta semelhante é a que Orange recebe do duque de Aremberg. Ou a semente da desconfiança, que a regente havia espalhado entre a aristocracia, havia já criado raízes ou o receio face ao ministro se

sobrepunha à repugnância face à sua administração; em suma, toda a aristocracia se torna hesitante e indecisa e recua diante de tal requerimento. Essa expectativa fracassada não derrota a sua coragem e a carta é apesar disso escrita e assinada por todos os três³⁰. (1563)

Granvella surge nela como o primeiro causador de todas as deteriorações nos Países Baixos. Enquanto o poder supremo se encontrasse em tão condenáveis mãos, ser-lhes-ia impossível, declararam, servir com ênfase a nação e o rei; em contrapartida, tudo regressaria à anterior tranquilidade, todas as adversidades cessariam e o povo recuperaria a estima pelo governo logo que Sua Majestade se dignasse afastar esse homem do leme do Estado. Neste caso, acrescentaram, não lhes faltaria nem influência nem empenhamento para manter nesses países o prestígio do rei e a pureza da fé, que não lhes era menos sagrada do que ao cardeal Granvella³¹.

Por mais secreto que fosse mantido o envio dessa carta, a duquesa teve porém notícia dela a tempo de fazer diminuir através de outra, expedida a toda a pressa, o efeito que ela poderia ter tido no ânimo do rei, contra todas as suposições. Passaram alguns meses antes que viesse uma resposta de Madrid. Embora moderada, ela era imprecisa. O rei, dizia ela, não estaria habituado a condenar os seus ministros sem os ouvir, face à acusação dos seus inimigos. O mero sentido de justiça exigiria que quem acusa o Cardeal descesse do plano das acusações gerais para o das provas particulares e se não tivessem vontade de o fazer por escrito, então que um deles viesse a Espanha, onde seria recebido com todo o devido respeito³². Para além desta carta, que era endereçada a todos os três, o conde de Egmont recebeu uma carta própria, escrita pelo punho do rei, na qual se expressava o desejo de saber por ele em particular o que naquela carta comum apenas teria sido aflorado. Também foi prescrito à regente, ponto por ponto, o que ela deveria responder a todos em simultâneo e particularmente ao conde de Egmont. O rei conhecia as suas criaturas. Sabia quão fácil era exercer influência no conde de Egmont se tivesse de lidar só com ele, por isso tentou aliciá-lo para vir até Madrid, onde ele estava subtraído à vigilância e liderança de um entendimento superior³³. Ao distingui-lo dos seus dois amigos com esse lisonjeiro sinal da sua confiança, ele tornou *desiguais* as circunstâncias em que todos os três se encontravam face ao trono; como podiam eles porém unir-se com igual empenho em relação ao mesmo objectivo se as suas exigências não permanecessem as mesmas?

É certo que dessa vez foi a vigilância de Orange que fez gorar tal plano; mas a sequência desta história mostrará que a semente aqui espalhada não se havia perdido inteiramente³⁴.

(1563) Para os três aliados, a resposta do rei não foi considerada suficiente; eles tiveram a coragem de empreender uma segunda tentativa. A sua estranheza não teria sido pouca, escreveram eles, ao saberem que Sua Majestade havia considerado os seus argumentos tão pouco dignos de atenção. Não teria sido para acusar o Ministro mas enquanto conselheiros de Sua Majestade, cujo dever seria informar o seu senhor acerca da situação nos seus Estados, é que eles lhe teriam enviado aquela carta. Não estariam a exigir a desgraça do ministro, pelo contrário, ficariam contentes se o soubessem satisfeito e feliz em qualquer *outro* lugar do mundo que não aqui nos Países Baixos. Porém, eles estariam inteiramente convictos de que a tranquilidade geral seria incompatível com a presença desse homem. A presente e perigosa situação da sua pátria não permitiria a nenhum dos três abandoná-la e fazer uma longa viagem até Espanha por causa de Granvella. Se Sua Majestade não se dignasse corresponder ao seu pedido feito *por escrito*, então eles esperariam ser de futuro dispensados de assistir às sessões do Senado, onde apenas se exporiam ao desagrado de encontrar o ministro, onde não seriam úteis nem ao rei nem ao Estado e apenas surgiriam como desprezíveis perante si próprios. Por fim pediram a Sua Majestade que acolhesse com benevolência a sua simplicidade livre de ornamentos, uma vez que pessoas da *sua* espécie dariam mais valor às boas acções do que à eloquência³⁵. O mesmo conteúdo tinha também uma carta particular do conde de Egmont, na qual ele agradecia a carta manuscrita do rei. Essa segunda carta teve como resposta que tais argumentações seriam tomadas em conta e que entretanto eles tinham ordem de assistir às sessões do Conselho de Estado como até então.

Era visível a olho nu que o monarca estava muito longe de dar seguimento a tal pedido; por isso, eles mantiveram-se a partir daí afastados do Conselho de Estado e abandonaram mesmo Bruxelas. Não tinham conseguido afastar o Ministro por via legal; tentaram fazê-lo por uma nova via da qual se podia esperar mais. Em cada oportunidade, eles e o seu séquito demonstravam-lhe publicamente o seu desprezo, e sabiam dar a tudo o que ele empreendia uma nota de ridículo. Através desse baixo tratamento, eles esperavam martirizar o orgulho desse sacerdote e obter talvez do seu

amor-próprio ferido o que lhes havia falhado por outras vias. Embora não tivessem alcançado *essa* intenção, porém o meio que se lhes havia ocorrido acabou por levar à queda do ministro.

A voz do povo havia-se elevado mais alto contra este, assim que se tornara evidente que ele desprezara a boa opinião da aristocracia e que homens por ele cegamente idolatrados se lhe antecipavam na rejeição do ministro. O comportamento humilhante da aristocracia face a ele expunha-o por assim dizer ao desprezo geral e dava plenos poderes à calúnia, que tão-pouco poupa o que é sagrado, para se imiscuir na sua honra. A nova Constituição religiosa, a grande acusação nacional, havia lançado os fundamentos da sua sorte – tratava-se de um crime que não podia ser perdoado. Cada nova exibição de execuções, com as quais os inquisidores não se poupavam em zelo, dava azo a que se exercitasse terrivelmente a repulsa face a ele, e por fim a tradição e o hábito passaram a assinar cada tortura com o seu nome. Estrangeiro num país ao qual ele havia sido violentamente imposto, só entre milhões de inimigos, inseguro quanto a todos os seus instrumentos, mantido apenas com um braço débil pela Majestade longínqua, ligado à nação que deveria conquistar por meio de membros pouco fiáveis, por meras pessoas que tinham o máximo a ganhar falsificando os seus actos, colocado por fim ao lado de uma mulher que não podia partilhar com ele o lastro da maldição geral, – ali estava ele, exposto à hostilidade, à ingratidão, à parcialidade, à inveja e a todas as paixões de um povo sem freios e em estado de dissolução. É curioso que o ódio que carregou sobre si próprio ultrapasse de longe as culpas que podiam ser-lhe imputadas, e que também para os seus acusadores fosse difícil, quando não impossível, justificar por meio de provas diferenciadas a condenação que lhe lançavam em geral. *Antes e depois* dele o fanatismo arrastou as suas vítimas até ao altar, antes e depois dele correu o sangue dos cidadãos, houve pessoas desprezadas e lançadas na desgraça. Sob a égide de Carlos V, a tirania devia ter causado uma dor mais sensível através da sua novidade – sob a égide do duque de Alba ela foi levada a um grau muito mais artificial, de forma a fazer parecer ainda clemente a administração de Granvella face *àquela* do seu sucessor, e contudo não encontramos em lado algum sinais de que a sua época tenha deixado entrever, face a este último, *aquele* grau de amargura e desprezo pessoais que se permitiu face ao seu antecessor.

Para encobrir o baixo nível do seu nascimento com o brilho de altas distinções e afastá-lo da hostilidade dos seus inimigos por meio de um estatuto mais elevado, a regente havia sabido vesti-lo com a púrpura através das suas relações em Roma; mas precisamente essa distinção, que o associava mais intimamente à corte romana, tornava-o ainda mais estrangeiro nas províncias. A púrpura era um novo crime em Bruxelas e um traje repudiado e odiado que de certo modo tornou públicas as motivações que o levariam a agir de futuro. Nem a sua venerável posição, que muitas vezes sacraliza por si só o mais vergonhoso malfeitor, nem o seu elevado cargo, nem os seus talentos causadores de respeito, nem mesmo o seu terrível poder absoluto, que se evidenciava quotidianamente em tão sangrentas manifestações, podiam protegê-lo do riso. Terror e escárnio, coisas pavorosas e ridículas estavam misturadas de forma pouco natural no exemplo da sua pessoa³⁶. Boatos odiosos estigmatizavam a sua honra; eram-lhe atribuídos atentados traiçoeiros contra a vida de Egmont e de Orange; o que era inacreditável encontrava crédito; o que era mais monstruoso, se fosse relacionado com *ele* ou suposto advir *dele*, já não surpreendia. A nação havia já atingido um grau de assevajamento, no qual se emparelham as mais contraditórias sensações e se afastam as delicadas delimitações do decoro e do sentimento ético. Essa crença em crimes extraordinários é quase sempre um inequívoco sinal que precede a sua próxima manifestação³⁷.

Mas é precisamente o destino deste homem que traz consigo em simultâneo algo de grande, algo de sublime, que causa no observador desprevenido satisfação e admiração. Aqui, ele discerne uma nação, não corrompida em absoluto e que, não mantida dentro de quaisquer limites pelo receio, *perseverante, inexorável e unívoca sem acordo prévio*, antevê o crime cometido contra a sua dignidade através da colocação violenta desse estrangeiro. Vimo-lo sempre em separado e sempre só, como um corpo estranho e hostil pairando sobre o solo que se recusa a recebê-lo. Mesmo a mão forte do monarca, seu amigo e protector, não consegue mantê-lo contra a vontade da nação que resolveu uma vez por todas repudiá-lo. A sua voz é tão terrível que mesmo o egoísmo renuncia ao seu saque assegurado, que as suas boas obras são escamoteadas como os frutos de uma árvore maldita. Como um sopro contagioso, a infâmia da condenação geral permanece colada a ele. A gratidão crê estar isenta de deveres para com ele, os seus adeptos evitam-no, os seus amigos emudecem.

Tão tremenda é a forma como o povo vingou os seus nobres e a sua majestade ofendida perante o maior monarca sobre a face da terra.

A História repetiu apenas uma vez esse notório exemplo com o Cardeal Mazarin, mas as coisas foram diferentes de acordo com o espírito de ambas as épocas e nações. Nenhum dos dois pôde ser protegido do escárnio pelo poder supremo, mas a França sentiu-se aliviada ao rir do seu *Pantalone*³⁸ e os Países Baixos passaram do riso à revolta. Aquela viu-se transferida de um longo estádio de servidão, sob a administração de Richelieu, para uma liberdade súbita e inusitada, enquanto estes passaram de uma longa liberdade inata para uma inusitada servidão; era natural que a Fronda terminasse de novo em repressão e os conflitos neerlandeses em liberdade republicana ou indignação. A sublevação dos parisienses teve origem na pobreza, era libertária mas não ousada, renitente sem insistência, baixa e pouco nobre, como a fonte donde provinha. O protesto dos neerlandeses era a voz ativa e enérgica da riqueza, *aqueles* entusiasmavam-se com a hostilidade e a fome, *estes* com a vingança, a propriedade, a vida e a religião. A motivação de Mazarin era a cobiça, a de Granvella sede de poder. Aquele era humano e brando, este duro, dominador, cruel. O ministro francês procurou na afeição da rainha um refúgio face ao ódio dos magnatas e a cólera do povo; o ministro neerlandês desafiou o ódio de uma nação inteira a fim de agradar a uma pessoa só. Contra Mazarin estavam apenas *partidos* e a *população* armada por estes; contra Granvella estava a *nação*. Sob a égide daquele, o Parlamento tentou obter um poder que não lhe competia; sob a égide deste, lutou por um poder legítimo que ele tentou arditosamente eliminar. Aquele tinha de pugnar com os príncipes de linhagem e os Pares do reino, assim como este com a nobreza de nascimento e as Cortes mas, em lugar de fazerem como os primeiros que apenas pretendiam derrubar o seu inimigo comum para ocuparem eles próprios o seu lugar, estes últimos queriam eliminar o próprio cargo e fragmentar um poder que não deveria estar *inteiramente* nas mãos de uma pessoa singular.

Enquanto isto acontecia entre o povo, o ministro principiou a vacilar na Corte da Regente. As repetidas reclamações acerca do poder *dele* tinham finalmente de a deixar entrever quão pouca credibilidade tinha o seu; talvez ela também receasse que a repugnância generalizada que nele se projectava se apoderasse também dela, ou que uma permanência mais longa por parte

dele acabasse por provocar a ameaçada rebelião. A prolongada convivência com ele, os seus ensinamentos e o seu exemplo tinham-na colocado por fim em posição de governar sem ele. A sua reputação principiou a oprimi-la à medida que ele se lhe tornava menos necessário e os erros dele, aos quais a tolerância por parte dela havia até então emprestado um véu, tornavam-se visíveis à medida que essa tolerância esfriava. Agora ela estava igualmente inclinada a procurar esses erros e a enumerá-los, tanto quanto havia estado propensa a cobri-los. Nesta disposição tão desvantajosa face ao Cardeal, os frequentes e prementes argumentos da nobreza principiaram finalmente a encontrar nela uma receptividade, o que aconteceu tanto mais facilmente quanto esses argumentos sabiam incorporar o seu receio. Era grande a surpresa, disse-lhe entre outros o conde de Egmont, pelo facto de o rei, para agradar a uma pessoa que nem sequer seria um neerlandês e do qual se sabia portanto que a sua felicidade nada tinha a ver com a melhor parte desses Países, pudesse ver sofrer todos os seus súbditos neerlandeses – para agradar a uma *pessoa estrangeira* tornada pelo seu nascimento num súbdito do Imperador, pela sua púrpura numa criatura da Cúria romana. Só a ele, acrescentou o conde, teria Granvella a agradecer o facto de se encontrar até então entre os vivos; mas de futuro ele deixaria essa preocupação para a regente, tendo-a com isso advertido. Uma vez que a maior parte da aristocracia, farta do desprezo que ali lhe era votado, se foi gradualmente retirando do Conselho de Estado, desse modo o desempenho arbitrário do ministro também perdeu inclusivamente a última aparência republicana que o havia até então moderado e o *isolamento no Senado* permitiu que fosse vista a sua arrogante forma de dominar em toda a sua adversidade. A regente sentia agora que tinha um soberano acima da sua cabeça e a partir desse momento ficou decidido o afastamento do ministro.

Para esse fim, ela enviou a Espanha o seu secretário privado, Thomas Armenteros, a fim de informar o rei acerca de todas as condições respeitantes ao Cardeal, de reportar-lhe todas aquelas manifestações da nobreza e deixar que dessa maneira a decisão acerca do afastamento daquele se produzisse nele próprio. O que ela não quis confiar à sua missiva foi transmitido a Armenteros, com a ordem de que isso fosse incluído com habilidade no relatório oral que o rei provavelmente lhe exigiria. Armenteros cumpriu a sua missão com toda a maestria de um completo cortesão; mas uma audiência

de quatro horas não pôde derrubar a obra de muitos anos, a opinião de Filipe acerca do seu ministro, que estava sedimentada no seu ânimo para a eternidade. Este monarca hesitou durante longo tempo entre a razão de Estado e o seu preconceito, até que por fim o próprio Granvella veio em socorro da sua titubeante intenção e pediu voluntariamente a sua demissão, face à qual temia não poder já recuar. O que não fora conseguido pela rejeição de toda a nação neerlandesa, foi obtido pela atitude de desprezo da aristocracia; ele estava finalmente cansado de um poder que já não era temido e que o expunha menos à inveja do que à vergonha. Talvez ele temesse, como acreditavam alguns, pela sua vida, que certamente oscilava num risco mais do que imaginado; talvez ele preferisse receber a sua demissão sob o nome de uma dádiva e não de uma ordem do rei e protagonizar uma queda, à qual já não podia fugir, com *decoro* a exemplo dos romanos. O próprio Filipe, ao que parece, preferia nesse momento *aceder* de forma magnânima a um *pedido* da nação neerlandesa em lugar de *ceder* mais tarde a uma *exigência*, merecendo pelo menos o agradecimento desta por meio de um passo que a necessidade lhe impusera. O seu receio sobrepôs-se à sua obstinação e a inteligência venceu o seu orgulho.

Granvella não teve um momento de dúvida acerca do desfecho da decisão do rei. Poucos dias depois do regresso de Armenteros, ele viu que a submissão e a lisonja haviam desaparecido dos poucos rostos que ainda lhe haviam feito até à data um sorriso serviçal; o último grupo de servos mercenários desapareceu em torno da sua pessoa, a sua antecâmara foi abandonada; ele reconheceu que o calor frutífero se havia afastado dele. A maldicência que o havia torturado durante toda a sua administração tão-pouco o poupou no momento em que ele renunciou à mesma. Pouco antes de ele se demitir do seu cargo, alguém se atreve a afirmar que ele teria desejado uma reconciliação com o príncipe de Orange e o conde de Egmont, havendo-se inclusivamente oferecido para lhes pedir perdão de joelhos, se por esse preço se pudesse esperar a clemência daqueles³⁹. É mesquinho e desprezível conspurcar a memória de um homem extraordinário com tal difamação; mas é ainda mais desprezível e mesquinho transmiti-la à posteridade. Granvella submeteu-se à ordem do rei com decorosa serenidade. Já meses antes ele havia escrito para o duque de Alba em Espanha a fim de que este, no caso de ele ter de abandonar os Países Baixos, pusesse um lugar de refúgio em

Madrid à sua disposição. Este reflectiu longamente sobre o que seria mais aconselhável, se chamar a si tão perigoso rival no que dizia respeito aos favores do rei, se afastar tão importante amigo, tão precioso instrumento do seu velho ódio contra os Grandes neerlandeses. A vingança venceu o seu receio e ele apoiou expressamente o pedido de Granvella junto do monarca. Mas o seu empenhamento permaneceu infrutífero. Armenteros havia convencido o rei de que a permanência desse ministro em Madrid traria de volta com maior violência todos os protestos da nação neerlandesa, à qual ele havia sido sacrificado, uma vez que de futuro, disse ele, as pessoas haviam de pensar que a própria fonte, cujos afluentes ele teria até então corrompido, ficaria por ele envenenada. Portanto, ele enviou-o para o Condado de Borgonha, sua terra natal, tendo-se encontrado para tal um pretexto conveniente. O Cardeal deu à sua retirada de Bruxelas a aparência de uma viagem insignificante, da qual ele regressaria nos dias seguintes. Mas ao mesmo tempo todos os Conselheiros de Estado, que se haviam afastado voluntariamente sob a sua administração, receberam ordem da Corte para voltarem a apresentar-se ao Senado em Bruxelas. Embora esta última circunstância não tornasse muito credível o seu regresso e aquela invenção fosse declarada como sendo apenas a expressão de uma desgraça obstinada, porém a mais remota possibilidade do seu regresso reduziu bastante o triunfo celebrado com o seu afastamento. A própria regente parece ter ficado insegura sobre se havia de tomar tais boatos por verdadeiros, uma vez que renovou, numa nova carta ao rei, todos os argumentos e motivos para o impedir de fazer regressar aquele ministro. O próprio Granvella procurou, na sua correspondência com Berlaymont e Viglius, alimentar esse boato e assustar, pelo menos através de sonhos imateriais, os seus inimigos que já não podia torturar com a sua presença. E o receio da influência desse homem era tão exageradamente grande que ele acabou por ser expulso também da sua própria pátria⁴⁰.

Depois da morte de Pio IV, Granvella fez uma viagem a Roma para participar no novo Conclave e ali desempenhar em simultâneo algumas tarefas decretadas pelo seu soberano, cuja confiança havia permanecido inamovível. Pouco tempo depois, este nomeou-o vice-rei de Nápoles, onde ele sucumbiu às seduções do clima e permitiu que um espírito, que não se havia curvado perante qualquer destino, fosse derrotado pela sensualidade. Tinha sessenta e dois anos quando o rei o mandou regressar a Espanha, onde continuou

a tratar dos assuntos italianos com plenos poderes ilimitados. Uma época sinistra e o orgulho auto-suficiente de sessenta anos de administração tornaram-no num juiz duro e intolerante de opiniões alheias, num escravo da tradição e num enfadonho encomiasta de tempos passados.

Mas a arte política do século em extinção já não era a mesma arte política do século em ascensão. A juventude do novo ministério depressa se cansou de um vigilante tão autoritário e o próprio Filipe principiou a evitar um conselheiro que só achava dignos de louvor os feitos do seu pai. Apesar disso, acabou por confiar-lhe ainda os seus territórios espanhóis, quando a conquista de Portugal exigiu a sua presença em Lisboa. Ele acabou por falecer numa viagem à Itália na cidade de Mântua, no septuagésimo terceiro ano da sua vida e em pleno gozo da sua fama, depois de haver possuído *ininterruptamente* durante quarenta anos a confiança do seu rei⁴¹.

O Conselho de Estado

(1564) Imediatamente após a retirada do ministro evidenciaram-se todos os venturosos efeitos que o seu afastamento havia prometido. Os Grandes, até então indispostos, retomaram os seus lugares no Conselho de Estado e voltaram a dedicar-se às tarefas estatais com duplo empenho, para não dar lugar a qualquer nostalgia em relação a quem fora afastado e demonstrar o seu carácter dispensável através do venturoso decorrer da administração dos assuntos do Estado. As pressões em torno da duquesa eram grandes. Todos competiam no desejo de se superarem mutuamente em disponibilidade, em submissão, em zelo; o trabalho prolongava-se até altas horas da noite; entre as três cúrias a maior harmonia, entre a Corte e os Estados Gerais o melhor entendimento. Da bondade de coração da nobreza neerlandesa era possível obter tudo desde que a sua obstinação e o seu orgulho fossem lisonjeados pela confiança e complacência. A regente aproveitou a primeira alegria da nação para obter o acordo desta no que dizia respeito a alguns impostos, o que havia sido impossível de impor na anterior administração. O grande crédito de que gozava a nobreza junto do povo apoiou-a expressamente nisso e ela passou pouco depois a aprender o segredo dessa nação, que havia já dado tantas provas na Dieta alemã, o facto de se ter de exigir *muito* para dela

receber sempre *qualquer coisa*. Ela própria teve o prazer de se ver liberta da sua longa servidão; o zelo competitivo da aristocracia aliviava-a do lastro das tarefas e a sua insinuante modéstia permitiu-lhe sentir toda a doçura do seu poder⁴².

Granvella havia sido derrubado, mas os seus apoiantes ainda lá estavam. A sua política vivia nas suas criaturas, que ele havia deixado no Conselho de Estado e no Conselho Fiscal. O ódio estava ainda em brasa entre os partidos muito depois de o líder ter sido afastado e as designações de *apoiantes de Orange* e *apoiantes do rei*, de *Patriotas* e *Cardinalistas* continuavam ainda a dividir o senado e a manter o fogo da desavença. Viglius van Zuichen van Aytta, presidente do Conselho de Estado, Conselheiro e Chanceler do Selo, era agora considerado como o homem mais importante no Senado e o mais poderoso apoio da Coroa e da Tiara. Esse meritório ancião, a quem devemos algumas estimáveis contribuições para a História da revolta neerlandesa e cuja correspondência privada com os amigos nos levou a narrar a mesma, era um dos maiores eruditos em questões de direito do seu tempo, para além de teólogo e padre, tendo já no tempo do imperador assumido importantes cargos. O contacto com os homens mais eruditos que ornamentavam a época e em cujo topo se encontrava Erasmo de Roterdão, associado a frequentes viagens empreendidas para tratar de assuntos imperiais, haviam ampliado o círculo dos seus conhecimentos e experiências e elevado os seus princípios em muitos aspectos acima da sua época. A fama da sua erudição encheu todo o seu século e levou o seu nome até à posteridade. No ano de 1548, quando na Dieta de Augsburg devia ser estabelecida a associação dos Países Baixos com o Império alemão, Carlos V enviou este estadista para gerir os assuntos das províncias e foi sobretudo a sua habilidade que ajudou a dar às negociações uma orientação a favor dos Países Baixos⁴³. Após a morte do imperador, Viglius foi um dos favoritos que Filipe herdou do seu pai e um dos poucos nos quais ele homenageava a sua memória. A fortuna do ministro Granvella, a ele ligado por um anterior conhecimento, fê-lo ascender também; mas ele não partilhou a queda do seu protector, uma vez que não havia partilhado a sua sede de poder e o seu ódio. Vinte anos de estadia nas províncias onde lhe haviam sido confiadas as mais importantes tarefas, a mais comprovada fidelidade face ao seu monarca e a mais zelosa adesão à fé católica tornaram-no no mais privilegiado instrumento da monarquia nos Países Baixos⁴⁴.

Viglius era um *erudito*, mas não um *pensador*; um experiente homem de negócios mas não uma cabeça iluminada, sem uma alma suficientemente forte para romper as amarras da estultícia como o seu amigo Erasmo, e dotado de muito menor perversidade para a colocar ao serviço da sua paixão, como o seu antecessor Granvella. Demasiado fraco e pusilânime para seguir a orientação mais ousada do seu próprio entendimento, ele preferiu entregar-se ao trilho mais cómodo da sua consciência; uma causa era justa desde que fosse para ele um dever. Ele pertencia ao grupo de pessoas íntegras que são indispensáveis às perversas; a traição contava com a sua honestidade. Meio século mais tarde ele teria recebido a sua imortalidade da liberdade que agora ajudava a reprimir. No Conselho de Estado de Bruxelas ele serviu a tirania, no Parlamento de Londres ou no Senado de Amsterdão ele talvez tivesse morrido como Thomas More ou Olden Barneveldt⁴⁵.

Um adversário não menos temível do que Viglius era o que a facção tinha no presidente do Conselho Fiscal, o conde de Berlaymont. É pouco o que os historiadores conservaram acerca do mérito e das ideias deste homem; a ofuscante grandeza do seu antecessor, o Cardeal Granvella, colocou-o na sombra; depois de este ter desaparecido da ribalta, a supremacia do partido oposto oprimia-o, mas o pouco que podemos apurar sobre ele lança uma luz favorável sobre o seu carácter. Mais do que uma vez, o príncipe de Orange tentou subtraí-lo ao interesse do cardeal e trazê-lo para o seu partido – prova suficiente de que dava valor a essa conquista. Todas as suas tentativas fracassaram, prova de que não estava a tratar com um carácter volúvel. Vemo-lo mais do que uma vez, só entre todos os membros do Conselho, manifestar-se contra a facção que lhe era superior e tomar sob protecção o interesse da Coroa, já então em risco de ser sacrificado, contra a oposição geral. Quando o príncipe de Orange reuniu os Cavaleiros do Tosão de Ouro na sua casa, a fim de tomar provisoriamente uma decisão sobre o levantamento da Inquisição, Berlaymont foi o primeiro a censurar a ilegalidade desse processo e o primeiro a informar a regente de tal ocorrência. Algum tempo depois, o príncipe perguntou-lhe se a regente sabia dessa reunião e Berlaymont não hesitou um momento sequer em confessar-lhe a verdade. Todos os passos que dele ficaram registados revelam um homem que não se deixou tentar nem por exemplos nem por temor de outrem, e que permaneceu fiel, com uma coragem firme e uma insuperável persistência, ao partido escolhido,

sendo em simultâneo o seu pensamento demasiado orgulhoso e despótico para escolher outro que não aquele⁴⁶.

São ainda mencionados, por entre os súbditos do rei em Bruxelas, o conde de Arschot, os condes de Mansfeld, Meghem e Aremberg – todos os três neerlandeses de nascimento e portanto solicitados com toda a nobreza neerlandesa, ao que parece, para colaborar com a hierarquia e o poder monárquico na sua pátria. O espírito adverso do seu comportamento tem assim de causar-nos uma estranheza tanto maior quanto mais cordiais eram as relações que eles mantinham com os membros mais proeminentes da facção, vindo de forma insensível os encargos comuns impostos à sua pátria. Mas não encontraram no seu seio autoconfiança e heroicidade suficientes para ousarem travar uma luta desigual com um adversário tão superior. Com uma astúcia cobarde, eles submeteram a sua justa relutância à lei da necessidade e preferiram impor ao seu *orgulho* um duro sacrifício, uma vez que a sua amolecida *vaidade* já não podia fazer mais nenhum. Demasiado calculistas e sensatos para pretenderem conquistar o crédito, que já possuíam da magnanimidade voluntária do seu senhor, a partir do seu sentido de justiça ou temor, ou para renunciar a uma felicidade *real* a fim de salvar a *sombra* de outra, eles aproveitaram em vez disso a ocasião favorável para alimentar persistentemente uma especulação que havia agora subido de preço face ao declínio geral da nobreza. Pouco sensíveis à verdadeira fama, eles deixaram que a sua ambição decidisse qual o partido que deveriam escolher; a pequena ambição prefere porém de longe curvar-se sob o duro jugo da coacção do que sob o brando domínio de um espírito superior. A dádiva era pequena se se entregassem ao príncipe de Orange, mas a aliança com a Majestade tornava-os em opositores tanto mais poderosos. Ali, o seu nome perdia-se entre os numerosos adeptos e no brilho dos seus rivais; no campo abandonado da Corte, o seu precário mérito brilhava.

As estirpes de Nassau e Croy, à última das quais pertencia o duque de Arschot, eram desde os últimos reinados rivais em prestígio e honrarias e a sua inveja havia alimentado entre eles um velho ódio de família que as separações religiosas acabaram por tornar irreconciliável. A Casa de Croy gozava, desde tempos imemoriais, de uma fama privilegiada de devoção e de santidade papista; os condes de Nassau haviam-se entregue à nova seita – razões suficientes para que Filipe de Croy, duque de Arschot, preferisse um partido

que se encontrava no campo mais oposto ao príncipe de Orange. A Corte não deixou de tirar proveito desse ódio privado e de contrapor ao crescente prestígio da Casa de Nassau um inimigo tão importante. Os Condes de Mansfeld e de Meghem haviam sido até então os amigos mais próximos de Egmont. Juntamente com ele, haviam levantado a sua voz contra o Ministro; juntamente com ele haviam contestado a Inquisição e os éditos, tendo-se mantido ao seu lado com probidade até à data, até às últimas linhas do seu dever. – Esses três amigos separaram-se agora, nas vias de demarcação do perigo. A virtude insensata de Egmont arrastava-o sem parar no caminho que levou à ruína; os seus avisados amigos principiaram a pensar, ainda a tempo, numa retirada vantajosa. Chegaram-nos ainda cartas trocadas entre os condes de Egmont e Mansfeld e que nos fornecem, embora escritas numa época posterior, uma descrição fiel das ocorrências de então. “Se eu”, respondia o conde de Mansfeld ao seu amigo, que lhe fazia censuras amigáveis acerca da sua capitulação face ao rei, “se eu fui outrora da opinião de que o bem da comunidade tornava necessários a abolição da Inquisição, a suavização dos éditos e o afastamento do cardeal Granvella, então o rei concedeu-nos agora este desejo e a razão das nossas queixas foi levantada. Já empreendemos demasiadas coisas contra a majestade do monarca e o prestígio da Igreja; é mais do que altura para arrepiar caminho, de forma a ir ao encontro do rei, quando ele vier, de rosto descoberto e sem receios. Eu, pela minha pessoa, não receio a sua cólera; colocar-me-ia de ânimo confiante ao seu dispor em Espanha, caso ele fizesse um sinal nesse sentido, e esperaria confiante, por parte da sua justiça e bondade, a minha sentença. Não digo isto por duvidar que o conde de Egmont possa afirmar o mesmo de si próprio, mas o conde de Egmont agirá de forma sábia ao consolidar de forma crescente a sua segurança e ao afastar as suspeitas dos seus actos. Se eu vier a saber”, assim termina a carta, “que ele acolhe os meus avisos, então a nossa amizade permanecerá, senão sinto-me suficientemente forte para sacrificar ao meu dever e à minha honra todas as relações humanas”⁴⁷.

O poder alargado da *nobreza* esteve em vias de expor a República a um mal maior do que aquele a que ela havia escapado através do afastamento do ministro. Empobrecida devido a um longo período de exuberância, que havia em simultâneo dissolvido os seus costumes e com a qual ela já se havia tornado demasiado familiar para da mesma abdicar, ela deixou-se vencer pela

arriscada oportunidade de adular a sua inclinação para o poder e de repor o fulgor da sua fortuna em vias de extinção. Gastos excessivos provocavam a sede do lucro e esta a especulação. Os cargos seculares e religiosos baixaram de preço; honrarias, privilégios e patentes eram vendidos a quem oferecia mais; mesmo a justiça tornou-se num objecto de negócio. Quem fosse condenado por um Conselheiro de Estado, era posto em liberdade por outro; o que aquele recusava era passível de ser obtido deste por dinheiro. Embora o Conselho de Estado remetesse depois essa acusação para as duas outras Cúrias, o seu próprio exemplo era contagiante. A engenhosa ganância abriu o acesso a novas fontes de lucro. Vida, liberdade e religião eram postos no seguro por determinadas somas como se fossem bens imóveis; o ouro libertava assassinos e criminosos e a nação via-se roubada pela lotaria. Sem que fossem tidos em conta a posição social ou o mérito, via-se como serviçais e criaturas dos Conselheiros de Estado e governadores de província eram colocados nos mais importantes cargos; quem tivesse algo a solicitar à Corte, tinha de seguir o caminho que passava pelos governadores e os seus funcionários mais inferiores. Não foi poupado nenhum estratagema de sedução para envolver nesses excessos o secretário privado da duquesa, Thomas Armenteros, um homem até então irrepreensível e honesto. Através de falsos juramentos de submissão e amizade, tornou-se possível penetrar na sua esfera íntima e dissolver os seus princípios numa vida faustosa; o exemplo pernicioso contagiou os seus costumes, novas carências venceram a sua até então incorruptível virtude. Passou então a ficar cego a abusos dos quais era também culpado e a lançar um véu sobre crimes alheios a fim de ocultar sob o mesmo os seus próprios. Com a sua conivência, o Tesouro real foi delapidado e os objectivos do governo ludibriados por uma má administração dos seus recursos. Entretanto, a regente oscilava numa suave ilusão de poder e acção, que a adulação dos Grandes sabia nutrir artificialmente. A ambição dos partidos jogava com as fraquezas de uma mulher e obtinha dela um verdadeiro poder com a sua aparência insignificante e uma aparência exterior de humildade e submissão. Pouco depois, ela pertencia inteiramente à facção e alterava as suas máximas sem que se notasse. De um modo inteiramente oposto à sua conduta anterior, ela colocava agora questões que competiam às outras cúrias, ou ideias secretamente transmitidas por Viglius, ao Conselho de Estado, dominado pela facção, fazendo-o ao arrepio da legalidade e da mesma maneira com que

o havia outrora ilegalmente negligenciado sob a administração de Granvella. Quase todos os assuntos e toda a influência relacionavam-se agora com os governadores. Todas as petições dirigiam-se a eles, todos os benefícios eram por eles concedidos. Chegou-se ao ponto de retirar causas às autoridades municipais e colocá-las sob a *sua* jurisdição. A reputação dos tribunais de província diminuía à medida em que eles aumentavam a sua, e com o prestígio da autoridade haviam caído por terra a prática do direito e a ordem civil. Pouco depois, os tribunais menores seguiam o exemplo do governo do país. O espírito que dominava o Conselho de Estado em Bruxelas em breve se espalhou por todas as províncias. Subornos, indulgências, roubos, transaccionabilidade do direito, tudo se generalizou nas cátedras do país, os costumes caíram e as novas seitas usaram essa libertinagem para alargar o seu raio de influência. As posições de tolerância religiosa da nobreza, ela própria tendendo para o lado dos novos ou pelo menos repudiando a Inquisição enquanto instrumento do despotismo, haviam dissolvido o rigor dos éditos religiosos; através das bulas concedidas a vários protestantes, foram subtraídas ao Santo Ofício as suas melhores vítimas. Nada podia servir de veículo mais favorável à nobreza, para transmitir ao povo a sua nova participação no governo do país, do que o sacrifício do odiado tribunal da Inquisição – e a tal era impelida ainda mais pela sua inclinação do que pelas directrizes da política. A nação passou momentaneamente da mais opressiva coacção da intolerância para um estágio de liberdade de que se havia já desacostumado em excesso para o suportar de forma comedida. Os inquisidores, privados do apoio da autoridade, viram-se mais escarnecidos do que temidos. Em Bruges, o próprio Conselho de Estado mandou para a prisão a pão e água alguns dos seus funcionários que queriam apoderar-se de um herege. Precisamente por essa altura em Antuérpia, onde a população havia feito uma tentativa gorada para arrebatá-lo à tutela do Santo Ofício, foi afixada na praça pública uma comunicação escrita com sangue que falava da existência de um número de pessoas que haviam jurado vingar a morte desse inocente⁴⁸.

Da degradação que se havia apoderado de todo o Conselho de Estado haviam-se mantido ainda isentos, em grande parte, o Conselho Titular e o Conselho Fiscal, nos quais Viglius e Berlaymont exerciam a presidência⁴⁹.

Uma vez que a facção não conseguira introduzir os seus adeptos nessas duas cúrias, não lhe restava pois outro meio senão pôr ambas fora de jogo

e transferir os seus encargos para o Conselho de Estado. Para levar para diante esse projecto, o príncipe de Orange procurou assegurar o apoio dos restantes conselheiros de Estado. Embora sejam apelidados de senadores, fez ele constar várias vezes por entre os seus seguidores, são outros que detêm o poder. Quando as pessoas precisariam de dinheiro para pagar às tropas ou quando se trataria de lutar contra o avanço da heresia ou de manter o povo na ordem, aí recorrer-se-ia a eles que não zelariam nem pelo tesouro nem pelas leis, sendo apenas os órgãos através dos quais os outros dois corpos actuariam sobre o Estado. E contudo eles seriam sozinhos capazes de assumir toda a administração imperial, que teria sido desnecessariamente distribuída por três câmaras distintas, se se quisessem apenas associar entre si a fim de reinserir no Conselho de Estado esses ramos governamentais àquele subtraídos a fim de que *uma alma única* vivifique todo o corpo. Foi congeminado um plano provisório em secretude, de acordo com o qual doze novos cavaleiros do Tosão ingressariam no Conselho de Estado, a administração da justiça seria devolvida ao tribunal de Mecheln, a que ela pertencia por direito; as bulas, patentes, etc., seriam entregues a Viglius, mas a gestão do dinheiro ser-lhes-ia confiada. É certo que foram vistas de antemão as dificuldades que a desconfiança por parte da Corte e a inveja do poder crescente da nobreza oporiam a tais inovações; a fim de pressionar a regente a executá-las, eles collocaram-se por detrás de alguns dos mais proeminentes oficiais do exército, que deveriam perturbar a Corte em Bruxelas com advertências impetuosas respeitantes ao soldo que lhes era devido, ameaçando com uma rebelião em caso de recusa. Foi dado início a uma série de súplicas e memorandos dirigidos à regente, lamentando o atraso na justiça e exagerando o perigo que adviria do aumento diário da heresia. Nada foi omitido para lhe dar um quadro de tal modo assustador do estado degradado da ordem civil, da jurisprudência e das finanças, que ela despertou com horror da ilusão delirante em que havia sido até então embalada⁵⁰. Convoca então as três Cúrias, a fim de aconselhar-se e deliberar acerca dos meios para fazer face a tal degradação. A maioria dos votos vai no sentido de enviar um emissário especial a Espanha para pôr o rei mais a par da verdadeira situação das coisas através de uma descrição circunstanciada e viva, levando-o assim talvez a assumir medidas mais adequadas. Viglius, que não tinha a menor ideia do plano oculto da facção, opôs-se a essa opinião. O mal, disse ele, de que se queixavam, seria

realmente grande e não poderia ser desprezado, mas não seria incurável. A justiça seria mal administrada, mas não teria outro motivo senão o facto de a própria nobreza fazer diminuir o prestígio da autoridade através do seu comportamento arrogante e os governadores não a apoiarem suficientemente. A heresia teria aumentado a sua influência, uma vez que o braço secular teria abandonado à sua sorte os juizes clericais e que o povo chão, seguindo o exemplo dos nobres, teria descartado o respeito pela sua autoridade. Não só a má administração das finanças, mas sobretudo as anteriores guerras e as necessidades políticas do rei teriam lançado sobre as províncias esse lastro de dívidas das quais elas poderiam ser libertas pouco a pouco através de impostos justos. Se o Conselho de Estado reduzisse as suas indulgências, bulas e isenções, se iniciasse a partir de si próprio uma reforma dos costumes, se observasse mais as leis e repusesse o anterior prestígio da autoridade, em suma, se os colégios e os governadores cumprissem por fim o seu dever, tais lamentações terminariam em breve. Para quê então mandar um novo emissário a Espanha, uma vez que nada havia acontecido de novo que justificasse tal medida extraordinária? Mas se se insistisse apesar disso em tal coisa, ele não se oporia ao parecer geral, na condição de que a mais importante tarefa do emissário fosse convencer o rei a vir com celeridade⁵¹.

Acerca da escolha do emissário houve apenas *um* voto. Por entre todos os Grandes neerlandeses, o conde Egmont parecia ser o único que poderia satisfazer ambas as partes. O seu ódio declarado à Inquisição, as suas ideias patrióticas e livres e a irrepreensível probidade do seu carácter levaram a que a República afiançasse a sua conduta; as razões pelas quais ele teria de ser bem acolhido pelo rei foram já acima a floradas. Uma vez que, no que diz respeito a príncipes, já a primeira impressão pronuncia a sentença, a abrangente cultura de Egmont podia secundar a sua eloquência e dar à sua missão uma ajuda de que nem a mais justa causa pode prescindir. O próprio Egmont desejava esse encargo, a fim de tratar com o rei alguns assuntos de família⁵².

O Concílio de Trento tinha entretanto terminado e as conclusões do mesmo haviam sido dadas a conhecer a toda a Cristandade católica. Mas essas conclusões, longe de corresponderem ao objectivo do sínodo e de satisfazerem as expectativas dos partidos religiosos, haviam pelo contrário alargado o fosso entre ambas as Igrejas e tornado a cisão religiosa incurável e eterna⁵³.

A antiga doutrina, em lugar de se haver purificado, estava agora dotada de maior determinação e de maior dignidade. Todos os artifícios doutrinários, todas as artes e desmesuras da Santa Sé, que haviam até então assentado mais numa arbitrariedade, haviam passado a ser leis e elevadas com isso a um sistema. Aqueles usos e abusos, infiltrados no Cristianismo nos tempos bárbaros da superstição e da estupidez, foram então declarados partes essenciais do ofício religioso e foram impostas sanções a cada rebelde que ousasse opor-se a esses dogmas e subtrair-se a essas práticas. Excomunhão contra aquele que duvidasse do poder miraculoso das relíquias, que não homenageasse os ossos dos mártires e ousasse tomar por ineficazes as promessas dos santos. A força das indulgências, primeira origem da cisão face à Cúria romana, era agora comprovada por um dogma irrefutável e a vida monástica protegida por um termo expressamente emitido pelo sínodo, que permite aos homens professarem a partir dos dezasseis anos e às raparigas a partir dos doze. Todos os dogmas dos protestantes são condenados sem excepção, nem um termo foi elaborado em seu favor, nem um passo foi dado para os reconduzir por um caminho mais suave para o seio da Igreja materna. A desagradável crónica do sínodo e a incongruência das suas decisões aumentou nestes provavelmente ainda mais o desprezo que acalentavam há muito tempo no coração contra o Papado e ofereceu novos alvos, até então ignorados, para os seus ataques. Foi uma ideia infeliz, a de aproximar tanto o facho luminoso da razão dos mistérios da Igreja e de esgrimir com termos racionais em prol de objectos de uma fé cega.

E os termos do Concílio nem sequer satisfaziam todas as potências católicas. A França rejeitou-os por completo, tanto para agradar aos calvinistas como devido à ofensiva superioridade que o Papa se arrogava ter sobre o Concílio; também alguns príncipes católicos alemães declararam-se contra ele. Embora Filipe II não concordasse com certos artigos nele incluídos, por tocarem demasiado perto os seus próprios direitos, sobre os quais nenhum monarca no mundo zelava tão ciosamente como ele, por mais que a grande influência do Papa no Concílio e a conclusão arbitrariamente apressada do mesmo o tivessem humilhado, embora o Papa lhe tivesse finalmente dado uma causa justa para uma situação de hostilidade ao enviar de volta o seu emissário, Filipe mostrou-se porém disposto a reconhecer os termos do Concílio, que também sob essa forma iam ao encontro do seu projecto favorito,

a erradicação dos hereges. Todas as outras considerações políticas foram postas num segundo plano nesta matéria e ele deu ordem para que eles fossem anunciados em todos os seus Estados⁵⁴.

O espírito da rebelião que se havia já apoderado de todas as províncias neerlandesas, não precisava deste rastilho. Os ânimos estavam ao rubro, o prestígio da Igreja romana havia já descido em muitos ao seu mais baixo nível; em tais circunstâncias, as decisões do Concílio, autoritárias e frequentemente despropositadas, não podiam ser senão chocantes; mas Filipe II não podia renegar o seu carácter ao ponto de permitir que povos com outro sol, outras paragens terrenas e outras leis tivessem outra crença. A regente recebeu ordem de impor nos Países Baixos, face aos termos tridentinos, a mesma obediência que lhes era prestada em Espanha e na Itália⁵⁵.

Os termos encontraram a mais violenta oposição no Conselho de Estado de Bruxelas. A nação, declarou Guilherme de Orange, não reconhecera nem poderia reconhecer os mesmos, uma vez que eles contrariariam em grande parte as leis fundamentais da sua Constituição e teriam sido rejeitados por vários príncipes católicos devido a razões semelhantes. Quase todo o Conselho de Estado estava do lado de Orange; a maioria dos votos ocorreu no sentido de convencer o rei a retirar completamente os termos ou pelo menos a publicá-los com certas limitações. A isso opôs-se Viglius, que insistiu em seguir à letra as ordens do rei. “A Igreja”, disse ele, “tem preservado em todas as épocas a pureza da doutrina e o rigor da disciplina através de Concílios universais como este. Aos desvios de fé, que há já tanto tempo têm vindo a inquietar a nossa pátria, não pode ser contraposto um meio mais vigoroso do que precisamente estes termos, para cuja rejeição se apela agora. Mesmo que eles aqui e além estejam em contradição com o sentido de justiça do cidadão e a Constituição, esse é um mal que pode ser facilmente moderado por uma gestão inteligente e cautelosa. Além disso, deve dizer-se em honra do nosso Senhor, rei de Espanha, que só *ele* entre todos os príncipes do seu tempo não se vê obrigado a submeter o seu juízo à necessidade e a rejeitar por receio medidas que dele são requeridas para o bem da Igreja e que a felicidade dos seus súbditos torna para ele num dever.” Uma vez que os termos continham vários aspectos que colidiam mesmo com os direitos da Coroa, algumas pessoas aproveitaram essa ocasião para propor que pelo menos esses capítulos fossem omitidos aquando da publicação. Para que

o rei ficasse isento de forma elegante de lidar com esses pontos chocantes e prejudiciais à sua dignidade, eles alegavam proteger assim a liberdade nacional neerlandesa e indicar o nome da República para essa intervenção. Mas o rei havia aceite e feito impor os termos sem condições em todos os outros Estados, não sendo de esperar que ele fornecesse às outras potências católicas esse modelo de resistência e que fosse ele próprio a minar o edifício que havia fundado com tanto empenho⁵⁶.

O conde Egmont em Espanha

Transmitir ideias ao rei por causa desses termos, obter dele uma forma mais branda de tratar os protestantes e defender a inclusão das outras duas assembleias, eis a missão que foi dada ao Conde de Egmont do lado dos insatisfeitos; levar aos ouvidos do rei a resistência do povo neerlandês contra os éditos, convencê-lo da impossibilidade de aplicar esses éditos em todo o seu rigor, abrir-lhe os olhos acerca do mau estado da máquina de guerra e das finanças nos seus estados neerlandeses, eis o que lhe foi aconselhando pela regente.

A designação do conde foi concebida pelo presidente Viglius. Continha grandes queixas sobre a decadência da justiça, o aumento da heresia e o esgotamento do Tesouro. Insistiu-se expressamente na vinda do rei. O resto foi confiado à eloquência do embaixador, a quem a regente sugeriu que não abrisse mão de tão bela oportunidade para se fazer merecedor dos favores do rei.

As instruções do conde e as concepções de que ele deveria ser portador ao rei foram achadas pelo príncipe de Orange como tendo sido elaboradas em expressões demasiado vagas e vacilantes. “A descrição”, disse ele, “que o Presidente fez das nossas reclamações ficou muito aquém da verdade. Como pode o rei aplicar os remédios mais adequados se lhe ocultamos as origens do mal? Não indiquemos um número menor de hereges do que aquele que realmente existe, admitamos sinceramente que eles proliferam em cada província, em cada cidade, em cada canto, ainda que minúsculo; tão-pouco ocultemos o facto de que eles desprezam os mandatos de captura e acalentam pouco respeito pela autoridade. Para quê então mais esta reserva?

Foi sinceramente confessado ao rei que a República não pode permanecer neste estado. É certo que o Conselho Titular fará outro juízo, uma vez que tal degradação geral lhe é bem-vinda. Pois donde provém essa má administração da justiça, essa corrupção geral das cátedras dos juizes, senão da sua ganância, que com nada se contenta? Donde provém essa pompa, essa vergonhosa exuberância daquelas criaturas que vimos subir a partir do pó, senão de subornos? Não ouvimos diariamente o povo dizer que nenhuma chave abre as portas como o ouro, e não demonstram as suas cisões internas que não é o amor pelo todo que os domina? Como podem pessoas que são vítimas das suas próprias paixões dar conselhos com vista ao máximo bem geral? Pensam talvez que nós, governadores das províncias, deveríamos mobilizar os nossos soldados ao serviço do bem-estar de um infame lictor⁵⁷? Ponde limites às suas indulgências e amnistias, que eles usam de forma tão magnânima face àqueles a quem nós as proibimos. Ninguém pode amnistiar crimes sem atentar contra o todo e dar mais um contributo para o mal geral. Nunca me agradou, confesso-o, que os segredos do Estado e os assuntos do governo se distribuam entre tantos colégios. O Conselho de Estado é suficiente para todos; já vários patriotas o sentiram secretamente desde há muito tempo e agora proclamo-o em voz alta. Declaro que para todos os males, sobre os quais são apresentadas queixas, não sei de outro antídoto para além da absorção daquelas duas câmaras no Conselho de Estado. Eis o que se tem de procurar obter junto do rei, senão esta nova embaixada será inteiramente vã e inútil.” Foi então que o príncipe comunicou ao senado em reunião o projecto de que se falou acima. Viglius, que havia sido o principal opositor a essa nova proposta e a quem foram então abertos os olhos, sucumbiu à violência do seu desgosto. A agitação do ânimo foi demasiado forte para o seu corpo debilitado e ele foi encontrado na manhã seguinte paralisado por um ataque e em perigo de vida⁵⁸.

O seu lugar foi preenchido por Joachim Hopper, do Conselho Titular de Bruxelas, um homem de costumes conservadores e irrepreensível honestidade, amigo mais digno e da maior confiança do presidente⁵⁹. Ele redigiu ainda alguns apêndices ao depoimento do embaixador em favor do partido de Orange, respeitantes à abolição da Inquisição e à união das três cúrias, não tanto com autorização da regente mas sobretudo porque ela não o proibiu. Quando depois disso o conde de Egmont se despediu do presidente,

que entretanto se havia recomposto do seu acidente, este pediu-lhe que lhe trouxesse de Espanha a demissão do seu cargo. Os seus tempos, declarou, teriam passado, ele pretenderia, a exemplo do seu antecessor e amigo Granvella, remeter-se à tranquilidade da vida privada e antecipar-se à inconstância da fortuna. O seu génio estaria a avisá-lo acerca de um futuro tempestuoso com o qual ele não gostaria de se misturar⁶⁰.

O conde de Egmont iniciou em Janeiro de 1565 a sua viagem a Espanha e foi ali recebido com uma benevolência e consideração que não havia sido concedida a qualquer pessoa do seu nível hierárquico. Todos os Grandes castelhanos, subjugados pelo exemplo do seu rei, ou antes fiéis à sua arte política, pareciam haver-se despojado de um ressentimento prescrito contra a nobreza flamenga e competiam para ganhar o seu favor por meio de uma atitude amável. Todos os seus pedidos pessoais foram concedidos pelo rei, sendo mesmo excedidas as suas expectativas nesse ponto, e durante todo o tempo da sua estadia ele teve motivos suficientes para fruir da hospitalidade do monarca. Este assegurou-lhe com a maior veemência o seu amor pelo povo neerlandês e deu-lhe a esperança de que não se oporia a corresponder ao desejo generalizado de um abrandamento no rigor dos éditos religiosos. Ao mesmo tempo, ele implementou em Madrid uma comissão de teólogos a quem foi colocada a questão se seria necessário aprovar a tolerância religiosa exigida pelas províncias. Uma vez que a maioria era da opinião que a particularidade da Constituição dos Países Baixos e o receio de uma revolta poderia desculpar aqui um certo grau de complacência, a questão foi repetida de forma ainda mais incisiva: ele não queria saber, disse, se *poderia*, mas se *deveria* fazê-lo. Quando a última alternativa foi negada, ele levantou-se do seu assento e ajoelhou-se diante de um crucifixo. “Assim te rogo, Majestade do Todo-Poderoso”, exclamou, “que nunca me deixes descer tão baixo ao ponto de ser soberano daqueles que te rejeitam!” E mais ou menos de acordo com este exemplo resultaram as medidas que ele estava disposto a tomar nos Países Baixos. Acerca do artigo respeitante à religião, a decisão deste monarca estava definitivamente tomada; a mais urgente necessidade poderia talvez obrigá-lo a ser menos severo na aplicação das penas, mas nunca a retirá-las ou mesmo limitá-las legalmente. Egmont deu-lhe a ver em que medida essas execuções públicas dos hereges reforçavam diariamente o número dos seus adeptos, uma vez que os exemplos da sua coragem e o seu júbilo na morte

enchiam os espectadores com a mais profunda admiração e despertavam nestes opiniões elevadas acerca de uma doutrina capaz de tornar os seus seguidores em heróis. É certo que esta ideia não caiu por terra aos olhos do rei; mas o efeito que teve foi bem diferente do pretendido. A fim de evitar esses sedutores espectáculos sem contudo renunciar ao rigor dos éditos, ele enveredou por um subterfúgio e decidiu que as execuções – de futuro – deveriam ocorrer em segredo. A resposta do rei ao conteúdo da sua embaixada foi dada por escrito ao conde para que a remetesse à regente. Antes de o mandar retirar-se, não pôde deixar de lhe pedir contas sobre a sua conduta face a Granvella, realçando particularmente o escárnio. Egmont assegurou que tudo não havia passado de um momento jocoso à volta da mesa e nada ali havia ocorrido com a intenção de ofender o respeito pelo monarca. Se ele soubesse que um só teria tido a ideia de pensar em algo de tão grave, então ele próprio tê-lo-ia desafiado com a sua espada⁶¹.

Por altura da sua partida, o monarca fez-lhe um presente de 50000 florins e assegurou-lhe ainda por acréscimo que se encarregaria de zelar pelas suas filhas. Em simultâneo, permitiu-lhe que levasse consigo para Bruxelas o jovem Farnese de Parma, a fim de prestar à regente, sua mãe, essa atenção⁶². A brandura fingida do rei e a insistência numa benevolência que *não* sentia face à nação neerlandesa, tudo isso iludiu a rectidão do flamengo. Feliz com a felicidade que pensava transmitir à sua pátria e da qual nunca estivera tão afastado, ele abandonou Madrid com uma satisfação que ultrapassava todas as expectativas a fim de contemplar todas as províncias neerlandesas com a fama do seu bom rei.

A comunicação da resposta do rei no Conselho de Estado em Bruxelas fez logo baixar visivelmente essas agradáveis esperanças. Embora a decisão do rei respeitante aos éditos religiosos, como foi dito, fosse firme e inalterável e o rei preferisse perder mil vidas a alterar aí nem que fosse *uma* só letra, contudo, motivado pelas descrições do conde de Egmont, ele não queria deixar de experimentar nem uma só das medidas *preventivas* para proteger o povo da corrupção herética e arrancá-lo assim àquela pena *inalterável*. Tendo sido informado pelo relatório do conde acerca da necessidade de buscar a causa mais relevante para os desvios da fé, até então verificados, na corrupção de costumes do clero neerlandês, na má educação do povo e na instrução desleixada da juventude, por esse meio ele decretaria a constituição de

uma comissão extraordinária de três bispos e alguns dos mais competentes teólogos com a missão de deliberar acerca das necessárias reformas para que o povo não vacile mais com os escândalos ou não se precipite no erro por ignorância. Tendo ainda ouvido dizer que as penas de morte públicas dos hereges apenas dariam a estes oportunidade para ostentar uma coragem temerária e ludibriar as massas com uma aparência de fama de mártir, essa comissão deveria propor meios para tornar mais secretas essas execuções e arrebatam aos hereges condenados a honra da sua constância. Mas para ter a certeza de que esse sínodo privado não ultrapassaria a missão que lhe era confiada, ele exigiria expressamente que o bispo de Ypern, um homem de assegurada reputação e o mais zeloso defensor da fé católica, fizesse parte da comissão de conselheiros. O trabalho de aconselhamento deveria decorrer, na medida do possível, num âmbito recatado e sob a aparência de ter como objectivo a implementação dos termos tridentinos; provavelmente para não inquietar a Corte romana com esse sínodo privado e para não encorajar com isso o espírito da rebelião nas províncias. A própria assembleia deveria contar com a presença da duquesa, para além de alguns fiéis conselheiros de Estado, devendo ser remetido um relatório escrito acerca do que nela viesse a ser acordado. Para as mais urgentes necessidades seria entretanto por ele enviado algum dinheiro. Fez constar alguma esperança acerca da sua vinda pessoal; mas primeiro teria de estar terminada a guerra com os turcos, que seriam esperados junto à costa de Malta. A proposta de aumento do Conselho de Estado e a associação do Conselho Titular e do Conselho Fiscal ao mesmo foram contornadas em silêncio, exceptuando a concessão de um lugar e de um voto ao duque de Arschot, que conhecemos como sendo um zeloso monarquista. Embora Viglius fosse demitido da presidência no Conselho Titular, apesar disso ele teve de continuar a administrá-lo por mais quatro anos, uma vez que o seu sucessor, Karl Tisnaq, conselheiro em Madrid para questões neerlandesas, ficou ali retido durante todo esse tempo⁶³.

Éditos religiosos agravados. Oposição generalizada da nação

Mal Egmont havia regressado, as informações otimistas que ele trouxera acerca de uma feliz alteração na atitude do monarca foram dadas como não verdadeiras por mandatos agravados contra os hereges. Com elas chegou em simultâneo uma cópia dos termos tridentinos, tal como haviam sido reconhecidos em Espanha e deviam ser agora validados nos Países Baixos; assim como a sentença de morte de alguns anabaptistas e de outros hereges. “O conde”, ouviu-se então dizer por Guilherme o Taciturno, “foi ludibriado por artimanhas espanholas. O amor-próprio e a vaidade cegaram a acuidade do seu entendimento, o seu proveito próprio fê-lo esquecer o bem comum.” A falsidade do governo espanhol estava agora à vista de todos; esse desonesto procedimento indignou os melhores filhos do país. Mas ninguém sofreu de forma mais sensível do que o conde Egmont, que reconheceu então ter sido o joguete da malícia espanhola e se havia tornado, sem o saber, num traidor à sua pátria. “Essa aparente bondade, portanto”, lamentou-se ele em voz alta e com amargura, “nada mais era senão um artifício para me expor ao escárnio dos meus concidadãos e aniquilar a minha boa reputação. Se o rei está disposto a cumprir dessa maneira as promessas que me fez em Espanha, então que quem quiser ocupar-se dos assuntos da Flandres que o faça; eu darei a conhecer em público, através da minha retirada dos assuntos políticos, que não faço parte dessa quebra da palavra dada.” Na realidade, o governo espanhol dificilmente teria podido escolher um meio mais adequado para destruir o crédito de um homem tão importante do que exibindo-o perante os concidadãos que o idolatravam como alguém que havia sido escarnecido⁶⁴.

Entretanto o sínodo havia chegado a um acordo expresso no seguinte parecer, que foi imediatamente enviado ao rei. O ensino religioso do povo, a purificação dos costumes do clero e a educação da juventude já teriam sido alvos de tão grande atenção por parte dos termos tridentinos que agora se trataria apenas de fazer com que tais termos tivessem uma rápida concretização. Os éditos imperiais contra os hereges não deveriam sofrer qualquer alteração; mas poderia ser dado a entender *secretamente* aos tribunais que só os hereges empedernidos e os seus predicadores deveriam ser punidos com

a morte, que deveria ser feita uma distinção entre as próprias seitas, atendendo aí à idade, posição social, ao sexo e ao carácter do ânimo das pessoas acusadas. Se era verdade que as execuções públicas inflamariam ainda mais o fanatismo, então talvez a pena *pouco heróica*, que daria menos nas vistas mas que não seria menos dura, da *galera*, fosse a mais adequada para reduzir aquelas conceituadas opiniões acerca dos martírios. Transgressões por mera maldade, curiosidade e leviandade poderiam ser castigadas com multas, expulsões do país ou penas corporais⁶⁵.

Enquanto nesta troca de pareceres, que tinham primeiro de ser enviados a Madrid para que se esperasse a resposta de volta, o tempo ia passando inutilmente, os processos contra os sectaristas repousavam ou eram pelo menos conduzidos de modo muito amortecido. Desde o afastamento do ministro Granvella, a anarquia, que grassava nas cúrias superiores e que se espalhava a partir daí pelos tribunais de província, associada às ideias religiosas mais tolerantes da nobreza, havia elevado a coragem das seitas e dado livre curso à fúria proselitista dos seus apóstolos. Os juizes da Inquisição haviam-se tornado, devido ao fraco apoio do braço secular que em vários lugares tomava abertamente as suas vítimas sob protecção, em alvo de desprezo. A parte católica da nação havia criado grandes expectativas a partir dos termos da assembleia tridentina bem como da missão de Egmont em Espanha, parecendo aquelas ser justificadas através das notícias satisfatórias que o conde havia trazido e não tinha deixado de espalhar, na sinceridade do seu coração. Quanto mais a nação se havia desabituaado da severidade dos processos religiosos, tanto mais dolorosa tinha de ser uma renovação súbita e mais aguda dos mesmos. Foi nestas circunstâncias que a carta do rei chegou de Espanha, na qual se respondia ao parecer dos bispos e à última questão posta pela regente.

Independentemente da interpretação dada pelo conde de Egmont, dizia ela, às declarações orais do rei, este nunca teria tido a ideia, nem sequer de longe, de alterar a mínima coisa nas penas que o imperador, seu pai, havia já decretado nas províncias trinta e cinco anos antes. Esses éditos, ordenaria ele portanto, deveriam ser doravante aplicados com a maior severidade, a Inquisição deveria receber o mais activo apoio por parte do braço secular e os termos da assembleia eclesiástica de Trento deveriam vigorar irrevogável e incondicionalmente em todas as províncias dos seus

Países Baixos. O parecer dos bispos e teólogos seria por ele inteiramente aprovado excepto no que dizia respeito aos atenuantes propostos e respeitantes à idade, ao sexo e carácter dos indivíduos, argumentando ele que os seus éditos não careceriam de todo de moderação. Apenas à falta de zelo e à infidelidade dos juizes deveriam ser atribuídos os progressos que a hereisia havia até então feito no país. Aquele que portanto carecesse doravante de zelo teria de ser destituído do seu cargo e um melhor juiz colocado no seu lugar. A Inquisição deveria, sem ter em conta o factor humano, seguir o seu caminho de modo firme, sem receio e livre de paixões, sem olhar para diante nem para trás. Ele aprovaria tudo, chegasse até onde chegasse, desde que evitasse o escândalo⁶⁶.

Esta carta do rei, à qual o partido de Orange atribuiu todos os posteriores sofrimentos dos Países Baixos, provocou as mais violentas reacções junto dos conselheiros de Estado e as declarações que deixaram escapar em sociedade, casual ou intencionalmente, lançaram o terror por entre o povo. O receio da Inquisição espanhola regressou de novo e com ele já se via a derrocada de toda a Constituição. Já se ouvia construir prisões, forjar cadeias e coleiras e empilhar material para as piras. Todas as reuniões sociais eram preenchidas com essas conversas e nem o receio as refreava já. Foram afixados documentos nas portas das casas dos nobres nos quais estes eram exortados, como outrora em Roma com o seu Brutus, a defender a liberdade moribunda. Surgiram pasquins mordazes contra os novos bispos, carrascos como eram chamados, o clero era escarneado em comédias e a injúria poupava tão pouco o trono como a Cátedra romana⁶⁷.

Assustada com esses boatos, a Regente convoca todos os conselheiros de Estado e barões, a fim de determinar a sua conduta nessa desfavorável situação. As opiniões foram diversas e o debate violento. Na indecisão entre *receio* e *dever*, as pessoas tardavam em tomar uma decisão, até que o ancião Viglius se levantou finalmente e surpreendeu toda a assembleia com o seu juízo. – Agora, disse ele, não se podia pensar em publicitar a ordem do rei sem ter primeiro preparado o monarca para a recepção que ela encontraria com toda a probabilidade; pelo contrário, deveriam ser dadas aos juizes da Inquisição instruções para não abusar do seu poder e para proceder sem dureza. Mas o espanto ainda foi maior quando o príncipe de Orange se ergueu e combateu essa posição. A vontade do rei, disse ele, teria sido apresentada de forma

demasiado clara e determinada e teria sido confirmada por demasiadas deliberações para que se ousasse ainda ficar parado com a sua execução sem se expor à acusação de incorrer na mais condenável rigidez. “Essa censura assumo *eu*”, cortou-lhe Viglius a palavra. “*Eu* exponho-me à sua inclemência. Se com isso resgatamos a tranquilidade dos seus Países Baixos, essa oposição ainda acabará por nos ganhar o seu agradecimento.” Já a regente principiava a inclinar-se para essa posição quando o príncipe se interpôs com veemência. “O quê”, interveio ele, “que fizeram os argumentos que lhe transmitimos, as muitas cartas que lhe escrevemos, que se obteve com a missão que há pouco lhe enviámos? Nada – e que esperamos então ainda? Queremos *nós*, seus conselheiros de Estado, carregar o fardo de todo o seu desagrado, correndo o risco de prestar-lhe um serviço pelo qual ele nunca nos agradecerá?” Indecisa e insegura, toda a assembleia silencia, ninguém tem coragem suficiente para vir em apoio desta opinião e tão-pouco para contradizê-la; mas o príncipe chamou em sua ajuda a temerosidade natural da regente, que lhe proíbe qualquer opção. As consequências da sua infeliz obediência brilharão aos olhos de todos – mas o que provará, se ela tiver a felicidade de prevenir essas consequências por meio de uma sábia desobediência, como poderá ser provado que ela teria realmente de temê-las? Ela escolhe assim das duas sugestões a mais triste; independentemente do que possa acontecer, a ordem do rei será publicitada. Desta vez ganhou portanto a facção e o único amigo corajoso do governo que, para servir o seu monarca, tivera a coragem de lhe desagradar, havia sido posto fora de combate⁶⁸. Esta assembleia pôs um fim à tranquilidade da regente; a partir desse dia, os Países Baixos contam todas as tempestades que grassaram desde então no seu interior. Quando os conselheiros dispersaram, disse o príncipe de Orange a um deles que se encontrava mais próximo: “Agora”, disse, “ser-nos-á dada uma grande tragédia.”⁶⁹.

Foi portanto enviado um édito a todos os governadores das províncias, no qual lhes era ordenado que dessem a mais rigorosa execução às instruções do Imperador bem como àquelas que haviam sido decretadas pelo actual governo contra os hereges, aos termos da assembleia eclesiástica tridentina bem como aos do sínodo episcopal recentemente ocorrido, que prestassem ajuda à Inquisição e que levassem expressamente as autoridades ao seu serviço a obedecer. Finalmente, cada um deles deveria escolher de entre os conselheiros às suas ordens um homem cumpridor que percorresse zelosamente as

províncias e fizesse inquéritos rigorosos para avaliar se as ordens emitidas seriam convenientemente seguidas pelos funcionários inferiores; e que de três em três meses fosse enviado à Regência um relatório preciso. Foi enviada aos arcebispos e aos bispos uma cópia dos termos tridentinos de acordo com o original espanhol, acompanhado pela nota de que, para o caso de necessitarem do apoio por parte do poder secular, os governadores das suas dioceses deveriam pôr tropas às suas ordens; isto se não preferissem aceitar as da própria regente. Contra esses termos não poderia vigorar qualquer privilégio; o rei queria e ordenava que nada fosse subtraído aos direitos particulares das províncias e das cidades através da execução daquelas ordens⁷⁰.

Esses mandatos, que foram lidos em público em cada cidade pelo arauto, exerceu no povo um efeito que justificou plenamente o receio do presidente Viglius e as esperanças do príncipe de Orange. Quase todos os governadores recusaram-se a obedecer-lhes e ameaçaram demitir-se se os quisessem forçar à obediência. O édito, escreveram eles de volta, basear-se-ia numa informação inteiramente falsa sobre os adeptos das seitas⁷¹. A justiça aterrorizava-se face à enorme quantidade de vítimas que se acumulavam diariamente nas suas mãos; deixar que morressem nas chamas 50 a 60 mil pessoas dos seus distritos, isso não seria tarefa para ela. Contra os termos tridentinos declarou sobretudo estar o baixo clero, cuja ignorância e devassidão eram acusadas por esses termos da forma mais cruel e que estava para além disso ameaçado por tão odiada reforma. Ela sacrificava ao seu proveito pessoal o interesse superior da sua Igreja, atacando os termos e todo o Concílio com amargas injúrias e espalhando a semente da revolta nos ânimos. Regressava o mesmo clamor que outrora os monges haviam erguido contra os novos bispos. O arcebispo de Cambrai conseguiu por fim publicitar os termos, porém não sem muitos obstáculos. Mais esforços foram despendidos em Mecheln e Utreque, onde os arcebispos e todo o seu clero se haviam dissolvido, acusados de preferirem conduzir toda a Igreja à beira da ruína a submeterem-se a uma correcção dos costumes⁷².

De entre as províncias foi Brabante a que mais se agitou. Os Estados Gerais desta terra voltaram a movimentar o seu grande privilégio segundo o qual não era permitido levar a um tribunal estrangeiro um nativo do país. Clamaram pelo juramento que o rei havia feito sobre os seus estatutos e das condições nas quais eles lhe haviam declarado vassalagem. Lovaina, Antuérpia, Bruxelas e

Hertogenbosch protestaram solenemente num documento próprio que enviaram à regente⁷³. Esta, sempre insegura, sempre oscilando para um lado e para o outro entre os partidos, demasiado cobarde para obedecer ao rei e ainda muito mais cobarde para não lhe obedecer, convoca novas assembleias, ouve opiniões a favor e contra e acaba sempre por aderir àquela opinião que para ela é a mais desastrada. Há quem queira dirigir-se de novo ao rei de Espanha; há quem pense logo a seguir que tal meio é demasiado lento; o perigo é iminente, é preciso ceder aos ímpetos e adaptar a ordem do rei por conta própria às circunstâncias. A regente ordena por fim que se investigue nos anais de Brabante para encontrar na instrução do primeiro inquisidor, colocado na província por Carlos V, um modelo para o presente caso. Essa instrução não é igual à que agora foi dada; mas o rei havia declarado não introduzir qualquer *inovação*, portanto é permitido conciliar as novas proclamações com as ordens antigas. Embora tal informação não satisfizesse as elevadas exigências dos estados gerais brabantinos, que pretendiam uma inteira supressão da Inquisição, ela deu porém um sinal às outras províncias para que iniciassem protestos semelhantes e uma resistência igualmente corajosa. Sem dar tempo à duquesa para determinar a esse respeito, eles retiram à Inquisição por decisão própria a sua obediência e a sua ajuda. Os juízes da fé, que ainda pouco tempo antes tinham sido exortados, através de uma ordem expressa, a cumprirem severamente os seus deveres, voltam de repente a ver-se abandonados pelo braço secular, privados de todo o prestígio e de todo o apoio, recebendo apenas palavras vazias como resposta às suas queixas junto da Corte. A regente, pretendendo satisfazer todas as partes, com todas elas se havia desentendido⁷⁴.

Enquanto isto acontecia entre a Corte, as cúrias e os estados gerais, um espírito de revolta generalizado atravessava a população. Principia-se a pesquisar os direitos do súbdito e a examinar o poder dos reis. Tão estúpidos não seriam os neerlandeses, ouve dizer-se por muitos e nem sequer de forma muito secreta, que não soubessem bem os deveres do súbdito para com o senhor e do senhor para com o súbdito; e que haveria ainda maneira de encontrar meios para afastar a violência por meio da violência, mesmo que ainda não existisse motivo para isso. Em Antuérpia foi mesmo encontrado afixado em vários lugares um documento escrito no qual o Conselho Municipal era exortado a acusar perante o tribunal camarário de Speyer o rei de Espanha, uma vez que havia quebrado o seu juramento e violado as liberdades do país, e porque

Brabante, enquanto parte da região de Borgonha, se encontraria incluída nos tratados de paz religiosa de Passau e Augsburg. Os calvinistas trouxeram à luz precisamente nessa altura o seu credo religioso e declararam num prefácio dirigido ao rei que, embora tivessem a força de 100 000 homens, se manteriam contudo tranquilos e assumiriam todos os impostos do país como todos os outros, o que daria a ver, acrescentaram, que não tencionavam provocar qualquer revolta. São divulgados livremente por entre o público perigosos opúsculos que pintam a tirania espanhola com as mais odiosas cores, recordando à nação os seus privilégios e ocasionalmente também as suas forças⁷⁵.

Os preparativos de guerra de Filipe contra o portal feito por Erich, Duque de Braunschweig, na vizinhança precisamente nessa altura (ninguém sabia com que fim) contribuíram para reforçar a suspeita generalizada de que a Inquisição estaria para ser imposta pela violência aos Países Baixos. Muitos dos comerciantes mais prestigiados já falavam em voz alta da sua intenção de deixarem as suas casas e propriedades a fim de buscarem noutra região do mundo a liberdade que aqui lhes era arrebatada; outros buscaram um chefe e deixaram entrever sinais de resistência pela violência e de auxílio externo⁷⁶.

Para ficar, nesta situação premente, inteiramente sem conselho nem auxílio, a regente tinha de ser ainda abandonada por aquele que agora lhe era indispensável e que havia contribuído a precipitá-la para essa situação. Sem desencadear uma guerra civil, escreveu-lhe Guilherme de Orange, seria agora simplesmente impossível corresponder às ordens do rei. Se contudo se insistisse nisso, então ele teria de pedir-lhe que colocasse no seu cargo outra pessoa que correspondesse mais às intenções de Sua Majestade e tivesse mais poder do que ele sobre os ânimos da nação. O zelo por ele demonstrado em qualquer outra ocasião ao serviço da Coroa garantiria, como esperava, que o passo que estava a dar não seria interpretado de forma ruim; pois como as coisas estavam não lhe restaria outra alternativa senão desobedecer ao rei ou à sua pátria e com isso agir em seu próprio prejuízo. A partir desse momento, Guilherme de Orange abandonou o Conselho de Estado e retirou-se para a sua cidade de Breda, onde ficou a observar a evolução dos acontecimentos em tranquilidade mas dificilmente inactivo. O seu exemplo foi seguido pelo conde de Hoorne⁷⁷; só Egmont, sempre inseguro entre a República e o trono, sempre empenhado na vã tentativa de associar o bom cidadão ao súbdito obediente, Egmont, para quem o favor do monarca era

menos dispensável e portanto menos indiferente, não podia convencer-se a abandonar as sementes da sua fortuna que floresciam precisamente agora na corte da regente. O afastamento do príncipe de Orange, a quem tanto a necessidade como uma inteligência superior haviam concedido toda a influência que exercera na regente, o que não pode ocorrer em grandes espíritos com almas pequenas, havia aberto na sua confiança uma brecha da qual o conde Egmont tomou posse ilimitada graças a uma simpatia muito fácil de criar entre a debilidade *cobarde* e a *de bom coração*. Uma vez que ela temia igualmente incendiar a revolta no *povo* através de uma confiança exclusiva nos adeptos da Coroa, tendo receio de desagradar ao rei através de uma relação demasiado estreita com os chefes declarados da facção, logo dificilmente podia oferecer-se melhor objecto para a sua confiança do que precisamente o conde de Egmont, acerca do qual ninguém estava devidamente esclarecido sobre a qual dos dois partidos ele pertencia⁷⁸.

Notas:

¹ O cardeal nasceu realmente no ano de 1517 (N.T.).

² Meteren I, 60s, Strada 47.

³ Allg. Gesch. d. v. Niederlande 2, 526.

⁴ Seguiu-se na edição de 1788: “Uma *única* pessoa era do que necessitava, e para conservar esse tesouro único ele abdicou de todo o género humano.”

⁵ Strada 65.

⁶ Strada 47-50. Thuanus I, 301. Burgundius (23. 25ss. 43. 51 e *passim*)

⁷ Seguiu-se na edição de 1788: “Ao exhibir nesses palcos de execução todos os horrores da natureza humana, familiarizando assim os ânimos com os mesmos, o governo pôs em jogo o seu mais poderoso talismã, o receio do que está oculto. Agora, o crime já não possuía horrores na reserva; o olhar enumerava-os, o hábito desarmava-os e a razão podia ponderá-los.”

⁸ Hopperus (*ib.*, *apud* v. Papendrecht II 2) 22. Strada 47.

⁹ Strada 71-73.

¹⁰ Burgundius 45. Strada 22.

¹¹ Seguiu-se na edição de 1788: “Pouco habituado a enveredar pelo caminho direito da verdade e da justiça, e estando ainda aberto à mentira um caminho furtivo, também aqui ele refugiou-se no engano e toda a questão...”

¹² Burgundius 46. Meteren I, 57. Vita Viglii (*apud* Papendrecht I 1) 34.

¹³ Burgundius 49s [246]. Dinoth, Bell, civ. Belg. 7s. Grotius 15. Vita Viglii op. cit. Strada 23. Reidanus 6. Hopperus, Mémorial op. cit. 23.28.

¹⁴ Grotius 15 s. Hopperus, Mém. 28-30.

¹⁵ Nesse foral da liberdade, os duques de Brabante juraram por ocasião da sua entrada em cidades do país (*joyeuse entrée, blyde Inkomst*) respeitar os privilégios dos cidadãos (N. T.).

¹⁶ Abade de Afflighen.

¹⁷ Burgundius 49s. Hopperus op. cit. II 2, 24. Strada 36.

¹⁸ Strada 80s.

¹⁹ Burgundius 60s. Meteren I, 59. Hopperus, Mém. Op. cit. II 2, 29s. Strada 78s. Thuanus 2, 488.

²⁰ Hopperus, Mém., op. cit. II 2, 24.

²¹ Strada 61-63.

²² Meteren I, 61. Burgundius 37.

²³ Meteren I, 61.

²⁴ Grotius 8.14. Strada 51.

²⁵ Burgundius 53-55. Strada 73-77. Dinoth 25.

²⁶ Catarina de Médicis (1519-1589), mãe de Isabel de Valois, esposa de Filipe II (N. T.).

²⁷ Burgundius 62-65. Hopperus op. cit. I 2, 25s. Strada 82.

²⁸ Strada 83.

²⁹ Burgundius 44s. Strada 83s.

³⁰ Strada 85s.

³¹ Burgundius 67. Hopperus, Mém. II 2, 30. Strada 87. Thuanus 2, 489.

³² Hopperus 32s. Grotius 16. Burgundius 68.

³³ Seguia-se na edição de 1788: “Deste carácter, ele sabia que podia receber *mais* se lhe fosse deixado entrever que se esperava *mais* dele; por isso, dirigiu-se a ele em particular.”

³⁴ Strada 88.

³⁵ Hopperus, Mém., op. cit. II 2, 34s.

³⁶ A nobreza ordenou aos seus criados, segundo as instruções do conde de Egmont, que vestissem uma libré comum na qual estava bordado um barrete de bobo. Bruxelas inteira interpretou-o como sendo o chapéu do cardeal e cada vez que surgia um desses criados o riso recomeçava; esse barrete de bobo foi depois, uma vez que a Corte o repudiava, transformado num feixe de setas – uma ironia casual que teve um fim muito sério e terá provavelmente estado na origem do brasão da República. Hopperus II 2, 35, Thuanus 2, 489. O prestígio do Cardeal desceu por fim de tal modo que lhe foi posto publicamente em mão uma gravura satírica, na qual ele estava representado em posição sentada sobre um monte de ovos dos quais saíam bispos. Por cima dele pairava um diabo com a seguinte inscrição na margem: Este é o meu filho, deveis ouvi-lo. Allg. Gesch. d.v. Niederlande 3, 40.

³⁷ Hopperus, Mém., op. cit. 35.

³⁸ Figura da Commedia Dell’Arte, representando um velho rico e avarento, vestido com calças justas (“pantalone”), vermelhas ou pretas (N. T.).

³⁹ Reidanus 4.

⁴⁰ Seguia-se na edição de 1788: “exactamente como se essa gigantesca figura, se permanecesse tão perto dos Países Baixos, engolisse ainda a liberdade da nação com a sua terrível sombra.”

⁴¹ Strada 88-98.

⁴² Hopperus 38. Burgundius 78s. Strada 95. Grotius 17.

⁴³ All. Gesch. d. v. Niederlande 2, 503ss.

⁴⁴ Vita Viglii (ed. cit. I 1, 3-54).

⁴⁵ Johan van Olden Barneveldt, estadista neerlandês, líder dos republicanos e da seita dos Arminianos e mandado executar em 1619 pelo regente calvinista Maurício de Orange (N.T.).

⁴⁶ Strada 82 (?). 83. Burgundius 91. 168. Hopperus op. cit. II 2, 40.

⁴⁷ Strada 159.

⁴⁸ Hopperus, Mém., op. cit. II 2, 40. Vita Viglii ib. I 1, 38s. Grotius 17. Burgundius 80ss. 87s. Strada 99s.

⁴⁹ Seguia-se na edição de 1788: “Uma nova tentativa de influenciar o segundo havia fracassado repetidas vezes; agora tentava-se impor a essas duas cúrias novos membros mais conformes aos interesses da facção. Surgiu nessa altura um certo Balduino, flamengo de nascimento, um erudito que havia adquirido uma brilhante fama no domínio da jurisprudência e que associava aos mais excelsos dons do espírito todos os encantos de uma atraente figura e toda a graciosidade no trato e na eloquência. Uma estadia na Alemanha havia-o levado a simpatizar com a Igreja luterana, que veio depois a abandonar em França pelo calvinismo; e quando ele aqui, pouco satisfeito com o seu mestre, regressou à Igreja materna, trouxe com ele todas as ideias de justiça e tolerância que tinham de ser o fruto inevitável das muitas experiências por que ele próprio havia passado. Esse Balduino era considerado por Guilherme de Orange como o mais excelso instrumento para introduzir o espírito da humanidade nos tribunais neerlandeses e afastar a Inquisição, logo que conseguisse introduzi-lo no Conselho Titular de Bruxelas. Gizou então um plano para principiar por levá-lo, com a ajuda de toda a sua influência, para a academia de Douai ou Lovaina, onde a fama da sua ciência se espalharia indubitavelmente muito em breve e nem sequer estaria oculta aos olhos do rei. Se conseguisse tal objectivo, o último passo seria fácil de dar, a sua transferência para o Conselho Titular. Mas por mais tentadores que fossem os motivos com os quais soube ornamentar o seu golpe, eles não tiveram o efeito desejado sobre o ânimo desse homem que pensava de forma demasiado sábia e humilde para sacrificar uma mediania segura a uma duvidosa grandeza. Um plano semelhante do conde de Hoorne junto de um jurista alemão, de nome Cassander, fracassou igualmente, uma vez que os costumes debochados da Corte o levaram rapidamente de volta à sua pátria.

Seguia-se a nota de rodapé: Burgundius 89 até 91. Grotius 18. Sobre Francisco Balduino (Balduinus) 1520-1573, veja-se tb. a p. 136 e a nota 18 do terceiro Livro.

⁵⁰ Burgundius 92- 94. Hopperus op. cit. II 2, 41. Vita Viglii ib., I 1, 40-42.

⁵¹ Burgundius 94- 96. Hopperus 41-43.

⁵² Strada 103.

⁵³ Seguia-se na edição de 1788 a exposição sobre o Concílio de Trento, que perfazia um excuro inteiro:

O Concílio de Trento

Já o fanatismo se encontrava num salutar caminho de regresso à razão quando surgiu a primeira ideia desse Concílio. A crescente fortuna da Reforma, que já principiava a erguer Estados dentro do Estado e arrebatava ao Papado um império do Norte atrás de outro, desprezava os meios bárbaros que uma política rude havia impetuosamente acumulado contra ela. O perigo iminente pelo qual a hierarquia se vira cercada havia, num certo sentido, legitimado aqueles sangrentos recursos: a necessidade trouxe-os à prática, uma vez que uma coisa ruim só pode manter-se através de outra, e a própria razão de Estado falava em seu favor enquanto pudesse ser demonstrado que eles eram suficientes. A eliminação de um membro dispensável talvez salvasse todo o corpo; mas esse membro tinha de ser preservado se fosse o mais nobre. Precisamente esse método, que poderia ser aconselhado contra os primórdios da seita, era talvez o que mais devesse ser rejeitado com o crescimento da mesma. Em vários países, como na França e na Alemanha em geral, a parte protestante da população já se equilibrava com a católica e noutras até lhe era superior. Aí onde se afastava dela em números, tinha já talvez nas mãos toda a indústria e o bem-estar do Estado e o soberano não podia mandá-la reprimir sem se privar com isso do seu súbdito mais útil. Grandes e extensas monarquias, como era a espanhola, suportavam essa perda de cidadãos com maior facilidade ou vieram pelo menos a senti-la mais tarde, enquanto inversamente Estados mais pequenos como a Sabóia, os Países Baixos, etc., tinham de sangrar com isso. Portanto estes, que pouco ganhariam se para salvarem a parte saudável sacrificassem a parte contaminada, tinham pelo contrário de reflectir cuidadosamente sobre o modo de conservar esta última e fazer os possíveis para a tornar útil. Daí as ideias religiosas mais tolerantes nos príncipes de segunda e terceira categoria; daí a origem de uma maior complacência nos Estados menores.

Com a violenta convulsão geral que revolveu toda a massa religiosa, não podia evitar-se que alguns dos seus pontos fracos viessem à superfície. Os corajosos e afortunados ataques dos reformistas à hierarquia haviam por fim aberto os olhos dos próprios católicos acerca da corrupção dos costumes do seu clero e acerca de diversos abusos da Igreja, que de certo modo pareciam justificar as censuras dos reformadores da fé. A Igreja, como fora unanimemente admitido, necessitava de uma *depuração*, a fim de restabelecer a nobre simplicidade da sua origem e rejeitar tudo o que fosse estranho e arbitrário, com o que uma longa série de séculos havia deformado a pureza da doutrina. Esperava-se que esses dois objectivos fossem alcançados, a exemplo de épocas anteriores, através de um sínodo universal, que representaria o fundador celeste do Cristianismo na união dos seus órgãos terrenos. Esperava-se que aqui os pontos em litígio fossem uma vez mais examinados, que os opositores da Igreja materna apresentassem as suas reclamações em liberdade republicana e que fossem submetidos às sentenças do Espírito Santo, que falaria através do Concílio.

Mais importantes eram ainda os motivos políticos que faziam com que os príncipes desejassem o Concílio. As atitudes de arrogância arbitrária por parte da Cátedra romana haviam desde há muito ferido os seus próprios direitos e ofendido o seu orgulho; agora, depois de aquela temida figura que ameaçara os seus tronos ter descido ao nível da mais

profunda dependência em relação a eles, agora eles tinham capacidade para reconduzir esse revoltante poder clerical para dentro de fronteiras mais modestas, para limitar o chefe da hierarquia através dos seus próprios instrumentos e para lhe impor leis através do clero dos seus países. Todos estes motivos levaram Carlos V a empenhar-se com o maior zelo na realização desse Concílio; essa era também a voz unânime de todos os príncipes católicos.

Mas eram precisamente os motivos que levavam o imperador e os restantes príncipes a desejar tão impacientemente esse Concílio que tornavam cada vez maior para o Papa a dificuldade em proclamá-lo. Um sistema como a hierarquia, que tinha tantas razões para temer o olhar dos examinadores, que era mantido coeso através de laços tão fracos e tão pouco fiáveis e que havia de certo modo sido criado para a penumbra, não podia ser exposto sem riscos à publicitação republicana dessa dieta clerical e à ambição dos prelados, que seguiam interesses inteiramente opostos à Cátedra romana. Muitos dogmas que se imiscuíam na soberania papal não podiam ser de todo examinados; um debate escolástico podia minar os alicerces do poder papal. O exemplo das anteriores assembleias eclesiásticas havia sobejamente demonstrado até que ponto os prelados podiam tomar liberdades contra o Papado. Se tal havia acontecido nas épocas tranquilas da doutrina incontestada, quanto não seria ousado numa época em que já havia ocorrido um exemplo tão sedutor como o das indulgências, em que a iluminação do género humano havia avançado tantos séculos e a indisposição dos ânimos, a falta de fiabilidade de muitos dos mais importantes príncipes católicos proibia ao chefe da Igreja o uso de todas aquelas armas de resistência que haviam sido então irresistíveis e infalíveis. Clemente VII furtou-se ao pedido com todas as artes serpentinadas da política romana, mas a voz unida e insistente de todos os príncipes católicos impôs finalmente ao seu sucessor Paulo III o consentimento para tal. Após muitos adiamentos, ocasionados em torno do sítio onde deveria ocorrer o Concílio e que eram muito do agrado do Papa, ele foi decretado através de uma bula solene como devendo ter lugar em Trento, para onde o Papa enviou três legados a fim de através deles dirigir os trabalhos do mesmo a partir de Roma. Nas diferentes sessões do Concílio foi rejeitado como sendo condenável o principal dogma dos protestantes, segundo o qual eles reconheciam os textos dos evangelistas e dos apóstolos como sendo a única norma da fé, os livros apócrifos foram colocados ao mesmo nível dos canónicos, sendo-lhe dado, assim como às tradições orais da Igreja, igual aceitação. Em vez de se pesquisar sobre as verdadeiras origens da cisão e de se verificar as reclamações dos adversários, perdeu-se o latim com inúteis investigações escolásticas e com as lutas mais ridículas que nada tinham a ver com a verdadeira origem do mal; alguns ataques mais ousados à Cátedra romana foram rebatidos com sucesso pela maioria das suas criaturas e pela maleabilidade dos legados. Quando a contenda principiou a aquecer e alguns artigos problemáticos inquietaram o Papa, este apressou-se a transferir a assembleia para Bolonha; as questões políticas que dividiam a corte imperial e a corte romana separavam também o Concílio; e os bispos imperiais, que haviam permanecido em Trento, não queriam reconhecer os padres de Bolonha. Entretanto, a batalha de Mühlberg havia retirado a autoconfiança ao vencedor; ofendido pelo Papa e insatisfeito com o Concílio, ele pretende obter por conta própria o que desiste de obter

daquele e tenta unir os partidos litigiosos através do seu *interim*, tentativa gorada como todas as anteriores. O Concílio divide-se nas mais violentas divergências, incitadas pelos bastardos do Papa e do imperador devido a Parma e Piacenza. Durante estes tumultos morre Paulo III. O Concílio regressa a Trento sob o seu sucessor Júlio III; mas a luta por causa de Parma e Piacenza, que se complica ainda mais pela ingerência de uma filha natural de Henrique II da França, não deixa de continuar a separar ambas as Cortes e a bloquear as suas negociações. Os arcebispos de Mainz e Trier, quatro núncios e legados papais, dois emissários imperiais e alguns prelados italianos, espanhóis e alemães fazem finalmente com que o Concílio retome os seus trabalhos, que contudo são subitamente dissolvidos, após algumas infrutíferas discussões sobre a comunhão, pelo terror das armas protestantes, que ameaçam já perto das fronteiras da Itália. Carlos perde no Tirol o fruto de todas as suas vitórias e foge vergonhosamente perante o seu vencedor; as armas de Suleiman chamam à Hungria o rei de Roma e Henrique II da França, aliado desses dois inimigos da cristandade católica, vem em sua ajuda na Itália e na Alemanha. Os povos em assembleia abandonam Trento á pressa e durante nove anos o Concílio fica parado.

Assim que a guerra francesa acabou com a paz de Cateau-Cambrésis e se restabeleceu a tranquilidade na Europa, a atenção de Filipe, que já não podia ser desviada por uma questão política mais premente, regressou à sua preocupação favorita, nomeadamente a situação religiosa nos seus Estados, fazendo-o dirigir de novo o olhar para o Concílio. Muito longe porém de pensar aqui numa reconciliação com a seita evangélica, contra a qual o seu ódio era instintivo e inextinguível, ou de achar que valeria a pena recuperar para a Igreja materna esses membros perdidos, ele preocupava-se apenas em impedir que a parte ainda imaculada dos seus súbditos sofresse a mesma corrupção. A perda de um milhão de pessoas (ainda que fossem mais) importava pouco a um monarca que, quando se tratava de cálculos políticos, era tão perdulário com vidas humanas e nunca contava os indivíduos; contrariamente, a comodidade de um uniforme espiritual universal, que deveria ser fruto desse Concílio, era demasiado atraente para o seu estreito espírito, de tal modo que ele pensava não estar a impô-lo com suficiente rapidez em todas as províncias da sua monarquia. A isso juntava-se o facto de também *ele*, independentemente da sua obediência verdadeira e fingida face à Cátedra romana, encarar as prepotências da mesma com um olhar ciumento e esperar, ao alargar o poder dos bispos e dos pequenos príncipes, delimitar com isso o domínio de jurisdição dessa Cátedra. Por razões inteiramente diferentes e a partir de uma política muito mais humana, a França apoiou a renovação do Concílio. Henrique II, o cruel inimigo dos huguenotes, já não era vivo; os adeptos destes haviam crescido nesse império até se tornarem num terrível poder, de tal forma que estavam capazes de confrontar-se com a Igreja dominante e mesmo de chamar a si as rédeas do governo. Ao mesmo tempo eles formavam a parte mais rica e nobre dos seus cidadãos e parecia igualmente grande a perda que consistia na repressão de tal inimigo ou na derrota face a ele. O único meio para salvar esse Estado parecia ser uma reunificação de ambas as Igrejas, o que possivelmente só poderia ser conseguido por um sínodo geral. A mesma política humana fazia com que o imperador, o duque de Sabóia e outros príncipes tivessem necessariamente

os mesmos desejos, e a continuação do Concílio de Trento voltava a ser a aspiração unívoca de todos os poderes católicos.

Pio IV, um Medici, detinha então a tiara. Ele próprio tinha-se comprometido antes da sua ascensão a reformar o Concílio, mas logo que subiu à cátedra de S. Pedro principiou a seguir as máximas do seu antecessor. Ele lembrava-se das motivações segundo as quais Paulo III havia actuado ao dividir a assembleia eclesiástica sob o pretexto de a transferir para um lugar mais saudável. Reflectiu sobre o perigo a que Júlio III havia escapado por um triz na Alemanha, devido à sua boa fortuna e às armas dos protestantes. Já não existia na Europa um Carlos V capaz de impor limites à presunção e ambição dos prelados, se estes tivessem a ideia de erguer o seu poderio sobre as ruínas do Papado. Mas o calor com que os príncipes católicos fomentavam essa actividade não lhe deixava qualquer opção. Ao mesmo tempo, a França ameaçava-o com um sínodo nacional, o que o punha em risco de perder todo esse reino como havia perdido a Britânia; para impedir tal coisa, ele tinha de apressar-se a renovar o Concílio em Trento.

Punha-se a questão se ele deveria ser anunciado como um sínodo inteiramente novo ou apenas como uma continuação do Concílio que fora interrompido. A decisão sobre este ponto era mais séria e delicada do que parecia à primeira vista na sua insignificância. Se fosse um novo Concílio, então o prestígio do anterior ver-se-ia tacitamente enfraquecido, e todas as decisões do mesmo, cuja obtenção havia exigido tanta arte, teriam de submeter-se de novo a tão perigosa luz. Se pelo contrário fosse apenas uma continuação do primeiro, então todos os termos que haviam sido aprovados contra os protestantes mantinham força de lei; e os últimos poderiam portanto considerar-se antecipadamente condenados. Mas nos poucos anos em que o Concílio havia estado parado, a situação dos protestantes havia ganho um prestígio tão vantajoso que o seu apoio já não era tão indiferente. Se se declarasse o Concílio como sendo novo, talvez eles pudessem ser convencidos a reconhecê-lo e a enviar os seus representantes. Tal opinião era a mais expressamente apoiada pelas Cortes imperial e francesa, que insistiam em deixar cair no esquecimento os termos das sessões passadas. Mas Filipe II, infinitamente mais interessado numa aceleração do Concílio do que na adesão dos protestantes e simultaneamente preocupado com que os termos do mesmo sofressem com isso uma atenuação, insistiu em que eles fossem inteiramente excluídos dos trabalhos e que o novo Concílio fosse declarado como sendo uma continuação. A Corte romana, a fim de poupar ambos os partidos, mesmo sem poder satisfazê-los inteiramente, serviu-se de uma artimanha: “Proseguimos com o Concílio”, declararam os legados, “anunciando-o; e anunciamo-lo prosseguindo com ele.”

Todos os príncipes da comunidade cristã, mesmo os protestantes, foram convidados a participar no Concílio de Trento. Dois nuncios papais, a quem o imperador concedeu três enviados para apoiar os seus desígnios, surgiram na presença dos príncipes protestantes da Alemanha que se haviam reunido em Naumburg com esse fim. Mas infelizmente o anúncio tinha falhas. Este anúncio pressupunha pontos que tinham primeiro de ser demonstrados e ocorreu em nome do bispo romano, cujo direito era o grande pomo da discórdia. Os príncipes declararam aos enviados imperiais o seu agradecimento pela boa vontade da sua intervenção. Nada, disseram, lhes seria mais bem-vindo do que uma assembleia eclesiástica universal, que estivesse seriamente empenhada em encarar as cisões

religiosas até então ocorridas; mas não esperavam nem atingir esse fim nem obter esse efeito da assembleia tridentina, na qual, como já ficava esclarecido a partir da bula, só as criaturas da Corte romana teriam alguma coisa a dizer. Os núncios foram recebidos, mas as cartas de convite papais foram devolvidas sem serem abertas. Uma vez que não sabiam da existência de uma jurisdição que o bispo de Roma exercesse fora do seu foro eclesiástico, logo não se consideravam obrigados a dar a sua opinião acerca do Concílio. Os núncios enviados à Dinamarca e à Inglaterra foram recebidos com pouco respeito. Ainda na fronteira neerlandesa foi ordenado ao Cardeal Martinigo, por parte de Frederico, que regressasse, e em Lübeck o seu companheiro recebeu da rainha Elisabeth um sinal amigável para que poupe a viagem marítima.

Logo a abertura do Concílio deu a conhecer o que dele se podia esperar. Ainda antes da chegada da maior parte dos delegados e dos prelados do exterior, foi aprovada uma resolução, a pedido dos legados que detinham a presidência da assembleia, segundo a qual só eles poderiam colocar as questões em litígio. Com isto, a Cátedra romana pensava defender-se de todos os ataques que podiam ser dirigidos contra ela própria; e o principal objectivo final do Concílio, a reforma da hierarquia, perdeu-se logo nos termos da sua primeira assembleia. Quanto mais Filipe e os outros príncipes se esforçavam para derrubar esse pernicioso decreto, tanto mais reforçavam com isso a desconfiança do Papa, que já não duvidava então que se pretendia com esse Concílio colocá-lo no banco dos réus; e os legados receberam ordem de insistir nesse artigo com a mais inabalável perseverança. Não obstante, foram avivadas algumas questões muito problemáticas, sobretudo acerca da colocação e da residência dos bispos, questões essas que já haviam atemorizado Paulo III e desafiado toda a sua política; mas através de uma incansável vigilância, de subornos, adulações e ameaças, de ininterruptas negociações secretas com os prelados, e sobretudo através da colaboração activa dos bispos italianos, muito mais numerosos do que os restantes e que, como os mais pobres de todos eles, se encontravam em maior dependência da Cátedra romana, ele soubera manter a maioria dos votos do seu lado de modo não só a impedir que surgisse qualquer conclusão que limitasse o seu poder mas também que alguns importantes abusos do mesmo, cuja supressão havia constituído um dos principais objectivos do Concílio, se vissem confirmados através do mesmo. Esse visível partidarismo do sínodo, que havia sido mantido dentro de certos limites através de constantes ordens secretas de Roma, ocasionou amargas reclamações por parte dos delegados e prelados do exterior, às quais ora eram evasivamente dadas respostas hábeis e ambíguas, ora era contraposta a mais confiante insolência. Catarina de Médicis vendeu a Igreja francesa à Cátedra romana por uma miserável soma de 25000 florins, e o imperador Ferdinand lamentou amargamente que não lhe tivesse sido feita uma oferta semelhante. O ouro romano especulava fartamente em Trento e os santos padres rebaixaram-se ao ponto de servir de espíões à santa Cátedra. Mas essa dispendiosa aplicação de dinheiro e o esforço de atenção constante acabaram por fatigar o Papa. Apesar de toda a sua vigilância, Pio IV não pôde impedir que um artigo problemático se seguisse de perto a outro e que a insolência dos prelados o mantivesse num permanente estado de receio. Deu portanto ordem aos seus legados para dissolver a assembleia sem perda de tempo. Isso ocorreu no final do ano de 1563 com a mais indecorosa precipitação, sem que porém se notasse resistência

por parte dos príncipes católicos, que já tinham há muito renunciado às suas anteriores expectativas face ao Concílio e que viam então com clareza que o prosseguimento deste por mais tempo, em lugar de diminuir o prestígio do Papa, só o ampliaria e consolidaria. Disso foram persuadidos pelos últimos termos do Concílio, que selaram inteiramente toda a sua conduta arbitrária. De acordo com o primeiro, os termos teriam de ser primeiro confirmados pelo Papa antes de vigorarem com a força de lei; o outro dizia que, independentemente das expressões que ali fossem utilizadas, nenhuma delas poderia ser interpretada em desvantagem do prestígio papal. Quatro legados papais, onze cardeais, vinte e cinco arcebispos, cento e sessenta e oito bispos, trinta e nove ministros deputados e sete generais das Ordens assinaram os estatutos. O Papa, muito agradavelmente surpreendido pelo afortunado desfecho desse tão temido Concílio, mandou rezar em público acções de graças; a bula de certificação foi concluída sem demora, todos os prelados e Príncipes foram nela exortados a fazer vigorar os termos do Concílio e foram interditas quaisquer interpretações dos mesmos, independentemente do nome que pudessem ter. Os príncipes protestantes não foram de modo algum tidos em consideração; uma vez que haviam demonstrado tão pouco respeito pelo convite, não era de esperar que a bula de certificação fosse mais afortunada junto deles. A Cátedra romana abandonou-os portanto tacitamente.

Na realidade, o resultado deste sínodo apenas veio confirmar demasiado as más expectativas face aos anteriores.

⁵⁴ Watson, Hist. De Philippe II, I, 196ss. Thuanus 2, 29. 491.350. Meteren I, 59s.

⁵⁵ Strada 102.

⁵⁶ Watson I, 263ss. Strada 102. Burgundius 114s.

⁵⁷ Lictor: oficial portador de uma machadinha envolta num feixe de varas precedendo os cônsules na antiga Roma (N.T.).

⁵⁸ Vita Viglii op. cit. I 1, 41s. Burgundius 97-102.

⁵⁹ Vita Viglii 42. A mesma pessoa a cujas Memórias fui buscar muitas informações sobre esta época. A sua posterior partida para Espanha motivou a correspondência entre ele e o presidente, um dos mais preciosos documentos para esta História.

⁶⁰ Burgundius 102s.

⁶¹ Grotius 17. Hopperus op. cit. II 2, 43s. Strada 105s.

⁶² Strada 107.

⁶³ Hopperus op. cit. II 2, 44-46; Vita Viglii e Notae ad vitam Viglii, ib., I 1, 45 e 187. Strada 106s. 151 (?). Burgundius 104 ss. 119.

⁶⁴ Strada 113.

⁶⁵ Hopperus 49s. Burgundius 110s.

⁶⁶ *Inquisitores praeter me intueri neminem volo. Lacesant scelus securi. Satis est mihi, si scandalum declinaverint.* Burgundius 118.

Seguia-se na edição de 1788 : « Apenas a ele deveria ela referir-se, ele próprio quereria encarar abertamente a relutância do povo. » Seguiam-se as notas de rodapé: Meteren I, 75s. Strada 113 s. Vita Viglii (Papendrecht I, 1) 45 e Hopperus (ib. II, 2) 55-58.

⁶⁷ Grotius 19. Burgundius 122. Hopperus 61.

⁶⁸ Burgundius 122-124. Meteren I, 76. Vita Viglii op. cit. I 1, 45.

⁶⁹ Os historiadores do lado espanhol não deixaram de fazer com que a conduta de Orange se voltasse contra ele, triunfando sobre o seu carácter com essa prova de deslealdade. *Ele*, disseram, que no decurso das coisas até agora contestou as medidas da Corte com palavras e actos, enquanto era ainda de recear com algum fundamento que essas medidas fossem aplicadas, coloca-se agora pela primeira vez do seu lado, uma vez que uma execução conscienciosa das suas ordens lhe trará provavelmente desvantagens. Para comunicar ao rei o mal que tinha feito em ignorar as suas advertências; para se vangloriar com: *Isso foi o que eu já tinha dito antes*, põe em jogo o bem da sua nação, para o qual pretendia até então ter lutado. Toda a sua conduta anterior demonstrara que ele havia tomado a imposição dos éditos por uma desgraça; apesar disso, ele torna-se de repente infiel às suas convicções e segue um plano oposto, embora do lado da nação prevalessem todos os motivos que lhe haviam ditado o primeiro; e fez tal coisa apenas porque as conseqüências caíam agora sobre o rei. Logo torna-se claro, continuam os seus adversários, que o *melhor* para o seu povo tem menos poder sobre ele do que a sua má vontade contra o rei. Para satisfazer o seu ódio contra ele, não importa sacrificar também aquela.

Mas será que ele sacrifica a nação ao promover esses éditos? Ou, para falar de forma mais determinada, será que ele leva os éditos à sua *execução* ao insistir na sua *publicitação*? Não será de provar com muito maior probabilidade, pelo contrário, que ele só poderia fazer gorar *aquela* através *desta*? A nação está em efervescência e os partidos em ebulição expressarão, como tudo faz supor (pois não o teme também Viglius!), uma resistência que terá de levar o rei a ceder. Agora, diz Orange, a minha nação tem a necessária força motriz para lutar com sucesso contra a tirania. Se perder este momento, então esta última encontrará meios para obter por *insinuação* o que não conseguiu através de uma declarada violência. Perseguirá o *mesmo* objectivo, apenas com mais precaução e moderação, mas só o *extremo* pode unir a minha nação *num* só objectivo, arrebatando-a para um passo ousado. Fica portanto claro que o príncipe apenas alterou a sua *linguagem* no que diz respeito ao rei, mas actuou muito em sintonia com a sua conduta anterior no que diz respeito ao povo. E que deveres poderia ele ter para com o rei que fossem diferentes daquilo que ele devia à República? Deverá ele *impedir* uma acção a violenta precisamente *no* momento em que ela irá punir quem a causou? Será que ele presta um bom serviço à sua pátria ao poupar o opressor da mesma a uma precipitação, sendo que apenas através *desta* ela poderia escapar ao seu inevitável destino?

Seguia-se na edição de 1788: “Se eram apenas estes motivos e não também desejo de vingança e malícia que teriam levado o príncipe a tal passo, sobre isso o juízo de qualquer pessoa é livre de tirar conclusões. Basta que a conduta do príncipe possa ser *cabalmente* explicada a partir das melhores motivações, sem que seja necessário recorrer às piores; e que pelo menos no seu carácter não exista fundamento para que não se prefira deduzir tal acção a partir de fontes ruins e não a partir de fontes sãs.”

⁷⁰ Strada 114. Hopperus op. cit. II 2, 53s. Burgundius 115. Meteren I, 76. Grotius 18.

⁷¹ O número de hereges havia sido dado por ambos os partidos de forma desigual, de acordo com o interesse e a paixão de cada um em aumentá-lo ou diminuí-lo; e o mesmo partido contradizia-se frequentemente a si próprio se se alterava o seu interesse. Se se falava de novas instituições repressivas, da implementação de tribunais da Inquisição, etc., ai os

adeptos dos protestantes tinham de ser numerosos e em quantidade difícil de calcular. Se se tratava, inversamente, de exercer tolerância face a eles, de impor ordens para seu bem, então eles existiam em número tão reduzido que não valia a pena dar início a qualquer inovação só por causa dessas poucas pessoas ruins. Hopperus op. cit. II 2, 62.

⁷² Hopperus op. cit. II 2, 55. 62. Strada 115. Burgundius 115s. Meteren I, 76s.

⁷³ Hopperus 63s. Strada 115.

⁷⁴ Vita Viglii op. cit. I 1 46. Hopperus, ib. II 2, 64s. Strada 115s. Burgundius 150-153.

⁷⁵ A regente indicou ao rei um número de 5000 para tais opúsculos. Strada 117. É digno de nota o importante papel desempenhado pela imprensa e pela publicidade em geral no que diz respeito à revolta neerlandesa. Por meio deste órgão, uma única cabeça inquieta falava para milhões. Por entre os opúsculos difamatórios, em grande parte escritos com toda a baixeza, crueza e brutalidade, que então caracterizavam a maioria dos opúsculos partidários protestantes, eram ocasionalmente encontrados também livros que defendiam de raiz a liberdade religiosa.

⁷⁶ Hopperus op. cit. II 2, 61s. Strada 117s. Meteren I, 77. Allg. Gesch. d.v. Niederlande 3. 60 (só Strada resp. A este parágrafo, as outras citações p. 160, 2. par.)

⁷⁷ Hopperus op. cit. II 2, 67.

⁷⁸ Seguiu-se na edição de 1788: “que por um lado possuía *força* suficiente para apoiar a sua *pusilanimidade*, e suficiente *flexibilidade* por outro lado para *ser compatível com a sua susceptível vaidade*.” Seguiu-se a nota: “O séquito real no Conselho de Estado, não contente com este sacrifício, exigiu ainda ao conde de Egmont que se declarasse em voz alta e com determinação *a favor* da Inquisição e dos éditos. ‘É-vos fácil falar’, respondeu-lhes o conde, ‘mas considerai também quanto já sacrifiquei da minha honra pela presente situação, a quantos juízos ambíguos me expus e quantas censuras me são feitas diariamente por isso pelos meus amigos.’ Hopperus (Papendrecht II, 2) 68.

TERCEIRO LIVRO

Conspiração da aristocracia

(1565) Até à data, a paz generalizada parece ter sido o desejo sincero do príncipe de Orange, dos condes de Egmont e Hoorne e dos seus amigos. A verdadeira vantagem do rei, seu senhor, havia-os guiado assim como o bem comum; pelo menos as suas aspirações e os seus actos tão-pouco haviam entrado em litígio com aquele ou com este. Nada havia ainda sucedido que não fosse compatível com a fidelidade ao seu soberano, que tornasse suspeitas as suas intenções ou deixasse entrever neles o espírito da indignação. O que eles haviam feito, haviam-no feito enquanto membros responsáveis de um Estado livre, enquanto representantes e porta-vozes da nação, enquanto conselheiros do rei, enquanto pessoas de rectidão e honra. As armas com que haviam contestado os excessos despóticos da Corte haviam sido ideias, modestas queixas, petições. Nunca se haviam deixado arrebatar, nem pelo mais justo empenho em prol da sua boa causa, a ponto de renegar a inteligência e moderação que de outro modo são tão facilmente ultrapassadas pelo partidarismo. Nem todos os nobres da República ouviram essa voz da inteligência, nem todos permaneceram dentro desses limites de moderação.

Enquanto no Conselho de Estado se tratava da grande questão, se a nação seria ou não levada à ruína, enquanto os seus representantes ajuramentados recorriam a todos os fundamentos da razão e da justiça para apoiá-la, mas a burguesia e o povo encontravam alívio em vãs lamentações, ameaças e injúrias, uma parte da nação passou à acção, parte essa que parecia ser entre todas a menos exortada a fazê-lo e que havia sido a menos considerada. Chamemos de novo à nossa memória essa classe da nobreza sobre a qual fora dito que Filipe, por ocasião da sua tomada de posse governamental, não havia tido por necessário lembrar-se dos seus serviços e das suas carências. A parte de longe mais considerável da mesma havia esperado ser promovida, motivo amplamente mais urgente do que a mera honra. Muitos deles haviam-se afundado em dívidas, por vias que acima apontámos e das quais já não podiam esperar libertar-se por ajuda própria. Ao ignorá-los no preenchimento dos cargos, Filipe havia feito algo muito pior do que humilhar o seu orgulho; nesses men-digos, ele havia criado outros tantos vigilantes ociosos e juizes impiedosos

como adeptos da inovação, que ficariam satisfeitos com qualquer infortúnio que lhe acontecesse. Não tendo sido abandonados, juntamente com o que acontecera com o seu bem-estar, pela sua arrogância¹, agora eles especulavam por necessidade com o único capital que não havia podido ser alienado, com a sua *nobreza* e com a importância republicana dos seus nomes e puseram a circular uma moeda que só podia ser considerada como pagamento fiável numa época *como essa* ou em mais nenhuma, a sua *protecção*. Com um sentido da própria identidade a que davam tanto mais espaço por ser ainda o seu único bem, consideravam-se agora como sendo o poder significativamente mediador entre o soberano e o cidadão e acreditavam estarem vocacionados para acorrer em ajuda da República em perigo, que esperaria impacientemente por eles como sendo o seu último apoio. Essa ideia só era ridícula na medida em que a sua própria presunção tinha nela uma parte; mas as vantagens que souberam tirar de tal opinião eram suficientemente fundamentadas. Os comerciantes protestantes, em cujas mãos se encontrava grande parte da riqueza neerlandesa, e que acreditavam não poder comprar por preço algum a prática incontestada da sua religião, não deixaram de dar o único uso possível a essa classe que se encontrava disponível no mercado e que ninguém havia empregue. Precisamente essas pessoas, para as quais talvez tivessem lançado um olhar sobranceiro com a arrogância da sua riqueza, podiam agora prestar-lhes muito bons serviços pelo seu número, pela sua coragem, pelo seu crédito junto da multidão, pelo seu descontentamento face ao governo, mesmo pelo seu orgulho de pedintes e o seu desespero. Por esse motivo empenharam-se com o maior zelo em associar-se a eles, em alimentar cuidadosamente neles as ideias da rebelião, em manter vivo esse alto conceito que faziam de si próprios e, mais importante do que tudo, em pôr ao seu serviço a pobreza deles por meio de um oportuno auxílio monetário e de promessas cintilantes². Poucos de entre eles eram tão insignificantes que não tivessem qualquer influência, nem que fosse apenas por relações de parentesco com pessoas de mais elevada posição, e todos juntos, se fosse possível uni-los, podiam erguer uma voz terrível contra a Coroa. Muitos de entre eles já se consideravam como pertencendo à nova seita ou estavam silenciosamente próximos dela; mas também aqueles que eram fervorosamente católicos tinham razões suficientes, políticas ou privadas, para se declararem contra os termos tridentinos ou a Inquisição. Todos se sentiam por fim, nem que

fosse pela sua vaidade, suficientemente exortados a não deixar escapar o único momento em que lhes seria possível ter qualquer representatividade na República.

Mas tanto quando se poderia esperar de uma *associação* dessas pessoas, seria igualmente infundado e ridículo basear qualquer esperança num *indivíduo isolado*; e não era de todo fácil criar essa associação. Para os reunir a todos era preciso que ocorressem acasos inusitados; e afortunadamente eles surgiram. A festa de casamento do senhor de Montigny, um dos Grandes neerlandeses, bem como do Príncipe Alexandre de Parma, que decorriam nessa altura em Bruxelas, reuniam nesta cidade grande parte da nobreza neerlandesa: familiares encontravam-se nessa ocasião com familiares; eram feitas novas amizades e renovadas as antigas, a miséria generalizada do país é o tema da conversa, o vinho e a boa disposição abrem bocas e corações, surgem sugestões de irmandade, de associação a potências estrangeiras. Essas reuniões casuais provocam pouco depois outras intencionais; as conversações públicas tornam-se secretas. Foi preciso dar-se o facto coincidente de por essa altura dois barões alemães, um conde de Holle e de Schwarzenberg, se encontrarem nos Países Baixos, o que não deixou de despertar altas expectativas no que dizia respeito ao apoio de países vizinhos³. Algum tempo antes já o conde Luís de Nassau havia tratado pessoalmente de assuntos semelhantes em diferentes Cortes alemãs⁴. Alguns pretendiam mesmo ter visto nessa altura no Brabante negociadores secretos do Almirante Coligny, o que é ainda justamente posto em causa.

Se havia um momento político favorável a uma tentativa de inovação, era esse. Uma mulher ao leme do Estado; os governadores das províncias deprimidos e inclinados para a tolerância; alguns conselheiros de Estado inteiramente excluídos de qualquer influência; ausência do exército nas províncias; as escassas tropas já há muito insatisfeitas com o pagamento em atraso e já atraícoadas com demasiada frequência com falsas promessas para se deixarem tentar por promessas novas; essas tropas, além do mais, comandadas por oficiais que desprezavam do coração a Inquisição e teriam enrubescido se por ela erguessem a espada; falta de dinheiro no Tesouro para angariar rapidamente novas tropas e igualmente para contratar a soldo tropas do exterior. A Corte de Bruxelas, bem como os três Conselhos, divididos por disputas internas e corrompidos pela imoralidade; a Regente sem plenos poderes e

o rei muito distante; os seus poucos seguidores nas províncias, inseguros e desencorajados; a facção numerosa e poderosa; dois terços da população de ânimo sublevado contra o Papado e desejosa de mudança – quão infeliz era a situação do governo assim exposta, e muito mais infeliz ainda devido ao facto de tal exposição ser tão bem conhecida dos seus inimigos⁵.

Faltava ainda associar tantas cabeças de forma conveniente a um dirigente e a alguns nomes significativos, a fim de dar um peso ao seu início nos assuntos da República. Foram encontradas ambas as coisas no conde Luís de Nassau e Henrique Brederode, ambos provenientes da mais distinta nobreza do país e que se colocaram voluntariamente à testa da empresa. Luís de Nassau, irmão do príncipe de Orange, reunia muitas qualidades brilhantes que o tornavam digno de surgir em tão importante palco. Em Genebra, onde estudara, ele havia absorvido o ódio contra a hierarquia e o amor pela nova religião, não deixando por ocasião do seu regresso de angariar adeptos para esses princípios. O ímpeto republicano, que o seu espírito havia recebido precisamente dessa escola, alimentava nele um ódio ardente contra tudo o que se intitulava *espanhol*, ódio esse que animava cada um dos seus actos e que também só o abandonou com o último sopro de vida. O Papado e o regimento espanhol eram no seu ânimo uma só coisa, como na realidade acontecia, e a repugnância que ele trazia dentro de si por um deles ajudava a fortalecer a sua resistência ao outro. Por mais que ambos os irmãos concordassem nas suas simpatias e antipatias, os caminhos que ambos seguiam para satisfazer ambas eram distintos. Ao irmão mais novo, o sangue impulsivo do temperamento e a juventude não permitiam que seguisse as vias sinuosas percorridas pelo seu irmão para chegar aos seus objectivos. Um olhar frio e descontraído levava este lentamente mas com segurança até ao seu objectivo, uma inteligência flexível fazia com que as coisas se lhe submetessem; por meio de uma precipitação arrojada, que derrubava tudo o que aparecesse diante dele, o outro coagia ocasionalmente a fortuna e acelerava ainda mais frequentemente o infortúnio. Daí que Guilherme fosse o general e Luís nada mais do que um aventureiro; um braço fiável e enérgico se fosse governado por uma cabeça sábia. O aperto de mão de Luís durava para sempre; as suas ligações suportavam qualquer destino uma vez que haviam sido estabelecidas na pressão da necessidade e que o infortúnio cria laços mais sólidos do que a alegria leviana. Amava o seu irmão como a sua causa e por esta veio a morrer.

Henrique de Brederode, senhor de Viane e visconde de Utreque, deduzia a sua origem dos antigos condes holandeses que haviam outrora governado essa província como Príncipes soberanos. Tão importante título tornava-o caro aos olhos de um povo no qual a memória dos seus anteriores soberanos era ainda viva e não havia sido esquecida, sendo-lhe dado tanto maior valor quanto menos se sentia que as transformações não haviam trazido qualquer ganho. Essa brilhante herança vinha em favor da auto-sugestão de um homem que trazia sempre na boca a fama dos seus antepassados e que preferia tanto mais vaguear pelas ruínas do antigo esplendor quanto mais desolado era o olhar que lançava à sua presente situação. Excluído de todas as honras e mordomias, para as quais a elevada opinião que tinha de si mesmo e a nobreza da sua estirpe pareciam dar-lhe um direito fundamentado (um esquadrão de cavalaria ligeira foi tudo o que lhe foi confiado), ele odiava o governo e permitia-se atacar as suas medidas de coacção com insultos desmedidos. Com isso ganhou para si o povo. Também ele favorecia secretamente a religião evangélica; porém não tanto por convicção mas apenas porque ela era uma forma de *separação*. Tinha mais prosápia do que eloquência e mais atrevimento do que coragem; ousado era ele, porém não tanto por acreditar no perigo mas mais por lhe ser superior. Luís de Nassau inflamava-se pela causa que protegia; Brederode pela glória de a ter protegido; aquele contentava-se com agir pelo seu partido; este tinha de estar no topo do mesmo. Ninguém servia melhor como *primeiro dançarino* de uma revolta, mas dificilmente esta poderia ter um pior *dirigente*. Por mais desprezíveis que fossem no fundo as suas ameaças, tanto mais a estultícia das grandes massas poderia dar-lhes um carácter insistente e terrível se ocorresse a estas apresentar a sua pessoa como pretendente. As suas exigências respeitantes às propriedades dos seus antepassados eram um nome presunçoso, mas para o descontentamento geral um nome era já suficiente. Uma brochura outrora divulgada por entre o povo designava-o publicamente como o herdeiro da Holanda e uma gravura por ele exibida trazia a seguinte legenda cheia de prosápia:

Sum Brederodus ego, Batavae non infima gens is
Gloria, virtutem non unica pagina claudit.⁶

(1565) Para além destes dois, oriundos da mais distinta aristocracia neerlandesa, associaram-se ainda à Liga, que foi criada em meados de Novembro do ano de 1565 em casa de um certo de Hammes, rei de armas do Tosão de Ouro⁷, o jovem conde Carlos de Mansfeld, filho daquele que encontramos por entre os mais encarniçados realistas, o conde de Culemborg, dois condes de Bergen e de Battenburg, João de Marnix, senhor de Toulouse, Filipe de Marnix, senhor de St. Aldegonde e outros mais. Foram seis homens⁸ que aqui decidiram o destino da sua pátria, como aqueles Confederados fizeram outrora com a liberdade suíça, acendendo a tocha de uma guerra de quarenta anos e lançando as bases de uma liberdade de que eles próprios nunca viriam a lucrar. O *objectivo* da irmandade estava contido no seguinte juramento, sob o qual Filipe de Marnix foi o primeiro a colocar o nome.

“Depois de certas pessoas de má fé, sob a máscara de um piedoso zelo, mas na realidade apenas motivadas pela sua ambição e o seu desejo de poder, terem levado o rei, nosso mui clemente senhor, a introduzir nestas terras o tribunal da Inquisição, digno de repulsa (um tribunal contrário a todas as leis humanas e divinas, que deixa para trás em desumanidade todas as instituições bárbaras do paganismo cego, que submete aos inquisidores qualquer outro poder, que humilha as pessoas reduzindo-as a uma permanente servidão e coloca o honrado cidadão, com as suas perseguições, num permanente medo da morte, de tal maneira que um padre, um amigo infiel, um espanhol, um homem malvado tem a liberdade de acusar, mandar prender, amaldiçoar e mandar executar alguém perante esse tribunal, sempre que quiser e *quem* ele quiser, sem que a este seja concedido saber quem é o seu denunciador ou apresentar provas da sua inocência), assim nós, abaixo signatários, nos associámos para zelar pela segurança das nossas famílias, dos nossos bens e da nossa própria pessoa. Comprometemo-nos e unimo-nos para esse fim através de uma santa irmandade e prestamos o solene juramento de nos opormos à introdução desse tribunal nestes países, sejam essas tentativas secretas ou públicas, seja sob que nome for. Declaramos ao mesmo tempo que estamos longe de ter em mente algo de ilegal contra o rei, nosso senhor, sendo pelo contrário a nossa inalterável intenção apoiar e defender o seu real regimento, salvaguardar a paz e moderar qualquer revolta segundo as nossas capacidades. De acordo com este propósito, jurámos e voltamos

agora a jurar proteger a sacralidade do governo e poupá-lo com palavras e acções, que Deus Todo-Poderoso seja testemunha!”

“Mais ainda, prometemos e juramos proteger-nos e defender-nos mutuamente, um por todos, em qualquer altura, qualquer lugar, seja contra que ataque for, segundo os artigos assinalados neste compromisso. Comprometemo-nos com isto a que nenhuma acusação por parte dos nossos perseguidores, tenha ela a designação que tiver, rebelião, revolta ou qualquer outra, possua força suficiente para suprimir o nosso juramento face àquele que é acusado ou para nos libertar do nosso compromisso em relação a ele. Nenhuma acção que seja dirigida contra a Inquisição pode merecer o nome de revolta. Face a quem tenha sido tomado preso por uma causa semelhante, aqui nos comprometemos a ajudá-lo segundo a nossa capacidade e restituir-lhe a sua liberdade por todos os meios lícitos. Aqui, como em todas as outras regras do nosso comportamento, mas em especial face ao tribunal da Inquisição, submetemo-nos ao parecer geral da Liga ou também ao juízo daqueles que venhamos a nomear como nossos conselheiros e dirigentes.”

“Como testemunha da mesma e confirmação desta Liga, evocamos o sagrado nome do Deus vivo, Criador do céu e da terra e de tudo o que neles está contido, que examina os corações, as consciências e os pensamentos, e conhece a pureza dos nossos. Rogamos-Lhe o apoio do seu Santo Espírito, para que o nosso propósito se veja coroado de fortuna e honra, a fim de magnificar o Seu nome e seja concedida à nossa pátria a bênção e a paz eterna.”⁹

Este compromisso foi imediatamente traduzido em várias línguas e rapidamente difundido por todas as províncias. Cada um dos conspiradores reuniu todos os amigos, parentes, apoiantes e servos que tinha para dar depressa à liga um massivo apoio. Foram dados grandes banquetes que duraram dias inteiros – irresistíveis tentações para uma espécie humana sensual e voluptuosa que nem na mais profunda miséria havia podido sufocar a inclinação para uma vida de bem-estar. Quem ali aparecesse, e cada um era bem-vindo, era amolecido pelo avanço de promessas de amizade, acalentado pelo vinho, arrebatado pelo exemplo e subjugado pelo fogo de uma desbravada eloquência. Muitos eram levados pela mão a assinar, os duvidosos eram repreendidos, os hesitantes ameaçados, os fiéis à crença viram a sua voz silenciada pelos brados; muitos de entre eles não sabiam de todo o que tinham na verdade

assinado com o seu nome e tinham vergonha de perguntar depois. A mentira generalizada não deixava escolha; muitos eram levados pela mera leviandade para o partido, uma brilhante camaradagem atraía os que tinham uma posição inferior, os mais receosos eram encorajados pelo grande número. Haviam sido arditosamente falsificados os nomes e selos do príncipe de Orange, do conde de Egmont, de Hoorne, de Meghem e outros, uma artimanha que fez ganhar muitas centenas à Liga. Alvos especiais eram os oficiais do exército, para garantir o apoio destes para o caso de se chegar a acções violentas. O empreendimento foi bem sucedido com muitos, sobretudo junto de subalternos, e o conde de Brederode chegou a apontar o punhal a um alferes que pretendia reflectir. Pessoas de todas as classes e estados sociais assinaram. A religião não fazia diferença, mesmo padres católicos associaram-se à Liga. As motivações não eram as mesmas em todos, mas o seu pretexto era igual. Para os católicos, tratava-se da abolição da Inquisição e da moderação dos éditos; os protestantes tinham por objectivo uma liberdade de consciência sem limites. Algumas cabeças mais ousadas não ambicionavam nada menos do que o derrube do actual governo, e os mais necessitados baseavam as mais mesquinhas esperanças na ruína geral¹⁰.

Um banquete de despedida, que foi dado precisamente nessa altura aos condes de Schwarzenberg e Holle em Breda e pouco depois em Hoogstraeten, atraiu muitos membros da mais alta nobreza a esses dois lugares, entre os quais se encontravam já alguns que haviam assinado o compromisso. Também o príncipe de Orange, os condes de Egmont, Hoorne e Meghem surgiram nesse banquete, porém sem acordo prévio e sem fazerem parte da Liga, embora um dos secretários de Egmont e alguns criados dos outros tivessem aderido à mesma. Nesse banquete houve já trezentos que se declararam a favor do compromisso e foi colocada a questão se se deveria dirigir à Regente com ou sem armas, com um discurso ou uma petição. Hoorne e Orange (Egmont não queria de modo algum promover a empresa) foram proclamados juizes, tendo decidido seguir a via da humildade e submissão, dando por isso mesmo lugar à acusação de terem tomado a defesa do empreendimento dos conspiradores de uma maneira não muito oculta. Foi portanto decidido avançar sem armas e com uma petição, tendo sido determinado um dia para se fazer uma reunião em Bruxelas¹¹.

O primeiro sinal acerca desta conspiração da aristocracia foi dado à regente pelo conde de Meghem logo a seguir ao seu regresso. Estaria a ser

forjada uma empresa, deixou ele entrever, nela estariam envolvidos trezentos nobres, em causa estaria a religião, os participantes ter-se-iam comprometido com um juramento, contariam com apoio do exterior, em breve ela iria saber a sequência. Mais não lhe disse, por mais que ela quisesse perscrutá-lo. Um membro da nobreza ter-lhe-ia confiado tudo isso sob sigilo e tê-lo-ia comprometido a guardar segredo. No fundo era menos a questão delicada da honra como sobretudo a repulsa pela Inquisição, em relação à qual ele não queria ter qualquer mérito, que o teria impedido de prestar mais declarações. Pouco depois dele, o conde de Egmont entregou à regente uma cópia do compromisso, designando também os nomes dos conspiradores, à exceção de alguns. Quase na mesma altura, o príncipe de Orange escreveu-lhe que tinha ouvido dizer que estavam a ser angariados soldados para um exército; já teriam sido nomeados 400 oficiais e vinte mil homens surgiriam armados em breve. Assim foi intencionalmente exagerado o boato sempre por meio de novos acrescentos e em cada boca o perigo era aumentado¹².

A regente, anestesiada pelo primeiro susto desta notícia e levada por nada mais do que o seu receio, convoca a toda a pressa os membros do Conselho de Estado que estivessem nesse momento em Bruxelas e convida em simultâneo o príncipe de Orange e o conde de Hoorne numa carta urgente a retomarem os lugares que haviam abandonado no senado. Antes de as mensagens chegarem ao seu destino, ela aconselha-se junto de Egmont, Meghem e Berlaymont sobre o que deveria ser decidido nessa desfavorável situação. Tratava-se de decidir se se deveria recorrer imediatamente às armas ou recuar perante a necessidade e deferir a petição dos conjurados, ou se estes deveriam ser iludidos com promessas e uma aparente cedência até que se ganhasse tempo para mandar vir de Espanha as regras de conduta sobre o modo de proceder e juntar dinheiro e tropas. Para a primeira alternativa faltava o necessário dinheiro e a igualmente necessária confiança no exército, que talvez já estivesse ganho pelos conspiradores. A segunda nunca seria aprovada pelo rei e serviria também para aumentar, mais do que derrotar, a resistência dos membros da Liga; pelo contrário, uma oportuna flexibilidade e um rápido e incondicional perdão dos acontecimentos talvez ainda abafasse a rebelião no berço. A última opinião foi defendida por Meghem e Egmont, mas posta em causa por Berlaymont. O boato teria exagerado, disse este; seria impossível que um armamento tão terrível tivesse ocorrido com tanta secretude

e rapidez. Uma assembleia de uma quantidade de pessoas ruins, acicatadas por dois ou três entusiastas, nada mais. Tudo se acalmaria se se cortassem algumas cabeças. A Regente decide esperar pelo parecer da assembleia do Conselho de Estado; mas nesse tempo intermédio, ela não fica inactiva. São inspeccionadas as fortalezas nas mais importantes praças e restauradas onde haviam sofrido danos; os seus embaixadores em cortes estrangeiras recebem a ordem de redobrar a sua eficácia; são preparados correios expressos para Espanha. Em simultâneo, ela tenta relançar o boato da próxima chegada do rei e mostrar no seu comportamento exterior a firmeza e equanimidade de quem espera o ataque e não tem intenção de lhe sucumbir¹³.

Em finais de Março, portanto quatro meses passados após a redacção do compromisso, reúne-se todo o Conselho de Estado em Bruxelas. Estavam presentes o príncipe de Orange, o duque de Arschot, os condes de Egmont, de Bergen, de Meghem, de Aremborg, de Hoorne, de Hoogstraaten, de Berlaymont e outros, os barões de Montigny e Hachicourt, todos os Cavaleiros do Tosão de Ouro para além do presidente Viglius, do conselheiro de Estado Bruxelles e os restantes assessores do Concílio privado¹⁴. Aqui já foram mostradas diversas cartas que davam notícias mais próximas do plano da conspiração. A situação extrema em que se encontrava a regente dava aos descontentes uma importância que eles não deixaram agora de usar, deixando vir ao de cima nessa ocasião a sua sensibilidade ocultada durante muito tempo. Houve quem se permitisse amargas reclamações contra a própria Corte e contra o governo. “Só recentemente”, declarou o príncipe de Orange, “o rei enviou 40 000 florins à rainha da Escócia para a apoiar nas suas iniciativas contra a Inglaterra – e deixa os seus Países Baixos sucumbir perante a sua carga de dívidas. Mas sem sequer mencionar o carácter inoportuno desses apoios e o seu insucesso¹⁵, por que razão desperta ele a ira de uma rainha que nos é tão importante como amiga mas tão terrível como inimiga?” Tão-pouco o príncipe pôde resistir à tentação de se referir ao ódio encapotado que o rei alimentaria contra a Casa de Nassau e sobretudo contra ele. “É visível à luz o dia”, disse ele, “que o rei se aconselhou junto dos inimigos tradicionais da minha Casa, a fim de me afastar, seja de que modo for, e que só espera com impaciência que a ocasião para tal se proporcione.” O seu exemplo abriu igualmente a boca ao conde de Hoorne e ainda a muitos outros para se manifestarem com apaixonada violência acerca dos

seus próprios méritos e da ingratidão do rei. A regente teve dificuldade em acalmar o tumulto e fazer com que a atenção geral se voltasse de novo para o assunto para o qual a assembleia havia sido convocada. A questão era se se deveria aceitar ou não os membros da Liga, de quem se sabia que se iriam dirigir à Corte com uma petição. O duque de Aschot, os condes de Aremberg, de Meghem e Berlaymont responderam negativamente. “Para quê 500 pessoas”, disse o último, “para entregar um pequeno texto? Essa contrapartida de humildade e obstinação não significa nada de bom. Deixai que eles nos enviem um homem respeitável de entre eles, sem pompa, sem arrogância, e que as suas intenções cheguem até nós por esse meio. Ou então que lhe sejam fechadas as portas ou que eles sejam observados, no caso de que se queira deixá-los entrar, da forma mais rigorosa e que a primeira ousadia, de que um deles se torne culpado, seja punida com a morte.” O conde de Mansfeld, cujo filho se encontrava ele próprio entre os conspiradores, declarou estar contra o seu partido; o seu filho havia sido ameaçado de ser deserdado se não renunciasse à Liga. Também os condes de Meghem e Aremberg manifestaram reservas face à petição; mas o príncipe de Orange, os condes de Egmont, Hoorne, Hoogstraeten e outros votaram nitidamente a favor. Os membros da Liga, declararam, ser-lhes-iam conhecidos como homens rectos e honrados; grande parte de entre eles teriam com eles relações de amizade e de parentesco e eles ousariam ser fiadores do seu comportamento. Seria permitido a cada súbdito apresentar uma petição; sem se cometer uma injustiça não seria possível recusar a tão prestigiada associação um direito de que gozaria o mais ínfimo ser no Estado. Decidiu-se portanto, uma vez que a maioria das pessoas estavam a favor, aceitar os membros da Liga, no pressuposto de que surgiriam desarmados e se conduzissem com humildade. As discussões entre os membros do Conselho haviam tomado a maior parte do tempo, de tal modo que o debate seguinte teve de ser adiado para uma segunda sessão, que foi aberta logo no dia seguinte¹⁶.

Para não perder o assunto principal, como no dia anterior, com lamentações inúteis, a regente dirigiu-se logo desta vez à meta. “Brederode”, disse ela, “virá, como dizem as nossas notícias, em nome da Liga para obter uma moderação dos éditos. A sentença do senado deverá levar-me a pensar sobre o que lhe responderei; mas antes de apresentardes a vossa posição, permiti-me que diga quaisquer palavras introdutórias. Foi-me dito que há muitos,

mesmo entre vós, que atacam em público os éditos religiosos do imperador, meu pai, e os apresentam ao povo como sendo desumanos e bárbaros. Pergunto-vos agora, Cavaleiros do Tosão, conselheiros de Sua Majestade e do Estado, se não haveis dado vós próprios o vosso voto a favor destes éditos, se os estados gerais do Império não os reconheceram como tendo força de lei? Por que razão se censura agora o que outrora foi declarado como sendo justo? Talvez porque agora se tornou mais necessário do que nunca? Desde quando é a Inquisição nos Países Baixos algo tão inusitado? Não a erigiu já o Imperador há dezasseis anos, e por que razão terá ela de ser mais cruel do que os éditos? Se se admite que estes últimos foram obra da sabedoria, se o apoio genérico dos Estados os consagrou – porquê esta rejeição contra aquela, que é de longe mais humana do que os éditos, se estes forem observados à letra? Falai agora livremente, não quero condicionar o vosso juízo; mas compete-vos atender a que ele não seja guiado pela paixão.”¹⁷

O Conselho de Estado estava dividido em duas posições, como sempre: mas os poucos que se pronunciaram a favor da Inquisição e da execução literal dos éditos foram de longe ultrapassados pelo partido oposto, liderado pelo príncipe de Orange. “Quisesse o Céu”, principiou ele, “que as minhas considerações tivessem sido tomadas como sendo dignas de reflexão enquanto eram ainda receios longínquos; nesse caso nunca se teria chegado ao ponto de passar a meios extremos, nesse caso as pessoas que viviam em erro não teriam precisamente, pelas medidas usadas para as fazerem sair do mesmo, caído mais profundamente nele. Todos nós, como vedes, concordamos no que diz respeito ao objectivo principal. Todos nós queremos ter a certeza de que a religião católica fique fora de perigo; se tal não puder ser obtido sem a ajuda da Inquisição, muito bem, então oferecemo-nos para a servir com bens e sangue; mas é precisamente acerca disso, como ouvis, que a maioria de entre nós pensa de forma inteiramente distinta.”

“Há duas espécies de Inquisição. Uma é a que a Cátedra romana se arrega, a outra tem sido praticada pelos bispos já desde tempos imemoriais. O poder do preconceito e do hábito fez com que esta última se tornasse fácil de suportar. Esta encontrará pouca resistência nos Países Baixos e o número acrescentado de bispos cumprirá essa função de modo satisfatório. Para que serve então a primeira, cujo simples nome põe todos os ânimos em revolta? Se tantas nações a dispensam, por que razão teria ela de ser imposta

precisamente a nós? Antes de Lutero ninguém a conheceu; o imperador foi o primeiro a introduzi-la; mas isso aconteceu numa altura em que havia falta de mentores clericais, em que os poucos bispos além disso se mostravam negligentes e a depravação do clero o excluía da magistratura. Agora tudo se alterou; agora contamos com tantos bispos quantas são as províncias. Por que razão não deverá a arte de governar acompanhar o espírito do tempo? De moderação precisamos, não de dureza. Vemos a repugnância do povo, que temos de procurar acalmar se não queremos que ela degenera em indignação. Com a morte de Pio IV chegaram ao fim os plenos poderes dos Inquisidores; o novo Papa ainda não enviou qualquer ratificação, sem a qual ninguém ousou aliás exercer a sua função. Agora é portanto a altura em que eles podem ser suspensos sem ferir os direitos de ninguém.”

“O meu juízo acerca da Inquisição é também válido para os éditos. A necessidade dos tempos *impô-la*, mas aqueles tempos já estão passados. Tão longa experiência deveria ter-nos finalmente demonstrado que contra a heresia não há meio menos eficaz do que a fogueira e a espada. Que incríveis progressos não fez a nova religião apenas em poucos anos nas províncias, e se formos investigar as razões desse crescimento, encontrá-los-emos na gloriosa constância daqueles que tombaram como seus mártires. Arrebatados pela compaixão e pela admiração, principiamos a pôr silenciosamente a hipótese de que poderia ser verdade o que é afirmado com tão insuperável coragem. Na França e na Inglaterra fez-se com que os protestantes experimentassem a mesma severidade, mas terá ela dado ali mais frutos do que entre nós? Já os primeiros cristãos se vangloriavam de que a semente da sua Igreja teria sido o sangue dos mártires. O imperador Juliano, o mais temível inimigo que o Cristianismo conheceu, estava imbuído dessa verdade. Convicto de que a perseguição só inflamaria ainda mais o entusiasmo, ele refugiou-se no ridículo e no escárnio e achou que tais armas eram muito mais poderosas do que a violência. No tempo do Império grego sublevaram-se várias seitas em várias épocas, Arius na época de Constantino, Aetius na época de Constâncio; Nestorius na época de Theodos; mas em lado algum se vê executar, nem contra esses mentores equivocados, nem contra os seus discípulos, qualquer pena que se assemelhasse às que devastam *as nossas* terras – e para onde foram agora todas essas seitas para as quais, quase diria, todo o perímetro terrestre parecia não chegar? Mas esse é o curso da heresia.

Se a ignoramos com desprezo, ela desintegra-se no seu nada. É uma peça de ferro que, se for deixada em repouso, enferruja e só se torna aguçada pelo uso. Se dela desviarmos os olhos, ela perderá a sua poderosa atracção, a magia do que é novo e proibido. Por que razão não havemos de querer contentar-nos com medidas coercivas que tão grandes regentes acharam adequadas? Os exemplos podem guiar-nos com a maior segurança.”

“Mas para quê exemplos da Antiguidade pagã, se temos diante de nós o glorioso modelo de Carlos V, o maior dos reis, esse que por fim, vencido por tantas experiências, abandonou a via sangrenta da perseguição e passou à brandura muitos antes da sua renúncia ao trono. O próprio Filipe, o nosso mui clemente Senhor, pareceu outrora inclinar-se para a moderação; os conselhos de um Granvella e seus similares deram-lhe uma lição diferente; com que direito, é uma questão que terão de resolver por si próprios. A mim sempre me pareceu que as leis têm de moldar-se aos costumes e as máximas aos tempos, se quiserem que o sucesso as favoreça. Para finalizar recordo-vos ainda o exacto entendimento que reina entre os huguenotes e os protestantes flamengos. Evitemos fazer com que se revoltem ainda mais do que já poderão estar. Não queiramos ser contra *eles* católicos franceses para que não tenham a ideia de fazer contra *nós* o papel de huguenotes e como estes lançar a pátria nos horrores de uma guerra civil.”¹⁸

Não foi tanto devido à verdade e irrefutabilidade das suas razões, que foram apoiadas por uma decisiva maioria no senado, mas sobretudo devido ao estado degradado do poder militar e ao esgotamento do Tesouro, o que impedia que o contrário fosse imposto à mão armada, que as ideias do príncipe de Orange não ficaram desta vez sem efeito. Pelo menos para impedir uma primeira revolta e ganhar o tempo necessário para atingir uma melhor posição contra eles, concordou-se em aceder a uma parte das exigências dos membros da Liga. Decidiu-se atenuar as penas do imperador como se fosse ele a atenuá-las se ressuscitasse nesses dias – como outrora ele próprio, em condições semelhantes, teria considerado que não teria atentado contra a sua dignidade atenuá-las. A Inquisição deveria manter-se afastada dos lugares onde não havia ainda sido introduzida e aí onde já estivesse estabelecida, ser remetida a uma forma moderada ou parar inteiramente, uma vez que os inquisidores (foi a expressão usada, para não dar aos protestantes a pequena satisfação de se verem temidos ou legitimados no seu requerimento) não

haviam sido ainda ratificados pelo novo Papa. Ao Concílio secreto foi dada a missão de executar sem demora essa decisão do senado. Assim preparados, ficaram à espera da conspiração¹⁹.

Os Gueux

Ainda o senado não tinha desconvocado a reunião, já ecoava em toda a Bruxelas a notícia de que os membros da Liga se aproximavam da cidade. Eram apenas 200 cavaleiros, mas os boatos fazia aumentar o seu número. A regente, em plena precipitação, lança a pergunta se se deveria fechar as portas aos recém-chegados ou salvar-se pela fuga. Ambas as coisas foram rejeitadas como sendo desonrosas; igualmente a entrada tranquila dos nobres depressa contradiz o receio de um assalto violento. Na manhã seguinte à sua chegada, eles reúnem-se na casa de Culemborg, onde Brederode lhes exige um segundo juramento, segundo o qual eles deveriam apoiar-se mutuamente, deixando para trás todos os *outros deveres*, se fosse necessário com as próprias armas. Aqui também lhes foi mostrada uma carta de Espanha, na qual se lia que um certo protestante que todos eles conheciam e prezavam havia sido ali queimado vivo em fogo lento. Depois deste e de outros preâmbulos, ele chamou-os um a um pelos nomes, fê-los prestar o novo juramento em nome próprio e dos ausentes e renovar o antigo. Logo o dia seguinte, cinco de Abril de 1566, é fixado para a entrega da petição²⁰.

O seu número era agora entre trezentos e quatrocentos. Entre eles encontravam-se muitos membros da alta nobreza, como igualmente diversos funcionários do próprio rei e da duquesa²¹. Com os condes de Nassau e Brederode na sua dianteira, eles iniciaram a sua marcha para o palácio, em grupos de quatro; Bruxelas inteira seguiu o inusitado espectáculo com um espanto silencioso. Tomou-se aqui conhecimento de pessoas que surgiam em público de forma audaz e obstinada para não parecerem suplicantes, liderados por dois homens que ninguém estava habituado a ver pedir; por outro lado tanta ordem, tanta humildade e modesta tranquilidade, mais do que seria compatível com qualquer rebelião. A regente recebeu o desfile rodeada de todos os seus conselheiros e Cavaleiros do Tosão de Ouro. “Estes nobres neerlandeses”, interpela-a Brederode com veneração, “que aqui se

reúnem perante V. Alteza, e ainda muitos mais que deverão chegar em breve, desejam apresentar-vos um pedido de cuja importância, bem como de cuja humildade, esta delegação solene vos convencerá. Enquanto porta-voz desta sociedade, peço-vos que recebaís esta petição, que nada contém que não seja compatível com o melhor da pátria e com a dignidade do rei.”

“Se essa petição”, respondeu Margarida, “nada contém realmente que entre em litígio com o bem da nação e com a dignidade do rei, então não existe qualquer dúvida de que ela será deferida.” – Eles teriam, continuou o porta-voz, sabido com desgosto e preocupação que teriam sido atribuídas à sua Liga intenções suspeitosas e que teriam intervindo a seu desfavor junto de Sua Alteza; por isso seria o seu desejo que ela lhes indicasse os autores de tão graves acusações e lhes ordenasse que formulassem as suas queixas cabal e publicamente, para que aquele que fosse achado culpado sofresse a merecida pena. – É certo, respondeu a regente, que ela não podia ser censurada pelo facto de, face aos boatos nocivos acerca das intenções e alianças da Liga, ter considerado necessário chamar a atenção dos governadores das províncias para tal ²²facto; mas nunca indicaria os autores de tais notícias; trair segredos de Estado, acrescentou com uma expressão de desgosto, nunca poderia dela ser exigido por nenhum direito. Foi então que mandou os membros da Liga retirarem-se até ao dia seguinte, a fim de virem buscar a resposta à sua petição, sobre a qual ela queria reunir com os Cavaleiros para com eles se aconselhar²³.

Nunca, dizia essa petição (que de acordo com alguns terá tido como autor o famoso Balduino), nunca teriam eles faltado à fidelidade ao seu rei, estando também agora muito longe disso; porém, prefeririam correr o risco de cair na desgraça do seu senhor a deixá-lo permanecer por mais tempo na ignorância das ruins consequências com que o seu país era ameaçado pela imposição violenta da Inquisição e por uma insistência prolongada nos éditos. Durante muito tempo, eles ter-se-iam tranquilizado com a esperança de que uma assembleia plenária dos estados gerais ajudasse a resolver tais reclamações; mas agora que também essa esperança estaria extinta, consideravam ser seu dever advertir a regente acerca de quaisquer danos. Daí que solicitassem a Sua Alteza que enviasse a Madrid uma pessoa bem intencionada e bem informada, capaz de convencer o rei, de acordo com o desejo unívoco da nação, a abolir a Inquisição, a suprimir os éditos e,

em lugar destes, a mandar elaborar outros mais humanos numa assembleia plenária dos estados gerais. Entretanto porém, até que o rei comunicasse a sua decisão, os éditos poderiam ser suspensos e a Inquisição poderia ser desactivada. Se não fosse dada, concluíam, qualquer atenção ao seu humilde pedido, então eles tomariam como testemunhas Deus, o rei, a regente e todos os seus conselheiros em como *eles* teriam feito o que podiam, se as coisas tomassem um rumo infeliz²⁴.

No dia seguinte, os membros da Liga surgiram igualmente em procissão, mas em número ainda maior (os condes de Bergen e Culemborg tinham-se entretanto juntado a eles com o seu séquito) perante a regente, a fim de tomarem conhecimento da sua decisão. Ela estava escrita na margem da petição e constava do seguinte: Suspender por completo a Inquisição e os éditos não estaria em seu poder; contudo ela queria, de acordo com o desejo dos membros da Liga, enviar a Espanha um elemento da nobreza e apoiar com todas as suas forças o seu pedido perante o rei. Entretanto deveria ser aconselhado aos inquisidores que administrassem o seu ofício com moderação; em contrapartida, ela esperaria que a Liga se abstinisse de todas as acções violentas e nada empreendesse contra a fé católica. Por mais insatisfatório que fosse o tom geral e oscilante dessa resposta, esta era porém tudo o que podiam ter esperado à partida com uma aparência de verosimilhança. A aceitação ou não da petição nada tinha a ver com o objectivo de fundo da Liga. Bastava de momento que tivesse sido formulada; que a partir de agora existisse algo que pudesse criar receio no governo tantas vezes quantas fossem necessárias. Os membros da Liga agiram portanto de acordo com o seu plano, tranquilizando-se com essa resposta e fazendo depender o resto da decisão do rei. Assim como, em princípio, toda a farsa dessa petição só havia sido inventada para ocultar os temerários planos da Liga por detrás dessa aparência suplicante até que ela reunisse as forças suficientes para se mostrar sob a sua verdadeira luz, logo eles deveriam estar muito mais interessados em manter essa máscara, mais interessados numa recepção favorável da petição do que numa rápida aceitação. Eles insistiram portanto com um novo documento, que entregaram três dias depois, num testemunho expresso por parte da regente em como ela *nada mais teria feito do que o seu dever e que apenas o zelo de servir o rei a teria guiado*. Quando a duquesa se furtou a uma declaração, eles enviaram-lhe ainda a partir da

escadaria alguém que repetisse tal pedido. O tempo somente e a sua futura conduta, respondeu-lhe ela, seriam os juízes das suas intenções²⁵.

Tinham sido banquetes a dar à Liga a sua origem e foi um banquete a dar-lhe forma e realização. No mesmo dia em que foi apresentada a segunda petição, Brederode conduziu os conspiradores para a Casa de Culemborg, estando presentes cerca de 300 convidados; a embriaguez tornou-os atrevidos e a sua bravura aumentou com o seu número. Aqui alguns recordaram-se de terem ouvido o conde de Berlaymont murmurar em francês à regente, que na altura da entrega da petição parecera perder a cor: que não tivesse receio perante um punhado de mendigos (*Gueux*). Na realidade, a maior parte de entre eles tinha-se degradado tanto devido a uma economia de penúria que tal designação era mais do que justificada. Uma vez que faltava ainda uma designação para a irmandade, foi avidamente captada essa expressão que ocultava sob um manto de humildade a desmesura da empresa e que estava simultaneamente menos distante da verdade. Logo a seguir brindou-se mutuamente sob esse nome e proclamou-se *Vivam os Gueux* numa gritaria de aclamação geral. Depois de levantada a mesa, Brederode surgiu com uma bolsa, como usavam outrora os peregrinos e monges mendicantes, pendurou-a ao pescoço, bebeu à saúde de todos os convivas por uma taça de madeira, agradeceu a todos pela adesão à Liga e assegurou expressamente estar disposto a arriscar por cada um deles os seus bens e o seu sangue. Todos proclamaram em voz alta a mesma coisa, a taça passou de mão em mão e cada um repetiu o mesmo juramento ao levá-la à boca. Então cada um recebeu por sua vez a bolsa dos mendigos e pendurou-a num prego de que se havia apropriado. O barulho causado por essa farsa atraiu o príncipe de Orange, os condes de Egmont e Hoorne, trazidos pelo acaso, à casa onde Brederode, como anfitrião, os exortou intempestivamente a ficar e a beber um copo²⁶. A chegada destes três importantes homens renovou o júbilo dos convivas e a sua alegria principiou a extravasar. Muitos embebedaram-se, convivas e guardas, sem distinção, coisas sérias e jocosas, inebriamento dos sentidos e assuntos de Estado misturavam-se de forma burlesca e a miséria geral do país providenciou uma bacanal. Não se ficou por aqui: o que havia sido decidido em transe foi executado em estado sóbrio. A existência dos seus protectores tinha de ser apresentada aos olhos do povo e o zelo do partido tinha de ser mantido vivo por meio de um *signal visível*; para tal não havia melhor meio

do que exibir em público esse nome de *Gueux* e ir buscar aí os sinais de fraternidade. Em poucos dias, a cidade de Bruxelas abarrotava de trajes cor de cinza, como eram vistos nos monges mendicantes e penitentes. Toda a família de um conspirador com os seus criados converteu-se a esse trajar. Alguns ostentavam tigelas de madeira com uma fina camada de latão branco, bem como taças, ou facas, toda a bateria de uma ordem mendicante, nos chapéus ou pendurada nos cintos. Ao pescoço penduraram uma moeda de ouro ou de prata, posteriormente chamada cêntimo dos *gueux*, ostentando numa das faces o busto do rei com a inscrição: *Fiéis ao rei*. Na outra face via-se duas mãos fechadas segurando uma bolsa de mantimentos com as palavras: *Até ao saco do mendigo*. Daí provém o nome dos *Gueux*, que posteriormente foi usado nos Países Baixos por todos aqueles que se tornaram independentes do Papado e tomaram as armas contra o rei²⁷.

Antes de se separarem, a fim de se dispersarem pelas províncias, os membros da Liga compareceram ainda uma vez mais na presença da duquesa, para a advertir no sentido de proceder com brandura nesse tempo intermédio face aos hereges até que chegasse a resposta do rei, com o objectivo de evitar que se chegasse a extremos com o povo. Se porém se originasse, acrescentaram, algo grave devido a uma conduta oposta, eles queriam ser vistos como pessoas que haviam cumprido o seu dever.

A isso respondeu a regente: esperaria tomar tais medidas que impedissem a ocorrência de qualquer desordem; se contudo ela sucedesse, ela não teria de atribuí-la a mais ninguém senão aos membros da Liga. Ela estaria portanto a adverti-los seriamente de forma a corresponderem também às *suas* promessas, sobretudo a não admitirem mais membros novos na sua associação, a não fazerem mais reuniões privadas e a não tomarem novas iniciativas em geral. Para os tranquilizar entretanto, foi ordenado ao secretário privado Berti que lhes mostrasse as cartas nas quais se aconselhava aos Inquisidores e aos juizes seculares que usassem de moderação face a todos os que não tivessem agravado a sua culpa por heresia através de um crime civil. Antes da sua retirada de Bruxelas nomearam ainda quatro representantes de entre eles²⁸, que tinham de tratar dos assuntos da Liga, e além disso alguns administradores para cada província. Em Bruxelas mesmo ficaram alguns para manterem um olhar vigilante sobre todos os movimentos da Corte. Brederode, Culemborg e Bergen abandonaram finalmente a cidade, acompanhados por 550 cavaleiros,

saudando-a ainda uma vez mais fora das muralhas com tiros de mosquete e separaram-se então, Brederode para Antuérpia, os outros dois para Geldern. A regente enviou um emissário com urgência para Antuérpia precedendo o primeiro e a fim de avisar o magistrado desta cidade da sua presença; mais de cem pessoas compareceram diante do hotel onde ele se havia hospedado. Ele exibiu-se, com um copo cheio de vinho na mão, à janela: “Cidadãos de Antuérpia”, disse-lhes, “estou aqui pondo em risco os meus bens e a minha vida para vos subtrair ao lastro da Inquisição. Quereis partilhar comigo tal empresa e reconhecer-me como o vosso líder, então aceitai o brinde que aqui vos faço com esta bebida e erguei as mãos como sinal do vosso aplauso.” Com isso bebeu e todas as mãos voaram para o céu sob gritos ruidosos de júbilo. Depois desse acto heróico, ele abandonou Antuérpia²⁹.

Logo após a entrega da petição dos nobres, a regente havia mandado esboçar, através do Conselho Titular uma nova fórmula dos éditos que deveria tomar uma posição intermédia entre os mandatos do rei e as exigências dos membros da Liga. Punha-se agora a questão se seria mais aconselhável proclamar directamente essa suavização ou *moderação*, como era habitualmente chamada, ou apresentá-la primeiro ao rei para aprovação³⁰. O Conselho Titular, que achava ser demasiada ousadia dar tão importante passo sem conhecimento prévio, mesmo sem ordem expressa do monarca, opôs-se ao príncipe de Orange que votou a favor da primeira opção. Além do mais, havia razão para temer que a nação não ficasse satisfeita nem sequer com essa Moderação, que teria sido elaborada sem incluir os estados gerais, em que no fundo se insistia. A fim pois de ganhar, ou melhor de usurpar, o acordo dos estados gerais, a regente recorreu a um artifício que consistia em principiar por interrogar uma região após a outra *isoladamente* e em primeiro lugar aquelas que tinham menos liberdade, como Artois, Hennegau, Namur e Luxemburgo; com isso não apenas se evitou que uma encorajasse as outras a resistirem, mas também se ficou a ganhar pelo facto de as províncias mais livres como Flandres e Brabante, que foram sabiamente guardadas para o fim, se deixassem arrebatar pelo exemplo das outras³¹. De acordo com um procedimento extremamente ilegal os representantes das cidades foram tomados de surpresa ainda antes de poderem dirigir-se às suas comunidades, sendo-lhes imposto um profundo sigilo sobre todo o processo. Por esse meio, a regente conseguiu que

algumas regiões validassem a Moderação incondicionalmente, outras com algumas adendas. Luxemburgo e Namur subscreveram-na sem reservas. Os estados gerais de Artois acrescentaram ainda que testemunhas falsas deveriam ser submetidas ao direito da reparação; os de Honnegau exigiram que, em lugar da apreensão dos bens, que contradizia os seus privilégios, fosse introduzida outra pena arbitrária. Flandres exigiu a abolição total da Inquisição e queria ver garantido o direito dos acusados de apelar à sua província. Os estados gerais de Brabante deixaram-se ludibriar pelas intrigas da Corte; à Zelândia, Holanda, Utreque, Geldern e à Frísia, protegidas pelos mais importantes privilégios, que vigiavam com o maior dos zelos, nunca foi pedida opinião. Também aos tribunais das províncias tinha sido pedido um parecer reservado sobre a Moderação recém-elaborada, mas ela não devia ter sido muito favorável pois nunca chegou a Espanha³². A partir do conteúdo principal dessa *Moderação*, que merecia na realidade o seu nome, é possível tirar uma conclusão acerca dos próprios éditos. Os autores das seitas, lia-se nela, os seus chefes e mentores, assim como aqueles que albergassem qualquer deles, promovessem ou ocultassem reuniões heréticas ou dessem qualquer outro motivo para desagrado público, deveriam ser punidos com a força e os seus bens (na medida em que as leis locais o permitissem) confiscados, mas se abjurassem os seus erros, então deveriam escapar com a pena da retenção da espada e o seu espólio confiado à família. Um dilema cruel para o amor parental! A hereges de delitos ligeiros e dispostos a penitenciar-se, lia-se ainda, poderia ser concedida clemência; os que não estivessem dispostos a penitenciar-se deveriam sair do país, sem contudo perder os seus bens, a não ser que se privassem desse direito pela sedução de outros. Dessa clemência estavam porém excluídos os *Anabaptistas* que, se não se resgatassem pela mais completa penitência, deveriam ser despojados dos seus bens e, se fossem recaídos, i. e., hereges reincidentes, deveriam ser executados sem piedade³³. O acréscimo de respeito pela vida e propriedade, que se pode ver nesses decretos e levaria facilmente à tentação de atribuir a uma incipiente alteração de atitude por parte da administração espanhola, nada mais era do que um passo ditado pela necessidade, coagido pela persistente oposição da nobreza. Também as pessoas estavam, nos Países Baixos, pouco animadas com essa *Moderação*, que no fundo não punha de parte nenhum *abuso relevante*, de tal

modo que o povo na sua rejeição passou a chamá-la, em vez de *Moderação* (suavização), *morderação*, assassinio³⁴.

Depois de se ter obtido por esta via o acordo dos estados gerais, a *Moderação* foi apresentada ao Conselho de Estado e, por ele assinada, enviada ao rei de Espanha, a fim de obter doravante, pelo seu deferimento, força de lei³⁵.

A delegação enviada a Madrid, questão que havia sido acordada com os conspiradores, foi de início confiada ao marquês de Bergen³⁶, que porém, com base numa desconfiança mais do que justificada na actual disposição do rei, e porque não queria assumir sozinho essa delicada missão, pediu que alguém o apoiasse. Teve-o na pessoa do barão de Montigny, que já havia sido usado para a mesma tarefa e a havia terminado com bravura. Mas uma vez que durante esse tempo as circunstâncias haviam mudado tanto e ele estava justamente preocupado com a sua segunda recepção em Madrid, logo ele combinou com a duquesa, em prol da sua segurança, que ela escreveria ao rei sobre o que se passava enquanto ele viajaria mais os seus acompanhantes com a lentidão suficiente para que a resposta do rei ainda o encontrasse pelo caminho. O seu génio benfazejo, que desejava, como parecia, mantê-lo afastado do terrível destino que o esperava em Madrid, perturbou ainda a sua viagem por meio de um inesperado incidente, na medida em que o marquês de Bergen foi impedido por um ferimento, recebido num jogo da bola, de iniciar a viagem com ele. Não obstante, ele fez-se só ao caminho, uma vez que a regente lhe solicitou que se apressasse, porém não, como esperava, para fazer valer a causa do seu povo em Espanha, mas para morrer por ela³⁷.

O estado das coisas havia mudado de tal maneira e o passo dado pela nobreza havia tornado tão próxima uma ruptura completa com o governo, que doravante parecia impossível ao príncipe de Orange e aos seus amigos conservarem por mais tempo a posição intermédia e moderada que haviam assumido até então entre a República e a Corte e combinar assim deveres tão contraditórios. Por maior que fosse a capacidade de superação que tivessem de despende, com o seu modo de pensar, para não tomarem partido nessa contenda, por mais que já o seu natural sentido de liberdade, o seu patriotismo e os seus conceitos de tolerância sofressem sob a imposição que lhes era ditada pelo seu cargo, tanto maior tinha de ser a desconfiança que Filipe lhes votava, a falta de respeito, com a qual a sua opinião costumava há já muito

tempo ser recebida, e a conduta distante a que a duquesa os submetia, tanto mais isso tinha de esfriar o seu zelo servidor e dificultar o prosseguimento no desempenho de um papel que estavam a representar com tanta repugnância e tão poucos agradecimentos. A isso juntavam-se ainda diferentes sinais vindos de Espanha, que não tiravam todas as dúvidas acerca da hostilidade do rei face à petição da nobreza e da pouca satisfação daquele com o seu próprio comportamento nessa causa, fazendo esperar medidas da parte dele em relação às quais eles, enquanto pilares da liberdade da pátria e em grande parte enquanto amigos ou parentes dos membros da Liga, nunca poderiam oferecer apoio³⁸. Do nome que se associasse em Espanha à Liga da nobreza dependia fundamentalmente o partido que eles teriam de tomar de futuro. Se a petição fosse intitulada de indignação, não lhes restaria aí outra escolha senão chegar a uma explicação com a Corte *antes* do tempo ou ajudar a tratar como inimigos aqueles cujo interesse era também o seu e que haviam apenas agido sob o impulso da sua alma. A essa desastrosa alternativa eles só podiam escapar retirando-se inteiramente dos assuntos do Estado, uma via que em parte haviam já escolhido uma vez e que nas condições actuais era mais do que um mero recurso de urgência. *Neles* estavam postos os olhos de toda a nação. A ilimitada confiança nas suas posições e a veneração geral que lhes era devotada, que quase confinava com uma adoração, enobrecia a causa que eles haviam feito sua e aniquilava aqueles que a abandonassem. A sua participação na administração pública, embora já não fosse mais do que um simples nome, punha rédeas ao partido oposto; enquanto *eles* assistissem ainda às assembleias do senado, evitava-se ainda os caminhos da violência, uma vez que ainda se esperava qualquer coisa da via da benevolência. O seu desacordo, mesmo quando não lhes saía do coração, desencorajava a facção e tornava-a insegura, fazendo pelo contrário que esta se erguesse com toda a sua energia assim que tivesse uma oportunidade, nem que fosse longínqua, de poder contar com tão importante aprovação. As mesmas medidas por parte do governo que, se passassem pelas suas mãos, estavam seguras de obter um sucesso favorável, tinham de tornar-se sem eles suspeitas e inúteis; mesmo a cedência por parte do rei, se não fosse obra desses amigos do povo, tinha de perder a melhor parte do seu efeito. Para além do facto de a sua retirada dos assuntos do Estado privar a regente de aconselhamento numa altura em que o aconselhamento lhe era mais indispensável, essa retirada

concedia em simultâneo preponderância a um partido que, guiada por uma dependência cega face à Corte e desconhecendo as particularidades do carácter republicano, não deixaria de agravar o mal e de levar ao extremo a amargura dos ânimos.

Todos estes motivos, de entre os quais cada um é livre de ir buscar, de acordo com a boa ou má opinião que tenha do príncipe, aqueles que para ele terão tido prioridade, levavam-no agora a abandonar a regente e a retirar-se de todos os assuntos públicos. A oportunidade de levar à prática tal intenção foi depressa encontrada. O príncipe havia votado a favor da rápida publicação dos éditos recentemente alterados; a regente seguiu o parecer do Conselho Titular e mandou-os primeiro ao rei. “Vejo pois com clareza”, exclamou ele com fingida violência, “que todos os conselhos que *eu* dou são recebidos com desconfiança. O rei não necessita de servos de cuja fidelidade tenha de desconfiar, e longe de mim impor ao meu senhor serviços que lhe são indesejáveis. É portanto melhor para ele e para mim que me retire das coisas públicas.”³⁹. Mais ou menos a mesma coisa foi expressa pelo conde de Hoorne; Egmont pediu uma dispensa para usufruir dos banhos de Aix-la-Chapelle, prescritos pelo médico, embora ele (como se pode ler no termo de acusação) aparentasse ser a saúde em pessoa. A regente, assustada com as consequências que tal passo tinha inevitavelmente de acarretar, falou com o príncipe num tom acutilante. “Se nem os meus argumentos nem o bem comum têm poder sobre Vós para vos desmotivar face a essa intenção, então deveríeis ser mais cauteloso com a vossa reputação. Luís de Nassau é o vosso irmão. Ele e o conde de Brederode, os cabecilhas da conspiração, foram vossos convidados publicamente. A petição contém a mesma coisa que foi questão dos vossos argumentos até aqui no Conselho de Estado. Se abandonardes de repente a causa do rei, não será geral a opinião de que estareis a favorecer a conspiração?” Não consta se o príncipe se demitiu desta vez realmente do Conselho de Estado; mas se o fez, então ele deve ter mudado rapidamente de ideias, uma vez que o voltamos a ver pouco depois em tarefas públicas. Egmont, ao que parece, deixou-se vencer pelos argumentos da regente; só Hoorne se retirou realmente para uma das suas propriedades, com o propósito de não servir mais nem a imperadores nem a reis⁴⁰.

Entretanto, os Gueux haviam-se espalhado por todas as províncias e aí onde se mostravam divulgavam as mais favoráveis notícias acerca do sucesso

da sua empresa. De acordo com o que asseguravam, tudo estava ganho para a causa da liberdade religiosa e para confirmar tal crença eles serviam-se, quando a verdade não era suficiente, de mentiras. Mostraram por exemplo uma imitação de uma carta dos Cavaleiros do Tosão na qual eles declaravam solenemente que de futuro ninguém teria de recear prisão, nem exílio, nem a morte por razões religiosas e, se alguém se tivesse tornado culpado de um crime político, nesse caso os membros da Liga seriam exclusivamente os seus juízes; e isso deveria ter validade até que o rei e os estados gerais do império determinassem de outro modo. Por muito que os Cavaleiros, após a primeira notícia acerca desse engano encenado, estivessem empenhados em arrancar a nação a tal ilusão, foram importantes os serviços que tal invenção veio a prestar à facção. Se existem verdades cujo efeito se limita a um simples *momento*, do mesmo modo é possível que quaisquer efabulações que sejam apenas comportáveis durante *esse momento* tomem facilmente o lugar daquelas. Para além de o boato posto a circular ter despertado desconfiança entre a regente e os Cavaleiros e levantado a coragem dos protestantes por meio de novas esperanças, ele veio trazer àqueles que congeminavam mudanças uma aparência de legalidade e, mesmo que eles próprios não acreditassem nele, ele servia para enfatizar a sua actuação. Por mais rapidamente que tal ilusão errónea fosse desmentida, ela deve porém ter causado, no curto espaço de tempo em que encontrou credibilidade, tantos distúrbios e introduzido tanto desregramento e transgressão, que uma retirada se tornou inevitavelmente impossível, que as pessoas se viram obrigadas a prosseguir na via que havia sido enveredada, tanto por hábito como por desespero⁴¹. Logo após a primeira notícia acerca desse feliz sucesso, os protestantes que haviam fugido regressaram à sua pátria, da qual se haviam separado a contragosto; os que se haviam escondido saíram dos seus refúgios; os que até então só haviam professado a nova religião no seu coração, foram encorajados por esses actos de tolerância e entregavam-se agora a ela em público e de viva voz⁴². O nome dos Gueux foi exaltado em todas as províncias; foram apelidados de pilares da religião e da liberdade, o seu partido crescia de dia para dia e muitos comerciantes começaram a usar as suas insígnias. Estes últimos acrescentaram ainda ao cêntimo dos Gueux uma alteração que consistia na inclusão de dois bordões de viajante cruzados sobre aquele, de certo modo sugerindo que estariam a cada momento prontos para abandonar a casa e o lar por causa

da religião. A criação da Liga dos Gueux havia dado uma configuração totalmente diferente às coisas. O resmungar dos súbditos, até então impotente e desprezível por ser apenas um grito de pessoas isoladas havia-se doravante comprimido tremendamente *num* corpo e ganho pela união força, orientação e constância. Cada cabeça revoltosa via-se agora como sendo membro de um todo honorável e tremendo e acreditava que com isso poderia *assegurar* a sua temeridade depondo-a nessa ágora de *insatisfação geral*. Ser-se considerado uma importante aquisição para a Liga lisonjeava quem fosse vaidoso; perder-se nessa grande torrente sem ser observado nem punido atraía quem fosse covardê. O rosto que a conspiração mostrava à nação era muito diferente daquele que voltava para a Corte. Mesmo que as suas intenções fossem as mais puras, mesmo que elas fossem tão boas face ao Trono como queriam dar a entender para o exterior, contudo a grande massa ter-se-á apenas atido ao aspecto *ilegal* no seu procedimento e o seu objectivo mais nobre não terá para ela existido de todo.

Pregações públicas

Nenhum momento podia ser mais favorável para os huguenotes e para os protestantes alemães do que este para tentarem colocar a sua perigosa mercadoria nos Países Baixos. Em cada cidade importante havia agora uma grande movimentação de recém-chegados suspeitos, clientes disfarçados, hereses de todo o tipo e os seus apóstolos. Eram três as facções religiosas que, entre todas as que se haviam separado da Igreja dominante, tinham feito notáveis progressos nas províncias. A Frísia e as regiões vizinhas haviam sido inundadas pelos *Anabaptistas* que porém, como os mais carenciados entre todos, sem autoridade superior, sem constituição, sem poder bélico e além do mais em conflito interno, eram os que despertavam menor receio. Muito mais significativos eram os *Calvinistas*, que ocupavam sobretudo as províncias meridionais e a Flandres, tendo encontrado poderosos apoios nos seus vizinhos, os huguenotes, na República de Genebra, nos cantões suíços e numa parte da Alemanha, estando a sua religião, exceptuando algumas diferenças, instalada no trono em Inglaterra. Os seus adeptos eram os mais numerosos, particularmente entre os comerciantes e os cidadãos comuns,

e os huguenotes expulsos da França tinham em grande parte estado na sua origem. Em número e riqueza distinguiam-se deles os *Luteranos*, aos quais um número tanto maior de adeptos dava porém peso entre os nobres. Estes tinham uma posse privilegiada da parte oriental dos Países Baixos que confina com a Alemanha; a sua crença dominava nalguns reinos nórdicos; os mais poderosos soberanos do império eram seus aliados e a liberdade religiosa do país, ao qual também os Países Baixos pertenciam por meio do acordo de Borgonha, podia ser declarada válida com os melhores pergaminhos da justiça. Em Antuérpia existia uma confluência destas três religiões, uma vez que a população as ocultava aqui e a mistura de todas as nações nesta cidade favorecia a liberdade. Estas três Igrejas nada mais tinham em comum entre si do que um ódio igualmente inextinguível contra o Papado, particularmente contra a Inquisição e contra o governo espanhol, sendo este o instrumento daquela; mas era precisamente o ciúme com que elas se vigiavam mutuamente que mantinha vivo o seu zelo e impedia que nelas se acendesse o tição do fanatismo⁴³.

A regente, na expectativa de uma entrada em vigor da *Moderação* esboçada, e para ir entretanto satisfazendo os Gueux, havia aconselhado aos governantes e às autoridades das províncias um tratamento moderado em relação aos hereges; missão essa que a maioria destes, que só administrava a triste função punitiva com repugnância, acatou avidamente e tomou no seu mais amplo significado. A maior parte entre os mais proeminentes magistrados odiavam do coração a Inquisição e a tirania espanhola e muitos entre eles haviam-se mesmo dedicado secretamente à causa de um ou outro partido religioso; tão pouco os que o tinham feito concediam aos seus declarados inimigos, os espanhóis, o prazer de ver maltratados os seus compatriotas⁴⁴. Assim, eles entenderam a regente de modo intencionalmente errado e quase deixaram cair no esquecimento tanto a Inquisição como os éditos. Esta complacência por parte do governo, associada às mais brilhantes manifestações dos Gueux, atraiu os protestantes, que também eram já demasiado numerosos para permanecer escondidos por mais tempo, para fora da escuridão em que se encontravam. Até então eles haviam-se contentado com tranquilas reuniões nocturnas; mas doravante pensavam ser suficientemente numerosos e temidos para ousarem também fazer as mesmas reuniões em público. Essa transgressão teve o seu início entre Oudenaarde e Gent

e espalhou-se em breve por toda a Flandres. Um certo Hermann Stricker, nascido em Oberyssel, que havia sido anteriormente monge e abandonara o convento, um temerário entusiasta com capacidade de espírito, imponente figura e língua fogosa, é o primeiro a conduzir o povo a ouvir um sermão a céu descoberto. A novidade da empresa juntou um séquito de 7000 pessoas à sua volta. Um juiz da região que, mais corajoso do que astuto, salta para o meio da multidão de punhal erguido para prender o orador no meio dela, é recebido pelo povo, que à falta de outras armas deita a mão a pedras, de forma tão ruim que, estendido no solo com graves ferimentos, pode ainda dar-se por satisfeito por ver a sua vida salva por meio de súplicas⁴⁵. A primeira tentativa de sucesso criou coragem para a segunda. Na região de Aalst, eles voltaram a reunir-se em número ainda maior; mas agora já estão providos de rapieiras, armas de fogo e alabardas, posicionam vigilantes e bloqueiam as passagens por meio de carroças e carros. Os que ali são levados pelo acaso têm, a gosto ou a contragosto, de participar no ofício religioso, para o qual se organiza uma guarda especial. À entrada colocaram-se livreiros pondo à venda o catecismo protestante, textos doutrinários e pasquins contra os bispos. O apóstolo, Hermann Stricker, faz-se ouvir de um palco improvisado a partir de carroças e troncos de árvore empilhados. Um pano de vela estendido por cima protege-o do sol e da chuva; o povo coloca-se contra o vento para não perder nada do seu sermão, cujos melhores temperos são os insultos contra o Papado. Vai-se buscar água ao rio mais próximo para fazer com que ele baptize as crianças recém-nascidas sem mais cerimonial, como nos primeiros tempos do Cristianismo. Aqui recebem-se sacramentos à maneira calvinista, há noivos que são abençoados e casais que são separados. Metade da população de Gent tinha assim saído fora de portas; a procissão ampliou-se mais e mais e inundou em pouco tempo toda a Flandres oriental. A Flandres ocidental foi igualmente posta em movimento por outro monge renegado, Peter Dathenus, proveniente de Poperingen; 15 000 pessoas acorriam de recantos e aldeias para ouvi-lo pregar; o seu número tornava-os suficientemente corajosos para irromper com mão intempestiva nas prisões, onde alguns anabaptistas foram poupados à morte como mártires. Os protestantes em Tournai foram atçados a cometer a mesma ousadia por um certo Ambrosius Wille, um calvinista francês. Insistem igualmente na libertação dos seus prisioneiros e deixam escapar com frequência ameaças segundo as quais

iriam entregar a cidade aos franceses. Esta estava inteiramente desprovida de guarnição, que havia sido recolhida pelo comandante no castelo por temor de uma traição e que se havia além disso recusado a agir contra os seus concidadãos. Os sectaristas chegaram, na sua ousadia, ao ponto de exigir para si uma igreja pública dentro da cidade; uma vez que esta lhes foi recusada, eles fizeram uma associação com Valenciennes e Antuérpia para impor o seu ofício religioso, a exemplo das outras cidades, através do uso público do poder. Estas três cidades encontravam-se na mais perfeita conexão entre si e o partido protestante era em todas as três igualmente poderoso. Mas uma vez que nenhuma delas ousava iniciar o tumulto, logo chegaram a um acordo para arrancarem ao mesmo tempo com os sermões públicos. O surgimento de Brederode em Antuérpia acabou por lhes dar coragem. Dezasseis mil pessoas saíram da cidade no próprio dia em que a mesma coisa aconteceu em Tournai e Valenciennes; uma confusão de mulheres e homens; as mães arrastavam os seus filhos pequenos atrás de si. Fecharam o lugar com carros que ataram uns aos outros e atrás dos quais se mantinham homens armados para proteger o culto contra um eventual assalto. Os pregadores eram em parte alemães, em parte huguenotes e falavam em língua valónica; muitos de entre eles eram provenientes da mais baixa ralé e até artesãos se sentiam vocacionados para esse ofício sagrado. Nenhum prestígio da autoridade, nenhuma lei, nenhuma chegada de um funcionário do tribunal os atemorizava já. Muitos eram atraídos por mera curiosidade, para ouvirem as coisas novas e raras que esses recém-chegados do estrangeiro, que tanto tinham feito falar de si, tirariam do saco. Outros eram atraídos pelo som harmonioso dos salmos que, como era habitual em Genebra, eram cantados em francês e em verso. Uma grande parte era atraída por esses sermões como por comédias jocosas em que o Papa, os patriarcas do Concílio de Trento, o Purgatório e outros dogmas da Igreja dominante eram rebaixados à maneira de farsa. Quanto mais atrevido era esse espectáculo, mais ele provocava os ouvidos da comunidade e um aplauso geral, como no teatro, recompensava o orador que superasse os outros em aventuroso excesso. Mas o ridículo que nesses ajuntamentos era lançado sobre a Igreja dominante não se perdia de todo no ânimo dos ouvintes, assim como os esparsos grãos de racionalidade que o acompanhavam ocasionalmente; e alguns que aqui procuravam simplesmente a verdade talvez a trouxessem de volta mesmo sem o saber⁴⁶.

Essas assembleias repetiram-se durante vários dias e em cada uma crescia o desregramento dos sectaristas, até que por fim se permitiram mesmo levar em triunfo os seus pregadores após terminado o ofício religioso com uma escolta de cavaleiros armados, escarnecendo assim da lei por meio de um espectáculo pomposo. O Conselho Municipal envia à duquesa um emissário de emergência atrás do outro, a fim de a convencerem a vir pessoalmente e, na medida do possível, a residir em Antuérpia, como único meio de refrear a oposição dos revoltosos e impedir a total ruína da cidade, pois os mais proeminentes comerciantes, com receio de pilhagens, estavam já em vias de a abandonar. Embora o medo de pôr em risco o prestígio real com tão perigoso jogo lhe proíba dar seguimento a tal desejo, ela envia em seu lugar o conde de Meghem para negociar com o magistrado a instalação de uma guarnição. A população em revolta, perante a qual o objectivo da sua chegada não permanece oculto por muito tempo, junta-se à sua volta com gritos tumultuosos. Ele é conhecido como um inimigo declarado dos Gueux, gritaram-lhe, ele vai trazer servidão e Inquisição; deveria abandonar imediatamente a cidade. O tumulto tão-pouco se acalmou até Meghem se encontrar de novo fora de portas. Foi então que os calvinistas dessa cidade apresentaram ao magistrado um documento escrito no qual comprovavam que o seu grande número lhes tornaria doravante impossível reunir em secretude e ambicionavam para si uma igreja própria dentro da cidade. O Conselho Municipal retomou os seus argumentos junto da duquesa, a fim de que esta viesse em auxílio da cidade assim pressionada através da sua presença pessoal, ou de que pelo menos enviasse o príncipe de Orange como sendo o único face a quem o povo ainda teria qualquer respeito e que além do mais estaria comprometido com a cidade de Antuérpia devido ao título hereditário do seu visconde. Para evitar o mal maior, ela teve de aceder à segunda exigência e confiar Antuérpia ao príncipe, por muito que isso lhe custasse. Este, depois de ter sido solicitado em vão durante muito tempo, uma vez que parecia definitiva e firmemente decidido a não participar em quaisquer assuntos de Estado, rendeu-se por fim à séria insistência da regente e aos desejos tempestuosos do povo. Brederode veio ao seu encontro meia milha antes de chegar à cidade com um grande séquito e as saudações vieram dos dois lados com o disparar de pistolas. Antuérpia parecia ter transbordado todos os seus habitantes para receber o seu salvador. Toda a estrada militar abarrotava de pessoas; os telhados das casas campestres estavam cobertos para

comportarem mais espectadores; por detrás de vedações, de muros de cemitério, mesmo de túmulos emergiam pessoas. A inclinação do povo face ao príncipe derramava-se aqui de forma infantil. “Vivam os Gueux!” gritavam ao seu encontro jovens e velhos. – “Vede”, gritavam outros, “este é quem nos traz liberdade!” – “É este”, gritavam os luteranos, “que nos traz o credo de Augsburg.” – “Daqui em diante já não precisamos dos Gueux”, exclamavam outros, “já não precisamos do penoso caminho para Bruxelas. Ele só é tudo para nós.” Aqueles que nada sabiam o que dizer deram azo à sua alegria em salmos que entoaram tumultuosamente à sua volta. Entretanto ele não perdeu a sua atitude séria, fazendo à sua volta sinais para que se calassem e exclamou, uma vez que ninguém queria obedecer-lhe, entre desagrado e comoção: Por Deus, exclamou, eles deveriam ver o que fazem, iriam arrepender-se um dia do que fizeram agora⁴⁷. Os clamores aumentaram quando ele entrou cavalgando na cidade. Logo as primeiras conversações do príncipe com os chefes dos diferentes partidos religiosos, que ele convocou e consultou um por um, fizeram-lhe saber que a fonte principal da desgraça deveria ser procurada na desconfiança mútua dos partidos entre si e na má vontade dos cidadãos contra as intenções do governo e que a sua primeira tarefa deveria ser a de assegurar a adesão dos ânimos. Procurou retirar aos reformistas, numericamente os mais poderosos, as armas das suas mãos através de persuasão e artimanhas, o que conseguiu por fim com muito esforço. Mas como pouco tempo depois foram carregados alguns carros com armas em Mecheln e o governador do Brabante foi visto várias vezes na região de Antuérpia com homens armados, os calvinistas temeram ser molestados com hostilidades durante o seu ofício religioso e solicitaram ao príncipe que lhes cedesse dentro das muralhas um lugar para os seus sermões, onde pudessem estar seguros de qualquer assalto⁴⁸. Ele conseguiu uma vez mais acalmá-los e a sua presença impediu com sucesso que o tumulto rebentasse, mesmo durante a festa da Ascensão de Maria, que atraía muita gente do povo à cidade e da qual se havia receado tudo. A imagem de Maria foi transportada por todo o lado com o habitual aparato sem contestação; alguns insultos e um murmurar inteiramente silencioso acerca de idolatria foi tudo o que a população não católica se permitiu contra a procissão⁴⁹.

(1566) Recebendo de uma província após a outra as mais tristes notícias acerca da ousadia dos protestantes e tremendo por Antuérpia, que tinha sido obrigada a deixar nas perigosas mãos de Orange, a regente vê-se exposta

por outro lado a um susto de não pequena dimensão. Logo ao receber as primeiras notícia acerca dos sermões públicos, ela havia exortado a Liga a cumprir então as suas promessas e a ajudá-la a repor a ordem. Tal pretexto serviu ao conde de Brederode para convocar uma assembleia geral de toda a Liga, não tendo podido escolher uma altura mais perigosa do que a presente. Uma exibição tão provocatória das forças internas da Liga, cuja existência e protecção era o único factor que podia encorajar a população protestante para chegar ao ponto a que havia chegado, tinha agora de elevar a confiança dos sectaristas no mesmo grau em que deitava por terra a coragem da regente. A convenção teve lugar numa cidade da região de Liège, St. Trond, para onde Brederode e Luís de Nassau haviam acorrido à cabeça de 2000 associados. Uma vez que a longa demora da resposta do rei, vinda de Madrid, parecia não predizer-lhes nada de bom daquelas bandas, eles acharam em todo o caso aconselhável pressionar a duquesa a conceder-lhes um foral para a sua segurança pessoal. Aqueles que estavam conscientes de uma simpatia impura para com a população protestante, encaravam a sua desinibição como um aspecto favorável para a Liga; a aparente fortuna daqueles a cujo nível se haviam rebaixado incitou-os a uma mudança de tom; o seu zelo anteriormente digno de glória principiou a degenerar em insolência e espírito de contradição. Muitos opinavam que se deveria aproveitar a confusão geral e a perplexidade da duquesa para assumir um tom mais ousado e acumular exigência sobre exigência. Os membros católicos da Liga, entre os quais havia muitos corações que estavam ainda em sintonia com a causa real e haviam sido levados a aderir à Liga mais por oportunidade e exemplo do que por um impulso interior, ouviram aqui para seu não pouco espanto ser proposta uma liberdade religiosa geral e aperceberam-se então com pavor de quão perigosa era a empresa em que se haviam precipitadamente envolvido. Imediatamente após essa descoberta, o jovem conde de Mansfeld recuou e uma divergência interna principiou já a minar a obra da precipitação e a dissolver imperceptivelmente os elos da Liga⁵⁰.

O conde de Egmont e Guilherme de Orange são mandatados pela regente para negociarem com os membros da Liga. Doze deles, entre os quais estavam Luís de Nassau, Brederode e Culemborg, falaram com eles em Duffel, uma aldeia perto de Mecheln. “Para quê esse novo documento?”, transmitiu-lhes a regente pela boca desses dois. “Foi-me exigido que enviasse dois emissários

para Espanha, eu enviei-os. Os éditos e a Inquisição foram achados demasiado severos, eu suavizei os dois. Foi solicitada uma assembleia geral dos estados gerais do reino, eu apresentei esse pedido ao rei pois não tinha poder próprio para a aprovar. O que é que omiti ou fiz sem o saber, que tornasse necessária essa reunião em St. Trond? Será talvez receio da cólera do rei e das suas consequências o que inquieta os membros da Liga? A ofensa é grande, mas maior é a sua clemência. Onde está pois a promessa da Liga de não despertar tumultos no seio do povo? Onde estão aquelas pomposas palavras segundo as quais estavam prontos antes a morrer a meus pés do que a concederem ao rei algum dos seus direitos? Já os mais novos se permitem coisas que raíam de perto a rebelião e levam a república à ruína; e é a Liga que eles evocam. Se ela tolera tal coisa com o silêncio, torna-se culpada desse atrevimento; se tem lealdade ao seu rei, então não pode ficar inactiva face a tal desregramento da populaça. Mas é ela própria que se antecipa à populaça furiosa com o seu perigoso exemplo, faz alianças com os inimigos da pátria e reforça esses graves rumores com a sua presente e condenável assembleia.”⁵¹

A Liga responsabilizou-se por seu turno formalmente num documento que apresentou através de três membros, também deputados, ao Conselho de Estado em Bruxelas. “Tudo”, lia-se neste, “o que Sua Alteza fez com respeito à nossa petição, foi por nós recebido com a mais viva gratidão; tão-pouco podemos queixar-nos de qualquer inovação que tivesse sido feita durante este tempo, contrariamente à Vossa promessa; mas se apesar disso consultarmos o que a nossa experiência em todo o lado nos diz e nos certificamos com os nossos olhos que os nossos concidadãos são levados a tribunal e condenados à morte por causa da religião, temos necessariamente de deduzir daí que as ordens de Sua Alteza são pelo menos muito pouco acatadas pelos tribunais. O que a Liga prometeu por seu turno foi por ela lealmente cumprido, também tentou de acordo com as suas possibilidades controlar os sermões públicos; mas não é certamente de admirar que uma tão longa demora de uma resposta por parte de Madrid encha os ânimos de suspeição e a esperança desiludida de uma assembleia dos estados gerais faz com que eles fiquem pouco inclinados a acreditar em mais promessas. Nunca a Liga se associou aos inimigos do país; tão-pouco se sentiu tentada a tal coisa. Se forem vistas armas francesas nas províncias, seremos nós, os membros da Liga, os primeiros a montar a cavalo para expulsá-los; mas queremos ser sinceros

para com V. Alteza. Pensamos ler sinais do vosso desagrado face a nós no Vosso rosto; vemos pessoas na posse exclusiva da Vossa clemência que nos são suspeitas pelo ódio que nos votam. Diariamente temos de ouvir as advertências a uma união connosco como se tivéssemos a peste, e que a chegada do rei nos é anunciada como se fosse um Dia do Juízo – o que há de mais natural do que o facto de a suspeição a nosso respeito acabe por despertar também o nosso? que a acusação de lesa-majestade, com a qual as pessoas estão empenhadas em denegrir a nossa união, que as manobras de armamento do duque de Sabóia e outros soberanos, que, como rezam os boatos, nos diriam respeito, as negociações do rei com a corte francesa, para obter a permissão para a passagem de um exército espanhol que estaria destinado aos Países Baixos, e outros acontecimentos semelhantes, nos tenham exortado a pensar na nossa própria defesa e a fortalecer-nos com uma aliança com os nossos amigos no exterior? Na sequência de um boato geral, inconstante e titubeante, somos acusados de participar nesse desenfreamento da população protestante; mas quem não é acusado pelo boato geral? É certamente verdade que também se encontram entre nós protestantes para quem uma tolerância religiosa seria a mais bem-vinda das dádivas, mas eles tão-pouco esqueceram alguma vez o que devem ao seu Senhor. Não é por receio do rei que fomos exortados a fazer essa reunião. O rei é bom e queremos ter esperança de que seja justo. Não pode ser portanto o perdão que junto dele buscamos; e tão-pouco pode ser *esquecimento* aquilo que pedimos para actos que não são os menos consideráveis de entre os méritos que obtivemos junto de S. Majestade. É também verdade que deputados luteranos e calvinistas acorreram ao nosso encontro em St. Trond; mais ainda, eles entregaram-nos uma petição que aqui juntamos para V. Alteza. Eles solicitam nela que possam depor as armas durante os seus sermões se a Liga se prontificar a conceder-lhes segurança e garantir uma assembleia dos Estados Gerais. Acreditámos poder conceder-lhes ambas as coisas, mas a nossa garantia só por si não tem força se não for ratificada simultaneamente por V. Alteza e alguns dos Vossos mais proeminentes conselheiros. Entre eles, ninguém pode estar tão bem instruído acerca do estado das nossas coisas, nem ter intenções tão leais a nosso respeito, do que o príncipe de Orange e os condes de Hoorne e de Egmont. Aceitamos estes três com satisfação como mediadores, se lhes forem dados para tal os plenos poderes necessários e nos for assegurado que

sem o seu conhecimento não serão angariadas tropas nem nomeado um comandante para elas. Exigimos entretanto que tal garantia seja concedida apenas por um dado espaço de tempo, após o qual estará nas mãos do rei decidir se a quer levantar ou confirmar. Se a primeira coisa acontecer, então será justo que nos seja estabelecido um prazo para pôr as nossas pessoas e bens em segurança; três semanas serão suficientes para tal. Por fim e para terminar, comprometemo-nos por nossa parte a não empreender nada de novo sem consultar esses três mediadores.”⁵²

Uma linguagem tão ousada não podia ser adoptada pela Liga se não tivesse um apoio poderoso e não confiasse numa protecção fundamental; mas a regente viu-se tão pouco capacitada para lhe conceder aprovação para os pontos exigidos como para a levar a sério. Em Bruxelas, agora abandonada pela maioria dos conselheiros de Estado, que se haviam retirado para as suas províncias ou se haviam subtraído às suas tarefas sob qualquer outro pretexto, desprovida tanto de conselhos como de dinheiro, cuja mímica a obrigava a apelar à magnanimidade do clero, uma vez que nem esse meio chegava para lhe garantir um refúgio, dependente das ordens de Espanha, sempre esperadas e sempre por chegar, ela acabou por ser levada à humilhante saída de chegar a um acordo com os membros da Liga de St. Trond para que esperassem ainda 24 dias pela resolução do rei antes de empreenderem qualquer outro passo. Era certamente notório o facto de o rei continuar ainda a sonegar uma resposta decisiva à petição, embora se soubesse na generalidade que ele havia respondido a cartas muito mais recentes e que a regente insistia por isso junto dele com a maior veemência. Ela tinha também, imediatamente após o desencadear dos sermões públicos, enviado o marquês de Bergen na retaguarda do barão de Montigny, que enquanto testemunha ocular dessas novas ocorrências deveria secundar o seu relatório escrito com maior vivacidade e fazer com que o rei se definisse com maior rapidez⁵³.

(1566) Entretanto o emissário neerlandês, Florenz de Montigny, havia chegado a Madrid, onde foi recebido da forma mais decorosa. O conteúdo da sua instrução era a abolição da Inquisição e a moderação dos éditos, o aumento do Conselho de Estado e a supressão das duas outras cúrias, a exigência da nação face a uma assembleia geral dos Estados e o pedido da regente acerca da vinda pessoal do rei. Mas como este só procurava ganhar tempo, Montigny foi entretido com a espera da chegada do seu ajudante sem

o qual o rei não queria tomar nenhuma resolução conclusiva. Entretanto, o flamengo tinha audiências diárias com o rei, às horas que lhe aprovessem, sendo-lhe dada ordem para lhe transmitir as notícias da duquesa e a resposta às mesmas. Foi também convocado várias vezes para o Conselho dos assuntos neerlandeses, onde ele nunca deixou de fazer notar ao rei a necessidade de uma assembleia geral dos Estados como sendo o único meio para dar resposta às inquietações até então ocorridas, e que tornaria dispensáveis todos os outros meios. Também lhe demonstrou que só um perdão geral e ilimitado de tudo o que havia ocorrido poderia eliminar a *desconfiança* que estaria na base de todas as queixas e que actuaria eternamente contra qualquer medida de admoestação, por mais bem escolhida que esta fosse. O seu fundamentado conhecimento das coisas e a sua exacta familiaridade com o carácter dos seus compatriotas fizeram com que ele ousasse afiançar ao rei a sua inquebrantável fidelidade, assim que ele os convencesse da sinceridade das suas intenções, recusando por seu turno dar-lhe qualquer esperança até que eles tivessem sido resgatados do receio de serem objecto da sua repressão e de serem sacrificados à inveja dos Grandes espanhóis. O seu ajudante chegou por fim e o conteúdo da sua missão foi submetido a repetidas sessões de aconselhamento⁵⁴.

(1566) O rei estava por essa altura nos bosques de Segóvia, onde também reunia o seu Conselho de Estado. Presentes estavam: o duque de Alba, Don Gomez de Figueroa, conde de Feria; Don Antonio de Toledo, Grão-Comendador da Ordem de S. João; Don Juan Manrique de Lara, camareiro superior da rainha; Ruy Gomez, príncipe de Eboli e conde de Melito; Luís de Quixada, palafreireiro superior do príncipe; Karl Tisnaq, Presidente do Conselho neerlandês; o Conselheiro de Estado e chanceler Hopperus⁵⁵ e o Conselheiro de Estado de Courteville⁵⁶. A sessão continuou durante vários dias, ambos os emissários assistiram a ela, mas o próprio rei não estava presente. Foi então ali clarificada a conduta da aristocracia neerlandesa à luz do olhar espanhol; foi seguida passo a passo até à sua mais remota origem; estabeleceu-se entre ocorrências uma correlação que elas nunca haviam tido, associando um plano amplamente amadurecido a acontecimentos que o instante fizera nascer. Todos esses diferentes processos e tentativas da aristocracia, alinhados apenas pelo acaso e guiados de uma forma e não de outra pelo curso mais natural das coisas, teriam sido supostamente urdidos a partir

desse plano sobejamente reflectido para introduzir uma liberdade religiosa geral e levar o leme do poder para as mãos da aristocracia. O primeiro passo para tal, como foi dito, teria sido o afastamento violento do ministro Granvella, no qual nada se podia encontrar de censurável excepto o acto de ele estar na posse de um poder que se gostaria de exercer por mão própria. O segundo passo teria sido dado pelo envio do conde de Egmont a Espanha, com a suposta finalidade de insistir na abolição da Inquisição e moderação das penas e obter junto do rei um alargamento do Conselho de Estado. Mas uma vez que tal coisa não teria sido obtida por tão modesta via, logo ter-se-ia tentado pressionar a Corte por meio de um terceiro passo, mais ousado, através de uma conspiração formal, a Liga dos Gueux. Um quarto passo para o referido objectivo é esta nova embaixada, na qual finalmente deitam fora a máscara sem rodeios e, por meio das mais insanas propostas que não se coíbem de fazer ao rei, revelam claramente para onde teriam conduzido todos aqueles passos anteriores. Ou, disse-se ainda, pode a abolição da Inquisição conduzir a algo menos do que a uma completa liberdade religiosa? Não se deitará com ela a perder o leme da consciência? Não se introduzirá com essa proposta de *Moderação* uma inteira imunidade de todas as heresias? O que é esse projecto de alargamento do Conselho de Estado e de repressão das duas outras Cúrias senão uma completa reconversão do governo do Estado em favor da aristocracia? Um governo geral para todas as províncias dos Países Baixos? Não será já esse ajuntamento dos hereges, por ocasião dos sermões públicos, a terceira associação empreendida com as mesmas intenções, uma vez que a Liga dos Grandes no Conselho de Estado e a Liga dos Gueux não terão parecido ser suficientemente eficazes?⁵⁷

Quaisquer que fossem porém as origens desse mal, admitiu-se que ele não seria por isso menos problemático e premente. A inevitável deslocação pessoal do rei a Bruxelas era certamente o meio adequado para o suprimir de forma rápida e completa. Mas uma vez que a altura do ano era já tardia e que os preparativos para essa viagem teriam de tomar todo o curto espaço de tempo que faltava para o Inverno; uma vez que tanto a tempestuosa estação do ano como o perigo das naus francesas e inglesas, que tornavam inseguro o oceano, não permitiam que fosse tomado o caminho marítimo do norte, que era o mais curto de ambos; uma vez que os próprios rebeldes podiam entretanto haver tomado posse da ilha de Walcheren e impedir com isso que o

rei aportasse: logo, não era possível pensar nessa viagem antes da Primavera e, na falta do único meio fundamental, era necessário que se contentassem com uma saída intermédia. Acordou-se portanto em transmitir ao rei: *em primeiro lugar*, que ele providenciasse para que fosse retirada a Inquisição papal das províncias, deixando-a nas mãos dos bispos; *em segundo lugar*, que fosse esboçado um novo plano para atenuar os éditos, no qual a dignidade da religião e do rei fossem mais poupadas do que na Moderação que havia sido remetida; *em terceiro lugar*, que ele concedesse à regente plenos poderes para conceder clemência a todos aqueles que não tivessem ainda cometido algo condenável ou tivessem já sido condenados judicialmente, porém à exceção dos pregadores e dos seus acólitos, a fim de tranquilizar os ânimos e não deixar nenhuma via humana por experimentar. Todas as Ligas, irmandades, reuniões públicas e sermões deveriam continuar a ser proibidos e firmemente punidos; se contudo alguém actuasse no sentido oposto, então a regente deveria ter liberdade para servir-se das tropas ordinárias para submeter os rebeldes pela violência, também para recrutar novas tropas em caso de necessidade e nomear os comandantes das mesmas segundo os seus critérios. Finalmente seria bom que Sua Majestade escrevesse aos supremos governadores das cidades, aos prelados e aos membros proeminentes da aristocracia, a alguns pelo próprio punho e a todos num tom clemente, a fim de reavivar o seu zelo enquanto súbditos⁵⁸.

Assim que esta resolução do Conselho de Estado foi apresentada ao rei, a primeira coisa que ele fez foi dar ordem para que fossem organizadas, nos lugares mais significativos do reino e também nos Países Baixos, procissões e orações públicas para solicitar inspiração divina para a sua decisão. Surgiu pessoalmente no Conselho de Estado, a fim de aprovar essa resolução e mandá-la aprontar imediatamente. Declarou a Dieta como sendo inútil e recusou-a na íntegra; comprometeu-se porém a manter alguns regimentos alemães com o seu soldo e, a fim de que eles servissem com maior zelo, a pagar os soldos em atraso. À regente ordenou numa carta privada que se armas-se secretamente para a eventualidade de uma guerra; três mil cavaleiros e dez mil soldados deveriam ser recrutados na Alemanha, missão para a qual ele a dotou com as necessárias missivas e lhe fez chegar uma soma de 300 000 florins⁵⁹. Fez acompanhar essa resolução com várias cartas escritas à mão a algumas pessoas privadas e cidades, nas quais ele lhes agradecia em termos

muito clementes pelo seu bom zelo demonstrado e os exortava a tal também no futuro. Independentemente do facto de ele permanecer inflexível sobre o ponto mais importante, em que a nação se havia agora prioritariamente fixado, a convocação dos Estados, independentemente do facto de essa limitada e ambígua amnistia ser praticamente nula e demasiado dependente do arbítrio para dar uma garantia aos ânimos; independentemente, por fim, de ele ter finalmente rejeitado como demasiado suave o esboço de *Moderação*, sobre cuja dureza as pessoas se queixavam – contudo ele havia dado um passo inusitado a bem da nação: tinha-lhe sacrificado a Inquisição papal e deixado apenas a bispal, à qual ela estava habituada. Ela havia encontrado no Conselho espanhol juízes mais clementes do que talvez se pudesse esperar. Fica por deslindar se essa sábia tolerância teria tido o efeito esperado noutra altura e noutras circunstâncias. Agora ele vinha demasiado tarde: quando (1566) as missivas reais chegaram a Bruxelas, havia rebentado o movimento iconoclasta.

Notas:

¹ Seguia-se na edição de 1788: “antes pelo contrário (um destino que parece estar intimamente associado aos seus *pares*), apoderou-se ainda da lacuna que a sua situação afortunada, agora fugida, neles havia deixado, agora eles especulavam...”

² Strada 52

³ Burgundius 150. Hopperus op. cit. II 2, 68.

⁴ E não foi por acaso que também o príncipe de Orange desapareceu tão rapidamente de Bruxelas para comparecer na eleição imperial em Frankfurt. Uma assembleia de tantos príncipes alemães tinha de favorecer bastante uma negociação. Strada 84.

⁵ Grotius 19. Burgundius 154.

⁶ Burgundius 351s. Grotius 20. “Sou Brederode, do meu povo não o menor/a fama e a virtude são anunciadas em mais de uma página.”

⁷ Um calvinista empenhado e um dos mais expeditos angariadores para a Liga e que se vangloriava de ter convencido cerca de 2000 nobres a aderir. Strada 118.

⁸ Burgundius 155. Strada 118 – refere nove. Allg. Gesch. d.v. Niederlande 3, 57 – refere onze.

⁹ Burgundius 156-159. Strada 118. Segundo Richard Fester, Schiller traduziu a partir de Watson, I, 275ss (cf. SW IV, 1026).

¹⁰ Strada 119. Burgundius 159-161.

¹¹ Burgundius 161s. 166.

¹² Hopperus op. cit. II2, 69s. Burgundius 166s.

¹³ Strada 120. Burgundius 168s.

¹⁴ Hopperus op. Cit. II 2, 71s. Burgundius 173.

¹⁵ O dinheiro havia sido confiscado pela rainha Isabel.

¹⁶ Strada 121s.

¹⁷ Strada 122s.

¹⁸ Burgundius 174-180. Hopperus, Mém. II 2, 72. Strada 123 s. “Que ninguém se admire”, diz Burgundius (180), defensor acalorado da religião católica e do partido espanhol, “que de todo o discurso deste príncipe sobressaiam tantos conhecimentos de filosofia: ele havia ido buscá-los ao convívio com Balduino.”

¹⁹ Strada 124s.

²⁰ Strada 126.

²¹ Hopperus op. cit. II 2, 73.

²² Seguiu-se na edição de 1788: “O irromper de uma rebelião poderia ser-lhes menos indiferente do que a todos os outros, uma vez que toda a sua fortuna residiria em terreno aberto (i. e., na propriedade fundiária) e seria em primeiro lugar prejudicada por um levantamento.”

²³ Hopperus op. cit. II 2, 73. Strada 126 s. Burgundius 182s.

²⁴ Hopperus 74. Burgundius 162-166.

²⁵ Hopperus op. cit. II 2, 74s. Strada 127.

²⁶ “Mas”, assegurou depois Egmont na sua declaração de responsabilidade, “apenas bebemos um único copo enquanto eles gritavam: Viva o rei e vivam os Gueux. Foi a primeira vez que ouvi essa designação e certamente que ela me desagradou. Mas os tempos eram tão ruins que uma pessoa tinha que aderir a muita coisa contra a sua inclinação e eu pensava estar a cometer um acto inocente.” Procès criminels des Comtes d’Egmont etc. (69s). Responsabilidade de Egmont.

²⁷ Hopperus op. cit. II 2, 75. Strada 127-129. Burgundius 185-187.

²⁸ Burgundius (188) indica doze representantes, a que o povo terá chamado, por escárnio, os doze apóstolos.

²⁹ Strada 131.

³⁰ Hopperus op. cit. II 2, 75.

³¹ Grotius 22. Burgundius 196ss.

³² All. Gesch. d. v. Niederlande 3, 72.

³³ Burgundius 190-193.

³⁴ Allg. Gesch. d.v. Niederlande 3, 72. Os termos originais são *Moderation*, moderação, e *Moorderation*, assassinio. Optou-se por manter um trocadilho no texto, mesmo “moderando” o impacto do significado original (N. T.).

³⁵ Vigl. Ad Hopperum 7.^a carta (*apud* Papendrecht op. cit I 1, 358ss).

³⁶ Este marquês de Bergen deve ser diferenciado do conde Guilherme de Bergen, um dos primeiros a assinar o compromisso. (Nota 21 a) Viglius ad Hopperum 7.^a Carta (op. cit. 358).

³⁷ Strada 133s.

³⁸ Meteren I, 81s.

³⁹ Burgundius 188s.

⁴⁰ Onde ficou três meses longe de qualquer actividade. Termo de acusação de Hoorne. Procès criminels des Comtes d'Egmont, etc. I, 118.

⁴¹ Strada 131ss.

⁴² Grotius 22.

⁴³ Grotius 22 (?). Strada 136. Burgundius 212.

⁴⁴ Grotius 29 (22?). Burgundius 203s.

⁴⁵ Burgundius 213-215. Esta inaudita brutalidade por parte de uma pessoa singular para irromper no meio de uma multidão de 7000 pessoas temerárias, ainda mais inflamadas por uma crença comum, para prender uma pessoa que eles veneram diante dos seus olhos, é uma prova maior que tudo o que se possa dizer sobre essa matéria do insolente desprezo com que os católicos de então teriam olhado para os alegados hereges, que consideravam como um tipo de pessoas mais ruim.

⁴⁶ Strada 136s. Burgundius 215-223. 230-232.

⁴⁷ Strada 138s. Burgundius 233s.

⁴⁸ Meursius, Gulielmus Auriacus I, 10s.

⁴⁹ Meteren I, 83. Burgundius 234.

⁵⁰ Burgundius 235s. Strada 140.

⁵¹ Meteren I, 83s. Burgundius 237-239.

⁵² Meteren I, 84s. Strada 141. Burgundius 240-251. Meursius I, 11.

⁵³ Hopperus, Mém. op. cit. II 2, 91s. Burgundius 252. 255.

⁵⁴ Hopperus op. cit. II 2, 78s. 81.

⁵⁵ Das respectivas Memórias, enquanto pessoa participante, são extraídos os resultados dessa sessão.

⁵⁶ Hopperus op. cit. I 2, 87s.

⁵⁷ Hopperus op. cit. II 2, 81s.

⁵⁸ Hopperus op. cit. II 2, 87-89.

⁵⁹ Hopperus 92s. 95. Burgundius 287s.

QUARTO LIVRO

O movimento iconoclasta

Parece claro que as motivações dessa extraordinária ocorrência não têm de ser procuradas em causas tão remotas como as que muitos historiadores se esforçam por encontrar. É certamente possível, e muito provável, que os protestantes franceses tivessem trabalhado com afincos para manter nos Países Baixos um viveiro para a sua religião e que ambicionassem impedir por todos os meios um compromisso positivo entre os seus irmãos de credo ali sediados e o rei de Espanha, a fim de dar que fazer a esse irreconciliável inimigo da sua facção no próprio país; muito natural era portanto que os seus representantes nas províncias não tenham deixado de encorajar os seus oprimidos correligionários incutindo-lhes esperanças temerárias, de alimentar de todas as maneiras o seu azedume contra a Igreja dominante, de exagerar a pressão sob a qual suspiravam, levando-os com isso imperceptivelmente a cometerem acções ruins. Era possível que houvesse também por entre os membros da Liga muitos que pensassem que podiam ajudar a sua própria causa perdida aumentando o número dos corresponsáveis, que acreditassem não poder salvar a legitimidade da sua união, a não ser provocando realmente as desastrosas consequências em relação às quais o rei os havia advertido, e que esperavam encapotar o seu próprio crime numa generalidade de crimes. Mas que o movimento iconoclasta tivesse sido o fruto de um plano superior, acordado na convenção de St. Trond, que numa assembleia solene tantos homens nobres e valentes, de entre os quais a maioria ainda era adepta do Papado, algum tresloucado tivesse tido o atrevimento de traçar o plano de uma acção declaradamente vergonhosa, que não só feria um partido religioso em especial como espezinhava sobretudo todo o respeito pela religião e toda a ética, e só podia se acolhida no seio lamacento de uma alma plebeia proscrita, tal não seria credível já só pelo facto de esse acto raivoso surgir na sua génese de modo muito rápido, na sua execução de modo muito apaixonado e monstruoso para não ser o produto *do* momento em que veio à luz do dia, e porque decorre de forma tão natural das circunstâncias que a precederam que não necessita de investigações mais profundas para explicar a sua origem.

Uma multidão rude e numerosa, constituída a partir da mais baixa ralé, animalesca pelo tratamento animalesco, expulsa e acoçada até ao desespero de fronteira em fronteira por mandatos de execução que os esperam em cada cidade, obrigada a ocultar a sua devoção, a manter em segredo um direito humano universal e sagrado como se fosse uma obra das trevas – tendo talvez diante dos seus olhos os orgulhosos templos erguidos pela Igreja triunfante, onde os seus arrogantes irmãos se mantêm no conforto exuberante do seu culto; eles próprios compelidos para fora dos muros, compelidos quiçá pelo número mais fraco, aqui na floresta selvagem, sob o sol ardente do meio-dia, numa censurável secretude, a servir o mesmo Deus – expulsos da sociedade civil para o estado natural e recordando num terrível momento os direitos desse estado! Quanto maior é o seu número, tanto menos natural é esse destino; é com espanto que dele se dão conta. Céu aberto, armas à disposição, loucura no cérebro e no coração azedume, tudo isso vem em ajuda de um sinal por parte de um orador fanático, a ocasião faz o seu apelo, nenhuma combinação é necessária quando todos os olhares dizem o mesmo, a decisão nasceu ainda antes de a palavra ser proferida; prontos para uma acção transgressora, ainda ninguém sabe claramente qual será, – dispersa-se essa tropa raivosa. O risonho bem-estar da religião inimiga fere a sua pobreza, a pompa daqueles templos escarnece da sua fé de fugitivos; cada cruz erguida nas estradas, cada imagem de um santo com que deparam é um sinal de vitória edificado sobre eles e cada um tem de ser derrubado pelas suas mãos vingadoras. O fanatismo dá origem à crueldade, mas são as paixões rasteiras, às quais se abre aqui uma rica base de satisfação, que o levam à consumação.

(1566) O início do movimento iconoclasta aconteceu na Flandres ocidental e em Artois, nos territórios entre o Lys e o mar. Um bando furioso de artesãos, marinheiros e camponeses, misturados com prostitutas, mendigos e ladroagem, cerca de 300 em número, equipados com cutelos, machados, martelos, escadas e cordas, estando apenas alguns entre eles na posse de armas de fogo e de punhais, arremessam-se, entusiasmados por uma fúria fanática, por todos os cantos e aldeias na região de St. Omer, rebentam violentamente com as portas das igrejas e dos conventos que encontram fechadas, derrubam os altares, quebram as imagens dos santos e calcam-nas com os pés. Em maior estado de efervescência devido a essa condenável acção e reforçados por muitos que acorriam de novo, avançam a direito para Ypern,

onde podem contar com um forte número de adeptos calvinistas. Sem encontrarem resistência, irrompem ali na Igreja matriz, sobem às paredes por meio de escadas, destroem os quadros com martelos, escavacam púlpitos e cadeiras, despojam os altares dos seus ornamentos e roubam os recipientes sacros. Tal exemplo é imediatamente imitado em Menin, Comines, Werwick, Lille e Oudenaarde; a mesma fúria apodera-se em poucos dias de toda a Flandres. Precisamente na altura em que chegavam as primeiras notícias, Antuérpia regurgitava de uma quantidade de população sem lar e que a festa da Assunção de Maria havia concentrado nessa cidade. A presença do príncipe de Orange mal consegue manter as rédeas face ao bando à solta, que arde por imitar os seus irmãos em St. Omer; mas uma ordem da Corte, que o chama à pressa a Bruxelas onde a Regente reúne nesse momento o Conselho de Estado, para lhe apresentar as cartas do rei, entrega Antuérpia ao atrevimento desse bando. O seu afastamento é a palavra de ordem para o tumulto. Receando o desregramento da plebe, que se manifestara logo nos primeiros dias com alusões sarcásticas, tinha-se guardado a imagem de Maria no coro depois de um número reduzido de saídas, sem a erguer, como de costume, no meio da igreja. Tal facto foi pretexto para que alguns atrevidos mancebos, saídos do povo, fossem fazer-lhe aí uma visita e lhe perguntassem sarcasticamente por que razão se havia ausentado tão depressa? Outros subiram ao púlpito, onde macaquearam o pregador e pediram meças aos papistas. Um marinheiro católico, aborrecido com essa brincadeira, quis puxá-los de lá para baixo e chegou-se à pancada no púlpito. Cenas semelhantes ocorreram na noite seguinte. O número aumentou, muitos vieram já equipados com ferramentas suspeitas e armas ocultas. Finalmente ocorre a um deles exclamar *Vivam os Gueux!*; imediatamente toda o bando o secunda e a imagem de Maria é exortada a fazer o mesmo. Os poucos católicos que ali estavam abdicam da esperança de fazer qualquer coisa contra esses tresloucados e abandonam a igreja depois de terem fechado todas as portas excepto uma. Logo que os outros se vêem a sós, é feita a proposta de entoar com uma nova melodia um dos salmos proibidos pelo governo. Ainda a cantar atiram-se todos, como obedecendo a um sinal dado, à imagem de Maria com fúria, perfuram-na com espadas e punhais e decepam-na; prostitutas e ladrões arrebatam as velas maiores dos altares e alumiam a acção. O belo órgão da igreja, uma obra-prima da arte de então, é despedaçado, todas as pinturas são apa-

gadas, todas as estátuas estilhaçadas. Um Cristo crucificado em tamanho natural, erguido diante do altar-mor entre os dois meliantes, uma peça antiga e considerada muito valiosa, é arrebatado com cordas para o chão e partido com machados, enquanto os dois assassinos ao seu lado são respeitosamente poupados. As hóstias são espalhadas no chão e pisadas; o vinho da Última Ceia, que é ali encontrado por acaso, é bebido à saúde dos Gueux; com os santos óleos são esfregados os sapatos. As próprias sepulturas são revolvidas, os cadáveres semidecompostos são arrebatados e espezinhados. Tudo aconteceu com uma ordem tão milagrosa como se os papéis tivessem sido anteriormente distribuídos; cada um ajudava o seu vizinho; ninguém, por mais arriscada que fosse tal empresa, foi lesado, mau grado as espessas trevas, mau grado as cargas enormes que caíam à volta e junto deles e o facto de alguns terem passado à força física nos degraus superiores das escadas¹. Mau grado as muitas velas que lhes alumiamavam o caminho para a sua façanha, nenhum deles foi reconhecido. Com incrível velocidade, a acção foi consumada; um número máximo de cem pessoas devastou em poucas horas um templo de setenta altares, um dos maiores e mais pomposos da cristandade depois da igreja de S. Pedro em Roma.

As acções não se limitaram à igreja matriz; com fochos e velas dali desviados, as pessoas abalam ainda a meio da noite para dar um destino semelhante às restantes igrejas, mosteiros e capelas. Os bandos aumentam com cada novo acto criminoso e a ocasião faz o ladrão. Leva-se o que se encontra, recipientes, toalhas do altar, dinheiro, paramentos; as caves dos mosteiros dão azo a novas volúpias; os monges e as freiras abandonam tudo para fugirem à última injúria. O tumulto abafado dessa ocorrência havia arrancado os cidadãos ao seu primeiro sono; mas a noite tornou o perigo mais terrível do que era na realidade e, em lugar de acorrer em ajuda às suas igrejas, as pessoas barricaram-se em casa e esperaram pelo novo dia em incerteza e pavor. O nascer do sol mostrou finalmente a devastação ocorrida – mas a obra da noite não havia acabado com ela. Algumas igrejas e mosteiros haviam ainda sido poupados e são agora abrangidos por um destino semelhante; três dias é quanto duram essas atrocidades. Preocupados por fim que essa rale furiosa, no caso de nada mais encontrar de sagrado para destruir, cometesse um ataque semelhante aos bens profanos e se tornasse perigosa para os seus armazéns de mercadorias, e simultaneamente encorajados pela descoberta

do reduzido número dos inimigos, os cidadãos mais ricos ousam mostrar-se armados diante das portas das suas casas. Todas as portas da cidade são trancadas, excepto uma única pela qual irrompem os iconoclastas, a fim de renovarem as mesmas atrocidades nas regiões contíguas. Durante todo esse tempo, a autoridade só ousou uma vez servir-se do seu poder; de tal modo se viu retida pelo receio do poder superior dos calvinistas, a partir dos quais, como se pensava, a ladroagem havia medrado. Os prejuízos causados por essa devastação eram incomensuráveis; só na Igreja de Santa Maria eles são calculados em 400 000 florins em ouro. Muitas obras de arte consideráveis foram por essa altura aniquiladas, ali se perdendo muitos manuscritos preciosos, muitos monumentos importantes para a História e a diplomacia. A magistratura deu ordem imediata para restituir as coisas roubadas sob pena de morte, no que foi expressamente apoiada pelos pregadores reformistas, que se envergonhavam em nome do seu partido religioso. Muitas coisas foram salvas desse modo e os líderes da população, fosse por estarem animados menos por cobiça do que por fanatismo e vingança, fosse por serem dirigidos por mãos estranhas, decidiram, a fim de prevenir de futuro esses desvios, passar a atacar em grupo e de forma mais ordeira².

A cidade de Gent estremecia entretanto face a um destino semelhante; logo ao receber a primeira notícia do movimento iconoclasta em Antuérpia, a magistratura desta cidade tinha-se associado aos mais distintos cidadãos por meio de um juramento para repelir à força os violadores dos templos; quando tal juramento foi apresentado ao povo, as opiniões ficaram divididas e muitos declararam abertamente que não estavam dispostos a impedir um ofício tão devoto. Nesse estado das coisas, os padres católicos acharam aconselhável retirar os objectos mais preciosos das igrejas e colocá-los na cidadela e foi permitido a algumas famílias pôr igualmente em segurança o que os seus antepassados haviam oferecido à Igreja. Entretanto todas as cerimónias haviam sido canceladas, os tribunais fizeram uma paragem como numa cidade conquistada, as pessoas estremeciam na expectativa do que estava para vir. Por fim, um bando irreverente ousou dirigir-se ao governador da cidade com um requerimento desavergonhado. Ter-lhes-ia sido ordenado pelos seus superiores, disseram, retirar as imagens das igrejas a exemplo das outras cidades. Se as pessoas não lhes resistissem, tal deveria decorrer tranquilamente e sem danos; de contrário, porém, fariam assaltos; e foram ao ponto, no seu

descaramento, de exigir para tal o apoio dos funcionários do tribunal. Ao princípio, o governador ficou petrificado com tal desafio; mas depois de ter tomado em consideração o facto de as escaramuças serem quiçá mantidas dentro de maiores limites devido ao prestígio das leis, não teve reservas em conceder-lhes os ajudantes.

Em Tournai e face à guarnição que não pôde ser convencida a marchar contra os iconoclastas, as igrejas foram despojadas dos seus ornamentos. Uma vez que lhes tinha sido revelado que os recipientes de ouro e de prata, juntamente com o resto das jóias do património, haviam sido enterrados, eles remexeram todo o chão da igreja e nessa ocasião veio de novo à superfície o cadáver do duque Adolf de Geldern, que havia estado outrora à cabeça dos revoltosos de Gent, tendo sido morto no encontro e sepultado em Tournai. Esse Adolf havia feito a guerra contra o seu pai e arrastado o ancião derrotado até à prisão, descalço e ao longo de algumas milhas; mas ele próprio havia sido submetido a igual tratamento por Carlos o Temerário da Borgonha. Agora, meio século mais tarde³, o destino vingou um crime contra a natureza por meio de outro contra a religião; o fanatismo teve de profanar o sagrado para entregar uma vez mais à maldição as ossadas de um parricida⁴.

Aos iconoclastas de Tournai associaram-se outros de Valenciennes, a fim de devastar todos os mosteiros da região em volta, tendo aí uma preciosa biblioteca, resultante do trabalho de muitos séculos, sucumbido às chamas. Esse exemplo nefasto chegou também ao Brabante. Mecheln, Hertogenbosch, Breda e Bergen op Zoom sofreram o mesmo destino. Só as províncias de Namur e Luxemburgo, para além de uma parte de Artois e de Hainaut, tiveram a sorte de se manter ilesas face a essas acções vergonhosas. Num espaço de tempo de quatro ou cinco dias, só no Brabante e na Flandres haviam sido devastadas 400 igrejas⁵.

A mesma fúria que percorreu a parte sul dos Países Baixos apoderou-se em breve também do norte. As cidades holandesas de Amsterdão, Leiden e Gravenhaag tiveram de optar por despojar voluntariamente as suas igrejas dos seus ornamentos ou vê-los serem arrebatados por mão violenta. Delft, Haarlem, Gouda e Roterdão escaparam à devastação graças à atitude decidida do seu magistrado. As mesmas acções violentas foram também cometidas nas ilhas da Zelândia; a cidade de Utreque, alguns lugares em Oberyssel e

Gröningen sofreram os mesmos assaltos. A Frísia foi poupada de um destino semelhante pelo conde de Aremberg e Geldern pelo conde de Meghem⁶.

O boato acerca dessas desordens, que chegava ampliado de todas as províncias, espalhou o terror em Bruxelas, onde a regente havia precisamente organizado uma sessão extraordinária do Conselho de Estado. Os enxames de iconoclastas avançam já pelo Brabante adentro e ameaçam mesmo a capital, onde estão certos de terem um forte número de adeptos, de renovar as mesmas atrocidades sob os olhos da Majestade. Temendo pela sua própria pessoa, que crê não estar segura nem no coração do país, entre governadores e cavaleiros, a regente está já em vias de fugir para Mons em Hainaut, cidade onde o duque de Arschot lhe garantiu refúgio, para não ficar entregue ao arbítrio dos iconoclastas e ser coagida a aceitar condições indecorosas. É em vão que os cavaleiros hipotecam a vida e o sangue pela sua segurança e tentam insistentemente convencê-la a não os expor à vergonha através de tão condenável fuga, como se lhes faltasse coragem ou zelo para proteger a sua soberana; é em vão que a própria cidade de Bruxelas lhe faz ver que não deve abandoná-la nessa situação extrema, que o Conselho de Estado lhe faz recomendações expressas para não encorajar ainda mais a insolência dos rebeldes por meio de um passo tão precipitado; ela permanece inamovível quanto a essa desesperada decisão, uma vez que chegavam mensageiros atrás de mensageiros para lhe transmitir que os iconoclastas estariam em vias de marchar contra a capital. Ela dá ordem para manter tudo pronto para a sua fuga, que deveria ocorrer no silêncio da madrugada. Ao nascer do dia surge diante dela o velho Viglius, que ela se habituara a negligenciar havia já muito tempo, a fim de agradar aos Grandes. Ele quer saber o que significam esses preparativos, ao que ela lhe confessa finalmente que pretende fugir e que ele faria bem em tentar salvar-se também a si próprio. “Faz agora dois anos”, disse-lhe o ancião, “durante os quais haveis podido ter presente este desfecho das coisas. Uma vez que falei mais livremente do que os vossos cortesãos, haveis-me fechado o vosso principesco ouvido, que estava apenas aberto a anúncios nefastos.” A regente admite ter falhado e sido cegada por uma aparência de legalidade; mas agora a necessidade seria premente. “Estais disposta”, ripostou Viglius em seguida, “a manter os mandatos reais com persistência?” “A isso estou”, respondeu-lhe a duquesa. “Então buscai o vosso refúgio no grande segredo

da arte de governar, a dissimulação, e aparentai aderir à causa dos príncipes, até terdes reprimido esta tempestade com a ajuda deles. Mostrai-lhes uma confiança da qual estais muito distante no vosso coração. Levai-os a jurar que farão causa comum convosco para fazer face a essas desordens. Confiai como amigos naqueles que estiverem livremente dispostos a tal, mas evitai assustar os outros com o vosso desprezo.” Viglius reteve-a ainda durante muito tempo com palavras até à chegada dos príncipes que ele sabia que não admitiriam de modo algum a fuga da regente. Quando eles chegaram, afastou-se em silêncio para dar ordens ao Conselho Municipal para fechar as portas da cidade e impedir a saída de todos os que pertencessem à Corte. Este último passo obteve mais resultados do que todos os argumentos anteriores. A regente, vendo-se prisioneira na sua própria residência, entregou-se então aos efeitos de persuasão por parte dos seus nobres, que reiteraram permanecer junto dela até à última gota de sangue. Ela nomeou o conde de Mansfeld comandante da cidade, aumentou apressadamente as tropas ocupantes e armou toda a Corte⁷.

Realizava-se então a assembleia do Conselho de Estado, cuja resolução final tinha por objectivo ceder à necessidade de permitir os sermões nos lugares onde haviam já principiado, de tornar publicamente conhecida a supressão da Inquisição papal, de declarar abolidos os antigos éditos contra os hereges e, acima de tudo, de deferir o pedido da nobreza aliada em relação a uma segurança sem limites. Logo a seguir são nomeados o príncipe de Orange, os condes de Egmont e de Hoorne, além de outros, para negociar a esse respeito com os deputados da Liga. Esta vê-se solenemente, e da forma menos ambígua, isenta de qualquer responsabilidade por causa da petição apresentada, sendo dada ordem a todos os funcionários do rei e às autoridades para respeitarem tal garantia e não tomarem quaisquer medidas contra algum dos membros da Liga, nem nesse momento nem em tempos futuros. Em contrapartida, os membros da Liga comprometeram-se a serem fiéis servos de Sua Majestade, a contribuir com todas as forças para restabelecer a calma e punir os iconoclastas, a levarem o povo a depor as armas e a prestarem ajuda ao rei contra inimigos internos e externos. Garantia e contra-garantia foram estabelecidas sob a forma de diplomas e assinadas pelos representantes de ambas as partes; o certificado de garantia foi ainda especialmente assinado pela duquesa e dotado com o seu selo. Após uma luta

difícil e com os olhos em lágrimas, a regente havia dado esse doloroso passo e foi a tremer que o confessou ao rei. Lançou todas as culpas para os Grandes, que a teriam mantido como que prisioneira e a teriam levado a tal pela força. Foi com especial amargura que se queixou do príncipe de Orange⁸.

Cumprida essa tarefa, todos os governadores regressaram à pressa às suas províncias; Egmont para a Flandres, Orange para Antuérpia. Aqui, os protestantes haviam tomado posse das igrejas devastadas como de uma coisa que pertence ao primeiro que a encontre, tendo-se instalado nelas de acordo com os hábitos de guerra. O príncipe devolve-as aos seus legítimos proprietários, organiza a sua restauração e restabelece nelas o ofício católico. Três dos iconoclastas, que fora possível deter, pagam o seu desvario com a força, alguns agitadores são repreendidos, muitos outros têm de suportar penas. Em seguida, ele reúne quatro deputados de cada idioma ou, como eram chamados, das nações, e chega a acordo com eles para que lhes sejam cedidas três praças dentro da cidade, uma vez que o Inverno se aproximava e tornaria daí em diante impossíveis os sermões em campo aberto. Nessas praças, eles poderiam construir novas igrejas ou também casas particulares em anexo. Ali deveriam praticar o seu ofício religioso todos os domingos e feriados, sempre à mesma hora; mas qualquer outro dia deveria ser-lhes interdito para esse uso. Se não houvesse nenhum feriado durante a semana, deveria a quarta-feira vigorar como tal. Nenhum partido religioso deveria manter mais do que dois padres e estes teriam de ser neerlandeses de origem ou pelo menos terem recebido o direito de cidadania de qualquer cidade de prestígio nas províncias. Todos deveriam prestar um juramento de lealdade enquanto súbditos da autoridade municipal e do príncipe de Orange no que dizia respeito a questões civis. Deveriam comportar todos os encargos de modo igual a aos restantes cidadãos. Ninguém deveria vir armado para os sermões, embora devesse ser permitida uma espada. Nenhum pregador deveria atacar no púlpito a religião dominante nem aceitar entrar em pontos controversos, excepto naquilo que a própria doutrina tornava inevitável e no que dizia respeito aos costumes. Fora da região que lhes havia sido atribuída, não deveriam cantar nenhum salmo. Na escolha dos seus pregadores, dirigentes e diáconos, bem como em todas as restantes assembleias consistoriais, deveria ser sempre convocada uma pessoa que representasse a autoridade e que relatasse ao príncipe e à magistratura o que ali se havia

decidido. Além disso, deveriam gozar da mesma protecção do que a religião dominante. Tal organização deveria permanecer até que o rei, com o acordo dos Estados, decidisse de modo diferente; mas aí cada um deveria ter a liberdade de abandonar o país com a sua família e os seus bens.

De Antuérpia, o príncipe apressou-se a ir à Holanda, à Zelândia e a Utreque, a fim de obter acordos semelhantes e restabelecer a calma; mas Antuérpia foi confiada durante a sua ausência à custódia do conde de Hoogstraeten, que era um homem brando e, independentemente da sua declarada pertença à Liga, nunca fora avaro na sua fidelidade ao rei. É visível que o príncipe havia com esse acordo ultrapassado os seus poderes delegados e não tinha actuado de forma diferente de um soberano ao serviço do rei. Mas ele argumentou em sua defesa que seria muito mais fácil à magistratura vigiar essa numerosa e poderosa seita se se envolvesse ele próprio no seu ofício religioso e se este ocorresse debaixo dos seus olhos, em lugar de deixar os sectaristas entregues a si próprio em campo aberto⁹.

Mais severa foi a atitude do conde de Meghem em Geldern, onde reprimiu inteiramente a seita protestante e expulsou todos os seus pregadores. Em Bruxelas, a regente serviu-se da vantagem dada pela sua presença para impedir os sermões públicos mesmo fora da cidade. Quando por esse motivo o conde de Nassau lhe lembrou, em nome da Liga, o acordo feito, questionando-a sobre se a cidade de Bruxelas teria menos direitos do que as restantes cidades, ela respondeu: se em Bruxelas já tinham sido feitos sermões públicos antes do acordo, não seria obra sua se eles não tinham agora lugar. Em simultâneo, ela fez saber secretamente aos cidadãos que o primeiro que ousasse assistir a um sermão público contaria com a força como certa. Desse modo, ela manteve pelo menos a fidelidade da sua residência¹⁰.

Mais difícil foi acalmar Tournai, tarefa entregue ao conde de Hoorne em lugar de Montigny, a cuja administração a cidade pertencia. Hoorne ordenou aos protestantes que abandonassem de imediato as igrejas e se contentassem com um templo fora das muralhas. Contra isso, os pregadores ripostaram que as igrejas teriam sido erguidas para uso do povo, porém o povo estaria não onde estavam os padres mas onde estava a maioria. Se eles fossem expulsos das igrejas católicas, então seria justo que lhes fosse concedido dinheiro para construir igrejas próprias. A isso respondeu o magistrado: Embora o partido católico seja o mais fraco, ele seria certamente

o melhor. Construir igrejas não lhes deveria ser vedado, mas esperava-se que eles não impusessem ainda à cidade, após os danos que esta havia já sofrido dos seus correligionários, os iconoclastas, custos elevados devido às suas igrejas. Após longas disputas de ambas as partes, os protestantes conseguiram ficar em posse de algumas igrejas, que ocuparam com guardas para aumentar a sua segurança¹¹. Também em Valenciennes, os protestantes não queriam submeter-se às condições que lhes foram oferecidas por Filipe de St. Aldegonde, senhor de Noircarmes, ao qual estava confiado o governo na ausência do marquês de Bergen. Um pregador reformista, La Grange, francês de nascimento, agitou os ânimos, dominados pelo poder da sua eloquência, no sentido de insistirem em ter igrejas próprias dentro da cidade e, em caso de recusa, de ameaçarem entregar a cidade aos huguenotes. O número superior de calvinistas e a sua concordância com os huguenotes impediu o governador de empreender algo violento contra eles¹².

Também o conde de Egmont coagiu agora a sua natural brandura para demonstrar ao rei o seu zelo. Trouxe tropas de ocupação para a cidade de Gent e puniu alguns dos piores agitadores com a pena de morte. As igrejas foram reabertas, o ofício católico renovado, e todos os estrangeiros receberam ordem de abandonar toda a província. Aos calvinistas, mas só a esses, foi concedido um lugar fora da cidade para construírem um templo; em contrapartida, eles tinham de comprometer-se à mais estrita obediência face à autoridade municipal e a dar apoio activo nos procedimentos contra os iconoclastas; medidas semelhantes foram tomadas por ele em toda a Flandres e Artois. Um dos seus súbditos da nobreza e adepto da Liga, Johann Casenbrod, senhor de Backerzeel, perseguiu os iconoclastas à cabeça de alguns cavaleiros da Liga, atacou um grupo deles que estava em vias de assaltar uma cidade em Hainaut, perto de Grammont na Flandres e fez 30 deles prisioneiros, dos quais 22 foram enforcados no mesmo sítio, sendo os outros expulsos a chicote do país¹³.

Serviços de tal importância, deveria pensar-se, não teriam merecido ser recompensados com a inclemência do rei; o que Orange, Egmont e Horne fizeram nessa ocasião testemunhava pelo menos um zelo igual, com resultados igualmente felizes, ao de Noircarmes, Meghem e Aremberg, a quem o rei deu a conhecer a sua gratidão em palavras e actos. Mas esse zelo,

esses serviços vieram demasiado tarde. Eles haviam já falado demasiado alto contra os seus éditos, feito uma oposição demasiado violenta contra as suas medidas correctivas, haviam-no ofendido em demasia na pessoa do seu ministro Granvella para haver ainda espaço para o perdão. Nem tempo, nem arrependimento, nem qualquer compensação, por mais importante que fosse, podia cancelar essas culpas no ânimo do seu senhor¹⁴.

(1566) Filipe jazia doente em Segóvia precisamente na altura em que lhe chegaram as notícias do movimento iconoclasta e do acordo estabelecido com os não católicos. A regente renovava em simultâneo o pedido urgente da sua vinda pessoal, do qual se tratava também em todas as cartas trocadas por essa altura entre o presidente Viglius e o seu amigo Hopperus. Também muitos dos Grandes neerlandeses, p. ex. Egmont, Mansfeld, Meghem, Aremberg, Noircarmes e Berlaymont, juntavam missivas dirigidas especialmente a ele, relatando-lhe a situação nas suas províncias e tentando adornar as medidas que haviam ali tomado com os melhores motivos. Precisamente nessa altura chegou uma carta do imperador¹⁵, que o advertia para que procedesse com brandura face aos seus súbditos neerlandeses e se oferecia como mediador. Também por isso ele havia escrito directamente à própria regente em Bruxelas e juntado cartas especialmente endereçadas aos dirigentes da aristocracia, cartas essas que porém nunca foram entregues. Sob a acção do primeiro sentimento de desgosto que essa odiosa situação nele provocara, o rei delegou no seu Conselho a tarefa de dar um parecer sobre esse novo incidente.

O partido de Granvella, que neste era predominante, pretendia ter notado entre a conduta da nobreza neerlandesa e os desvarios dos violadores dos templos uma correlação muito exacta, que seria explicada a partir da semelhança das reivindicações de ambos os lados e sobretudo da altura na qual os últimos teriam rebentado. Ainda no mesmo mês, fizeram notar, em que a nobreza apresentou os seus três pontos, principiaram os iconoclastas a manifestar-se; e na tarde do mesmo dia em que Orange abandonou a cidade de Antuérpia foram também devastadas as igrejas. Durante todo o tumulto nenhum dedo se ergueu para empunhar as armas; todos os meios de que as pessoas se serviram teriam sido em vantagem das seitas, em contrapartida teriam sido abandonados todos os outros que visariam a manutenção da pureza da fé. Muitos dos iconoclastas, disse-se ainda, teriam declarado haver

feito tudo com o conhecimento e a conivência dos príncipes; e nada era mais natural que aqueles indignos seres tentassem suavizar com grandiosos nomes um crime que haviam cometido por iniciativa própria. Foi também trazido à superfície um documento no qual a nobreza de elite prometia os seus serviços aos Gueux para impor a assembleia dos Estados Gerais, o que foi contudo por aquela obstinadamente negado. Alegava-se em geral ter-se notado nos Países Baixos *quatro* agrupamentos rebeldes que estavam mais ou menos envolvidos uns com os outros e operavam todos com o mesmo objectivo. Um deviam ser esses *malditos bandos* que haviam devastado as igrejas; um *segundo* seriam as diferentes *seitas* que haviam inspirado os outros a praticarem aqueles actos vergonhosos; os *Gueux*, que se haviam precipitado a proteger as seitas, seriam o *terceiro* e o *quarto* seria composto pela nobreza de elite que simpatizaria com os Gueux através de relações feudais, parentescos e amizades. Tudo estava por conseguinte contaminado pela mesma corrupção e tudo era culpado sem distinção. O governo não tinha apenas de lidar com alguns elos isolados, tinha de lutar com a totalidade. Mas se se tivesse em conta que o povo era apenas a parte seduzida e que o encorajamento à indignação tinha vindo de cima para baixo, aí as pessoas mostravam-se propensas para alterar o plano até então seguido e que parecia defeituoso sob vários aspectos. O facto de se haver reprimido todas as classes sem distinção e de se ter demonstrado face à população comum tanta severidade como face à aristocracia depreciação, tinha coagido ambas a procurarem-se mutuamente; à última havia sido dado um partido, à primeira chefes. Um tratamento desigual em relação a ambas era um meio infalível para as separar; a população, sempre receosa e indolente se a miséria extrema não a põe em sobressalto, depressa abandonaria os seus idolatrados protectores e aprenderia a encarar o seu destino como uma merecida pena assim que deixasse de o partilhar com eles. Foi assim proposto em seguida ao rei que tratasse de futuro as grandes massas com maior brandura e que voltasse toda a severidade contra os chefes da facção. Mas para não ter a aparência de uma censurável cedência, achou-se por bem tomar a intervenção do imperador como pretexto, uma vez que só ela, e não a justiça das suas exigências, teria levado o rei a aprová-la para os seus súbditos neerlandeses como uma dádiva magnânima¹⁶.

A questão acerca da viagem pessoal do rei regressou agora por várias vezes e todas as reservas outrora encontradas pareciam então esvair-se contra

a premente necessidade actual. Nesse momento, manifestaram-se Tisnaq e Hopperus, proporcionava-se realmente a ocasião em relação à qual o rei, de acordo com a sua própria declaração outrora feita ao conde de Egmont, estaria disposto a arriscar mil vidas. A fim de pacificar uma única cidade, Gent, Carlos V ter-se-ia submetido a uma incómoda e perigosa viagem por terra através de um território inimigo; isso só por uma única cidade, e agora tratar-se-ia da tranquilidade, talvez mesmo da posse de todas as províncias unidas¹⁷. A maioria era desta opinião e a viagem do rei foi vista como algo que ele já não poderia de modo algum contornar.

A questão que então se punha era com que comitiva, muita ou pouca, deveria ele efectuá-la; e sobre isso o príncipe de Eboli e o conde de Figueroa eram de opinião distinta da do duque de Alba, de acordo com a vantagem privada de cada um. Se o rei viajasse à cabeça do exército, então o duque de Alba seria indispensável; em contrapartida, num séquito de paz, no qual seria menos necessário, este deveria ceder o campo aos seus rivais. Um exército, declarou Figueroa, que estava em linha para falar primeiro, inquietaria os príncipes por cujo território ele fosse conduzido, vindo talvez a experimentar uma resistência por parte deles; mas as províncias, a cuja pacificação ele estava destinado, ver-se-iam por ele desnecessariamente incomodadas e ele acrescentaria novas perturbações àquelas que as teriam levado tão longe. Ele reprimiria todos os súbditos da mesma maneira, uma vez que, inversamente, uma justiça praticada em paz distinguiria os inocentes dos culpados. O carácter inusitado e violento de tal passo faria com que os chefes da facção caíssem na tentação de verem a conduta até então seguida, na qual o atrevimento e a leviandade haviam tido a maior parte, por um prisma mais sério, prosseguindo com ela de forma planeada e organizada; a ideia de haver levado o rei até tão longe lançá-los-ia para um desespero no qual eles fariam coisas extremas. Se o rei se apresentasse *armado* aos rebeldes, então ele abdicaria do seu mais importante privilégio, da sua *dignidade senhorial*, que o protegeria de forma tanto mais poderosa quanto mais ele mostrasse confiar exclusivamente nela. Ele colocar-se-ia por assim dizer *no mesmo* plano do que os rebeldes, que por seu turno não teriam peias em organizar um exército, uma vez que o ódio geral contra exércitos espanhóis seria um precedente em toda a nação. O rei permutaria dessa forma a superioridade, que era certa e que lhe seria garantida

pela sua posição enquanto soberano territorial, contra o desfecho incerto de empreendimentos bélicos que, independentemente do lado que tivesse sucesso, teria necessariamente de dizimar uma parte dos seus próprios súbditos. O rumor acerca da sua vinda armada precedê-lo-ia com suficiente antecedência nas províncias, de modo a dar tempo a todos os que estavam conscientes de uma causa ruim para se colocarem em posição de defesa e deixarem agir os seus apoios internos e externos. Aqui, o receio geral prestar-lhes-ia grandes serviços; a incerteza, fosse de quem fosse, atrairia também os menos culpados para o lado da grande massa dos rebeldes, impondo-lhes inimigos que nunca o teriam sido doutra forma. Se contudo se soubesse que ele viria sem um acompanhamento tão temível, então ele surgiria não tanto como um carrasco mas como um pai encolerizado, então a coragem dos bons cresceria e os ruins veriam corrompida a sua própria segurança. Convencer-se-iam a considerar o que havia acontecido como tendo menor significado, uma vez que tal não teria parecido ao rei tão importante para dar por isso um passo violento. Eles precaver-se-iam para não agravarem inteiramente, por meio de acções violentas expressas, uma causa que talvez ainda pudesse ser recuperada. Por essa via calma e pacífica talvez fosse mantido precisamente aquilo que pela outra via se perderia sem remédio; o súbdito fiel não seria de modo algum misturado com o rebelde merecedor de punição, e seria unicamente sobre este que cairia todo o peso da sua cólera. Isso para não falar do facto de assim se evitar uma enorme despesa causada à Coroa pelo transporte de um exército espanhol para essas longínquas paragens¹⁸.

“Mas”, argumentou o Duque de Alba, “pode ser tida em conta a adversidade de alguns poucos cidadãos se o todo corre perigo? Pelo facto de serem molestados alguns fiéis, não deverão ser punidos os cabecilhas? Se a transgressão foi geral, por que razão não deve sê-lo a pena? Naquilo em que os rebeldes foram culpados pelos seus actos, foram-no os restantes por omissão. De quem é a culpa senão a sua pelo facto de aqueles terem conseguido chegar tão longe? Por que razão não apresentaram mais cedo resistência ao seu início? Não estão ainda, diz-se, as circunstâncias num estado tão desesperado a ponto de justificar essa medida violenta – mas quem nos garante que não o estejam por altura da chegada do rei, uma vez que de acordo com todos os relatos da regente tudo se encaminha a passos rápidos para um

agravamento? Deveremos arriscar a que o monarca só se aperceba ao chegar às províncias de quão necessário era um poder bélico? Está mais do que fundamentado o facto de os rebeldes terem assegurado um apoio externo que estará à sua disposição ao primeiro sinal, – será porém ainda altura de pensar num armamento bélico quando o inimigo irrompe pelas fronteiras adentro? Poderá fazer-se depender do suporte das melhores tropas neerlandesas com cuja fidelidade tão pouco se pode contar? E não recorre sempre a própria regente ao facto de só a falta de um poder bélico adequado a ter até agora impedido de dar força aos éditos e inibir os progressos dos rebeldes? Só um exército bem disciplinado e temido pode cercear nestes a esperança de se imporem contra o seu legítimo soberano e só a perspectiva certa da sua ruína pode fazer baixar as suas reivindicações. Sem um poder bélico suficiente, o rei não pode ousar dirigir-se na sua pessoa para campos hostis, sem ele não pode estabelecer com os seus súbditos rebeldes um acordo conforme à sua dignidade.”¹⁹

(1566) O prestígio do orador deu preponderância aos seus motivos e agora só se punha a questão sobre a data em que o rei iniciaria a viagem e que caminho deveria tomar. Uma vez que a viagem por mar não podia de modo algum ser arriscada, não lhe restava outra alternativa senão passar pelos desfiladeiros de Trento e pela Alemanha ou atravessar os Apeninos a partir de Sabóia. Seguindo a primeira via, ele tinha a recear os protestantes alemães, aos quais não podia ser indiferente o objectivo da sua viagem; e pelos Apeninos não se podia arriscar uma travessia nessa altura tardia do ano. Além disso, as necessárias galeras tinham ainda de ser trazidas da Itália e reparadas, o que podia custar alguns meses. E finalmente uma vez que a assembleia das Cortes de Castela, da qual ele não podia ficar afastado, havia já sido convocada para Dezembro, logo a viagem não podia ser empreendida antes da Primavera²⁰.

Entretanto, a regente pressionava para que fosse encontrada uma resolução decisiva acerca do modo como furtar-se às circunstâncias prementes do momento sem fazer muitas cedências ao prestígio real; e algo teria necessariamente de acontecer antes que o rei se empenhasse em acalmar as agitações através da sua presença pessoal. Foram então enviadas duas missivas distintas à duquesa, uma pública que ela poderia apresentar aos Estados Gerais e às assembleias do Conselho, e uma secreta que apenas a ela era destinada.

Na primeira, ele anunciava a sua recuperação e o feliz nascimento da infanta Clara Isabella Eugenia, posteriormente arquiduquesa, esposa de Alberto da Áustria e princesa dos Países Baixos. Declarava-lhe a sua decisão entretanto firme de visitar os Países Baixos pessoalmente, para o que estaria já a fazer os necessários preparativos. A assembleia dos Estados Gerais foi rejeitada como anteriormente; o acordo que ela havia estabelecido com os protestantes e os membros da Liga não foi mencionado nessa carta, uma vez que ele ainda não achava aconselhável rejeitá-lo de forma decisiva e tinha muito menos vontade de o declarar como válido. Em contrapartida, ele ordenou que o exército fosse reforçado, que fossem reunidos novos regimentos vindos da Alemanha e que os rebeldes fossem combatidos com violência. Além disso, concluiu, ele confiava na fidelidade da alta nobreza, dos quais ele conhecia muitos que teriam uma intenção sincera face à sua religião e ao seu rei. Na carta secreta foi-lhe mais uma vez ordenado que fizesse gorar com todas as forças a assembleia dos estados gerais; mas depois, no caso de o voto geral se tornar demasiado poderoso e ela ter de ceder a esse poder, deveria actuar de forma cautelosa para não abrir mão da sua dignidade e não fazer constar a ninguém a sua concordância²¹.

(1566) Enquanto continuavam as conversações sobre esta questão em Espanha, os protestantes faziam o mais amplo uso dos direitos que lhes haviam sido acordados por coacção. A construção das igrejas ocorreu, onde lhes tinha sido permitida, com incrível rapidez; jovens e velhos, nobres e baixo povo ajudavam a transportar pedras, as mulheres sacrificaram mesmo as suas jóias para acelerar a obra. Ambos os partidos religiosos implantaram em várias cidades os seus próprios consistórios e um conselho eclesiástico próprio, iniciativa tomada em Antuérpia, e estabeleceram o seu ofício religioso sobre um suporte legal. Foi também tomada a medida de juntar dinheiros num fundo comunitário para ter de imediato os meios necessários contra casos inesperados que tivessem a ver com toda a Igreja protestante. Em Antuérpia foi entregue ao conde de Hoogstraeten, pelos calvinistas desta cidade, um documento no qual estes se comprometiam a pagar três milhões de táleres pelo livre exercício da sua religião em todas as províncias neerlandesas. Desse documento circularam muitas cópias pelos Países Baixos; para atrair os restantes, muitos deles haviam-se subscrito com muitas somas ostentatórias. Acerca dessa oferta exagerada foram feitas várias interpretações por

parte dos inimigos dos reformistas, tendo todas elas alguma consistência. Sob o pretexto, nomeadamente, de juntar as somas necessárias para cumprir tal promessa, esperar-se-ia, como acreditavam alguns, recolher com menor suspeita os contributos de que agora se necessitava para uma resistência bélica; e se a nação deveria fazer despesas exageradas, fosse *a favor* ou *contra* a regente, seria de esperar que se pretendesse muito mais facilmente contribuir para a manutenção da paz do que para uma guerra opressora e devastadora. Outros viram nessa proposta nada mais do que um subterfúgio temporário dos protestantes, um fogo-de-vista com o qual procurariam por alguns momentos criar na Corte uma atitude de indecisão até juntarem forças para lhe fazer frente. Outros declararam tal coisa frontalmente como sendo uma prosápia para fazer medo à regente e levantar o ânimo do partido por meio do acesso a tão ricos apoios. Qualquer que tivesse sido o verdadeiro motivo dessa proposta, os seus autores pouco ganharam com ela; os contributos vieram de forma muito parca e a Corte respondeu a tal requerimento com um desprezo silencioso²².

Mas os excessos do movimento iconoclasta, muito longe de promoverem a causa da Liga ou de ajudarem à ascensão dos protestantes, haviam causado a ambos um dano irreparável. A visão das suas igrejas destruídas, que, de acordo com a expressão de Viglius, mais se assemelhavam a estábulos do que a templos, indignou todos os católicos e sobretudo o seu clero. Todos os que haviam aderido a partir desta religião abandonaram agora a Liga que havia indubitavelmente dado uma oportunidade indirecta aos excessos dos iconoclastas, ainda que não os tivesse intencionalmente incitado e favorecido. A intolerância dos calvinistas, que reprimiam os católicos da forma mais cruel nos lugares onde o seu partido predominava, arrancou estes por completo à cegueira em que haviam estado até então e eles desistiram de intervir a favor de um partido do qual, no caso de ele manter o domínio, tanto havia a recear pela sua própria religião. Assim perdeu a Liga muitos dos seus melhores membros; os amigos e promotores que havia até então encontrado por entre os cidadãos de boa fé abandonaram-na e o seu prestígio na República principiou nitidamente a baixar. A severidade com a qual alguns dos seus membros, a fim de agradar à regente e de afastar a suspeita de um entendimento com os elementos ruins, procederam face aos iconoclastas, prejudicou-a junto do povo que tomou

aqueles sob protecção, e ela estava em risco de deteriorar em simultâneo a relação com ambos os partidos.

Tal mudança não havia sido comunicada logo à regente na altura em que esta esboçou o plano de ir desmembrando aos poucos toda a Liga ou pelo menos enfraquecê-la por meio de divisões internas. Para esse fim, ela serviu-se com inteira liberdade das cartas privadas que o rei havia enviado a alguns membros da nobreza com cópia dirigida a ela e a permissão de as utilizar segundo o seu critério. Tais cartas, transbordando de benevolência, foram enviadas àqueles a quem eram destinadas com uma secretude intencionalmente gorada, de modo a fazer com que um ou outro dos que não as haviam recebido fosse avisado; e para maior divulgação da desconfiança cuidou-se em fazer circular numerosas cópias. Essa artimanha atingiu o seu objectivo. Muitos membros da Liga principiaram a desconfiar da constância daqueles aos quais haviam sido feitas promessas tão brilhantes; por receio de serem abandonados pelos seus mais importantes protectores, eles aceitaram avidamente as condições que lhes foram oferecidas pela regente e insistiram numa reconciliação com a Corte a curto prazo. O boato generalizado acerca da próxima chegada do rei, que a regente se encarregou de espalhar por toda a parte, prestou aí importantes serviços; muitos dos que não esperavam muitas coisas boas dessa vinda real não hesitaram muito tempo em aceitar uma clemência que talvez lhes fosse oferecida pela última vez²³.

Entre aqueles que receberam tais missivas privadas encontravam-se também Egmont e o príncipe de Orange. Ambos se haviam queixado junto do rei acerca das graves difamações com as quais se tentara em Espanha estigmatizar o seu bom nome e tornar suspeitas as suas intenções; sobretudo Egmont, com a simplicidade honrada que lhe era própria, havia exortado o monarca a dar-lhe uma mera ideia do que queria no fundo, a determinar a forma de actuação que fosse do agrado daquele e manifestasse o seu zelo em servir. Quanto aos seus difamadores, fez-lhe saber o rei através de uma resposta por carta do presidente de Tisnaq, eles não poderiam ser melhor rebatidos do que através de uma inteira sujeição às ordens reais, que teriam sido formuladas de modo tão claro e determinado que não haveria necessidade de nova interpretação e de uma nova missão particular. Ao soberano competiria aconselhar-se, examinar e dar ordens; seguir incondicionalmente a vontade do soberano caberia ao súbdito; na sua obediência

residiria a sua honra. Não ficaria bem a um membro tomar-se por mais sábio do que a sua cabeça. É certo que lhe seria atribuída a culpa de não ter feito tudo o que estava ao alcance das suas forças para controlar o desvario dos membros dos sectaristas; mas estaria também agora ao seu alcance recuperar o que não fora feito e, pelo menos até à verdadeira chegada do rei, ajudar a manter a tranquilidade e a ordem.

Ao punir o conde de Egmont com admoestações como uma criança desobediente, estava-se a tratá-lo de acordo com aquilo que dele se conhecia; contra o seu amigo era preciso apelar à ajuda da artimanha e do engano. Também Orange havia na sua carta referido a grave suspeita que o rei depositava na sua fidelidade e dedicação, mas não como Egmont na esperança vã de lhe tirar essa suspeita, esperança da qual se havia há muito afastado, mas para passar dessa reclamação para o pedido de ser dispensado dos seus cargos. Já havia feito com frequência esse pedido à regente, tendo porém recebido dela, sempre com as mais fortes confirmações da sua consideração, uma resposta negativa. Também o rei, ao qual ele se havia por fim dirigido de forma imediata com essa aspiração, lhe endereçava a mesma resposta, ornamentada com confirmações igualmente fortes da sua satisfação e gratidão. Particularmente os serviços que ele lhe havia prestado pouco tempo antes em Antuérpia testemunhariam a sua mais elevada satisfação; lamentando muito que a situação privada do príncipe (razão maior para o último exigir a sua demissão) se tivesse degradado, o rei terminava porém declarando que lhe seria impossível dispensar um servidor da sua importância numa altura em que o número dos bons necessitaria mais de um aumento do que uma redução. Ele havia pensado, acrescentou, que o príncipe teria melhor opinião dele para o crer capaz da fraqueza de acreditar na tagarelice sem fundamento de certas pessoas que teriam más intenções face ao príncipe e a ele próprio. Para lhe dar ao mesmo tempo uma prova da sua sinceridade, queixou-se confidencialmente junto dele acerca do seu irmão, o conde de Nassau, pedindo aparentemente o seu conselho nessa matéria e manifestando por fim o desejo de ver o Conde afastado por um tempo dos Países Baixos²⁴.

Mas Filipe lidava aqui com uma cabeça que lhe era superior em astúcia. O príncipe de Orange já o mantinha há muito tempo, a ele e ao seu conselho secreto em Madrid e Segóvia, sob a vigilância de um exército de espões que lhe reportavam tudo o que havia ali a assinalar nas negociações. A Corte

deste déspota, o mais secreto de todos, tinha-se tornado acessível ao seu arдил e ao seu dinheiro; por essa via ele tinha recebido algumas cartas escritas pela regente em segredo para Madrid e escritas pelo seu próprio punho, fazendo-as circular em Bruxelas sob os olhos dela e por assim dizer de forma triunfante, de modo a fazê-la pedir ao rei, tendo visto com espanto nas mãos de todos aquilo que pensava estar bem resguardado, que de futuro destruísse as suas missivas. A vigilância de Guilherme não se circunscrevia à Corte espanhola; havia estendido a colocação dos seus espiões até França, e alguns acusavam-no mesmo do facto de as vias pelas quais ele chegava às suas informações nem sempre serem as mais inocentes. Mas o mais importante esclarecimento foi-lhe dado por uma carta interceptada do embaixador espanhol em França, Francisco de Alaba, à duquesa, na qual este se pronunciava acerca da bela ocasião que estaria dada ao rei pela culpabilidade do povo neerlandês para implantar um poder arbitrário nesse país. Por isso ele aconselhava-a a ludibriar a aristocracia precisamente através dos artifícios de que esta se servira até então contra ela, para a tornar confiante através de palavras ambíguas e de uma atitude de compromisso. O rei, terminava ele, que conheceria os nobres como sendo os impulsionadores ocultos de todas as desordens anteriores, saberia como encontrá-los em qualquer altura, como aqueles dois que teria já em seu poder em Espanha e que já não lhe escapariam; e ele teria jurado dar com eles um exemplo que causaria horror em toda a cristandade, mesmo pondo em cheque todos os seus territórios hereditários. Essa grave descoberta recebeu através das cartas que Bergen e Montigny escreviam a partir de Espanha e nas quais teciam amargas queixas acerca da atitude reservada dos Grandes e do comportamento alterado do monarca em relação a eles, a maior credibilidade; e Orange reconheceu então perfeitamente o que devia pensar das belas garantias dadas pelo rei²⁵.

(1566) A carta do ministro Alaba, juntamente com outras datadas de Espanha e dando notícias circunstanciadas acerca da próxima chegada do rei com homens armados e das suas gravosas intenções contra os nobres, foi apresentada pelo príncipe ao seu irmão, o conde de Nassau, ao conde de Egmont, de Hoorne e de Hoogstraeten num encontro em Dendermonde na Flandres, ao qual estes cinco Cavaleiros haviam comparecido para tomar em conjunto as necessárias medidas com vista à sua segurança. O conde Luís, que só dava ouvidos ao seu desagrado, afirmou com ousadia que se deveria

sem demora pegar em armas e assegurar a ocupação firme de alguns lugares. Dever-se-ia, custasse o que custasse, impedir a entrada do rei nas províncias com homens armados. Dever-se-ia levar a Suíça, os príncipes protestantes da Alemanha e os huguenotes a pegar em armas, de forma a dificultar-lhe a passagem pelos seus territórios e, se ele conseguisse apesar disso passar todas essas barreiras, dever-se-ia recebê-lo na fronteira do país com um exército. Ele encarregar-se-ia de negociar uma aliança com a França, a Suíça e a Alemanha e de juntar a partir desta última quatro mil cavaleiros para além de um certo número de peões; não faltaria um pretexto para conseguir o dinheiro necessário e os comerciantes reformadores não o abandonariam, como assegurou. Mas Guilherme, mais prudente e sábio, declarou ser contra tal proposta, que encontraria infinitas dificuldades na sua execução e não poderia ainda ser legitimada por nenhuma razão. A Inquisição, argumentou, teria sido na realidade abolida, os éditos estariam quase totalmente caídos no esquecimento, e estaria instaurada uma justa liberdade religiosa. Até à data faltar-lhes-ia um motivo válido para enveredar por essa via hostil; entretanto ele não duvidaria que lhes seria dada uma punição mais cedo que tarde. Na sua opinião, portanto, esta deveria ser esperada de forma descontraída, enquanto se deveria manter um olhar vigilante sobre tudo e dar ao povo um sinal do perigo ameaçador, para que ele estivesse pronto a actuar se as circunstâncias o exigissem.

Se todos os que perfaziam essa assembleia tivessem aderido à proposta do príncipe de Orange, não haveria dúvidas que uma Liga tão poderosa, temível pelo poder e prestígio dos seus membros, teria podido colocar às intenções do rei obstáculos que o teriam obrigado a renunciar a todo o seu plano. Mas a ousadia dos Cavaleiros presentes foi derrotada pela declaração com a qual o conde de Egmont os surpreendeu. “Prefiro”, disse ele, “deixar que tudo me assale a tentar a sorte de forma tão temerária. A tagarelice do espanhol Alaba pouco me inquieta – como poderia essa criatura ter oportunidade de olhar para dentro do ânimo fechado do seu Senhor e decifrar os seus segredos? As notícias que Montigny nos dá nada mais provam do que o facto de o rei ter uma opinião muito ambivalente do nosso zelo servidor e pensa ter razões para desconfiar da nossa fidelidade; e para isso, quer-me parecer, demos-lhe pretextos suficientes. Também é minha séria intenção melhorar a sua opinião a meu respeito redobrando o meu zelo e demonstrando, por

meio da minha futura conduta, a possibilidade de erradicar a suspeita que os meus actos teriam lançado até agora sobre mim. E como poderia também arrancar-me dos braços da minha numerosa família, que precisa de ajuda, para ir para cortes estranhas como um fugitivo, sendo um fardo para todo aquele que me acolher, escravo de quem se rebaixar a apoiar-me, um servo de estrangeiros a fim de escapar a uma suportável coacção na minha pátria? Nunca mais poderá o monarca agir com menos bondade face a um servo que fora até então por ele estimado, que lhe era caro e que havia adquirido um direito fundamentado à sua gratidão. Nunca me convencerão de que *ele*, que cultivou face ao seu povo neerlandês intenções tão justas, tão clementes, e que as afirmou tão expressamente e com tanta sacralidade, iria agora forjar ataques tão despóticos contra tudo isso. Quando tivermos devolvido ao país a sua anterior tranquilidade, dominado os rebeldes, restabelecido o ofício católico, então crede-me que não voltaremos a ouvir falar de quaisquer tropas espanholas; e é isto que vos exorto agora a fazer com o meu conselho e o meu exemplo e para o que também já se inclinam a maior parte dos nossos irmãos. Eu pela minha parte nada temo da cólera do monarca. A minha consciência concede-me liberdade; o meu destino encontra-se na órbita da sua justiça e da sua clemência.”²⁶

Foi em vão que Nassau, Hoorne e Orange tentaram abalar a sua constância e abrir-lhe os olhos sobre o perigo próximo e inevitável. Egmont era verdadeiramente submisso ao rei; a recordação das suas acções generosas e da atitude obsequiosa que acompanhava tal constância vivia ainda na sua memória. As atenções com as quais ele o havia distinguido face a todos os seus amigos não haviam deixado de produzir efeito. Mais por falsa vergonha do que por partidarismo, ele havia defendido a causa dos seus compatriotas; mais por temperamento e cordialidade natural do que a partir de princípios testados ele havia combatido as duras medidas admoestadoras do governo. O amor da nação, que o venerava como um ídolo, arrebatou a sua ambição. Demasiado vaidoso para renunciar a um nome que lhe soava de forma tão agradável, ele havia tido de fazer qualquer coisa para o merecer; mas um só olhar para a sua família, um duro nome sob o qual lhe era feita ver a sua conduta, uma consequência problemática daí tirada, o mero soar da palavra crime assustou-o a ponto de o fazer sair dessa auto-ilusão e fê-lo voltar rapidamente ao seu dever.

Todo o plano de Orange fracassou quando Egmont se retirou. Egmont tinha os corações do povo e toda a confiança do exército, sem os quais era simplesmente impossível empreender algo decisivo. Haviam contado com ele com tanta certeza; a sua inesperada declaração tornou infrutífera toda a reunião. As pessoas dispersaram sem nada terem decidido. Todos os que se haviam encontrado em Dendermonde eram esperados em Bruxelas pelo Conselho de Estado; mas só Egmont compareceu. A regente queria interrogá-lo sobre o conteúdo da conversa havida, mas nada obteve dele senão a carta de Alaba, de que ele havia levado uma cópia e que lhe apresentou com as mais amargas censuras. De início ela mudou de cor, mas depressa se recompôs e declarou despidoradamente que tal carta era fingida. “Como pode”, disse, “tal carta ser verdadeiramente proveniente de Alaba, se não noto a falta de nenhuma e aquele que pretende tê-la interceptado não pouparia seguramente as outras cartas? Sim, porque nem me faltou uma única encomenda nem me falhou qualquer emissário? E como pode pensar-se que o rei teria feito de Alaba senhor de um segredo que nem a mim me teria transmitido?”²⁷

Guerra civil

(1566) Entretanto, a regente apressou-se a aproveitar a vantagem que lhe era dada pela cisão entre a aristocracia para consumir a queda da Liga, que já oscilava devido a disputas internas. Retirou sem demora tropas da Alemanha, que o duque Erich de Braunschweig mantinha em prevenção para ela, reforçou a cavalaria e organizou cinco regimentos de valões, cujo comando supremo foi entregue aos condes de Mansfeld, de Menghem, de Aremberg e outros. Também foi necessário confiar tropas ao príncipe de Orange, a fim de não o ofender nos pontos mais sensíveis, tanto mais que as províncias das quais ele era regente careciam delas com a maior urgência; mas houve o cuidado de lhe dar um comandante, de nome Walderfinger, para estar ao seu lado, vigiar todos os seus passos e poder anular as suas medidas assim que parecessem tornar-se perigosas. Ao conde de Egmont foram concedidos pelo clero na Flandres 40 000 florins de ouro para manter 1500 homens, dos quais uma parte foi distribuída pelos

lugares mais problemáticos. Cada governador teve de reforçar o seu poder bélico e dotar-se de munições. Todas essas formas de armamento, feitas em todos os lados e com insistência, não deixavam qualquer dúvida mais acerca da via pela qual a Regente haveria de enveredar doravante.

Segura da sua supremacia e certa desse poderoso apoio, ela ousa então alterar a conduta que havia tido até então e falar com os rebeldes uma linguagem totalmente distinta. Ela ousa interpretar de forma inteiramente arbitrária as concessões que havia feito aos protestantes numa mera situação de medo e por necessidade, limitando todas as liberdades que lhes havia tacitamente concedido à simples facultação dos sermões. Todos os restantes ofícios e rituais religiosos que, no momento em que aqueles haviam sido permitidos, pareciam ser evidentes, foram declarados através de novos mandatos como sendo proibidos e foram instaurados processos contra os transgressores por lesa-majestade. Foi concedido aos protestantes que pensassem de forma distinta da Igreja dominante acerca da comunhão, mas gozarem de práticas distintas seria transgressão; o seu modo de baptizar, casar, sepultar, foi proibido sob a ameaça de pena de morte. Era um escárnio cruel permitir-lhes a religião e proibir-lhes o seu exercício; mas esse artifício pouco nobre de se libertar de novo de uma palavra dada era digno da pusilanimidade com que ela havia sido coagida. As mais ligeiras inovações, as mais insignificantes transgressões foram tomadas como motivo para perturbar os sermões; muitos pregadores foram submetidos a um processo sob o pretexto de estarem a exercer funções num lugar diferente daquele que lhes havia sido indicado, tendo alguns deles sido mesmo enforcados. Ela declarou em voz alta e em várias ocasiões que os membros da Liga haviam abusado do seu receio e que não se considerava vinculada a um contrato que lhe havia sido extorquido através de ameaças²⁸.

De entre todas as cidades neerlandesas que haviam participado na revolta iconoclasta, a regente havia temido mais pela cidade de Valenciennes em Hainaut. Em nenhuma delas o partido dos calvinistas era tão poderoso e o espírito da revolta, pelo qual a província de Hainaut sempre se havia distinguido de todas as restantes, parecia estar aqui em casa²⁹. A proximidade da França, à qual ela pertencia tanto pela língua como pelos costumes de forma muito mais próxima do que aos Países Baixos, tinha sido um motivo para governar até então essa cidade com maior tolerância mas também com

maior prudência, o que fez com que ela aprendesse a sentir tanto mais a sua importância. Já durante a última revolta dos violadores do templo pouco havia faltado para que ela se entregasse aos huguenotes, com os quais mantinha o mais estreito entendimento, e o mais leve pretexto podia renovar esse perigo. Daí que de entre todas as cidades neerlandesas Valenciennes fosse a primeira para a qual a regente havia pensado enviar uma ocupação reforçada, assim que tivesse condições para lhe dar. Filipe de Noircarmes, barão de St. Aldegonde, governador de Hainaut no lugar do ausente marquês de Bergen, tinha recebido essa missão e surgiu à cabeça de um exército guerreiro diante das suas muralhas. Da cidade saíram ao seu encontro deputados, por parte do magistrado, a fim de solicitar que não houvesse ocupação pois os cidadãos protestantes se haviam declarado, como sendo a parte mais poderosa, contra tal coisa. Noircarmes fez-lhes saber a vontade da regente e deixou-os escolher entre ocupação e cerco. Mais do que quatro esquadrões de cavaleiros e seis companhias de peões não deveriam ser impostos à cidade; sobre isso ele queria ceder o seu filho como refém. Quando tais condições foram apresentadas ao magistrado, que por si estava muito inclinado a adoptá-las, surgiu o pregador Peregrine La Grange à cabeça dos seus adeptos, o apóstolo e ídolo do seu povo que tinha de fazer tudo para impedir uma rendição, da qual ele seria vítima, e incitou o povo pelo poder da sua eloquência a que rejeitasse as condições. Assim que essa resposta é trazida de volta a Noircarmes, ele manda acorrentar os emissários, contra todas as leis do direito internacional, e leva-os consigo como prisioneiros; mas pouco depois tem de pô-los em liberdade por indicações da regente. Instruída por ordens secretas de Madrid para usar a máxima brandura possível, a regente manda-os exigir repetidas vezes que a guarnição atribuída seja aceite mas, uma vez que insiste obstinada na sua recusa, a cidade é considerada por meio de uma acta pública como sendo rebelde e Noircarmes recebe ordem para a cercar formalmente. Todas as restantes províncias são proibidas de apoiar essa cidade revoltosa com conselhos, dinheiro ou armas. Todos os seus bens são declarados confiscados. Para lhe fazer ver a guerra antes de a ter principiado, e para lhe deixar tempo de reflectir de forma razoável, Noircarmes reuniu tropas a partir de toda a província de Hainaut e de Cambrai, (1566), tomou posse de St. Amand e colocou guarnições em todos os lugares mais próximos. O procedimento contra Valenciennes fez

com que todas as restantes cidades que estavam na mesma situação concluíssem qual seria o destino que havia sido pensado para elas próprias, o que movimentou imediatamente toda a Liga. Um exército de Gueux entre três e quatro mil homens, que havia juntado à pressa arraia-miúda fugida do país e os restantes bandos de iconoclastas, surgiu na região de Tournai e Lille para assegurar o domínio sobre essas duas cidades e perturbar o inimigo às portas de Valenciennes. O governador de Lille teve a sorte de derrotar na fuga um destacamento deles, que em concordância com os protestantes desta cidade havia tentado apoderar-se dela, impondo-se assim na sua cidade. Ao mesmo tempo, o exército dos Gueux, que deixa inutilmente passar o tempo perto de Lannoy, é atacado por Noircarmes e desfeito quase inteiramente. Os poucos que conseguem escapar com desesperada valentia correm para a cidade de Tournai, que é imediatamente exortada pelo vencedor a abrir as suas portas e a aceitar a ocupação. A sua rápida obediência proporciona-lhe um destino mais ligeiro. Noircarmes limita-se a suprimir ali o consistório protestante, a admoestar os pregadores, a punir os chefes dos rebeldes e a restabelecer o ofício católico, que encontra num estado de quase inteira opressão. Depois de lhe ter dado um católico de confiança como governador e de ter deixado ali uma ocupação suficientemente numerosa, avança de novo com o seu exército vitorioso para as portas de Valenciennes para continuar o cerco.

A cidade, obstinada na sua fortificação, preparava-se activamente para a defesa, firmemente decidida a deixar que se chegasse a um extremo. Não tinha sido descurado o equipamento com munições de guerra e víveres, com vista a um longo cerco; todos os que podiam pegar em armas, não excluindo os próprios artesãos, tornaram-se soldados; as casas fora da cidade, e sobretudo os conventos, foram derrubados para que os sitiantes se não servissem delas contra a cidade. Os poucos adeptos da Coroa silenciaram, reprimidos pela multidão, nenhum católico podia ousar mexer-se. Anarquia e revolta haviam tomado o lugar da boa ordem e o fanatismo de um padre tresloucado ditava as leis. A equipa era numerosa, o seu ânimo desesperado, firme a sua confiança no desbloqueio e o ódio contra a religião católica havia subido até aos limites. Muitos não tinham qualquer clemência a esperar, todos repudiavam o jugo comum de uma ocupação autoritária. Uma vez mais, Noircarmes, cujo exército havia crescido tremendamente através das populações que o apoiavam e acorriam de todos os sítios e que estava dotado de todos

os requisitos necessários para um longo bloqueio, tentou demover a cidade a bem, mas em vão. Mandou então abrir as trincheiras e preparou-se para cercar a cidade³⁰.

A situação dos protestantes havia-se entretanto agravado precisamente no grau da retoma pelas forças pela regente. A Liga dos nobres havia-se fundido até à sua terça parte. Alguns dos seus mais importantes protectores, como o conde de Egmont, haviam de novo passado para o lado do rei; as contribuições em dinheiro, com as quais se havia contado com tanta certeza, revelaram-se muito escassas, o zelo do partido principiou visivelmente a arrefecer e com a estação amena tinham também de acabar os sermões públicos, que haviam até então mantido aquele em exercício. Tudo isto em conjunto levou o partido mais fraco a formular as suas exigências com maior moderação e, antes de ousar chegar ao limite, a tentar antes todos os meios inocentes. Num sínodo geral dos protestantes, realizado em Antuérpia com esse fim e a que também assistem alguns membros da Liga, decide-se mandar uma delegação à regente, com argumentos por causa da sua quebra de palavra e lembrando-lhe o acordo que fizera. Brederode assume essa missão, tendo contudo de se ver rejeitado de um modo duro e condenável e mesmo expulso de Bruxelas. Refugia-se então num texto escrito no qual se queixa, em nome de toda a Liga, que a duquesa o havia envergonhado com a sua quebra de palavra, apresentando-o como mentiroso perante todos os protestantes, que haviam baixado as armas com a garantia da Liga, voltando a aniquilar tudo o que os membros da Liga haviam feito de bom devido à revogação das suas concessões; que havia tentado rebaixar a Liga aos olhos do povo, suscitando divisões entre eles e mandando perseguir muitos deles como criminosos. Solicitou-lhe que revogasse as suas ordens recentes, através das quais teria sido retirada aos protestantes o livre exercício da sua religião, mas sobretudo que levantasse o cerco de Valenciennes, que demitisse as tropas recém-criadas, condições essas sob as quais a Liga poderia unicamente assegurar-lhe tranquilidade geral.

A isso respondeu a regente num tom que era muito distinto da sua anterior moderação. “Quem são esses membros da Liga, que a mim se dirigem nesse documento, é para mim na realidade um mistério. Os membros da Liga com os quais tive de lidar dispersaram, não tendo eu outra informação. Nem todos, pelo menos, poderão ter participado nessa queixa por escrito, pois eu

própria conheço muitos que, satisfeitos nas suas reivindicações, voltaram aos seus deveres. Quem quer que seja que aqui a mim se dirige sem competência nem direito e sem nome, ele terá no mínimo dado uma interpretação muito errada às minhas palavras, ao concluir a partir delas que eu teria assegurado liberdade religiosa aos protestantes. Ninguém pode desconhecer quão difícil foi já para mim aceitar os sermões nos lugares em que eles se introduziram por si próprios, e isso não poderá decerto valer como uma liberdade religiosa aceite? Será que deveria ter tido a ideia de tomar sob protecção esses consistórios ilegais, de tolerar esse Estado dentro do Estado? Será que eu me deveria ter esquecido de mim própria ao ponto de conceder a uma seita condenável essa dignidade de lei, de inverter toda a ordem na Igreja e na República e violar de modo tão repugnante a minha santa religião? Atende-vos àquele que vos deu tal permissão, mas comigo não podeis arbitrar. Culpais-me por ter violado o acordo que vos garantia imunidade e segurança? O que passou foi-vos por mim amnistiado, mas não o que de futuro iríeis cometer. Uma petição do passado mês de Abril não deveria trazer qualquer desvantagem a nenhum de vós, o que não aconteceu tanto quanto sei; mas quem se tornou recentemente culpado contra a majestade do rei, poderá arcar com as consequências do seu atrevimento. Finalmente, como podeis vós ousar trazer-me à memória um acordo que haveis sido os primeiros a romper? Quem incitou à pilhagem das igrejas, ao derrube das imagens dos santos e ao arrebatamento das cidades para a rebelião? Quem fez alianças com poderes estrangeiros, angariou ilicitamente membros e cobrou impostos ilegais aos súbditos do rei? Por isso reuni tropas, por isso agravei os éditos. Quem me exortar a baixar de novo as armas não pode ter boas intenções face à sua pátria e ao rei; e se vos amais a vós próprios, providenciai para desculpar as vossas próprias acções, em lugar de julgar as minhas.”³¹

Todas as esperanças dos membros da Liga face a uma conciliação pela via da benevolência foram abaixo com essa declaração arrogante. Sem estar consciente de um poderoso apoio, a regente não podia manter tal linguagem. Um exército estava em campo, o inimigo diante de Valenciennes, o cerne da Liga havia tombado e a regente exigia uma submissão incondicional. A sua causa era agora tão grave que uma resistência declarada não podia agravá-la mais. Se eles se entregassem indefesos nas mãos do seu soberano encolerizado, então a sua ruína era certa, mas o caminho das armas podia

torná-lo ainda duvidoso; logo, escolheram o último e principiaram seriamente a passar à defesa. Para adquirir um direito ao apoio dos protestantes alemães, Luís de Nassau queria convencer as cidades de Amsterdão, Antuérpia, Tournai e Valenciennes a aderirem ao credo de Augsburg e a associarem-se dessa maneira mais estreitamente à sua religião; proposta essa que nunca chegou a ser realizada, uma vez que o ódio religioso dos calvinistas contra os seus irmãos evangélicos ultrapassava provavelmente a repulsa que albergavam face ao Papado. Nassau principiou então a negociar seriamente a concessão de subsídios em França, no Palatinado e na Saxónia; Brederode precipitou-se com um pequeno exército para a sua cidade fortificada de Vianen junto ao rio Lek, sobre a qual ele se arrogava o direito de soberania e que colocou rapidamente em estado de prevenção, ficando aqui à espera de um reforço por parte da Liga e do desfecho das negociações empreendidas por Nassau. A bandeira da guerra estava pois içada, por todo o lado rufavam os tambores; por toda a parte se viam tropas em marcha, era feita a recolha de fundos, eram angariados soldados. Ambas as partes encontravam-se com frequência no mesmo lugar; mal os angariadores da regente haviam saído de uma cidade, logo tinham de sofrer a mesma violência por parte dos homens da Liga³².

(1566) De Valenciennes, a regente dirigiu a atenção para Hertogenbosch, cidade em que os iconoclastas haviam iniciado novas escaramuças e o partido dos protestantes havia atingido uma forte superioridade. Para levar a população civil a aceitar uma ocupação, ela enviou o chanceler Scheiff do Brabante, acompanhado de um conselheiro municipal, Merode de Petersheim, que havia destinado para ser governador da cidade, como emissários, com o fim de assegurar a mesma a bem e obter um novo juramento de fidelidade por parte dos cidadãos. Ao mesmo tempo foi ordenado ao conde de Meghem, que se encontrava nas proximidades da cidade com um destacamento, que avançasse contra a cidade para apoiar a missão dos dois enviados e proceder em simultâneo à ocupação. Mas Brederode, que recebeu notícia de tal facto em Vianen, mandou uma das suas criaturas, um certo Anton de Bombergen, um calvinista encarniçado mas que era conhecido como sendo um valente soldado, com o fim de levantar o ânimo do seu partido nessa cidade e fazer gorar os ataques da regente. Esse Bombergen conseguiu apoderar-se das cartas que o chanceler levava da parte da duquesa, substituindo-as por cartas

falsificadas que indignaram os cidadãos pela sua linguagem dura e autoritária. Em simultâneo, encontrou modo de fazer cair suspeitas sobre os dois enviados da duquesa, como se eles tivessem intenção de atacar a cidade, no que foi tão bem sucedido junto da população que esta, raivosa, se atirou aos próprios emissários fazendo-os prisioneiros. Ele próprio se colocou à frente de 800 homens que fizeram dele o seu chefe, indo ao encontro do conde de Meghem, que se aproximava da cidade em posição de guerra, recebendo-o com um tiroteio tão violento que Meghem teve de recuar sem ter conseguido o seu objectivo. A regente ordenou então que os seus emissários fossem entregues através de um funcionário do tribunal, ameaçando com um cerco em caso de recusa; mas Bombergen ocupou a Câmara municipal com o seu séquito e obrigou o magistrado a entregar-lhe as chaves da cidade. O funcionário do tribunal foi expulso com escárnio, sendo através dele respondido à regente que o destino a dar aos prisioneiros estava dependente das ordens de Brederode. O emissário que se encontrava às portas da cidade surgiu para lhe anunciar a guerra, que o chanceler ainda impediu³³.

Após a tentativa gorada de ocupar Hertogenbosch, o conde de Meghem precipitou-se para Utreque a fim de se antecipar a um ataque que o conde de Brederode pretendia fazer precisamente a esta cidade. A mesma, que tinha sofrido muito por causa do exército da Liga, que estava acampado perto de Vianen, recebeu-o de braços abertos como sendo o seu protector e adaptou-se a todas as mudanças que ele fez no seu culto religioso. Em simultâneo, mandou erguer uma barricada nas margens do Lek, a partir da qual podia atacar Vianen. Brederode, que não tinha vontade de o esperar nesta cidade, abandonou essa praça de armas com a melhor parte do seu exército e dirigiu-se apressadamente para Amsterdão³⁴.

Por mais inútil que fosse o modo como o príncipe de Orange parecia perder o seu tempo durante estas movimentações, tanto mais ocupado se encontrava ele nessa aparente calma. A partir de um sinal por ele dado, a Liga havia angariado membros e Brederode fortificado os seus castelos, para o que ele próprio lhe oferecera três canhões que havia mandado fundir em Utreque. O seu olhar vigiava todos os movimentos da Corte e a Liga era por ele avisada de todos os ataques feitos a esta ou àquela cidade. Mas a sua principal preocupação parecia ser ficar com o controlo dos mais proeminentes lugares da sua província, finalidade para a qual havia tentado,

em segredo mas com todas as forças, promover o ataque de Brederode a Utreque e Amsterdão³⁵.

O lugar mais importante era a ilha zelandesa de Walcheren³⁶, onde se pensava que atracaria o rei; para a assaltar, concebeu um ataque cuja execução ficou a cargo de um membro da nobreza aliada, de um amigo de confiança do príncipe de Orange, Johann de Marnix, Senhor de Toulouse, irmão de Filipe de Aldegonde (1567). Toulouse mantinha com o antigo municípe de Middelburg, Peter Haak, um entendimento secreto que lhe deveria criar uma oportunidade para colocar tropas em Middelburg e Vlissingen; mas as movimentações de angariação para tal empresa em Antuérpia não podiam processar-se com tanta tranquilidade a ponto de impedir que o magistrado criasse suspeitas. A fim de sossegar este e de promover em simultâneo a sua iniciativa, o príncipe ordenou que todos os soldados estranhos e os outros estrangeiros que não estivessem ao serviço do Estado ou tivessem negócios, se retirassem sem demora da cidade, como foi anunciado em público por um arauto. Ele teria podido, disseram os seus adversários, apoderar-se facilmente de todos esses soldados suspeitos, mas expulsou-os da cidade para os impelir com tanto maior rapidez para o lugar que determinara para eles. Embarcaram então imediatamente no rio Escalda, sendo conduzidos até Rammekens; mas uma vez que as pessoas já estavam alertadas em Vlissingen através do navio comercial proveniente de Antuérpia, que chegara pouco antes deles, foi-lhes vedada aqui a entrada no porto. A mesma dificuldade ocorreu em Arnemuiden, perto de Middelburg, cidade em que os não católicos tentaram em vão suscitar uma revolta em seu favor. Toulouse ordenou então às suas naves que dessem meia-volta sem nada terem podido fazer e navegou para montante no Escalda até Oosterweel, a um quarto de milha de distância de Antuérpia, onde fez descer os seus homens e montou um acampamento na margem, com o intuito de se abastecer a partir de Antuérpia e manter vivo o ânimo do seu partido, que era oprimido pelo magistrado, através da sua proximidade. Graças à ajuda por parte dos padres reformistas, que na cidade angariavam homens, o seu pequeno exército crescia todos os dias, de tal modo que principiou a tornar-se terrível aos olhos dos habitantes de Antuérpia, cujo território devastava. O magistrado em cólera queria atacá-lo aqui com a milícia urbana, o que o príncipe de Orange, a pretexto de não deixar agora a cidade desprovida de soldados, conseguiu impedir.

Entretanto, a regente tinha organizado à pressa um pequeno exército contra ele, que sob o comando de Filipe de Launoy³⁷ avançou contra ele em marcha rápida a partir de Bruxelas. Ao mesmo tempo, o conde de Meghem conseguiu cercar tão bem o exército dos Gueux junto de Vianen que este não pôde nem saber algo de tais movimentações nem acorrer em ajuda dos seus aliados. Launoy atacou de surpresa os grupos dispersos que estavam preparados para fazer pilhagens, dizimando-os numa terrível sangria. Toulouse precipitou-se com um ínfimo resto das suas tropas para uma casa de campo que lhe havia servido de quartel-general, defendendo-se durante muito tempo com a coragem de alguém em desespero até que Launoy, que não conseguira expulsá-lo de outro modo, mandou deitar fogo à casa. Os poucos que conseguiram escapar ao fogo precipitaram-se ao encontro da espada do inimigo ou encontraram a morte no Escalda. O próprio Toulouse preferiu morrer nas chamas do que cair nas mãos do vencedor. Esta vitória, que exterminou mais de mil inimigos, foi obtida pelo vencedor a bom preço, uma vez que não deu por falta de mais de dois homens em todo o seu exército. Trezentos que se haviam rendido com vida foram, uma vez que se temia um ataque vindo de Antuérpia, mortos imediatamente e sem piedade à estocada³⁸.

Antes de a batalha ter principiado, não se suspeitava de nada em Antuérpia acerca do ataque. O príncipe de Orange, que havia sido informado a tempo, tinha tomado a precaução de mandar destruir no dia anterior a ponte que liga a cidade a Oosterweel, de modo a, como argumentou, impedir os calvinistas de se verem tentados a colocar-se ao lado do exército de Toulouse, mas mais provavelmente para que os católicos não atacassem pelas costas o comandante dos Gueux, ou também para que Lanoy, se saísse vencedor, não entrasse pela cidade dentro. Precisamente por este motivo foram também fechadas as portas por sua ordem e os habitantes, que nada entendiam dessas movimentações, oscilavam numa incerteza entre a curiosidade e o receio, até que o ruído dos tiros a partir de Oosterweel lhes anunciou o que poderia estar ali a ocorrer. Numa multidão ruidosa, todos se precipitam para os baluartes e as muralhas, onde lhes é apresentado todo o espectáculo de uma batalha quando o vento dispersa o fumo da pólvora provocado pelos exércitos em acção. Ambos os exércitos estavam tão próximos da cidade que era possível distinguir os seus estandartes e reconhecer

nitidamente as diferenças entre as vozes dos vencedores e as dos vencidos. Mais tremenda do que a própria batalha era a visão proporcionada por aquela cidade. Cada um dos exércitos em combate tinha os seus adeptos e os seus inimigos nas muralhas. Tudo o que se passava lá em baixo despertava cá em cima júbilo e pavor; o desfecho do confronto parecia decidir sobre o destino de cada espectador. Cada movimento no campo de batalha podia ser lido nos rostos dos habitantes de Antuérpia; derrota e triunfo, os horrores dos vencidos, a fúria dos vencedores. Aqui um desejo doloroso e vão de amparar os que caíam, de fazer com que os fugitivos se pusessem de pé; ali uma avidez igualmente vã de os apanhar, dispersar, aniquilar. Agora eram os Gueux que fugiam e dez mil pessoas que ficavam felizes; o último refúgio de Toulouse está em chamas e vinte mil cidadãos de Antuérpia morrem queimados com ele.

Mas pouco depois é a paralisação do primeiro susto que dá lugar ao desejo irado de ajudar, à vingança. Gritando ruidosamente, torcendo as mãos e de cabelo solto, a viúva do general derrotado precipita-se para a multidão, a fim de implorar vingança, piedade. Incitados por Hermann, o seu apóstolo, os calvinistas pegam em armas, decididos a vingar os seus irmãos ou a morrer com eles; de forma irreflectida, sem plano, sem chefe, por nada mais guiados do que pela sua dor, a sua loucura, precipitam-se para a porta vermelha que conduz ao campo de batalha no exterior; mas não há saída! A porta está barrada e os grupos da frente atiram-se de volta contra os que estão atrás. Aos milhares juntam-se mais mil, na praça de Meir gera-se uma tremenda confusão. “Fomos traídos, estamos prisioneiros”, gritam todos. “Perdição para os papistas, perdição para quem nos traiu!” Um murmúrio abafado percorre toda a multidão. Principia-se a suspeitar que tudo o que havia acontecido até então fora obra dos católicos para levar os calvinistas à perdição. Os seus defensores teriam sido dizimados, agora eles cairiam sobre os próprios seres indefesos. Com desastrosa ligeireza, tal suspeita propagava-se por toda Antuérpia. Agora acredita-se que se terá feito luz sobre o que passou e receia-se que haja algo mais grave na retaguarda, e uma terrível desconfiança apodera-se de todos os ânimos. Cada partido teme o outro, cada um vê no seu vizinho um inimigo, o mistério amplia esse receio e esse horror; situação terrível para uma cidade tão populosa, onde cada ajuntamento fortuito se torna imediatamente em tumulto, cada ideia lançada para

o ar se torna em boato, cada pequena fâisca se torna em labareda; e através da forte fricção, todas as paixões incendeiam-se ainda mais. Tudo o que se assume como reformista põe-se em movimento com tal boato. Quinze mil adeptos deste partido ocupam o Meir³⁹ e plantam nele pesados canhões, que são tirados com violência do depósito; o mesmo acontece noutra parte⁴⁰, a multidão fá-la parecer terrível, a cidade está nas suas mãos; a fim de escapar a um perigo imaginado, eles levam a cidade à beira da ruína.

Logo no início do tumulto, o príncipe de Orange havia ocorrido ao Meir, onde se meteu corajosamente pela multidão enfurecida, impondo paz e implorando que o escutassem. Na outra parte⁴¹, o conde de Hoogstraeten, acompanhado pelo burgomestre Straalen, tentou a mesma coisa; mas uma vez que lhe faltava tanto prestígio como eloquência, logo ele remeteu a multidão enlouquecida, que se tornou até para ele demasiado poderosa, para o príncipe, para junto de quem ocorria agora Antuérpia inteira. A porta, como este procurou fazer com que eles entendessem, não teria sido fechada por outro motivo a não ser para manter o vencedor, fosse quem fosse, longe da cidade, que de outro modo se teria tornado em objecto de pilhagem para os soldados. Tudo em vão, essas hordas furiosas não o ouvem, e um dos mais atrevidos entre eles ousa mesmo apontar-lhe a sua arma de fogo e acusá-lo como traidor. Numa gritaria tumultuosa, exigem que ele lhes entregue a chave da porta vermelha, que ele finalmente se vê obrigado a pôr nas mãos do pregador Hermann. Mas, acrescentou numa feliz presença de espírito, eles deveriam ver o que fazem; às portas da cidade estariam 600 cavaleiros inimigos à espera para os receber. Tal invenção, ditada pela necessidade e pelo medo, não estava tão longe da verdade como ele poderia talvez pensar; isto porque o general vitorioso, mal havia tido conhecimento do tumulto em Antuérpia, mobilizou toda a sua cavalaria para entrar na cidade com o apoio da mesma. “Eu próprio”, continuou o príncipe de Orange, “irei pôr-me atempadamente a salvo e aquele que seguir o meu exemplo será poupado ao arrependimento.” Estas palavras, ditas na devida altura e logo acompanhadas de acção imediata, surtiram efeito. Os que estavam mais perto dele acataram, seguidos dos que estavam mais próximos destes, de tal modo que os poucos que já haviam avançado, quando viram que ninguém os seguia, perderam a vontade de se confrontarem a sós com os 600 cavaleiros. Todos voltaram a sentar-se

no Meir, onde foram colocados vigias e patrulhas e ficaram alerta, sob as armas, durante uma tumultuosa noite⁴².

A cidade de Antuérpia estava agora ameaçada pela mais terrível sangria e por uma completa pilhagem. Nessa situação de necessidade urgente, Orange reúne uma assembleia extraordinária do senado, para a qual são convocados os cidadãos de direito das quatro nações. Se se quisesse derrotar a arrogância dos calvinistas, disse ele, teria de se organizar igualmente um exército contra eles que estivesse pronto a recebê-los. Decidiu-se então armar apressadamente os habitantes católicos da cidade, cidadãos locais, italianos e espanhóis e, se possível, atrair ainda os luteranos para o mesmo campo. A sede de dominação dos calvinistas que, orgulhosos devido à sua riqueza e obstinados devido ao seu número preponderante, encaravam com desprezo todos os outros partidos religiosos, tinha há já muito feito dos luteranos seus inimigos e o azedume que essas duas Igrejas protestantes votavam uma contra a outra era de natureza mais inconciliável do que o ódio que os unia contra a Igreja dominante. Esse ciúme recíproco servira ao magistrado para tirar um proveito substancial a fim de limitar um partido através do outro, sobretudo os reformistas de cujo crescimento havia mais a recear. Por esse motivo ele havia tomado tacitamente os luteranos, como sendo a parte mais fraca e a mais disposta para a paz, sob proteção, tendo-lhes mesmo prescrito professores que eram também pastores e provenientes da Alemanha e que tinham de manter aquele ódio recíproco em permanente exercício através de sermões controversos. Os luteranos foram por ele deixados na ilusão de que o rei teria uma ideia mais favorável da sua crença religiosa, exortando-os a que não manchassem a sua boa causa através de um entendimento com os reformistas. Não foi portanto difícil criar uma aliança momentânea entre católicos e luteranos, uma vez que importava reprimir rivais tão odiados. Ao nascer do dia, os calvinistas viram-se confrontados com um exército que era muito superior ao seu. À cabeça desse exército, a eloquência de Orange principiou a ganhar uma força muito maior e a encontrar um acolhimento muito mais fácil. Os calvinistas, embora na posse das armas e da artilharia, apavorados com o número superior dos seus inimigos, principiam a enviar emissários e a procurar um acordo de paz, que foi concluído pela arte de Orange para satisfação geral. Imediatamente após o anúncio do mesmo, os espanhóis e

italianos depuseram as armas na cidade. Seguiram-se-lhes os reformistas e a estes os católicos; por último fizeram-no os luteranos⁴³.

Antuérpia havia aguentado nessa terrível situação dois dias e duas noites. Os católicos haviam já levado barris de pólvora para debaixo da ponte do Meir, a fim de fazer explodir todo o exército dos reformistas que a haviam ocupado; a mesma coisa tinha acontecido noutras partes contra os católicos⁴⁴. A ruína da cidade estava suspensa por um só momento e foi o bom senso de Orange que a impediu.

(1567) Noircarmes ainda se encontrava com o seu exército de valões às portas de Valenciennes, que confiava firmemente na protecção por parte dos Gueux e continuava, contra todos os argumentos da regente, a permanecer imóvel e a rejeitar qualquer ideia de rendição. Uma ordem expressa da Corte proibira o general inimigo de agir antes de se haver reforçado com tropas frescas vindas da Alemanha. O rei, fosse por precaução ou por receio, repudiou a opção violenta de um assalto, em que não poderia evitar-se que o inocente se envolvesse no destino do culpado e o súbdito fiel fosse tratado como um inimigo. Como porém aumentava cada dia a resistência dos sitiados, que a inactividade do inimigo tornava mais ousados e se atreveram mesmo a perturbá-lo com ataques frequentes, a incendiar alguns conventos às portas da cidade e a regressar com o fruto da pilhagem; como o tempo inutilmente perdido às portas dessa cidade podia ser mais bem aproveitado pelos rebeldes e os seus aliados; logo, Noircarmes tentou convencer a duquesa a obter do rei a permissão de atacar essa cidade. Mais rapidamente do que era habitual veio a resposta de volta: dever-se-ia ainda limitar a acção a preparar as máquinas para o assalto e, antes de este ter realmente início, a deixar primeiro agir o pavor do mesmo durante algum tempo; se então não ocorresse a rendição, ele permitiria o assalto mas com o maior respeito possível por cada vida humana. Antes de passar a esse meio extremo, a regente mandou o conde de Egmont, para além do duque de Arschot, para negociar uma vez mais a bem com os rebeldes. Ambos conversam com os deputados da cidade e nada deixam por fazer a fim de os arrancar à cegueira em que até então se encontravam. Fazem-lhes ver que Toulouse está derrotado e com ele todo o apoio dos sitiados; que o conde de Meghem isolou o exército dos Gueux em relação à cidade e que eles se tinham mantido por tanto tempo apenas pela tolerância do rei. Oferecem-lhes um perdão completo para o que havia

passado. Cada um deveria ter a liberdade de defender a sua inocência diante do tribunal que quisesse; a cada um que não o quisesse fazer seria concedida a possibilidade de abandonar a cidade dentro de catorze dias com todos os seus haveres. Nada lhes seria exigido senão que aceitassem a ocupação. Para reflectir sobre esta proposta foi-lhes concedido um cessar-fogo de três dias. Quando os deputados regressaram à cidade, encontraram os seus concidadãos menos dispostos do que nunca a fazerem um acordo, uma vez que entretanto se haviam espalhado falsos boatos sobre uma nova angariação de tropas por parte dos Gueux. Toulouse, afirmava-se, teria triunfado e um poderoso exército estaria em vias de assaltar a cidade. Tal confiança chegou ao ponto de as pessoas se permitirem mesmo quebrar o cessar-fogo e fazer fogo sobre os sitiados. Por fim, o magistrado conseguiu ainda que doze municípios fossem enviados ao acampamento com as seguintes condições. O édito, através do qual Valenciennes havia sido acusada do crime de lesa-majestade e declarada inimiga, deveria ser revogado, sendo devolvidos os bens judicialmente confiscados e os prisioneiros de ambos os lados postos de novo em liberdade. A ocupação não deveria entrar na cidade antes que cada um que achasse por bem fazer tal coisa se tivesse posto a si e aos seus bens em segurança; ela deveria comprometer-se a não incomodar de modo algum os habitantes e o rei assumiria os prejuízos.

Noircarmes respondeu a tais condições com indignação e estava a ponto de maltratar os deputados. Se eles não tivessem vindo, disse aos deputados, para lhe entregar a cidade, então deveriam voltar imediatamente para trás ou estar conscientes de que ele os reenviaria, com as mãos atadas atrás das costas, para casa. Eles lançaram a culpa para cima da inflexibilidade dos reformistas e pediram-lhe encarecidamente que os mantivesse no acampamento porque não queriam ter mais nada a ver com os seus concidadãos rebeldes nem estar envolvidos com o destino deles. Chegaram a abraçar os joelhos de Egmont para conseguir o seu apoio, mas Noircarmes permaneceu surdo aos seus pedidos; e a visão das cadeias que foram então para ali trazidas fê-los regressar a contragosto para Valenciennes. Foi necessidade, não dureza, que impôs ao general inimigo esse comportamento severo. A retenção dos emissários havia-lhe já custado antes uma censura por parte da duquesa; agora não deixaria de ser atribuída à ausência daqueles, na cidade, a mesma causa que na primeira vez. Tão-pouco ele podia privar a cidade do pequeno

resto de cidadãos de boa vontade, nem admitir que uma horda cega e louca se tornasse dona do seu destino. Egmont estava tão indignado acerca do insucesso da sua missão que ele próprio deu a volta ao perímetro da cidade a cavalo na noite seguinte, fazendo o reconhecimento das suas fortificações e regressando muito satisfeito por se haver convencido que ela não resistiria por mais tempo⁴⁵.

Valenciennes estende-se de uma suave elevação por uma planície em linha recta e regular, gozando de uma situação tão segura como amena. Rodeada por um lado pelo Escalda e um pequeno rio, protegida pelo outro por profundos fossos, fortes muralhas e torres, parece resistir a qualquer ataque. Mas Noircarmes havia notado alguns sítios no fosso da cidade, que haviam sido desleixadas a ponto de ficarem ao nível do restante solo, e foi esses que ele usou. Reúne o contingente disperso, com o qual mantivera até então a cidade cercada, e conquista numa noite de tempestade as colinas suburbanas sem perder um só homem. Em seguida divide a cidade pelo conde de Bossu, o jovem conde Carlos de Mansfeld e o mais jovem dos Berlaymont; um dos seus coronéis aproxima-se o mais rapidamente possível das suas muralhas, das quais o inimigo é repellido sob um tremendo fogo. Diante da cidade e em frente da porta é lançada uma bateria sob o olhar dos sitiados, com poucas perdas, à mesma altura das fortificações; com ela, 21 canhões assolam a cidade durante quatro horas sem interrupção. A torre de S. Nicolau, na qual os sitiados haviam colocado alguns canhões, é das primeiras a ruir e muitos encontram a morte debaixo das suas ruínas. Os canhões são apontados a todos os edifícios que mais sobressaem e assim é causada uma derrota entre os habitantes. Em poucas horas são destruídas as suas mais importantes construções e os tiros abrem na própria porta uma brecha tão grande que os sitiados, na desesperada busca da sua salvação, mandam à pressa dois trombeteiros para pedir que sejam ouvidos. Tal é-lhes concedido, embora o ataque continue sem interrupção. Os enviados exigem tanto mais que seja feito o acordo para entregar a cidade precisamente nas condições que haviam sido rejeitadas dois dias antes; mas as circunstâncias haviam-se agora alterado e o vencedor não queria já ouvir falar de quaisquer condições. O fogo incessante não lhes deixava tempo para reparar as muralhas que enchiam de ruínas todo o fosso da cidade e abriam por toda a parte o caminho ao inimigo para penetrar pela brecha. Certos da sua ruína

completa, entregam incondicionalmente a cidade ao romper do dia, depois de um ataque sem interrupção durante 36 horas e do lançamento de 3000 bombas sobre a cidade. Numa disciplina severa, Noircarmes introduz o seu exército vitorioso e é recebido por um grupo de mulheres e crianças pequenas que lhe trazem ramos verdes e lhe imploram piedade. Ao mesmo tempo são desarmados todos os cidadãos, decapitados o governador da cidade e o seu filho; 36 dos piores rebeldes, entre os quais se encontram de La Grange e Guido de Bresse, outro pregador reformista, pagam a sua inflexibilidade com a força, todos os representantes da autoridade perdem os seus cargos e a cidade todos os seus privilégios. O ofício católico é imediatamente restabelecido em toda a sua dignidade e o protestante destruído; o Bispo de Arras é obrigado a transferir a sua residência para a cidade e uma força de ocupação garante a futura obediência da mesma⁴⁶.

(1567) A rendição de Valenciennes, para a qual estavam dirigidos todos os olhares, foi um aviso para todas as restantes cidades que haviam cometido transgressões semelhantes, o que deu um prestígio considerável às armas da regente. Na sequência da sua vitória, Noircarmes avançou logo para Maas-tricht, que se rendeu a ele sem erguer a espada e recebeu a ocupação. Dali marchou para Turnhout, a fim de atemorizar as cidades de Hertogenbosch e Antuérpia pela sua proximidade. A sua chegada assustou tanto o partido dos Gueux, que sob o comando de Bombergen ainda mantinham o magistrado sob coacção, de tal maneira que abandonaram a cidade à pressa com o seu chefe. Noircarmes foi recebido sem resistência, sendo os emissários da duquesa imediatamente postos em liberdade e instalado um forte contingente de ocupação. Também Cambrai voltou a abrir com brados de alegria as portas ao seu bispo, que o partido dominante dos reformistas havia expulsado da sua sede; e ele merecia esse triunfo porque não manchou a sua entrada com sangue. Também as cidades de Gent, Ypern e Oudenaarde submeteram-se e receberam as forças de ocupação. Geldern havia sido quase inteiramente depurada dos rebeldes pelo conde de Meghem e reconduzida à obediência; o mesmo havia conseguido o conde de Aremberg na Frísia e Gröningen, porém um pouco mais tarde e com maior dificuldade, uma vez que a sua conduta carecia de igualdade e persistência, porque esses republicanos resistentes eram mais apegados aos seus privilégios e resistiram à sua ocupação⁴⁷. De todas as províncias, excepto da Holanda, o séquito dos

rebeldes é expulso, tudo recua perante as armas vitoriosas da Duquesa. A coragem dos chefes desvaneceu e nada mais lhe restou senão a fuga ou a submissão incondicional⁴⁸.

Renúncia de Guilherme de Orange

Já desde a formação da Liga dos Gueux, mas ainda de forma mais nítida desde o rebentar do movimento iconoclasta, o espírito da oposição e separação havia adquirido tal predomínio, nas províncias e entre as camadas mais altas e mais baixas, os partidos haviam-se confundido tanto entre si, que a regente tinha dificuldade em reconhecer os seus adeptos e instrumentos, já mal sabendo por fim em que mãos se encontrava. O sinal diferenciador dos suspeitos e dos fiéis havia-se perdido gradualmente e os limites entre ambos tinham-se tornado menos nítidos. Através das alterações que havia tido de fazer nas leis em vantagem dos protestantes, e que eram a maior parte das vezes apenas expedientes e obras do momento, ela havia tirado às próprias leis o seu carácter preciso, a sua força vinculativa, dando livre iniciativa à arbitrariedade de cada um que tivesse de as interpretar. Aconteceu assim finalmente que, sob a quantidade e multiplicidade das interpretações, desapareceu o sentido das leis e a finalidade do legislador viu-se ludibriada; que na estrita correlação existente entre protestantes e católicos, entre Gueux e apoiantes do rei e tornava não raras vezes comum o seu interesse, os últimos usaram a saída que lhes havia sido deixada aberta pelos aspectos titubeantes na lei, escapando à severidade das suas missões por meio de distinções artificiais. De acordo com as suas ideias, bastava que não se fosse um rebelde declarado, nenhum Gueux ou herege, para que alguém se cresse autorizado a adaptar os deveres inerentes ao seu cargo a seu bel-prazer, pondo os limites mais arbitrários à sua obediência face ao rei. Sem serem responsáveis por tal, os governadores, os funcionários superiores e inferiores, as autoridades municipais e os comandantes das tropas haviam-se tornado muito desleixados na sua profissão e exerciam, confiando nessa imunidade, uma indulgência nociva face aos rebeldes e aos seus seguidores, o que tornava ineficazes todas as admoestações da regente. Esta falta de fiabilidade por parte de tantas pessoas importantes no Estado teve como consequência desvantajosa o facto de

as cabeças inquietas contarem com uma protecção muito mais forte do que para tal teriam motivo, uma vez que contavam como seu todo aquele que tomasse partido pela Corte, ainda que de forma meramente tibia. Uma vez que tal ilusão tornava tais pessoas mais empreendedoras, logo a situação não era muito diferente da que existiria se ela tivesse um fundamento real, e os vassallos *incertos* tornaram-se com isso quase tão nocivos como os inimigos *declarados* do rei, sem que pudesse ser usado contra eles um rigor igual. Dava-se esse caso sobretudo com o príncipe de Orange, o conde de Egmont, de Bergen, de Hoogstraeten, de Hoorne e com vários membros da alta nobreza. A regente estava ciente da necessidade de levar esses súbditos ambíguos a proferirem uma declaração, ou a fim de roubar aos rebeldes o seu apoio imaginário ou a desmascarar os inimigos do rei. Isso era agora tanto mais urgente, uma vez que ela tinha de organizar um exército e se via obrigada a confiar tropas a alguns deles. Para esse fim, ela estabeleceu um *juramento*, através do qual as pessoas se comprometiam a promover a fé católica romana, a perseguir os iconoclastas e a fazer o melhor esforço para ajudar a expurgar heresias de toda a espécie. Com isso, as pessoas eram obrigadas a tratar como seu cada inimigo do rei e a deixar-se usar contra todo aquele, sem excepção, que a regente designasse em nome do rei. Através deste juramento, ela não esperava em particular perscrutar os ânimos e muito menos vinculá-los; mas ele deveria servir-lhe como pretexto jurídico para afastar os suspeitos, para lhes retirar das mãos um poder de que eles poderiam abusar se se recusassem a prestá-lo e para os punir se rompessem com ele. Tal juramento foi exigido, por parte da Corte, a todos os Cavaleiros do Tosão, a todos os servidores superiores e inferiores do Estado, a todos os funcionários e autoridades, a todos os oficiais do exército, a todos sem excepção a quem havia sido confiada qualquer missão na República. O conde de Mansfeld foi o primeiro que o fez em público no Conselho de Estado em Bruxelas; o seu exemplo foi seguido pelo duque de Arschot, pelo conde de Egmont, pelos condes de Meghem e Berlaymont; Hoogstraeten e Hoorne tentaram rejeitá-lo de uma maneira elegante. O primeiro era ainda sensível a uma prova de desconfiança que a regente lhe havia dado pouco antes, por ocasião da sua governação em Mecheln. Sob o pretexto de que Mecheln não podia prescindir por mais tempo do seu governador, mas de que Antuérpia não estaria menos necessitada da presença do conde, ela havia-lhe retirado aquela província, que foi

concedida a outro que para ela era mais seguro. Hoogstraeten declarou-lhe o seu agradecimento por ela o ter querido libertar de um dos seus fardos, acrescentando que ela tornaria completo o seu compromisso se o libertasse também do outro. O conde de Hoorne vivia ainda, fiel ao seu propósito, numa das suas propriedades na cidade fortificada de Weert, inteiramente recatado de quaisquer funções. Uma vez que se havia retirado do serviço do Estado e pensava não ter mais dívidas face à República e ao rei, logo ele recusou o juramento, do que ao que parece terá sido isento⁴⁹.

Ao conde de Brederode foi deixada a opção de prestar o juramento exigido ou de renunciar ao comando supremo do esquadrão que lhe estava confiado. Após muitas escusas vãs, por ele tomadas a partir do facto de não revestir nenhum cargo público na República, ele resolveu-se finalmente pela última alternativa e furtou-se assim ao juramento⁵⁰.

Em vão se tentara levar o príncipe de Orange a prestar esse juramento, uma vez que ele, sob a suspeita que há muito sobre ele pesava, parecia necessitar mais do que qualquer outro dessa clarificação, podendo ser conduzido a tal, aparentemente com o máximo direito, devido ao grande poder que havia obrigatoriamente passado para as suas mãos. Não era possível proceder contra ele com a brevidade lacónica como contra um Brederode e semelhantes, e com a renúncia voluntária a todos os seus cargos, a que ele se prontificara, não era possível satisfazer a regente, que previa muito bem quão perigoso esse homem se lhe podia tornar a partir do momento em que se soubesse independente e pensasse que as suas ideias verdadeiras deixariam de estar vinculadas a qualquer conveniência exterior e a qualquer dever. Mas no caso do príncipe de Orange, já estava irrevogavelmente decidido, desde aquela reunião em Dendermonde, que ele deixasse de estar ao serviço do rei de Espanha e se afastasse do próprio país até chegarem melhores dias. Uma experiência muito deprimente havia-lhe ensinado quão inseguras são as esperanças que uma pessoa se vê obrigada a fundamentar na grande massa e quão rapidamente se desvanece esse zelo tão promissor quando lhe são exigidos actos. Um exército estava no terreno e aproximava-se um muito mais forte, como ele sabia, sob o comando do Duque de Alba – o tempo das conjecturas havia passado, só à cabeça de um exército se podia esperar concluir acordos vantajosos com a regente e impedir a entrada do general espanhol no país. Mas onde ir buscar esse exército, uma vez que lhe faltava o dinheiro

necessário, a alma de todas as empresas, uma vez que os protestantes haviam revogado as suas presunçosas promessas e o tinham abandonado nessa situação de necessidade urgente⁵¹. O ciúme e o ódio religioso separavam ainda ambas as igrejas protestantes e contrariavam qualquer união benéfica contra o inimigo comum da sua crença. A rejeição dos reformistas face à confissão de Augsburg havia colocado contra eles todos os príncipes protestantes da Alemanha, de tal modo que não se podia já pensar na poderosa protecção por parte desse Império. Com o conde de Egmont havia-se perdido o excelente exército de valões, que seguia com cega submissão o seu comandante que os havia ensinado a vencer em St. Quentin e Gravelingen. Os actos de violência cometidos pelos iconoclastas em igrejas e conventos haviam por seu turno afastado da Liga a classe numerosa, rica e poderosa do clero católico, para a qual ela já estava meio ganha antes desse infeliz incidente; e a regente sabia como arrebatá-la à própria Liga, com cada dia que passava, vários membros seus.

Todas estas observações, tomadas em conjunto, levaram o príncipe a reservar para um momento mais feliz uma intenção à qual a situação presente não era favorável e a abandonar um país onde a sua permanência por mais tempo já nada podia reparar e que lhe proporcionava a ele próprio uma certa degradação. Acerca das intenções de Filipe em relação à sua pessoa, ele não podia já, depois de tantas informações recolhidas, de tantas provas de desconfiança, de tantas advertências de Madrid, ter mais dúvidas. Ainda que as tivesse, em breve ele seria arrebatado à sua incerteza pelo terrível exército constituído em Espanha e que deveria ter por comandante não o rei, como fora erradamente divulgado mas, como ele melhor sabia, o duque de Alba, o homem que mais se lhe opunha e que ele tinha mais razões para temer. O príncipe havia olhado com demasiada profundidade para dentro da alma de Filipe para acreditar numa reconciliação sincera com este soberano, ao qual ele havia outrora inspirado temor. Também a sua própria conduta era por ele avaliada com demasiado rigor para contar, como o seu amigo Egmont, com uma gratidão por parte do rei que ele não havia semeado. Portanto, não podia esperar dele quaisquer atitudes que não fossem hostis e a argúcia aconselhava-o a furta-se à irrupção real das mesmas através de uma atempada fuga. O novo juramento que lhe era exigido havia sido até então por ele obstinadamente negado e todas as admoestações por escrito

da regente haviam sido infrutíferas. Por fim, ela enviou-lhe o seu secretário privado Berty a Antuérpia, com a finalidade de lhe falar expressamente à consciência e fazer-lhe ver todas as más consequências trazidas por uma tão rápida abdicação do serviço do rei, tanto para o país como para o seu próprio bom nome. Já a recusa do juramento exigido, mandou ela dizer pelo seu emissário, teria lançado uma sombra sobre a sua honra e dado uma aparência de verdade ao boato generalizado que sustentava um entendimento com os rebeldes, o que se tornaria numa certeza plena com essa violenta demissão. Também só ao senhor competiria demitir o seu servo, mas não ao servo renunciar ao senhor. O encarregado da regente encontrou o príncipe no seu palácio em Antuérpia, já inteiramente, ao que parecia, neutralizado para o serviço público e afundado em assuntos privados. Ele ter-se-ia recusado, respondeu-lhe na presença de Hoogstraeten, a prestar o juramento exigido por não poder recordar que alguma vez um pedido desse tipo tivesse sido dirigido a algum governador antes dele; uma vez que ele já se havia comprometido *por uma vez* perante o rei, através desse novo juramento ele admitiria tacitamente ter quebrado o primeiro. Ele ter-se-ia recusado a prestá-lo, uma vez que um juramento mais antigo lhe ordenaria que protegesse os direitos e privilégios do país; porém ele não poderia saber se esse novo juramento lhe importaria actos contrários ao primeiro; uma vez que neste novo juramento, que fazia seu o dever de servir contra qualquer pessoa, sem distinção, que lhe fosse designada, nem sequer o imperador, seu senhor feudal, estava excluído, não podendo ele combatê-lo enquanto vassalo. Ele ter-se-ia recusado a fazê-lo porque tal juramento podia impor-lhe que fizesse guerra contra os seus amigos e parentes, os seus próprios filhos e mesmo a sua esposa, que era luterana. De acordo com esse juramento, ele teria de submeter-se a tudo o que ocorresse ao rei impor-lhe; mas o rei poderia impor-lhe coisas de que ele teria pavor e a dureza com que se agiria presentemente e sempre contra os protestantes teria há já muito indignado a sua forma de sentir. Tal juramento contrariaria o seu sentimento humano e ele não poderia prestá-lo. No final, deixou escapar o nome do duque de Alba com uma nota de amargura e logo a seguir ficou silencioso⁵².

A todas estas reservas foi respondido ponto por ponto por Berty. Não se teria exigido a nenhum governador antes dele tal juramento porque as províncias nunca se haviam encontrado perante um caso semelhante.

Tal juramento era exigido não porque os governadores tivessem quebrado o primeiro mas para lhes trazer mais vivamente à memória aquele primeiro juramento e para lhes renovar a acção nessa situação de urgência. Tal juramento nada lhe importaria que ofendesse os direitos e privilégios do país, pois o rei teria jurado defender esses privilégios e direitos tal como o príncipe de Orange. Nesse juramento não se trataria nem de uma guerra contra o imperador nem contra qualquer príncipe de entre os seus parentes, e de bom grado ele seria disso isento, se tal o incomodasse, através de uma cláusula própria. As missões que se opusessem ao seu sentimento humano saberiam poupá-lo e nenhum poder no mundo poderia coagi-lo a agir contra a esposa ou contra os filhos. Berty queria passar ao último ponto, que dizia respeito ao duque de Alba, quando o príncipe, que não queria esclarecer esse artigo, o interrompeu. O rei viria aos Países Baixos, disse, e ele conhecia o rei. O rei nunca toleraria que um dos seus servos tivesse como esposa uma luterana e por isso ele teria decidido exilar-se voluntariamente com toda a sua família antes que tivesse de submeter-se a tal sorte pela coacção. Porém, concluiu, ele sempre se conduziria como súbdito do rei onde quer que estivesse. Vê-se assim *até que ponto* o príncipe foi buscar as motivações para essa fuga para não tocar na única pessoa que o levou realmente a isso⁵³.

Berty tinha ainda esperança de conseguir, através da eloquência de Egmont, o que desistiu de obter através da sua. Fez a proposta de um encontro com o último (1567), para o que o príncipe se mostrou tanto mais disposto, uma vez que ele próprio desejava abraçar uma vez mais o seu amigo Egmont antes da sua despedida e impedir, na medida do possível, que esse ser iludido fosse levado à sua ruína certa. Esse notável encontro, o último ocorrido entre os dois amigos, aconteceu em Willebroeck, uma aldeia junto ao Rupel, entre Bruxelas e Antuérpia; com o secretário privado Berty estava também o jovem conde de Mansfeld. Os reformistas, cuja última esperança assentava na recusa dessa negociação, haviam encontrado meios para ficarem a saber o conteúdo da mesma por meio de um espião, que se manteve escondido na chaminé da sala onde ela decorreu⁵⁴. Todos os três assediaram aqui o príncipe, devido à sua decisão, com uma eloquência unânime, sem contudo fazer com que ele vacilasse. “Custar-te-á os teus bens, Orange, se insistires nesse propósito”, disse por fim o príncipe de Gaure seguindo-o de lado em

direcção a uma janela. “E a ti a tua vida, Egmont, se tu não alterares o teu”, respondeu aquele. “Pelo menos a mim consolar-me-á em qualquer caso o facto de ter querido estar próximo da pátria e dos meus amigos, em conselhos e actos, na hora do perigo; tu arrastarás contigo os amigos e a pátria para *uma única* ruína.” E nesse momento ele exortou-o uma vez mais com maior urgência do que antes a que se voltasse a oferecer a um povo que só o seu braço poderia ainda salvar; se não, a desviar-se pelo menos, por sua própria causa, da tempestade que estava em marcha contra ele a partir de Espanha.

Mas nem todos os motivos, por mais claros que fossem e que uma inteligência perspicaz lhe dava para as mãos, apresentados com toda a vivacidade, com todo o fogo que só a delicada preocupação, inspirada pela amizade, lhes podia insuflar, tiveram a capacidade de destruir a infeliz autoconfiança que mantinha ainda aprisionado o bom entendimento de Egmont. A advertência de Orange vinha de uma alma perturbada e hesitante; e para Egmont o mundo ainda era risonho. Sair do seio da abundância, do bem-estar e da pompa, no qual ele se havia tornado num mancebo e num homem, separar-se de todos os mil confortos da vida, que para ele só tinha valor por causa daqueles, e tudo isso para escapar a um mal que o seu ânimo ligeiro afastava ainda para longe – não, não era sacrifício que se exigisse a Egmont. Mas ainda que fosse menos brando do que era – que coração teria ele para submeter uma filha de príncipes, apaparicada por uma longa e feliz existência, uma esposa amante e filhos aos quais a sua alma estava afeiçoada, a carências face às quais a sua própria coragem esmorecia e que só uma filosofia sublime pode subtrair à sensualidade. “Nunca me convencerás, Orange”, disse Egmont, “a ver as coisas a essa luz sinistra, sob a qual elas surgem à tua triste inteligência. Uma vez que eu tenha conseguido acabar com os sermões públicos, pôr na ordem os iconoclastas, esmagar os rebeldes e restituir às províncias a sua tranquilidade anterior – que pode ter o rei contra mim? O rei é bom e justo, eu conquistei direitos à sua gratidão e não posso esquecer o que devo a mim próprio.” “Muito bem”, exclamou Orange com desgosto e sofrimento interior, “ousa então confiar nessa real gratidão. Mas diz-me uma triste intuição – e queira o Céu que ela me engane! – que serás tu a ponte, Egmont, pela qual os espanhóis entrarão no país e que eles destruirão quando a tiverem passado.” Puxou-o para si com afecto depois de ter dito isto, abraçou-o com fofosidade e firmeza. Durante muito tempo, como se fosse para o resto da

vida, manteve o olhar fixado nele, saíram-lhe lágrimas, e eles não voltaram a ver-se⁵⁵.

Logo no dia seguinte, Orange escreveu à regente a carta de despedida, na qual ele lhe assegurava a sua eterna consideração e lhe solicitou uma vez mais que interpretasse da melhor maneira o seu presente passo; depois, foi com os seus três irmãos e toda a sua família para a sua cidade de Breda, onde permaneceu apenas o tempo necessário para tratar de alguns assuntos privados. O seu filho mais velho, o príncipe Filipe Guilherme, foi o único a ficar na Escola Superior de Lovaina; uma imprudência que, embora não intencional, mal se coadunava com o juízo certo que ele havia feito em muitos outros casos acerca do carácter do seu opositor. Em Breda, os dirigentes calvinistas dirigiram-se a ele uma vez mais com a questão se não haveria ainda esperança para eles ou se tudo estaria irremediavelmente perdido? – Ele ter-lhes-ia dado outrora o conselho, respondeu o príncipe, e a ele voltaria agora repetidas vezes, de aderirem à confissão de Augsburgo; assim, eles estariam certos de receber ajuda da Alemanha. Se continuassem a não querer consentir em tal, então deveriam arranjar-lhe seiscentos mil florins ou mais, se pudessem. – A primeira coisa, responderam, contraria a sua convicção e a sua consciência; no que diz respeito ao dinheiro, poderia talvez arranjar-se uma solução se ele lhes fizesse saber para que fins ele o usaria. – “Sim”, exclamou com desagrado, “se é necessário fazer saber tal coisa, então é impossível utilizá-lo.” Logo a seguir ele interrompeu toda a conversa e mandou embora os emissários pouco depois. Foi-lhe feita a censura de ter esbanjado a sua fortuna e de ter favorecido inovações face às dívidas que o oprimiam; mas ele assegurou que gozava ainda de uma pensão de 60 000 florins. Porém, ele fez com que os Estados da Holanda lhe adiantassem ainda 20 000 florins, pelos quais ele lhes hipotecou alguns domínios. As pessoas não podiam convencer-se de que ele se tivesse submetido à necessidade sem qualquer resistência e tivesse renunciado a todas as outras tentativas; mas ninguém sabia o que ele guardava para si em silêncio. Perguntaram-lhe alguns como pensava comportar-se de futuro face ao rei de Espanha. “Com serenidade”, foi a sua resposta, “a não ser que ele atente contra a minha honra ou os meus bens.” Logo a seguir ele abandonou os Países Baixos, a fim de repousar na sua cidade natal de Dillenburg, na região de Nassau; muitas centenas, tanto criados como voluntários, acompanharam-no na viagem para a Alemanha; pouco depois seguiram-no

os condes de Hoogstraeten, de Culemborg, de Bergen, que preferiam partilhar com ele um exílio livremente escolhido do que ir de forma leviana ao encontro de um destino incerto. A nação viu o seu anjo bom afastar-se com ele; muitos haviam-no adorado, todos o haviam venerado. Com ele afundou-se o último apoio dos protestantes; contudo eles esperavam mais desse homem em fuga do que de todos os que haviam ficado. Os próprios católicos não viram sem pena o seu afastamento. Também para os defender ele havia-se oposto à tirania; não foram raras as vezes em que ele os havia tomado sob protecção contra a sua própria igreja, muitos entre eles haviam sido arrebatados ao zelo das seitas, sedento de sangue. Muitas pobres almas por entre os calvinistas, para os quais a solicitada união com os correligionários de Augsburo era um motivo de desgosto, festejaram com gratidão, mas em silêncio, o dia em que o inimigo se havia afastado deles⁵⁶ (1567).

Declínio e dispersão da Liga dos Gueux

Logo após se ter despedido do seu amigo, o príncipe de Gaure apressou-se a regressar a Bruxelas, a fim de receber, na Corte da regente, a recompensa pela sua constância e ali, no turbilhão da Corte e sob o sol da sua fortuna, dissipar as poucas nuvens que a primeira advertência de Orange havia lançado sobre o seu ânimo. A fuga deste último deixava agora o palco livre só para ele. Agora ele já não tinha na República qualquer rival que obscurecesse a sua fama. Com zelo redobrado, ele continuou com a sua tentativa de angariar os favores decretos da realeza, acima dos quais ele dizia contudo encontrar-se. Toda Bruxelas tinha de partilhar com ele a sua alegria. Organizou pomposos banquetes e festas públicas, nas quais a própria regente participava com frequência, a fim de erradicar da sua alma qualquer vestígio de desconfiança. Não satisfeito por ter prestado o juramento exigido, ele antecipava em devoção o mais devoto, em zelo o mais zeloso, a fim de erradicar a crença protestante e submeter as cidades rebeldes de Flandres pelas armas. Face ao conde de Hoogstraeten, seu velho amigo, como também a tudo o que restava dos Gueux, ele declarou como terminada para sempre a sua amizade se eles hesitassem por mais tempo em regressar ao seio da Igreja e reconciliar-se com o seu rei. Todas as cartas confidenciais, que ambas as partes tinham nas mãos, foram trocadas, sendo a

ruptura entre ambos tornada irreversível e pública através deste último passo. A separação de Egmont e a fuga do príncipe de Orange destruiu a última esperança dos protestantes e dissolveu toda a Liga dos Gueux. Cada um deles tentava superar o outro em disponibilidade, em impaciência para se libertar do compromisso e prestar o novo juramento que lhe era apresentado. Foi em vão que os comerciantes protestantes bradaram contra tal quebra de palavra por parte da aristocracia; a sua débil voz já não era ouvida e perdas estavam todas as somas que haviam destinado ao empreendimento da Liga⁵⁷.

Os lugares mais importantes haviam sido submetidos e recebido uma ocupação, os cabecilhas haviam fugido ou sido mortos à mão do carrasco; nas províncias não havia já qualquer salvador, tudo recuou perante a fortuna da regente e o exército vitorioso desta estava em marcha para Antuérpia. Após uma luta dura e renhida, esta cidade havia-se finalmente liberto dos seus chefes mais ruins; Hermann e o seu séquito haviam fugido; os seus tumultos internos haviam chegado ao fim. Os ânimos principiaram a pouco e pouco a voltar a si e, uma vez que já nenhum fanático furioso os aticava, a dar lugar a melhores formas de aconselhamento. O cidadão abastado ansiava seriamente pela paz, a fim de ver revitalizar-se o comércio e a indústria, que haviam sofrido pesados danos devido à longa anarquia. A temida proximidade de Alba fazia milagres; a fim de antecipar a repressão que um exército espanhol lançaria sobre o país, as pessoas apressavam-se a cair nos braços mais brandos da duquesa. De livre vontade foram enviados representantes a Bruxelas, para propor um acordo e ouvir as condições. Por mais agradável que fosse a surpresa da regente face a esse passo voluntário, nem por isso ela deixou que a alegria a fizesse precipitar. Declarou nada poder nem querer ouvir antes que a cidade aceitasse uma força de ocupação. Isso tão-pouco encontrou resistência e o conde de Mansfeld entrou no dia seguinte com 16 divisões em desfile de batalha. Foi então estabelecido um contrato solene entre a cidade e a duquesa, através do qual aquela se comprometia a abolir inteiramente o ofício reformista, a expulsar todos os pregadores desta Igreja, a repor a religião católica romana na sua anterior dignidade, a restaurar as igrejas devastadas em toda a sua pompa, a aplicar os antigos éditos como dantes, a prestar também o novo juramento que já havia sido prestado por outras cidades e entregar às mãos da justiça todos os que haviam ofendido a majestade do rei, empunhado armas e participado na violação das igrejas. Em contrapartida,

a regente comprometia-se a esquecer tudo o que tinha passado e a interceder pelos próprios criminosos junto do rei. A todos aqueles que estivessem inseguros acerca da sua amnistia e preferissem o exílio, deveria ser concedido um mês para transformarem a sua fortuna em dinheiro e pôr a sua pessoa em segurança; porém excluindo todos aqueles que houvessem feito algo de condenável e não pudessem ser considerados pelas razões anteriores. Logo após a conclusão desse acordo, todos os pregadores reformistas e luteranos em Antuérpia e em toda a região circundante receberam a ordem, comunicada por um arauto, de abandonar a terra dentro de 24 horas⁵⁸. Todas as ruas, todas as portas estavam agora cheias de fugitivos que, para honrarem o seu Deus, abandonavam o que lhes era mais querido e buscavam céus mais favoráveis para a sua fé perseguida. Ali se despediam para sempre os maridos das suas mulheres, os pais dos seus filhos; aqui levavam-nos consigo. Antuérpia inteira estava igual a uma casa funerária; para onde quer que se olhasse, oferecia-se um comovente espectáculo da mais dolorosa separação. Todas as igrejas protestantes estavam seladas, toda a religião tinha deixado de existir. O dia dez de Abril (1567) foi o dia em que os seus pregadores se foram embora. Quando se mostraram ainda uma vez mais na Câmara Municipal, a fim de se despedirem do magistrado, não puderam já resistir às lágrimas e verteram os mais amargos lamentos. Eles teriam sido sacrificados, clamaram, teriam sido imoralmente abandonados. Mas um dia haveria de chegar em que Antuérpia pagaria de forma bem pesada por essa baixeza. As mais amargas eram as queixas dos padres luteranos, que o próprio magistrado havia mandado vir para pregar contra os calvinistas. Sob a falsa promessa de que o rei não se oporia à sua religião, eles teriam sido reunidos numa aliança contra os calvinistas, tendo os últimos sido reprimidos com a sua ajuda; agora que eles já não eram necessários, ambas as facções eram deixadas a chorar a sua estultícia num destino comum⁵⁹.

Poucos dias depois, a regente fez uma ostensiva entrada em Antuérpia, acompanhada por mil cavaleiros valónicos, sobretudo Cavaleiros do Tosão de Ouro, por todos os governadores e conselheiros, por toda a sua Corte e uma grande quantidade de representantes da autoridade, com toda a pompa de uma pessoa vitoriosa. A sua primeira visita foi à catedral, que tinha ainda lamentáveis vestígios da acção iconoclasta e cuja memória provocou as mais amargas lágrimas. Logo a seguir são executados na praça pública

quatro rebeldes que haviam sido capturados em fuga. Todas as crianças que haviam recebido o batismo segundo o ritual protestante têm de voltar a recebê-lo da parte de padres católicos; todas as escolas dos hereges são abolidas, todas as suas igrejas arrasadas. Quase todas as cidades neerlandesas seguem o exemplo de Antuérpia, e de todas elas os pregadores protestantes tiveram de sair. No final de Abril, todas as igrejas católicas estavam de novo ornamentadas com maior esplendor do que nunca, todos os templos protestantes demolidos e todo o culto estranho afastado de todas as dezassete províncias sem deixar o mais leve vestígio. A multidão comum, habituada por inclinação a seguir a *fortuna*, mostrava-se agora tão activa a acelerar a queda dos infelizes como havia pouco antes pugnado furiosamente por eles; um belo templo, que os calvinistas haviam erigido em Gent, desapareceu em menos de uma hora. Com as vigas das igrejas derrubadas foram construídas forcas para aqueles que haviam atacado as igrejas católicas. Todos os tribunais supremos estavam cheios de cadáveres, todos os cárceres de vítimas mortais, todas as estradas de fugitivos. Nenhuma cidade era demasiado pequena para nela serem executados, nesse ano assassino, cinquenta a trezentas pessoas, não contando aquelas que haviam caído nas mãos da administração local e sido imediatamente enforcadas como ladrões sem dó nem piedade e sem serem julgadas⁶⁰.

A regente estava ainda em Antuérpia quando foram anunciados emissários de Brandeburgo, Hessen, Württemberg e Baden, que vinham interceder pelos seus correligionários em fuga. Os pregadores expulsos e perententes à confissão de Augsburg haviam reclamado a trégua religiosa dos alemães, da qual também o Brabante participava como elemento do Império, tendo-se colocado sob protecção desses príncipes. O surgimento dos diplomatas estrangeiros inquietou a regente e foi em vão que ela tentou impedir a sua entrada na cidade, tendo porém conseguido mandá-los vigiar tão intensamente, sob a aparência da prestação de honrarias, que nada havia a temer por parte deles para o sossego da cidade. O tom altaneiro por eles tomado, tão inoportunamente, face à duquesa, quase levaria a concluir que eles não levavam muito a sério a sua exigência. Seria justo, disseram, que a confissão de Augsburg, sendo a única que alcançaria o sentido do Evangelho, deveria dominar nos Países Baixos; mas seria muito extremamente invulgar e ilícito perseguir os adeptos da mesma por meio de éditos

tão cruéis. Solicitar-se-ia pois à regente, em nome da religião, que não tratasse com tal dureza as populações que lhe estavam confiadas. Tal introdução, respondeu esta pela boca do seu ministro alemão, o conde de Starhemberg, não mereceria qualquer resposta. A simpatia dos príncipes alemães pelos fugitivos neerlandeses teria tornado claro que eles concederiam muito menos crédito às missivas de Sua Majestade, que conteriam a explanação do seu procedimento, do que às notícias trazidas por alguns seres indignos que teriam deixado uma memória dos seus actos em tantas igrejas destruídas. Eles deveriam deixar ao rei de Espanha o cuidado de providenciar o melhor para as suas populações e renunciar à inglória tentativa de alimentar o espírito do desassossego em países estrangeiros. Os emissários voltaram a abandonar Antuérpia em poucos dias sem haverem conseguido qualquer coisa; só o embaixador saxónio declarou secretamente à regente que o seu senhor se havia submetido a esse passo por coacção e que seria sinceramente devotado à Casa austríaca⁶¹. Ainda os emissários alemães não haviam abandonado Antuérpia quando uma notícia vinda da Holanda veio consumir o triunfo da regente.

O conde de Brederode havia deixado desprotegida a sua cidade de Vianen e todas as suas novas fortificações, por receio do conde de Meghem, tendo-se precipitado com a ajuda dos não católicos para a cidade de Amsterdão, onde a sua presença deixou extremamente inquieto o magistrado, que havia pouco antes pacificado uma revolta com esforço, tendo porém revitalizado o ânimo dos protestantes. De dia para dia aumentava aqui o número dos seus adeptos, e de Utreque, da Frísia e de Gröningen acorriam muitos aristocratas que as armas vitoriosas de Meghem e Aremberg haviam dali expulsado. Sob toda a espécie de disfarces, eles encontraram meios de penetrarem na cidade, onde se reuniram em torno do seu líder, servindo-o como uma forte protecção pessoal. A governante, preocupada com uma nova revolta, enviou por isso um dos seus secretários privados, Jacob de la Torre, ao presidente da Câmara de Amsterdão, com a ordem de se libertarem do conde de Brederode fosse como fosse. Nem o magistrado nem o próprio La Torre, que lhe deu a conhecer pessoalmente a vontade da duquesa, conseguiram obter qualquer resultado junto dele; o último foi mesmo assaltado nos seus aposentos por alguns nobres do séquito de Brederode, que lhe subtraíram todas as credenciais. Talvez tivesse pago com a vida se não tivesse encontrado meios para se

escapar rapidamente das suas mãos. Passado um mês inteiro após tal incidente, Brederode, ídolo impotente dos protestantes e fardo para os católicos, permanecia em Amsterdão com pouco mais que fazer do que aumentar a sua conta na estalagem; entretanto, o seu valoroso exército, deixado para trás em Vianen, reforçado por muitos fugitivos das províncias do sul, dava trabalho suficiente ao conde de Meghem, tentando impedi-lo de perturbar os protestantes na sua fuga. Finalmente, Brederode decide, a exemplo de Orange, render-se à necessidade abandonar uma causa que já não podia ser salva. Deu a conhecer ao magistrado o seu desejo de abandonar Amsterdão se lhe dessem condições para tal através do adiantamento de uma soma moderada. Para se livrarem dele, correu-se a arranjar esse dinheiro e alguns banqueiros adiantaram-no sob fiança do magistrado. Ele abandonou Amsterdão ainda na mesma noite e foi acompanhado por um carro dotado de artilharia até ao estreito de Vlie, donde conseguiu escapar ileso para Emden. O destino tratou-o de forma mais branda do que fez com a maior parte daqueles que ele havia envolvido na sua arrojada empresa; ele morreu no ano seguinte, 1568, num dos seus castelos na Alemanha na sequência de uma indigestão, na qual teria caído para distrair a sua amargura. Melhor sorte teve a sua viúva, na sua origem Condessa de Mörs, que Frederico III, príncipe eleitor do Palatinado, tomou como esposa. A causa dos protestantes teve pouco a perder pelo desaparecimento de Brederode; a obra que ele iniciou não morreu com ele, assim como não havia vivido através dele⁶².

O pequeno exército, entregue a si próprio devido à sua condenável fuga, era corajoso e bravo e tinha alguns comandantes decididos. Estava demissionário assim que fugira quem tinha de lhe pagar, mas o seu bom ânimo e a fome mantiveram-no unido ainda por algum tempo. Alguns avançaram, sob o comando de Dietrich von Battenburg, até Amsterdão, na esperança de assaltar esta cidade; mas o conde de Meghem, que acorreu com treze divisões de tropas de excelência, obrigou-os a renunciar a esse golpe. Eles limitaram-se a saquear os conventos em volta, tendo a abadia de Egmont sido assolada de forma particularmente dura, e puseram-se em marcha para Waaterland, onde pensavam estar seguros face a mais perseguições devido à grande quantidade de pântanos. Mas o conde de Meghem perseguiu-os mesmo até ali e obrigou-os a buscarem rapidamente refúgio no Zuidersee. Os irmãos Battenburg, juntamente com alguns aristocratas frísios, Beyma e

Galama, precipitaram-se, com 120 soldados e o produto do saque nos conventos, para uma nave perto da cidade de Hoorne, a fim de passarem para a Frísia, mas caíram, devido à deslealdade do homem do leme, que levou o barco perto de Hartingen para um banco de areia, nas mãos de um comandante de Aremberg, que os aprisionou a todos com vida. Aos que no grupo pertenciam ao povo chão foi logo ditada a sentença pelo conde de Aremberg; os nobres que se encontravam entre eles foram por ele enviados à regente, que mandou decapitar sete. Outros sete, do mais nobre sangue, entre eles os irmãos Battenburg e alguns frísios, foram reservados para o duque de Alba, a fim de celebrar a sua entrada em funções com uma acção digna dele. Mais sorte tiveram os restantes quatro navios, que haviam partido de Medemblik e foram perseguidos pelo conde de Meghem em pequenas embarcações. Um vento contrário havia-os desviado da sua rota e levado para a costa de Geldern, onde desembarcaram sãos e salvos; atravessaram o Reno perto de Huissen e chegaram afortunadamente à região de Kleve, onde rasgaram os seus estandartes e se dispersaram. Alguns esquadrões, que se haviam detido na pilhagem de conventos, foram rapidamente perseguidos no norte da Holanda pelo conde de Meghem, que os dominou inteiramente, associando-se depois a Noircarmes e ocupando Amsterdão. Três divisões de soldados, o que restava do exército dos Gueux, foram atacadas pelo duque Erich de Braunschweig perto de Vianen quando queriam apoderar-se de um fortim, sendo derrotados e o seu líder Renesse feito prisioneiro e pouco depois decapitado no castelo de Freudenburg em Utreque. Quando a seguir o duque Erich entrou em Vianen, nada mais encontrou do que ruas desertas e uma cidade vazia; habitantes e ocupantes haviam-na abandonado logo ao primeiro susto. Ele mandou imediatamente lapidar as fortificações, demolir muralhas e portas e fez dessa praça de armas dos Gueux uma aldeia⁶³. Os primeiros fundadores da Liga haviam-se dispersado e perdido; Brederode e Luís de Nassau tinham fugido para a Alemanha, e os condes de Hoogstraeten, Bergen e Culemborg tinham seguido o seu exemplo; Mansfeld havia-se separado; os irmãos Battenburg esperavam na prisão por um destino adverso e Toulouse havia encontrado uma morte honrosa no campo de batalha. Todos os membros da Liga que haviam escapado à espada do inimigo e do carrasco nada mais haviam salvado do que a sua vida, vendo finalmente consumado, numa terrível verdade, o nome que haviam exibido.

(1567) Tão lamentável final foi o que teve essa louvável Liga, que nos primeiros tempos do seu devir havia despertado tão belas esperanças de se tornar num poderoso dique contra a opressão. A unidade fora o seu ponto forte, a desconfiança e a divisão interna a sua ruína. Muitas virtudes raras e belas haviam por ela sido trazidas à luz e desenvolvidas; mas haviam-lhe faltado as mais indispensáveis de todas, a moderação e a inteligência, sem as quais soçobram todas as empresas, se corrompem todos os frutos do trabalho esforçado. Se os seus objectivos tivessem sido tão puros como ela os apresentara, ou apenas permanecido tão puros como eram realmente por altura da sua fundação, ela teria resistido às contingências que a fizeram ruir prematuramente e ela, mesmo sendo desafortunada, teria merecido uma lembrança gloriosa na História. Mas salta aos olhos com demasiada clareza que a nobreza aliada participava ou passou a participar na insensatez dos iconoclastas, mais do que era compatível com a dignidade e inocência dos seus fins, tendo muitos deles confundido aparentemente a sua própria e boa causa com o início arrasador dessa multidão indigna. A limitação da Inquisição e uma forma mais humana dos éditos fora um dos efeitos benéficos da Liga; mas a morte de tantos milhares que sucumbiram nessa empresa, o desprovimento do país de tantos excelentes cidadãos que levaram o seu engenho para outras paragens do mundo, a convocação do duque de Alba e o regresso das armas espanholas às províncias foram na realidade um preço demasiado caro para esse alívio temporário. Muita criatura do povo, boa e amante da paz, que sem essa perigosa oportunidade nunca teria conhecido a tentação, foi animada pelo nome dessa Liga para empreender actos puníveis, cujo desfecho afortunado lhe deu esperanças, vendo-se precipitado na ruína ao ver que tais esperanças não se cumpriam. Mas não se pode negar que muitas coisas ruins que ela fizera foram compensadas por uma utilidade fundamental. Por meio dessa Liga, os indivíduos aproximaram-se mutuamente e foram arrebatados a um egoísmo pusilânime; por meio dela tornou-se viável um benéfico espírito comunitário no povo neerlandês, que até então quase se havia extinguido sob a pressão da monarquia, sendo impulsionada uma união entre os membros da nação que haviam estado separados, e só as dificuldades de tal empresa anima tanto os déspotas. É certo que a tentativa fracassou, e os laços atados com demasiada fugacidade voltaram a dissolver-se, mas as tentativas falhadas

possibilitaram que a nação aprendesse a encontrar finalmente o elemento duradouro de ligação que deveria resistir à perecibilidade.

A destruição do exército dos Gueux fez regressar também as cidades holandesas à sua anterior obediência, e nas províncias não havia mais nenhum lugar que não se tivesse submetido às armas da regente; mas a crescente emigração de nacionais e estrangeiros ameaçava fazer cair o país num ruinoso desgaste. Em Amsterdão, a quantidade de fugitivos era tão grande que faltavam meios de transporte para os levar por via marítima a norte e sul, e essa florescente cidade comercial antevia a completa decadência da sua prosperidade⁶⁴. Assustada com essa fuga geral, a regente apressou-se a escrever cartas animadoras a todas as cidades e a levantar o ânimo declinante dos cidadãos por meio de belas promessas. A todos os que prestassem de boa vontade juramento ao rei e à Igreja, ela garantia em nome dele uma amnistia total e convidou os fugitivos, por meio de panfletos, a dar meia-volta confiando nessa real benevolência. Prometeu à nação libertá-la do exército bélico espanhol, embora ele já estivesse junto da fronteira; e foi ao ponto de afirmar que seria ainda possível encontrar meios para impedir que esse exército entrasse nas províncias pela força, uma vez que não estaria de todo disposta a ceder a outrem o prestígio de uma paz que ela havia conquistado com tanto esforço. Poucos foram os que regressaram crendo nessa palavra, tendo-se esses poucos arrependido a seguir; muitos milhares haviam já partido antes e seguiram-se-lhes vários milhares. A Alemanha e a Inglaterra estavam cheias de fugitivos neerlandeses que, onde se fixavam, conservavam os seus hábitos e costumes, incluindo mesmo o trajar, uma vez que lhes era demasiado difícil extinguirem-se inteiramente para a sua pátria e separarem-se mesmo da esperança de um regresso. Alguns trouxeram despojos da sua anterior prosperidade consigo; mas a grande maioria mendigava para viver e oferecia à nova pátria nada mais do que a sua capacidade de trabalho, a utilidade das suas mãos e cidadãos justos⁶⁵.

A regente apressou-se então a fazer chegar ao rei uma mensagem com a qual não havia ainda podido satisfazê-lo durante toda a sua regência. Anunciou-lhe que havia conseguido devolver a tranquilidade a todas as províncias neerlandesas e que pensava ter suficiente força para as manter nesse estado. As seitas teriam sido dizimadas e o ofício católico romano teria a pompa e o brilho anteriores; os rebeldes teriam recebido a sua merecida punição ou

esperariam por ela na prisão, as cidades estariam asseguradas através de um número suficiente de forças de ocupação. Agora não seriam mais necessárias quaisquer tropas espanholas nos Países Baixos e nada mais restaria que justificasse a sua entrada. A chegada das mesmas voltaria a destruir a ordem e a paz que tanta arte lhe teria custado a criar, a dificultar o restabelecimento do comércio e das indústrias, que tão necessitados de ambas estariam e, ao precipitar o cidadão em novas despesas, ela roubar-lhe-ia ao mesmo tempo o único meio de realização dos mesmos. Já o mero boato da chegada do exército espanhol teria despojado o país de muitos milhares de cidadãos úteis e a sua real aparição torná-lo-ia inteiramente num deserto. Uma vez que já não havia inimigo a vencer nem rebelião a sufocar, não poderia ser encontrada qualquer razão para a vinda desse exército senão o recurso ao mesmo como forma de coacção, um pressuposto segundo o qual ele não teria uma entrada muito honrosa. Uma vez que a necessidade já não o legitimava, esse meio violento apenas teria a aparência odiosa da repressão, azedando de novo os ânimos, levando os protestantes a extremos e fazendo com que os seus correligionários no estrangeiro se armassem para sua protecção. Ela teria prometido à nação em seu nome que ela ficaria livre do exército bélico estrangeiro e a essa condição seria devida a paz; não poderia portanto garantir que esta durasse se ele a desmentisse. Ele próprio, seu rei e senhor, seria recebido pelos Países Baixos com todos os sinais de afecto e honraria, mas ele deveria vir como pai e não como rei castigador. Ele deveria vir para celebrar com alegria a paz que ela havia oferecido ao país, mas não para a perturbar de novo⁶⁶.

Armamento de Alba e marcha sobre os Países Baixos

Porém no Conselho de Madrid foi decidido de outro modo. O ministro Granvella, que mesmo ausente dominava no ministério espanhol através dos seus adeptos, o cardeal Inquisidor-mor Spinosa e o duque de Alba, cada um deles guiado pelo seu ódio, pelo seu espírito persecutório ou pela sua vantagem particular, haviam-se sobreposto aos conselhos mais moderados do príncipe Ruy Gomez de Eboli, do conde de Feria e do confessor real Fresnada⁶⁷. É certo que o tumulto se teria por agora acalmado, afirmaram, mas apenas porque o rumor acerca da chegada do rei com armas teria apavorado

os rebeldes; ao receio apenas, e não ao arrependimento, dever-se-ia tal paz, que voltaria a desaparecer em breve se fosse desprovida daquela. Uma vez que as transgressões do povo neerlandês ofereciam ao rei uma oportunidade tão bela e desejada de executar as suas intenções despóticas com uma aparência de legalidade, logo essa conciliação pacífica, que a regente havia tornado num mérito seu, encontrava-se muito distante do seu verdadeiro objectivo, que não era outro senão arrebatá-lo, sob um pretexto legal, liberdades às províncias que há muito tempo eram para o seu espírito despótico um motivo de desagrado.

Até então ele havia alimentado, com a mais impenetrável dissimulação, a ilusão generalizada de que visitaria em pessoa as províncias, por mais afastado que tivesse sempre estado dessa realização. Viajar não parecia ser, no fundo, compatível com o ritmo maquinal da sua vida ordenada, com a limitação e o silencioso curso do seu espírito, que se deixava dispersar e oprimir pela variedade e novidade dos fenómenos que nele penetrassem a partir do exterior. As dificuldades e os perigos, que acompanhavam particularmente essa viagem, tinham tanto mais de apavorar a sua natural pusilanimidade e moleza quanto menos ele, habituado apenas a agir a partir de si próprio e a adaptar as pessoas às suas máximas e não as suas máximas às pessoas, podia entender a utilidade e a necessidade da mesma. Uma vez que além disso lhe era impossível separar, por um momento que fosse, a sua pessoa da sua dignidade real, que nenhum soberano no mundo cuidava de forma tão servil e pedante, logo os pormenores, que ele associava inevitavelmente nos seus pensamentos a uma viagem desse tipo, e as despesas que ela tinha de causar precisamente por esse motivo, eram já por si sós suficientes para o assustar, de tal modo que não era sequer necessário recorrer à influência do seu favorito Ruy Gomez, que gostaria de ver afastado o seu rival, o duque de Alba, da pessoa do rei. Mas por menos séria que fosse a sua intenção de concretizar tal viagem, tanto mais necessário considerava ele porém fazer agir o pavor da mesma, a fim de impedir uma perigosa associação das cabeças intranquilas, a fim de manter o ânimo dos que lhe eram fiéis e de impedir os progressos longínquos dos rebeldes.

A fim de levar até ao limite a dissimulação, ele havia tomado os mais correntes preparativos para essa viagem e observado tudo o que era conveniente fazer em tal caso. Havia mandado equipar naves, contratado oficiais e determinado

todo o seu séquito. Todas as Cortes estrangeiras foram informadas dessa intenção, a fim de que nelas não fosse levantada qualquer suspeita devida a esses preparativos bélicos. Ao rei de França foi por ele solicitada uma livre passagem através desse reino para si e a sua comitiva e o duque de Sabóia foi por ele inquirido sobre qual das duas vias seria preferível. Todas as cidades e praças-fortes, pelas quais a sua rota poderia de qualquer modo passar, foram por ele mandadas catalogar e as distâncias entre elas mandadas determinar com o maior rigor. Toda a faixa territorial da Sabóia à Borgonha deveria ser anotada e dela esboçado um mapa próprio, tarefa para a qual ele solicitou ao duque os necessários artistas e agrimensores. Levou a sua farsa ao ponto de dar ordem à regente para ter à disposição pelo menos oito navios na Zelândia, para poder mandá-las ao seu encontro logo que ouvisse dizer que ele tivesse zarpado de Espanha. E de facto ela mandou apetrechar essas oito navios e rezar em todas as igrejas orações para que a sua viagem marítima fosse bem sucedida, embora fosse dito em segredo que Sua Majestade não teria muito para navegar por tempestades marítimas nos seus aposentos em Madrid. Desempenhou o seu papel com tanta mestria que os enviados neerlandeses em Madrid, Bergen e Montigny, que até então haviam tomado tudo por uma farsa, principiaram finalmente eles próprios a ficar inquietos e contagiaram também os seus amigos em Bruxelas com tal receio. Uma febre intermitente que o atacou por essa altura em Segóvia, ou foi por ele fingida, foi suficiente como pretexto aparente para adiar a realização dessa viagem, enquanto o armamento a ela inerente era impulsionado com toda a consequência. Quando por fim as insistentes e repetidas investidas da sua irmã o obrigaram a uma declaração precisa, ele determinou que o duque de Alba o deveria preceder com o exército, a fim de depurar o caminho de rebeldes e dar mais fulgor à sua própria chegada real. Não podia ainda atrever-se a anunciar o duque como seu verdadeiro representante, uma vez que não era de esperar que a nobreza neerlandesa tornasse uma atitude moderada, que não podia recusar ao seu soberano, extensiva também a um dos seus servos que toda a nação conhecia como bárbaro e repudiava como estranho e inimigo da sua Constituição. E na realidade, ainda muito depois da chegada real de Alba, a crença geral e persistente de que o próprio rei se lhe seguiria em breve deteve a erupção de actos violentos, que o duque decerto teria experimentado na cruel iniciação da sua regência⁶⁸.

O clero espanhol, e sobretudo a Inquisição, colaborou com o rei em grande medida para essa expedição neerlandesa, como se fosse uma guerra santa. Por toda a Espanha foi feita propaganda com todo o zelo. Os seus vice-reis e governadores da Sardenha, Sicília, Nápoles e Milão receberam ordens para agrupar o núcleo das suas tropas de ocupação italianas e espanholas e enviá-las para o lugar onde se deveriam juntar, no território genovês, onde o duque de Alba tomaria o seu comando e as trocava por recrutas espanhóis que haveria de trazer. A regente recebeu ao mesmo tempo ordens para ter à disposição alguns regimentos alemães de infantaria, sob o comando dos condes de Eberstein, Schauenburg e Lodron no Luxemburgo, bem como alguns esquadrões de cavalaria ligeira no condado de Borgonha, a fim de que o general espanhol pudesse reforçar-se imediatamente à sua chegada nas províncias. Ao conde de Berlaymont foi dada a missão de abastecer o exército à chegada e a regente foi paga uma soma de 2 000 000 de florins de ouro para fazer face a essas novas despesas, bem como aos custos do seu próprio exército⁶⁹.

Quando entretanto a Corte francesa, a pretexto de um perigo de temer por parte dos huguenotes, se opôs à passagem de todo o exército espanhol, Filipe dirigiu-se aos duques de Sabóia e da Lorena, que se encontravam numa grande dependência face a ele, para que lhe concedessem esse pedido. O primeiro colocou apenas como condição manter 2000 soldados de infantaria e um esquadrão de cavaleiros a despesas do rei, a fim de proteger o país dos inconvenientes a que poderia estar exposto durante a passagem do exército espanhol. Em simultâneo assumiu a tarefa de provider o exército com os necessários mantimentos⁷⁰.

O boato acerca desta passagem pôs em movimento os huguenotes, os genebrinos, os suíços e os habitantes da região de Grisons⁷¹. O príncipe de Condé e o almirante de Coligny tentaram convencer Carlos IX a não deixar passar uma oportunidade tão vantajosa e em que estaria na sua mão ferir de morte os inimigos tradicionais da França. Com a ajuda dos suíços, dos genebrinos e dos seus próprios súbditos protestantes, ser-lhe-ia fácil impelir essa selecção das tropas espanholas para os desfiladeiros estreitos dos Alpes, no que prometeram apoiá-lo com um exército de 50 000 huguenotes. Tal oferta porém, cuja perigosa intenção não podia passar despercebida, foi recusada por Carlos IX com um pretexto elegante e ele próprio se encarregou de zelar pela segurança

do seu reino durante essa passagem. Organizou também tropas prontas a intervir rapidamente para cobrir as fronteiras francesas; o mesmo foi feito pelas repúblicas de Genebra, Berna, Zurique e Grisons, todas elas prontas a receber o temível inimigo da sua religião e liberdade da forma mais destemidamente defensiva⁷².

No dia 5 de Maio de 1567, o duque embarcou em Cartagena com 30 galeras, postas à disposição para tal fim por Andrea Doria e o duque Cosimo de Florença, e desembarcou oito dias depois em Génova, onde recebeu os quatro regimentos que lhe eram destinados. Mas uma febre de três dias com que foi atacado logo à chegada obrigou-o a ficar de cama inactivo por alguns dias na Lombardia, demora essa que foi utilizada pelas potências vizinhas para a sua defesa. Logo que se viu restabelecido, organizou na cidade de Asti, na região de Montferrato, uma parada com todas as suas tropas, que eram mais valentes do que numerosas e não contavam muito mais do que 10 000 homens, em cavalaria e infantaria. Ele não queria dificultar uma marcha tão longa e perigosa com um séquito inútil, que só retardava a sua marcha e aumentava as dificuldades de manutenção; esses dez mil veteranos deveriam ser como que o núcleo duro de um exército maior que ele facilmente conseguiria juntar nos Países Baixos, de acordo com as circunstâncias e a altura.

Mas por mais pequeno que fosse esse exército, ele era tanto mais selecto. Consistia nos restos daquelas legiões vitoriosas, no comando das quais Carlos V havia feito estremecer a Europa; bandos assassinos e invencíveis, nos quais ressuscitava a antiga falange macedónica, rápidos e flexíveis por meio de uma arte treinada durante muito tempo, orgulhosos com a fortuna do seu líder e atrevidos com uma longa experiência de vitórias, temíveis devido à libertinagem, mais temíveis ainda devido à ordem, soltos com todos os apetites de um céu mais quente contra um país abençoado pela sua brandura e implacáveis contra um inimigo que a Igreja amaldiçoava. Essa ânsia fanática e assassina, essa sede de fama e valentia hereditária era secundada por uma sensualidade rude, que era o vínculo mais forte e fiável com o qual o comandante das tropas espanholas guiava esses rudes bandos. Com intencional indulgência, ele deixou que a devassidão e a volúpia penetrassem no exército. Sob a sua protecção tácita, prostitutas italianas seguiam os estandartes; mesmo na passagem dos Apeninos, onde o custo da manutenção o obrigava a limitar o seu exército ao número mais reduzido possível, ele preferiu ter

menos regimentos a deixar para trás esses instrumentos da volúpia⁷³. Mas por muito zeloso que ele fosse, por um lado, com a dissolução dos costumes dos seus soldados, ele voltava, por outro lado, a pressioná-los através de uma exagerada disciplina varonil, na qual só a vitória era uma exceção e a batalha uma forma de alívio. Aqui, ele seguia a máxima do general ateniense Ifícrates, que concedia ao soldado voluptuoso e ávido o privilégio da valentia. Quanto mais dolorosa fosse a retenção dos apetites sob a longa coacção, tanto mais furiosa tinha de ser a forma como eles irrompem pela única porta que lhes foi deixada aberta.

A infantaria, composta por mais ou menos 9000 cabeças e em grande parte por espanhóis, foi dividida pelo duque em quatro brigadas, em cujo comando ele colocou quatro espanhóis. Alfonso de Ulloa liderava a brigada napolitana, composta por 3230 homens com 9 divisões; Sancho de Lodroño a milanese, 2200 homens com 10 divisões; a brigada siciliana com o mesmo número de divisões e 1600 homens era comandada por Julian Romero, um homem experimentado na guerra e que havia já combatido anteriormente em solo neerlandês⁷⁴, e a sarda, que com 3 divisões de recrutas novos tinha o mesmo número que a anterior, por Gonzalo de Bracamonte. Cada divisão foi ainda acrescida de 15 mosqueteiros espanhóis. A cavalaria, que não possuía mais de 1200 cavalos, era composta por 3 esquadrões italianos, 2 albaneses e 7 espanhóis, com armaduras leves e pesadas, sob o comando supremo dos dois filhos do duque, Fernando e Frederico de Toledo. O marechal de campo era Chiappin Vitelli, marquês de Cetona, um famoso oficial que tinha sido oferecido por Cisimo de Florença ao rei de Espanha, e Gabriel Cerbelloni, general da artilharia. O duque de Sabóia havia-lhe cedido um experiente engenheiro de guerra, Francesco Paciotti de Urbino, que deveria ser-lhe útil nos Países Baixos com a construção de novas fortificações. As suas divisões eram ainda seguidas por um grande número de voluntários e a elite da nobreza espanhola, da qual a maior parte havia pugnado sob Carlos V na Alemanha, Itália e às portas de Tunis; Cristóvão Mondragone, um dos dez heróis espanhóis que havia, perto de Mühlberg, atravessado o Elba a nado com o punhal entre os dentes e, sob uma chuva de balas inimigas, puxado os barcos da margem oposta, tendo o imperador feito posteriormente uma ponte com eles; Sancho de Avila, educado pelo próprio Alba para ser soldado, Camillo del Monte, Francisco Ferdugo, Carlos Davila, Nicolau Basta e o

Conde de Martinego – todos animados por um nobre fogo para iniciar a sua carreira bélica sob um líder de tanta excelência ou para coroar uma fama, já conquistada pelas armas, através dessa gloriosa campanha⁷⁵.

Após decorrida a inspecção, o exército avançou, dividido em três agrupamentos, pelo Monte Ceni, pelo mesmo caminho que Aníbal terá seguido dezoito séculos antes. O próprio duque conduzia a *vanguarda*, Fernando de Toledo, ladeado pelo coronel Lodroño, o *centro* e o marquês de Cetona a *retaguarda*. À sua frente haviam sido enviados o mestre de abastecimento Francisco de Ibarra junto ao general Cerbelloni para abrir caminho ao exército e para preparar as reservas alimentares nos quartéis de estacionamento. Onde a vanguarda partia de manhã avançava à tarde o centro, que voltava a dar lugar no dia seguinte à retaguarda. Assim atravessou o exército bélico, em moderadas viagens diurnas, os Alpes saboianos, completando-se essa perigosa passagem com a décima quarta marcha. Um exército observador francês acompanhou-o ao longo da fronteira de Dauphiné e do curso do Rhône, tendo à direita o exército aliado dos genebrinos, pelo qual passou a uma distância de sete milhas; ambos os exércitos inteiramente inativos e apenas preocupados em cobrir a sua fronteira. Na subida e na descida dos penhascos íngremes e escarpados, na passagem do torrencial Isère, ou no deslizar, homem por homem, por estreitos desfiladeiros, teria bastado um punhado de homens para deter toda a sua marcha e empurrá-lo de volta para a montanha. Aqui estaria porém perdido sem salvação, uma vez que para cada acampamento haviam sido encomendadas provisões apenas para um dia e para uma única das terças partes. Mas uma veneração e um receio pouco naturais face ao nome espanhol parecia ter vendado os olhos dos inimigos, de tal modo que estes não consideraram a sua vantagem, ou pelo menos não ousaram utilizá-la. Para não lhes lembrar tal coisa, o general espanhol apressou-se a deixar para trás esse perigoso desfiladeiro, convencido de que seria aniquilado assim que ofendesse alguém; durante toda a marcha foi observada a mais severa disciplina varonil, não tendo nem uma choupana camponesa, nem um campo cultivado sofrido qualquer acto de violência⁷⁶; e nunca, talvez desde que os homens têm memória, um exército tão numeroso foi conduzido numa ordem tão perfeita. Uma estrela terrível e afortunada guiou esse exército, enviado para matar, em boas condições através de todos os perigos, e seria difícil

determinar se é a inteligência do seu comandante ou a cegueira dos seus inimigos que merece a nossa admiração⁷⁷.

No Franco-Condado, quatro esquadrões recém-recutados de cavaleiros borgonheses juntaram-se ao exército principal, e ainda três regimentos alemães de infantaria no Luxemburgo, apresentados ao duque pelos Condes de Eberstein, Schauenburg e Lodron. De Thionville, onde descansou alguns dias, mandou Francisco de Ibarra para saudar a regente e com a missão simultânea de tratar com ela o aquartelamento das tropas. Da parte desta, Noircarmes e Berlaymont compareceram no acampamento espanhol para desejar ao duque uma vinda afortunada e prestar-lhe as habituais honrarias. Ao mesmo tempo, eles tiveram de exigir-lhe uma prova de plenos poderes da parte do rei, que ele porém só lhes mostrou em parte. Eram seguidos por grupos inteiros da aristocracia flamenga, que pensavam que não poderiam apressar-se o suficiente para ganhar o favor do novo regente ou mitigar qualquer vingança que estivesse preparada contra eles por meio de uma atempada submissão. Quando entre eles se aproximou também o conde de Egmont, o Duque de Alba mostrou-o aos que estavam à volta. “*Vem aqui um grande herege*”, exclamou em voz suficientemente alta para que Egmont o ouvisse, ficasse imóvel e embaraçado face a essas palavras e mudasse de cor. Quando porém o duque, para corrigir a sua irreflexão, se dirigiu a ele com um rosto ameno e o saudou amigavelmente com um abraço, o flamengo envergonhou-se do seu receio e escarneceu desse sinal de aviso por meio de um gesto leviano. Selou essa nova amizade por meio de uma dádiva de dois magníficos cavalos, que foi recebida com uma desdenhosa *grandezza*⁷⁸.

Face à afirmação da regente que as províncias gozariam de uma perfeita tranquilidade e não seria de temer resistência de parte alguma, o duque mandou dispersar alguns regimentos alemães que até então haviam estado à espera e sido pagos. 3600 homens foram aquartelados em Antuérpia, sob o comando de Lodron, tendo a guarnição valónica, na qual não se confiava, de retirar-se de imediato; foram enviadas tropas de ocupação relativamente numerosas para Gent e outros lugares importantes. O próprio Alba avançou com a brigada milanesa para Bruxelas, sendo acompanhado por uma brilhante comitiva da alta nobreza do país⁷⁹.

Aqui, como em todas as restantes cidades dos Países Baixos, o medo e o terror haviam-se-lhe antecedido, e quem estivesse consciente de qualquer

culpa, ou também quem não estivesse consciente de culpa alguma, via essa chegada com uma apreensão como se fosse a de um dia do juízo. Quem se pudesse apartar da família, dos bens ou da pátria, fugia ou havia fugido. A aproximação do exército espanhol havia já despovoado as províncias, de acordo com o relatório da própria regente, de cem mil cidadãos, e essa fuga generalizada continuava sem interrupção⁸⁰. Mas a chegada do general espanhol não podia ser mais odiosa para os neerlandeses do que era ofensivo e humilhante para a regente. Finalmente, após muitos anos de preocupações, ela havia principiado a saborear as doçuras da tranquilidade e de um domínio incontestado, que era o objectivo ansiado da sua administração de oito anos e até então havia permanecido um desejo vão. Esse fruto do seu zelo receoso, dos seus cuidados e vigílias nocturnas, deveria ser-lhe agora arrebatado por um estranho que, colocando-se *de uma só vez* na posse de todas as vantagens que ela só com a arte da *lentidão* pudera extrair das circunstâncias, facilmente ganharia face a ela o prémio da rapidez e triunfaria, com sucessos mais rápidos, sobre o seu mérito sólido mas menos brilhante. Desde a partida do ministro Granvella, ela havia saboreado todo o encanto da independência e a homenagem lisonjeira da nobreza, que tanto mais lhe dava a fruir a aparência de soberania quanto mais lhe subtraía a essência da mesma, havia alimentado a sua vaidade a tal ponto que ela havia acabado por afastar pela frieza o seu mais fiel servidor, o Conselheiro de Estado Viglius, que nada mais tinha para lhe dar senão a verdade. Agora deveria ser-lhe imposto a seu lado e partilhando o seu poder, de uma vez por todas, um vigilante dos seus actos e mesmo um superior, de cujo espírito altivo, obstinado e dominador, que nenhuma linguagem palaciana moderava, eram de esperar as mais letais ofensas ao seu amor-próprio. Fora em vão que ela, a fim de fazer gorar a sua chegada, havia convocado todas as razões da arte política para argumentar face ao rei, por interpostas pessoas e através dela própria, que a ruína total do comércio neerlandês seria a inevitável consequência desse aquartelamento espanhol; fora em vão que ela se havia reportado à paz já restabelecida no país e aos seus próprios méritos nessa paz, que lhe dariam direito a um agradecimento melhor do que a entrega dos frutos dos seus esforços a um vindouro estranho e o espectáculo da destruição, através de um método oposto, de tudo o que de bom ela criara. Mesmo depois de o duque ter passado o Monte Cenis, ela havia feito ainda uma tentativa

para o levar ao menos a uma redução do seu exército, mas também ela foi infrutífera como todas as anteriores, uma vez que o duque se apoiava na sua missão. Foi com o mais susceptível desagrado que ela encarava agora a sua aproximação e as lágrimas de um amor-próprio ferido misturavam-se às que chorava pela pátria⁸¹.

Foi no dia 22 de Agosto de 1567 que o duque de Alba surgiu às portas de Bruxelas. O seu exército foi imediatamente colocado nos subúrbios como ocupante e ele próprio assumiu como tarefa primeira observar o dever de prestar homenagem à irmã do rei. Ela recebeu-o como uma doente, fosse porque a humilhação sofrida a havia realmente atacado de tal maneira ou, mais provavelmente, porque escolhera esse meio para ferir a sua altivez e diminuir um pouco o seu triunfo. Ele entregou-lhe cartas do rei que havia trazido para ela de Espanha e apresentou-lhe uma cópia da sua própria homologação, na qual lhe era transmitido o comando supremo de todo o poder bélico neerlandês, restando portanto à regente, ao que parecia, a administração dos assuntos civis como até então. Mas logo que se viu a sós com ela, ele trouxe à luz uma nova comissão que tinha um teor inteiramente diferente da anterior. De acordo com essa nova comissão, haviam-lhe sido concedidos poderes para travar guerras a seu bel-prazer, construir fortificações, nomear e destituir a seu gosto os governadores das províncias, os delegados das cidades e os restantes funcionários reais, proceder a investigações acerca dos distúrbios passados, punir os seus autores e recompensar os que haviam permanecido fiéis. Uma credencial dessa dimensão, que quase o igualava a um soberano e ultrapassava de longe o poder com que ela havia sido dotada, desalentou ao máximo a regente e tornou-se-lhe difícil esconder o que sentia. Perguntou ao duque se não teria talvez uma *terceira* comissão ou ordens especiais em reserva, que fossem mais longe ou estivessem formulados de modo mais determinado, o que ele confirmou sem rodeios, dando porém a entender que por ora deveria bastar e que, consoante o correr dos tempos e das ocasiões, as coisas poderiam melhorar. Logo nos primeiros dias da sua chegada, ele fez chegar aos Conselhos e aos Estados Gerais uma cópia daquela primeira instrução e promoveu a sua impressão, a fim de a levar mais rapidamente à mão de todos. Uma vez que a regente ocupava o palácio, ele ocupou provisoriamente a casa de Culemborg, a mesma onde a irmandade dos Gueux havia recebido o seu nome

e diante da qual, por uma curiosa mudança da ordem das coisas, a tirania espanhola plantou as suas insígnias⁸².

Um silêncio de morte reinava agora em Bruxelas, só ocasionalmente interrompido pelo ruído inusitado das armas. Poucas horas depois de o duque ter chegado à cidade, já os seus acompanhantes, como cães de fila soltos, se haviam dispersado por todas as partes. Em todo o lado caras estranhas, ruas desertas, todas as casas trancadas, todos os jogos suspensos, todas as praças públicas abandonadas, toda a zona residencial como uma paisagem deixada para trás pela peste. Sem permanecer, como era costume até então, juntas a conversar, as pessoas conhecidas passavam umas pelas outras com rapidez, os passos eram estugados logo que surgia nas ruas um espanhol. Cada ruído incutia terror, como se estivesse um funcionário do tribunal a bater à porta; a nobreza manteve-se, constringida e expectante, nas suas casas, as pessoas evitavam mostrar-se em público, para não vir em ajuda da memória do novo regente. Ambas as nações pareciam agora ter permutado o seu carácter, o espanhol era agora o loquaz e o brabantino o taciturno; a desconfiança e o receio haviam expulsado o espírito da coragem e da alegria, e o jogo fisiológico havia mesmo sido tomado por uma gravidade imposta. Em cada minuto que se seguia temia-se o golpe de ataque. Desde que a cidade tinha o comandante do exército espanhol dentro dos seus muros, assemelhava-se a alguém que houvesse esvaziado uma taça de veneno e esperasse, tremendo de medo, que o efeito letal surgisse a todo o momento.

Essa tensão generalizada dos ânimos deu a entender ao duque que deveria executar os seus golpes, antes que as pessoas se lhes antecipassem por meio de uma fuga atempada. Em primeiro lugar, tinha de assegurar-se quem eram os suspeitos entre os Grandes, a fim de arrebatá-los à facção de uma vez por todas os chefes e os apoios ao povo, cuja liberdade deveria ser reprimida. Através de uma fingida amabilidade, ele havia conseguido anestesiar a sua primeira manifestação de temor e reconduzir, sobretudo o conde de Egmont, a toda a sua anterior segurança, para o que se serviu de um modo hábil dos seus filhos, Fernando e Fradique de Toledo, cuja sociabilidade e juventude se misturaram facilmente com o carácter flamengo. Através dessa inteligente conduta ele conseguiu que também o conde de Hoorne, que até então havia tido por mais avisado presenciar as primeiras saudações à distância, seduzido pela boa fortuna do seu amigo, fosse atraído a Bruxelas. Alguns membros da

nobreza, à cabeça dos quais se encontrava o conde de Egmont, principiaram mesmo a regressar ao seu alegre modo de vida de outrora, mas apenas com vontade reduzida e sem encontrarem muitos seguidores. A casa de Culemborg estava ininterruptamente ocupada por uma numerosa quantidade de gente do mundo, que se aproximava da pessoa do novo regente e fazia com que transparecesse uma boa disposição de empréstimo num rosto tenso pelo receio e a inquietação; sobretudo Egmont concedeu a si próprio a fama de entrar e sair dessa casa de ânimo ligeiro, cuidando dos filhos do duque e deixando que eles também cuidassem dele. Entretanto, o duque ia refletindo sobre o facto de uma tão bela oportunidade para executar o seu golpe não regressar pela segunda vez e de bastar um único descuido para destruir essa segurança que lhe pusera por si só nas suas mãos as suas duas vítimas; porém, Hoogstraeten deveria ainda ser apanhado no mesmo laço como o terceiro homem, e por isso ele chamou-o à capital, sob um pretexto aparente de assuntos a tratar. Ao mesmo tempo que ele próprio queria assegurar-se do domínio sobre os três condes, o coronel de Lodron deveria, em Antuérpia, prender o burgomestre Straalen, um amigo próximo do príncipe de Orange e que era suspeito de ter favorecido os calvinistas; outro deveria prender o secretário privado do conde de Egmont, Johann Casenbrod van Backerzeel, em simultâneo com outros escrivães do conde de Hoorne, e apoderar-se dos seus papéis.

Quando surgiu o dia determinado para a execução desse golpe, ele mandou convocar à sua presença todos os conselheiros de Estado e cavaleiros, como se quisesse tratar com eles assuntos de Estado, estando presentes nessa ocasião, por parte dos neerlandeses, o duque de Arschot, os condes de Mansfeld, de Berlaymont, de Aremberg e da parte espanhola, para além dos filhos do duque, Vitelli, Cerbelloni e Ibarra. Ao jovem conde de Mansfeld, que comparecera igualmente nessa assembleia, foi dado um sinal pelo seu pai, de modo que ele voltou a desaparecer apressadamente, escapando por uma rápida fuga à desgraça que pairava sobre ele, por haver participado na Liga dos Gueux. O duque procurou afanosamente prolongar a sessão do Conselho, a fim de esperar os correios de Antuérpia que deveriam trazer-lhe notícias da prisão dos restantes. A fim de fazê-lo da forma menos suspeita possível, foi necessária a presença do architecto Paciotti na sessão, que deveria apresentar-lhe os esboços de algumas fortificações. Por fim, foi-lhe transmitido

que o golpe de Lodron havia decorrido com sucesso, ao que interrompeu a sessão com bons modos e mandou embora os Conselheiros de Estado. Foi então que o conde de Egmont pretendeu dirigir-se aos aposentos de Dom Fernando, a fim de continuar um jogo que haviam começado, quando o comandante da guarda do duque, Sancho de Avila, lhe saiu ao caminho e exigiu a entrega da espada em nome do rei. Ao mesmo tempo, ele viu-se rodeado por um monte de soldados espanhóis que, segundo o que havia sido acordado, surgiram de repente a partir de um plano recuado. Esse golpe, altamente inesperado, assolou-o de forma tão violenta que ele perdeu por um momento a fala e a consciência; porém depressa voltou a si e tomou a sua espada com leveza e elegância, tirando-a do lado. “Este aço”, disse ao depô-la nas mãos do espanhol, “já defendeu algumas vezes a causa do rei e não sem sucesso.” Ao mesmo tempo, outro oficial apoderou-se do conde de Hoorne que, sem ter ideia do perigo, queria nesse momento voltar a casa. A primeira pergunta de Hoorne foi pelo conde de Egmont. Quando lhe responderam que acontecia o mesmo ao seu amigo nesse momento, ele rendeu-se sem resistência. “Por ele deixei-me guiar”, exclamou, “é justo que partilhe com ele *um* destino.” Ambos os condes foram mantidos presos em divisões distintas. Enquanto isto acontecia, toda a guarnição havia avançado e encontrava-se agora diante da casa de Culemborg sob armas. Ninguém sabia o que havia ocorrido lá dentro, um misterioso terror percorreu toda Bruxelas, até que um rumor divulgou essa infeliz ocorrência. Ela apoderou-se de todos os habitantes como se ela tivesse sucedido a cada um deles; em muitos predominava o desagrado sobre a cegueira de Egmont sobre a compaixão com o seu destino, todos se regozijavam por Orange ter escapado. Também a primeira pergunta do Cardeal Granvella, quando lhe foi transmitida essa notícia em Roma, terá sido se também haviam capturado o *Taciturno*? Ao ser negada tal questão, ele abanou a cabeça: “Logo, não se tem absolutamente nada”, disse, “porque se deixou escapar o Taciturno.” Mais favorável foi o destino do conde de Hoogstraeten, que foi atingido pela notícia dessa ocorrência ainda a caminho de Bruxelas, uma vez que por razões de doença ele havia sido obrigado a viajar com maior lentidão. Ele regressou apressadamente e escapou com sucesso à desgraça⁸³.

Logo após a sua captura, o conde de Egmont foi obrigado a escrever à mão uma carta ao comandante da cidadela de Gent, na qual teve de

ordenar-lhe que entregasse a fortaleza ao coronel espanhol Alfons de Ulloa. Ambos os condes foram então, depois de terem permanecido em cativeiro durante algumas semanas em Bruxelas, cada um deles num lugar em separado, conduzidos sob uma escolta de 3000 soldados espanhóis até Gent, onde permaneceram detidos até uma boa parte do ano seguinte. Ao mesmo tempo, toda a sua correspondência havia sido confiscada. Muitos membros da alta nobreza, que se haviam deixado seduzir pela amabilidade fingida do duque de Alba a ponto de ficarem, sofreram o mesmo destino; e naqueles que já antes da chegada do duque haviam sido capturados de armas na mão foi executada a última sentença sem mais demora. Face ao boato acerca da captura de Egmont, 20 000 habitantes pegaram no bordão de viajante, para além dos 100 000 que já se haviam posto em segurança e não tinham querido esperar a chegada do general espanhol. Já ninguém pensava estar seguro, depois de ter acontecido uma agressão mesmo a tão nobre vida⁸⁴; mas muitos encontraram uma razão para lamentar terem adiado essa decisão providencial por tanto tempo; pois com cada dia que passava, a fuga era-lhes tornada mais difícil, uma vez que o duque mandou fechar todos os portos e decretou a pena de morte para a emigração. Agora eram considerados felizes os mendigos que haviam abandonado a pátria e os bens para nada mais salvar do que o sopro e a liberdade⁸⁵.

Primeiras instruções de Alba e retirada da duquesa de Parma

O primeiro passo de Alba, logo após ter assegurado o domínio sobre os mais suspeitos de entre os Grandes, foi repor a Inquisição com o seu anterior prestígio, fazer valer de novo as decisões do Concílio de Trento, suprimir a Moderação e reconduzir os éditos contra os hereges à sua plena severidade anterior⁸⁶. O tribunal da Inquisição havia reconhecido a nação neerlandesa inteira, católicos e descrentes, fiéis e rebeldes sem distinção, estes por terem prevaricado através de actos, aqueles por o haverem feito por omissão, à excepção de alguns poucos cujos nomes foram omitidos, como *culpada do crime de lesa-majestade*, e tal sentença havia sido confirmada em público pelo rei. Este declarou igualmente como estando saldadas todas as promessas e

abandonados todos os acordos que a regente havia feito em seu nome com o povo neerlandês; e *clemência* era toda a forma de justiça que o povo tinha a esperar dele. Todos os que haviam contribuído para a expulsão do ministro Granvella, tomado parte na petição da nobreza da Liga ou apenas dito bem da mesma; todos os que haviam manifestado súplicas contra os termos de Trento, contra os éditos religiosos ou contra a colocação dos bispos; todos os que haviam usado as insígnias dos Gueux, cantado as suas canções ou exibido de qualquer modo a sua satisfação à luz do dia; todos os que haviam albergado ou escondido um padre não católico, assistido a enterros calvinistas ou apenas sabido das suas reuniões secretas, silenciando-as; todos os que haviam deduzido reservas a partir dos privilégios do país; todos, por fim, que haviam expresso a convicção de que se deveria obedecer mais a Deus do que às pessoas – todos, sem distinção, estariam sujeitos à pena aplicada pela lei aos crimes de lesa-majestade e alta traição, e essa pena deveria ser executada nos culpados sem ter em conta a posição, o sexo ou a idade, servindo de exemplo às gerações vindouras e de dissuasão, pelo pavor, para todos os tempos futuros, de acordo com as instruções que seriam dadas⁸⁷. De acordo com essa informação, não havia já nas províncias quem fosse *puro* e o novo regente tinha uma terrível selecção a fazer na nação inteira. Todos os *bens* e todas as *vidas* eram *suas* e quem salvasse algum dos dois ou ambos receberia isso como dádiva da sua *magnanimidade* e *humanidade*.

Através desse artifício, tão requintadamente urdido como repugnante, toda a nação foi desarmada, tornando impossível que os ânimos se juntassem. Uma vez que dependia apenas da decisão arbitrária do duque saber a quem é que ele queria que fosse aplicada a pena que havia sido decretada sobre todos, sem excepção, desse modo cada um mantinha-se em silêncio, a fim de escapar, na medida do possível, à atenção do regente e não atrair sobre si a escolha de quem iria morrer; desse modo, cada um com quem ele se comprazesse em fazer uma excepção ficava de certo modo em dívida para com ele e a sua pessoa tinha face a ele um vínculo que equivalia ao valor da vida e da propriedade. Uma vez que essa sentença só podia ser executada, de longe, face à metade mais reduzida da nação, ele havia assegurado naturalmente o domínio sobre a parte maior através dos laços mais fortes do pavor e da gratidão; e por *uma* pessoa que ele escolhia como vítima a ser sacrificada eram ganhas outras *dez* por ele omitidas. Também permaneceu, por entre os

rios de sangue que fez correr, na posse tranquila da sua soberania enquanto se manteve fiel a essa arte política, não pondo em cheque essa vantagem antes de a escassez de dinheiro o obrigar a impor à nação um encargo que coagia todos sem exceção⁸⁸.

Mas para estar mais à altura dessa sangrenta tarefa, que se acumulava diariamente entre as suas mãos, e para não perder nenhuma vítima por falta de instrumentos, para, por outro lado, tornar o seu método independente dos estados gerais, cujos privilégios estavam com este em tal contradição e que pensavam, segundo o seu critério, de forma tão humana, ele instalou um tribunal extraordinário de doze juízes criminais, destinado a investigar as desordens ocorridas e a proferir sentenças de acordo com a letra das instruções fornecidas. Já a instalação desse tribunal era uma violação das liberdades do país, que implicavam expressamente que nenhum cidadão pudesse ser julgado fora da sua província; mas ele tornou completa essa violência ao dar também, contra os mais sagrados privilégios do país, um lugar e um voto nesse tribunal aos inimigos declarados da liberdade neerlandesa, aos seus espanhóis. O presidente desse tribunal era *ele* próprio e a seguir um certo diplomado Vargas, espanhol de nascimento, que a sua própria pátria havia expellido como um foco pestilento depois de ele haver abusado de um dos seus pupilos; um malvado sem vergonha e empedernido, em cujo ânimo a avareza, a luxúria e a ânsia de sangue disputavam o predomínio, estando os historiadores das duas facções finalmente de acordo acerca do seu caráter indigno⁸⁹. Os mais proeminentes membros eram o conde de Aremberg, Filipe de Noircarmes e Carlos de Berlaymont, que contudo nunca ali compareceram; Hadrian Nicolai, chanceler de Geldern; Jakob Meertens e Peter Asser, presidentes de Artois e da Flandres; Jakob Hessels e Johann de la Porte, conselheiros de Gent; Luís del Rio, doutor em teologia e espanhol de nascimento; Johann du Bois, procurador supremo do rei e de la Torre, escrivão do tribunal. De acordo com os conselhos de Viglius, o Conselho Titular foi poupado com a participação nesse tribunal; tão-pouco foi convocado alguém do Grande Conselho de Mecheln. Os votos dos membros tinham apenas um valor *consultivo*, não *deliberativo*, poder esse que o duque reservava apenas para si. Para as reuniões não estava determinada qualquer altura; os conselheiros reuniam a meio do dia sempre que o duque achasse conveniente. Mas já após decorrido o terceiro mês, este principiou a tornar-se mais raro

nas reuniões e acabou por ceder todo o seu lugar ao seu favorito Vargas, que este ocupou com uma postura tão repugnante que em pouco tempo todos os restantes membros, cansados dos actos vergonhosos de que tinham de ser testemunhas oculares e ajudantes, exceptuando o espanhol doutor del Rio e o secretário de la Torre, passaram a ausentar-se das reuniões⁹⁰. A sensibilidade fica indignada quando se lê o modo como a vida dos mais nobres e mais selectos estava entregue às mãos de celerados e como estes mesmos estiveram a ponto de revolver as relíquias da nação, os seus privilégios e as suas patentes, violando os selos, profanando e pondo em risco os acordos confidenciais entre o governador da província e os Estados Gerais⁹¹.

Do Conselho dos Doze, que de acordo com a sua vocação foi chamado o *Conselho das Querelas*, mas é mais conhecido, por causa dos seus métodos, sob o nome de Conselho sangrento que lhe foi dado pela nação, é sabido na generalidade que não teve lugar qualquer revisão dos processos, qualquer apelação. As suas sentenças eram irrevogáveis e não estavam vinculadas a qualquer outra autoridade. Nenhum tribunal regional podia ocupar-se de casos que tinham a ver com a última revolta, de tal modo que quase todos os outros tribunais estavam parados. O Grande Conselho de Mecheln já praticamente não existia; o prestígio do Conselho de Estado caiu inteiramente, de tal modo que até as suas reuniões desapareceram. Era raro acontecer que o duque tratasse de assuntos de Estado com alguns membros deste último e, quando tal ocorria ocasionalmente, era no seu gabinete, numa conversa privada, sem observar um enquadramento legal. Não havia qualquer privilégio, qualquer salvo-conduto ainda que cuidadosamente selado, que fosse tomado em consideração perante o Conselho das Querelas⁹². Todos os diplomas e contratos tinham de lhe ser apresentados e sofrer com frequência a mais violenta interpretação e alteração. Se o duque mandasse proferir uma sentença que tinha a reear a oposição dos Estados Gerais do Brabante, nesse caso ela era válida sem o selo brabantino. Foram feitas violações nos mais sagrados direitos das pessoas e um despotismo sem exemplo chegou a penetrar no círculo da vida doméstica. Uma vez que os não católicos e os rebeldes haviam sabido até então como reforçar a sua facção através de ligações matrimoniais com as primeiras famílias do país, logo o duque emitiu um mandato segundo o qual proibiu a todos os neerlandeses, independentemente da sua posição e estatuto social

e sob a ameaça de pena corporal e material, sem requerimento prévio a ele dirigido e sem a sua autorização, de contrair casamento⁹³.

Todos os que o Conselho das Querelas achava por bem convocar tinham de comparecer perante este tribunal, tanto o clero como os leigos, tanto os mais dignos representantes dos senados como a gentalha marginal dos iconoclastas. Quem não comparecesse, o que tão-pouco alguém fazia, era expulso do país e todos os seus bens eram confiscados; perdido estava porém, e sem salvação, quem se apresentasse ou quem pudesse ser de qualquer modo encontrado. Vinte, quarenta, muitas vezes cinquenta eram muitas vezes citados *numa* cidade, e os mais ricos eram os que estavam sempre mais próximos da tempestade. Cidadãos de mais baixa condição, que nada possuíam que pudesse fazer com que se afeioassem à pátria e ao lar, eram surpreendidos e capturados sem citação prévia. Muitos comerciantes prestigiados, que haviam disposto de uma fortuna de 60 000 a 100 000 florins, eram aqui vistos como gentalha comum, com as mãos amarradas atrás das costas, arrastados e presos à cauda de um corcel no caminho do cadafalso; em Valenciennes foram *de uma só vez* cortadas cinquenta cabeças. Todas as prisões, tendo o duque mandado construir uma quantidade de novos edifícios logo no início da sua administração, estavam repletas de delinquentes; enforcar, decapitar, cortar em quatro e queimar eram as actividades tradicionais e habituais do dia; muito mais raramente se ouvia falar de penas de galera e de exílio, pois não havia quase nenhuma culpa que fosse considerada como sendo demasiado ligeira para a pena de morte. Somas inconsideráveis caíram assim nas mãos do fisco, despertando mais que extinguindo a sede de ouro do novo regente e dos seus servidores. O seu alucinante projecto parecia consistir em tornar a nação inteira num mendigo e de fazer chegar todas as riquezas do país às mãos do rei e dos seus servos. A soma anual dessas confiscações foi avaliada como sendo equivalente aos rendimentos de um reino de primeira ordem; consta que ela foi considerada, de acordo com um dado muito pouco credível, como perfazendo vinte milhões de táleres. Mas esse método era tanto mais desumano porque atingia com frequência e com a maior dureza precisamente os súbditos mais pacíficos e os católicos mais devotos, a quem ninguém queria sequer fazer mal; pois com a confiscação dos bens, viram-se ludibriados todos os crentes que tinham tido o direito de exigir indemnizações; todos os hospitais e instituições públicas, que eram mantidos através

daqueles, extinguiram-se, e a pobreza, que até então havia recebido uma ajuda mínima dos mesmos, teve de ver secar essa única fonte de subsistência. Aqueles que tentaram fazer valer os seus justos direitos a tais bens junto do Conselho dos Doze (pois nenhum outro tribunal podia ocupar-se dessas investigações), consumiram-se em morosos processos e ficaram mendigos antes de ver o fim dos mesmos⁹⁴. Tal subversão das leis, tais violências contra a propriedade, tal desperdício de vidas humanas dificilmente podem ser mostradas pela história de Estados civilizados a não ser através de mais um único exemplo; mas Cinna, Sulla e Marius entraram na Roma conquistada como vencedores humilhados⁹⁵ e fizeram pelo menos sem máscara o que o regente dos Países Baixos executou sob o venerável manto das leis.

Até ao final desse ano de 1567 as pessoas haviam ainda acreditado na vinda pessoal do rei, e os melhores homens do povo haviam-se consolado com essa última instância. Ainda estavam navios, que ele tinha mandado expressamente apetrechar para esse fim, no porto de Visslingen, prontos para içarem velas e irem ao seu encontro ao primeiro sinal; e só porque se supunha que ele residisse dentro das suas muralhas é que a cidade de Bruxelas havia acordado aceitar uma ocupação espanhola. Mas tal esperança também acabou por apagar-se inteiramente aos poucos, uma vez que o rei adiava essa viagem em cada trimestre e o novo regente principiou a muito breve prazo a deixar ver uma plenitude de poderes que anunciava não tanto um precursor da Majestade mas um ministro soberano que tornava aquela totalmente supérflua. Para completar a desgraça das províncias tinha agora de separar-se delas o seu último anjo bom na pessoa da regente⁹⁶.

Já desde a altura em que a extensão dos plenos poderes do duque passou a não deixar dúvidas sobre o fim da sua soberania, Margarida havia tomado a decisão de renunciar também ao título da mesma. Ver um herdeiro rindo na posse de uma soberania, que um usufruto de nove anos tinha tornado numa necessidade, ver transitar para outro a magnificência, a fama, o brilho, a veneração e todas as atenções que são a habitual consequência do poder supremo, e sentir como *perdido* o que ela nunca podia esquecer que havia *possuído*, era mais do que uma alma de mulher é capaz de suportar; mas o duque de Alba não era de todo feito para tornar menos palpável para ela, por meio de um uso moderado da sua soberania recém-conquistada, a separação da mesma. A própria ordem das coisas, que entrou em risco através dessa dupla

soberania, pareceu inspirar-lhe esse passo. Muitos governadores de província recusaram-se a aceitar ordens do duque sem um mandato expresso da Corte e a reconhecê-lo como co-regente.

A rápida permuta dos seus pólos não tinha tido a possibilidade de ocorrer de forma tão serena, tão imperceptível para impedir que a duquesa sentisse a mudança com a maior das amarguras. Mesmo aqueles poucos que, como por exemplo o Conselheiro de Estado Viglius, lhe permaneceram constantemente fiéis, faziam-no menos por proximidade com a sua pessoa do que pelo desagrado de se verem relegados face a novatos e estrangeiros e porque pensavam de modo demasiado altivo para repetirem os seus anos de aprendizagem sob o novo regente⁹⁷. A maior parte, de longe, não podia ocultar, apesar de todos os esforços para manter um meio-termo entre ambos, a decisiva homenagem prestada ao sol nascente comparado com o poente, e o palácio real em Bruxelas foi-se tornando cada vez mais deserto e silencioso, quanto mais aumentava a azáfama na casa de Culemborg. Mas o que irritou em extremo a sensibilidade da duquesa foi a prisão de Hoorne e Egmont, ocorrida à sua revelia e, como se *ela* não existisse no mundo, decidida e executada pelo próprio arbitrio do duque. É certo que Alba se esforçou por tranquilizá-la imediatamente após a ocorrência, explicando que esse golpe havia sido mantido em segredo face a ela para poupar o seu nome numa tarefa tão odiosa; mas uma delicadeza não podia fechar a ferida que havia sido aberta no seu orgulho. A fim de se furtar de uma vez por todas a humilhações semelhantes, das quais essa havia provavelmente sido apenas um prenúncio, ela enviou o seu secretário privado Maquiavel à Corte do seu irmão para ali promover seriamente a sua demissão da regência. Esta foi-lhe concedida sem dificuldade e com todos os sinais da sua máxima veneração; ele deixava para trás, declarou, os seus privilégios e os das províncias para corresponder aos desejos da sua irmã. Uma dádiva de 30 000 táleres acompanhava essa concessão, sendo-lhe atribuídos 20 000 como rendimento anual⁹⁸. Seguiu ao mesmo tempo um diploma para o duque de Alba, que o declarava, no lugar dela, como governador supremo dos Países Baixos no seu conjunto com plenos poderes sem restrição⁹⁹.

Margarida teria visto com bons olhos que lhe tivesse sido concedida a possibilidade de depor a sua regência perante uma sessão solene dos estados gerais; desejo esse que havia dado a entender ao rei sem rodeios, mas que

não teve a alegria de ver realizado. Em geral, ela amava o cerimonial e o exemplo do imperador, seu pai, que havia dado precisamente nessa cidade o extraordinário espectáculo da sua renúncia à Coroa, parecia ter muito de sedutor para ela. Uma vez que tinha de haver uma separação face ao poder supremo, não podia pois ser levado a mal o seu desejo de dar esse passo com o maior brilho possível; e uma vez que, além disso, não lhe escapava o modo como o ódio generalizado face ao duque a havia colocado em vantagem, ela antevia um cenário tão lisonjeiro, tão comovente! Teria gostado tanto de ver correr as lágrimas dos neerlandeses pela boa soberana, teria gostado de juntar também as suas e mais suave seria a sua descida do trono sob um sentimento de pena generalizado. Por menos que tivesse feito durante a sua regência de nove anos para merecer a simpatia geral, quando a fortuna ainda lhe sorria e a satisfação do seu senhor limitava todos os seus desejos, tanto maior era o valor que havia agora adquirido para ela, uma vez que era a única coisa que podia fornecer alguma compensação para o fracasso das suas restantes esperanças; e de bom grado ela se teria convencido que se teria tornado uma vítima voluntária do seu bom coração e do seu modo humano de sentir em favor dos neerlandeses. Uma vez que o monarca estava muito longe de correr o risco de ver a nação reunida a fim de satisfazer um capricho da sua irmã, logo ela teve de contentar-se com uma despedida por escrito dos Estados Gerais, na qual traçou um percurso por toda a sua administração, enumerando, não sem encómios, todas as dificuldades com que tinha tido de lutar, todos os males que havia prevenido pela sua flexibilidade, e concluindo por fim que abandonava uma obra *acabada* e nada mais tinha a deixar ao seu sucessor que a punição dos criminosos. A mesma coisa teve de ser ouvida pelo rei repetidas vezes e nada foi poupado para impedir a fama que os venturosos sucessos do duque lhe pudessem granjear imerecidamente. O seu próprio mérito foi por ela deposto aos pés do rei como algo decisivo, mas ao mesmo tempo um encargo que oprimia a sua humildade¹⁰⁰.

As gerações seguintes, mais descomprometidas, deverão ter reservas em subscrever sem limitações este juízo favorável; mesmo se a voz uníssonos dos seus contemporâneos, se o testemunho dos Países Baixos falasse em seu favor, não poderia negar-se a um terceiro o direito de o submeter ainda a um exame mais rigoroso. O ânimo volátil do povo inclina-se demasiado a considerar um defeito *a menos* como uma virtude *a mais* e a louvar, sob a

pressão de um mal actual, o mal ultrapassado. Toda a capacidade de odiar dos neerlandeses pareceu esgotar-se face ao nome espanhol; acusar a regente de ser causadora de um mal significaria retirar ao rei e aos seus ministros maldições que as pessoas preveriam votar-lhe em exclusivo e por completo; e o regimento do duque de Alba nos Países Baixos não era decerto a plataforma adequada para examinar o mérito da sua antecessora. Não era porventura fácil a empresa de corresponder às expectativas do monarca sem ir contra os direitos do povo neerlandês e os deveres de humanidade, mas na luta com esses dois deveres contraditórios, Margarida não realizou nenhum deles e prejudicou *demasiado* a nação para ser *tão pouco* útil ao rei. É verdade que acabou por reprimir os adeptos protestantes, mas a irrupção do movimento iconoclasta prestou-lhe maiores serviços do que toda a sua política. É certo que a sua finura contribuiu para desintegrar a Liga da nobreza, mas só depois de a cisão interna desta ter feito com que acontecesse o golpe mortal na raiz da mesma. Aquela empresa, em que havia esgotado infrutiferamente durante muitos anos toda a sua arte política, foi levada a cabo por um único movimento de tropas que lhe foi ordenado por Madrid. Ela entregou ao duque um país pacificado, mas não pode negar-se que o receio da sua chegada fizera a melhor parte. Através dos seus relatórios ela confundiu o Conselho em Espanha, uma vez que nunca lhe deu a conhecer a enfermidade, mas apenas as contingências, nunca o espírito e a língua da nação, mas apenas os vícios dos partidos; a sua administração defeituosa levou o povo a cometer crimes, uma vez que ela causou *amargura* sem provocar suficiente *pavor*; ela provocou a vinda do fatal duque de Alba ao país, uma vez que havia feito crer ao rei que as querelas nas províncias deveriam ser atribuídas menos à dureza dos seus éditos do que à infiabilidade do instrumento ao qual havia confiado a execução dos mesmos. Margarida possuía habilidade e espírito para aplicar com finura uma arte política que aprendera a um caso previsível, mas faltava-lhe o sentido criativo para inventar uma nova máxima para um caso novo e extraordinário, ou *transgredir* de forma sábia uma máxima antiga. Num país onde a mais fina arte política era a *honestidade*, ela teve a infeliz ideia de praticar a sua ardilosa política italiana, semeando com isso uma desconfiança fatal nos ânimos. A benevolência que lhe é atribuída tão generosamente como mérito tinha sido obtida pela coacção exercida pela corajosa resistência da nação à sua fraqueza e indecisão; nunca ela se

ergueu, por decisão autónoma, acima da letra das ordens do rei, nunca entendeu mal o sentido bárbaro da sua missão por um prisma de bela humanidade. Mesmo as poucas concessões a que a necessidade a obrigou foram por ela feitas com a mão insegura e retraída, como se temesse dar *demasiado*, e perdeu os frutos das suas boas obras por nelas ter remexido com minuciosa precisão. O que ela foi de menos em toda a sua restante existência, foi de mais no trono – uma mulher. Dela dependia, após a expulsão de Granvella, tornar-se na benfeitora do povo neerlandês, e tal não aconteceu. O seu bem supremo era o agrado do rei, a sua suprema infelicidade a desaprovação por parte dele; apesar de todos os atributos do seu espírito, ela permanece uma criatura comum, uma vez que faltava nobreza ao seu coração. Com muita moderação, ela executou um triste poder, não manchando o seu governo com crueldade arbitrária; e mesmo, como lemos, ela teria sempre agido com humanidade. Mais tarde, quando o seu ídolo, Filipe II, já a havia esquecido há muito, o povo neerlandês honrava ainda a sua memória, mas nem de longe ela merecia a glória que a desumanidade do seu sucessor espalhou à sua volta. Ela abandonou Bruxelas no fim do mês de Cristo de 1567 e foi acompanhada pelo duque até à fronteira do Brabante, abandonando-a aqui sob a protecção do conde de Mansfeld, para regressar tanto mais depressa à capital e passar a mostrar-se ao povo neerlandês como único regente.

Notas:

¹ Seguia-se na edição de 1788: “Um poder superior parecia ter tomado em protecção a obra das trevas.”

² Meteren I, 85s. Strada 143. 145-147. Burgundius 290ss. 300ss. Hopperus op. cit. II 2, 96s. Meursius I, 13s.

³ Na realidade, um século inteiro (N. T.).

⁴ Burgundius 314-316.

⁵ Meteren I, 87. Strada 149. Seguia-se na edição de 1788: “Ao comparar essa dimensão e esse grau de devastação com o reduzido número daqueles que a empreenderam, erase tentado a acreditar que havia estado envolvido algo mais do que mãos humanas.”

⁶ Burgundius 318s. Meursius I, 15.

⁷ Burgundius 327-331. Hopperus, Mém. op. cit. II 2, 99. Vita Viglii ib. I 1, 48.

⁸ Meteren I, 88ss. Hopperus, Mém. op. cit. II 2, 99-102. Burgundius 333-337. Meursius I, 16s.

⁹ Meteren I, 91. Burgundius 346-354. Strada 153. Hopperus, Mém. op. cit. II 2, 103. Meursius I, 17s.

¹⁰ Burgundius 345s. 354.

¹¹ Burgundius 355ss.

¹² Burgundius 359ss.

¹³ Meteren I, 91s. Burgundius 340-343.

¹⁴ Seguia-se na edição de 1788: “Esse espirito nada sofria face à transformação geral das coisas; as ofensas eram gravadas a ferro e a fogo na sua alma.”

¹⁵ Maximiliano II (N. T.).

¹⁶ Burgundius 363ss (e 382s). Hopperus, *Mém. op. cit.* II 2, 104ss. 112ss.

¹⁷ Hopperus II 2, 106s. Burgundius 363ss.

¹⁸ Burgundius 384ss.

¹⁹ Burgundius 387-390.

²⁰ Hopperus, *Mém. Op. cit.* II 2, 114s. Burgundius 391s.

²¹ Meteren I, 92. Hopperus, *Mém. Op. cit.* II 2, 107s. Burgundius 368-379.

²² Strada 163. Burgundius 374s. *Allg. Gesch. d. v. Niederlande* 3, 93.

²³ Thuanus 2, 507. Strada 164s. Meteren I, 93s.

²⁴ Hopperus, *Mém. op. cit.* II 2, 110s. Burgundius 396s. *Apologie ou défense de Guillaume prince d’Orange [1581] como anexo* (p. 143s).

²⁵ Reidanus 3. Thuanus 2, 507. Burgundius 400s. Meteren I, 94. Strada 160.

²⁶ Thuanus 2, 507s. Burgundius 401-407. Meteren I, 95.

²⁷ Burgundius 408. Meteren 95. Grotius 23.

²⁸ Meteren I, 93s. Thuanus 2, 507. Strada 165. Meursius I, 21.

²⁹ Dizia um provérbio em Hainaut, que talvez ainda hoje exista, que a província só estaria abaixo de Deus e do sol. Strada 173.

³⁰ Burgundius 376-379. 410s. 414-419. Meteren I, 98s. Strada 174 a 176. Viglius ad Hopperum, *Epist.* 2 e 21 (*apud* Papendrecht *op. cit.* I 1, 348 e 394).

³¹ Thuanus 2, 523s. Strada 167s. Burgundius 432-435. Meteren I, 96s.

³² Thuanus 2, 524s. Strada 170. Burgundius 423s. 427s. Viglius ad Hopperum *Epist.* 6 (*apud* Papendrecht *op. cit.* I 1, 357).

³³ Thuanus 2, 524s. Strada 170. Burgundius 423s. 427s. Viglius ad Hopperum *Epist.* 6 (*apud* Papendrecht *op. cit.* I 1, 357).

³⁴ *Allg. Gesch. D.v. Niederlande* 3, 97s. Strada 170. Viglius ad Hopperum, *Epist.* 5 (*op. cit.* I 1, 354s).

³⁵ Grotius 26.

³⁶ Até 1871, Walcheren foi uma ilha, até que a construção de um dique a transformou em península (N. T.).

³⁷ Trata-se de Fernando de Launoy (N. T.).

³⁸ Meteren I, 97s. Burgundius 438-441. Strada 171s. Thuanus, *liber* 41 (2, 525s).

³⁹ No original, “Meerbrücke” (“ponte marítima”). Trata-se de uma das artérias principais da velha Antuérpia, hoje ainda uma rua de muito comércio. Doravante todas as referências a “Meerbrücke” serão traduzidas por “Meir” (N. T.). Schiller persiste em mencionar uma ponte, como se verá mais adiante.

⁴⁰ V. nota anterior. Presume-se que se trate de outra artéria, embora o original fale de “outra ponte” (N. T.).

⁴¹ Cf. a nota anterior.

⁴² Burgundius 442-447. Strada 172.

⁴³ Thuanus 2, 526s. Burgundius 448-451. Strada 173. Meteren I, 98.

⁴⁴ Meteren I, 98.

⁴⁵ Thuanus 2, 528. Strada 176-178. Burgundius 458-462.

⁴⁶ Thuanus 2, 528s. Meteren I, 98s. Strada 178-180. Burgundius 462-465.

⁴⁷ Viglius ad Hopperum, Epist. I e 21 (*apud* Papendrecht op.cit. I 1, 345s. 394).

⁴⁸ Burgundius 466. 473-475.

⁴⁹ Meteren I, 99. Strada 180s. Grotius 24.

⁵⁰ Burgundius 420-422.

⁵¹ A bravura da vontade e a precariedade da realização é explicada, entre outras coisas, pelo seguinte exemplo. Em Amsterdão, alguns adeptos da liberdade nacional, tanto católicos como luteranos, haviam prometido solenemente juntar o centésimo *pfennig* dos seus bens numa caixa comum até perfazer uma soma de onze mil florins, que deveria ser gasta ao serviço da causa comum. Uma caixa com uma abertura na tampa e protegida por três cadeados fora destinada à entrada desses dinheiros. Quando ela foi aberta, passado o prazo, descobriu-se um tesouro de – 700 florins, que foi entregue à hospedeira do Conde de Brederode para pagar as dívidas da estalagem. Allg. Gesch. d.v. Niederl. 3 (, 104).

⁵² Burgundius 456-458. Strada 182s.

⁵³ Burgundius e Strada op. cit. (p. 227, 37).

⁵⁴ Meteren (? Meursius I, 28).

⁵⁵ Thuanus 2, 527. Strada 183. Meteren I, 95(?). Burgundius 470 a 472. Meursius I, 28.

⁵⁶ Meteren I, 100. Meursius I, 34. Reidanus 5. Grotius 26.

⁵⁷ Strada 184. Burgundius 472.

⁵⁸ Seguia-se na edição de 1788: “aos que pertenciam a consistórios foram dados três dias.”

⁵⁹ Meursius I, 33s. Thuanus 2, 530. Reidanus 5. Strada 187s. Meteren I, 99s. Burgundius 475-478.

⁶⁰ Thuanus 2, 530. Strada 187. Meteren I, 99s. Burgundius 482. 484.

⁶¹ Strada 188. Burgundius 486-489.

⁶² Meteren I, 100. Vita Viglii op. cit. I 1, 50s. Allg. Gesch. d. v. Niederlande 3, 104. Seguia-se na edição de 1788: “O verdadeiro conteúdo de todas as empresas é decidido pelo seu fim. A conspiração de um Brederode tinha de regressar ao nada, do qual havia surgido; mas o que ela tinha de bom e fundamental, permaneceu acima de todas as contingências.”

⁶³ Meteren I, 100s. Thuanus 2, 530. Burgundius 490-492. Strada 189. Meursius I, 35. Viglius ad Hopperum, Epistola 34 op. cit. I 1, 428. Allg. Gesch. d. v. Niederlande 3, 104s.

⁶⁴ Allg. Gesch. d. v. Niederlande 3, 105.

⁶⁵ Meteren I, 101. Meursius I, 35. Burgundius 486. Viglius ad Hopperum, Epist. 5 e 34 op. cit. I 1, 354ss. Grotius 26.

⁶⁶ Strada 197.

⁶⁷ Strada 193ss.

⁶⁸ Strada 193 (195?). 199s. Meteren I, 103.

⁶⁹ Meteren I, 104. Burgundius 410s. Strada 196.

⁷⁰ Strada 196.

⁷¹ Hoje o cantão mais oriental da Suíça; em alemão, Graubünden (N. T.).

⁷² Strada 196s. Burgundius 497.

⁷³ A marcha báquica desse exército contrastava estranhamente com a sinistra seriedade e a pretendida sacralidade do seu objectivo. O número dessas prostitutas públicas era tão exageradamente grande que elas se viram obrigadas a introduzir entre si uma disciplina própria. Colocavam-se sob bandeiras especiais, marchavam em fila numa maravilhosa ordem soldática atrás de cada batalhão e apartavam-se numa severa etiqueta, de acordo com a patente e o soldo, em p***s de coronel, p***s de comandante, p***s de soldados ricos e pobres, como lhes caía em sorte e as suas exigências subiam ou desciam. Meteren I, 104.

⁷⁴ O mesmo a cujas ordens havia estado um dos regimentos espanhóis, em relação aos quais se haviam erguido tantas disputas incitadas pelos estados gerais.

⁷⁵ Strada 200s. Burgundius 393. Meteren I, 104.

⁷⁶ Uma vez apenas, três cavaleiros atreveram-se, à entrada na Lorena, a desviar alguns carneiros de um rebanho, tendo o duque, após recebida a notícia de tal ocorrência, enviado de novo ao proprietário o que fora roubado e condenado os autores à forca. Tal sentença foi, a pedido do general loreno, que havia vindo até à fronteira para o saudar, executada apenas num deles, tirado à sorte. Strada 202.

⁷⁷ Burgundius 496s. Strada 202.

⁷⁸ Meteren I, 105. Meursius I, 37. Strada 202. Watson 2, 9.

⁷⁹ Strada 202.

⁸⁰ Strada 203.

⁸¹ Meteren I, 104. Burgundius 470 (?). Strada 203. Viglius ad Hopperum 4., 5., 30. Carta op. cit. I 1, 352ss. 355s. 420.

⁸² Strada 202s. Meteren I, 105. Meursius I, 38.

⁸³ Meteren I, 108. Strada 204s. Meursius I, 39. Allg. Gesch. d. v. Niederlande 3, 112.

⁸⁴ Grande parte desses fugitivos ajudou a fortalecer o exército dos huguenotes, que haviam tomado a passagem do exército espanhol pela Lorena como pretexto para concentrar o seu poder e pressionavam agora Carlos IX de forma extrema. Por esse motivo, a Corte francesa pensava ter direito a exigir apoio por parte da regente dos Países Baixos. Os huguenotes, argumentou ele, teriam encarado a marcha do exército espanhol como uma consequência do acordo fechado entre ambas as Cortes contra eles, tendo assim sido com isso acordados do seu torpor. Seria portanto justo que a Corte espanhola se encarregasse de ajudar o monarca francês a sair de uma situação premente, na qual ele teria caído apenas devido à marcha dos espanhóis. Alba também providenciou realmente que o conde de Aremberg se juntasse, com um considerável batalhão, ao exército da rainha-mãe na França e ofereceu-se mesmo para o comandar pessoalmente, sendo contudo recusada esta última coisa. Strada 206. Thuanus 2, 541.

⁸⁵ Meursius I, 40. Thuanus 2, 539. Meteren I, 108. Allg. Gesch. d.v. Niederlande 3, 113.

⁸⁶ Meursius I, 38. Meteren I, 105.

⁸⁷ Meteren I, 107.

⁸⁸ Thuanus 2, 540. Allg. Gesch. d.v. Niederlande 3, 115.

⁸⁹ “Dignum belgico carcinomate cultrum” [“Cutelo digno do cancro belga”, N. Tr.], eis como Meursius o designa, I, 38. Viglius ad Hopperum 46., 68., 81. Carta, op. cit. I, 451. 498. 523. Meteren I, 105.

⁹⁰ Desde modo, as sentenças contra os homens mais prestigiados, por exemplo a sentença de morte sobre o burgomestre Straalen de Antuérpia, foram encontradas apenas com as assinaturas de Vargas, del Rio e de la Torre. Meteren I, 105.

⁹¹ Meteren I, 106. Pode servir de exemplo da leviandade insensível com que as coisas mais importantes, mesmo as decisões sobre a vida e a morte, eram tratadas nesse Conselho sangrento, o que se conta acerca do conselheiro Hessels. Ele costumava dormir em grande parte da assembleia e, quando chegava a sua vez de dar o seu voto acerca de uma sentença de morte, gritar ainda meio a dormir: Ad Patibulum! Ad Patibulum! Tão corrente se havia tornado essa frase na sua boca. Acerca deste Hessels é ainda de notar que a sua esposa, uma sobrinha do Presidente Viglius, havia prescrito expressamente no pacto matrimonial que depusesse o triste cargo de Procurador do rei, que o tornava odiado por toda a nação. Viglius ad Hopperum Carta 67. op. cit. I 1, 495. Allg. Gesch. d.v.Niederlande 3, 114.

⁹² Em mau latim, Vargas aniquilou a liberdade neerlandesa. Non curamus vestros privilegios, respondeu ele a uma pessoa que queria fazer valer as liberdades da Escola Superior de Lovaina. Allg. Gesch. d, v. Niedelande 3, 117.

⁹³ Meteren I, 106s. Thuanus 2, 540.

⁹⁴ Meteren I, 109.

⁹⁵ Opositores nas guerras civis que assolaram a república romana na década de 80 a.C. (N. T.)

⁹⁶ Viglius ad Hopperum Carta 45, op. cit. I 1, 448.

⁹⁷ Viglius ad Hopperum Carta 23, 40, 44 e 45. Op. cit., I 1, 348s. 439. 443s. 448.

⁹⁸ Que não parece ter-lhe sido pago de forma muito responsável, se fizermos fé de uma brochura impressa ainda enquanto ela era viva. (Tem o título: Discours sur la blesure de Monseigneur le prince d’Orange 1582, sem lugar de edição, e encontra-se na biblioteca do Príncipe Eleitor de Dresden.) Ela encontrar-se-ia numa situação miserável em Namur, muito mal apoiada pelo seu filho (então governador dos Países Baixos), de tal modo que até o seu secretário Aldobrandin designou a sua estadia nesse lugar como um exílio. Mas, lê-se ainda, que poderia ela esperar de melhor por parte de um filho que a atraçooou pelas costas quando a visitou em Bruxelas, ainda muito jovem?

⁹⁹ Strada 206-208. Meursius I, 40. Thuanus 2, 539. Viglius ad Hopperum Carta 40, 41, 44, op. cit., I 1, 439-442. 445s.

¹⁰⁰ Meursius I, 40. Strada 207s.

Anexo I

Processo e execução dos Condes de Egmont e de Hoorne¹

Ambos os Condes foram, algumas semanas após a sua detenção, transportados para Gent sob uma escolta de 3000 soldados espanhóis, onde foram mantidos mais de oito meses na cidadela. O seu processo foi executado com toda a formalidade pelo Conselho dos Doze, que o Duque havia instituído com vista a inquéritos sobre as recentes sublevações em Bruxelas, e o Procurador-Geral Johann du Bois teve de proceder à acusação. A que era dirigida contra Egmont continha noventa pontos de acusação distintos e sessenta a outra, que dizia respeito a Hoorne. Seria demasiado extenso enunciá-los aqui; também já foram dados mais acima alguns exemplos. Cada acto, por mais inocente que fosse, cada omissão foi considerada a partir da perspectiva fixada logo no início e segundo a qual ambos os condes, em associação com o príncipe de Orange, teriam tido como objectivo deitar por terra o prestígio real nos Países Baixos e apoderarem-se do governo para si próprios. A expulsão de Granvella, o envio de Egmont a Madrid, a Confederação dos Gueux, as concessões feitas aos protestantes durante as suas regências – tudo teria tido de acontecer com vista àquele plano, tudo teria de ter um contexto. Os mais insignificantes pormenores tornaram-se por isso importantes e cada um envenenava o outro. Depois de a maior parte dos artigos serem profilacticamente tratados como crimes de lesa-majestade, tanto mais fácil se tornou a possibilidade de obter esta sentença a partir de todos no seu conjunto.

A cada um dos dois prisioneiros foi enviada a acusação, com a solicitação de que respondessem dentro de cinco dias. Depois de eles o terem feito, foi-lhes permitido aceitar defensores e procuradores, aos quais foi concedido livre acesso a ambos. Uma vez que eram acusados do crime de lesa-majestade, não foi permitido que nenhum dos seus amigos os fosse ver. O Conde de Egmont serviu-se de um senhor de Landas e de alguns hábeis doutores da jurisprudência de Bruxelas.

O primeiro passo de ambos foi protestar contra o tribunal que deveria falar sobre eles, uma vez que poderiam ser apenas, enquanto Cavaleiros do

Tosão de Ouro, julgados pelo próprio rei, enquanto Grão-mestre desta Ordem. Mas este protesto foi rejeitado e insistiu-se para que eles apresentassem as suas testemunhas, pois de contrário proceder-se-ia *in contumaciam*² contra eles. Egmont havia respondido a 82 pontos com os motivos mais satisfatórios; também o Conde de Hoorne respondeu à sua acusação ponto por ponto. Os textos da acusação e da justificação ainda existem; qualquer tribunal isento tê-los-ia ilibado face a tal defesa. O fiscal insistiu nos seus testemunhos e o duque de Alba emitiu repetidos decretos para acelerar o processo. Eles hesitavam de uma semana para a outra, renovando os seus protestos contra a ilegitimidade do tribunal. Por fim, o duque impôs-lhes ainda um prazo de nove dias para apresentarem os seus testemunhos; após terem deixado passar também estes, foram declarados como sendo transferidos e tendo perdido toda a defesa.

Enquanto este processo era levado a cabo, os familiares e amigos de ambos os condes não se comportavam de forma ociosa. A esposa de Egmont, duquesa da Baviera por nascimento, dirigiu-se com petições aos príncipes do Império alemão, ao imperador, ao rei de Espanha; também o fez a condessa de Hoorne, mãe do prisioneiro, que tinha relações de amizade ou de parentesco com as primeiras famílias dos príncipes da Alemanha. Todos protestaram em voz alta contra esse procedimento ilegal e queriam que fosse, inversamente, reconhecida a validade da liberdade imperial alemã, exigida especialmente pelo conde de Hoorne como conde do Império, a liberdade neerlandesa e os privilégios da Ordem do Tosão de Ouro. A condessa de Egmont movimentou quase todas as Cortes em favor do seu esposo; o rei de Espanha e o seu regente foram cercados por intercessões, que se viram remetidas de um para outro e escarnecidas por ambos. A condessa de Hoorne juntou certificados de todos os cavaleiros da Tosão, da Espanha, Alemanha e Itália, para comprovar os privilégios da ordem. Alba rejeitou-os, explicando que não tinham no presente caso qualquer força de lei. Os crimes de que os condes eram acusados teriam sido cometidos em circunstâncias que diziam respeito às províncias neerlandesas e ele, o duque, teria sido nomeado pelo rei como único juiz de todas as questões neerlandesas.

Quatro meses haviam sido concedidos ao fiscal para o seu libelo de acusação e foram dados cinco a ambos os condes para a sua defesa. Mas em lugar de perderem tempo e esforços com a obtenção dos seus certificados,

que lhes teriam sido pouco úteis, eles preferiram perdê-los com protestos contra os seus juízes, que lhes foram ainda menos úteis. Com aqueles, eles teriam provavelmente *retardado* a última sentença e, durante o tempo que assim teriam ganho, os enérgicos empenhamentos dos seus familiares teriam ainda podido ter algum efeito; com a sua obstinada insistência na rejeição do tribunal, eles puseram na mão do duque uma oportunidade para abreviar o processo. Após o termo do último prazo definitivo, no dia 1 de Junho de 1568, o Conselho dos Doze declarou-os culpados e no dia 4 desse mês seguiu-se a última sentença contra eles.

A execução de 25 nobres neerlandeses, que foram decapitados em três dias, foi o terrível prelúdio do destino que esperava ambos os condes. Johann Casenbrod de Backerzeel, secretário do conde de Egmont, foi um desses infelizes, que recebeu essa paga pela sua fidelidade ao seu senhor, afirmada de modo imperturbável mesmo sob tortura, e pelo seu zelo ao serviço do rei, que ele havia demonstrado contra os iconoclastas. Os restantes haviam sido ou capturados durante a revolta dos Gueux com armas na mão ou aprisionados e condenados pelo crime de alta traição pela sua anterior participação na petição da aristocracia.

O duque tinha motivos para apressar a execução da sentença. O conde Luís de Nassau havia provocado um confronto com o conde de Aremberg perto do mosteiro de Heiligerlee em Gröningen e tido a fortuna de o vencer. Logo após a vitória, ele havia saído de Gröningen, que mantinha cercado. A fortuna das suas armas havia levantado o ânimo dos seus seguidores e o príncipe de Orange, seu irmão, aproximava-se com o seu exército para o apoiar. Tudo isso tornava necessária a presença do duque nessas remotas províncias; mas antes que o destino de dois prisioneiros tão importantes estivesse decidido, ele não podia atrever-se a abandonar Bruxelas. Toda a nação lhes votava uma entusiástica dedicação, que havia sido aumentada, e não pouco, pelo seu infeliz destino. Tão-pouco a parte estritamente católica concedeu ao duque o triunfo de oprimir dois homens tão importantes. Qualquer vantagem que tivessem sobre ele as armas dos rebeldes, ou apenas o rumor meramente imaginado da mesma em Bruxelas, bastaria para provocar nesta cidade uma revolução, através da qual ambos os condes seriam postos em liberdade. A isso acrescentava-se o facto de as petições e intercessões, que chegavam da parte dos príncipes do império alemão tanto

a ele como ao rei em Espanha, aumentarem diariamente, tendo o próprio imperador Maximiliano II assegurado à condessa de Egmont que *nada teria a recear pela vida do seu esposo*, podendo a sua utilização demover finalmente o rei em favor do prisioneiro. Talvez o rei pudesse mesmo, confiando na rapidez do seu regente, ceder aparentemente aos argumentos de tantos príncipes e levantar a sentença de morte contra os prisioneiros, uma vez que se mantinha convicto de que essa clemência viria tarde de mais. Tudo isso eram razões suficientes para que o duque não hesitasse com a execução da sentença assim que esta fosse declarada.

Logo no dia seguinte, ambos os condes foram, sob a escolta de 3000 espanhóis, levados da cidadela de Gent para Bruxelas e aprisionados na Brodhouse, no Mercado Grande. Na manhã seguinte foi reunido o Conselho das Querelas, surgindo o duque em pessoa, contrariamente aos seus hábitos e sendo ambas as sentenças, num envelope selado e lacrado, abertas e lidas em público pelo secretário Praets. Ambos os condes eram reconhecidos como culpados do crime de lesa-majestade, *uma vez que haviam favorecido e promovido a horrenda conspiração do príncipe de Orange, protegido os aristocratas confederados e nas suas regências e noutras serventias servido mal a Igreja e o rei*. Ambos deveriam ser decapitados em público e as suas cabeças enfiadas em lanças, não sendo retiradas sem ordem expressa do duque. Todos os seus bens, feudos e direitos foram atribuídos ao fisco real. A sentença estava assinada apenas pelo duque e pelo secretário Praets, sem que se tivesse tentado obter o acordo dos restantes conselheiros criminais.

Na noite de 4 para 5 de Junho, a sentença foi-lhes levada à prisão já depois de eles terem ido dormir. O duque havia-a entregue ao bispo de Ypern, Martin Rithof, que ele mandara vir a Bruxelas expressamente para isso, a fim de preparar os prisioneiros para a morte. Quando o bispo recebeu esta incumbência, atirou-se aos pés do duque e implorou com lágrimas nos olhos clemência – adiamento pelo menos para os prisioneiros; ao que lhe foi respondido com voz dura e encolerizada que ele não havia sido convocado para vir de Ypern a fim de se opor à sentença, mas sim para a tornar mais leve para os infelizes condes através da sua palavra adicional.

Foi ao conde de Egmont que ele mostrou primeiro a sentença de morte. “É na verdade uma sentença severa”, exclamou o conde, pálido e com uma voz terrível. “Não pensava ter ofendido tão pesadamente Sua Majestade para

merecer tal tratamento. Se porém tiver de ser, submeter-me-ei a esse destino com docilidade. Possa esta morte obliterar os meus pecados e que ela não traga inconvenientes nem à minha esposa nem aos meus filhos! Pelo menos isso creio poder esperar pelos meus préstimos passados. A morte, quero suportá-la com alma serena, uma vez que isso é do agrado de Deus e do rei.”

– Insistiu a seguir com o bispo para que lhe dissesse com séria sinceridade se não seria de esperar qualquer clemência. Quando lhe foi respondido que não, ele confessou-se e recebeu o sacramento do sacerdote, repetindo as palavras da missa com grande devoção. Perguntou-lhe que oração seria a melhor e mais comovente, para se encomendar a Deus na sua última hora. Tendo este respondido que não haveria oração mais convincente do que aquela que fora ensinada a Cristo pelo próprio Senhor, o Pai Nosso, logo ele preparou-se imediatamente para a recitar. A lembrança da sua família interrompeu-o; pediu que lhe dessem uma pena e tinta e escreveu duas cartas, uma à sua esposa, a outra ao rei de Espanha, sendo a última do seguinte teor:

Sire!

Nesta manhã ouvi a sentença que compraz a V. Majestade mandar preferir sobre mim. Por mais afastado que eu tenha sempre estado da intenção de empreender o que quer que seja contra a pessoa ou o serviço a V. Majestade ou contra a única religião verdadeira, a antiga e católica, submeto-me contudo pacientemente ao destino que compraz a Deus ter feito incidir sobre mim. Se durante os passados tumultos eu permiti, aconselhei ou fiz algo que aparentemente tenha colidido com os meus deveres, isso terá certamente acontecido com a melhor das intenções e ter-me-á sido imposto pela coacção das circunstâncias. Por isso peço a V. Majestade que mo perdoeis e, tendo em conta os meus anteriores préstimos, que vos compadeçais da minha infeliz esposa e dos meus pobres filhos e servos. Nesta firme esperança, recomendo-me à infinita piedade de Deus.

Bruxelas, 5 de Junho de 1568, próximo do último momento.

De V. Majestade
o mais fiel vassalo e servo
Lamoral Conde de Egmont.

Esta carta foi por ele recomendada ao bispo com a maior insistência; para ter maior certeza, enviou ainda uma cópia da mesma, feita pelo seu próprio punho, ao conselheiro de Estado Viglius, o homem mais justo no senado, e não existem dúvidas de que ela foi realmente entregue ao rei. A família do conde recebeu depois todos os seus bens, feudos e direitos de volta, que de acordo com a sentença haviam sido atribuídos ao fisco real.

Entretanto havia sido instalado no mercado de Bruxelas, diante do palácio real, um cadafalso, no qual foram fixadas duas varas com pontas de ferro, tudo coberto de panos pretos. Vinte e dois soldados da guarnição espanhola cercavam a estrutura, precaução que não era supérflua. Entre as 10 e as 11 horas surgiu a guarda espanhola no compartimento do conde, provida de cordas para atar as mãos segundo o costume. Ele proibiu tal coisa e declarou que estava disposto e pronto a morrer. Do seu gibão, ele próprio havia cortado o colarinho para facilitar ao carrasco a sua função. Trazia vestido um roupão de damasco vermelho e sobre ele um manto negro espanhol guardado com galões vermelhos. Foi assim que surgiu no cadafalso. Don Julian Romero, Mestre de Campo, um comandante espanhol de nome Salinas e o bispo de Ypern seguiram-se-lhe. O Grande Preboste da Corte, tendo na mão uma vara vermelha, estava a cavalo ao pé do cadafalso; o carrasco estava oculto por debaixo deste.

Egmont tinha formulado no princípio um desejo de fazer um discurso ao povo a partir do cadafalso. Mas quando o bispo lhe fez ver que ele ou não seria ouvido ou, mesmo que tal acontecesse, tal poderia dar facilmente ocasião para actos violentos, face ao presente e perigoso estado de espírito do povo, ou apenas precipitaria os seus amigos para a desgraça, então ele deixou cair esse propósito. Por alguns momentos, ele andou para um lado e para outro em cima do estrado com nobre decoro e lamentou que não lhe fosse concedido morrer de uma morte gloriosa pelo seu rei e pela sua pátria. Até ao último momento, ele não havia podido convencer-se ao certo de que o rei levara a sério esse severo processo e que ele fosse levado mais além do mero pavor da execução. Ao aproximar-se o momento decisivo em que ele deveria receber o último sacramento, e olhando ele em volta com persistência sem que nada sucedesse, dirigiu-se a Julian Romero e perguntou-lhe uma vez mais se não seria de esperar para ele qualquer indulto. Julian Romero encolheu os ombros, olhou para o chão e ficou silencioso.

Então ele cerrou os dentes, atirou para o chão o seu manto e o seu roupão e preparou-se para a última oração. O bispo deixou que ele beijasse o crucifixo e deu-lhe a extrema unção, após o que o conde lhe fez um sinal para que o deixasse. Foi então que ele vendou os olhos com um gorro de seda e esperou o golpe. – Sobre o cadáver e o sangue a correr foi imediatamente lançado um pano preto.

Bruxelas inteira, que se comprimia em torno do cadafalso, sentiu também o golpe mortal. Lágrimas interromperam o mais terrível dos silêncios. O duque, que presenciava a execução de uma janela, limpou os olhos.

Pouco depois trouxeram o conde de Hoorne. Este, de um temperamento mais violento do que o seu amigo e animado por mais razões para odiar o rei, havia recebido a sentença com menos serenidade, embora esta tivesse para ele um menor grau de injustiça. Ele havia-se permitido fazer duras declarações contra o rei e fora com esforço que o bispo o convencera a fazer melhor uso dos seus últimos momentos, em lugar de perdê-los com insultos contra os seus inimigos. Por fim ele dominou-se e fez a sua confissão ao bispo, depois de ter querido recusá-la de início.

Com o mesmo acompanhamento que o seu amigo, ele subiu ao cadafalso. Ao passar saudou muitos dos seus conhecidos, não estando amarrado à semelhança de Egmont, trazendo um gibão negro e um manto e um gorro milanês da mesma cor na cabeça. Quando chegou acima, lançou um olhar para o cadáver que estava sob o pano e perguntou aos que estavam ao pé se era o corpo do seu amigo. Quando lhe foi afirmado que sim, disse algumas palavras em espanhol, atirou para longe o manto e ajoelhou-se no coxim. – Todos gritaram quando ele recebeu o golpe mortal.

Ambas as cabeças foram metidas nas varas que estavam plantadas no estrado, onde ficaram até às três horas da tarde, tendo então sido retiradas e depositas em féretros de chumbo.

A presença de tantos guardas e carrascos, que rodeavam o cadafalso, não pôde impedir os cidadãos de Bruxelas de mergulhar os seus lenços no sangue que jorrava e de levar para casa essa preciosa relíquia.

Notas:

¹ Para a edição de 1801, Schiller reduziu o texto publicado no nr. 8 da *Thalia* (1789) com o título “Des Grafen Lamoral von Egmont Leben und Tod” [“Vida e morte do conde Lamoral de Egmont”]. A passagem eliminada continha um resumo de informações em grande parte incluídas no texto principal, mas também alguns dados que não se encontravam neste.

A passagem eliminada, mais de metade do texto final, era a seguinte:

“A memória do conde de Egmont, tão notabilizado pelas batalhas de St. Quentin e Gravelingen e pelo seu infortunado fim na história neerlandesa, a primeira vítima importante de guerra caída sob a sangrenta administração de Alba pela liberdade neerlandesa, foi reavivada nos últimos tempos pela tragédia do mesmo nome [da autoria de Goethe, N. T.]. Uma narração detalhada da sua história, a partir de fontes credíveis, poderá talvez interessar muitos leitores, tanto mais que a vida pública desse homem se insere com a maior precisão na história do seu povo.

Lamoral conde de Egmont e príncipe de Gavre nasceu no ano de 1523. O seu pai era Johann de Egmont, camareiro ao serviço do imperador, a sua mãe Francisca, princesa do Luxemburgo. A sua estirpe, uma das mais nobres nos Países Baixos, procedia dos duques de Geldern, que haviam defendido a sua independência durante muito tempo com obstinação contra as Casas de Borgonha e da Áustria, tendo porém finalmente tido de render-se ao poder supremo de Carlos V; a sua origem remontava aos antigos reis frisios. Ainda muito jovem, Lamoral de Egmont entrou ao serviço do Imperador e teve a sua formação de futuro herói nas guerras francesas deste monarca. No ano de 1544, ele desposou na Dieta de Speyer e na presença do Imperador Sabina, condessa do palatinado da Baviera, irmã de Johann, Príncipe Eleitor do Palatinado, que lhe deu três príncipes e oito princesas. Dois anos depois ele foi, numa assembleia organizada pelo imperador em Utreque, feito cavaleiro do Tosão de Ouro.

A guerra com a França, que rebentou de novo em 1557 no reinado de Filipe II, abriu o caminho da glória ao conde de Egmont. Emanuel Felisberto, duque de Sabóia, que comandava o exército unido anglo-espanhol e neerlandês como Generalíssimo, havia conquistado S. Quintino na Picardia e o comandante da França avançava com um exército de 30 000 homens e o cerne da nobreza francesa para libertar a cidade. Um profundo pântano separava os dois exércitos. O general francês conseguiu, depois de ter alvejado a campo do duque de Sabóia, forçando-o a abandonar a sua posição, fazer entrar algumas centenas de homens na cidade. Uma vez que o exército espanhol tinha porém cerca de 60 000 homens e era portanto duplamente mais forte que o seu, o comandante limitou-se a fortificar a ocupação de St. Quentin, a qual também o Almirante Coligny havia atacado de noite, e preparou-se por isso para uma retirada. Mas era precisamente isso que se temia no conselho de guerra espanhol, que tinha lugar no acampamento de Egmont. Arrebatado pela sua coragem natural que o tornava ainda mais temerário, Egmont votou acaloradamente a favor de que se atacasse o inimigo e se ousasse empreender uma batalha.

Tal opinião, embora posta em causa por muitos, ficou sendo a dominante. No dia 10 de Agosto, dia de S. Lourenço, o duque conduziu o exército através de um estreito desfiladeiro, que tinha estado mal vigiado pelo inimigo e fora abandonado logo a seguir; Egmont com a sua cavalaria ligeira à frente, seguido pelo conde de Hoorne com 1000 couraceiros e este pela cavalaria alemã com 2000 cavalos, sob o comando dos duques Erich e Heinrich de Braunschweig; o próprio duque de Sabóia fechava com a infantaria. O exército francês estava já em vias de retirar-se, mas a cavalaria de Egmont perseguiu-a com tanto calor que ainda a encontrou 3 milhas antes de St. Quentin. Os neerlandeses irromperam com tal ímpeto de todos os lados para dentro do exército inimigo que derrubaram as suas filas dianteiras, separando a ordem da batalha e pondo todo o exército em fuga. 3000 franceses ficaram caídos nesse sítio, o duque de Bourbon foi morto a tiro e, para além do comandante que foi derrubado ferido do cavalo e feito prisioneiro com os seus dois filhos, houve mais membros da mais alta nobreza francesa que ficaram sob a alçada do vencedor. Todo o acampamento foi conquistado e feito um grande número de prisioneiros. Por essa magnífica vitória, a que se seguiu imediatamente a tomada de St. Quentin, Egmont teve o duplo mérito de ter aconselhado a que a batalha fosse travada e de a ter ganho ele próprio em grande parte.

Pouco depois, a ordem de regresso dada da Itália ao duque de Guise alterou a posição afortunada na guerra e deu novo ânimo às armas dos franceses. Calais foi por ele arrebatado aos ingleses, um exército francês devastou o Luxemburgo. A Flandres foi perturbada pelo marechal de Thermes. Ao encontro deste último, Filipe enviou o conde de Egmont à cabeça de 12 000 soldados de infantaria e 2000 de cavalaria. O marechal pretendia, após haver incendiado Dunquerque, retirar-se para Calais ao longo da costa quando foi atacado por Egmont em 13 de Julho de 1558, no preciso momento em que queria passar o pequeno rio de Ha perto de Gravelines. Os franceses, com uma dimensão de 10 000 soldados de infantaria e 1500 de cavalaria, receberam-no em posição de batalha com um fogo mortífero, de tal modo que logo no primeiro ataque o cavalo foi abatido sob o seu corpo. Não obstante, ele irrompeu com ira e, uma vez que o amplo solo arenoso favorecia a luta, originou-se uma desesperada luta em que a mão pugnava contra a mão e o cavalo contra o cavalo, situação de que na época moderna se viram poucos exemplos. Durante um tempo bastante longo, a vitória entre estes dois exércitos igualmente corajosos e empreendedores permaneceu duvidosa até ser por fim decidida através de um acaso afortunado em favor dos neerlandeses.

O eco da artilharia havia atraído alguns navios ingleses, que a Rainha Maria havia enviado para essa costa e que, uma vez que eram em grande parte pequenas embarcações, atracaram com suficiente proximidade para atingirem ainda uma ala dos franceses com a artilharia grossa. Por mais pequenos que fossem os danos que eles causaram, uma vez que a sua distância demasiado grande quase tornou sem efeito a acção da sua artilharia, que atingiu amigos e inimigos sem distinção, porém essa inesperada intervenção abalou uma das partes e levantou o ânimo da outra. O conde de Egmont, a quem não escapou tal facto, fez com que os seus cavaleiros alemães emergissem inadvertidamente das dunas, caindo sobre o flanco da cavalaria francesa e levando-os a recuar um pouco; perante isso, a cavalaria borgonhesa avançou com maior ímpeto, separando a ordem da

batalha e provocando desordem geral por entre a infantaria. 1500 ficaram ali, para além dos que tentaram salvar-se a nado e foram afogados pelos ingleses. Thermes e os seus melhores oficiais, todos feridos, tiveram de render-se; estandartes, artilharia e todos os bens saqueados até então vieram parar às mãos do vencedor. Um destino mais miserável esperava aqueles que haviam escapado ao confronto e caíram nas mãos dos camponeses flamengos. Estes, levados a uma cólera extrema contra os franceses devido à redução a cinzas e ao saque das suas aldeias, caíram com um ressentimento assassino sobre os fugitivos indefesos; as próprias mulheres, conta Strada, perseguiram-nos em bandos por todo o terreno, rasgando-lhes a carne com as unhas ou espancando-os lentamente até à morte, de tal forma que de todos os que incendiaram Dunquerque não escapou quase ninguém. Duzentos homens que chegaram vivos às mãos dos ingleses foram por estes enviados à sua rainha para Londres, a fim de não deixar dúvidas quanto à sua quota-parte na vitória. Por entre os neerlandeses nem se contavam 400 mortos. A rápida reconquista das cidades perdidas foi o primeiro fruto dessa gloriosa vitória, na qual Egmont havia associado o mérito de um general à bravura de um soldado raso.

As derrotas em St. Quentin e Gravelines fizeram com que Henrique II se inclinasse grandemente para a paz, que foi concluída no ano seguinte, 1559, em Cateau-Cambrésis. A cavalaria neerlandesa havia-se tornado particularmente famosa nesta guerra e toda a fama concentrava-se no conde de Egmont, que a havia conduzido. As cidades flamengas, que se restabeleceram numa paz florescente das injúrias da guerra de que haviam sido cenário, sentiam-se particularmente devedoras face a Egmont, cuja coragem a havia imposto ao inimigo. O seu nome estava na boca de toda a gente e uma opinião geral declarou-o como sendo o herói do seu tempo. O próprio Filipe II pôs de lado o seu orgulho espanhol a ponto de se declarar em público como sendo seu devedor, prometendo concretizar tal compromisso de um modo condigno.

Pouco depois de concluída a paz, o rei fez preparativos para abandonar os Países Baixos e regressar aos seus Estados espanhóis que lhe eram tão caros. Uma das mais importantes questões que ele encontrou para resolver ainda antes da sua partida foi a nomeação de um regente para todos os Países Baixos, um cargo que se encontrava agora desocupado pela partida do duque de Sabóia para a Itália. Por entre os pretendentes que estavam em questão para ocupar tal posto estava em primeiro lugar o conde de Egmont com Guilherme I, príncipe de Orange, e os desejos da nação oscilavam entre estes dois. Mas Filipe, que não achava aconselhável depor um poder tão grande nas mãos de um *amigo do povo*, e que, por mais que prezasse o conde de Egmont como um corajoso soldado, sentia nele a falta da arte política mais requintada que era necessária a um posto como aquele, depondo porém uma desconfiança que não carecia de motivo na lisura e fidelidade do príncipe de Orange, ignorou ambos e mandou vir a sua irmã natural, a duquesa Margarida de Parma, da Itália, a fim de administrar os Países Baixos durante a sua ausência. Tentou contentar o conde de Egmont por meio da concessão do governo de duas importantes províncias, Artois e a Flandres, fazendo o mesmo face ao Príncipe de Orange com a Holanda, a Zelândia e Utreque. Mas por mais fulgurante que fosse tal recompensa e por mais que ela ultrapassasse todas as que foram concedidas aos membros restantes da alta nobreza, ela não podia porém satisfazer a ambição de dois homens que

havam dirigido as suas expectativas para um plano mais elevado; e Filipe havia, com esse brilhante privilégio, apenas lançado neles a semente de uma futura indignação.

Porém, a sua sede de honrarias ainda haveria de acalmar-se acerca dessa expectativa gorada, uma vez que era a irmã do rei em relação à qual eles haviam sido relegados e um governo feminino lhes trouxe a esperança de ter uma importante participação no poder. Mas também essa esperança lhes foi cortada pela admissão no ministério do bispo de Arras, posterior Cardeal Granvella, que o rei deu à sua irmã como conselheiro privado e que incorporou um poder tão odiado como ilegal. Já a sua origem obscura, uma vez que o seu avô havia sido ferreiro, tinha de causar indignação na nobreza neerlandesa, extremamente orgulhosa nos seus privilégios, mas esse desagrado era tanto mais justo e violento, uma vez que Granvella não era nativo e a Constituição dos Países Baixos exclui expressamente todos os estrangeiros de *todos* os cargos. O papel que esse homem desempenhara na Alemanha no governo anterior não contribuíra propriamente para ganhar de antemão o coração dos neerlandeses. O seu procedimento ilegal no Conselho de Estado de Bruxelas, a sede de dominação com a qual espezinhou todos os privilégios das províncias, a sua ganância, a sua exuberante forma de vida, o seu ser exaltado, a pressão mantida sobre a alta nobreza e o comportamento de desprezo manifestado face a alguns dos Grandes, tudo isso levou ao extremo o azedume que lhe era votado e incitou a maior parte de entre eles a associarem-se contra esse inimigo comum.

A introdução de treze novos bispados, obra deste ministro, fez com que toda a nação neerlandesa se erguesse pouco depois contra ele. Para além do facto de esse alargamento da hierarquia, de iniciativa individual e para o qual os estados gerais não haviam sido consultados, ser contrário às liberdades territoriais das províncias, ele ameaçava ao mesmo tempo derrubar a sua Constituição, uma vez que se previa que esses novos estados ficariam zelosamente dependentes da Corte, a que deviam a sua existência, e que a maioria dos votos nas assembleias se inclinaria para o lado do rei. Todos os abades e monges se acaloraram contra os novos bispos, uma vez que estes estavam vinculados aos rendimentos dos mosteiros e das fundações, como reformadores do clero. O homem comum detestava-os como instrumentos do odiado tribunal da Inquisição, que era já visto na sequência das suas pisadas. Os cruéis procedimentos que, de acordo com os éditos religiosos, ocorriam contra os hereges, a insolência das tropas espanholas que, desde a última guerra, contrariamente à Constituição, estavam estacionadas como tropas ocupantes nas cidades fronteiriças e cuja presença prolongada era declarada nos tons de maior ódio – tudo isso contribuía a encher a nação de preocupações e a indignar tanto a nobreza como o povo contra o jugo do ministro.

De entre aqueles que sentiam esse desagrado, o príncipe de Orange, o conde de Egmont e o conde de Hoorne associaram-se da forma mais estreita. Todos os três eram conselheiros de Estado e haviam experimentado as mesmas humilhações por parte da sede de dominação do Cardeal. Depois de terem tentado em vão criar um partido por entre o resto da nobreza, que temia um passo mais ousado devido a um receio servil face ao ministro, eles executaram para si o seu plano e elaboraram um documento comum dirigido ao rei, no qual acusavam o ministro formalmente como sendo inimigo da nação e a

causa de todas as escaramuças até então ocorridas. Declararam que o desagrado geral não terminaria enquanto esse odiado prelado estivesse ao leme do Estado e que eles próprios não poderiam mais comparecer no Conselho de Estado se não prezasse a S. Majestade afastar esse homem. Uma vez que essa petição não teve consequência, eles abandonaram realmente o Conselho de Estado, do qual o cardeal passou a tomar uma posse ilimitada.

Uma vez que não haviam conseguido por essa via afastar o ministro, tentaram levá-lo a resignar por iniciativa própria por meio de escárnio da sua pessoa e da sua administração. Uma ideia jocosa que Egmont tivera ao dar a toda a criadagem da nobreza uma libré na qual estava bordado um chapéu de bobo, expôs o cardeal, para o qual ele remetia, ao riso geral, de tal forma que a Corte teve de intervir e proibir essa libré. A troça da plebe contra o ministro foi ao ponto de pôr nas suas mãos pasquins sempre que ele se mostrava publicamente. Ele havia oferecido resistência ao ódio de toda a nação, mas não podia suportar esse grau de desprezo público. Depôs o seu lugar de ministro e abandonou a província.

Após a retirada de Granvella, o conde de Egmont quase obteve o primeiro lugar nas graças da regente. Mas uma vez que faltava uma mão firme para manter a coesão numa nobreza dividida entre si e dirigida pelos mais díspares interesses particulares, a anarquia generalizou-se, a justiça era mal administrada, as finanças negligenciadas, a religião entrou em decadência e as seitas propagaram-se. A renovação intensificada dos éditos religiosos por Espanha foi a consequência mais próxima dessa degradação; mas o povo, mal acostumado pela tolerância até então exercida, não estava já disposto a suportar esse jugo. Precisamente por essa altura deveriam entrar em vigor os termos da assembleia eclesiástica de Trento. O seu conteúdo colidia com as leis das províncias e todas as camadas sociais se sublevaram contra eles. A fim de desviar a atenção do rei, a regente enviou o conde de Egmont a Espanha, uma vez que este poderia informá-lo melhor acerca do estado das coisas através de relatos orais do que era possível fazer-se por carta. Egmont partiu em Janeiro de 1565 dos Países Baixos.

A recepção que lhe foi dada em Madrid foi excepcional. O rei e todos os seus Grandes castelhanos concorreram no empenho em lisonjear a sua vaidade. Todos os seus anseios pessoais foram concedidos acima das suas expectativas e todas essas concessões foram ainda acompanhadas com uma dádiva de 50 000 florins. Censuras brandas acerca do seu desagrado face a Granvella, que o rei lhe fez numa audiência privada, tiveram de contribuir mais para aumentar do que diminuir a sua confiança na sinceridade daquele. Acerca da disposição do rei face à nação neerlandesa foram-lhe dadas as melhores garantias tanto pelo próprio como pelos seus conselheiros. O rei, segundo foi dito, pretenderia ter em consideração o desejo unívoco das províncias, após os ensinamentos agora recebidos da parte do conde, preferindo a via da benevolência a medidas violentas. Egmont deixou Madrid como uma pessoa feliz – encheu os neerlandeses com louvores ao rei, enquanto atrás dele se apressavam a chegar novos mandatos que contradiziam as suas garantias.

Foi demasiado tarde que acordou do seu atordoamento. A opinião geral acusou-o de ter colocado o seu interesse privado à frente do bem geral. Ele reclamou em voz alta contra a traição espanhola e ameaçou depor todos os seus cargos. Mas tudo permaneceu ameaça. – Egmont tinha onze filhos e as dívidas pressionavam-no. Não podia prescindir do rei.

O anúncio dos éditos religiosos agravados teve como sequência a associação da baixa nobreza, conhecida sob o nome da *Liga dos Gueux*. O próprio Egmont não participava na confederação, mas muitos dos seus amigos e súbditos próximos aderiram a ela; o seu próprio secretário, Johann Käsenbrodt van Beckerzeel, estava entre eles. Essa circunstância pesou por conseguinte na sua culpabilidade. Ele teria sabido tal coisa, foi dito, e contudo mantido essa pessoa ao seu serviço – e por isso seria ele próprio culpado de alta traição.

Um dia, quando os nobres membros da associação foram convocados para a Casa de Culemborg em Bruxelas pelo conde de Brederode, o acaso levou-o com alguns amigos a passar junto dessa casa. Uma curiosidade inocente levou-o a entrar. Foi levado a beber com os outros. A saúde dos Gueux foi mencionada, ele correspondeu sem saber o que com isso se pretendia. Também sobre isso foi lavrada uma acusação de alta traição.

Pouco depois da formação da Liga dos Gueux, o movimento iconoclasta rebentou nas províncias. Os governadores acorreram de Bruxelas para os seus distritos, a fim de restabelecer a calma. Aqui, Egmont distinguiu-se de todos os outros pelo seu zelo servidor. Ele mandou aplicar a pena de morte a muitos rebeldes em Artois e na Flandres e levou os protestantes a acalmarem. Mas também esse importante serviço foi contabilizado como alta traição, uma vez que ele havia feito algumas concessões ligeiras aos protestantes, não tendo estado em condições de as recusar pela força.

Os excessos dos sermões públicos e do movimento iconoclasta deram para a mão dos velhos inimigos irreconciliáveis do povo neerlandês, o cardeal Granvella, que sempre havia mantido a sua influência sobre o rei, o duque de Alba e o Inquisidor-mor Spinosa, as armas para ferir mortalmente as cabeças da nobreza neerlandesa no ânimo do rei. Todas essas desordens foram-lhes atribuídas. A sua moleza no serviço ao rei, a tolerância face às seitas que haviam irrompido, as suas intrigas e os seus encorajamentos secretos, o seu exemplo na resistência, as suas ligações aos Gueux confederativos – tudo isso tivera de concorrer para erguer o ânimo dos rebeldes e favorecer os seus excessos. A isso juntava-se o facto de muitos desses tresloucados, que haviam sido capturados e condenados à morte durante os seus actos iconoclastas, se armarem com os nomes do príncipe de Orange, do conde de Egmont, von Hoorne e outros, tentando suavizar com isso os seus próprios actos vergonhosos. É certo que sem os protestos que se fizeram ouvir e que os Grandes neerlandeses haviam proferido contra as cruéis penas, o povo comum nunca se teria tornado tão ousado a ponto de escarnecer em público dessas ordens e de irromper em tais actos de violência; mas com que direito poderiam ser-lhes atribuídas consequências, nas quais eles nunca haviam pensado? Aquelas acções de protesto eram compatíveis com a mais rigorosa fidelidade ao monarca e o bem da nação, de que eles eram representantes e administradores, tornava-a num dever sagrado para eles – como poderiam eles ser responsabilizados pelas infelizes consequências das suas louváveis intenções?

O Conselho de Segóvia decidiu de outro modo. O rei foi convencido a alterar o modo de proceder até então adoptado, a poupar o povo como parte enganada e a punir os Grandes. Não se pode negar que a aparência falava contra estes e um monarca como Filipe não podia considerar a sua atitude de outra perspectiva. A nobreza neerlandesa tinha exigências sem exemplo em toda a monarquia. Apoiada no título altivo da liberdade de casta, fortalecida ainda mais na opinião de si própria, que já possuía em alta

medida, pela preferência e fraqueza de Carlos V pela sua pátria, ela deixou-se levar em todos os seus actos por um espírito de independência que chegava até à temeridade e era totalmente incompatível com o princípio de um monarca. O que era em Bruxelas uma liberdade bastante comum e lícita, tinha necessariamente em Madrid de dar nas vistas como a mais ilegal das ousadias. Também os Grandes castelhanos tinham orgulho nos seus privilégios; mas um monarca que reconhecesse estes mesmos podia manipulá-los nesse orgulho próprio como se os levasse à trela. O espírito de independência, que ainda não havia podido ser reprimido por entre os Grandes espanhóis, era compatível com a monarquia, mesmo com o despotismo, “uma vez que esses Grandes estavam acostumados a ele por meio do despotismo que exerciam sobre os seus próprios súbditos; em contrapartida, a nobreza neerlandesa havia-se desacostumado a suportar o despotismo, uma vez que reinava sobre homens livres, uma vez que não podia exercê-lo”.

Face a este preconceito adverso do rei contra os chefes da nobreza neerlandesa, não é de admirar que ele tenha passado a tomar as mais violentas medidas contra ela. A partir de então estava tacitamente decidida a ruína do príncipe de Orange, do conde de Egmont, de Hoorne e muitos outros; mas a fim de os atrair à armadilha que lhes estava a ser preparada, era necessário assegurar a sua satisfação por meio de manifestações falsas. Foram-lhes escritas as mais clementes missivas, que transbordavam de confiança e complacência. As acusações e censuras, que eram misturadas com habilidade, davam a essas garantias uma aparência de sinceridade e lançavam-nos para uma perigosa tranquilidade, como se isso fosse tudo o que havia para acusá-los. Ao conde de Egmont eram frequentemente ditas coisas duras nessas cartas, mas tanto menos lhe ocorreu que algo poderia estar oculto numa cilada.

Assim como era fácil criar uma armadilha a Egmont, tanto mais difícil era iludir o príncipe de Orange. Um talento mais afortunado para combinar as coisas, maior conhecimento do mundo e das cortes e a atenção aos seus inimigos protegiam-no de traições. Precisamente na mesma altura em que o rei era tão pródigo em assegurar a sua satisfação face a ele e aos seus amigos, uma carta interceptada de um embaixador espanhol em Paris pôs-lhe a descoberto os verdadeiros pensamentos do rei. Num encontro que organizou em Dendermonde, na Flandres, com os condes de Egmont, de Hoorne, de Hoogstraten e de Nassau, ele mostrou-lhes essa carta, cujo conteúdo foi ainda confirmado por outra que Hoorne recebera na mesma altura de Madrid. Pretendia-se chegar a um acordo sobre as medidas a tomar em conjunto nesse perigo iminente; falava-se de resistência violenta, no que se contava especialmente com o prestígio de Egmont junto das tropas neerlandesas. Mas qual foi o espanto quando ele se interpôs e se explicou do seguinte modo: “Prefiro”, disse, “que tudo caia sobre mim a tentar a minha sorte de forma tão temerária. A tagarelice do espanhol Alva pouco me toca – como poderia esse homem olhar para dentro do ânimo secreto do seu senhor e decifrar os seus mistérios?? As notícias que Montigny nos dá nada mais provam do que o facto de que o rei tem uma opinião muito ambígua acerca do nosso zelo e crê ter uma razão para desconfiar da nossa fidelidade; e para isso, quer-me parecer, ter-lhe-íamos dado uma ocasião através do que se passou. Mas é também a minha séria intenção melhorar a opinião que tem sobre mim redobrando o meu zelo e apagar, por meio da minha conduta futura, a desconfiança

que o meu comportamento até agora poderá ter lançado sobre mim. E como poderia arrancar-me dos braços da minha numerosa família, que precisa de ajuda, para estagnar como um fugitivo em cortes estranhas, sendo um fardo para todo aquele que me acolha, escravo de todo aquele que se rebaixe a dar-me ajuda, servo de estrangeiros para escapar a uma coacção suportável na minha pátria? Nunca poderá o monarca agir de forma ruim com um servo que até aqui lhe foi querido e caro e que ganhou um direito fundamentado à sua gratidão. Nunca me irão convencer que ele, que tem acalentado sentimentos tão clementes face ao seu povo neerlandês, esteja agora a forjar ataques despóticos ao mesmo. Quando tivermos primeiro devolvido a calma ao país, refreado os rebeldes, restabelecido o ofício religioso católico, crede-me que não se ouvirá mais falar de tropas espanholas; e isto é aquilo a que vos exorto agora com o meu conselho e o meu exemplo, e aquilo para que se inclina já a maioria dos nobres. Eu, por minha parte, nada receio da cólera do monarca. A minha consciência declara-me como livre. O meu destino está com a sua justiça e a sua clemência.”

Todos os argumentos contrários do príncipe de Orange foram em vão. A irrupção do movimento iconoclasta havia aberto os olhos do conde de Egmont acerca da sua conduta. Ele era um católico zeloso e fiel ao rei por mais de uma razão, mais do que ele próprio sabia. Uma correspondência contínua com a Corte, relações de confiança com a regente e, mais do que tudo isso, os vínculos pessoais que tinha face ao rei, mantinham-no intimamente ligado à Coroa. Quão grande tinha portanto de ser a indignação com os inauditos actos violentos que as seitas se arrogavam cometer sob o nome de uma liberdade que ele havia até então defendido para elas com as mais inocentes intenções! A partir de então, ele separou inteiramente a sua causa da delas e acedeu a todas as medidas que a regente mandou executar contra elas. Quando esta exigiu de toda a nobreza um novo juramento de fidelidade, ele foi um dos primeiros a prestá-lo.

Por essa altura, foi decidido em Espanha enviar um exército de guerra espanhol para os Países Baixos, que deveria ser comandado pelo duque de Alba. Nas próprias províncias, a regente havia restabelecido a calma pela via das armas e reprimido os protestantes quase integralmente. Uma vez que as escaramuças estavam erradicadas e o país estava pacificado, essa vinda armada do duque não podia portanto ter outro objectivo senão punir o que havia passado e reprimir os temidos Grandes. Mais do que os sinais recebidos de Espanha, tal era confirmado pelo carácter pessoal do duque de Alba.

O pavor causado por esse boato levou a nobreza rebelde aos pés da regente. Os que haviam cometido transgressões demasiado graves para poderem ainda esperar um perdão, ou não confiavam nas titubeantes garantias de clemência, apressaram-se a fugir do país e preferiram abandonar todos os seus bens. O príncipe de Orange estava entre estes últimos, mas antes da sua despedida ele tentou convencer o conde de Egmont a tomar uma decisão semelhante. Em Willebroek, uma aldeia entre Antuérpia e Bruxelas, ocorreu o encontro, a que também assistiram o conde de Mansfeld e um secretário privado da regente. Depois de estes últimos, associados ao conde de Egmont, terem tentado em vão abalar a decisão do príncipe de Orange, aquele seguiu o príncipe até junto de uma janela. “Custar-te-á os teus bens, Orange”, disse Egmont, “se insistires no teu propósito”. – “E a ti a tua vida, Egmont, se não alterares o teu”, respondeu o príncipe. “Pelo menos

consolar-me-á, qualquer que seja o meu destino, o apoio dado a amigos e à Pátria em hora de necessidade através do exemplo e do aconselhamento; tu arrastarás contigo os amigos e a Pátria para *uma única* ruína.” Uma vez mais, o príncipe usou a sua eloquência para esclarecer o seu amigo acerca do perigo próximo e para o convencer a tomar uma decisão salutar, mas foi em vão. Egmont estava acorrentado com mil elos à sua Pátria, uma confiança obstinada mantinha vendados os seus olhos e o seu malogro colocou-se à sua frente. “Nunca me irás convencer, Orange”, disse, “a ver as coisas nessa turva luz em que elas te surgem. Quando eu tiver conseguido esmagar os rebeldes e restituir às províncias a sua anterior tranquilidade, o que pode o rei censurar-me? O rei é bondoso e justo, eu conquistei o direito de exigir a sua gratidão. Deverei eu por meio de uma censurável fuga declarar-me indigno dela?” – “Pois bem”, exclamou Orange, “ousa então experimentar essa gratidão real. Mas diz-me um triste pressentimento – e permita o Céu que ele me não traia! – que tu serás a ponte, Egmont, pela qual os espanhóis entrarão no país e a que eles quebrarão quando a tiverem passado.” Após essas palavras, ele abraçou-o uma vez mais, os seus olhos estavam húmidos, eles haviam-se visto pela última vez.

Egmont foi um dos primeiros a saudar o duque de Alba à sua entrada no Luxemburgo. Quando este último o viu chegar de longe, disse para os que estavam ao pé: “*Ali vem o grande herege.*” Egmont, que havia ouvido tal coisa, ficou embaraçado e imóvel e empalideceu. Mas quando o duque lhe deu as boas-vindas com um rosto desanuviado, essa advertência foi imediatamente esquecida. Ele ofereceu ao duque uma prenda de dois belos cavalos, para ganhar a sua amizade.

Dois caracteres tão opostos como Egmont e Alba nunca podiam ser amigos; mas um antigo ciúme devido à fama guerreira havia incutido muito antes no duque uma silenciosa hostilidade face a Egmont, sendo alimentada por meio de pequenos e insignificantes pormenores. Egmont havia-lhe subtraído uma vez, no jogo de dados, vários milhares de florins, uma ofensa que o severo espanhol nunca pudera perdoar. Noutra ocasião, ele fora desafiado e vencido pelo conde num torneio de tiro ao alvo. Bruxelas inteira testemunhou ruidosamente a sua alegria e congratulou-se com o facto de o flamengo ter mostrado a sua mestria face ao espanhol. Tais insignificâncias não são nunca esquecidas entre pessoas que colidem na grandeza; e Alba era tão pouco capaz de perdoar como o seu rei.

Nos primeiros dias da sua presença em Bruxelas, o duque teve uma conduta inteiramente calma; tinha primeiro de assegurar-se do domínio sobre a nobreza a fim de atrair todos aqueles sobre os quais tinha de agir. O conde de Hoorne havia achado aconselhável não estar presente na recepção; mas as garantias que Egmont lhe deu acerca do novo regente encorajaram-no a comparecer ainda ao fim de pouco tempo. O conde de Hoogstraten era o único que ainda faltava, tendo-lhe sido ordenado comparecer em Bruxelas a pretexto de uma tarefa. Um acaso afortunado protegeu-o da desgraça.

Entretanto, o duque não queria adiar por muito tempo esse importante passo; o segredo podia ser desvendado e as suas vítimas escapar-lhe-iam. Foi então determinado o dia em que ambos os condes de Hoorne e Egmont deveriam ser detidos. Ao mesmo tempo deveriam ser aprisionados os seus secretários e confiscadas as suas correspondências. O governador espanhol em Antuérpia, conde de Lodrona, tinha ordem de apoderar-se

no mesmo dia do burgomestre e, logo que tal acontecesse, dar notícias ao duque através de um estafeta.

Nesse dia reuniram-se os condes de Mansfeld, Hoorne, Egmont, Barlaimont, Arschot, entre outros, para além dos filhos do duque e dos mais distintos oficiais espanhóis, a pretexto de uma assembleia extraordinária na Casa de Culemborg, onde o duque se havia aquartelado. O duque conversava com eles sobre o plano de uma cidadela que ele queria instalar em Antuérpia e procurou prolongar a reunião tanto quanto possível, uma vez que não queria dar nenhum passo antes de saber o desfecho do seu golpe em Antuérpia. A fim de fazer tal coisa com o mínimo de suspeitas, fez com que o seu arquitecto militar, Paciotto, que havia trazido de Itália, lhe apresentasse o esboço de uma fortaleza, dando os cavaleiros o seu parecer. Finalmente, quando o mensageiro de Antuérpia chegou com notícias favoráveis, desconvocou o Conselho. Egmont quis então afastar-se com o filho do duque quando o comandante da guarda pessoal do duque, Sancho de Avila, lhe travou o passo, surgindo ao mesmo tempo um punhado de soldados espanhóis, que lhe tornaram impossíveis a fuga e a defesa. O oficial exigiu-lhe a entrega da espada, que ele cedeu com grande contenção. “Este aço”, disse ele, “já defendeu algumas vezes a causa do rei de uma forma não de todo desafortunada.” Nessa mesma altura, o conde de Hoorne foi feito prisioneiro noutra parte do palácio. Hoorne perguntou como estava Egmont. Foi-lhe dito que este havia também sido feito prisioneiro nesse momento, ao que ele se entregou sem resistência. “Por ele deixei-me guiar”, exclamou, “é justo que eu partilhe com ele *o mesmo* destino.” Enquanto isto ocorria na Casa de Culemborg, um regimento espanhol encontrava-se armado de espingardas diante da mesma.

² “Em contumácia”, ou: face à recusa de comparecer em tribunal, a sentença é declarada como estando acima de qualquer recurso.

Anexo II

Cerco de Antuérpia pelo Príncipe de Parma nos anos de 1584 e 1585

É um espectáculo atractivo ver o espírito de invenção humana em luta com um poderoso elemento e ver dificuldades insuperáveis para capacidades comuns serem vencidas por inteligência, determinação e uma vontade perseverante. Menos atractivo mas tanto mais instrutivo é o espectáculo oposto, em que a falta daquelas qualidades faz gorar todos os esforços do génio, tornando infrutífero todo o favorecimento do acaso e, por não saber usá-lo, destrói um sucesso que já estava decidido. Exemplos de ambas as coisas são fornecidos pelo célebre bloqueio da cidade de Antuérpia pelos espanhóis no final do século XVI, que roubou irreparavelmente a essa florescente cidade mercantil a sua prosperidade, ao passo que conquistou um nome imortal para o general que o empreendeu e executou.

Já durava havia doze anos a guerra pela qual as províncias do norte da Bélgica tentavam afirmar, de início apenas a sua liberdade religiosa e os privilégios de casta contra as intervenções do regente espanhol, por fim contudo a independência do seu Estado face à Coroa espanhola. Nunca vencendo inteiramente, mas tão-pouco inteiramente vencidas, elas desgastavam a valentia espanhola por meio de morosas operações bélicas num terreno desfavorável e esgotavam o Senhor de ambas as Índias ao denominarem-se *mendigos*, sendo-o em parte na realidade. É certo que se havia dissolvido de novo a *Liga de Gent*, que unia todo o conjunto dos Países Baixos, tanto católicos como protestantes num corpo comunitário e, se tivesse podido subsistir, invencível; mas em lugar desta união insegura e artificial, as províncias setentrionais tinham aderido no ano de 1579 a uma *União de Utreque* muito mais restrita, da qual era de esperar maior duração, uma vez que fora tecida e se mantinha coesa através de um interesse político e religioso idêntico. O que a nova república havia perdido em dimensão através da separação das províncias católicas, havia ganho no carácter intrínseco da associação, na unidade dos empreendimentos, em energia da execução, tendo sido para ela uma felicidade perder a tempo algo que nunca poderia ter defendido com o investimento de todas as forças.

A maior parte das províncias valónicas havia regressado no ano de 1584, tanto voluntariamente como por imposição das armas, ao domínio dos espanhóis; só nas regiões setentrionais é que este não havia ainda podido instalar-se definitivamente. Mesmo uma parte considerável do Brabante e da Flandres resistia ainda com obstinação às armas do duque Alexandre de Parma, que detinha o governo interino das províncias e o comando supremo do exército com tanta energia como inteligência, tendo reposto o prestígio do nome espanhol através de uma série de vitórias. A particular organização do país, que favorece a ligação das cidades entre si e com o mar por meio de tantos rios e canais, dificultava qualquer conquista e a posse de um lugar só podia ser obtida pela posse de outro. Sempre que essa comunicação não estivesse impedida, a Holanda e a Zelândia podiam proteger os seus aliados com um esforço mínimo e abastecê-los copiosamente com tudo o que necessitassem, por mar e por terra, de tal modo que a valentia não servia de nada e as tropas do rei eram inutilmente desgastadas através de cercos de longa duração.

De entre todas as cidades do Brabante, Antuérpia era a mais importante, tanto pela sua riqueza, a sua numerosa população e o seu poder como pela sua situação no estuário do Escalda. Esta grande e populosa cidade, que contava nessa época mais de oitenta mil habitantes, era uma das mais activas participantes na Liga dos Estados neerlandeses e havia-se distinguido de todas as outras cidades da Bélgica, no decurso desta guerra, através de um indomável sentido de liberdade. Uma vez que albergava no seu seio todas as três Igrejas cristãs e devia uma boa parte do seu bem-estar a essa ilimitada liberdade religiosa, era ela que de longe mais tinha a temer face ao domínio espanhol, que ameaçava suprimir a liberdade religiosa e afastar, por meio dos terrores do tribunal da Inquisição, todos os comerciantes protestantes dos seus mercados. Além disso, ela conhecia já a brutalidade das ocupações espanholas através de uma terrível experiência e era fácil de prever que não se livrasse mais desse jugo insuportável no decurso da guerra, uma vez que houvesse permitido que ele se instalasse.

Por maiores que fossem as razões que tivesse a cidade de Antuérpia para manter os espanhóis afastados das suas muralhas, mais importantes eram os motivos que o general espanhol tinha para apoderar-se da mesma, fosse a que preço fosse. Da posse desta cidade dependia de certo modo a posse de

toda a região brabantina, que em grande parte se abastecia de cereais através deste canal a partir da Zelândia, ficando assegurada em simultâneo, com a conquista da mesma, o domínio sobre o Escalda. À Liga brabantina, que efectuava as suas reuniões nesta cidade, foi retirado com a mesma um dos seus mais importantes apoios, vendo-se a perigosa influência do seu exemplo, dos seus conselhos, do seu dinheiro bloqueados para todo o partido e aberta uma rica fonte de receitas, nos tesouros dos seus habitantes, para as necessidades bélicas do rei. A queda da mesma tinha de arrastar consigo, mais cedo ou mais tarde, a queda de todo o Brabante, e a preponderância de poderes nessa região de inclinar-se decisivamente para o lado do rei. Movido pela força destes argumentos, o duque de Parma concentrou o seu poder em Julho de 1584 e avançou partindo de *Doornik*, onde se encontrava, para as proximidades, com a intenção de a cercar¹.

Mas tanto a situação como a fortificação da cidade pareciam resistir a qualquer ataque. Rodeada do lado brabantino com fortificações inacessíveis e fossos cheios de água, protegida do lado da Flandres por meio da ampla e tumultuosa corrente do Escalda, ela não podia ser dominada por um ataque à mão armada; e cercar uma cidade dessa dimensão parecia exigir um exército três vezes maior do que aquele que o duque podia juntar, para além de uma frota que lhe faltava inteiramente. Não bastando o facto de a corrente transportar para a cidade tudo aquilo de que necessitava em profusão a partir de Gent, essa mesma corrente abria-lhe uma fácil ligação com a vizinha Zelândia. Pois uma vez que as marés do Mar do Norte se prolongam muito para dentro do Escalda e invertem periodicamente o curso do mesmo, logo Antuérpia goza da vantagem, inteiramente particular, de o mesmo rio fluir na sua direcção com duas orientações distintas. A isso juntava-se o facto de as cidades vizinhas de Bruxelas, Mechelen, Gent, Dendermonde e outras se encontrarem ainda nas mãos da Liga, podendo ainda facilitar os abastecimentos por terra. Eram portanto necessários dois exércitos distintos nas duas margens do rio para bloquear a cidade face ao resto do país e cortar a sua ligação com a Flandres e o Brabante; era necessário em simultâneo um número suficiente de navios para poder bloquear o Escalda e fazer gorar todas as tentativas que tornariam infalível, a partir da Zelândia, para o desbloqueio do mesmo. Mas o exército do duque estava reduzido, devido à guerra que ele tinha ainda de travar noutros distritos e às muitas ocupações que tinha

tido de deixar nas cidades e fortalezas, a uma infantaria de 10 000 homens e uma cavalaria de 1700, uma força demasiado pequena para chegar para um empreendimento dessa dimensão. Para além disso faltava a essas tropas tudo o que era de primeira necessidade e a ausência do pagamento havia-as levado havia já muito a uma indisposição geral, que ameaçava a cada hora rebentar numa sublevação declarada. Se apesar de todos os obstáculos se ousasse finalmente empreender o cerco, havia tudo a temer por parte das fortificações inimigas que se deixasse para trás e que teriam facilidade em perturbar um exército tão dividido e precipitá-lo para um estádio de carência por meio do corte do abastecimento².

Todos estes motivos foram argumentados pelo Conselho de Guerra, a quem o duque de Parma deu agora a conhecer a sua intenção. Por maior que fosse a confiança que depositassem em si próprios e na capacidade demonstrada de tal comandante do exército, os generais mais experientes não fizeram segredo das suas grandes dúvidas num desfecho feliz. À excepção de dois, que a ousadia da sua coragem levava a superar qualquer reserva, Capizucchi e Mondragon, todos eles desaconselharam uma empresa tão inoportuna, em que se corria o risco de pôr em causa o fruto de todas as vitórias anteriores e toda a fama guerreira adquirida.

Mas quaisquer reservas que ele tivesse feito para si próprio e às quais tivesse também respondido não podiam fazer vacilar o duque de Parma na sua intenção. Não fora por desconhecimento dos perigos a ele associados, nem por sobrestimar levanamente as suas forças, que ele tinha planeado esse ousado golpe. Aquele instinto genial, que guia com afortunada certeza o grande homem por vias que o pequeno homem não pisa ou não conclui, elevava-o acima de todas as dúvidas que lhe eram colocadas por uma inteligência fria mas limitada e, sem poder convencer os seus generais, ele reconhecia a verdade do seu cálculo com um sentimento obscuro mas nem por isso menos seguro. Uma série de sucessos felizes havia aumentado a sua confiança e um olhar lançado ao seu exército, que não era igualado na Europa de então em disciplina varonil, experiência e coragem, sendo comandada por uma selecção dos mais competentes oficiais, não lhe permitia nem por um momento dar lugar ao receio. Àqueles que lhe contrapunham o número reduzido das suas tropas, respondeu que por mais comprida que fosse uma lança só a ponta poderia matar e que em empresas militares era

mais importante a força motriz do que a massa movimentada. Embora ele conhecesse o desânimo das suas tropas, conhecia também a sua capacidade de obedecer; e depois ele esperava ir ao encontro das suas queixas particulares da melhor maneira ao ocupá-las com uma importante empresa, incitando a sua sede de fama com o fulgor da mesma e a sua cobiça com o alto preço que a conquista de uma cidade tão abastada prometia³.

No plano que esboçou para o cerco, ele procurou ir expressamente ao encontro de todos aqueles variados obstáculos. O único poder através do qual era possível esperar que fizesse a cidade ceder era a *fome*; e para incitar contra ela esse terrível inimigo, tinham de ser encerrados todos os acessos pela água e por terra. A fim de dificultar num primeiro momento, embora não cortando totalmente, todo o tráfego fluvial que partisse da Zelândia, pretendia-se tomar todos os bastiões erigidos pelos antuerpianos em ambas as margens do Escalda a fim de proteger a navegação e, na medida do possível, construir novos redutos a partir dos quais o rio pudesse ser dominado em todo o seu comprimento. Mas para que a cidade não pudesse entretanto, a partir do interior, providenciar o abastecimento que procuravam cortar-lhe do lado do mar, todas as cidades circundantes do Brabante e da Flandres deveriam ser envolvidas no plano do cerco e a queda de Antuérpia baseada na queda de todos esses lugares. Um plano ousado e, se tivermos em conta o poder limitado do duque, quase tresloucado, mas que se justificava pelo génio do seu autor e que a fortuna coroou com um fulgurante desfecho⁴.

Mas uma vez que era necessário tempo para realizar um plano dessa amplitude, a acção limitou-se entretanto a colocar numerosos bastiões nos canais e rios que ligavam Antuérpia a Dendermonde, Gent, Mechelen, Bruxelas e outros lugares, dificultando com isso o abastecimento. Ao mesmo tempo, foram postas tropas espanholas de ocupação na proximidade dessas cidades, por assim dizer às portas das mesmas, que devastavam as regiões planas e tornavam inseguras as zonas circundantes. Só na região de Gent estavam cerca de três mil homens e nas restantes em proporção a tal. Dessa forma, e através de entendimentos secretos mantidos com os habitantes católicos das mesmas cidades, o duque esperava, sem se enfraquecer a si próprio, esgotá-las a pouco e pouco e, por meio das agressões inerentes a uma guerra pequena mas interminável, levá-las finalmente à capitulação mesmo sem um cerco formal⁵.

Entretanto, a força principal foi dirigida contra a própria Antuérpia, que o duque mandou cercar inteiramente. Ele próprio se posicionou em Bevern, na Flandres, a poucas milhas de Antuérpia, instalando-se num acampamento fortificado. A margem flamenga do Escalda foi entregue ao magarefe de Richebourg, general de cavalaria, a brabantina ao conde Peter Ernst de Mansfeld, a que se veio juntar ainda outro comandante espanhol, Mondragon. Os dois últimos passaram o Escalda com sucesso em Pontons, sem que o navio-almirante de Antuérpia, que fora enviado ao seu encontro, conseguisse impedi-lo, dando a volta por detrás de Antuérpia e tomando o seu posto na região de Bergen. Algumas divisões destacadas repartiram-se ao longo de todo o lado brabantino, em parte a fim de ocupar os diques, em parte a fim de bloquear as passagens em terra.

Algumas milhas a jusante de Antuérpia, o Escalda é defendido por dois poderosos fortes, dos quais um fica em Liekenshoek, na ilha de Doel na Flandres, o outro em Lilloo, precisamente em frente na margem brabantina. O último tinha outrora sido construído pelo próprio Mondragon, a uma ordem do duque de Alba, quando este fazia ainda o papel de senhor em Antuérpia, e precisamente por isso lhe foi confiado o ataque ao mesmo pelo duque de Parma. Da posse destes dois fortes parecia estar dependente todo o sucesso do cerco, uma vez que todas as naves, que transitavam da Zelândia para Antuérpia, têm de passar por debaixo dos canhões dos mesmos. Ambos os fortes tinham sido reforçados pouco antes pelos antuerpianos, que não haviam ainda terminado essa tarefa com o primeiro quando o magarefe de Richebourg o atacou. A velocidade com a qual se agiu surpreendeu os inimigos antes que estivessem suficientemente prontos a defender-se e um assalto que se ousou fazer a Liefkenshoek trouxe essa fortificação para as mãos dos espanhóis. Essa perda atingiu os membros da Liga no mesmo desafortunado dia em que o príncipe de Orange caiu às mãos dos assassinos em Delft. Também as restantes fortificações edificadas na ilha de Doel foram em parte voluntariamente abandonadas pelos seus defensores, em parte tomadas de assalto, de tal modo que em pouco tempo toda a margem flamenga estava livre de inimigos. Mas o forte de Lilloo, na margem brabantina, ofereceu uma resistência tanto maior, uma vez que tinha sido deixado tempo aos antuerpianos para o reforçar e dotá-lo de uma valente guarnição. Manifestações iradas por parte dos sitiados, sob o comando de Odet de Teligny, destruíram,

com o apoio dos canhões da fortificação, todas as obras dos espanhóis e uma inundação, provocada pela abertura das comportas, expulsou-os finalmente do lugar após um cerco de três semanas e com uma perda quase de dois mil mortos. Estes recolheram então ao seu acampamento fortificado em Stabroek e limitaram-se a tomar posse dos diques que cortam a região plana de Bergen e opor um parapeito à penetração das águas na zona leste do Escalda⁶.

A tentativa fracassada de tomar o forte de Lilloo alterou os planos do duque de Parma. Uma vez que não se conseguia impedir por esta via a navegação no Escalda, de que contudo dependia todo o sucesso do cerco, logo ele decidiu bloquear inteiramente o rio por meio de uma ponte. A ideia era temerária e muitos havia que a tomaram por aventureira. Tanto a largura do rio, que nessa zona perfaz mais de mil e duzentos passos⁷, como a violência arrebatadora da corrente, que é ainda reforçada pela preia-mar, parecia tornar inexequível qualquer tentativa desse género; a isso juntava-se a falta de madeira para construção, de embarcações, de mão-de-obra, e depois a perigosa situação entre as frotas da Antuérpia e da Zelândia, para quem deveria ser fácil perturbar um trabalho tão moroso em colaboração com qualquer elemento intempestivo. Mas o duque de Parma conhecia as suas forças e a sua coragem decidida só podia ser vergada pelo impossível. Depois de haver mandado mensurar tanto a largura como a profundidade da corrente e de se ter aconselhado com dois dos seus mais hábeis engenheiros, Barocci e Plato, a decisão levou a que a ponte fosse construída entre Calloo, na Flandres, e Ordam, no Brabante. Esse lugar foi escolhido porque o rio tem aqui a menor largura e faz uma curva para a direita, o que detém as embarcações e as obriga a mudar a direcção do vento. Para dar cobertura à ponte, foram edificadas em ambas as extremidades da mesma sólidos bastiões, sendo o primeiro, na margem flamenga, denominado Forte de Santa Maria e o outro, na margem nabantina, Forte de S. Filipe em homenagem ao rei⁸.

Enquanto no acampamento espanhol eram feitos os mais intensos esforços para executar este plano e toda a atenção do inimigo estava para ali dirigida, o duque fez um ataque inesperado a Dendermonde, uma cidade muito fortificada entre Gent e Antuérpia, onde o Dender se junta ao Escalda. Enquanto esse importante lugar estivesse ainda em mãos inimigas, as cidades de Gent e Antuérpia podiam apoiar-se mutuamente e fazer gorar todas as tentativas dos sitiados pela sua fácil comunicação. A conquista do

mesmo deu ao duque liberdade de acção contra ambas as cidades, podendo tornar-se decisiva para todo o sucesso da sua empresa. A rapidez com que ele atacou não deixou tempo aos sitiados para abrir as suas comportas e fazer inundar as terras em volta. O bastião principal da cidade, diante da Porta de Bruxelas, ficou logo debaixo de um violento tiroteio, mas o fogo dos sitiados provocou uma grande devastação entre os espanhóis. Em lugar de se assustarem com isso, estes tornaram-se ainda mais fervorosos e o escárnio das tropas de ocupação, que mutilaram a imagem de um santo diante dos seus olhos, atirando-a do parapeito com os tratos mais rudes, acabou por encolerizá-los inteiramente. Insistiram com violência em serem levados contra o bastião ainda antes que a brecha aberta pelo fogo fosse de dimensão suficiente, e o duque, a fim de usar esse primeiro fogo, permitiu o assalto. Após um combate mortal de duas horas, o parapeito havia sido escalado e o que não foi sacrificado pela cólera inicial dos espanhóis precipitou-se para a cidade. É certo que esta estava mais exposta ao fogo inimigo que lhe era dirigido a partir da muralha conquistada; mas os seus fortes muros e o fosso amplo e cheio de água que a circundava fazia temer uma longa resistência. O espírito empreendedor do duque de Parma venceu também em pouco tempo essa dificuldade. Enquanto o bombardeamento continuava dia e noite, as tropas tinham de trabalhar sem interrupção para desviar o curso do Dender, do qual o fosso da cidade recebia a sua água; e os sitiados foram tomados pelo desespero ao verem a água do seu fosso, a única defesa que restava à cidade, desaparecer pouco a pouco. Apressaram-se a render-se e receberam em Agosto de 1584 a ocupação espanhola. Num espaço de tempo não superior a onze dias havia sido terminada essa empresa, para a qual, segundo o parecer dos peritos, havia sido aparentemente necessário um número igual de semanas⁹.

A cidade de Gent, doravante com o acesso a Antuérpia e ao mar cortado, pressionada de maneira cada vez mais premente pelas tropas do rei que estavam acampadas nas suas proximidades, e sem qualquer esperança de um desbloqueamento para breve, renunciou à sua salvação e via agora aproximar-se a fome com todas as suas consequências a passos terríveis. Por isso enviou delegados ao acampamento espanhol em Bevern para se render ao rei sob as mesmas condições que o duque lhe havia oferecido em vão algum tempo antes. Foi explicado aos delegados que o tempo dos acordos

havia passado e que só uma rendição incondicional poderia apaziguar o monarca encolerizado. Foi-lhes até dado a entender, para seu temor, que haveria de lhes ser exigida a mesma humilhação a que os seus rebeldes antepassados haviam tido de submeter-se no reinado de Carlos V, nomeadamente implorarem clemência seminus e com uma corda ao pescoço. Inconsoláveis, os delegados regressaram, mas já ao terceiro dia surgiu uma nova delegação que finalmente, sob recomendação de um amigo do duque de Parma, que estava prisioneiro em Gent, conseguiu fazer a paz sob condições ainda aceitáveis. A cidade teve de pagar uma multa de duzentos mil florins em dinheiro, de chamar de volta os papistas expulsos e pôr fora os seus habitantes protestantes; porém foi dado a estes últimos um prazo de dois anos para porem as suas coisas em ordem. Todos os habitantes, exceptuando seis que foram seleccionados para serem punidos, mas que depois foram ainda amnistiados, receberam o perdão e à guarnição, que era composta por dois mil homens, foi concedida uma retirada honrosa. Este acordo foi concluído em Setembro do mesmo ano no quartel-general de Bevern, e logo a seguir as tropas espanholas avançaram com uma ocupação de três mil homens¹⁰.

Mais pelo receio do seu nome e pelo pavor da fome do que pelo poder das suas armas, o duque de Parma havia levado à cedência essa cidade, a maior e mais forte nos Países Baixos, que em nada fica a dever em dimensão ao centro de Paris, contando com trinta e sete mil casas e constando de vinte ilhas, que estão ligadas por noventa e oito pontes de pedra. Fulgurantes privilégios, que esta cidade havia sabido conquistar no decurso de vários séculos aos seus soberanos, alimentavam nos seus cidadãos um espírito de independência que degenerava não raramente em espírito de contradição e atrevimento, entrando num litígio muito natural com as máximas do governo austro-espanhol. Foi precisamente esse corajoso sentido de liberdade que possibilitou também à Reforma um sucesso rápido e amplo nesta cidade, e a associação de ambas as motivações causou todas aquelas manifestações agressivas pelas quais a mesma se distinguiu no decorrer da guerra neerlandesa, para o seu infortúnio. Para além das somas em dinheiro que cobrou agora à cidade, o duque de Parma encontrou ainda nas suas muralhas uma rica provisão de munições, carros, embarcações e toda a espécie de aparelhos de construção, para além da quantidade necessária de mão-de-obra e marinheiros, o que promoveu em não pouca medida a sua empresa contra Antuérpia¹¹.

Ainda antes de Gent ter passado para o domínio do rei, as cidades de Vilvoorde e Heerenthals haviam caído nas mãos dos espanhóis e também haviam sido por eles ocupados os blocos de casas não muito longe da pequena região de Willenbroeck, o que cortou o acesso de Antuérpia a Bruxelas e Mechelen. A perda de todos esses lugares, ocorrida em tão curto tempo, arrebatou aos antuerpianos qualquer esperança de uma ajuda vinda do Brabante e da Flandres, limitando todas as suas perspectivas ao apoio esperado da Zelândia e que o duque de Parma tinha agora as mais sérias intenções de impedir¹².

Os cidadãos de Antuérpia haviam presenciado os primeiros movimentos do inimigo contra a sua cidade com a arrogante confiança neles incutida pela visão do seu indomável rio. Essa confiança fora também de certo modo legitimada pelo juízo do príncipe de Orange, que ao receber a primeira notícia desse cerco dera a entender que o poder espanhol se destruiria nas muralhas de Antuérpia. Mas para não falhar nada que pudesse servir para manter essa cidade, ele mandou chamar a Delft o burgomestre de Antuérpia, Filipe Marnix de St. Aldegonde, seu amigo íntimo, onde trocou impressões com ele por causa da defesa de Antuérpia. O seu conselho ia no sentido de mandar abrir sem demora o grande dique entre Sanvliet e Lilloo, denominado Blaauwgarendyk, no caso de o Escalda ser bloqueado, a fim de espalhar a água do Escalda oriental, logo que fosse necessário, e poder assim abrir um caminho para a cidade às embarcações da Zelândia através dos campos inundados. Aldegonde tinha também convencido realmente, após o seu regresso, a magistratura e a maior parte dos cidadãos a concordarem com essa proposta, quando a guilda dos carneiros se ergueu contra ela e se queixou que com isso o seu sustento lhe seria furtado; pois o campo que se pretendia alagar era uma grande quantidade de terra de pasto no qual eram criadas anualmente cerca de doze mil vacas. A guilda dos carneiros manteve o poder de decisão e conseguiu fazer adiar a execução dessa salutar proposta até o inimigo tomar posse dos diques, juntamente com as pastagens¹³.

Sob iniciativa do burgomestre St. Aldegonde que, sendo ele próprio membro dos Estados do Brabante, gozava de um grande prestígio junto destes, tinha-se melhorado o estado das fortificações em ambas as margens do Escalda ainda antes da chegada dos espanhóis e erigido muitas fortificações novas em volta da cidade. Perto de Saftingen, os diques haviam sido perfurados, tendo

a água do Escala ocidental inundado quase toda a região de Waes. Na região vizinha, o margraviado de Bergen, o conde de Hohenlohe procedeu à angariação de tropas, estando já um regimento de escoceses, sob o comando do coronel Morgan, a soldo da República, enquanto se esperava novos reforços da Inglaterra e da França. Sobretudo os Estados da Holanda e da Zelândia foram exortados a prestar a mais rápida ajuda. Mas depois de os inimigos haverem posto um pé firme em ambas as margens do rio, tornando perigosa a navegação através do fogo a partir das suas fortificações, depois de na região do Brabante um lugar após outro haver caído nas suas mãos e de a sua cavalaria bloquear todos os acessos por terra, vieram finalmente ao de cima, nos habitantes de Antuérpia, sérias preocupações por causa do futuro. A cidade contava então com oitenta e cinco mil almas e, de acordo com os cálculos feitos, eram necessários por ano, para o sustento da mesma, cento e cinquenta mil quintais de cereal. Para juntar tais reservas não faltavam, no início do cerco, nem fornecimentos nem dinheiro; pois apesar da artilharia inimiga, os navios de carga da Zelândia sabiam como abrir caminho para a cidade com a subida da maré. Tratava-se portanto apenas de impedir que indivíduos singulares, de entre os cidadãos ricos, adquirissem essas reservas e se tornassem em donos dos preços quando principiassem as faltas. Um certo Gianibelli de Mântua, que se havia estabelecido na cidade e lhe prestou serviços muito relevantes na sequência desse cerco, propôs para esse fim que se cobrasse um imposto por cada centésimo *Pfennig* e que se formasse uma sociedade de homens rectos que deveriam comprar cereal com esse dinheiro e fornecê-lo semanalmente. Os ricos deveriam entretanto adiantar esse dinheiro e em contrapartida guardar nos seus armazéns as reservas adquiridas, por assim dizer como penhor, recebendo também uma parte do lucro. Mas tal proposta não conseguiu agradar aos habitantes ricos, que haviam decidido tirar proveito da carência generalizada. Em vez disso, defendiam que se deveria ordenar a cada um que se abastecesse por si próprio com as necessárias reservas para dois anos; proposta essa que fazia com que eles cuidassem muito bem de si e muito mal dos habitantes mais pobres, que não podiam providenciar esse abastecimento de uma só vez para tantos meses. É certo que com isso atingiram o propósito de expulsar inteiramente estes últimos da cidade ou torná-los dependentes; mas quando se deram conta depois que em tempo de carência a sua propriedade não deveria ser respeitada, acharam por bem não se apressarem com a compra¹⁴.

O magistrado da cidade, a fim de prevenir um mal que apenas teria pressionado alguns indivíduos, optou em vez disso por outro que se tornou perigoso para a totalidade. Empresários zelandeses tinham equipado uma frota considerável com mantimentos, que teve a sorte de passar pelos canhões inimigos e aportar em Antuérpia. A esperança de um lucro maior havia encorajado os comerciantes a empreender essa arriscada especulação; essa esperança viu-se porém gorada à sua chegada, quando o magistrado de Antuérpia fez circular, precisamente nessa altura, um édito segundo o qual o preço de todos os víveres era consideravelmente reduzido. Para impedir em simultâneo que indivíduos isolados adquirissem todo o carregamento, para o vender depois a um preço mais caro, ele ordenou que tudo fosse vendido directamente a partir das embarcações. Os empresários, vendo-se ludibriados por inteiro no seu lucro por meio dessas precauções, alçaram apressadamente as velas e abandonaram Antuérpia com a maior parte do seu carregamento, que teria bastado para alimentar a cidade durante vários meses¹⁵.

Essa negligência dos meios de salvação mais próximos e naturais só pode ser entendida pelo facto de se considerar então inteiramente impossível um bloqueio completo do Escalda e não se temer seriamente que a mais extrema situação viesse a ocorrer. Quando a seguir chegou a notícia de que o duque teria a intenção de lançar uma ponte sobre o Escalda, tal ideia quimérica foi objecto do escárnio geral em Antuérpia. Foi feita uma orgulhosa comparação entre a República e o rio e dito que nem uma nem outro suportariam o jugo espanhol. Uma corrente com a largura de dois mil e quatrocentos pés e, mesmo quando só tem a sua própria água, com uma profundidade de sessenta pés¹⁶, que porém, quando é elevado pela maré, costuma subir ainda doze pés – tal corrente, dizia-se, poderia ser dominada por um miserável conjunto de estacas? Onde se iria buscar troncos de árvore com altura suficiente para atingir o fundo e emergir à superfície? E uma obra desse calibre deveria ser edificada no Inverno, quando a maré montante irá transportar ilhas e montes inteiros de gelo, aos quais as muralhas de pedra mal podem fazer frente, contra as débeis estacas, fazendo-as estilhaçar como vidro? Ou se o duque pensasse em construir uma ponte de embarcações, aonde iria ele buscá-las e por que via as levaria para as suas fortificações? Teriam necessariamente de passar por Antuérpia, onde estaria uma frota pronta para os capturar ou para perfurá-los até irem para o fundo¹⁷.

Mas enquanto na cidade lhe era demonstrada a incongruência da sua empresa, já o duque de Parma a havia consumado. Logo que os bastiões de S. Maria e S. Filipe foram erguidos, podendo cobrir os operários e a construção com a sua artilharia, foi colocada no rio, a partir das duas margens opostas, uma estrutura para a qual foram utilizados os mastros dos maiores navios. Através da artificiosa ordenação das estacas foi possível dar ao todo uma estabilidade que o tornava capaz de resistir aos ataques violentos dos instrumentos de ferro, como depois foi demonstrado com sucesso. Essas estacas, assentes no fundo com firmeza e segurança e sobressaindo ainda numa altura considerável, estavam cobertas com pranchas, que formavam uma estrada cómoda. Esta era tão larga que nela tinham lugar oito homens ao lado uns dos outros e um muro que percorria os dois lados protegia do fogo dos mosquetes dos navios inimigos. Essa *estacaria*, como era chamada, avançava para o interior da corrente, a partir das duas margens opostas, tanto quanto a crescente profundidade e violência das águas o permitiam. Ela estreitava a corrente em mil e cem pés; mas uma vez que a corrente central, a corrente em si, não a tolerava de todo, ficava ainda em aberto entre as duas estacarias um espaço de mais de seiscentos passos, através do qual toda uma frota de abastecimento podia passar confortavelmente. O duque tencionava preencher esse espaço intermédio por meio de uma ponte de embarcações, para o que deveriam ser trazidos os navios de Dunquerque. Mas para além do facto de ali haver carência de embarcações, continuava a ser difícil fazê-las passar por Antuérpia sem grandes perdas. Ele tinha assim de limitar-se, entretanto, a ter estreitado o rio até metade e dificultado muito mais a passagem das embarcações inimigas. Porque ali onde acabava a estacaria no meio da corrente, elas alargavam-se formando um rectângulo que estava fortemente equipado com canhões e que servia de uma espécie de fortaleza no meio da água. A partir daí era disparado, a todas as embarcações que ousassem atravessar esse estreito, um fogo terrível, o que contudo não impediu que frotas inteiras e embarcações isoladas fossem bem sucedidos na passagem por essa perigosa rota¹⁸.

Entretanto Gent rendeu-se e essa conquista, inesperadamente rápida, arrebatoou o duque de uma vez por todas ao seu embaraço. Ele foi encontrar nessa cidade tudo o que era necessário para terminar a sua ponte de embarcações, sendo a única dificuldade a de transportar as coisas com segurança.

Para tal, os próprios inimigos abriram-lhe a mais natural das vias. Através da abertura dos diques, na zona de Saftingen, uma boa parte do país de Waes até à região de Borcht tinha ficado debaixo de água, de modo que não foi difícil atravessar os campos com embarcações planas. O duque mandou portanto partir as suas embarcações de Gent e ordenou-lhes, depois de terem passado Dendermonde e Rupelmonde, que furassem o dique esquerdo do Escalda, deixando Antuérpia à direita e dirigindo as velas para Borcht no campo inundado. Para dar segurança a esse percurso, foi construído um bastião na zona de Borcht a fim de poder deter os inimigos. Tudo resultou como se desejara, embora não sem travar uma luta acesa com a flotilha inimiga, que havia sido enviada para perturbar essa marcha. Depois de se haver perfurado alguns diques durante o percurso, atingiu-se os acampamentos espanhóis na zona de Calloo e entrou-se de novo com sucesso no Escalda. O júbilo do exército foi tanto maior depois de se ter dado conta do perigo a que as embarcações haviam acabado de escapar. Pois mal se haviam livrado das embarcações inimigas, um reforço destas últimas pôs-se a caminho a partir de Antuérpia, comandada pelo valente defensor de Lilloo, Odet de Teligny. Após ter cumprido a sua tarefa e visto os inimigos escapar, ele apoderou-se do dique pelo qual aqueles haviam passado e ergueu um bastião nesse sítio para impedir a passagem das embarcações de Gent que poderiam ainda vir atrás¹⁹.

Com isso, o duque de Parma voltou a ficar numa situação difícil. Ainda não tinha, nem de longe, um número suficiente de embarcações, nem para a sua ponte nem para a defesa da mesma, e a via pela qual as anteriores haviam sido conseguidas estava agora bloqueada pelo forte de Teligny. Ao percorrer a região para reconhecimento e com a intenção de encontrar um caminho novo para as suas frotas, ocorreu-lhe uma ideia que não só pôs fim ao seu presente embaraço como deu de repente a toda a empresa um vivo impulso. Não longe da aldeia de Stecken, na região de Waes, donde faltavam cerca de cinco mil passos até ao início das zonas inundadas, passa o Moer, um pequeno rio que desagua no Escalda perto de Gent. A partir desse rio, ele mandou fazer um canal até à zona onde principiava a inundaçãõ e, uma vez que as águas não tinham em todo o lado altura suficiente, o canal entre Bevern e Verrebroek foi prolongado até Calloo, onde o Escalda o recebeu. Quinhentos escavadores trabalharam sem descanso nessa obra e, a fim de

animar a má disposição dos soldados, o próprio duque lançou mãos à obra. Dessa maneira, ele renovou o exemplo de dois romanos famosos, Drusus e Corbulo, que por meio de obras semelhantes ligaram o Reno ao Zuidersee e o Mosa ao Reno²⁰.

Esse canal, a que o exército chamou, em honra do seu autor, o *Canal de Parma*, estendia-se num comprimento de catorze mil passos e tinha uma profundidade e largura proporcionais a fim de comportar embarcações de dimensão muito considerável. Ele proporcionou às embarcações de Gent um caminho não apenas seguro mas também notoriamente mais curto para os acampamentos espanhóis, uma vez que estes já não tinham necessidade de seguir as curvas pronunciadas do Escalda, mas entravam directamente no Moer em Gent e daí, por Stecken através do canal e da zona inundada, chegavam a Calloo. Uma vez que na cidade de Gent confluíam os produtos de toda a Flandres, logo esse canal ligou o acampamento espanhol a toda a província, de todos os lugares e confins acorria a abundância, de tal maneira que já não se conheceu qualquer carência em todo o decorrer do cerco. Mas a maior vantagem que o duque tirou dessa obra foi uma reserva suficiente de embarcações planas, o que o tornou capaz de terminar a construção da sua ponte²¹.

Nestas circunstâncias surgira o Inverno que, uma vez que o Escalda ficou coberto de gelo, causou na construção da ponte uma paragem bastante longa. O duque havia encarado com inquietude o aproximar dessa estação, que podia tornar-se altamente ruínosa para a obra que principiara e tanto mais favorável aos inimigos no caso de um sério ataque à mesma. Mas a arte dos seus engenheiros arrebatou-o a um dos perigos e a inconseqüência dos inimigos libertou-o do outro. Embora acontecesse várias vezes que com o subir da maré ficassem presos nas estacas grandes blocos de gelo, que sacudiam a estrutura com força impetuosa, porém esta permaneceu firme e o ataque desse elemento selvagem apenas tornou visível a sua firmeza.

Entretanto, em Antuérpia, perdia-se um tempo precioso com deliberações infrutíferas, descurando-se o bem geral devido à luta dos partidos. O governo desta cidade estava repartido por demasiadas mãos, tendo sido dada à tempestuosa multidão uma participação demasiado grande nele para que se pudesse reflectir com serenidade, optar com argúcia e executar com firmeza. Para além da Câmara em si, na qual o burgomestre tinha apenas um

voto singular, existiam na cidade ainda uma série de corporações às quais estavam submetidos a segurança externa e interna, o abastecimento, a fortificação da cidade, a marinha, o comércio, e que não queriam ser ignoradas em nenhuma negociação importante. Através dessa quantidade de porta-vozes que, com a frequência que achavam conveniente, invadiam as assembleias municipais e sabiam impor o que não conseguiam através da argumentação pela sua gritaria e o seu poderoso número, o povo ganhou uma perigosa influência nas sessões públicas e o natural conflito de interesses tão opostos reteve a execução de todas as medidas benéficas e correctivas. Um regime tão oscilante e débil não podia impor respeito a um obstinado povo de marinheiros e a uma soldadesca que se considerava importante; daí que as ordens emitidas pelo Estado encontrassem apenas um fraco seguimento, tendo-se perdido mais do que uma vez, por meio da negligência, ou mesmo da rebelião declarada das tropas e dos marinheiros, o momento decisivo²².

A reduzida concordância na escolha dos meios com os quais se pretendia resistir ao inimigo não teria sido de longe tão nociva se tivesse existido uma inteira unidade em relação ao próprio objectivo. Mas era precisamente a esse respeito que os cidadãos abastados e a plebe numerosa estavam divididos em dois partidos opostos, tendo os primeiros, não sem razão, tudo a recear do outro extremo e estando assim muito inclinados a entrar em negociações com o duque de Parma. Tais posições não ficaram ocultas por mais tempo a partir do momento em que a fortaleza de Liefkenshoek caiu em mãos inimigas e se principiou então a temer seriamente pela navegação no Escalda. Alguns deles foram-se embora para sempre e abandonaram a cidade, na qual haviam fruído o bem mas com a qual não queriam partilhar o mal, ao seu destino. Entre sessenta e setenta, dos que haviam ficado e pertencendo a essa classe, entregaram ao Conselho uma petição na qual exprimiam o desejo de negociar com o rei. Mas o povo, logo que teve notícia de tal facto, entrou numa movimentação tão encolerizada que mal pôde ser serenado através da detenção dos assinantes e de uma multa pecuniária imposta aos mesmos. Tão-pouco acalmou antes de ter sido proclamado um édito que decretava a pena de morte para cada tentativa secreta ou pública de fazer a paz²³.

O duque de Parma, que recebia de Antuérpia, assim como das restantes cidades do Brabante e da Flandres, informações secretas e era bem servido pelos seus clientes, não deixou escapar nenhuma dessas movimentações,

não perdendo oportunidade de tirar proveito delas. Embora as suas tentativas para atemorizar a cidade tivessem avançado o suficiente, havia contudo ainda muitos passos a dar para se assenhorear da mesma, podendo um só momento destruir a obra de muitos meses. Sem portanto abrandar os seus preparativos bélicos, ele fez ainda uma séria tentativa de se apoderar da cidade a bem. Enviou no final de Novembro desse ano ao Grande Conselho de Antuérpia uma carta, na qual estavam reunidos todos os artificios para levar os cidadãos à entrega da cidade ou para intensificar a divisão entre eles. Considerava-os nessa carta como *aliciados* e lançava toda a culpa da sua secessão e da sua renitência até essa data para o espírito conflituoso do Príncipe de Orange, do qual a justiça do Céu os havia libertado havia pouco tempo²⁴. Agora, dizia ele, estaria em seu poder despertar da sua longa cegueira e regressar à égide de um rei que estaria inclinado à reconciliação. Para tal, continuou, ele teria prazer em oferecer-se como mediador, uma vez que nunca havia deixado de amar um país onde havia nascido e onde havia passado a parte mais feliz da sua juventude. Ele encorajava-os portanto a enviar-lhe representantes com os quais poderia negociar a paz, deixando-os esperar as mais justas condições se se rendessem atempadamente, fazendo-os porém temer as mais duras se deixassem que as coisas chegassem a um extremo.

A essa carta, na qual se tem o prazer de não voltar a encontrar a linguagem que um duque de Alba costumava usar dez anos antes em casos semelhantes, respondeu a cidade num tom decoroso e humilde e, ao mesmo tempo que concedia inteira justiça ao carácter pessoal do duque e mencionava com gratidão a sua atitude benevolente, ela lamentava a dureza das condições presentes, que não lhe permitiam proceder para com ela de acordo com o seu carácter e a sua inclinação. Nas mãos *dele*, declarou, deporia alegremente o seu destino se ele fosse senhor dos seus actos sem limites e não tivesse de servir uma vontade estranha que seria impossível de aprovar pelo seu próprio sentido de justiça. Demasiado conhecida seria a inabalável posição do rei de Espanha e o voto que o mesmo teria feito ao Papa; por esse lado toda a esperança estaria perdida. De forma nobre e calorosa, ele defendia a memória do príncipe de Orange, seu benfeitor e salvador, enumerando as causas verdadeiras que teriam provocado essa triste guerra e a separação das províncias face à Coroa espanhola. Em simultâneo, não deixou passar a oportunidade de dizer que tinha precisamente agora a esperança de encontrar, no rei de França, um novo e mais benevolente

senhor e, já por esse motivo, não poderia entrar em confronto com o monarca espanhol sem se tornar culpado da mais punível leviandade e ingratidão²⁵.

As províncias unidas haviam nomeadamente, desencorajadas por uma série de desastres, tomado por fim a decisão de se colocarem sob a égide da França e, sacrificando a sua independência, de salvarem a sua existência e os seus velhos privilégios. Com essa missão tinha partido uma delegação pouco tempo antes para Paris e era sobretudo a perspectiva desse apoio que reforçava a coragem dos antuerpianos. Henrique III, rei de França, estava pessoalmente inclinado a usar essa oferta em proveito próprio, mas as inquietações que as intrigas dos espanhóis haviam sabido incitar no seu próprio reino obrigaram-no a distanciar-se contra vontade de tal propósito. Os neerlandeses dirigiram-se então com a sua demanda à rainha Isabel de Inglaterra, que lhes prestou realmente um apoio activo, embora demasiado tardio para a salvação de Antuérpia. Enquanto nesta cidade se esperava pelo sucesso dessas negociações e se olhava para longe na busca de uma ajuda exterior, falhou-se no emprego dos meios mais naturais e próximos e perdeu-se o Inverno que o inimigo soube tanto melhor aproveitar²⁶.

É certo que o burgomestre de Antuérpia, St. Aldegonde, não deixou de lançar repetidas exortações para que a frota zelandesa pudesse atacar as obras inimigas enquanto se apoiaria essa expedição a partir de Antuérpia. As noites longas e frequentemente tempestuosas podiam favorecer essas tentativas e, se as forças estacionadas em Lilloo se atrevessem a sair em simultâneo, teria sido impossível ao inimigo opor-se a esse triplo ataque. Mas infelizmente tinham surgido equívocos entre o comandante daquela frota, Wilhelm de Blois de Treslong, e o almirantado da Zelândia, o que foi a causa do atraso no equipamento da frota de forma incompreensível. A fim de acelerar tal processo, Teligny resolveu finalmente ir ele próprio a Middleburg, onde estavam reunidos os estados gerais da Zelândia; mas como o inimigo havia ocupado todas as passagens, essa tentativa custou-lhe a liberdade e com ele a república perdeu o seu mais corajoso defensor. Entretanto, não faltavam navios comerciais que, favorecidos pela noite e com o subir da maré, apesar do fogo inimigo, conseguiam passar a ponte nessa altura ainda aberta, lançando mantimentos para a cidade e regressando com o descer da maré. Mas uma vez que algumas dessas embarcações caíram nas mãos do inimigo, o conselho municipal decretou que de

futuro as naus não deveriam aventurar-se a sair abaixo de um determinado número, o que teve o efeito de tudo ficar por realizar, uma vez que o número exigido nunca podia ser completado. Também ocorreram, a partir de Antuérpia, algumas tentativas, sem inteiro insucesso, de atacar as naus dos espanhóis; algumas das últimas foram tomadas, outras afundadas, e tratava-se apenas de prosseguir com essas tentativas em grande escala. Mas por maior que fosse o zelo posto por St. Aldegonde nessa empresa, não se encontrou nenhum marinheiro que quisesse entrar numa embarcação²⁷.

Entre estas demoras o Inverno passou e, mal se notou que o gelo se perdia, os sitiantes empreenderam seriamente a construção da ponte de embarcações. Entre as duas estacadas faltava ainda preencher um espaço de mais de seiscentos passos, o que foi executado da seguinte maneira. Tomou-se trinta e duas *playten* (embarcações planas), cada uma com sessenta e seis pés de comprimento e vinte de largura, e essas foram ajustadas umas às outras na parte traseira e dianteira com fortes cabos e cadeias de ferro, porém de modo a manterem ainda uma distância entre si de vinte pés e possibilitarem a livre passagem da corrente. Cada *playte* estava ainda, além disso, ligada a duas âncoras por dois cabos, tanto a montante como a jusante da corrente, cabos esses que, na medida em que a água subia ou descia com a maré, podiam ser mais soltos ou apertados. Entre as naus foram colocados grandes mastros que atingiam a distância entre uma e outra e, cobertas com pranchas, formavam uma verdadeira rua e estavam enquadradas com uma bordadura assim como as estacadas. Essa ponte de embarcações, da qual ambas as estacadas eram apenas uma continuação, tinha, juntamente com estas, um comprimento de dois mil e quatrocentos passos. Além disso, esta máquina terrível estava tão artificialmente organizada e tão ricamente dotada com instrumentos de morte que podia, como um ser vivo, defender-se a si própria, cuspir chamas sob comando e lançar a destruição sobre tudo o que dela se aproximava. Para além das duas fortificações de Sta. Maria e S. Filipe, que delimitavam a ponte em ambas as margens, e para além dos dois baluartes de madeira na própria ponte, que estavam plenas de soldados e equipadas com canhões em todas as quatro esquinas, cada uma das trinta e duas embarcações tinha ainda a cobertura de trinta homens armados além de quatro marinheiros, mostrando ao inimigo, quer ele subisse o rio a partir da Zelândia ou o descesse

a partir de Antuérpia, a boca de um canhão. Na totalidade, contavam-se noventa e sete canhões, distribuídos tanto sobre a ponte como por baixo da mesma, e mais de mil e quinhentos homens, que ocupavam em parte os baluartes, em parte as embarcações e que, se fosse necessário, mantinham sobre o inimigo um terrível fogo de mosquetes.

Mas o duque pensava que não seria ainda apenas com isso que a sua obra estaria em segurança face a todas as contingências. Era de esperar que o inimigo não deixasse de modo algum de tentar fazer explodir a parte central e mais fraca da ponte com o poderio das suas máquinas; a fim de prevenir tal coisa, ele colocou ao longo da ponte de embarcações, e a uma certa distância da mesma, uma linha especial de defesa que deveria quebrar o impacto que pudesse ser exercido sobre a própria ponte. Essa obra consistia em trinta e três barcas de tamanho considerável, colocadas transversalmente sobre o rio numa fila e que estavam fixadas de três a três com mastros, de modo a constituírem onze agrupamentos distintos. Cada uma delas apontava na horizontal, igual a um elemento de lanceiros, catorze longas hastes de madeira que tinham uma ponta de ferro voltada para o inimigo que se aproximasse. Essas barcas estavam cheias apenas com lastro e cada uma delas fixada a uma âncora por um cabo duplo mas pouco apertado, a fim de ceder à subida da corrente; daí que estivessem também em permanente movimento e recebessem por isso o nome de *nadadores*. Toda a ponte de embarcações, e ainda uma parte das estacadas, estavam cobertas por esses nadadores, colocados tanto a montante como a jusante da ponte. A todas estas medidas de defesa juntava-se ainda um número de quarenta navios de guerra, que estavam atracados nas margens e serviam de cobertura a toda a obra²⁸.

Essa admirável obra ficou pronta em Março do ano de 1585, no sétimo mês do cerco e o dia em que ficou concluída foi uma festa de júbilo para as tropas. Um tiroteio de alegria selvagem anunciou o grande acontecimento à cidade sitiada e o exército, como se quisesse assegurar-se bem, através dos sentidos, do seu triunfo, espalhou-se ao longo de toda a estrutura para ver a altiva torrente, à qual se havia imposto esse jugo, correr sob os seus pés de forma pacífica e obediente. Todos os infinitos esforços experimentados foram esquecidos nesse momento e ninguém que tivesse de algum modo contribuído para essa tarefa se mostrou desprezível e mesquinho a ponto de se apropriar de uma parte das honrarias atribuíveis ao grandioso autor.

Nada porém se equipara ao choque que se apoderou dos cidadãos de Antuérpia quando lhes foi trazida a notícia de que o Escalda estava agora realmente fechado e que todos os fornecimentos a partir da Zelândia estavam cortados. E para aumentar o seu pavor, tiveram de receber ao mesmo tempo a notícia da perda da cidade de Bruxelas, que finalmente fora compelida a render-se pela fome. Uma tentativa que o conde de Hohenlohe arriscara, precisamente nesses dias, para atacar Hertogenbosch, ou para tirar ao inimigo essa cidade ou para distrair a sua atenção, havia igualmente fracassado, e assim perdeu a sitiada Antuérpia ao mesmo tempo toda a esperança de um abastecimento por mar e por terra²⁹.

Através de alguns fugitivos, que se precipitaram para a cidade passando a vigilância espanhola, foram espalhadas essas malogradas notícias e um emissário, que o burgomestre havia enviado em reconhecimento das obras inimigas, aumentou ainda mais com as suas declarações a consternação geral. Ele havia sido descoberto e levado à presença do duque de Parma, que dera ordem para o levar a toda a parte e visitar sobretudo a construção da ponte, observando-a com todo o rigor. Depois de tal ter acontecido e quando ele foi levado de novo à presença do general, ele enviou-o de volta com as seguintes palavras: “Vai”, exclamou, “e reporta àqueles que te enviaram o que viste. Anuncia-lhes porém que é minha firme resolução sepultar-me debaixo dos escombros dessa ponte ou por essa ponte entrar na vossa cidade.”³⁰

Mas a certeza do perigo avivou também uma vez por todas o zelo dos aliados e não foi devido à falta dos seus esforços que a primeira parte daquele juramento não se consumou. Havia já muito tempo que o duque observava com inquietação as movimentações que ocorriam na Zelândia a fim de libertar a cidade. Não lhe fora ocultado o facto de ele ter de temer daí o mais perigoso golpe e de não poder fazer muito, com todas as suas obras, contra o poder unido das frotas zelandesa e antuerpiana, se investissem ao mesmo tempo e no momento exacto contra ele. Durante algum tempo, as demoras do almirante zelandês, que ele se esforçara por entreter de todas as formas, haviam-lhe trazido alguma segurança; mas agora, a necessidade urgente acelerava de repente o processo de armamento e, sem esperar mais tempo pelo almirante, os Estados de Middelburg enviaram o conde Justino de Nassau com tantas embarcações quantas podiam conseguir, em ajuda dos sitiados. Essa frota colocou-se diante da fortificação de Liefkenshoek que o inimigo

tinha em seu poder e fez fogo sobre a mesma, apoiada por algumas embarcações da fortaleza de Lilloo em frente, com tanto sucesso que as muralhas foram destruídas em pouco tempo e tomadas com mão tempestuosa. Os valões que a ocupavam não mostraram a firmeza que se esperava de soldados do duque de Parma; entregaram a fortaleza de forma vergonhosa ao inimigo, que se apoderou em pouco tempo da ilha de Doel com todas as barricadas nela existentes. A perda dessas praças, que porém foram reconquistadas pouco depois, perturbou tanto o duque de Parma que fez com que ele fizesse comparecer os comandantes perante um tribunal marcial e mandasse decapitar o mais culpado de entre eles. Entretanto, essa importante conquista abriu caminho aos zelandeses até à ponte e tinha chegado então a ocasião de, após acordo estabelecido com os antuerpianos, executar um golpe decisivo contra aquela obra. Acordou-se em que, enquanto a partir de Antuérpia se faria explodir a ponte de embarcações por meio de maquinaria já pronta a intervir, a frota zelandesa deveria estar nas proximidades com uma reserva suficiente de mantimentos para avançar imediatamente pela abertura assim feita em direcção à cidade³¹.

Porque antes que o duque de Parma tivesse pronta a sua ponte, já dentro das muralhas de Antuérpia um engenheiro trabalhava na sua destruição. Frederico Gianibelli era o nome deste homem que o destino havia determinado para se tornar no Arquimedes dessa cidade, desbaratando igual habilidade com igual insucesso na sua defesa³². Era oriundo de Mântua e havia-se feito ver anteriormente em Madrid a fim de, segundo afirmavam alguns, oferecer ao rei Filipe os seus serviços na guerra neerlandesa. Mas cansado da longa espera, o artista ofendido abandonou a Corte com a intenção de dar conhecimento ao monarca de Espanha, de modo a fazê-lo sentir o mesmo, de um mérito que ele teria sabido apreciar tão pouco. Procurou os serviços da rainha Isabel de Inglaterra, inimiga declarada de Espanha, que o enviou, após haver visto algumas demonstrações da sua arte, para Antuérpia. Instalou-se nesta cidade e dedicou-se à mesma na extrema situação presente com toda a sua ciência e o mais fogoso zelo³³.

Assim que este artista teve a notícia de que a construção da ponte era algo levado a sério e a obra se aproximava da sua conclusão, solicitou à magistratura três grandes naves de cento e cinquenta a quinhentas toneladas, nas quais pensava colocar minas. Para além destas, exigiu ainda sessenta *playten*

que, amarradas umas às outras com cabos e cadeias e dotadas de ganchos de magnífica qualidade, deveriam ser postos em acção com o baixar da maré e, a fim de consumir o efeito das naves minadas, deveriam atacar a ponte numa disposição cuneiforme. Mas ele havia dirigido, na sua petição, a pessoas inteiramente incapazes de ter uma ideia fora do comum e que, mesmo numa situação em que se tratava da salvação da pátria, não podiam negar o seu sentido mesquinho. A sua proposta foi achada demasiado dispendiosa e só com esforço ele conseguiu que fossem consentidas duas naves mais pequenas de sessenta a oitenta toneladas, para além de um certo número de *playten*.

Com esses dois navios, aos quais chamou *A Fortuna* a um e ao outro *A Esperança*, ele procedeu do seguinte modo. Mandou construir no solo dos mesmos uma caixa oca de pedra de cantaria com cinco pés de largura, quatro e meio de altura e quarenta de comprimento. Essa caixa foi cheia com trinta quintais³⁴ da mais fina pólvora e cobriu a mesma com grandes lajes de campas e mós, tão pesadas quanto a embarcação as podia comportar. Por cima, ele instalou ainda um telheiro de pedras semelhantes, de forma pontiaguda e excedendo o limite da embarcação numa altura de seis pés. O próprio telheiro foi entulhado com cadeias de ferro e ganchos, com esferas de metal e mármore, com pregos, facas e outros instrumentos de destruição; também o espaço restante do navio, que não era tomado pela caixa, foi cheio com pedras e o todo coberto de tábuas. Na própria caixa estavam várias pequenas aberturas para os rastilhos que deveriam acender a mina. Em suplemento estava ali instalado um mecanismo que podia, após decorrido um certo tempo, deitar faíscas e, se os rastilhos também falhassem, incendiar o navio. Para fazer o inimigo crer que se tinha com essas máquinas a simples intenção de incendiar a ponte, foi colocado no topo das mesmas um fogo de artifício de enxofre e breu, que podia ficar a arder durante uma hora inteira. Sim, e para desviar ainda mais a atenção do mesmo face ao ponto onde residia o verdadeiro perigo, ele equipou ainda trinta e duas *schuyten* (pequenas embarcações planas), nas quais ardiavam apenas fogos de artifício e que não tinham qualquer outra finalidade senão encenar uma farsa perante o inimigo. Essas naves em fogo deveriam descer a corrente em direcção à ponte em quatro turnos diferentes, de meia em meia hora, e deixar os inimigos de respiração suspensa durante duas horas sem interrupção, de tal maneira que estes por

fim, esgotados de disparar e cansados de esperar em vão, abrandavam a sua atenção quando viessem os verdadeiros vulcões. À frente, ele fez além disso avançar ainda algumas embarcações, nas quais havia pólvora escondida, para fazer explodir o dispositivo corrente diante da ponte e abrir caminho às embarcações principais. Ao mesmo tempo, ele esperava dar que fazer ao inimigo por meio desse tiroteio prévio, atraindo-o e expondo-o a todo o efeito mortífero do vulcão³⁵.

A noite entre 4 e 5 de Abril estava destinada à execução dessa grande empresa. Um obscuro rumor acerca dela havia-se também espalhado já no lado espanhol, sobretudo por terem sido descobertos vários mergulhadores a partir de Antuérpia, que haviam querido romper os cabos que ligavam as embarcações com as âncoras. Esperava-se por isso um sério ataque; houve apenas um equívoco quanto à verdadeira natureza do mesmo e contava-se lutar mais com homens do que com elementos. O duque mandou, para esse fim, duplicar o número de vigias ao longo de toda a margem e colocou a melhor parte das suas tropas nas proximidades da ponte, onde ele próprio estava presente; tanto mais próximo do perigo quanto mais criteriosamente procurava escapar ao mesmo. Logo que escureceu, foram vistas a partir da cidade três embarcações em fogo, depois outras três ainda e logo a seguir outras tantas. No acampamento espanhol clama-se às armas e todo o comprimento da ponte enche-se de homens armados. Entretanto, os navios em fogo multiplicaram-se e desceram a corrente numa certa ordem, em parte aos pares, em parte três a três, uma vez que de início ainda eram dirigidos por marinheiros. O almirante da frota antuerpiana, Jacob Jacobson, havia feito, não se sabia se por desleixo se intencionalmente, com que os quatro grupos de embarcações se seguissem uns aos outros com demasiada rapidez e que os dois navios minados também se lhes seguissem demasiado depressa, o que perturbou toda a ordem.

Entretanto o cortejo de embarcações aproximava-se cada vez mais e a escuridão da noite intensificou ainda mais o extraordinário panorama. Até onde o olhar pudesse seguir a corrente, tudo era fogo, e os navios de fogo lançavam chamas tão intensas como se estivessem eles próprios incendiados. A superfície das águas brilhava ao longe; os diques e baluartes ao longo da margem, os estandartes, as armas e as armaduras dos soldados, em parada tanto aqui como na ponte, brilhavam em reflexo. Com um sentimento misto de terror e prazer,

o soldado observava o raro espectáculo, que se assemelhava mais a uma festa do que a um aparato inimigo, mas que precisamente devido a esse estranho contraste entre a aparência externa e a determinação interna enchia os ânimos de magnífico pavor. Quando essa frota em fogo se havia aproximado da ponte a cerca de dois mil passos, os seus guias acenderam os rasilhos, impeliram os dois navios minados para o verdadeiro centro da corrente e abandonaram os outros ao jogo das vagas enquanto eles próprios se afastavam apressadamente em barcas já preparadas³⁶.

Gerou-se então confusão na marcha e as embarcações sem condutor chegaram de forma isolada e dispersa junto das instalações flutuantes, onde ficaram bloqueadas ou chocaram de lado contra a margem. Os barcos dianteiros carregados de pólvora, que estavam destinados a incendiar a estrutura flutuante, foram lançados pela violência de um vento tempestuoso, que se levantou nesse momento, para a margem flamenga; até um dos dois *incendiários*, que se chamava *Fortuna*, foi parar ao fundo durante o trajecto ainda antes de atingir a ponte e matou, ao explodir, bastantes soldados espanhóis que trabalhavam numa fortificação próxima. Pouco faltou para que o outro navio incendiário, chamado *Esperança*, tivesse um destino semelhante. A corrente atirou-o para a estrutura flutuante no lado flamengo, onde ficou preso; e se se tivesse incendiado nesse momento, a melhor parte da sua eficácia ter-se-ia perdido. Iludidos pelas chamas que essa máquina emitia como as restantes embarcações, os homens tomaram-na por um vulgar navio incendiário destinado a deitar fogo à ponte. E uma vez que se havia visto que os navios incendiários se apagavam, um após outro, sem surtir efeitos especiais, o receio perdeu-se por fim e principiou-se a escarnecer das empresas do inimigo que se haviam anunciado de modo tão ostensivo e que tinham agora um fim tão ridículo. Alguns de entre os mais ousados atiraram-se mesmo para a torrente para ver de perto o navio incendiário e extingui-lo, quando o mesmo se libertou devido ao seu peso, fazendo explodir a estrutura flutuante que o havia detido e se dirigiu, com uma violência que tudo fazia temer, para a ponte de embarcações. De repente, tudo entra em movimento e o duque clama aos marinheiros que detenham a máquina com varas e apaguem as chamas antes que elas ataquem a estacaria.

Nesse momento crítico, ele encontrava-se no limite extremo da estacaria esquerda, onde a mesma formava um bastião na água e dava acesso à ponte

de embarcações. A seu lado estavam o magarefe de Richebourg, general de cavalaria e governador da província de Artois, que havia outrora servido os Estados mas que se havia tornado, de defensor da república, no seu maior inimigo, o barão de Billy, governador da Frísia e chefe dos regimentos alemães, os generais Gaetano e Guasto, para além de alguns dos mais distintos oficiais; todos esquecendo o seu risco particular e ocupados com o afastamento do infortúnio geral. Foi então que se aproximou do duque de Parma um alferes espanhol e exortou-o a afastar-se de um lugar onde a sua vida corria momentaneamente perigo. Repetiu esse pedido ainda com maior premissa quando o duque não lhe quis dar atenção e acabou por implorar-lhe aos pés que ouvisse nessa única situação o conselho do seu servidor. Ao dizer isto agarrou o duque pelo manto, como se quisesse por força levá-lo para longe desse lugar e este, mais surpreendido pela ousadia desse homem do que convencido pelas suas razões, retirou-se por fim para a margem, acompanhado por Gaetano e Guasto. Mal tinha tido tempo de atingir o forte de Santa Maria no extremo da ponte, ocorreu por detrás dele um estrondo, como se a terra rebentasse e a abóbada celeste desabasse. Como morto, o duque caiu, com ele todo o exército, e foram precisos alguns minutos para que as pessoas voltassem a ter consciência do que se passava.

Mas que panorama, no momento em que as pessoas voltaram a si! Com o golpe desfechado pelo vulcão em chamas, o Escalda havia sido cindido até às suas mais baixas profundezas e arrebatado com uma maré tão alta como uma muralha por cima do dique que a cercava, de tal modo que todas as fortificações na margem estavam inundadas de água em vários pés. Num círculo de três milhas, a terra estremecia. Quase toda a estrutura esquerda, que o navio incendiário havia abalroado, havia-se desfeito na explosão juntamente com uma parte da ponte de embarcações, estilhaçada e atirada para o ar com tudo o que ali se encontrava, com todos os mastros, canhões e homens. Mesmo as enormes massas de pedra que cobriam a mina tinham sido atiradas pela violência do vulcão para os campos vizinhos, de tal modo que algumas delas foram mais tarde retiradas do solo a uma distância de mil passos da ponte. Seis embarcações estavam queimadas, algumas haviam sido despedaçadas. Mas mais terrível do que tudo isso foi a derrota que o instrumento assassino infligiu aos homens. Quinhentos, mesmo oitocentos homens de acordo com outros relatos, foram vítimas da sua ira, não contando sequer

com aqueles que escaparam com os membros dilacerados ou danificados de algum modo; e as mais diversas formas de morrer associaram-se nesse pavoroso momento. Alguns foram queimados pela chama do vulcão, outros pela água do rio a ferver; outros sufocados pelo veneno do vapor sulfuroso; uns ficaram sepultados nas vagas, outros na chuva de pedras atiradas; muitos desfeitos pelas facas e ganchos ou pelas balas que saltaram do ventre da máquina. Alguns que foram encontrados inanimados sem qualquer ferimento visível devem ter sido mortos já pela mera deslocação do ar. O panorama que se apresentava imediatamente após a explosão da mina era tremendo. Alguns estavam presos entre as estacas da ponte, outros tentavam sair de baixo das massas de pedra, outros ainda tinham ficado pendurados nas cordas das embarcações; de todos os recantos erguia-se uma lancinante gritaria pedindo ajuda, ao que apenas era respondido, uma vez que cada um tinha de cuidar de si, apenas com um murmúrio impotente.

Muitos dos sobreviventes viram-se salvos por um destino milagroso. Um oficial de nome Tucci foi erguido no ar pelo remoinho de vento, que o reteve por um tempo pairando nas alturas e o fez descer suavemente até à corrente, onde ele se salvou a nado. Outro foi arrebatado pela violência da explosão na margem flamenga e deposto na margem brabantina, onde voltou a erguer-se com uma leve contusão no ombro e teve nessa rápida viagem aérea, como depois declarou, a sensação de haver sido disparado de um canhão. O próprio duque de Parma nunca tinha estado tão próximo da morte como nesse momento, pois só a diferença de meio minuto decidiu sobre a sua vida. Mal tinha posto os pés no forte de Santa Maria, ele foi levado pelos ares como por uma tempestade e uma viga que o atingiu na cabeça e no ombro deitou-o inconsciente por terra. Durante algum tempo pensou-se que estava realmente morto, uma vez que muitos se recordavam de havê-lo visto na ponte poucos minutos antes do golpe mortal. Por fim encontraram-no de mão na espada, erguendo-se entre os seus acompanhantes Gaetano e Gusto; notícia essa que revitalizou todo o exército. Mas em vão se tentaria descrever o seu estado de ânimo quando ele passou os olhos pela devastação que um só instante havia provocado na obra de tantos meses. Dilacerada estava a ponte sobre a qual assentava toda a sua esperança, esgotada uma grande parte do seu exército, outra parte mutilada e inutilizada por muitos dias, mortos alguns dos seus melhores oficiais; e como se não bastasse essa

desgraça pública, ele teve ainda de ouvir a dolorosa notícia de que o magarefe de Richebourg, a quem ele atribuía um valor privilegiado por entre todos os seus oficiais, não se encontrava em parte alguma. E contudo o pior ainda estava para vir, pois a cada momento eram esperadas as frotas inimigas de Antuérpia e Lilloo, que nessa terrível situação em que o exército se encontrava não encontrariam qualquer resistência. A ponte havia sido desfeita pela explosão e nada impedia os navios zelandeses de passar com as velas enfunadas; a confusão das tropas era tão grande e geral que teria sido impossível emitir e seguir ordens, uma vez que faltavam a muitas corporações os seus comandantes, que a muitos comandantes faltavam as suas corporações e mesmo a posição onde tinham estado mal podia ser reconhecida na ruína geral. A isso juntava-se o facto de todas as trincheiras da margem estarem debaixo de água, de vários canhões terem sido afundados, os rastilhos estarem húmidos e as reservas de pólvora destruídas pela água. Que momento seria esse para o inimigo se este tivesse sabido usá-lo!³⁷

Mal se acreditará no historiador quando este disser que este sucesso, que ultrapassou todas as expectativas, se perdeu para Antuérpia apenas pelo facto de – nada se ter sabido acerca disso. É certo que St. Aldegonde enviou, logo que o estrondo do vulcão foi ouvido na cidade, várias galeras em direcção à ponte, com a ordem de mandar para o ar bolas de fogo e flechas incendiadas logo que tivessem passado com sucesso, seguindo depois directamente com essa notícia para Lilloo, a fim de pôr a frota zelandesa em movimento sem mais demoras. Em simultâneo, o almirante de Antuérpia teve ordens para zarpar imediatamente após dado aquele sinal e atacar o inimigo na confusão do primeiro momento. Mas embora tivesse sido prometida uma considerável recompensa aos marinheiros enviados em missão de reconhecimento, eles não ousaram aproximar-se do inimigo, regressando sem terem cumprido a missão com a notícia de que a ponte de embarcações estava intacta e o navio incendiário teria ficado sem efeito. Tão-pouco nos dias seguintes foram feitos melhores esforços para se tomar conhecimento do verdadeiro estado da ponte; e uma vez que não se viu a frota junto a Lilloo, mau grado o vento de feição, fazer qualquer movimento, viu-se reforçada a hipótese de que os navios incendiários nada haviam provocado. Não ocorreu a ninguém que precisamente essa inactividade dos aliados, que induziu os antuerpianos em erro, poderia também reter os zelandeses

junto a Lilloo, o que na realidade veio a acontecer. Tão monstruosa inconsequência só podia ser culpa de um governo que sem qualquer prestígio e qualquer autonomia vai pedir conselho à multidão, sobre a qual deveria exercer soberania. Quanto mais inactivo era entretanto o comportamento face ao inimigo, tanto mais violenta era a forma como a ira era descarregada em Gianbelli, que a multidão raivosa queria desfazer em pedaços. Durante dois dias, este artista pairou no mais evidente risco de vida até que na manhã do terceiro dia um emissário vindo de Lilloo, que havia passado a nado por debaixo da ponte, fez um relato correcto da real destruição da ponte, mas ao mesmo tempo também da reconstrução integral da mesma³⁸.

Essa rápida reparação da ponte foi uma obra verdadeiramente milagrosa do duque de Parma. Mal se havia recomposto do golpe que parecia derrubar todos os seus planos, ele soube prevenir todos os efeitos ruins do mesmo com uma admirável presença de espírito. O facto de a frota inimiga não ter aparecido nesse momento decisivo revitalizou a sua esperança. O estado ruim da sua ponte parecia ainda ser um segredo para o inimigo e, embora não fosse possível reconstituir em poucas horas a obra de muitos meses, muito estava já ganho se se soubesse manter a aparência de tal coisa. Todos tiveram pois que deitar mãos à obra para remover as ruínas, reerguer as vigas derrubadas, substituir as destruídas, preencher as lacunas com embarcações. O próprio duque não se furtou ao trabalho e o seu exemplo foi seguido por todos os oficiais. O homem comum, atizado por essa popularidade, fez o seu melhor; durante toda a noite o trabalho foi continuado sob o barulho constante das trompetas e tambores dispersos ao longo de toda a ponte para se sobreporem ao ruído dos operários. Com o alvorecer do dia já se viam poucos vestígios da devastação da noite, embora a ponte só estivesse reconstituída na aparência, tal panorama iludiu os emissários e o ataque não ocorreu. Entretanto, o duque ganhava tempo para empreender os melhoramentos de forma completa, fazendo mesmo algumas alterações essenciais na estrutura da ponte. A fim de a proteger de futuros desastres semelhantes, uma parte da ponte de embarcações foi tornada móvel, de modo a retirar a mesma em caso de emergência para abrir passagem aos navios incendiários. A perda sofrida no seu exército foi substituída pelo duque por guarnições dos acampamentos vizinhos e por um regimento alemão que lhe foi atribuído no momento certo, proveniente de Geldern. Ocupou os postos dos oficiais

que haviam ficado, não esquecendo o alferes espanhol que lhe havia salvo a vida³⁹.

Os antuerpianos, após haverem tido conhecimento do sucesso do seu navio minado, prestaram homenagem ao inventor do mesmo com a mesma paixão com que o haviam pouco antes maltratado e exortaram o seu génio a fazer novas tentativas. Gianibelli recebeu realmente um número de *playten* como havia exigido de início, embora em vão, equipando-os de tal maneira que chocaram com irresistível violência contra a ponte e a fizeram realmente explodir pela segunda vez. Mas agora o vento estava adverso para a frota zelandesa, de modo que esta não pôde zarpar, e assim o duque teve pela segunda vez o tempo necessário para reparar os danos. O Arquimedes de Antuérpia não se deixou desorientar de forma alguma por todos estes desaires. Equipou novamente duas grandes embarcações dotadas de ganchos de ferro e instrumentos semelhantes a fim de atravessar a ponte pela violência. Mas quando chegou a altura de as fazer zarpar, não se encontrou ninguém que quisesse entrar nelas. O artista teve então de pensar em fazer com que as suas máquinas tomassem por si próprias uma direcção de modo a manterem-se, mesmo sem comandante, no meio do rio e não, como os precedentes, serem arrastados para a margem pelo vento. Um dos seus operários, um alemão, teve aqui uma curiosa ideia, de acordo com Strada⁴⁰. Instalou uma vela *por baixo* do navio, que podia ser enfunada pela água como as velas comuns pelo vento, podendo dessa maneira propulsionar o navio com toda a força da corrente. O sucesso ensinou também que ele havia calculado correctamente, pois esse navio com velas invertidas não se limitou a seguir rigorosamente o verdadeiro centro da corrente mas correu também com tal impacto contra a ponte que não deixou tempo ao inimigo para abri-la fazendo-a explodir. Mas todos estes sucessos não ajudaram em nada a cidade, uma vez que foram empreendidos aleatoriamente sem serem apoiados por um poder competente. Um novo navio minado, que Gianibelli reparou segundo o modelo do primeiro, que tão bem havia operado, enchendo-o com quatro mil libras de pólvora, não chegou a ter qualquer utilização, uma vez que os antuerpianos tiveram a ideia de procurar a sua salvação por outra via⁴¹.

Desencorajados por tantas tentativas fracassadas para restabelecer pela força a livre circulação de embarcações no rio, pensou-se finalmente em dispensar totalmente o rio. Foi lembrado o exemplo da cidade de Leiden que,

cercada dez anos antes pelos espanhóis, havia encontrado a salvação numa inundação dos campos oportunamente provocada, sendo decidido imitar esse exemplo. Entre Lilloo e Stabroek, na região de Bergen, estende-se uma grande planície com algum declive até Antuérpia, protegida apenas por numerosos diques e contra-diques contra a penetração pelas águas do Escalda oriental. Não custava mais nada do que limar esses diques de modo a tornar toda essa planície num mar que pudesse, com embarcações planas, ser navegável até quase às muralhas de Antuérpia. Se tal tentativa resultasse, o duque de Parma poderia vigiar o Escalda com a sua ponte de embarcações; teria sido criada a partir do nada uma nova corrente que prestaria em caso de necessidade os mesmos serviços. Fora precisamente isso que também o Príncipe de Orange aconselhara que fosse feito e que St. Aldegonde tentara seriamente promover, mas sem sucesso, uma vez que alguns cidadãos não tinham podido ser convencidos a sacrificar o seu campo. Recorria-se agora a esse derradeiro meio de salvação, mas as circunstâncias haviam-se alterado muito entretanto.

Essa planície é cindida por um dique largo e alto, que tem o nome do vizinho castelo de Cowenstein e se estende desde a aldeia de Stabroek em Bergen, ao longo de três milhas, até ao Escalda, a cujo grande dique se vai juntar perto de Ordam. Para além deste dique nenhum navio podia passar, por mais alta que estivesse a maré, e foi em vão que o mar foi canalizado para os campos enquanto tal dique estivesse a barrar o caminho e impedisse as embarcações zelandesas de passar para a planície junto de Antuérpia. O destino da cidade residia portanto na possibilidade de limar ou perfurar esse dique de Cowenstein; mas precisamente porque previa tal coisa, o duque de Parma havia tomado posse do mesmo no início do bloqueio e não poupava esforços para defender o mesmo até ao limite. Perto da aldeia de Stabroek estava acampado o conde de Mansfeld com a maior parte do exército e mantinha, precisamente através deste dique de Cowenstein, a comunicação com a ponte, o quartel general e os depósitos espanhóis em Calloo. Deste modo, o exército perfazia, desde Stabroek no Brabante até Bevern na Flandres, uma linha coesa que, embora fosse cortada pelo Escalda, não era por este interrompida e não podia ser dilacerada sem que houvesse uma batalha sangrenta. No próprio dique estavam, numa distância conveniente umas das outras, cinco baterias distintas e os mais valorosos oficiais do exército tinham o comando

das mesmas. Mais ainda, uma vez que o duque de Parma não podia duvidar que todo o impacto da guerra se transferiria para aqui, ele transferiu para o conde de Mansfeld a vigilância da ponte e decidiu defender em pessoa esse importante posto. Portanto via-se agora uma guerra inteiramente nova e num cenário inteiramente diferente⁴².

Os neerlandeses haviam perfurado o dique em vários sítios, a montante e a jusante de Lilloo, dique esse que segue a margem brabantina e, onde pouco tempo antes se evidenciavam superfícies verdes, surgia agora um novo elemento, vendo-se a agitação de embarcações e o surgimento de mastros. Uma frota zelandesa, comandada pelo conde de Hohenlohe, rumou aos campos inundados e fez repetidas investidas contra o dique de Cowenstein, sem contudo o atacar seriamente; enquanto isso, outra frota mostrava-se no Escalda, ameaçando ora aquela margem com uma atracagem, ora a ponte de embarcações com um ataque. Durante vários dias prolongou-se esse jogo com o inimigo que, sem certeza acerca do lugar onde esperar o ataque, deveria ficar esgotado através de uma permanente vigilância e adquirir uma certeza gradual através de um receio tantas vezes ilusório. Os antuerpianos haviam prometido ao conde de Hohenlohe dar apoio ao ataque no dique com uma flotilha; três sinais de fogo a partir da torre principal deveriam ser o sinal de que esta se encontraria a caminho. Quando numa noite escura as salvas de fogo esperadas chegaram realmente a Antuérpia, o conde de Hohenlohe mandou imediatamente quinhentos soldados das suas tropas treparem pelo dique entre duas fortificações inimigas, em parte caindo sobre os vigias espanhóis que dormiam, em parte matando-os quando resistiam. Em pouco tempo eles haviam-se instalado solidamente no dique e já estavam em vias de fazer avançar o resto da tropa, em número de dois mil, quando os espanhóis nas fortificações mais próximas se puseram em movimento e, favorecidos pela estreiteza do terreno, fizeram um ataque desesperado ao inimigo acochado. E uma vez que a artilharia principiou de imediato a disparar das baterias mais próximas para a frota que se aproximava, tornando impossível que as restantes tropas atracassem, e não se via qualquer apoio vindo da cidade, os zelandeses foram dominados após um curto combate e expulsos de novo do dique já conquistado. Os espanhóis vitoriosos perseguiram-nos pelas águas fora até às embarcações, afundando várias entre estas e obrigando as outras a retirarem-se com grandes perdas.

O conde de Hohenlohe atribuiu as culpas desta derrota aos habitantes de Antuérpia, que o haviam enganado através de um falso sinal, e certamente foi apenas devido à má coordenação das operações de ambos os lados que essa tentativa não teve um melhor fim⁴³.

Por fim foi decidido fazer um ataque planeado ao inimigo com forças conjuntas e terminar o cerco por meio de um assalto principal tanto ao dique como à ponte. O dia dezasseis de Maio de 1585 estava determinado para executar tal ataque e ambas as partes empenharam-se em extremo para tornar decisivo esse dia. Os holandeses e zelandeses reuniram, juntamente com os antuerpianos, mais de duzentas embarcações, tendo desprovido as cidades e cidadelas para equipar aquelas com tripulações, e com esse aparato eles pretendiam assaltar o dique de Cowenstein por dois lados. Ao mesmo tempo, a ponte no Escalda deveria ser atacada por novas máquinas da invenção de Gianibelli e com isso pretendia-se que o duque de Parma fosse impedido de deixar a ponte destituída de protecção⁴⁴.

Alexandre, informado do perigo que o ameaçava, não poupou pela sua parte meios para lhe fazer face com determinação. Logo após a conquista do dique, ele havia mandado construir ali redutos e entregue o comando dos mesmos aos mais experientes oficiais do exército. O primeiro deles, que se chamava reduto da Cruz, foi erguido no lugar onde o dique de Cowenstein se incrusta na grande muralha do Escalda, formando com ela a figura de uma cruz; neste foi colocado o espanhol Mondragon como comandante. Mil passos à distância do mesmo, perto do castelo de Cowenstein, foi construído o reduto de S. Tiago, que foi entregue ao comando de Camillo de Monte. A estas seguia-se, a igual distância, o reduto de S. Jorge, e a mil passos deste o reduto de estacas sob o comando de Gamboa, tendo esse nome a partir da estacaria na qual assentava. No extremo do dique, perto de Starbroeken, estava um quinto bastião, comandado pelo conde de Mansfeld e pelo italiano Capizucchi. Todos estes fortes foram agora mandados pelo duque equipar com artilharia fresca e guarnições e, para além disso, o duque mandou colocar estacas em ambos os lados do dique e em todo o seu comprimento, para tornar mais difícil a tarefa dos que o iriam perfurar, tanto à roda da muralha como aos que cavassem os redutos⁴⁵.

Na madrugada do dia dezasseis de Maio, a potência inimiga pôs-se em movimento. Logo ao romper da aurora vieram de Lilloo, atravessando as

terras inundadas, quatro embarcações a arder, o que fez com que as sentinelas espanholas colocadas no dique, lembrando-se daqueles terríveis vulcões, ficassem tão apavoradas que foram refugiar-se rapidamente nos redutos mais próximos. Precisamente isso era o que o inimigo havia pretendido. Nessas embarcações, que apenas tinham a aparência de incendiárias mas não o eram na realidade, estavam escondidos soldados que saltaram de súbito para terra e escalaram com sucesso o dique na zona que se encontrava sem defesa, entre o reduto de S. Jorge e o reduto de estacas. Logo a seguir surgiu toda a frota zelandesa com numerosos navios de guerra, navios de abastecimento e uma quantidade de embarcações mais pequenas que estavam carregadas com grandes sacos de terra, lã, faxinas, cestos e coisas semelhantes a fim de, onde fosse necessário, instalar postos de defesa. Os navios de guerra estavam equipados com uma forte artilharia e uma equipa numerosa e valente, acompanhada por todo um exército de escavadores, a fim de cavar ao longo de todo o dique logo que se estivesse na posse dele⁴⁶.

Mal os zelandeses haviam principiado a escalar o dique por um lado, a frota de Antuérpia avançou a partir de Oosterweel e assaltou-o pelo outro. Rapidamente foi instalado um parapeito elevado entre os dois redutos inimigos, a fim de cortar o contacto entre os inimigos e cobrir os escavadores. Estes, em número de várias centenas, fizeram-se ao dique com as suas pás por ambos os lados e remexeram nele com tanto zelo que se tinha esperança de ver a breve trecho ambos os mares ligados entre si. Mas entretanto também os espanhóis haviam tido tempo de acorrer a partir dos dois redutos mais próximos e proceder a um corajoso ataque, enquanto a artilharia do reduto de S. Jorge fazia fogo ininterruptamente sobre a frota inimiga. Uma terrível batalha desencadeou-se agora na zona em que se perfurara o dique e erguido os parapeitos. Os zelandeses haviam colocado um espesso cordão à volta dos escavadores, a fim de que o inimigo não perturbasse o seu trabalho, e foi nesse barulho de guerra, no meio de uma chuva de balas inimigas, muitas vezes com a água até ao peito, entre mortos e moribundos, que os escavadores prosseguiram com o seu trabalho, sob as insistências permanentes dos comerciantes que esperavam com impaciência para verem a abertura do dique e as suas embarcações em segurança. A importância do sucesso, que de certo modo dependia das suas pás, parecia animar mesmo esses assalariados com uma coragem heróica. Concentrados unicamente no

labor das suas mãos, eles não viam nem ouviam a morte que os cercava e, mal caíam os que estavam nas filas dianteiras, avançavam os que estavam atrás. As estacas dificultavam-lhes o trabalho, mas ainda mais os ataques dos espanhóis, que conseguiam irromper com desesperada coragem pelas massas inimigas, atravessando com as suas armas os escavadores nos seus buracos e voltando a colmatar com os corpos mortos as brechas que os vivos haviam escavado. Finalmente porém, quando a maior parte dos oficiais estavam mortos ou feridos, o número de inimigos aumentava sem cessar e surgiam sempre novos escavadores no lugar dos que haviam ficado, faltou o ânimo a essas valentes tropas e elas acharam aconselhável recolher aos seus redutos. Agora, os zelandeses e antuerpianos viram-se donos de toda a parte do dique que se estendia do forte de S. Jorge até ao reduto de estacas. Mas como achavam que levava demasiado tempo esperar pela total ruptura do dique, eles descarregaram com rapidez um navio de carga zelandês e transferiram essa carga por cima do dique para um navio antuerpiano, que o conde Hohenlohe conduziu em triunfo para Antuérpia. Essa visão encheu de súbito a cidade receosa das mais alegres esperanças e, como se a vitória já tivesse sido conquistada, as pessoas entregaram-se a uma alegria ruidosa. Foram repicados todos os sinos, disparados todos os canhões, e os habitantes fora de si acorreram impacientes à porta de Oostweel para acolherem os navios de abastecimento que se supunha que viriam a caminho⁴⁷.

Na realidade, a fortuna dos sitiados nunca havia estado tão favorável como nesse momento. Os inimigos haviam-se precipitado, desencorajados e esgotados, para os redutos e, muito longe de poderem disputar aos vencedores os postos conquistados, viam-se eles próprios sitiados nos seus refúgios. Algumas companhias de escoceses, sob o comando do seu valente coronel Balfour, atacaram o reduto de S. Jorge, cuja guarnição foi reposta, não sem grandes perdas, por Camillo de Monte, que acorreu do reduto de S. Tiago. Num estado muito pior estava o reduto de estacas que se encontrava sob um fogo violento que partia dos navios e ameaçava a cada momento cair em ruínas. Gamboa, que a comandava, encontrava-se ferido dentro dele e infelizmente faltava artilharia para manter os navios inimigos à distância. A isso juntava-se o facto de a muralha, que os zelandeses haviam erguido entre este e o reduto de S. Jorge, cortar qualquer apoio do lado do Escalda. Se se tivesse aproveitado esse enfraquecimento e essa inactividade dos inimigos

para continuar com a perfuração do dique com zelo e perseverança, não há dúvida de que se teria aberto uma passagem e provavelmente posto com isso um fim a todo o cerco. Mas também aqui se mostrou a falta de consequência que é preciso atribuir aos antuerpianos em todo o decurso desta ocorrência. O zelo com que se havia iniciado o trabalho esfriou à medida que a fortuna o ia acompanhando. Dentro de pouco tempo achou-se demasiado entediante e penoso escavar o dique; considerou-se que era melhor transferir a carga dos grandes navios para as embarcações mais pequenas, que se pretendia levar até à cidade com o subir da maré. St. Aldegonde e Hohenlohe, em lugar de incitarem o zelo dos trabalhadores através da sua presença pessoal, abandonaram precisamente no momento decisivo o cenário da acção, a fim de se dirigirem à cidade com um navio de carga de cereais e receberem os louvores à sua sabedoria e bravura⁴⁸.

Enquanto no dique se lutava com o mais obstinado calor das duas partes, a ponte do Escalda tinha sido assaltada a partir de Antuérpia com novas máquinas, a fim de ocupar a atenção do duque por esse lado. Mas o ruído do tiroteio vindo do dique deu-lhe em breve a conhecer o que ali deveria ocorrer, de modo que ele acorreu pessoalmente a libertar o dique, logo que viu a ponte liberta. Acompanhado por duzentos piqueiros⁴⁹ espanhóis, precipitou-se para o lugar do ataque e surgiu no campo de batalha precisamente a tempo de impedir a derrota completa dos seus. Com toda a rapidez, colocou alguns canhões que havia trazido nos redutos mais próximos e mandou abrir fogo incessante a partir daí sobre os navios inimigos. Ele próprio se colocou à frente dos seus soldados e, com a espada numa mão e o escudo na outra, comandou-os contra o inimigo. O boato acerca da sua chegada, que se espalhou rapidamente de uma extremidade à outra do dique, refrescou a coragem já esmorecida das suas tropas e a luta incendiou-se com uma nova intensidade, tornando o lugar do campo de batalha ainda mais mortífero. Na crista estreita do dique, que em muitos sítios não era mais largo do que nove passos, lutavam cerca de cinco mil homens; num espaço tão estreito comprimia-se a força de ambas as partes, aí residindo todo o sucesso do cerco. Para os antuerpianos, tratava-se da última muralha que precedia a cidade, para os espanhóis, de toda a fortuna da sua empresa; ambas as partes lutaram com uma coragem que só pode ser insuflada pelo desespero. De ambas as extremidades do dique, a corrente de guerreiros

precipitou-se para o meio, onde zelandeses e antuerpianos eram os mestres e estava concentrada toda a sua força. Do lado de Stabroek aproximaram-se italianos e espanhóis, animados nesse dia por uma nobre competição de bravura; do lado do Escalda vieram valões e espanhóis, com o general à cabeça. Enquanto aqueles tentavam libertar o reduto de estacas, fortemente acossado pelo inimigo do lado da água e da terra, estes investiram com todos os dispositivos de destruição contra os parapeitos, que o inimigo havia erguido entre o reduto de S. Jorge e de estacas. Aqui, o núcleo das tropas neerlandesas lutava por detrás de uma muralha bem consolidada, e a artilharia de ambas as frotas cobria esse importante posto. Já o duque se preparava para atacar essa terrível muralha com o seu pequeno esquadrão, quando lhe foi trazida a notícia de que os italianos e espanhóis haviam penetrado com mão intempestiva, sob o comando de Capizucchi e Aquila, no reduto de estacas, tendo-se dele assenhoreado e estariam agora igualmente prestes a atacar o parapeito inimigo. Foi diante deste último reduto que se juntou pois toda a força de ambos os exércitos e de ambas as partes aconteceu o extremo, tanto para conquistar como para defender esse bastião. Os neerlandeses saltaram dos seus navios para terra para não permanecerem como meros espectadores inactivos dessa luta. Alexandre assaltou os parapeitos por um lado, o conde de Mansfeld por outro; ocorreram cinco ataques e por cinco vezes eles foram repelidos. Os neerlandeses superaram-se a si próprios nesse momento decisivo; nunca durante todo o decurso da guerra eles haviam lutado com essa tenacidade. Mas foram particularmente os escoceses e ingleses que com a sua corajosa defesa fizeram gorar as tentativas do inimigo. Uma vez que no lugar onde lutavam os escoceses ninguém mais queria atacar, foi o próprio duque a atirar-se, com uma lança na mão e metido na água até ao peito, para mostrar o caminho aos seus. Finalmente e após uma penosa luta, os homens de Mansfeld conseguiram abrir uma brecha no parapeito com a ajuda das suas alabardas e lanças e, escarranchando-se nos ombros uns dos outros, escalar a altura da muralha. Bartolomeo Toralva, um comandante espanhol, foi o primeiro a ser visto lá em cima, e quase ao mesmo tempo mostrou-se o italiano Capizucchi na berma do parapeito; e assim foi decidida, com igual prestígio para ambas as nações, a competição de bravura. Merece ser sublinhado o modo como o duque de Parma, que havia sido feito árbitro dessa competição, teve o cuidado de tratar o frágil sentimento de honra desse oficial.

O comandante espanhol Toralva, que estava muito ferido, foi por ele mandado levar para o seu próprio quartel em Stabroek, sendo-lhe feitas as ligaduras na sua própria cama e vestido o mesmo manto que ele próprio havia usado no dia anterior ao encontro⁵⁰.

Após a tomada do parapeito, a vitória já não permaneceu duvidosa por muito tempo. As tropas holandesas e zelandesas, que haviam saltado dos seus navios para lutarem com o inimigo na proximidade, perderam de repente a coragem ao olharem em volta e verem os navios, que eram o seu último refúgio, afastarem-se da margem.

Porque a maré principiou a baixar e os comandantes da frota, com receio de ficar na margem com as suas pesadas embarcações e de tornar-se, no caso de o encontro ter um desfecho desafortunado, num refém do inimigo, retiraram-se do dique e tentaram chegar ao alto mar. Logo que Alexandre notou tal coisa, mostrou os navios em fuga às suas tropas e encorajou-as a dar cabo de um inimigo que havia capitulado perante si próprio. As tropas de apoio holandesas foram as primeiras a vacilar e em breve o seu exemplo foi seguido pelos zelandeses. Precipitaram-se rapidamente pelo dique abaixo, a fim de atingir os navios a vau ou a nado mas, como a sua fuga ocorreu de forma demasiado intempestiva, eles bloquearam-se mutuamente e precipitaram-se aos magotes para as espadas do vencedor que os perseguia. Mesmo junto aos navios, muitos foram encontrar a sua sepultura, uma vez que cada um se queria antecipar ao outro e várias embarcações se afundaram sob a carga dos que se precipitavam para dentro delas. Os antuerpianos que lutavam pela sua liberdade, o seu lar e a sua fé foram também os últimos a retirarem-se, mas foi precisamente essa circunstância que agravou o seu destino. Muitos dos seus navios foram surpreendidos pelo baixar da maré e ficaram presos na margem, de modo a serem atingidos pelos canhões inimigos e exterminados juntamente com a tripulação. As massas em fuga procuraram atingir a nado as outras embarcações que se haviam antecipado na partida, mas a ira e a audácia dos espanhóis foi ao ponto de perseguir os fugitivos a nado, com a espada entre os dentes, e de arrebatá-los para fora das embarcações. A vitória das tropas reais foi completa, mas sangrenta; pois de entre os espanhóis haviam caído nesse lugar cerca de oitocentos, de entre os neerlandeses (sem contar com os que se haviam afogado) vários milhares; de ambos os lados se fez sentir a falta de muitos membros da mais alta nobreza. Mais de

trinta navios caíram, com uma grande carga de víveres destinados a Antuérpia, com cento e cinquenta canhões e outros aparelhos bélicos, nas mãos do vencedor. O dique, cuja posse fora defendida a tão alto preço, estava fendido em treze sítios distintos e os cadáveres daqueles que o haviam posto nesse estado foram agora usados para voltar a tapar essas aberturas. No dia seguinte caiu nas mãos das tropas do rei mais uma embarcação de enorme dimensão e de estranha configuração, que representava uma fortaleza flutuante e que teria sido utilizada contra o dique de Cowenstein. Os antuerpianos haviam-na construído, com indizível esforço, ao mesmo tempo que rejeitavam o engenheiro Gianibelli com as suas propostas salvadoras devido aos elevados custos, tendo dado a esse monstro ridículo o orgulhoso nome de *Fim da Guerra*, trocando-o depois pela designação muito mais adequada de *Dinheiro Perdido*. Quando esse navio foi lançado à água, ele simplesmente não podia deixar-se conduzir devido ao seu desajeitado tamanho, mal podendo erguer-se mesmo com a maré cheia. Foi com grande esforço que se arrastou até Ordam, onde ficou preso na margem, abandonado pela maré e tornando-se presa do inimigo⁵¹.

A iniciativa tomada no dique de Cowenstein foi a última tentativa que se ousou empreender para a salvação de Antuérpia. A partir dessa altura, os sitiados viram diminuir a coragem e o magistrado da cidade tentou em vão consolar a população comum, que sentia a pressão do presente, com esperanças afastadas. Até então haviam ainda tido pão a um preço comportável, embora a qualidade se tornasse cada vez pior; a pouco e pouco, as reservas de cereal foram diminuindo a ponto de se aproximar um tempo de fome. Esperava-se contudo aguentar a cidade até que se pudesse colher o cereal, que estava em plena maturidade, entre a cidade e os redutos exteriores; mas antes de isso ser feito tinha o inimigo tomado também as últimas fortificações às portas da cidade, tendo-se apoderado de toda a colheita. Finalmente, a cidade vizinha e aliada de Melchelen caiu na posse do inimigo e com ela desapareceu a última esperança de receber provisões do Brabante. Uma vez que já não se via qualquer possibilidade de aumentar as reservas de alimentos, nada mais restava do que diminuir o número de consumidores. Toda a população inútil, todos os estrangeiros, mesmo todas as mulheres e crianças deveriam ser levadas para fora da cidade; mas essa proposta contradizia demasiado o critério humanitário para ter sucesso. Outra proposta, a de

expulsar os habitantes católicos, enfureceu estes de tal maneira que quase se chegou a uma revolta. E foi assim que St.Aldegonde se viu forçado a ceder à impaciência tempestuosa do povo e, no dia dezassete de Agosto de 1585, a negociar com o duque de Parma a entrega da cidade⁵².

Notas:

- ¹ Thuanus 2 [1625], 527. Grotius 84.
- ² Strada; Decadis II lib. VI [550-596]
- ³ Strada 552.
- ⁴ Strada 553.
- ⁵ Meteren I, 477ss.
- ⁶ Meteren I, 477s. Strada 556. Thuanus 2, 527.
- ⁷ Antiga medida de comprimento, comportando cerca de 71-75 centímetros (N. T.).
- ⁸ Strada 557.
- ⁹ Strada 557-559. Meteren I, 479. Thuanus 2, 528.
- ¹⁰ Meteren I, 479s. Strada 562s. Allg. Gesch. d. v. Niederlande 3, 470.
- ¹¹ Meteren op. cit.
- ¹² Allg. Gesch. d. v. Niederlande 3, 470. Meteren I, 479. Thuanus 2, 528.
- ¹³ Allg. Gesch. d.v. Niederlande 3, 469. Grotius 88.
- ¹⁴ Allg. Gesch. d.v. Niederlande 3, 472s.
- ¹⁵ Grotius 92. Reidanus 69.
- ¹⁶ Antiga medida de comprimento, comportando cerca de 10 polegadas (2,6 a 3,7 centímetros cada).
- ¹⁷ Strada 560.
- ¹⁸ Strada 560ss. Thuanus 2, 529. Meteren I, 482.
- ¹⁹ Meteren I, 481. Strada 563s.
- ²⁰ Comandantes do exército romano no século I d.C. (N. T.)
- ²¹ Strada 565.
- ²² Meteren I, 484. Thuanus 2, 529. Grotius 88.
- ²³ Meteren I, 485.
- ²⁴ Guilherme de Orange foi assassinado em Delft, a 10 de Julho de 1574 por Balthazar Gerhardts, adepto de Filipe II (N. T.).
- ²⁵ Thuanus 2, 530s. Meteren I, 485-487.
- ²⁶ Meteren I, 488. Allg. Gesch. d.v. Niederlande 3. 476-492. Grotius 89.
- ²⁷ Strada 564. Meteren I, 484. Reidanus 69.
- ²⁸ Strada 566s. Meteren I, 482. Thuanus 3 [1621], 46. Allg. Gesch. d. v. Niederlande 3, 497.
- ²⁹ Strada 566s. Meteren I, 482. Thuanus 3 [1621], 46. Allg. Gesch. d.v. Niederlande 3, 497.

³⁰ Strada 568.

³¹ Strada 573s. Meteren I, 495.

³² Arquimedes (287-212 a.C.) inventou, no ano de 212, máquinas destinadas à defesa de Siracusa contra o cerco pelos romanos durante as Guerras Púnicas (N. T.).

³³ Strada 573s. Meteren I, 495.

³⁴ No original, sessenta *Zentner*, sendo que cada uma destas medidas perfazia cem libras e portanto metade de um quintal. Não existindo tradução portuguesa para aquele termo, optou-se pela presente equivalência (N. T.).

³⁵ Thuanus 3, 46. Strada 574s. Meteren I, 496.

³⁶ Strada 575s.

³⁷ Strada 576-580. Meteren I, 497. Thuanus 3, 47. Allg. Gesch. d. v. Niederlande 3, 497.

³⁸ Meteren I, 496.

³⁹ Strada 581s.

⁴⁰ 586.

⁴¹ Meteren I, 497s.

⁴² Strada 582. Thuanus 3, 47.

⁴³ Strada 583s. Meteren I, 498.

⁴⁴ Strada 584. Meteren I, 498.

⁴⁵ Strada 582. 584.

⁴⁶ Strada 587s. Meteren 498. Thuanus 3, 48.

⁴⁷ Strada 589. Meteren I, 498.

⁴⁸ Meteren I, 498.

⁴⁹ No original, *Pikenier*: (N.T.)

⁵⁰ Strada 593s.

⁵¹ Thuanus 3, 49. Meteren I, 485. Strada 597s.

⁵² Meteren I, 500. Strada 600ss. Thuanus 3, 50. Allg. Gesch. d.v. Niederlande 3, 499.

Posfácio

Os limites da liberdade religiosa e o choque de padrões culturais lidos e dramatizados no limiar da Revolução Francesa

I. O texto no contexto próximo

Logo nas primeiras páginas da Introdução ao que foi a primeira grande obra histórica de Friedrich Schiller, o leitor sente vibrar a tensão inerente ao horizonte de expectativa que circulava no discurso europeu da década de oitenta do século XVIII. Mais liberdade de circulação de ideias, mais autonomia de pensamento e acção, mais respeito pelos direitos do indivíduo, era o que se exigia, por um lado, no quadro europeu de um absolutismo esclarecido que não permitia aos autores, por outro lado, e no contexto de uma Alemanha fragmentada, formular tais reivindicações fora de um estrito plano teórico e no respeito pelas regras comunicacionais que deixavam de fora qualquer crítica às autoridades. Daí a importância redobrada de alargar o espaço experiencial próprio a tempos e lugares outros, em que tivessem ocorrido factos, situações e processos narráveis e por assim dizer *paradigmatizáveis*.

Se hoje conhecemos Friedrich Schiller (1759-1805) sobretudo como dramaturgo, poeta e filósofo da estética, a sua fama de historiador assumiu, particularmente entre meados das décadas de oitenta e noventa do referido século, um especial relevo. E se nos últimos anos a importância da historiografia schilleriana tem vindo a ser reconhecida, esse facto tem a ver não tanto com o reavivar de uma memória biográfica do autor como sobretudo com a presença da História em geral na obra de Schiller e com a sua forma particular de narratividade histórica que se vê cruzada, ou subliminarmente configurada, por estruturas dramáticas e ocasionalmente trágicas. Por outras palavras: o historiador é inseparável do dramaturgo, do poeta, do filósofo da estética. E a todos eles subjaz o antropólogo Schiller.

Nesta perspectiva, o investimento de Schiller em publicações de índole histórica, que cobriram épocas e núcleos temáticos indo dos míticos primórdios da humanidade até à Guerra dos Trinta Anos no período que correspondeu

à sua fama enquanto historiador, terá porventura servido vários objectivos. Tratou-se não apenas de uma economia textual e editorial, aproveitando o trabalho de investigação para a criação dramática ou a leccionação na Universidade de Jena (activamente, entre 1789 e 1791), portanto de um modo de subsistência, mas também de reflexão, por escrito, sobre as contingências das fricções culturais, hoje amplamente conhecidas como formas de simultaneidade do que não é simultâneo, de clivagens civilizacionais, hoje discutidas como potencialidades e limites do diálogo intercultural. Tanto na época em que Schiller escreve este ensaio, como naquela a que o texto se refere, tais fricções eram sustidas por uma retórica palaciana que correspondia a códigos de dramaturgia, apontando ora para uma pacificação possível, ora para um confronto directo de diferenças assumidas, mas sempre reconhecidas numa ampla correlação, dentro do tecido do sistema monárquico que parece rasgar-se face às primeiras reivindicações republicanas no dealbar da modernidade.

O interesse de Schiller pela historicidade da matéria humana sempre o acompanhou, desde os seus estudos de medicina na Academia militar de Stuttgart, conhecida por *Karlsschule*, de acordo com o nome do seu patrono e mentor, o duque de Württemberg Karl Eugen¹. O conhecimento sobre a temporalidade da natureza animal-espiritual, a que hoje chamaríamos psicossomática, do ser humano, sempre esteve presente em todos os seus escritos. Já no segundo discurso proferido enquanto aluno da referida academia, o jovem Schiller falava de uma perspectiva histórica encarada como continuidade e não como uma sequência de factos sem nexos nem coerência – de uma correlação contextualizada de todas as naturezas pensantes, visão holística devedora da tradição leibniziana². E ainda nesse mesmo ano, na sua terceira dissertação de medicina, notamos já um entusiasmo pela amplitude panorâmica de épocas históricas, com todo o colorido das suas contradições e complexidade das suas retificações, que revela a influência de Voltaire e dos moralistas escoceses (predominantemente Adam Ferguson), historiadores das sociedades palaciana e civil.

A historiografia de Schiller apresenta-nos perspectivas e coloca-nos problemas que transcendem a posição que analistas contemporâneos pretendem atribuir ao autor, na tentativa de dignificar, ou mesmo de reabilitar, um posicionamento situado entre o optimismo progressivo da *Aufklärung* setecentista e a pretendida objectividade da escola histórica oitocentista.

Porém, a redução do Schiller historiador a um papel de charneira, mesmo destacando o que nele salvaguarda a visão cosmopolita setecentista anterior ao estreitamento nacionalista da historiografia documental e monumental, significaria omitir outras influências de que o autor se serve implicitamente, a fim de legitimar as suas opiniões, e de que é pródiga sobretudo a sua correspondência privada. Tal significaria escamotear modelos fornecidos pela tradição retórica bem conhecida do aluno da Academia militar, da exigência quintilianiana de uma verosimilhança – que não equivaleria a falsificação, uma vez que o verdadeiro nem sempre seria transmissível ou comunicável, ao inverso do que deveria ser credível e aceite como tendo acontecido (cf. Kessler, 1982: 49). Tal significaria igualmente ignorar a tradição historiográfica renascentista e a sua transformação de prioridades, da verosimilhança narrativa, numa verdade metódica integradora de categorias explicativas na pesquisa material, na sistematização e na formulação (cf. *ib.*, 80).

A decisão de Schiller de tratar a temática da rebelião das províncias que perfazem hoje a Bélgica flamenga e os Países Baixos holandeses remonta não apenas ao trabalho de documentação para a escrita da peça **Don Carlos**, que subiu ao palco em 1787. Na Introdução, o autor refere em detalhe esses documentos, que voltou a consultar para a elaboração do presente texto, acrescentando o estudo de outras obras (cf. nota 2 ao Prefácio do autor). Torna-se assim necessário ler esse interesse no âmbito da constante tensão dramática que leva o antropólogo a buscar formas de contextualização dos contrários e inclusão dos mesmos num quadro complexo e panorâmico, seja no domínio da natureza humana, seja no fluxo temporal em que se movimentam as lutas pelo poder. Nesta perspectiva, podemos discernir uma sequência entre a dissertação de medicina sobre a correlação entre as naturezas animal e espiritual do ser humano (1780), o drama dos irmãos desavindos **Die Räuber** [Os salteadores] (1780), o drama **Die Verschwörung des Fiesco zu Genua** [A conspiração de Fiesco em Génova] (1783) e o projecto, não realizado, de uma antologia de textos históricos, em colaboração com o amigo Ferdinand Huber e o cunhado Wilhelm Reinwald, de uma **Geschichte der merkwürdigsten Rebellionen und Verschwörungen** [História das mais notáveis revoltas e conspirações], anunciada em 1786 pela editora Crusius, de Leipzig, para a feira da Páscoa de 1787. E naturalmente o drama **Don Carlos**. A todas as obras é comum a preocupação de preenchimento dos espaços intermédios

entre os agentes opositores, de tal modo que a tensão dramática tende frequentemente para uma dissolução trágica, resultante ora de manifestações da *hybris* humana, ora de tentativas de resolução violenta das oposições, ora de uma constelação de circunstâncias fatais. Schiller aproxima opositores, situando-os num quadro amplo de conexões visíveis e invisíveis, de relações de poder, de interdependências de várias naturezas, política, económica, militar, religiosa – e essas cadeias de interdependência abrangem não apenas figuras individuais (Filipe II e Guilherme de Orange, por exemplo) mas igualmente padrões civilizacionais, em que o autor demonstra como uma flexibilidade negocial no domínio político se tornava crucial para permitir um florescimento da economia mercantil e por aí tanto o enriquecimento de uma jovem nação como a manutenção do estilo de vida palaciana das cortes absolutistas. Estamos aqui também na presença de uma obra em que o povo surge como um sujeito colectivo.

A impossibilidade de Schiller em respeitar os prazos estabelecidos e as movimentações nos Países Baixos em defesa de uma “*ware vrijheid*”, de uma liberdade resultante de um sistema eleitoral representativo, em que a Casa de Orange e as reformas do imperador Joseph II se viram postas em cheque pelo movimento dos “Patriotas” (cf. Lademacher, 1983: 190s), obrigando as tropas prussianas a intervir, fazem com que o autor reformule os seus planos de trabalho no sentido não só de elaborar um volume independente sobre a rebelião dos Países Baixos, mas sobretudo de dar a esse texto, para além do aproveitamento da sua oportunidade histórica, uma credibilidade científica garantida sobretudo pela indicação dos materiais consultados.

Podemos aqui questionar se essa profusão de referências, metodologia que Schiller nunca mais repetiria, não prejudicam a pretendida eficácia narrativa e não serão mais do que uma prova da dificuldade, abertamente sentida pelos mentores August Ludwig Schlözer e Immanuel Kant, em organizar um agregado transformando-o em sistema, dificuldade essa que o autor refere na sua lição inaugural na Universidade de Jena, em Maio de 1789 (cf. SW IV, 763).

A preocupação de fixação documental não se projecta contudo numa verdadeira fixação factual, uma vez que Schiller refere não tanto documentos originais como sobretudo outras obras históricas, ou fontes já compiladas anteriormente e reunidas em antologias. Tão-pouco escapam ao olhar do

leitor a disparidade das posições mencionadas, da pró-espanhola de Strada ou Thuanus à pró-neerlandesa de Grotius, pai das teorias jusnaturalistas. Contudo, e mau grado a ausência de contextualização crítica das obras referidas, a pluralidade de perspectivas daí resultante não só contradiz a intenção de imprimir à matéria narrada um desígnio histórico universal (como afirmará mais tarde na lição inaugural, sob a influência de Kant) como também torna tanto mais interessante uma realização que “se detém no gosto do entre-acto e da intriga, na curiosidade singular, na descrição de uma personagem” (Perone, 1982, 95), com retratações psicológicas onde reconhecemos o autor da novela de 1786 **Verbrecher aus verlorener Ehre [Criminoso por honra perdida]**. Poderíamos dizer que esse “projecto histórico unitário” (ib.) não se fragmenta mas se “labirintiza” face a uma irresistibilidade de detenção na narrativa singular, no esboço do retrato individual, em que os retratados, quando saem de cena, permanecem ainda no cenário.

A comparação entre as duas edições em livro, respectivamente de 1788 e 1801, permite-nos entender o modo como é gerida a tensão entre sincronia e diacronia. A presente tradução segue a edição de 1801, em que Schiller reorganizou o texto publicado em 1788 e nessa altura ainda projectado como primeiro volume de seis, a que porém mais nenhum se seguiria. Se a estrutura da versão de 1788 considera o Primeiro Livro como parte da Introdução e se divide em três Livros apenas, a edição de 1801 apresenta uma estrutura mais articulada no sentido de facilitar a orientação do leitor, com a divisão em quatro Livros e subcapítulos providos de títulos. Contudo, as passagens omitidas na edição posterior – e referidas em notas de fim de capítulo relativas às passagens correspondentes donde elas foram retiradas – revelam como tal procedimento pretendia, através dessas omissões, delimitar o horizonte de expectativa, revelando com isso um sentido crítico face aos anteriores impulsos de uma filosofia optimista da História. A prioridade é agora cedida à ambivalência trágica, ao paradoxo que a cada passo e em cada situação parece querer coarctar as possibilidades de acção das personagens e pôr em causa qualquer leitura unívoca da filosofia da História. Neste aspecto, poderíamos dizer que Schiller questiona, por antecipação, a perspectiva hegeliana, mesmo se tivermos em conta o subterfúgio encontrado por este último nas artimanhas da razão para codificar momentos, situações e atitudes meta-racionais.

Em 1788, Schiller ainda subscrevia esse optimismo histórico que porém, numa análise mais detalhada, revela já os seus aspectos sombrios e, se a perspectiva de leitura o desejar, premonitórios. É certo que esse optimismo ainda não fora quebrado pela experiência da Revolução Francesa; porém, Schiller já se sentia impelido a demonstrar como a luta contra o despotismo corria o risco de extravasar da justeza das suas reivindicações humanitárias para formas de fanatismo religioso, que davam por sua vez origem a situações de uma certa simetria de violência. À semelhança do fracasso das posições defendidas pelo marquês de Posa em **Don Carlos**, o modelo de humanidade ansiado e pautado por liberdade comunicacional, de transacção de ideias, pessoas e bens, cedo revelou uma impossibilidade de concretização devido ao carácter precoce da sua temporalidade. Numa das passagens eliminadas na posterior edição, o autor parece incitar à retoma de um *da capo* de qualquer forma de acção libertadora, porém sob céus políticos menos desfavoráveis (cf. nota 1 da Introdução).

Na edição de 1801, não só compreendemos melhor a razão dos cortes feitos no texto da anterior edição (todos eles, como vimos, documentados em notas de fim de capítulo) como somos também remetidos para a perspectiva trágica que presidiu à revisão do mesmo texto. De facto, esta foi dominante e subjacente não só aos seus mais importantes textos teóricos como à produção dramática dos últimos anos da sua vida. Tanto nos ensaios sobre o trágico e o sublime, sobre graciosidade e dignidade, como na trilogia dramática **Wallenstein** (1798), em **Maria Stuart** (1800), em **Die Jungfrau von Orleans** (1801), a incomensurabilidade, porque imprevisibilidade, das consequências da acção humana entrosa-se continuamente com as tensões internas do indivíduo, dificultando o diálogo precisamente ao torná-lo desejável, tendendo a paralisar a acção no momento em que os horizontes traçados degeneram em qualquer forma de *hybris*, de excesso, de monstruosidade, com a subsequente inevitabilidade das consequências fatais. Mesmo aqueles textos em que Schiller parece preservar as suas expectativas de um desfecho trágico e esboça as virtualidades de um Estado estético (na Carta XXVII sobre a educação estética, 1795) ou as possibilidades de realização de um Estado justo baseado em liberdades cívicas (em **Wilhelm Tell**, 1804), tais momentos permanecem pontuais porque circunscritos ora à proximidade de um trono esclarecido, benemérito e dialogante, ora à evolução de uma secular sucessão de lutas

pela democracia num pequeno país centro-europeu, ora, num limite, à alma de cada indivíduo.

Comum a ambas as edições – até porque na edição de 1801 apenas se verificam cortes e reorganizações textuais, mas não uma alteração estrutural relevante – é assim a coexistência de vários modelos discursivos, entre a narração e a análise psicológica, entre o discurso directo e a descrição, entre a enumeração e o juízo problematizador. Na nossa perspectiva, trata-se não tanto de um resultado de posições de charneira entre paradigmas historiográficos epocais (o que em só *a posteriori* se torna praticável e verificável) mas de uma metodologia prescrevendo metas que, por sua vez, se vêem *pari passu* corrigidas, alteradas, completadas – em suma, retardadas num virtual objectivo correspondente à progressão narrativa, que raramente obedece aos requisitos de um ideal progresso linear. A História tende assim a tornar-se labiríntica, como se Schiller pretendesse criar um máximo de *suspense* traçando meandros narrativos entre os factos reproduzidos na sua pretensão de objectividade, como se o autor quisesse tanto anunciar a catástrofe previsível pelo posicionamento dos actores, como retardar os efeitos perniciosos e os desfechos fatais. A edição de 1801 leva assim ao máximo a tensão entre sincronia e diacronia, entre os objectivos indicados e as perspectivas de resolução, tanto na realidade histórica como na economia narrativa (cf. Bösmann, 2005: 118). Numa última análise, a demonstração mais ou menos indirecta das inevitáveis brechas de uma visão teleológica contribui para adensar o interesse do presente texto, independentemente do facto de Schiller lamentar tal fracasso ou se comprazer em levá-lo *ad absurdum*. Não afirmaria ele, um ano mais tarde, que é a pena do historiador que acaba frequentemente por optar pela alternativa que melhor contentaria o coração (cf. SW IV, 764)? Poderíamos aqui supor que a prioridade de Schiller seria romper os limites tradicionais da História e da filosofia, da narrativa e do drama, num impulso articulador da busca do saber e gozando de uma liberdade teórica já exigida por Kant através da defesa de um uso público (leia-se: ilimitado, discursivo) da razão. Na aproximação ao mundo dos fenómenos, enquanto factos transformados em cenários, nunca é abandonada a preocupação de pôr a descoberto conexões internas, contextos alargados no espaço e no tempo (cf. Reill, 1995: 244).

Precisamente porque este texto foi escrito, numa primeira versão, no limiar da Revolução Francesa e num horizonte de expectativa particularmente

sensível, e revisto, em segunda versão, numa perspectiva céptica, não tanto empenhada em demonstrar como se poderiam alterar relações despóticas e retractoras de poder mas sobretudo em interrogar como se pode ordenar esteticamente essa movimentação de entropia e desperdício, expansão e retracção, alargamento e (re)estreitamento de horizontes, em suma, de libertação degenerando em libertinagem para desembocar na aparente inevitabilidade do regresso do despotismo, ele remete-nos para uma reflexão, que entretanto já traz consigo vários séculos, sobre as aporias da modernidade e das suas concepções de liberdade (cf. Hofmann, 2005: 21). O fascínio do dramaturgo pelos modos como ideias, porventura mais justas e nobres, de liberdade geram novas formas de repressão leva-nos a interrogar o significado de estruturas narrativas na historiografia, numa interrogação crítica da tendência do pensamento moderno para a construção de grandes narrativas, que acabam por não suportar as quebras da contingência no processo histórico.

Em 10.12.1788, logo poucas semanas após a saída da primeira edição em livro do presente texto, Schiller escreve a Caroline von Beulwitz, que se tornaria sua cunhada:

“O que diz da História é decerto inteiramente correcto, e a vantagem da *verdade*, que a História tem face ao romance, poderia elevá-la só por si a um nível superior a este. Temos de perguntar-nos se a *verdade interna*, que quero designar como verdade filosófica e artística, e que, em toda a sua plenitude, *tem de* predominar no romance ou em qualquer outra manifestação poética, não tem tanto valor como a histórica. O facto de uma pessoa em *tais* situações sentir, agir e expressar-se é um facto grande e importante para o ser humano; e é isso que o autor do drama ou do romance tem de conseguir. A concordância interior, a verdade é sentida e admitida, sem que o facto tenha realmente de ter ocorrido. A vantagem é inequívoca. Por essa via, fica-se a conhecer o *ser humano* e não o ser humano, a espécie e não o indivíduo que se perde tão facilmente. Neste vasto campo, o poeta é dono e senhor; mas precisamente o historiador é frequentemente colocado na situação de subordinar esta forma mais importante de verdade à sua correcção histórica, ou de a adaptar com uma certa perplexidade, o que é mais grave ainda. Falta-lhe a liberdade, com a qual o artista se movimenta

com uma bela leveza e graça. E no final ele não terá satisfeito nem uma nem outra” (NA 25, 154).

Esta passagem reveste-se de particular importância porque não só deixa já entrever as preocupações que presidiram à posterior elaboração da sua teoria estética, nomeadamente a harmonia inerente à estética do Belo, como sobretudo revela uma visão filosófica e histórica formada dentro do mundo conceptual de um vitalismo que pulsava dentro do optimismo histórico, da crença no progresso, mas não se confundia com estes. No historiador que se confia à futura cunhada, com quem manterá toda a sua vida uma amizade amorosa, fala ainda o antropólogo pesquisador de conexões, dentro do espírito do Iluminismo tardio que tentava substituir os esquemas binários de lógica e explicação por esquemas ternários (cf. Reill, 1995: 251s), possivelmente tidos por mais adequados a realidades ambíguas. E a tentativa de resolução harmoniosa de incontornáveis hierarquias conduzia à interrogação das condições de possibilidade de substituir formas de subordinação por formas de coordenação, de complementaridade em lugar de subsidiariedade (cf. *ib.*, 252s). Nessa perspectiva, a linguagem científica tendia nessa época a dinamizar-se e com isso a poetizar-se, passando a falar-se de “simpatias ocultas, forças activas, cordas vibrantes, fluidos subtis, características, apetites, afinidades, pulsões” (*ib.*, 253). A passagem da carta a Caroline revela assim uma busca implícita, uma tentativa de equilíbrio de formas de exposição, narração e explicação porventura tidas por inconciliáveis na visão monumentalista da posterior escola histórica, para a qual uma passagem como esta, a que se seguia a confissão desabusada de que nunca seria uma fonte histórica fidedigna (cf. NA 25, 154) serviria irremediavelmente para desacreditar Schiller como historiador durante as décadas seguintes, sob o *Diktat* do historicismo.

Por agora, interessa sublinhar o modo como o antropólogo-dramaturgo usa a empiria factual para demonstrar o que uma lógica de probabilidades afirmaria como sendo impossível. Já o jovem Schiller fizera isso na primeira dissertação de medicina, ao defender uma “força intermédia” (*Mittelkraft*), transmutadora e por aí transformadora, cuja evidência seria demonstrada pela experiência contra qualquer investida da razão teórica (cf. “Philosophie der Physiologie” [“Filosofia de fisiologia”], SW V, 254). De forma semelhante, a História seria uma espécie de arena de combate em que se travariam

as mais improváveis lutas, com os mais imprevisíveis desfechos e restabelecimento de simpatias ocultas, de conexões anteriormente pouco creíveis. A História teria por assim dizer um *suspense* aposteriorístico, dado precisamente por uma lógica interna de permanente instabilidade mesmo de modelos tão estáveis que haviam fornecido explicações mecanicistas. A perda de credibilidade de metáforas como o relógio e a máquina, na sua previsibilidade cíclica e reprodutiva, corresponderia a perda de fiabilidade de regimes baseados no despotismo absoluto, no terror, no conformismo repressivo (cf. Reill, 1995: 246).

Schiller opera assim uma tranquila mudança de paradigma, servindo-se tacitamente de uma nova epistemologia que abandona o interesse pelas ciências mecânicas, hidráulicas e astrofísicas para se centrar na história natural, na química, nas ciências da vida. Os campos de explicação tendem a unificar-se, a buscar sinergias. Com isso, historiza-se a visão da natureza e a irrupção da contingência tem a ver sobretudo com uma nova forma de percepção da mesma, dando especial atenção aos pontos de ruptura e sutura dos processos. Poderíamos ir mais longe e ver como o método schilleriano nos dá a ver, com a sua metaforologia, a caducidade de estruturas seculares de poder e a precocidade de forças entrópicas que pretendem destruir aquelas pela violência sem poder contrapor-lhes um modelo estável. À *Mittelkraft* histórica poderia assim corresponder uma *classe média* de elementos social, conceptual, económica e politicamente activos: no caso do presente texto, uma associação entre a nobreza reformadora e os comerciantes, porém só em determinadas condições capazes de articular as qualidades clássicas da cidadania às medievais de sacrifício. Como lemos no texto, os neerlandeses teriam conseguido potencialmente estabilizar esse equilíbrio precário e mesmo torná-lo negociável até à irrupção do movimento iconoclasta a partir dos subterrâneos sociais, das zonas de pulsionalidade imediata. Ou cerca de vinte anos mais tarde, no Anexo II que relata uma ocorrência da Antuérpia dos anos 1580, esse equilíbrio teria sido minado a partir de dentro, de uma ideologia de bem-estar burguês que tenderia a neutralizar grandes objectivos patrióticos em favor de interesses económicos de curto prazo – fenómeno que nos nossos dias se tornou quotidiano e cujas consequências Schiller não só discerniu intuitiva e empiricamente, como remodelou narrativamente e comentou historicamente.

2. Entre a felicidade e a dignidade: economia psicológica, economia política, economia narrativa

Em Janeiro de 1788, Schiller defende a sua actividade de historiador face às acusações do amigo Gottfried Körner, que considera injustas. Embora reconhecendo ter de lidar com uma matéria heterogénea, estranha, arbitrária, plena de lacunas e frequentemente ingrata e estéril, o autor parece encarar por isso mesmo como particularmente estimulante para uma “cabeça criativa” (NA 25, 2) dotar esse “esqueleto” lacunar de “nervos e músculos”. Isto porque os limites da liberdade se fariam sempre sentir mesmo, ou sobretudo, onde aparentemente poderia existir liberdade ilimitada na escolha do objecto, na elaboração e na apresentação do mesmo. A aproximação da liberdade e da necessidade, com a subsequente constatação da inexistência de situações de domínio absoluto de uma e de outra, é uma constatação que Schiller por assim dizer transporta dos seus anteriores estudos das conexões psicossomáticas, logo da condição antropológica, para os diferentes registos de escrita. Assim, a sua própria experiência ter-lhe-ia ensinado que a mais ilimitada liberdade, no que diz respeito à matéria, torna a escolha mais difícil e complexa e que as invenções da nossa imaginação nem de longe ganham em nós a autoridade e o crédito para fornecer um fundamento durável para uma construção como a que nos é dada pelos factos que uma mão superior fez por assim dizer com que nos tornássemos dignos, i. e. que não podem ser violados pelo nosso voluntarismo. A necessidade interna filosófica é igual para ambos; se uma História, ainda que baseada nas mais fidedignas crónicas, não pode ter acontecido, i. e., se o entendimento não *pode* compreender o contexto, então ela é uma coisa incongruente; se uma tragédia não *tem de* ter acontecido assim que os seus pressupostos têm uma substância de realidade, então ela é também uma coisa incongruente” (NA 25, 2, carta de 7.1.1788).

A economia de configuração da matéria, encarada como uma dialéctica de liberdade e necessidade, transcende assim o domínio dos géneros ao revelar uma articulação com o horizonte de expectativa criado pelos novos espaços públicos com a sua dinâmica comunicacional e temporalizadora. Ainda antes da grave doença que o levou a programar milimetricamente a

elaboração das obras seguintes, fossem elas de natureza sucessivamente histórica, estética, poética e dramática, Schiller reflecte sobre as contingências do mercado e a repercussão das mesmas numa avaliação lúcida das perdas e ganhos. A dialéctica de liberdade e necessidade vê-se assim por assim dizer reequacionada dentro de uma óptica de economia e desperdício, que deixa entrever não apenas a inflexibilidade da máxima protestante *time is money* como sobretudo as reais ou potenciais oscilações dos padrões de gosto. Curiosamente, a economia argumentativa reflecte-se na forma de exposição enquanto enumeração, reforçando assim a dimensão justificativa da carta anterior a Körner:

1. Tenho de viver da *escritoria* <*Schriftstellerei*>, portanto ter em atenção o que *rende*.
2. Trabalhos poéticos apenas são possíveis ao meu *estado de alma* <*Lai-ne*>: se forço este, então eles falham. Sabes ambas as coisas. O *estado de alma* não avança porém a par com o *tempo* – mas sim as minhas carências. Portanto não posso permitir-me, para estar em segurança, fazer do meu *estado de alma* a *instância decisiva* das minhas carências.
3. Não tomarás como falsa modéstia se te disser que sou passível de *esgotar-me*. Os meus conhecimentos são poucos. O que sou, sou-o através de uma intensificação, por vezes artificial, das minhas forças. Trabalho todos os dias e com maior dificuldade – porque escrevo muito: o que de mim dou não está em proporção com o que recebo. Estou em risco de por essa via me esgotar a escrever.
4. Falta-me *tempo* para associar a aprendizagem com a escrita. Tenho portanto de fazer com que também a *aprendizagem*, enquanto aprendizagem, me traga proveito.
5. Há *trabalhos* nos quais a aprendizagem conta metade, o *pensar* outra metade. Para uma peça de teatro não preciso de qualquer livro mas de toda a minha alma e de todo o meu tempo. Para um trabalho, por exemplo histórico, os livros contribuem com metade. O tempo que despendo para ambos é mais ou menos o mesmo. Mas no final de um livro histórico terei ampliado as minhas ideias, recebi ideias novas – no final de uma peça, quando fica pronta, terei antes ficado a perder.
6. Numa grande cabeça, qualquer tema é passível de tornar-se grande. Se eu for uma dessas, aportarei grandeza à disciplina da História.

7. Uma vez que o mundo faz do que é *útil* a mais alta instância, logo escolho um assunto que o mundo toma por útil. Para a minha energia é a mesma coisa ou deveria ser – logo quem decide é o ganho.
8. É verdadeiro ou falso que tenho de pensar naquilo de que tenho de *viver* quando a minha primavera poética murchar? Não acharás *tu* melhor que me prepare à distância para criar um refúgio com vista a anos vindouros? – E como posso fazê-lo senão por essa via? E não é a História o que *me* é mais frutífero e grato? (NA 25, 6, carta de 18.1.1788)

A opção historiográfica de Schiller revela assim o seu carácter estratégico, tanto a nível privado e económico como no plano político. Ao receio de haver esgotado o filão poético-dramático juntam-se duas formas de expectativa: o aumento do rendimento através da actividade de publicação e, por aí, uma ressonância num domínio público portador das, ou pelo menos receptível às, exigências de discussão acerca dos regimes mais adequados, das leis mais justas, da adequação de uns e outras a estruturas sociais em mutação. Isto porque desde os tempos da *Karlsschule* e das dissertações de medicina, e sobretudo desde a publicação da narrativa criminológica, Schiller entende-se como analista empírico, perscrutador das motivações humanas para quem a História se torna um modo de revelar as motivações comportamentais, tentando o autor discerni-las através da capa da retórica de Estado. A explicação psicológica das motivações dos agentes históricos era aliás um paradigma actual na época de Schiller. Já o seu antecessor Johann Christoph Gatterer considerava legítimo para o historiador lançar esse olhar psicologizante a nível individual, entrosado com a psicologia dos povos configurada por Montesquieu e Rousseau, nomeadamente no **Espírito das Leis** (1748) e no **Contrato Social** (1762); tal metodologia fora também usada por Edward Gibbon, na sua obra **The History of the Decline and Fall of the Roman Empire** (1776ss) (cf. Bösmann, 2007, 59). Schiller não tece aqui um quadro binário de estímulo-resposta, mas propõe-se caminhar com o leitor em busca de uma verdade que não se sabe à partida se poderá ser encontrada, devido ao comportamento paradoxal do ser humano, capaz de actuar pelas razões aparentemente menos racionais e de não se orientar para os fins mais evidentes³.

Nesta perspectiva, poderíamos pressupor que o desinteresse de Schiller pelo prosseguimento de uma obra projectada para seis volumes teria a ver

não só com as contingências criativas e editoriais da sua vida pessoal como também com um descrédito na função pedagógica da História. Entre 1790 e 1792, o autor publica num almanaque para senhoras (*Damenkalender*) a sua História da Guerra dos Trinta Anos, na qual se empenha em demonstrar como uma “simpatia entre os Estados” teria surgido do espírito da guerra e de alianças guiadas por um pragmatismo político superador de divergências religiosas. Essa obra, pela qual Schiller se tornaria tão popular como pela presente História da Separação dos Países Baixos, absorveria também os resultados da investigação preliminar empreendida com vista à elaboração da trilogia dramática **Wallenstein**, com que Schiller encerraria definitivamente não só o seu “gabinete filosófico”, como escreve a Goethe, mas também as suas especulações históricas. Porque doravante, como escreve no estudo sobre o Sublime, a História passaria a ser aos seus olhos um objecto estético, transcendendo as pretensões dos sujeitos da História ao revelar a incompressibilidade do horizonte de expectativa inerente à crença no progresso. A racionalidade observadora dá então lugar a uma estética participativa e por aí Schiller recupera uma *régie* do mundo, porventura perdida nos meandros do desencanto com os resultados da Revolução Francesa.

Em Schiller, a clivagem entre experiência e expectativa civilizacionais é grande, quiçá inultrapassável, tornando-se na fase final da sua vida e obra desinteressante quanto ao equacionamento das possibilidades dessa ultrapassagem. Daí que sobredimensionasse o potencial de reconciliação e libertação pela arte. Se no ensaio sobre o Patético (1793) já distinguira consequentemente o interesse estético do interesse moral, no ensaio sobre o Sublime, publicado no mesmo ano que a segunda edição da História da separação dos Países Baixos (1801), a História torna-se num mero objecto estético porque sem moral, sem ordem racional, sem objectivo. Daí a perplexidade dos heróis dos dramas da maturidade face ao processo que teriam desencadeado. Daí também o eterno fascínio de Schiller pela minúcia e detalhe das circunstâncias quiçá inultrapassáveis, quiçá indescodificáveis, mas recombinaíveis na sua assumida opacidade.

A economia da criação histórica tem uma correspondência com a visão económica da realidade e com a medida em que as relações de propriedade e produção fazem a sua entrada na História e entram em tensão, pela sua força subterrânea, com os discursos dos poderes constituídos e da classe nobre.

O princípio schilleriano de exposição reveste e articula os elementos da facturalidade como se estes fossem uma grelha nuclear, ou um esqueleto, dotando este de músculos e aquela de uma composição estrutural, de uma sequência cénica em que os diálogos surgem como pico de dramatização, intensificador de *suspense*. Isto porque para Schiller o historiador deveria narrar os factos de modo a que o que está historicamente certo surja como necessário (cf. Süßmann, 2000: 85). Surgem aqui como actores uma transgressão político-jurídica, legitimada por uma vontade geral que se vai configurando ao longo da narrativa, e um governo longínquo em princípios, práticas e distância geográfica, perdendo com isso tanto a legitimidade tradicional como as oportunidades políticas para a salvar. (Na viragem do 3.º para o 4.º Livros, é dada uma dimensão trágica à narrativa pela indicação de uma oportunidade falhada – por uma margem estreitíssima.)

As posições das classes opositoras ao despotismo filipino e religioso distribuem-se ora pela discursividade dos representantes da nobreza local, ora pela violência cénica dos iconoclastas. Curiosamente, a classe média já existente não tem praticamente uma voz própria e é sempre referida de passagem. Temos assim um campo dramático ocupado pelos protagonistas, em que os discursos (adaptados por Schiller a partir de manifestações orais verdadeiramente ocorridas e testemunhos escritos realmente existentes) e as acções diferenciam os agentes. Num primeiro grupo, temos Carlos V, Filipe II, Guilherme de Orange, Egmont, Margarida de Parma. Entre as últimas quatro figuras estão distribuídas qualidades que Carlos V ainda reunia. Num segundo grupo, por assim dizer num nível mais abaixo, temos os fiéis à Coroa espanhola e os líderes dos Gueux.

E é então que surgem no cenário os figurantes, personagens anónimas mas não amorfas, com os seus graus de violência correspondendo ao seu posicionamento social: se a baixa nobreza marcha ordenadamente sobre Bruxelas, a plebe ocupa e destrói espaços; enquanto a primeira se empenha na defesa da dignidade humana e na conquista de uma voz discursiva, a segunda anula todos os discursos, numa avidez de fruição religiosa e de satisfação imediata das carências. A entrada em cena das multidões sobrepõe-se à dramaticidade das contendas entre os agentes de poder, espanhóis e neerlandeses, através de uma vaga de fundo que contribui tanto para transportar a sequência épica da narrativa histórica, como para dissolver tragicamente a

situação de crise entretanto generalizada. A exposição segue por assim dizer duas linhas opostas: uma ascendente proporcionada pela oposição civilizada, construtora de um protodiscurso burguês de inspiração jusnaturalista, outra descendente comportando porém o fascínio inerente à transgressão.

Temos assim em todo o texto os já conhecidos elementos recorrentes na obra de Schiller: a interacção dos agentes, mesmo – ou sobretudo – se se trata de opositores, a ratificação da rivalidade entre irmãos (ou seres criados na mesma Casa, como foi o caso de Filipe e Guilherme), efabulações conspirativas, adensamento dos equívocos, rebelião das massas como catalisador dos factores de impedimento de um desfecho positivo e de um entendimento das partes em litígio. Tudo são factores de intensificação dramática e dramaturgica em detrimento da narratividade factual – e contudo Schiller insiste na fidedignidade das *suas* fontes, mesmo se não se tratam de fontes documentais. Pode dar-se como comprovado que Schiller não inventou de raiz nenhum dos discursos directos, mas traduziu-os e adaptou-os, na sua metodologia de liberdade de elaboração dentro dos limites da necessária verosimilhança. O discurso directo teria assim a finalidade de tornar o leitor em espectador, a História em palco, o momento histórico e o leitor num presente comum, como se fosse o núcleo de uma representação cénica, de que aliás a História é no texto recorrentemente aproximada (cf. *ib.*, 102).

A oscilação entre narração e dramatização abre-nos linhas de reflexão acerca da modernidade de um texto em que uma instância narradora formula juízos distintos de acordo com posições e perspectivas assumidas, revelando estas uma intencional dimensão crítica e, simultaneamente, a atitude antropológica de um observador participante que nos mostra os seus critérios numa permanente tensão de ambivalência e polaridade. A razão de Estado colide assim não apenas com a razão moral mas com vários tipos de razões associadas a uma economia de sobrevivência; o direito positivo vê-se contrariado pela emergência das teorias jusnaturalistas; tudo isto como se uma instância narradora nos confrontasse deliberadamente com juízos distintos, de acordo com perspectivas que se atraem e repelem. Entre elas, o historiador pretende assumir-se como o fiel da balança – mas assistimos continuamente à irrupção do dramaturgo-encenador Schiller, que antes de entregar o juízo nas mãos da faculdade do leitor e na sua liberdade republicana, não resiste à distribuição de luz e sombra, ao reforço da cor.

Schiller entretece assim uma pluralidade de influências, explícitas e implícitas, desde historiadores alemães (Johann Christoph Gatterer, August Ludwig Schlözer, Johann Gottfried Herder), ingleses e franceses (Voltaire, William Robertson, Robert Watson), moralistas escoceses (David Hume, Adam Ferguson, Adam Smith) passando por escritores do século XVII que teriam trabalhado com as fontes (Bentivoglio, Burgundius, Strada, de Thou/Thuanus, Grotius) a Tácito, com quem partilha o fascínio pela pulsionalidade colectiva das multidões como elemento extravasador da dramaticidade à tragidade. Tais modelos guiam-no ainda numa reflexão que revela um empenhamento ético, conhecedor da ambivalência humana e ignorando critérios que confundem objectividade com factualidade. A renovação, por Schiller, das categorias de uma *historia perpetua* substituíam aqui um olhar autopsiante pela exploração de uma faculdade de imaginação que trabalha nos intervalos em branco de uma grelha de factos e fontes, passando o critério a ser uma intencional “exemplaridade e reflexividade da exposição” (Süssmann, 2000: 111). A intenção, afim à da criação lessinguiana de um teatro alemão, consiste em fornecer um contributo para a criação e ampliação de um espaço público, subtraindo a História aos *ghettos* académicos e dotando o público leitor de uma visão pautada por preocupações universais, no espaço e no tempo. Também nesse aspecto, Schiller é um precursor da geração romântica e da organicidade do olhar que esta geração lança sobre a Europa.

3. Um olhar actual sobre o texto – para regressar a Schiller?

Vimos como a historiografia de Schiller nasce no âmbito de um raciocínio político, buscando influência num público pensante e letrado, e económico (relação entre investimento de energia intelectual e tempo de escrita, como vimos na carta a Körner de 7.1.1788 acima citada). Schiller é, nesse aspecto, esse moderno indivíduo que todos somos ainda hoje e que já fora problematizado na filosofia hegeliana do Direito como cindido entre as dimensões do *citoyen* e do *bourgeois*. Entre esses potenciais excessos de formalidade e de materialidade, o autor pensará anos mais tarde sobre a possível articulação estética de ambos, tendo como fio condutor a antropologia (económica) das carências e (política) da interacção projectada em palavras e actos.

Permanece sempre a questão implícita, formulada por Thomas Prüfer: que vemos quando nos aproximamos de Schiller (Prüfer, 2002: 1)? Na actualidade, temos protocolos de leitura que permitem não só entender as razões pelas quais o “Schiller historiador” foi amargamente chorado em 1791 ao ser divulgada a falsa notícia da sua morte. Esse mesmo historiador está subjacente a todas as suas obras, e de forma tanto mais consequente quanto mais insistia num desejo de intemporalidade cuja dimensão retórica nunca pretendeu ocultar. Isto porque o pensamento genético é por ele repetidamente sublinhado, porque centrado na preocupação de clarificar as condições de possibilidade do surgimento de um espírito comunitário europeu no mundo moderno, ou seja, que já evidencia a impossibilidade de erradicar a discursividade da vontade individual.

Olhando para o dealbar da Idade Moderna, desperta em Schiller o desejo de contribuir para evitar uma “carnificina e mutilação da diversidade cultural na sequência da luta entre sede de poder e desejo de liberdade” (M. Riedel *apud* Dann *et al.*, 1995: 49). Nesta perspectiva, este ensaio histórico mostra-nos recorrentemente a precariedade do processo civilizacional europeu e a não linearidade de qualquer processo. O carácter de surpresa que acompanha a contingência histórica torna-se aqui num critério de avaliação de um grau de civilidade que para Schiller não faz incidir uma luz especialmente favorável sobre o moderno indivíduo quando dominado pela carência (enquanto *bourgeois* ou, num grau inferior, enquanto elemento indistinto da plebe). Para ele, a legitimação da modernidade principia com uma recriação de categorias estético-antropológicas pré-modernas, por exemplo inerentes aos ideais estóicos, numa era em que as condições existenciais da antiga *polis* teriam dado lugar a um jogo de interesses desafiando permanentemente o *citoyen*. Neste aspecto, a frágil fronteira da legitimidade movimenta-se, como se fosse mais uma personagem histórica, no jogo de forças que acabam por sucumbir ao esmagamento da negociação política pela força militar. Também aqui somos levados a reflectir sobre os dolorosos antecedentes da actual paz europeia, conquistada na sequência da segunda Guerra Mundial para a Europa ocidental e que continuam a servir de exemplo noutras partes do globo onde se travam lutas de sangrenta susceptibilidade territorial e religiosa, com especial incidência no Médio Oriente.

As palavras de Hayden White parecem confirmar isso mesmo, na medida em que sustenta que os grandes historiadores se caracterizariam por lidar com acontecimentos particularmente traumáticos, problemáticos, de significação sobredeterminada tais como revoluções, guerras civis, processos de larga escala como a industrialização e a urbanização, ou instituições que teriam perdido a função original mas continuariam a desempenhar um papel no cenário social (cf. White, 1978: 87). As narrativas históricas seriam assim “não apenas modelos de acontecimentos e processos passados mas também posições de carácter metafórico sugerindo uma relação de similitude entre os acontecimentos e processos, por um lado, e por outro lado os modelos narrativos que usaríamos para conferir significação culturalmente sancionada a acontecimentos da nossa vida (cf. *ib.*, 88). A *compreensão*, necessária para articular factos e conhecimentos, cria horizontes de sentido que permite a sua permanente reavaliação, ainda que com lacunas de informação – ou precisamente devido à inevitabilidade da existência destas.

A discussão sobre o papel da narrativa histórica distribuiu-se por vários campos tão díspares como a filosofia analítica (Gardiner, Danto, Mink), que teria procurado estabelecer um estatuto epistémico para a narratividade, ao inverso do grupo dos *Annales* (Braudel, Furet, Le Goff), que não reconhecia cientificidade na historiografia narrativa, e dos semióticos (Barthes, Todorov, Eco) que veriam nela um discurso entre outros. Para uma reavaliação da historiografia schilleriana, teríamos de recorrer a hermenêuticos (Gadamer, Ricoeur) que encaram a narrativa como manifestação de uma consciência temporal, ou autores como J. H. Hexter ou Isaiah Berlin, que associavam o reconhecimento da legitimidade narrativa a formas de radical suspeição teórica (cf. White, 1987: 31). A atitude distanciada face à exigência de cientificidade histórica vem assim, como uma viragem nietzscheana reabilitadora da força plástica defendida na segunda *Intempestiva*, ampliar os sistemas de produção de sentido, cartografando as fronteiras entre o real e o imaginário do mesmo real, enquanto modalidades de verosimilhança.

É aqui que o registo schilleriano surge como uma proposta vigorosa para um público culto e reflexivo, porém conhecedor de uma realidade dotada de registos comuns e baixos, que principiavam a irromper para o espaço público. A sua historiografia pode assim ser vista como uma silenciosa dramatização – ou seja, enquanto espacialização dentro da temporalização e com isso

alargando a imediatidade do drama a uma dimensão hermenêutica, convidativa da constituição de comunidades interpretativas.

Não esqueçamos as últimas palavras teóricas de Schiller no ensaio sobre o sublime. Schiller associa o prazer selvagem de contemplar a natureza intocada ao confronto com a anarquia no mundo moral, considerando assim a História um objecto sublime. Ora para Schiller a dignidade humana só poderia ser obtida através de uma transformação civilizacional do selvagem, na medida em que este contribuiria para elevar a mediania do belo que tenderia para a lassidão do agradável. Completar-se-ia assim o programa da educação estética com a explanação dos efeitos da beleza enérgica, complemento indispensável da beleza dissolvente (título dado na revista *Die Horen*, editada por Schiller entre 1795 e 1798, à última parte das Cartas sobre a educação estética). Schiller associa o belo ao mundo dos sentidos e da acção, dando com isso o mote para a generalidade do futuro registo historiográfico oitocentista (cf. *ib.*, 69). Contudo, a última palavra de Schiller no plano estético privilegia o sublime e a função catártica do mesmo contra registos efeminados, a ilusão de felicidade, a arte trágica – em frases que prenunciam não apenas posições de Nietzsche mas numerosos críticos civilizacionais posteriores que pretenderiam passar à prática uma necessidade catártica que para o nosso autor só poderia ser sentida individualmente e realizada dentro de um registo de atenção hermenêutica, profundamente desconfiada de um pensamento utópico (veja-se a este respeito as considerações na 24.^a Carta sobre a educação estética).

Se a historiografia de Schiller é posterior ao arquivismo setecentista e anterior à domesticação alegadamente científica do historicismo oitocentista, o recurso a protocolos contemporâneos de leitura só insuficientemente poderá fazer jus ao eclectismo de um autor que deliberadamente renuncia a qualquer compromisso vinculativo de uma filosofia da História para se deleitar na contemplação estética, um pouco à maneira das considerações tecidas por Karl Jaspers no seu ensaio sobre a origem e o objectivo da História universal:

“A História universal pode ter a aparência de um caos de acontecimentos contingentes, – no seu todo ela é uma confusão como os remoinhos de uma torrente. Tudo continua sempre o seu curso, de uma perturbação a

outra, de uma desgraça a outra, com breves clareiras de felicidade, com ilhas que ficam durante uns momentos poupadas à torrente até serem também elas inundadas, tudo somado, com uma imagem de Max Weber: a História universal é como uma estrada que o demónio asfalta com valores destruídos.

Vista neste prisma, a História não pode ter qualquer unidade, qualquer estrutura e qualquer sentido, a não ser nos inúmeros encadeamentos e figurações causais, tal como surgem nos fenómenos naturais, sendo eles porém na História muito mais inexactos” (Jaspers, 1983: 332)⁴.

Notas:

¹ Veja-se a este respeito as introduções às obras de Friedrich Schiller, em versão portuguesa, *Sobre a educação estética do ser humano numa série de Cartas e outros textos* (1994), *Textos sobre o Belo, o Trágico e o Sublime* (1997) e *Sobre poesia ingénua e sentimental* (2003).

² Friedrich Schiller, “Die Tugend in ihren Folgen betrachtet” [“A virtude encarada nos seus efeitos”] (1780), in: SW V, 280-288.

³ Sb. a penetração do leitor pela verdade, defendida em Ndl, cf. J.G. Sulzer sobre as “sensações obscuras <dunkle Empfindungen>” sediadas no peito. JGS, Erklärung eines psychologisch paradoxalen Satzes: Daß der Mensch zuweilen nicht nur ohne Antrieb und ohne sichtbare Gruende, sondern selbst gegen dringende Antriebe und ueberzeugende Gruende handelt und urtheilet (1759), in: JGS, Vermischte philosophische Schriften, 2 Bde., Leipzig 1773/81, p. 99-121, p. 112.

⁴ Nota final: esta edição foi possibilitada pela concessão de uma bolsa do DAAD (*Deutscher Akademischer Austauschdienst*) em Maio e Junho de 2008. Gostaria aqui de expressar a esta instituição os meus mais calorosos agradecimentos.

Bibliografia

Fontes

- Johann Christoph GATTERER (1990), „Von der Evidenz in der Geschichtskunde“, in: *Die allgemeine Welthistorie die in England durch eine Gesellschaft von Gelehrten ausgefertigt worden. In einem vollständigen und pragmatischen Auszuge* hrsg. v. Friedrich Eberhard Boysen. Alte Historie, Bd. 1. Halle 1767, p. 1-38, in: *Theoretiker der deutschen Aufklärungshistorie*. Hrsg. von Horst-Walter Blanke und Dirk Fleischer, 2 Vols. (= Fundamenta Historica. 1.1 und 1.2). Stuttgart-Bad Cannstadt 1990, Vol. 2, p. 466-478
- Immanuel KANT (1784/1977), „Idee zu einer allgemeinen Geschichte in weltbürgerlicher Absicht“, in: *Werkausgabe XI (Schriften zur Anthropologie, Geschichtsphilosophie, Politik und Pädagogik)*, herausgegeben von Wilhelm Weischedel. Frankfurt am Main: Suhrkamp
- Friedrich NIETZSCHE (1988), *Kritische Studienausgabe*. Herausgegeben von Giorgio Colli und Massimo Montinari. München/Berlin/New York: dtv/Walter de Gruyter (KSA)
- Friedrich SCHILLER (1943ss), *Nationalausgabe*. Herausgegeben im Auftrag der Nationalen Forschungs- und Gedenkstätten der klassischen deutschen Literatur in Weimar und des Schiller-Nationalmuseums in Marbach von Lieselotte Blumenthal und Benno von der Wiese. Weimar: Hermann Böhlau Nachfolger (NA)
- Friedrich Schiller (2000), *Historische Schriften und Erzählungen I*. Herausgegeben von Otto Dann. Frankfurt am Main: Klassiker-Verlag (FA)
- Friedrich SCHILLER (2004), *Sämtliche Werke in 5 Bänden. Auf der Grundlage der Textedition von Herbert G. Göpfert herausgegeben von Peter-André Alt, Albert Meier und Wolfgang Riedel*. München: Hanser (SW)
- Friedrich SCHILLER (1994), *Sobre a educação estética do ser humano numa série e Cartas e outros textos*. Lisboa: INCM
- Friedrich SCHILLER (1997), *Textos sobre o Belo, o Sublime e o Trágico*. Lisboa: INCM
- Friedrich SCHILLER (2003), *Sobre poesia ingênua e sentimental*. Lisboa: INCM
- August Ludwig SCHLÖZER (1990), *Vorstellung seiner Universal-Historie (1772/73)*. Mit Beilagen. Hrsg., eingeleitet und kommentiert von Horst Walter Blanke (= Beiträge zur Geschichtskultur. 4). Hagen
- Christoph Martin WIELAND (1788/1969), ‘Anmerkung zu: Schiller, Der Abfall der vereinigten Niederlande von der spanischen Regierung. Einleitung’, in: *Wielands gesammelte Schriften. 1. Abteilung/23. Band*. Herausgegeben von Hans Werner Seifert. Berlin: Akademie-Verlag 1969, p. 194-5

Bibliografia secundária

- Peter-André ALT (2002), „Auf den Schultern der Aufklärung. Überlegungen zu Schillers ‚nationalem‘ Kulturprogramm“, in: Peter-André ALT e.o. (org.), *Prägnanter Moment. Studien zur deutschen Literatur der Aufklärung und Klassik. Festschrift für Hans-Jürgen Schings*. Würzburg: Königshausen & Neumann, p. 215-237
- Peter-André ALT (2007), „Ästhetische Revolution, schwieriger Staat, ferne Nation. Schiller und die Politik“, in: Jörg ROBERT, *Würzburger Schiller-Vorträge 2005*. Würzburg: Königshausen & Neumann, p. 27-45
- Holger BÖSMANN (2005), *ProjektMensch. Anthropologischer Diskurs und Moderneproblematik bei Friedrich Schiller*. Würzburg: Königshausen & Neumann

- Holger BÖSMANN (2007), „'Ein fröhliches Gefühl seiner selbst zu erwecken'. Schiller als Historiker“, in: Jörg ROBERT (org.), *Würzburger Schiller-Vorträge 2005*. Würzburg: Königshausen & Neumann, p. 47-71
- Georg BOLLENBECK (2007), „Von der Universalgeschichte zur Kulturkritik“, in: G.B., Lothar EHRlich (org.), *Friedrich Schiller. Der unterschätzte Theoretiker*. Köln, Weimar, Wien: Böhlau, p. 11-26
- Dieter BORCHMEYER (1995), „Goethes und Schillers Sicht der niederländischen ‚Revolution‘“, in: DANN, OELLERS, OSTERKAMP (org.), p. 149-155
- Bernd BRÄUTIGAM (1994), „Vergangenheitserfahrung und Zukunftserwartung. Zum Geschichtsverständnis bei Kant, Schiller und Friedrich Schlegel“, in: Friedrich STRACK (org.), *Evolution des Geistes: Jena um 1800. Natur und Kunst, Philosophie und Wissenschaft im Spannungsfeld der Geschichte*. Stuttgart: Klett/Cotta, p. 197-212
- Teresa R. CADETE (2006), „System oder Labyrinth? Schillers Raumvorstellung und Zeitpoetik“, in: Klaus Manger (org.), *Der ganze Schiller – Programm ästhetischer Erziehung*. Heidelberg: Universitätsverlag Winter, p. 225-232
- Teresa R. CADETE (2009), „Entre el despilfarro y la escasez. Reflexiones acerca de la economía de Schiller“, in: Brigitte E. Jirku, Julio Rodriguez (org.), *El pensamiento filosófico de Friedrich Schiller*. Valencia: PUV, p. 53-64
- Otto DANN (1995), „Schiller, der Historiker und die Quellen“, in: DANN, OELLERS, OSTERKAMP (org.), p. 109-126
- Otto DANN, Norbert OELLERS, Ernst OSTERKAMP (1995) (org.), *Schiller als Historiker*. Stuttgart: Metzler
- Otto DANN (2005), „Schiller the Historian“, in: Steven D. MARTINSON (org.), *A Companion to the Works of Friedrich Schiller*. New York: Camden House, p. 67-86
- Alexander DEMANDT (1978), *Metaphern für Geschichte. Sprachbilder und Gleichnisse im historisch-politischen Denken*. München: Beck
- Hugo DITTBERNER (2005), „Schillers historischer Beruf. Eine Erzählung“, in: *Text und Kritik, Sonderband Friedrich Schiller*, p. 97-107
- Jürgen EDER (1998), „Schiller als Historiker“, in: Helmut Koopmann (org.), *Schiller-Handbuch*. Stuttgart: Kröner, p. 653-698
- Michael ERBE (1993), *Belgien, Niederlande, Luxemburg: Geschichte des niederländischen Raumes*. Stuttgart, Berlin, Köln: Kohlhammer
- Werner FRICK (1995), „Der ‚Maler der Menschheit‘. Philosophische und poetische Konstruktionen der Gattungsgeschichte bei Schiller“, in: DANN, OELLERS, OSTERKAMP (org.), p. 77-107
- Daniel FULDA (1996), *Wissenschaft aus Kunst. Die Entstehung der modernen deutschen Geschichtsschreibung 1760-1860*. Berlin, New York: de Gruyter
- Daniel FULDA (2006), „Schiller als Denker und Schreiber der Geschichte. Historische Gründungsleistung und aktuelle Geltung“, in: Hans Feger (org.), *Friedrich Schiller. Die Realität des Idealisten*. Heidelberg: Winter, p. 121-150
- H.-J. GOERZ (1995), *Umgang mit Geschichte. Eine Einführung in die Geschichtstheorie*. Reinbek b. Hamburg: Rowohlt
- Waltraud HAGEN (1995), „Schillers Geschichtsschreibung aus der Sicht editorischer Erläuterungsarbeit“, in: O. DANN, N. OELLERS, E. OSTERKAMP (org.), p. 127-136
- Karl-Heinz HAHN (1987), „Schillers Beitrag zur Theorie der Geschichtswissenschaft“, in: Helmut Brandt (org.), *Friedrich Schiller. Angebot und Diskurs. Zugänge, Dichtung, Zeitgenossenschaft*. Berlin, Weimar: Aufbau Verlag

- Christiaan L. HART-NIBBRIG (1976), „Die Weltgeschichte ist das Weltgericht. Zur Aktualität von Schillers ästhetischer Geschichtsdeutung“, in: *JDSG* 20/1976, p. 255-277
- Michael HOFMANN (1999), „Die unaufhebbare Ambivalenz historischer Praxis und die Poetik des Erhabenen in Schillers ‚Wallenstein‘“, in: *JDSG* 43 (1999), p. 241-265.
- Michael HOFMANN (2003), „Zur Aktualität einer Poetik des Erhabenen – Schiller, Hugo, Johnson, Tabori“, in: *Weimarer Beiträge* 49/2003, p. 202-218
- Michael HOFMANN (2005), „Die Bürden der ‚Bürgschaft‘. Kritische Anmerkungen zur Aktualität Schillers“, in: *Text und Kritik. Sonderband Friedrich Schiller*, p. 20-31
- Michael HOFMANN, Jörn RÜSER, Mirjam SPRINGER (org.) (2006), *Schiller und die Geschichte*. München: Fink
- Stephan JAEGER (2003), „Die Beredsamkeit des Prinzens von Oranien oder Friedrich Schillers ästhetische Inszenierung modernen Geschichtsdenkens in Historiographie“, in: Britta HERRMANN, Babara THUMS (org.), *Ästhetische Erfindung der Moderne? Perspektiven und Modelle 1750-1850*. Würzburg: Königshausen & Neumann, p. 95-114
- Karl JASPERS (1983), *Vom Ursprung und Ziel der Geschichte*. München: Piper
- Hans Robert JAUSS (1982), „Der Gebrauch der Fiktion in Formen der Anschauung und Darstellung der Geschichte“, in: R. KOSELLECK, H. LUTZ, J. RÜSEN (org.), p. 415- 451
- Eckard KESSLER (1982), „Das rhetorische Modell der Historiographie“, in: R. KOSELLECK, H. LUTZ, J. RÜSEN (org.), p. 37- 85
- Helmut KOOPMANN (1995), „Das Rad der Geschichte. Schiller und die Überwindung der aufgeklärten Geschichtsphilosophie“, in: O. DANN, N. OELLERS, E. OSTERKAMP (org.), p. 59-76
- Reinhart KOSELLECK (1975), „Geschichte“, in: *Geschichtliche Grundbegriffe. Historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland, Bd. 2. Hrsg. Von Otto BRUNNER, Werner CONZE, Reinhart KOSELLECK*. Stuttgart: Klett-Cotta, p. 593-595
- Reinhart KOSELLECK (1979), *Vergangene Zukunft. Zur Semantik geschichtlicher Zeiten*. Frankfurt am Main: Suhrkamp
- Reinhart KOSELLECK, Heinrich LUTZ, Jörn RÜSEN (org.) (1982), *Formen der Geschichtsschreibung*. München: dtv
- Reinhart KOSELLECK (2000), *Zeitschichte. Studien zur Historik*. Frankfurt am Main: Suhrkamp
- Horst LADEMACHER (1983), *Geschichte der Niederlande. Politik – Verfassung – Wirtschaft*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft
- Golo MANN (1960), „Schiller als Historiker“, in: *JDSG* 4/1960, p. 98-109
- Ulrich MUHLACK (1995), „Schillers Konzept der Universalgeschichte zwischen Aufklärung und Historismus“, in: O. DAHN, N. OELLERS, E. OSTERKAMP (org.), p. 5-28
- Ernst OSTERKAMP (1995), „Die Seele des historischen Subjekts Historische Portraituren in Friedrich Schillers *Geschichte des Abfalls der vereinigten Niederlande von der spanischen Regierung*“, in: O. DANN, N. OELLERS, E. OSTERKAMP (org.), p. 157- 178
- Ugo PERONE (1982), *Schiller. la totalità interrotta*. Milano: Mursia
- Thomas PRÜFER (2002), *Die Bildung der Geschichte. Friedrich Schiller und die Anfänge der modernen Geschichtswissenschaft*. Köln, Weimar, Wien: Böhlau
- Peter Hans REILL (1995), „Anthropology, Nature and History in the Late Enlightenment. The Case of Friedrich Schiller“, in: O. DANN, N. OELLERS, E. OSTERKAMP (org.), p. 243-265
- Manfred RIEDEL (1995), „Europa in Schillers Konzept der Universalgeschichte“, in: DAHN, OELLERS, OSTERKAMP (org.), p. 29-58

- Wolfgang RIEDEL (2002), „Weltgeschichte ist ein erhabenes Objekt'. Zur Modernität von Schillers Geschichtsdenken“, in: Peter-André ALT e.o. (org.), *Prägnanter Moment. Studien zur deutschen Literatur der Aufklärung und Klassik. Festschrift für Hans-Jürgen Schings*. Würzburg: Königshausen & Neumann, p. 193-214
- Pietro ROSSI (org.) (1987), *Theorien der modernen Geschichtsschreibung*. Ffm: Suhrkamp
- Jörn RÜSEN (1982), „Die vier Typen historischen Erzählens“, in: R. KOSELLECK, H. LUTZ, J. RÜSEN (org.), *Formen der Geschichtsschreibung*. Frankfurt am Main: dtv p. 514-605
- Jörn RÜSEN (1991), „Bürgerliche Identität zwischen Geschichtsbewußtsein und Utopie: Friedrich Schiller“, in: Dirk GRATHOFF, Erwin LEIBFRIED (org.), *Schiller. Vorträge aus Anlaß seines 225. Geburtstages*. Ffm, Bern, NY, Paris: P. Lang, p. 178-193
- Eelco RUNIA (2006), „Thirsting for Deeds: Schiller and the Historical Sublime“, in: HOFMANN, RÜSEN, SPRINGER (org.), p. 93-103
- Ernst SCHULIN (1995), „Schillers Interesse an Aufstandsgeschichte“, in: O. DANN, N. OELLERS, E. OSTERKAMP (org.), p. 137-148
- Hinrich C. SEEBA (1982), „Historiographischer Idealismus? Fragen zu Schillers Geschichtsbild“, in: Wolfgang WITTKOWSKI (org.), *Friedrich Schiller. Kunst, Humanität und Politik in der späten Aufklärung. Ein Symposium*. Tübingen: Niemeyer, p. 229-249
- Johannes SÜSSMANN (2000), *Geschichtsschreibung oder Roman? Zur Konstitutionslogik von Geschichtserzählungen zwischen Schiller und Ranke (1780-1824)*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag
- Klaus WEIMAR (1995), „Der Effekt Geschichte“, in: O. DANN, N. OELLERS, E. OSTERKAMP, p. 191- 204
- Klaus WEIMAR (1995), „Der Effekt Geschichte“, in: DANN, OELLERS, OSTERKAMP, p. 191- 204
- Hayden WHITE (1978), *Tropics of Discourse. Essays in Cultural Criticism*. Baltimore, London: The Johns Hopkins University Press (trad. al. 1986, *Auch Klio dichtet oder Die Fiktion des Faktischen. Studien zur Topologie des historischen Diskurses*. Stuttgart: Klett-Cotta). Cap. „The Historical Text as Literary Artifact“, p. 81-100/ „Der historische Text als literarisches Kunstwerk“, p. 101-122
- Hayden WHITE (1987a), *Metahistory. Die historische Einbildungskraft im 19. Jahrhundert in Europa*. Frankfurt am Main: Suhrkamp
- Hayden WHITE (1987b), *The Content of the Form. Narrative Discourse and Historical Representation*. Baltimore, London: The Johns Hopkins University Press
- Oliver WILHELM (2005), *Geschichtsphilosophische Wahrheit über Kunst. Studien zu Geschichtsbewußtsein und Kunstprogrammatis bei Friedrich Schiller*. Berlin: Dissertationsdruck

O carácter de surpresa que acompanha a contingência histórica torna-se aqui num critério de avaliação de um grau de civilidade que para Schiller não faz incidir uma luz especialmente favorável sobre o moderno indivíduo quando dominado pela carência (enquanto *bourgeois* ou, num grau inferior, enquanto elemento indistinto da plebe). Para ele, a legitimação da modernidade principiaria com uma recriação de categorias estético-antropológicas pré-modernas, por exemplo inerentes aos ideais estóicos, numa era em que as condições existenciais da antiga *polis* teriam dado lugar a um jogo de interesses desafiando permanentemente o *citoyen*. (...) Também aqui somos levados a reflectir sobre os dolorosos antecedentes da actual paz europeia, conquistada na sequência da segunda Guerra Mundial para a Europa ocidental e que continuam a servir de exemplo noutras partes do globo onde se travam lutas de sangrenta susceptibilidade territorial e religiosa.

Do posfácio de Teresa Rodrigues Cadete